

A Teoria Silvestrina da Harmonia do Universo

Homem, Mundo e Deus na Obra de Silvestre Pinheiro Ferreira

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO APRESENTADA À

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

POR RODRIGO AGUIAR SOBRAL DE ALEXANDRE CUNHA

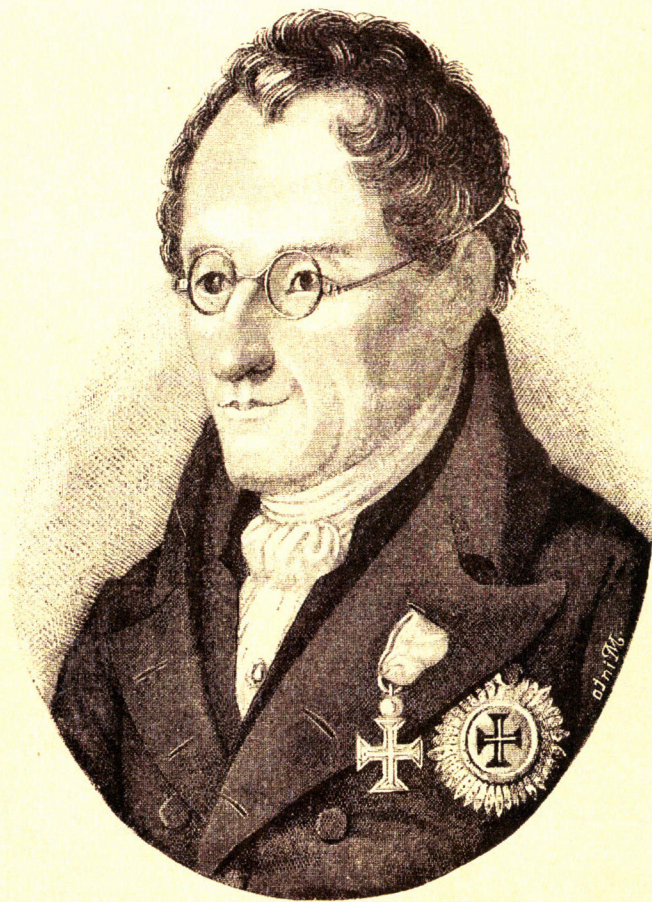


ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR MANUEL FERREIRA
PATRÍCIO

CO-ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ESTEVES
PEREIRA

Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

2004



SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

PREÂMBULO

Em 1997, foi-nos pedido pelo Dr. António Braz Teixeira que traduzíssemos do francês para o português, para publicação pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, na Coleção Pensamento Português, uma obra intitulada *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*, do filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira, que nos foi apresentado assim: “Nasceu em Lisboa no dia de São Silvestre, a 31 de Dezembro de 1769 e aí morreu a 1 de Julho e o seu pensamento constitui a mais alta expressão especulativa surgida no panorama filosófico português da primeira metade do século XIX”¹. Em 1999, o Dr. António Braz Teixeira punha-nos nas mãos o manuscrito nº 1113 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, com 1403 parágrafos e data de 1845, com o título *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, para a fixação e tradução do texto. No mesmo ano de 1999, entendemos desenvolver um projecto de investigação sobre o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, contando para esse efeito com vários apoios, nomeadamente o do Professor Doutor José Esteves Pereira, o da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/Praxis XXI) e o do Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica de Lisboa. A pesquisa que nesses dois anos conduzi, particularmente na Biblioteca Nacional, proporcionou a descoberta e o levantamento de um acervo documental composto por escritos de ordem vária, do filósofo e acerca dele, publicados na sua maior parte em periódicos da época. Desconhecidos há século e meio e sem referência nas bibliografias, constituem estes documentos dispersos uma singular espécie de “quase inéditos”, dos quais alguns se acham aqui em apêndice documental. Recorremos a essa documentação no presente estudo, tal como de resto recorremos a quanto encontrámos escrito pelo filósofo e acerca dele (conjunto aqui consignado na bibliografia final). Enfim, tornara-se evidente aquilo que a leitura morosa do *Essai sur la Psychologie* nos permitira já entrever: cumpria alargar o horizonte hermenêutico da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira. Por volta dos finais de 2000, encontrámo-nos em posição de apresentar uma nova proposta hermenêutica relativa ao pensamento do filósofo; acolhida pela Universidade de Évora em Janeiro de 2001, sob a orientação do Professor Doutor

¹ Cfr. António Braz Teixeira, *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983, p. 63.

Manuel Ferreira Patrício e a co-orientação do Professor Doutor José Esteves Pereira. Tal é a proposta aqui em epígrafe.

A teoria da harmonia do universo, de Silvestre Pinheiro Ferreira, encontra-se no centro do pensamento do filósofo. É a partir dela que refracta a teorese silvestrina os seus horizontes. Os três grandes pontos de referência são aí Homem, Mundo e Deus, tematizados na sua obra sob as perspectivas da ciência, da filosofia e da religião. Propõe-se este estudo mostrar como ocorre isso, com efeito, no âmbito da teoria da harmonia do universo de Silvestre Pinheiro Ferreira. A elaboração da tese obedecerá, na sua estrutura e desenvolvimento, à constante articulação desses dois eixos maiores; por um lado, o da ciência, da filosofia e da religião e por outro, o de Homem, Mundo e Deus, perfazendo assim dialecticamente o sentido do próprio universo, em conformidade com o pensamento do filósofo. Assim como o movimento da teorese silvestrina vai da ontologia à cosmologia e à teologia, assim o geral andamento especulativo e fenomenológico da tese em presença do leitor. A universal interligação de tudo o que existe, é aqui identificada como a intuição teórica central da meditação de Silvestre Pinheiro Ferreira; reflectida numa filosofia da relação universal sob o signo da harmonia. Implica isto, metodologicamente, semelhante ou análogo esforço de capacidade relacional e comunicativa, abrindo caminho à pluridimensional abordagem e pois, ao interserir perspéctico, em exegese de rigoroso horizonte filosófico nocional.

Na medida em que o presente estudo se insere nas investigações sobre o pensamento e a acção de Silvestre Pinheiro Ferreira, não inclui nos seus intuitos repetir quanto haja suficientemente sido já dito sobre a obra e a vida do filósofo lisbonense, antes pelo contrário, devendo ver-se como mais um anel na cadeia da pesquisa em desenvolvimento em Portugal e no Brasil, em torno do primeiro filósofo do Brasil e da modernidade portuguesa. Procura também a investigação aqui desenvolvida integrar a tradição dos estudos sobre Silvestre Pinheiro Ferreira em aspectos como a natural abertura com uma exposição de carácter biográfico, mas desta feita acrescida de concomitante exposição bibliográfica e traços exegéticos relevantes para o tema em epígrafe, em aberto cenário hermenêutico. O que, entretanto, justificará uma sinopse do Curso de Estudos e do *corpus* filosófico silvestrinos. O cenário hermenêutico mencionado distende-se aqui do tempo do filósofo até ao nosso. É um projecto, portanto, que aspira ao encorajamento a outros exploradores. Maria Beatriz Nizza da Silva e António Paim têm-se ocupado em diversas ocasiões do ciclo brasileiro silvestrino (1809-1821) e em Portugal, José Esteves Pereira tratou o mais denso quão

breve ciclo de actividade da vida do nosso filósofo político, triénio compreendido entre o retorno do Brasil (em Abril de 1821, com o discurso de D. João VI para o juramento das Bases da Constituição, escrito e lido por Silvestre Pinheiro Ferreira) e a subsequente emigração para Paris. Partilha a obra de Silvestre com a de Leibniz, além do tema da universal harmonia, a analogia com a Tebas das cem portas no multímmodo acesso possível. A escolha do ano de 1839 para abertura desta “hermenêutica silvestrina”, liga-se a um conjunto de factores que resumirei da seguinte maneira: além de ano de publicação da mais ultimada das suas obras filosóficas, *Noções elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências morais e políticas*, 1839 é o pico do ciclo parisiense silvestrino, com balanço resultante no estudo de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, o primeiro em língua portuguesa a apresentar uma visão de conjunto do pensamento e da acção do filósofo lisbonense e o eco destes na Europa da altura. Este estudo, esquecido e até agora desconhecido da investigação, é uma porta possível para entrar em pensamento na cidade silvestrina, com o tema da harmonia universal em proximidade no horizonte; mas desde logo atentando sobretudo no permanente esforço do filósofo, a todos os níveis, consonante com um especial sentido da harmonia na cidade dos homens. Depois, uma nova curva espiral reconduz-nos ao início do seu mais longo ciclo além-fronteiras; seguidamente, avançaremos até ao derradeiro ciclo luso do filósofo e enfim, encerraremos esta “hermenêutica silvestrina” com a recepção da sua obra até à contemporaneidade.

Entretanto, a tese aqui avançada sobre a teoria silvestrina da harmonia do universo, foi ensaiada com o objectivo de fazer uma ponte para um novo ciclo hermenêutico da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira.

As fontes deste estudo são as edições originais publicadas em vida do filósofo, mencionadas na bibliografia. Com excepção das *Prelecções Filosóficas* (1996) e dos *Dispersos* contidos no volume com o título *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos* (1999), publicados pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Dos textos reproduzidos na íntegra em apêndice, corresponde metade a alguns dos tais que não conheceram reedição desde o tempo do seu autor e cuja existência era até agora desconhecida.

Em apêndice encontra-se a tradução, da minha responsabilidade, do texto “*De la Théogonie (Mythologie)*”.

Finalmente, refira-se a *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, Ms. nº 1113, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, inédito, redigido em francês, com 1403 parágrafos, em 316 páginas, datado de 1845, em Lisboa (obra encadernada, com fólios de dimensões de 320x210mm, suporte em papel com vergaduras e escrito com tinta ferrogálica). As passagens citadas desta obra têm a fixação do texto e a tradução para português da minha responsabilidade.

O leitor que deseje considerar a única biografia de Silvestre Pinheiro Ferreira publicada em vida do filósofo e por ele conferida, pode encontrá-la aqui em apêndice.

Cumpre-me agradecer ao Dr. António Braz Teixeira pelo convite especulativo para o encontro com o pensamento silvestrino e aos Professores Doutores Manuel Ferreira Patrício e José Esteves Pereira pela manifesta disponibilidade para o convívio do pensamento.

Lisboa, Setembro de 2004

SIGLAS DOS TEXTOS
DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA
(em uso na tese)

Com exceção da sigla *AD* (Apêndice Documental), seguida do número de referência do texto incluído no Apêndice Documental, referem-se as siglas às edições originais publicadas em vida do filósofo. Todas as obras indicadas nas siglas encontram-se descritas na bibliografia no ponto 1. *Silvestrina*, por ordem cronológica. A referência de base é, pois, a data da publicação original das obras.

<i>AD</i>	Apêndice Documental
<i>ams</i>	<i>Apêndice dos Mapas Sistemáticos (Noções Elementares de Filosofia, 1839)</i>
<i>CAT</i>	<i>Categorias de Aristóteles (1814)</i>
<i>DCCC</i>	<i>Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública (1844)</i>
<i>CF</i>	<i>Das condições de existência dos caminhos de ferro em geral e das suas consequências quanto às relações internacionais em particular (1851)</i>
<i>DCG</i>	<i>Das ciências em geral e da sua classificação em particular (1845)</i>
<i>ENC</i>	<i>Enciclopédia (1842)</i>
<i>EP</i>	<i>Essai sur la Psychologie (1826)</i>
<i>HDP</i>	<i>Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou infeliz do que o é actualmente? (1843)</i>
<i>MC</i>	<i>Manual do Cidadão em um Governo Representativo (1834)</i>
<i>mso</i>	<i>Mapa Sistemático da Ontologia (Noções Elementares de Filosofia, 1839)</i>
<i>NE</i>	<i>Noções Elementares de Filosofia (1839)</i>
<i>NEI</i>	<i>Noções Elementares de Ideologia (1839)</i>

NEO	<i>Noções Elementares de Ontologia (1839)</i>
NEP	<i>Noções Elementares de Psicologia (1839)</i>
omso	<i>Observações sobre os Mapas Sistemáticos da Ontologia (Noções Elementares de Filosofia, 1839)</i>
PF	<i>Prelecções Filosóficas (1813)</i>
QDFL	<i>Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura (1844)</i>
THÉOD	<i>Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée (1845)</i>
TM	<i>De la Théogonie (Mythologie) (1835)</i>

PRIMEIRA PARTE

**HERMENÊUTICA SILVESTRINA
NO PÉRIPOLO DA HARMONIA**

Acção, Pensamento, Obra e Legado Filosófico
de Silvestre Pinheiro Ferreira

Capítulo Primeiro

O DIAGNÓSTICO HERMENÊUTICO DE FILIPE FERREIRA DE ARAÚJO E CASTRO EM «O SENHOR SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E O SEU PROJECTO DE CÓDIGO POLÍTICO PARA A NAÇÃO PORTUGUESA», NO PICO DO CICLO PARISIENSE DO FILÓSOFO

§ 1. Acessos e inacessos para a interpretação do pensamento silvestrino no diagnóstico de 1839. Da contenção de espírito e de uma atenção tão seguida demandadas pelo seu pensamento.

Em 1839, Filipe Ferreira de Araújo e Castro ², o grande amigo de décadas de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicou na *Revista Literária* do Porto um artigo intitulado

² Filipe Ferreira de Araújo e Castro (1771-1849), natural de Lisboa e Bacharel em Leis por Coimbra, nomeado Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino na instauração do governo constitucional (1820) e transferido para Chanceler da Relação do Porto, achava-se nestas funções quando D. João VI, regressado do Brasil, o nomeou Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, lugar onde se manteve de 7 de Setembro de 1821 até 27 de Maio de 1823. Dessa época em diante recusou cargos públicos e honras (assim uma comenda oferecida pelo rei e assim o cargo de Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, depois da revolução de Setembro de 1836). O título de um dos seus escritos é ideologicamente descritivo: *Preces e votos de um cidadão, amigo da ordem e da liberdade constitucional* (Lisboa, Typ. da Revolução de Setembro, 26.5.1846). As suas publicações reflectem a constante preocupação com a educação, como comprovam as *Cartas familiares sobre a educação* (*Panorama*, 1844), os *Excertos de um Dicionário de educação* (aparecidos no mesmo *Panorama*), ou a sua tradução do *Bom homem Ricardo*, de Benjamin Franklin. Traduziu diversas obras, francesas na maioria (Chateaubriand, Viardot, Jussieu, Ulliac Tremadeure). Escreveu algumas obras com Silvestre Pinheiro Ferreira, como o *Parecer sobre os meios de se restaurar o Governo Representativo em Portugal, por dois conselheiros da Coroa Constitucional* (Paris, 1831; escrito decorrente da consulta feita por D. Pedro aos dois conselheiros) e também com o filósofo outros escritos de índole vária (por exemplo, no *Siècle*, em 1832, uma *Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal*; ou, no *Pantólogo*, em 1844, uma “Exposição do engenhoso método do célebre filósofo J. Locke, aperfeiçoado segundo as observações de Silvestre Pinheiro Ferreira, para se coordenarem cadernos de apontamentos”), comentando-lhe o pensamento em diversas ocasiões, traduzindo-o (caso da *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*, extraída do *Cours de Droit Public*, saída na *Revista Literária* do Porto e em Lisboa, pela

“O Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira e o seu Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa”³. Sob o género temático da *jurisprudência*, o escrito, até agora desconhecido dos estudiosos do filósofo, corresponde, não só pela extensão, a bem mais do que uma recensão do *Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa*, editado em Paris com data do mesmo ano. Além de um comentário ao *Projecto*, no qual Filipe Ferreira de Araújo e Castro reconhecia uma espécie de sùmula de todo um saber, é um estudo, seguramente lido pelo filósofo, concebido por alguém que conviveu, no calor da amizade, quer com a acção do grande homem e do político, quer com o tecer moroso da meditação do filósofo, na qualidade de testemunha activa da operosa frutificação em pensamento e acção. Tanto quanto sabemos, as vinte e seis páginas correspondem, de facto, ao primeiro estudo em língua portuguesa sobre o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, merecendo reedição e estudo mais circunstanciado de o que aqui procuraremos fazer.

O texto de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, além de nos facultar um primeiro acesso à questão hermenêutica da recepção e da interpretação da obra de Silvestre Pinheiro (na qual se inscreve o reconhecimento além-fronteiras do seu pensamento e acção), permite-nos fazer uma primeira abordagem do *modus operandi* da filosofia silvestrina, centrado na articulação de teoria e prática, particularmente através da análise de um conceito fundamental da sua filosofia política, aliás pouco estudado e que

Tipografia Lusitana, em 1841), actuando em paralelo com o filósofo (por exemplo, no *Jornal da Sociedade Catholica*, em 1845, escrevendo sobre as “Bemaventuranças”, em artigo sequente a um outro de Silvestre Pinheiro sobre os *pecados mortais e virtudes opostas*) e inclusivamente elaborando, como autor anónimo, uma bibliografia, o *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira* (de 1849, ano derradeiro em que “prometia também uma *Memória sobre a sua vida e escritos*”, que porém a morte, a 16 de Julho, o impediria de fazer). Segundo Inocêncio, “pode com verdade afirmar-se que foi um dos caracteres mais ilustres e respeitáveis de Portugal no presente século” (*Dicionário Bibliográfico Português*, T. II, 1859, pp. 295-297 e T. VII, 1862, pp. 259-273). Foi provavelmente o melhor amigo de Silvestre Pinheiro Ferreira, que acompanhou ao longo de décadas e praticamente até aos últimos instantes (sendo seu testamenteiro), tendo sido enterrado, três anos depois da morte daquele, no mesmo túmulo, no Cemitérios dos Prazeres.

³ Filipe Ferreira de Araújo e Castro, “O Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira e o seu Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa”, in *Revista Litteraria*, nº XXI, T. III (2º ano), Porto, 1839, pp. 209-234. Esta “conta circunstanciada” do *Projecto*, segundo o próprio F. F. de Araújo e Castro, saiu inicialmente em diversos números do jornal *Nacional*, em Maio de 1839, na sequência do anúncio da edição do *Projecto* no *Nacional* de 14 de Março.

consiste no designado *poder conservador*. Através deste conceito surgirá uma primeira aproximação ao tema da harmonia na obra do filósofo.

A abordagem de Filipe Ferreira de Araújo e Castro – sob o mote “por amor da ciência, por interesse e glória da pátria, e por consideração devida ao autor de uma obra tão transcendente” – recorre, em síntese, a duas ordens de razões: por um lado, o problema hermenêutico da recepção e da interpretação do pensamento e por outro lado, o tópico do reconhecimento internacional do filósofo lisbonense. Neste procedimento, para além da estratégia discursiva (que consabidamente na tradição da eloquência faz a articulação dialéctica de retórica e lógica), encontrava-se também a clara identificação das dificuldades e dos meios supostos para as ultrapassar. Obviamente, as duas ordens de razões mencionadas pertencem à esfera genérica da hermenêutica.

Quanto ao problema da recepção e da interpretação do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, escrevia o comentador:

“O plano de organização que o nosso compatriota oferece à sua pátria é não só radical, e logicamente coerente com os princípios invariáveis do governo representativo considerado na abstracção teórica, mas apresenta ao mesmo tempo uma série de disposições exequíveis para quem o examinar com a precisa atenção, e o julgar com a devida imparcialidade.

Não dissimularemos todavia que um dos maiores merecimentos desta obra é também um grande obstáculo à sua pronta aceitação. É *assaz sistemática*, e ligada na relação que têm as suas disposições entre si, e com o princípio fundamental do plano, e por isso demanda uma contenção de espírito de que nem todos os leitores são capazes. É *assaz vasta* para compreender todos os ramos da pública administração, e todas as necessidades sociais, e por isso o seu estudo exige uma aplicação tão aturada, e uma atenção tão seguida, que dificilmente será sustentada por pessoas a quem não sejam familiares estudos desta natureza.

Assim, um Projecto que há-de representar algum dia um bem importante papel na história da ciência de governo, e dos esforços do mais nobre e desinteressado patriotismo, acha-se por ora colocado entre a ignorância inerte, que por fastio e desleixo não ousa examiná-lo, e a preocupação interessada em estorvar a propagação da luz, talvez porque pressente e receia ver destruídos, ou pelo menos abalados, os interesses, e a influência de que goza.

Nós deixaremos de parte os paralogismos, e pretensões de interesse particular, ou de partido para serem combatidos pela maioria da nação quando ela estiver *assaz*

esclarecida, e por conseguinte assaz forte, para julgar, e vencer essa oposição, porque *saber é poder*, dizia Lord Bacon”⁴.

Por outras palavras, a diagnose de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, que supomos consentânea com a do filósofo, aponta para duas espécies de factores conducentes ao insucesso hermenêutico, da recepção e da interpretação do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira: obstáculos gnosiológicos e epistemológicos, ao nível da teoria, do sistema (na relação das partes com o todo) e da amplitude do conteúdo e por conseguinte, incompreensão do “princípio fundamental do plano”; e enfim, de índole mais subjectiva, movendo-se entre a carência do grau de concentração psicológica necessário à compreensão e a falta de conhecimentos de especialidade e por outro lado, a parcialidade judicativa e a malevolência.

Numa palavra, a obra do filósofo, na formulação do seu amigo e comentador, “demanda uma contenção de espírito de que nem todos os leitores são capazes” e “o seu estudo exige uma aplicação tão aturada, e uma atenção tão seguida, que dificilmente será sustentada por pessoas a quem não sejam familiares estudos desta natureza”. Estes juízos de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, que visavam particularmente o caso do *Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa*, têm contudo validade aplicável ao conjunto da obra do filósofo luso-brasileiro.

Transitando para a segunda ordem de razões que mencionámos, Filipe Ferreira de Araújo e Castro continuava assim a sua acção de divulgação: “É pois à grande massa dos cidadãos ignorantes destas matérias, mas sensatos, honrados, e despidos de filáucia, de fatuidade, ou espírito de partido que nós nos dirigimos; e começaremos por mostrar-lhes qual é o conceito que os sábios estrangeiros fazem da pessoa, e das obras do nosso compatriota, autor do projecto, porque nisso vai o interesse, e a glória nacional, e o amor próprio de cada português”⁵.

⁴ F. F. Araújo e Castro, ob. cit., p. 210.

⁵ *Ibid.*, p. 211.

§ 2. A recepção europeia do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira por volta de 1839

Além do reconhecimento internacional do filósofo, a atenção efectiva à sua obra é patente nas recensões e estudos, em especial do Norte da Europa, citados por Filipe Ferreira de Araújo e Castro e cujo interesse, aliás, não é secundário para a história das ideias e das mentalidades. Neles assoma, em pleno ambiente intelectual da Europa liberal, a referência magistral e o claro prestígio da doutrinação do filósofo lisbonense. Contava Filipe Ferreira de Araújo e Castro, em fresco, que “Todos os jornais políticos ou literários em Paris anunciaram com grandes elogios o *curso de direito público* do senhor Silvestre Pinheiro Ferreira; e as suas obras *morais e políticas*, em geral, têm sido acolhidas com distinção, e lhe valeram a honra de ser recebido como correspondente do Instituto de França naquela classe”; e em seguida, o companheiro de viagem do filósofo passava a traduzir passagens de recensões das obras de Silvestre Pinheiro Ferreira, começando pela Suíça ⁶. Citemos os passos mais significativos, do ponto de vista do

⁶ “Em um dos jornais mais acreditados da Suíça o redactor depois de enumerar com distinta menção as disposições do *Projecto de Código*, diz o seguinte:

‘Nesta obra do Senhor Pinheiro Ferreira numerosas garantias são acumuladas para assegurar a marcha constitucional; e os governos representativos aí poderão beber os princípios de muitas reformas úteis, e melhoramentos necessários para assegurar o desenvolvimento gradual, e pacífico de suas instituições.’

‘Na época de transição em que nos achamos do regimen das monarquias absolutas para as constitucionais, semelhantes trabalhos são dignos de todo o favor público, pois é só pelo estudo sério destas questões que se chegará à sua solução, e a fazer andar os povos com firmeza e rapidez no caminho da reforma. Além disso é sublimar a política tratá-la com o tom sossegado e digno da ciência, e pôr o raciocínio no lugar desse cego espírito de partido, que anima a polémica dos jornais, e substituir a investigação da verdade (único fim de todo o trabalho verdadeiramente científico) a essas vistas de interesse, ou ambição pessoal que cada dia produzem novos sofismas.’

‘As obras do Senhor Pinheiro Ferreira são de grande proveito para a educação constitucional do seu país; elas farão compreender à mocidade, quanto é grave, e hoje tão comum, o erro de imaginar que qualquer homem versado em manejar a pena, ainda mesmo sem nenhum estudo prévio, é apto para traçar projectos de lei, ou julgar aqueles que outros têm elaborado; e quanto é insensata a opinião daqueles que fazem da quota das imposições um sinal certo para designar os legisladores de um país. Os moços estudiosos aprenderão enfim a ter uma saudável desconfiança de certas frases pomposas, ou enfáticas, que à força de serem repetidas passam hoje por verdadeiros axiomas aos olhos da multidão, e todavia não exprimem senão generalidades vagas, algumas vezes falsas, e sempre inaplicáveis.’

conteúdo, exactamente como os coloca Filipe Ferreira de Araújo e Castro no corpo do texto.

“Nos Jornais da Alemanha, Mr. de Mittermayer, um dos mais distintos professores, e jurisconsultos da escola e dos tribunais de Heidelberg, referindo-se à publicação do 3º volume do *Curso de Direito Público* do nosso autor, diz o seguinte:

‘O Senhor Pinheiro Ferreira, já mui vantajosamente conhecido por suas obras morais e políticas, havendo prometido fazer aplicações práticas, acaba de publicar o seu *Projecto de Código*, e outras obras em que desempenha a sua promessa não só com honra, mas até com generosidade.’

‘Depois de haver analisado as Cartas ou constituições políticas de Portugal, Brasil, França, Bélgica, e alguns Estados constitucionais da Alemanha, publicou o seu *Projecto de Código* precedido de outros projectos, e dos *Elementos de direito constitucional*.’

‘O Senhor Pinheiro Ferreira, nos seus projectos e mais obras de aplicação, sem se contradizer com os princípios estabelecidos no seu *Curso de Direito Público*, e *Manual do Cidadão*, seguiu com tudo a lei do progresso, já considerando as questões de direito constitucional debaixo dos mais interessantes pontos de vista, já completando o sistema de organização social, já finalmente passando da Jurisprudência para a Legislação, e apresentando a mais feliz aplicação dos princípios abstractos da ciência do publicista à execução e ao projecto do legislador, ou reformador de um Estado.’

‘Com efeito, o autor do *Ensaio sobre a Psicologia*, depois de haver feito aplicação da sua luminosa *teoria da definição* à ciência do direito público, e pelo mesmo método applicando os princípios do governo representativo a uma monarquia, fez um relevante serviço não só à humanidade e ciência em geral, mas à liberdade, e ao sistema constitucional em particular.’

‘Aplicando a sua lógica natural e conscienciosa às questões de organização de um governo representativo, resolve ao mesmo tempo, e por um modo tão simples como vitorioso, duas grandes dificuldades, a saber, deu à filosofia do publicista o

‘Ainda que o Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira não tivesse obtido outro resultado, esse já é assaz considerável, pois os trocadilhos, como a *legitimidade do direito divino*; - *a soberania do povo*; - *um trono cercado de instituições republicanas: o rei reina e governa, ou reina e não governa*, etc., etc. não têm servido até agora senão para enganar os espíritos, e irritar as paixões. Já era tempo de trazer o debate ao seu verdadeiro terreno, isto é, o *saber*, e a *experiência*.’ (*ibid.*, pp. 211-212).

desenvolvimento e evidência que lhe faltavam, e à prudência do legislador essa possibilidade de execução que espíritos, aliás perspicazes, não poderiam aí descobrir.’

‘As obras do Sr. Pinheiro Ferreira demonstram que não há grande distância da teoria à prática; que uma teoria pode ser boa, ou má; porém a medida que for conforme aos verdadeiros princípios, nem pode ser qualificada de impraticável, nem encontrar inconvenientes na execução.’ (*)

‘O projecto do Senhor Pinheiro Ferreira, pela sua vastidão, e pela força de raciocínio em que assenta, fará justiça a essas vulgares e cansadas distinções de teoria e de prática, e a essa miserável contraposição entre as ideias comuns, e as nobres concepções, embora apodadas de *utopias*, ou porque se elevam acima das *noções vulgares*, ou porque combatem os abusos. Veja-se Bentham no seu *Tratado da codificação*, págs. 393 e 409.

‘Pelo sistema do Senhor Pinheiro Ferreira, formulado naquele seu *Projecto de Código*, as pretensões do privilégio serão atacadas nos seus últimos entrincheiramentos; - os monopólios, e as veleidades do poder debaixo do pretexto de segurança, e de utilidade pública, hão-de acabar; - os abusos do poder, ou serão raros e difíceis, - ou ao menos a impunidade se tornará impossível, porquanto descobriu-se o meio de fazer em toda a parte efectiva a responsabilidade dos funcionários públicos, e a fiscalização, e sindicância da nação.

‘Segundo os princípios invocados pelo Senhor Pinheiro Ferreira, e as medidas legislativas por ele indicadas, já não haverá na linguagem do sistema constitucional, ficções, metáforas, e frases vazias de sentido; - não haverá evasiva para a ignorância, e a para preguiça, - não haverá chicana, ou ardil de má fé, quer seja do interesse particular, quer da parte do poder arbitrário: - e não faltarão garantias verdadeiras, nem aos direitos naturais do cidadão, nem à manutenção da ordem social.’

‘Qual será esse meio tão eficaz, e tão prodigioso? O Senhor Pinheiro Ferreira o descobriu na sincera aplicação do princípio do mandato, e delegação nacional ao exercício do poder, e ao comportamento de todos os seus agentes’⁷.

Terminando assim a citação de Mittermayer, especifica-lhe Filipe Ferreira de Araújo e Castro, seguidamente, o conteúdo, afirmando, em síntese, que as condições de

(*) Quão diferente é o modo de pensar do sábio publicista, e jurisconsulto alemão do parecer que acerca dos projectos de reforma do publicista português emitiram os Senhores Deputados Garrett, e Barão da Ribeira de Sabrosa, em uma Sessão do Congresso Constituinte em 1838! [Nota de F. F. de Araújo e Castro].

um governo representativo ou constitucional e o próprio sistema de organização social na sua totalidade, se acham compreendidos pelo filósofo na fórmula:

“Independência, e eleição nacional para todos os poderes.

*Responsabilidade, e publicidade para todos os actos”*⁸.

Não se deixará de ter observado, no quadro do problema hermenêutico da recepção e da interpretação do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, a nota apenas por Filipe Ferreira de Araújo e Castro à cita do germânico Mittermayer, a propósito das divisões no nosso Congresso na altura. A contraposição existente no seio do Congresso às ideias do filósofo, naturalmente obstava, além da recepção do seu pensamento, a possibilidade de uma vera interpretação das ideias e objectivos de Silvestre Pinheiro Ferreira. Um lustro depois das palavras de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* (11.1.1844) mencionava a nomeação de uma *“Comissão encarregada de examinar as Propostas do Sr. Silvestre Pinheiro”*. Debalde, como mais à frente veremos.

Importa acompanhar ainda o comentador e amigo do filósofo, não só para uma melhor compreensão da contextura de interpretação da obra e até do legado daí decorrente, como para chegarmos a uma primeira aproximação do tema da harmonia na sua obra, proporcionada pela reflexão silvestrina acerca dos poderes estatais, espelhada no *Projecto*.

§ 3. O “poder conservador” como chave de harmonia na cidade liberal

Como via Filipe Ferreira de Araújo e Castro no estudo que continuamos a seguir, em torno do *Projecto* de “legislação nacional” ou de “pacto social”, era mediante um “sistema de leis fundamentais, ou constitutivas, e de leis orgânicas”, necessário complexo de teoria e aplicabilidade, que podiam as constituições ser asseguradas na prática. Insuficiente era anunciar como leis fundamentais de um governo representativo certas garantias individuais ou determinados poderes estatais, sem a respectiva regulamentação no plano da realidade. Exemplo desta articulação é o caso do capítulo

⁷ *Ibid.*, pp. 212-214.

1º do título 2º da Lei Fundamental, espécie de “resumo do nosso pacto social em quanto regula e garante a todos, e a cada um dos cidadãos portugueses, os direitos naturais de *segurança, liberdade, e propriedade*”, permitindo a cada um usufruir daqueles direitos individual e colectivamente, contanto que no caso de abuso incorra na responsabilidade moral, política, ou judicial, pelos modos organicamente determinados na lei. Mas além de estabelecer garantias contra o abuso da liberdade da parte do cidadão, asseguram-se igualmente as liberdades públicas contra os abusos do poder e assim o capítulo das *garantias individuais* acaba com uma disposição que faz incorrer em responsabilidade política e judicial toda a autoridade legislativa, judicial ou administrativa que por omissão, excesso, ou abuso do poder, perturbe o exercício dos direitos individuais dos cidadãos ⁹.

Exemplo especialmente relevante da articulação dos planos da teoria e da própria realidade constitucional, na filosofia política de Silvestre Pinheiro Ferreira e tópico nodal desta, é o caso do designado *poder conservador*. No *Projecto*, o *poder conservador* integra-se na 2ª parte da Lei Fundamental, sob a rubrica *Dos Direitos e Poderes Políticos do Estado* (pentágono este composto pelos poderes eleitoral, conservador, legislativo, judicial e executivo). A propósito do poder conservador (desenvolvido nos capítulos “*das pessoas revestidas deste poder, e suas atribuições; e do modo de tornar efectiva a responsabilidade, e censura constitucional*”), escreve Filipe Ferreira de Araújo e Castro, não somente esclarecendo o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, como historiando o próprio conceito, surgido sob a égide da noção de harmonia:

“Não basta, como se crê vulgarmente, que a Constituição incumba em geral a todas as autoridades públicas de exercerem umas sobre outras uma vigilante fiscalização, mas é preciso regular o modo como esta se deve exercer, e considerá-la como um poder político distinto dos poderes legislativo, judicial, e executivo, pois as suas funções são absolutamente diversas das que constituem a especialidade de cada um daqueles poderes.

A este quinto poder político deu o autor o nome de *poder conservador* consagrando à sua organização um título especial no *Projecto*, que estamos examinando.

⁸ *Ibid.*, p. 214.

⁹ *Ibid.*, p. 217.

Por esta ocasião diremos aqui com o autor, que o número dos poderes políticos não é matéria de convenção, e portanto o *poder conservador* não é criação do autor. Em toda a sociedade humana ele existe tão necessariamente como os poderes legislativo, e judicial. O que podem fazer o legislador, e o jurisconsulto é colocar à parte as funções, que por serem de uma natureza diversa da dos outros poderes, merecem não ser confundidas com eles, e reconhecido isto, designá-las por um nome especial.

Quando Benjamin Constant designou com o nome de *poder moderador* o complexo de atribuições, que não sendo legislativas, nem executivas, formavam um grupo distinto, foi por haver observado que estas atribuições tinham por objecto reprimir a tendência dos agentes do poder legislativo a excederem seus mandatos: mas não foi ele quem criou o objecto, ele não fez mais do que nomeá-lo, e designá-lo.

Ao mesmo tempo que Benjamin Constant na Europa marcava com aquele nome as especiais atribuições concedidas em alguns países constitucionais aos monarcas, o nosso autor residente então no Brasil escrevia – que em todas as constituições se conferem não só ao monarca, mas a todas as autoridades superiores, certas atribuições que sendo por sua natureza distintas das dos respectivos empregos, deviam ser designadas por um diferente nome, e como todas elas tinham por fim conservar a harmonia e o equilíbrio entre os diversos poderes políticos do Estado, se lhes devia dar o nome de *poder conservador*.

Cumpra pois advertir que o quinto poder político, de que se trata, não é uma invenção de Benjamin Constant, nem do publicista português. O que este faz no seu *Projecto de Código* é regular o uso deste poder, e acrescentar às funções conservadoras algumas outras, que julgou necessárias para assegurar a eficácia deste mesmo poder, tais são: o *conselho supremo de inspecção*, e *censura constitucional*; e os *comícios do bem comum*”¹⁰.

¹⁰ *Ibid.*, 222-223. ‘Ensinados pela experiência dos séculos, diz o autor, nós reconhecemos que não bastava revestir os agentes dos diversos poderes políticos do direito de se fiscalizarem reciprocamente uns aos outros. Nada mais natural em tal caso do que tornar-se illusória a responsabilidade de todos pela necessidade que cada um sente de condescender com as faltas dos outros. Era pois necessário criar uma magistratura que colocada no mais alto grau da hierarquia, e não podendo exercer nenhum dos outros poderes ficasse isenta, desta influência que paralisa a acção das atribuições conservadoras, de que todas as outras autoridades se acham revestidas. Os leitores julgarão se o *Conselho de inspecção* pelo modo que se acha organizado, corresponde aos fins da sua instituição.’

‘Os *Comícios do bem comum* são destinados a regular o exercício do *direito de petição*, que em todas as constituições modernas se acha consagrado, mas que em

À questão do *poder conservador*, central, como dissemos, no pensamento político e jurídico do filósofo, dedicou ele larga reflexão, aliás com mais frutos no Brasil do que em Portugal ¹¹.

§ 4. “Três pontos de vista” para compreender o projecto silvestrino

O diagnóstico de Filipe Ferreira de Araújo e Castro entende que para a compreensão da obra do filósofo (o *Projecto*), “é mister que o seu autor seja considerado debaixo de três pontos de vista, a saber: como filósofo, como publicista, e como legislador, ou reformador.” Como filósofo, segundo o comentador, Silvestre Pinheiro Ferreira não adopta o método da *escola histórica ou doutrinária*, consignado em *precedentes, exemplos, ou casos*; mas “segue constantemente como base e princípio invariável da sua escola de filosofia, a definição exacta, e a legítima dedução dos princípios fundamentais da ciência, de que se trata; a verdade e o sentido natural antes do que as ficções, e as frases figuradas ou equívocas.” Já como publicista, prossegue Filipe Ferreira de Araújo e Castro, o escritor, ao aplicar a “sua lógica rigorosa e verdadeira, depois de haver enriquecido a ciência do direito constitucional com definições exactas, e teorias convenientes para fazer cessar toda a controvérsia, e tornar

nenhuma delas se organiza de modo conveniente para ser uma verdadeira garantia das liberdades públicas. O resultado desta negligência dos legisladores, observa o nosso autor, é que na maior parte dos países constitucionais, pelo receio de ver arriscada a tranquilidade pública apenas se permite aos cidadãos o dirigirem representações individuais destituídas da força, que lhes concilia o número dos representantes, e a madureza da deliberação, que teria precedido, se lhes fosse lícito reunirem-se em pacíficas assembleias. Nos dois únicos países onde por efeito do antigo hábito da liberdade aquelas reuniões se podem fazer sem risco de tumultos, observa-se contudo que as mais das vezes se vê destruído todo o efeito desta poderosa alavanca do mecanismo constitucional, porque o descompassado número de assistentes, e a falta de direcção, e de unidade das vistas, impede que se forme um centro comum de força, e de acção” (*Ibid.*, pp. 223-224).

¹¹ Veja-se, por exemplo, o texto de Silvestre Pinheiro Ferreira “Do poder moderador”, aqui em *AD* 11; ou as reflexões em *MC* 11 (§§ 593-630) acerca do “Do poder conservador” (em epígrafe a essa conferência, colocou o filósofo as seguintes palavras: “Sem um poder conservador não pode haver independência, harmonia, nem equilíbrio entre os outros poderes políticos do estado”).

tão fácil como acessível a doutrina constitucional, o que mostra pelo seu *Manual do cidadão*, veio por fim a resumir todo o sistema constitucional e seus comentários na seguinte fórmula, a saber:

*Independência, e eleição nacional para todos os poderes;
Responsabilidade, e publicidade para todos os actos.*”

É de notar como neste elevado conceito de “publicista”, de fundo iluminista e típico deste liberalismo, onde se conjuga a teoria do “filósofo” com a prática do “legislador”, se caracteriza muito do ideário e da acção de Silvestre Pinheiro Ferreira ¹².

No terceiro eixo da perspectiva hermenêutica de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, cumprirá, enfim, considerar o legislador ou reformador. “Finalmente, como legislador, reformador, ou antes arquitecto político, movido pelo mais desinteressado patriotismo, e preparado por longo estudo, meditação, e exame sobre a legislação antiga e moderna, na pátria e fora dela, conciliando a teoria da ciência com a prática dos negócios no exercício dos primeiros cargos do governo, traçou esta planta do edifício social, tendo em vista a necessidade de se reformar um país inteiramente desorganizado, e onde as instituições liberais, que se lhe têm pretendido enxertar, não só não têm podido vingar por mal definidas, e mal organizadas, mas têm por isso mesmo desacreditado o sistema constitucional aos olhos da multidão. Era mister pois que o plano fosse não só radical, coerente com o princípio do governo representativo bem entendido e conscienciosamente aplicado, mas assaz vasto para compreender todos os ramos da pública administração, e abranger todas as partes do sistema, com a unidade e nexos que faltava em todos os planos conhecidos” ¹³.

Nas palavras do amigo e comentador de Silvestre Pinheiro, com algum sabor a veredicto do pensamento liberal à época, o filósofo lisbonense é designado pela expressão “arquitecto político” e com efeito, foi sobretudo esse aspecto da sua obra que mais interessou a Europa culta do tempo.

À entrada dos anos quarenta do século XIX, aproximava-se para Silvestre Pinheiro Ferreira o fim do derradeiro ciclo além-fronteiras. O longo ciclo parisiense (1825-1842), sem dúvida o mais intelectualmente operoso, é ainda pouco conhecido dos estudiosos do filósofo. Assinalemos com alguma detença alguns eventos, ainda que por

¹² Sampaio Bruno designará Silvestre Pinheiro Ferreira “o patriarca dos modernos publicistas portugueses”, em *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1905), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão–Editores, 1987, p. 110.

¹³ *Ibid.*, pp. 219-220.

vezes um pouco telegraficamente e até pelo lado exterior, na esperança de que possam servir de ponto de partida a outros estudos. Entretanto, se o percurso da obra do filósofo é indicativo claro do curso dos eventos (que, como vimos, vão, por seu turno, ecoando também a obra do filósofo), semelhante dialéctica tem por fundo a temática da harmonia a enquadrá-la, quase sempre no horizonte e amplexo de um pensamento orientado para a conciliação. O ciclo parisiense de Silvestre Pinheiro Ferreira é, com efeito, claro indicativo disto a diversos títulos.

Capítulo Segundo

O CICLO PARISIENSE DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA. AS OBRAS

§ 5. O pensamento e a acção de Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris, no seu maior ciclo além-fronteiras (1825-1842)

Ao contrário do que é usual julgar, em 1825 está ele já seguramente em Paris ¹⁴. Com esta data e de lá, vêem a luz, pela sua pena, a *Synopse do Código do Processo civil, conforme as leis e estilos actuaes do foro portuguez* (com advertência preliminar datada de 31 de Dezembro de 1823, em Lisboa) ¹⁵, igualmente as *Observations sur quelques passages du “Manuel Diplomatique” de Mr. le Baron Charles de Martens* e enfim, é Filipe Ferreira de Araújo e Castro quem afiança no *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira*, entre os inéditos do escritor, uma *Carta a um diplomata seu amigo em Berlim, sobre a Política da Prússia e potências do*

¹⁴ A morada de Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris, como se pode verificar pelo epistolário disperso, é na rue Saint-Florentin, nº 15. Utilizou igualmente, para efeitos epistolares, a morada do colégio de Manuel Silvella (existente de 1827 a 1832), onde leccionou, na rue de Montreuil, nº 37, a Paris.

¹⁵ A recensão de Almeida Garrett da *Synopse do Código do Processo civil, conforme as leis e estilos actuaes do foro portuguez*, publicada no *Chronista*, é retrato do tempo.

“Esta obra utilíssima, filha de um trabalho ímprobo, e publicado por um ilustre português que honra e acredita a sua nação, não pode deixar de ser procurada de todas as pessoas que ou pela advocacia, ou pela magistratura, ou pelo magistério se dedicaram ao estudo e prática do direito. As *primeiras linhas* de Pereira e Sousa tratam o mesmo assunto; mas por diferente método: aquela obra é didáctica; vem a doutrina interrompida por citações muito desnecessárias; enredam-se as notas com o texto; as teorias jurídicas de envolta com os *factos* da praxe: nada disto ocorre nesta outra nova obra em que não há nem uma palavra de menos, nem uma palavra de mais do que o necessário, em que não se cita senão o que é indispensável citar. O A. fez como faria um jurisconsulto chamado pelo soberano para reduzir aos termos de um código os artigos todos de legislação escrita e prática que estivessem em vigor no foro, sem alterar nada senão o método da exposição. “A universidade de Coimbra devia dar-se pressa em examinar e adoptar este utilíssimo livro para compêndio e directório das prelecções de prática no 5º ano das faculdades jurídicas. Não o fará provavelmente; mas os estudantes o adoptarão de sua própria autoridade, e farão muito bem porque em 192 páginas de formato em 12 que tem este livrinho, acharão simplificado, claro e facilimo tudo quanto podiam desenterrar em anos de estudo de centenaes de volumes em folio” (Almeida Garrett, “*Synopse do Código do Processo civil, conforme as leis e estilos actuaes do foro*

Norte, relativamente à Península Ibérica (de Paris, em 1825), do mesmo ano ainda umas *Notas à Synopse do Código do Processo civil, segundo as leis e estilos do foro portuguez*, um *Parecer sobre o projecto de pacto federativo fundamental entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal* (de Paris, a 6 de Dezembro de 1825) e finalmente, um *Projecto de um acto de confederação e mútua garantia de independência dos Estados aí mencionados*. Tudo isto, pois, em 1825¹⁶.

Os títulos dos escritos que acabamos de referir traduzem, de facto, as maiores preocupações do filósofo, designadamente com os destinos de Portugal e do Brasil, da

portuguez', Paris, 1825", in *O Chronista*, vol. II, Lisboa, Imp. do Portuguez, nº 23, pp. 236-237).

¹⁶ Por outro lado, num documento da polícia francesa, datado de 29 de Agosto de 1825, inquire-se acerca das relações de Beresford com Pinheiro Ferreira, desconhecemos se por curiosidade da polícia ou do Governo Francês, se a pedido do Governo Português. Com a assinatura do *préfet de police*: "Je désirerais aussi connaître si le sieur Béresford entretient des relations avec le sieur Pinheiro Jéreiro" (*sic*) (Fernando Castelo-Branco, "Subsídios para o Estudo de Silvestre Pinheiro Ferreira", in *Colóquio*, nº 45, Lisboa, 1967, p. 61). Já em carta de 7 de Novembro de 1826, respondia Pinheiro Ferreira de Paris ao ministro D. Francisco de Almeida, a propósito da notícia da eleição do filósofo a deputado às Cortes Gerais (pelas províncias da Estremadura e Beira): "Sem a menor hesitação partiria em virtude dela para essa corte, se a minha ausência tivesse procedido de moto próprio. Mas eu saí por ordem desse governo, e acho-me aqui preenchendo os intuitos que o ministério daquela época teve quando assim o aconselhou a Sua Majestade, nos quais persistiu, como era natural, até à sua dissolução, e que V. Ex.^a houve por conveniente sancionar, dignando-se de me participar por officio de 4 de Agosto haver sucedido nesse ministério ao Ex.^o Sr. Conde de Porto Santo. Eu seria repreensível se assumisse a autoridade que só compete ao governo de me declarar desligado da obediência que me colocou na situação em que me acho há quase dois anos. Por ordem de Sua Majestade é que saí dessa corte; só por ordem de Sua Majestade a ela posso regressar" (carta citada por Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ferreira – Ideologia e Teoria*, Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 70). À autorização da regência, quase imediata, foi-se esquivando Silvestre Pinheiro, em parte por cepticismo em relação ao novo regime, em parte por encontrar em Paris condições favoráveis ao desenvolvimento e publicação do seu pensamento, que sempre esperava ver transfigurado em acção. Era tempo de assentar ideias em relação a Portugal e à Europa e ao Novo Mundo. Por outro lado, regressava às actividades pedagógicas no colégio Manuel Silvela (como professor de Direito Público) e dispunha ainda de uma pensão concedida depois da restauração de 1823, de um conto de reis (para que contribuiu o duque de Palmela, protegido por Silvestre durante a perseguição sofrida pelo duque no primeiro período constitucional) e que D. Miguel manteria (cfr. Teixeira de Vasconcelos, "Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira", in *Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4-4-1846, p. 4). O literato português exilado tirou a sua subsistência em Paris principalmente dos trabalhos intelectuais (cfr. J. A. Cabral de Mello, "Silvestre Pinheiro Ferreira", in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 118-119), o que em parte explica uma certa acentuação dele (que assinava as obras para evitar a contrafacção) nos direitos de propriedade literária.

Península Ibérica e da Europa. Silvestre Pinheiro Ferreira encontrava-se, porém, liberto da acção imediata e a sua maior ocupação seria doravante o equacionamento da relação dos diferentes campos da acção civilizacional. Era sobretudo neste sentido que podia realizar a sua aspiração de longa data de voltar a estar inserido na comunidade científica e cultural do seu tempo, como outrora estivera na Alemanha (durante quase uma década) ¹⁷, mas agora, melhormente, como publicista no activo e sem inibições diplomáticas de maior.

¹⁷ Uma palavra sobre o ciclo nórdico do filósofo português. Entre Outubro de 1798 e Dezembro de 1799, Silvestre Pinheiro Ferreira aprendeu a língua alemã em viagem pelo norte da Alemanha (demorando-se sobretudo em Hamburgo, Berlim e Dresde) e interessando-se então especialmente por botânica. A 30 de Setembro de 1799, dia em que António de Araújo de Azevedo (futuro conde da Barca) foi recebido por Goethe em Weimar, Silvestre Pinheiro Ferreira estava presente. De 1802 aos finais de 1808, foi como Encarregado de Negócios (1802-1804) para Berlim, onde residiu, viajando com frequência pela Alemanha e continuando a efectuar negócios de ordem vária ao serviço do Estado português. Estudou mineralogia com Karsten e Werner, estudou química e frequentou a Sociedade dos Investigadores da Natureza (“que então contava no seu grémio os mais célebres caracteres literários de Berlim”, segundo o testemunho do filósofo ao seu biógrafo Teixeira de Vasconcelos, em 1846, pp. 2-4). Em 1803, pôde testemunhar o significado para a Alemanha das perdas de Klopstock e de Herder, que profundamente admirou (designando o primeiro “Príncipe dos Poetas Alemães” e vendo um modelo de história universal nas *Ideias sobre a Filosofia da História para a Educação da Humanidade* [1784-1791], de Herder, com quem conversou na corte da Prússia; cfr. *PF*, §§ 344, 346 e *ENC*, p. 88 [*AD* 8]). Em 1804 foi a Freyberg adquirir para a universidade portuguesa o famoso gabinete mineralógico de Polst de Oheim (“que hoje existe no Brasil, muito aumentado com riquezas naturais daquele país”, segundo informou a Teixeira de Vasconcelos, *ibid.*). Impressionaram-no altamente as reformas políticas observadas na Prússia, que considerou “país modelo” (cfr. Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 101-105). Frequentou os cursos da “filosofia transcendental”: “Ouvimos muitas vezes os mais distintos filósofos da Alemanha e entre eles os dois primeiros discípulos de Kant, Fichte e Schelling”, segundo narra, mencionando no mesmo passo “o famoso Hegel” (*NE*, p. VII). Napoleão Bonaparte exigiu ao ministério português, relativamente a Silvestre Pinheiro Ferreira, que “o riscasse do quadro da diplomacia”, pois “Era o seu crime ter podido descobrir os planos ambiciosos de Napoleão a respeito da Península, e levá-los ao conhecimento do governo português” (como contou ele próprio a Teixeira de Vasconcelos, *ibid.*), feito que permanece indevidamente reconhecido. Correspondência de Silvestre Pinheiro (entre Março de 1804 e Setembro de 1806) acha-se em Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 11-29. Quanto ao seu posicionamento filosófico relativamente ao norte europeu germânico da época, no *Essai sur la Psychologie* (1826), depois de se referir à Alemanha como “ce pays à tant d’égards célèbre, et qui, depuis Leibnitz, se glorifie d’être la terre classique de la philosophie”, interroga: “Pourquoi la savante Allemagne voudrait-elle que la philosophie n’ait jamais franchi les bords du Rhin? On y porte même la prétention jusqu’à soutenir que’elle ne saurait dépasser ceux du Mein!” E remata: “Trop éclectiques pour partager une telle injustice, nous ne rougirons point de recevoir des leçons de philosophie sur les rives de la Seine, et de croire que les essorts

Em 1826 aparece o *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*¹⁸. Adverte-nos o autor que a obra fora escrita no fim do ano de 1824, com a intenção de concorrer ao prémio proposto pela Academia Real das Ciências de Copenhaga, sobre a seguinte

de la légèreté française valent bien la profondeur des vues dont la grave Allemagne semble s'enorgueillir” (*EP*, §§ 188, 221). Em 1839, contudo, mencionará “o tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha e a brilhante fantasmagoria dos da França”, especificando serem estes últimos os “eclecticos da França” e aqueles os filósofos idealistas kantianos (*NE*, pp. VI-VII e nota; veja-se ainda no § 7 do presente tentame hermenêutico o comentário em nota à famosa sentença silvestrina). Uma derradeira referência, particularmente elucidativa, aos “mais distintos filósofos da Alemanha” é feita por Silvestre Pinheiro Ferreira em 1845, ao classificar as “escolas de filosofia”: “Na quarta, igualmente notável pelo uso das metáforas, mas tomadas no mundo dos fenómenos incorpóreos, são particularmente distintos Kant, Fichte, Schelling, Hegel, na Alemanha: e a chamada escola ecléctica em França” (*QDFL*, p. 108). Na primeira das “escolas de filosofia” colocava a taxinomia silvestrina “os que têm por princípio não darem um passo em seus discursos, senão mediante o emprego de definição. Citaremos Aristóteles, Bacon, Leibnitz, Locke, Condillac, e a escola Wolfiana” (*QDFL*, p. 108). Referindo-se ao pensamento relacional de Leibniz, assevera ele que “uma vez compreendido, encontrareis numa só frase mais luzes do que poderíeis obter em todos os volumes dos Wolf e dos Baumgarten” (*EP*, nota XVII). É Leibniz, de entre os filósofos alemães, aquele que permanecerá sempre para Silvestre Pinheiro Ferreira fonte de inspiração e “um dos mais abalizados Filósofos” (*PF*, § 912). A consideração do filósofo português pela cultura alemã emerge muito particularmente numa nota de um escrito póstumo intitulado *Origens e afinidades das Línguas*: “É mui digno de notar-se o pouco tempo dentro do qual as línguas, de quasi estacionárias e rudes que eram, e tinham sido durante séculos, chegada certa época, se elevam em menos de um século a um prodigioso grau de perfeição. Disto temos evidente prova na língua latina, e, depois do renascimento das letras, nas línguas de todas as outras nações da Europa, sendo a Alemanha a última, e talvez a mais estupenda no seu desenvolvimento, a contar do reinado de Frederico, o Grande, que não contribuiu menos para este grande fenómeno da humana inteligência pelo desdém e asco que lhe inspirava a língua do seu país, no estado de imperfeição em que ela se achava, do que pela parcialidade que ostentava em favor da língua francesa. Estes desnaturais sentimentos em que das belezas ingénitas da sua língua materna, se achava o rei filósofo, despertaram os brios de seus compatriotas que às dúzias se puseram em campo para estigmatizarem a apostasia do maior homem do século, e mostrarem ao mundo, que, depois da língua dos Helenos, nenhuma é tão rica em recursos como a dos Germanos. Em menos de meio século achou-se a Alemanha dotada com a língua dos Klopstocks, dos Herders, dos Goethes, e dos Schillers” (“Origens e afinidades das línguas”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, p. 13, nota [texto por reeditar]). O texto “Origens e afinidades das línguas” encontra-se em *AD 7*.

¹⁸ *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*, Paris, Imp. de Béthune, 1826. Reedição em Paris, pela Typ. de Casimir, em 1828 (2ª) e última reedição (fac-símile da 1ª ed.), acompanhada de tradução em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de*



questão: “Quelle est la véritable notion de la Psychologie, et quelle est la relation de cette science avec celles qui s’y rapportent? Doit-on admettre la distinction que des savants ont voulu établir entre la psychologie empirique et la psychologie rationnelle?” A obra, que não chegou a ir a concurso (em Janeiro de 1825 ¹⁹), corresponde à primeira exposição em língua francesa da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira e onde não raro são recompiladas as *Prelecções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*, publicadas entre 1813 e 1820, durante o ciclo brasileiro do filósofo e onde o seu pensamento encontrou a primeira formulação. Do *Ensaio sobre a Psicologia*, escrevia Almeida Garrett, sintomaticamente, numa notícia literária: “acho a obra a mais acabada e instrutiva que neste género tenho lido. Muito carecemos nós de escritos desta espécie. O maior defeito que entre nossos escritores e oradores se observa é a impropriedade, o deslocado das ideias e expressões, a desarmonia do raciocínio com o discurso”. “Esta exaltação desvairada carece de correctivo; e só o pode dar o estudo dos autores que analisaram a teoria e mecanismo do discurso. Por onde muito é para recomendar a presente obra. Depois, o estudo dos clássicos é o complemento do remédio; mas quem se atreverá a receitá-lo?” ²⁰. Em carta

Filosofia e Outros Escritos Filosóficos, Tradução de Rodrigo S. Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, pp. 25-178.

¹⁹ Do concurso de Copenhaga sobre a psicologia, dá notícia, a partir da Alemanha, Louzada de Magalhães: “Entraram três tratados: foi premiado o de Suabedissen, professor em Marburgo. Dos outros dois, um estava escrito em língua alemã e o outro em língua francesa. O último, em particular, não podia ser distinguido porque, “com todo o gosto e formação científica” do autor, entrou demasiado pouco imediatamente nas questões colocadas” (J. J. Louzada de Magalhães, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischen philosophen vor ihm*, Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi, Bonn, 1881 [*Silvestre Pinheiro Ferreira. Sua Vida e sua Filosofia. Com uma Introdução sobre os mais importantes filósofos portugueses anteriores a ele*]; dissertação de doutoramento na Faculdade de Filosofia da Universidade de Bona).

²⁰ A recensão do *Ensaio sobre a Psicologia* feita por Almeida Garrett é, de novo, retrato do tempo. “Com orgulho anuncio ao público português esta obra, com que um nosso natural acaba de brindar a república das letras. As iniciais com que vem designado no frontispício do volume não deixam mui difícil adivinhar o nome do autor, aliás tão conhecido e respeitado entre nós, bem como o é dos estranhos. “Não é provável que os Portugueses, ao menos agora, queiram fazer verdadeiro o dito do nosso padre Vieira quando escrevia – *que Santo António, se quis ser santo, fora sê-lo para longe, porque em Portugal a inveja e a maledicência lhe houvera feito crimes de suas virtudes*. “Antes é de esperar que os escritos que pela Europa honram e acreditam o nome português, seja lidos e apreciados entre nós. “Nada temos escrito neste género; e muito magoa que o ilustre autor do ensaio o não quisesse escrever em sua língua. É óbvia a razão porque ele preferiu o Francês; e diga-se por vergonha nossa – quem compra livros em Portugal? –

de 4 de Outubro desse ano de 1826, endereçada à Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades de Lisboa, ao Prepósito da Congregação do Oratório Fernando Garcia, Silvestre, evocando a “saudosa memória da Congregação, de 35 anos a esta parte”, ofereceu à Livraria do Oratório “dois opúsculos apensos, cuja doutrina é fruto das lições que aí ouvi aos nossos doutos Mestres, e do que colhi da leitura do precioso tesouro de antigos e modernos Autores hoje confiados à guarda de V. R.”²¹. Um dos opúsculos seria o *Essai sur la Psychologie*, obra única silvestrina copiosa em citas de antigos Autores gregos e latinos, com frequência sobre o tema da harmonia universal.

Entretanto, o *Ensaio sobre a Psicologia* reflecte em diversos planos o conceito de harmonia, podendo afirmar-se sem exagero que este livro de Silvestre Pinheiro Ferreira é uma das obras de filosofia na qual, inclusivamente pelo seu carácter antológico, o tema maior da harmonia universal foi mais profunda e amplamente tratado. Do ponto de vista formal da aplicação deste conceito chave da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, trata o *Ensaio sobre a Psicologia* de procurar conciliar as duas perspectivas genéricas da psicologia empírica e da psicologia racional, integrando-as no

E essa pouca gente que os compra, por cada cem volumes de livros franceses, não emprega decerto um cruzado novo em um livro português. Não o podemos pois arguir os seus compatriotas por haver privado a nossa língua desse foro natural: seja porém lícito a esses poucos a quem dói o interesse e a glória nacional, lamentarmo-nos de tamanha perda. Carraccioli, um dos escritores distintos do século passado, todas as obras publicou em Francês; mas também ao mesmo tempo as publicava em sua própria língua, o Italiano. Ao menos esta mercê nos podia fazer o nosso benemérito compatriota. “Sem entrar agora no sério exame, que a natureza da obra demanda, e que por isso reservo para mais de vagar, direi todavia que encontrei muita novidade, muita perfeição de método, muita clareza, e que apesar de não convir com algumas das opiniões do autor, acho a obra a mais acabada e instrutiva que neste género tenho lido. “Muito carecemos nós de escritos desta espécie. O maior defeito que entre nossos escritores e oradores se observa é a impropriedade, o deslocado das ideias e expressões, a desarmonia do raciocínio com o discurso [...]. “Esta exaltação desvairada carece de correctivo; e só o pode dar o estudo dos autores que analisaram a teoria e mecanismo do discurso. Por onde muito é para recomendar a presente obra. “Depois o estudo dos clássicos é o complemento do remédio; mas quem se atreverá a receitá-lo? (Almeida Garrett, “Essai sur la Psychologie, etc. Ensaio sobre a Psicologia, compreendendo a teoria do raciocínio e da linguagem, a ontologia, a estética, etc., por S. P. F., Paris, 1826”, in *O Chronista*, vol. I, Lisboa, Imp. do Portuguez, Março, Abril e Maio de 1827, nº 3, pp. 66-68).

²¹ Carta existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, cit. em Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, p. 365.

todo da sua natural complementaridade ²². A mais profundo nível, uma tal harmonização decorre, precisamente, da confluência dos saberes antigos e modernos em torno do tema da harmonia, tema axial da *Psicologia* silvestrina e com desenvolvido alcance antropológico, cosmológico e teológico. Com efeito, sob a égide da harmonia, encontram-se no *Ensaio sobre a Psicologia* a tradição mitológica e filosófica da Antiguidade com o saber filosófico e científico da Modernidade, bem como a teologia helénica com a teologia da Cristandade, a fim de dizerem não raro o mesmo, ainda que em linguagens diferentes.

Em 1827, Silvestre Pinheiro Ferreira começa a dar aulas de Direito Público no colégio do Espanhol Manuel Silvella, frequentado maioritariamente por filhos de emigrados espanhóis. O colégio funcionou um lustro (1827-1832) e da actividade aí desenvolvida por Silvestre Pinheiro Ferreira dá-nos conta, uma vez mais, Filipe Ferreira de Araújo e Castro no *Catálogo*, ao mencionar entre os inéditos do escritor umas *Prelecções de Jurisprudencia commercial, Economia politica, Direito publico interno e externo, e questões de Philosophia applicada ás sciencias moraes e politicas; no collegio de Mr. Silvella, Paris, rua de Montreuil, nº 37, nos annos de 1829 e 1830* ²³.

Pelos finais desse ano, uma elucidativa carta de Silvestre Pinheiro Ferreira (dirigida ao Bispo-Conde de Arganil, na hora Presidente da Câmara dos Deputados e futuro Cardeal Saraiva, a propósito da convocação de Cortes Extraordinárias para o juramento do Infante D. Miguel como Regente do Reino, com data de 30 de Novembro

²² J. H. da Cunha Rivara chamaria a atenção para a “apurada crítica, e com tão vasta como selecta erudição” com que Silvestre Pinheiro Ferreira desenvolveria no *Essai sur la Psychologie* a problemática, equacionada por Rivara do seguinte modo: “A verdadeira razão da divergência dos filósofos, a origem de seus encontrados sistemas, é sem dúvida o aparente combate entre a *sensibilidade* e a *razão*, a perpétua flutuação do *eu* humano entre estes dois pólos, entre estes dois móveis, unidos no fundo, mas sobre o teatro da vida separados e hostis. À proporção pois que os filósofos por exigências exclusivas tomaram mais especialmente para ponto de partida os *fenómenos da sensibilidade* ou as *ideias da razão*, a ciência se tornou *sensualista*, ou *idealista*, *empírica* ou *racional*” (“Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836”, in *Revista Literária*, T. III [2º Ano], Porto, 1839, nº XX, pp. 127-133; transcrita por Ferreira-Deusdado no “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX” e com edição recente em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, p. 473).

²³ Maria Beatriz Nizza da Silva refere o testemunho de um jovem chileno aluno do colégio, recordando o filósofo luso na qualidade de docente daquela instituição de ensino, assim como a duração da existência da mesma (Vicente Pérez Rosales, *Recuerdos del pasado*, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., p. 271, n. 61).

de 1827), dá-nos conta do horizonte, das circunstâncias e do estado de espírito do filósofo. A operosidade do génio lisbonense, no fundo, aspirava “ao maior serviço que está ao meu alcance” (e que, de acordo com o espírito da missiva, viria a culminar, entretanto, no *Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa*), para o que cumpria não deixar cortar “o fio das ideias que só no sossego de um retiro, como este em que tenho vivido, podem germinar” e para o que força era estar “absolutamente senhor do meu tempo e do meu espírito que nada vem perturbar”²⁴.

²⁴ “Ele [D. Miguel] espera-se aqui por estes oito dias. Eu tenho a pedir-lhe a mercê de me continuar na Comissão, em que Seu Augusto Pai para aqui me mandou: e a razão porque tenho entre mãos um trabalho que aí me é impossível concluir por falta de livros: e em cujo desempenho tão imperfeito quanto é de esperar das minhas poucas forças, entendo fazer o maior serviço que de mim podem pretender os meus Constituintes:

Eu tinha feito noutro tempo a tentativa de reduzir a forma de Código, como hoje possuem várias Nações, a Ordem do nosso Processo Civil: e o ano passado publiquei aqui o resultado daquele meu trabalho. [...] Quando S. M. houve por bem mandar a Carta que hoje nos rege, senti, como todo o mundo, a necessidade tanto da legislação orgânica indispensável para a sua inteligência e execução, como de um corpo de legislação administrativa, civil, e criminal conforme aos princípios da mesma Carta. Pareceu-me pois que faria algum serviço, e mesmo o maior que está ao meu alcance, se revolvendo os muitos apontamentos que no decurso de trinta e tantos anos tenho feito do que tenho lido, visto, e reflectido, formalizasse um Ensaio ou Projecto da legislação que ligadamente respondesse ao mesmo tempo a todos aqueles diferentes objectos. Esta tem sido a minha ocupação durante o ano que estamos a findar: e tenho a satisfação de ver o meu trabalho tão adiantado que posto eu não admita a distinção que os modernos têm adoptado, apresentando em outros tantos Códigos as matérias de Direito civil, comercial, criminal e administrativo; para dar a V. Ex.^a uma ideia do estado da minha empresa direi que o que em geral se entende por Leis Orgânicas, Determinações fundamentais da Administração e os Códigos civil e comercial estão coordenados. Mas como no meu modo de conceber este trabalho, todas estas matérias não formam corpos separados, mas vêm promiscuamente tratados entre si e com as disposições penais, em um só corpo; é impossível apresentar separadamente nenhum dos Livros ou Títulos de que o todo se compõe, sem o inevitável inconveniente de não ser entendido ou ser mal interpretado. Ora, eis aqui o trabalho que eu desejava acabar: que só aqui no meio de recursos de todo o género: absolutamente senhor do meu tempo e do meu espírito que nada vem perturbar, posso concluir no decurso de um ano. De modo que se na primeira Sessão de 1829 for tempo para ele se apresentar, não hesito em prometer que estará pronto. Pelo contrário, se agora eu for obrigado a interrompê-lo com ocupações que além de me tomarem o tempo, me cortarão o fio das ideias que só no sossego de um retiro, como este em que tenho vivido, podem germinar, perdido fica todo o meu trabalho passado [...].

[...] ainda quando obtenha do Sr. Infante o ficar aqui, e ele assim o mandar participar à Câmara para ela dar o seu consentimento, sei que há-de haver quem atribua a falta de patriotismo a minha prolongada estada cá por fora: e ninguém melhor do que V. Ex.^a pode destruir por si e pelos seus amigos esta falsa prevenção, uma vez que V. Ex.^a conheça e lhes faça conhecer os meus verdadeiros motivos.

Por outro lado, é suposição sem referência factual a convicção, habitual há já quase século e meio, de que Silvestre Pinheiro Ferreira permaneceu em Paris isolado e queto de “actividade política”. É possível que lhe haja sido conveniente que assim parecesse, mas um ou outro indicador chegam para ilustrar o oposto. Assim, se uma carta a Victor Cousin, datada de 12 de Novembro de 1828 e com o remetente do colégio Silvela, indica já relações pessoais de grande proximidade com o pensador eclético francês ²⁵, cuja casa Silvestre Pinheiro Ferreira frequentava, já numa outra carta ao mesmo destinatário, com data de 27 de março de 1833, onde Silvestre se equaciona como o criador do *direito público constitucional* e pertencente “à Península Ibérica na Europa e ao Brasil na América”, avança-se ele na qualidade de candidato a concurso para associados estrangeiros da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França, que prestigiosamente integraria como Correspondente na secção de Legislação ²⁶. Por outro lado, o filósofo político português frequentou, sem dúvida, a sede francesa do poder político, embora desconheçamos a que título e grau, podendo

Espero portanto que V. Ex.^a desculpando a prolixidade desta infinda epístola, concorra para eu levar a cabo um trabalho que estou impaciente de submeter à sua douta censura; pois é V. Ex.^a a pessoa com quem conto para a última demão, sobretudo no que diz respeito às *Relações civis dos Negócios Eclesiásticos e de Culto Divino*, que faz parte essencial dos capítulos que têm a designação de - Coroa e Ordens” [...]. Apenso a esta carta foi enviado o índice do trabalho do filósofo então em curso e um “Projecto das Ordenações do Reino de Portugal oferecido para serem propostas às Cortes Gerais, Sancionadas, e mandadas observar por Sua Majestade Fidélissima o Senhor Dom Pedro Quarto: Pelo Deputado Silvestre Pinheiro Ferreira” (a carta de Silvestre Pinheiro que citamos acha-se reproduzida na íntegra por Carlos Ary dos Santos, “Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris”, in *Colóquio*, nº 48, Lisboa, 1968, pp. 67-68).

²⁵ Estão por apurar em investigação as influências exercidas por Silvestre Pinheiro Ferreira sobre o pletórico divulgador francês, uma geração mais novo do que o mestre português e cujas linhas gerais de pensamento constituiriam a filosofia oficial francesa de 1830 a 1848. Sem esquecer que em 1844 era decretado no ensino liceal português o eclectismo espiritualista para orientação da disciplina de Filosofia.

²⁶ Cinco cartas de Pinheiro Ferreira dirigidas a Victor Cousin (entre Novembro de 1828 e Junho de 1835) acham-se reproduzidas na obra de Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Livraria Cruz, 1958, pp. 252-256. Um documento relativo à nomeação de Pinheiro Ferreira como correspondente na secção de Legislação da Academia das Ciências Morais e Políticas, a 27 de Janeiro de 1838, com a memória *Sur l'administration de la Justice criminelle, d'après les principes du Droit Constitutionnel*, acha-se também reproduzido por Maria Luiza Rangel (*ibid.*, p. 257). A memória, extraída do *Cours de Droit Public*, viria a ser editada em 1841 na *Revista Literária* (nº 38) do Porto, com tradução de Filipe Ferreira de Araújo e Castro e finalmente, em opúsculo, numa edição revista e corrigida: *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*, Lisboa, Tip. Lusitana, 1841.

admitir-se como aceitável a relação com o carácter de *sábio* e a actividade de *publicista*²⁷.

Em 1830, aparecem, pelo seu punho, a *Constituição política do Império do Brasil e Carta Constitucional do Reino de Portugal* e um *Prospecto e índice alfabético dos termos da Constituição do Império do Brasil, e da Carta Constitucional portuguesa*. No mesmo ano sai o *Cours de Droit public interne et externe*, obra que consagra o jusfilósofo junto da opinião pública da Europa liberal e onde entretanto era exposta a doutrina liberal da teoria do governo representativo sob a designação de direito constitucional. Ainda em 1830, a preocupação pedagógica traduz-se em obra inaugural do *cours d'études* que o filósofo entenderia legar à Europa e ao Novo Mundo, sob a forma dos *Précis d'un Cours de Droit public*, exposição didáctica da obra homónima.

Em 1831, nas *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, escrevia o pensador na defesa de uma solução federalista para o Brasil: “Desejaríamos ver eliminado no Brasil o sistema de centralização, que é um dos principais motivos do desgoverno que se observa em todos os Estados da Europa, entretanto que os estados Unidos da América setentrional, só por se haverem afastado deste fatal sistema, vão correndo com tão agigantados passos na carreira da civilização e da prosperidade”²⁸.

No mesmo ano surgem também os *Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal*²⁹. Aí nos diz ele que “o autor empreendeu esta obra com o fim de mostrar

²⁷ A propósito de um parecer do nosso filósofo, publicado em Paris, acerca dos inconvenientes das grandes Bibliotecas, ele mesmo conta que “tivemos a satisfação de ouvir fazer na Câmara dos Deputados de França, por um dos mais distintos sábios do nosso século, M. Arago, a proposta de se abolirem naquele país, e de se distribuírem pelos diversos Estabelecimentos científicos, a Biblioteca Real de Paris e, semelhantemente, as que estivessem no mesmo caso” (“Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os catálogos das bibliotecas”, in *O Pantólogo*, 1844, nº 3, p. 21, nota [texto por reeditar]). Cfr. **AD** 15. O sábio mencionado é Dominique François Jean Arago (1786-1853), astrónomo, físico, geodeta e político.

²⁸ Em comentário ao artigo 84 da Constituição brasileira, que entregava ao poder executivo as decisões dos conselhos gerais das províncias, ficando portanto dependente do governo central a sua aplicação posterior (Cfr. Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 77-80).

²⁹ *Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal*, T. I. (*Carta Constitucional e Projecto de leis orgânicas*), T. II (*Exposição da Carta Constitucional e do Projecto de leis orgânicas*) e T. III (*Projecto de reforma das leis fundamentais e constitutivas da Monarquia*), Paris, Of. Typ. de Casimir. O último tomo tem a data de publicação de 1832. O tomo I contém um *Mapa demonstrativo das graduações e da ordem de*

como se poderiam emendar os defeitos mais notáveis da Carta constitucional, e dar-lhe as leis orgânicas de que carecia para inteira execução.” Era a grande preocupação do pensador, harmonizar princípios e prática, a fim de coincidirem as premissas pensadas e a realidade orgânica da vida, assegurando-se enfim que “continente” e “conteúdo” não carecessem um do outro.

A 8 de Setembro de 1831, o conde do Lavradio, antigo discípulo de Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro e amigo do filósofo, convidava-o, em nome de D. Pedro, a pronunciar-se sobre o restabelecimento constitucional em Portugal ³⁰. Da consulta resultou o *Parecer sobre os meios de se restaurar o Governo Representativo em Portugal. Por dois Conselheiros da Coroa Constitucional*, em co-autoria com Filipe Ferreira de Araújo e Castro, trabalho com segunda edição no ano seguinte ³¹. Para os dois conselheiros, “o sistema representativo só difere do absolutismo em depositar em mãos separadas, e escolhidas pelos homens capazes da Nação, os diversos poderes políticos”. Mas esta diferença é tudo. Considerado ilegítimo D. Miguel em virtude da usurpação do livre consentimento da vontade Nacional, o seu governo poderia ser licitamente debelado. Mais problemática era a concitação da “vontade nacional” em prol da instauração do governo representativo, quando o clero e a nobreza temiam a perda das prerrogativas sociais e sobretudo a desapropriação (“interesses e honras”). A solução para uma monarquia constitucional abraçada pela aristocracia, à diferença da

promoção dos diferentes empregos e dignidades civis, militares e eclesiásticas (pp. 88-89) e contém um *Mapa das estações do público serviço na capital, nas províncias, nas comarcas, nos cantões, nos distritos, nas municipalidades, e nos bairros* (p. 470).

³⁰ “8 de Setembro de 1831. – Por ordem de Sua Majestade Imperial mandei hoje ao Conde de Villa Real, Filipe Ferreira d’Araújo e Castro, Cândido José Xavier, Silvestre Pinheiro Ferreira e Agostinho José Freire um convite para comparecerem no sábado, 10, ao meio-dia, no *Quai d’Orsay* 15, a fim de Sua Majestade os ouvir sobre objectos relativos à causa de sua augusta filha, a Rainha de Portugal” (D. Francisco de Almeida Portugal, *Memórias do Conde do Lavradio* (parte primeira: 1796 a 1833), vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 67).

³¹ Teixeira de Vasconcelos informa: “No meio de laboriosas tarefas literárias, veio encontrá-lo a chegada do imperador à Europa; chamado uma ou duas vezes ao seu conselho disse ali a verdade francamente, e depois, por motivos justificados, publicou, de acordo com o Sr. Filipe Ferreira a sua opinião” (T. Vasconcelos, ob. cit., p. 4) Em 1832, o título da reedição acrescentada do *Parecer* é elucidativo: *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal, seguido de notas às observações que se publicaram em Londres, e de uma análise das mesmas Observações, segundo os princípios de jurisprudência aplicável às questões de Regência - Intervenção das Potências estrangeiras - e Amnistia: e reflexões sobre a necessidade absoluta de leis preparatórias e orgânicas para a introdução e seguimento da Carta Constitucional*.

revolução de 1789 (onde abruptamente se deu a abolição da “propriedade privilegiada”), exigia compromissos de transição, já que “em Portugal, Espanha, Inglaterra e Estados da Alemanha a questão torna-se infinitamente mais grave porquanto em todos estes países as classes privilegiadas, a saber, o clero secular e regular, nobreza e magistratura, formam uma grande parte da nação e, se ajuntarmos os empregados no serviço daqueles privilegiados e os que dependem da sua beneficência, reconheceremos que a desgraça destas nações e a principal dificuldade da reforma consiste em que a parte mais considerável da sua população é interessada ou dependente do sistema dos privilégios”. A solução era, pois, de transição gradual, mediante uma “legislação sistemática” assente no “princípio do justo”, em “indenizações adequadas”, “respeito pela propriedade legalmente adquirida”, etc.³².

A filosofia política de Silvestre Pinheiro Ferreira é consabidamente, em larga medida, uma reflexão sobre a transição histórica europeia (do mundo do “absolutismo feudal”, para o mundo “liberal”) e do Novo Mundo, profundamente atenta à causalidade formal, às causas eficientes e materiais e com expectativa na causa final da felicidade civilizacional da humanidade. Por isso, como mais à frente veremos, é ponto culminante

³² Para a circunscrição e aprofundamento da crise portuguesa de 1831-1832, ver José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974, pp. 102-117 e Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 72-77. Para apreciar o conceito que Pinheiro Ferreira fazia da referida “transição”, são bastante eloquentes as suas reflexões sobre o governo da Prússia, em seu entender, “país modelo” (cfr. Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 101-105).

A 24 de Novembro de 1832, Silvestre Pinheiro Ferreira e Filipe de Araújo e Castro apresentaram ao conde do Lavradio, em conversa, uma proposta segundo a qual, para pôr termo à guerra civil na Casa lusitana, a Imperatriz escreveria ao marido, D. Pedro, a fim de que este, espontaneamente e sem conselho de ninguém, a autorizasse a dirigir-se aos Reis de França e de Inglaterra, pedindo-lhes, não uma intervenção interna no país, mas uma mediação para fazer cessar a guerra civil e pôr a Nação Portuguesa em condições de poder manifestar livremente a sua vontade. Para o efeito, retirar-se-iam de Portugal tanto D. Pedro como D. Miguel e assumiria a regência, com o consentimento dos dois litigantes, D. Isabel Maria, repondo-se as coisas na situação em que estavam antes da morte de D. João VI. O exército de D. Maria II retirar-se-ia aquém Mondego e o de D. Miguel além e forças inglesas e francesas encarregar-se-iam da salvaguarda da paz armada, até à reposição do equilíbrio. O conde pediu aos dois conselheiros que reproduzissem a proposta numa *memória*, que foi enviada na semana seguinte a D. Pedro (a 30 de Novembro de 1832). Na abertura da memória, supostamente a dirigir pelo Duque de Bragança aos reis de França e da Grã-Bretanha, lê-se que a “causa” a defender “não é só de Portugal, mas da França, da Europa e da humanidade” (D. Francisco de Almeida Portugal, *Memórias do Conde do Lavradio*, ob. cit. pp. 324-325 e para a reprodução da memória, p. 328 e segs.). Da fase de conselho, à fase panfletária e

da obra do filósofo português uma teoria da civilização, tendo por pano de fundo a temática da harmonia a enquadrá-la no horizonte conciliador do equilíbrio das forças civilizacionais consideradas na elevação a uma certa perfeição.

Em 1832, da articulação da pena do filósofo com a de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, saía no *Siècle* uma *Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal* (reeditada no ano seguinte) e meses depois, em livro datado de 1833, era editado um *Projecto de um sistema de providências para a convocação das Cortes gerais e restabelecimento da Carta constitucional. Apêndice ao Parecer de dois conselheiros da coroa Constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*.

Publica em 1833 as *Observations sur le «Guide Diplomatique» de Mr. le Baron Charles de Martens* e ao virar do ano, as *Observations sur la Charte Constitutionnelle de la France*, assinalando o alargamento do comentário silvestrino, ao longo do lustro seguinte, a outras cartas constitucionais europeias, designadamente, além da francesa, a da Bélgica e a do Reino de Saxe, comentários, como vimos, que se tornarão famosos e conhecerão sucessivas edições ³³. Está por fazer o valioso levantamento dos comentários de Silvestre Pinheiro Ferreira a várias outras constituições, distribuídos por largas centenas de páginas da sua obra. Na introdução às *Observações sobre a Carta Constitucional da França*, escrevia o filósofo: “Independência e eleição nacional para todos os empregos; responsabilidade e publicidade de todos os actos: tais são as condições essenciais do governo representativo”. Seria esta a epígrafe do *Manual do Cidadão*.

É já em 1834 que surge o *Manual do Cidadão em um Governo Representativo, ou Princípios de Direito constitucional, administrativo e das gentes* ³⁴, cujo terceiro tomo é um *Projecto de Código geral das leis fundamentais e constitutivas de uma*

à de intervenção “diplomática”, fez Silvestre, então, a partir de Paris, quanto esteve ao seu alcance para evitar a “ruína do país”.

³³ Os comentários às cartas constitucionais, depois de edições individuais, virão a ser incorporados no tomo III do *Cours de Droit Public Interne et Externe, avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du Royaume de Saxe*, em edição de 1838.

³⁴ *Manual do Cidadão em um Governo Representativo, ou Princípios de Direito constitucional, administrativo e das gentes*, T. I (*Direito constitucional*), T. II (*Direito administrativo e das gentes*) e T. III (*Projecto de Código Geral das leis fundamentais e constitutivas de uma Monarquia Representativa*), Paris, Rey et Gravier, 1834. Reedição fac-similada em Brasília, Senado Federal (Coleção Memória Brasileira, nº 10), III ts., 1998, com Introdução de António Paim.

Monarquia Representativa, obra editada ao mesmo tempo em francês com o título *Principes du Droit public constitutionnel, administratif, et des gens, ou Manuel du Citoyen sous un Gouvernement Représentatif*. A obra, com *compte rendu* do próprio Rauter (segundo informa Louzada de Magalhães ³⁵), é a versão popular e em forma de diálogo do *Curso de Direito público interno e externo* (1830), título, como observámos, de consagração do jusfilósofo junto do público culto da Europa liberal e entretanto destinado a expor a doutrinação liberal da teoria do governo representativo, designada direito constitucional. Nas dez páginas iniciais do *Manual do Cidadão* esclarece o filósofo, com a habitual capacidade de síntese, em que consistem, entre outras, as expressões correlativas *direitos e deveres (do homem e do cidadão)* a expressão *lei do justo (direito universal, ou da razão)* e as expressões *direitos naturais* (ou de *segurança pessoal, de liberdade individual e de propriedade real*), *direitos sociais* (expressos no *direito civil, no direito público e no direito penal*) e *pacto social*. Particularmente no caso de Portugal, a teorese juspolítica silvestrina, fundando-se em remirada exegese histórica (eventualmente inspiradora de Alexandre Herculano ³⁶), quer-se essencial e futurante continuidade histórica de princípios que constituíram a original harmonia da nação portuguesa ³⁷. No instrutivo prólogo do *Projecto de Código geral das leis*

³⁵ Louzada de Magalhães (ob. cit., p. 38) cita o artigo de Rauter, “Compte rendu sur les Principes du Droit public par Pinheiro Ferreira”, na *Revue Étrangère de Législation*, Paris, 1834.

³⁶ Conhece-se uma referência epistolar de Alexandre Herculano a “Silvestre Pinheiro Ferreira, o grande pensador português deste século, com cujo nome v.^a ex.^a [Almeida Garrett] acaba de me fazer a honra de associar o meu” (citada por Pedro de Azevedo, “O primeiro casamento de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, Lisboa, 1910, pp. 155-158).

³⁷ Numa nota do *Manual do Cidadão*, certamente com motivação conjuntural, pode ler-se: “Não há povo algum na Europa, excepto o espanhol, onde a origem da monarquia seja mais popular, e os limites da realeza mais bem estabelecidos do que no português.

As crónicas e a tradição concordam em que, na véspera da batalha de Campo d'Ourique, os guerreiros que acompanhavam o príncipe dom Afonso Henriques, sentindo a necessidade de um chefe, e formando uma aparência de assembleia de representantes da nação, lhe propuseram quisesse tomar o título de rei. Diz-se que então o príncipe respondera: que preferia o título de seu irmão e camarada ao de rei, e lhe bastava ser obedecido como chefe militar. Seja o que for, é certo que, continuando a combater e a triunfar, por toda a parte foi proclamado monarca, não só pelos soldados mas por toda a nação, e não se pode oferecer exemplo de realeza mais popular, e contrato fundamental mais expresso do que o celebrado nas cortes denominadas de Lamego.

Mais tarde, sendo cortado o fio da sucessão pela morte de Fernando, subiu ao trono o mestre d'Avis (dom João), por eleição do povo, eleição em que tomou a

fundamentais e constitutivas de uma Monarquia Representativa (o terceiro tomo do *Manual do Cidadão*), com assinatura de 4 de Julho de 1834, escreve o filósofo,

iniciativa a câmara ou municipalidade de Lisboa, e que depois foi solenemente confirmada nas cortes de Coimbra.

Interrompida outra vez a sucessão pela morte do Cardeal-Rei, levantou-se questão entre Catarina de Bragança, neta do rei dom Manuel, e Filipe II, rei de Castela, e bisneto do dito dom Manuel. E posto que o voto de alguns jurisconsultos, e mais que tudo a força das armas, fossem por algum tempo favoráveis às pretensões de Filipe II de Castela, com tudo o povo português, logo que lhe foi possível, decidiu a questão definitivamente, sacudindo o jugo do rei intruso, e nomeando rei de Portugal o duque de Bragança, que tomou o nome de dom João IV.

Assim as cortes de Lisboa, por uma resolução de 5 de Março de 1641, reconheceram, e sancionaram explícita e formalmente o princípio da soberania do povo nos termos seguintes. E *pressupondo por coisa certa em direito que somente ao reino compete julgar e declarar a legítima sucessão do mesmo reino quando sobre ela há dúvida entre os pretendores por razão do rei último falecer sem descendência, e eximir-se também da sua sujeição e domínio, quando o rei por seu modo de governar se faz indigno de reinar, por quanto este poder lhe ficou quando os povos a princípio transferiram o seu no rei para os governar*. Veja-se o Assento das cortes de 1641, §§ 1, 2, 3. Manifesto a favor da duquesa de Bragança contra Filipe II.

O direito de depor o rei, quando ele abusa da autoridade que lhe fora delegada, foi reconhecido em Portugal como condição essencial, e o Assento das cortes de 1641 diz o seguinte: *Por quanto, conforme a regra de direito natural e humano, ainda que os reinos transferissem nos reis todo o seu poder e império para os governar, foi debaixo de uma tácita condição de os regerem com justiça, e sem tirania*. E tanto que no modo de governar usarem delas, *podem os povos privá-los dos reinos em sua legítima e natural defesa*; e nunca nestes casos foram vistos obrigar-se, nem o vínculo de juramento estender-se a eles.

Os motivos que podem justificar a destronização dos reis acham-se ainda mais explícitos na exposição que dom Pedro II mandou apresentar aos três estados do reino juntos em cortes no ano 1668, onde se lê o seguinte: *“Que os reis de Portugal podem ser depostos pelo povo, ou por incapacidade para o governo da monarquia, ou pelo abuso do governo, que consiste em acções tiránicas, ou pela dissipação dos bens e da fazenda nacional*; e duas vezes o povo português usou deste direito. Veja-se este célebre documento no livro do conde da Ericeira intitulado *Portugal restaurado*, tom. 4, livro 12, parte 2^a.

Fica pois provado além de outros muitos documentos da história portuguesa pela *Acta das cortes* de 1641, no reinado de dom João IV, e pela *Exposição* remetida ou autorizada por dom Pedro II, não só a verdadeira origem, mas as condições essenciais do poder monárquico em Portugal; e que neste reino o princípio da soberania do povo tem prevalecido sobre a doutrina do chamado *direito divino*, doutrina falsa e subversiva em quanto considerada como imediata origem do poder civil.

Por esta ocasião é de notar que o princípio da soberania do povo foi expressamente reconhecido e adoptado pelos dois primeiros reis da casa de Bragança; que foi depois renegado por outros monarcas da mesma dinastia tornando-se absolutos; e ultimamente foi restabelecido por dom Pedro I, outro príncipe da mesma dinastia e imperador do Brasil, no artigo 12 da constituição daquele império onde se diz: *“Todos*

transpondo o fogo cruzado da contextura lusa de então, que “Nestes termos lançámos os olhos para um futuro cuja época nos não é lícito nem mesmo conjecturar, mas que, devendo ser o resultado de uma guerra de extinção do privilégio, não pode admitir outra forma de governo que não seja a de uma monarquia livre de todo o privilégio”; e conclui, afirmando do *Projecto* “o seu fim último de fundar na nossa pátria o império da lei comum, da justiça e da liberdade, sobre as ruínas do poder absoluto, do privilégio e da anarquia”³⁸. A regulamentação da instrução consignada no *Manual do Cidadão* (no *Projecto de Código geral das leis fundamentais e constitutivas de uma Monarquia Representativa*), valeu-lhe a atribuição do título de *Bentham português*, feita por Luís Meireles do Canto e Castro numa *Memória sobre a educação da mocidade*, impressa em Paris nesse ano de 1834³⁹.

Participa activamente na *Encyclopédie Moderne* de Courtin, em 1835, com artigos como “Négociation”, “Non intervention”, “Théogonie (Mythologie)”, “Traités”, “Voyelles”, alguns dos quais editados separadamente, como *Du principe de la non intervention en général et particulièrement dans la situation actuelle de la Péninsule Ibérique*, ou *De la Théogonie (Mythologie)*. No mesmo ano publica a segunda edição aumentada das *Observações sobre a constituição do Império do Brasil e sobre a carta constitucional do Reino de Portugal* e publica ainda o *Supplément au «Guide Diplomatique» de Mr. le Baron Charles de Martens*.

os poderes políticos no império do Brasil são delegações da nação”. V. Diccion. polit. e mor. Madrid” (MC, I, 10, § 507, nota, pp. 266-268).

³⁸ MC, Prol., X-XII.

³⁹ Cfr. Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses*, ob. cit., p. 366-367 (inclui a transcrição feita por Canto e Castro, na referida *Memória sobre a educação da mocidade*, dos artigos 115 a 137 do *Projecto das leis fundamentais e constitutivas*, artigos mais concretamente insertos no título III, capítulo III: “Da classificação dos cidadãos segundo o seu estado civil”).

Em 1836, uma *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*⁴⁰ e um *Projecto de um Banco de socorro e seguro mútuo*⁴¹, traduzem bem a conjugação dos sentidos histórico e pragmático típicos da actuação do filósofo.

As *Noções elementares de Ontologia*, do mesmo ano, são o primeiro livro, correspondente à metafísica do filósofo português, a abrir a trilogia que, juntamente com a *Psicologia* e a *Ideologia*, constituirá no fim do triénio seguinte a *Filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas* (1839). Nas primeiras linhas do livro primeiro lê-se que “A ontologia tem por objecto as noções gerais, e que são comuns a todos os conhecimentos humanos”⁴². A gnosiologia destas noções consta num *Mapa Sistemático das palavras que denotam as relações mais genéricas* e numa exposição sinóptica e sistemática da linguagem, onde a sinonímia actua como chave dos conteúdos intuitivos⁴³. A compreensão das substâncias do universo e das suas qualidades e relações acontece, na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, mediante a palavra, que traduz as relações entre as substâncias e as qualidades que podemos saber e ser. Por isso, a meditação silvestrina culmina numa filosofia da relação, em articulação dessa tríade categorial, sob a forma de uma filosófica linguagem universal. Este labor de uma vida, de inspiração aristotélica e leibniziana e anunciado desde o Brasil como *Gramática Universal* e *Pasigrafia* e cultivado até à última década da sua existência, foi destinado à harmonização hermenêutica das inteligências das diversas nações, permanecendo até hoje o menos conhecido da obra silvestrina e mesmo ignota flor ontognosiológica. Não é improvável que fosse esta realização do filósofo que Cunha Seixas tivesse em mente ao mencionar na conclusão da *Galeria de Ciências Contemporâneas* “os dados ontológicos a que se arrojou” Silvestre Pinheiro Ferreira. Podia assim Cunha Seixas afirmar, em 1879, que “Silvestre P. Ferreira foi um vulto grandioso, que, mal estudado, mal entendido, mal apreciado, ainda espera a justiça dos séculos”⁴⁴.

⁴⁰ *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*, em cuja advertência preliminar o autor afirma consistir o escrito na reprodução do título 1º do *Projecto de Código geral das leis fundamentais e constitutivas de uma Monarquia Representativa*, ou seja, o tomo III do *Manual do Cidadão*.

⁴¹ O *Projecto de um Banco de socorro e seguro mútuo* (Paris, Rey et Gravier, 1836) foi reeditado em Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, Introdução e Direcção de edição de José Esteves Pereira, Lisboa, Banco de Portugal, 1996, pp. 19-32.

⁴² *NEO*, § 1.

⁴³ *NE, ams*, adv.

⁴⁴ J. M. da Cunha Seixas, *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, Liv. Intern. de E. Chardron, Porto, 1879, pp. 360-361. Seria interessante investigação apurar a herança do

A temática da linguagem é central na obra do filósofo português, que profundamente conhecia a língua grega e seus dialectos e o latim, assim como as principais novilatinas, o alemão e o inglês. Traduziu no Brasil, em 1814, as *Categorias* de Aristóteles e uma década depois apresenta no *Essai sur la Psychologie* a tradução para o francês de mais de duas centenas e meia de passagens de autores gregos, romanos e medievais, assim como muitas outras, em 1845, na *Théodicée* (onde, inclusivamente, discute a tradução de uma passagem de S. Paulo, §§ 1222-1231). Preleccionava já no Rio de Janeiro o poliglota cosmopolita que “Das línguas modernas, é fora de toda a dúvida que nenhum homem de letras e mesmo os de uma certa educação nas outras Classes, podem prescindir do conhecimento das quatro principais línguas da Europa (o Italiano, o Francês, o Inglês e o Alemão)”⁴⁵. Dos seus princípios filológicos e epistemológicos, tal dos *mapas* pasigráficos e da prática do tradutor, decorre toda uma filosofia da tradução.

Desde 1836, o ano das *Noções elementares de Ontologia*, até ao último mês em Paris (Julho de 1842), Silvestre Pinheiro Ferreira perseguirá activamente o leibniziano fio de uma “harmonia linguística”, com a especial preocupação de fazer entenderem-se franceses e alemães, publicando para o efeito o *Essai sur les rudiments de la Grammaire allemande*, os *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultièmes des noms et des verbes de la langue allemande*, os *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultièmes des noms et des verbes de la langue française à l’usage des allemands* e enfim, inclusos na derradeira publicação filosófica do ciclo parisiense, os *Précis d’un Cours de Philosophie Élémentaire* (1841), surgem os *Tableaux Systématiques de la nomenclature de l’Ontologie, de la Psychologie et de l’Ideologie*, versão francesa dos mapas pasigráficos da estreme gramática filosófica silvestrina, para uso universal.

pensamento silvestrino, filosófico e jurídico, no de Cunha Seixas, em cuja obra, aliás, não é de pouca importância a temática da harmonia (com veiculação não só leibniziana).

⁴⁵ Continuando a passagem: “Pois que em cada uma delas há, para todas as profissões, Obras Clássicas que nem existem nem é de esperar que se transportem para as outras, porque as que versam sobre as Ciências são em muito grande número, e as de gosto, quer sejam de Eloquência, quer de Poesia, apenas se podem imitar, mas de nenhum modo traduzir. E se é indispensável a todo o homem que quer formar o Gosto sobre os diferentes géneros de Poesia ler o Ariosto, o Tasso, Corneille, Racine, La Fontaine, Shakespeare, Milton, Klopstock, etc., etc., nos seus originais, como poderá suprir o que só em Homero, em Sófocles, em Demóstenes, em Horácio, em Terêncio, em Cícero, se pode encontrar, nem se pode traduzir em nenhuma outra língua?” (*PF*, § 941). Veja-se ainda o paralelo entre os dialectos gregos e os novilatinos (*PF*, § 379).

1838 é para ele ano notável a diversos títulos. A 27 de Janeiro é eleito Correspondente na secção de Legislação da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França, com a memória *Sur l'administration de la Justice criminelle, d'après les principes du Droit Constitutionnel*⁴⁶. Edita as *Notes ao «Traité du Droit des Gens» de Vattel*⁴⁷ e os comentários às constituições: as *Observations sur la Charte Constitutionnelle de la France*, as *Observations sur la Constitution de la Belgique, décrétée par le Congrès Nationale de 7 Février 1831* e as *Observations sur la Constitution du Royaume de Saxe promulguée le 4 Septembre 1831*. 1838 é o ano da eleição de Silvestre Pinheiro a deputado por Ponta Delgada⁴⁸ e embora escusando-se

⁴⁶ Extraída do *Cours de Droit Public*, viria a memória a ser editada em 1841, na *Revista Literária* (nº 38) do Porto, numa tradução de Filipe Ferreira de Araújo e Castro e finalmente, com edição revista e corrigida, posterizada em opúsculo: *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*, Lisboa, Tip. Lusitana, 1841.

⁴⁷ O comentário a *Le droit des gens ou principes de Loi naturelle* (1758) de Vattel, discípulo de Wolff e de Leibniz, obra clássica na Europa de então, fornece ocasião a Silvestre Pinheiro Ferreira para se posicionar perante um grande veio jusnaturalista do século XVIII. Expressões equivalentes são, para ele, *direito natural*, *direito da razão*, *direito filosófico* ou *universal* e aí se acha, uma vez mais, evidenciado o conceito chave do jusfilósofo luso que é o *princípio do justo*, “regra única de toda a moral e de toda a política”, ligado à “razão universal que situamos acima de todos os monarcas e de todos os legisladores”. “Le principe de tout droit, ainsi que de toute obligation, n’est autre chose que le *principe du juste*, c’est-à-dire, *qu’il n’y a de juste que ce qui produit la plus grande somme possible de bien à tous en général et à chacun en particulier*” (*Notes*, Prélím., § 7 e §§ 10 e 21). Note-se a diferença da definição de Silvestre Pinheiro Ferreira relativamente à fórmula aritmética utilitarista benthamiana (“*the greatest happiness of the greatest number*”), na ressalva da singularidade ôntica. Foi na suposta impossibilidade de efectuar a verificação do conteúdo da definição, que incidiu a crítica do *compte rendu* de Rauter ao *Droit Public* de Pinheiro Ferreira, em 1834 (ao contrário de Mittermayer, Rauter parece desconhecer o alcance da “teoria da definição” de Silvestre Pinheiro Ferreira). Quem entre nós se deteve nas *Notes* a Vattel foi Luís Cabral de Moncada, nos *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra Editora, 1938, pp. 32-38.

⁴⁸ O micalense José Augusto Cabral de Mello, amigo de Silvestre Pinheiro, observa: “A ilha de São Miguel foi o primeiro território português, depois do triunfo da causa liberal, que mostrou sensivelmente apreciar os conhecimentos e as virtudes de tão conspícuo literato e publicista, elegendo-o pelo seu distrito deputado às cortes [...]”. Na sua homenagem ao filósofo, um lustro depois do seu falecimento, Cabral de Mello refere-se ao período que estamos a tratar e particularmente à altura em que o filósofo terá recebido dele um presente literário. “O sr. Silvestre Pinheiro Ferreira, infelizmente já roubado ao mundo, existia desde longo tempo na França, vítima do infortúnio, e objecto do desprezo da pátria, que tanto ilustrara, mas que dele se esquecera quando entre muitos povos cultos dos dois hemisférios era lembrado o seu nome, e reconhecido o mérito de suas produções científicas e literárias. “Foi no tempo da sua residência naquele país (penso que em 1840), que eu lhe dirigi uma Ode, testemunho da minha

amizade e reconhecimento, a qual publiquei pela imprensa, lastimando que a pátria não remunerasse devidamente os serviços que um seu filho tão distinto lhe fizera, já como homem de letras, já como funcionário e ministro, nem curasse ao menos de fazer sentir que apreciava os seus luminosos escritos, de que ele tirava a subsistência em país estranho. [...] Pareceu-me pois que a Ode referida, como produção de um açoriano, e testemunho de apreço e de respeito para com esse homem ilustre que a famosa ilha de São Miguel soubera venerar e distinguir, devia ser consignada na - *Revista dos Açores* – periódico literário escrito e publicado na mesma ilha. “É por isso que me animo a dá-la de novo à luz pública, inserindo-a nas colunas deste ilustrado periódico, para mais se perpetuar o nome do sábio português, o reconhecimento do amigo, e a glória do país que soube fazer justiça ao elevado merecimento de tão digno compatriota. *Dignum laude virum musa vetat mori* (Hor., *od.* 8^a). *Claro Pinheiro, venerando génio, / Estremado esplendor do Tejo aurífero! / Muito há que, aos sons harmoniosos da lira, / Teu nome alçar desejo / As lúcidas estrelas. // Tu no Brasil florente, onde colhias / Viçosos louros, quando ainda aos Lusos / A união e os risos bafejavam, meigo / De favores me encheste, / Distintos, memoráveis: // Tu, ministro de estado esclarecido / No território luso, entregue todo / Aos cuidados dos públicos negócios, / Não duvidaste honrar-me / Com delicadas letras: // Tu lá da Gália, onde buscaste asilo / Ao ver da pátria, que fiel serviste, / As túbidas discórdias, com finezas / De cândida amizade / Meu respeito premeias. // Mas a musa me tem sempre negado / Seu influxo potente: - o infortúnio / Que há lustros quatro me golpeia iroso, / Teve o poder gorgóneo, / Tornou-a endurecida // Ora, que, ao ver meu fado menos triste, / A voz, o estro, me desprende, anima, / De Fénelon a pátria onde repousas, / Se não aos astros nítidos, / Voarão meus versos. // Que dotes raros, altos dons mimosos, / Em ti fulguram, ínclito Pinheiro! / Quanto deves ao árbitro das orbes! / Quanto às aónias deusas / Irmãs de Febo! // A candura, a modéstia, a probidade, / A fé, a rectidão, ornaram teu peito: / Enriquecem-te o espírito brilhante / Das artes e ciências / Os fúlgidos tesouros. // Tens alma egrégia, rígida constância: / Ou na bonança, ou nas borrascas, mostras / Sereno rosto e plácido: - inflexível / Trilhas a estrada nobre / Da enérgica virtude. // Dos átrios eternos, radiosa e bela, / Desce a verdade, e nos teus lábios pousa: / A sólida doutrina, a dicção pura, / Facúndia e gosto, movem / A tua pena de ouro. // Moldaste o génio teu nas obras-primas / Dos grandes mestres gregos e romanos: / No berço ouviste a cítara de Homero, / De Horácio a lira, as regras / De Longino, de Túlio. // As ciências filosóficas profundas, / Co'as belas-letras, te alimentam, nutrem: / És publicista luminoso: - acolhe / Entre aplausos o mundo / Teus escritos magníficos. // Não só movendo a delicada pluma / Em didáctico estilo instruis, ensinas, / Mas em áureo Liceu a voz soltando: / Qual Sócrates sublime / Na celebrada Atenas. // Ah! e ver pode indiferente a pátria, / Líbia, que longe de seu seio vivas? / Que um filho tal, seu ornamento, em paga / De serviços e méritos, / Se asile em solo alheio? // Oh fado negro, antigo, deplorável, / Dos portugueses doutos!... Olvidados, / Hão-de ou morrer nos hospitais misérrimos, / Ou ir manter a vida / Em países estranhos! // Assim Galvão e o grão Camões morreram; / Assim foram errar na Gália mesma / O douto Almeida, honra de Urânia, e o sábio / Correia tão famoso / E o imortal Filinto” (J. A. Cabral de Mello, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 118-119). A última estrofe da ode alude a António Galvão, ao padre Teodoro de Almeida, ao abade José Correia da Serra e ao padre Francisco Manuel do Nascimento. Há um texto em que o filósofo dedica interessantes considerações a uma tradução de Cabral de Mello (“As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia*

com *moléstia*, dir-se-ia que ao acontecimento responde o filósofo não só com a publicação do ultimado *Cours de Droit Public Interne et Externe, avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du Royaume de Saxe*, mas sobretudo, alguns meses depois, já em 1839, com o *Projecto de Código Político para a Nação portuguesa*.

Constituiu o *Projecto*, particularmente mediante o escrito que motivou a Filipe Ferreira de Araújo e Castro, razão suficiente para abrimos esta hermenêutica silvestrina e conduzir-nos ao périplo pelo ciclo parisiense do nosso filósofo, o ciclo mais operoso quão menos conhecido e cujo vislumbre estamos prestes a encerrar.

Os últimos três anos em Paris acentuam a preocupação de Silvestre Pinheiro Ferreira com a questão económica, numa altura em que o publicista reconhece abertamente ser ouvido pela Europa⁴⁹ e em que se estreia no inglês, por certo dirigindo-se especialmente ao mundo anglo-americano, ao publicar, ainda em 39, os *Principles of Political Economy by Mr. Mac-Culloch, abridged for the use of Schools, accompanied with notes and preceded by a preliminary discourse by Mr. Pinheiro Ferreira*. Em 1840, aparece o *Projecto de associação para o melhoramento da sorte das classes*

Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844”, in *O Pantólogo*, nº 23, p. 184 [texto por reeditar]. Cfr. **AD** 17.

⁴⁹ Em carta datada de 20 de Janeiro de 1840, a Adrião Pereira Forjaz, que oferecera ao filósofo os seus *Elementos d'Economia Política*, Pinheiro escreve: “Quando recebi o precioso mimo dos *Elementos d'Economia Política*, com que v. s.^a se dignou honrar-me, já eu tinha tido o gosto de os ler e possuir, por favor do meu amigo, o sr. Filipe Ferreira d’Araújo e Castro. Dizer que os li, e certificar a v. s.^a que experimentei o mais vivo prazer, vendo que na minha pátria fossem já tão conhecidas as doutrinas, de que depende, em grande parte, a sua regeneração. Não é de admirar que eu sentisse esta surpresa, achando-me ausente e quasi sem comunicações literárias há trinta e oito anos; porque, no pouco tempo que, neste intervalo, aí me demorei, não tive um momento para poder avaliar os progressos que entre nós tinham feito as ciências. “Por este belo trabalho de v. s.^a, e pelo que a sua nobre candura aí refere de outros nossos compatriotas, que também na mesma ocasião o meu referido amigo me fez conhecer, vejo que nada temos que invejar às nações entre as quais esta ciência há sido mais cultivada. “A Europa ouvirá com surpresa, de que me vanglorio, o adiantamento em que aí se acham estes estudos, no breve anúncio que tenho lançado por escrito para ser inserido num dos principais periódicos mensais desta capital. À vista de tantos e tão bons escritos, eu me teria certamente absterido de tratar estas matérias, se o plano de um curso de estudos, de que já se acha impressa uma parte, me não obrigasse a formalizar um sucinto compêndio em harmonia com aquele plano [...]” (Adrião Pereira Forjaz, “Algumas lembranças do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *O Instituto*, vol. 11, Coimbra, 1863, p. 81).

*industriosas*⁵⁰, onde entretanto o nosso pensador se posiciona relativamente às diversas modalidades de organizações sociais, como as de Platão, Campanella, Tomás Moro, Fénelon, Bodin e por outro lado, as de S. Simon, Fourier e Owen⁵¹. Meses depois, em 40, saem os *Précis d'un Cours d'Économie Politique, suivi d'une Bibliographie choisie de l'Économie Politique pour Mr. de Hoffmanns*⁵².

Em Janeiro de 1841, escreve uma *Carta ao Imperador D. Pedro II*. Se “a sabedoria do homem de Estado consiste em aproveitar as lições da História”, como aí pôde ler D. Pedro II, a proposta da divisão do Brasil em cinco Estados confederados, com a adequada Constituição federal, levava apontado o exemplo dos Estados Unidos, pelas mãos dos “Washingtons, os Franklins, os Jeffersons e os Adams”, “uma das primeiras nações do universo”⁵³.

O ano de 1841 é especialmente assinalado pelos *Précis d'un Cours de Philosophie Élémentaire: Ontologie, Psychologie, Idéologie*, versão francesa das *Noções elementares de Filosofia geral e aplicada às Ciências morais e políticas* (1839), nos quais se acha a última dádiva filosófica de Silvestre a Paris e à Europa, guardada para o fim e como que a encerrar o *Cours d'Études* que o filósofo português entendeu oferecer à sua época⁵⁴.

⁵⁰ A introdução de Silvestre Pinheiro ao *Projecto de associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas* (Paris, Fain et Thunot, 1840) foi entusiasticamente editada na *Revista Universal Lisbonense* (T. I, fevereiro de 1842, nº 19, pp. 57-60), aparecendo pouco depois uma não menos entusiástica recensão de J. L. A. Frasão, “Da última obra do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira” (*Revista Universal Lisbonense*, T. I, 1842, nº 30, p. 359), a ilustrar bem o ambiente de expectativa que se vivia em Portugal (aí se lê, acerca de Silvestre, que “sua missão é pacífica, augusta, é o *Messias da razão, da filosofia e da ordem social*”). O *Projecto de associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas* foi reeditado por José Esteves Pereira na compilação sob o nome de Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 41-154.

⁵¹ Cfr. José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 172-188.

⁵² *Précis d'un Cours d'Économie Politique, suivi d'une Bibliographie choisie de l'Économie Politique pour Mr. de Hoffmanns*, Paris, Imp. de Raynal, 1840. Reedição em *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 159-269.

⁵³ Cfr. Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., pp. 77-80.

⁵⁴ Na carta citada a Adrião Pereira Forjaz (de 20 de Janeiro de 1840), Pinheiro Ferreira alude ao “plano de um curso de estudos, de que já se acha impressa uma parte” (Adrião Pereira Forjaz, ob. cit. p. 81).

§ 6. O Curso de Estudos silvestrino e o *corpus* filosófico

Contudo, no plano silvestrino do curso de estudos, o último lugar, como mais à frente veremos, destinou-o ele à *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* (1845), que o filósofo teólogo guardou para o fim do seu tempo e para Portugal, empenho do último lustro de vida na pátria, quedo inédito pela morte e que só vê a luz um século e seis décadas depois. Encontramo-nos assim em posição de delinear o Curso de Estudos silvestrino, nas versões ultimadas das obras, genericamente composto pelas áreas de Direito, Economia, Filosofia e Teologia, nas seguintes obras: *Précis d'un Cours de Droit public, administratif et des gens, suivi d'un Projet de Code politique pour la Nation Portugaise* (1845)⁵⁵; *Précis d'un Cours d'Économie Politique, suivi d'une Bibliographie choisie de l'Économie Politique pour Mr. de Hoffmanns* (1840); *Précis d'un Cours de Philosophie Élémentaire: Ontologie, Psychologie, Idéologie* (1841); *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* (1845).

Para complemento de cada uma destas áreas há, no conjunto das obras e escritos mais ou menos dispersos de Silvestre Pinheiro, um número considerável de trabalhos⁵⁶ e as *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura* (1844-1845) são exemplo de uma composição literária transversa a diversas áreas. Caso similar é o dos escritos filosóficos.

O *corpus* filosófico silvestrino compõe-se das seguintes obras: 1. *Prelecções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia* (1813-1820), acompanhadas das *Categorias de Aristóteles, traduzidas do grego e ordenadas conforme um novo plano, para uso das Prelecções Filosóficas do autor* (1814); 2. *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du*

⁵⁵ Os *Précis d'un Cours de Droit public, administratif et des gens, suivi d'un Projet de Code politique pour la Nation Portugaise* (1845) foram precedidos, por ordem cronológica, pelo inaugural *Cours de Droit public interne et externe* (1830), os *Précis d'un Cours de Droit public* (1830) e o *Cours de Droit Public Interne et Externe, avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du Royaume de Saxe* (1838). Segundo o *Novo Catálogo* de Araújo e Castro, há umas *Notes au "Précis d'un Cours de Droit constitutionnel"*, publicadas em 1845 e 1846 (informe não localizado).

⁵⁶ Está fora do horizonte desta “hermenêutica silvestrina” dar conta exaustiva das publicações de Silvestre Pinheiro Ferreira. Este trabalho acha-se, porém, desenvolvido na bibliografia do filósofo inclusa no final do presente estudo.

langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne (1826); 3. *Noções elementares de Filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas - Ontologia, Psicologia e Ideologia* (1839); 4. *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura* (1844-1845)⁵⁷; 5. *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* (1845).

⁵⁷ *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, III ts., Lisboa, Typ. Lusitana, 1844-1845. Colectânea de diversos escritos e artigos, publicados sobretudo em *A Restauração* e outros periódicos, entre 1844 e 1845. Considerou-a Inocêncio “uma pequena enciclopédia” e “último legado que Silvestre Pinheiro deixou aos seus patrícios”. São 64 textos. O primeiro tomo das *Questões* compreende duas partes, constando a primeira (Tomo I, Parte I) de: a) *Em que casos poderá abster-se de votar o membro de uma assembleia legislativa?*; b) *Do conselho d'Estado nos governos representativos*; c) *Do conselho d'Estado, conforme o projecto de lei proposto à Câmara dos deputados na sessão de 25 de Fevereiro*; d) *Da polícia preventiva nos governos constitucionais*; e) *Do sentido do artigo 27º da Carta constitucional, segundo os princípios dos governos representativos*; f) *Dos supremos tribunais de justiça nos governos representativos*; g) *Da origem, natureza e efeitos das diversas espécies de amnistia*; h) *Em que consiste a resistência legal* (1º e 2º artigos); i) *Que quer dizer a frase: 'o rei reina e não governa'?*; j) *Da instituição do juri*; l) *Das supostas ficções dos governos constitucionais*; m) *Do princípio das maiorias e do voto universal nos governos representativos*; n) *Dos elementos essenciais do poder legislativo nos governos representativos*; o) *Da reforma eleitoral*; p) *Das assembleias constituintes e das constituições* (1º, 2º e 3º artigos). A segunda parte do primeiro tomo (Tomo I, Parte II) consta de: a) *Do poder moderador* (1º e 2º artigos); b) *Das dispensas da lei*; c) *Devem os proprietários de fundos nacionais ou estrangeiros, ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?*; d) *Devem os estabelecimentos particulares de caridade ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?*; e) *Da natureza do pariato nas monarquias representativas*; f) *Do princípio fundamental, e das condições essenciais dos governos representativos* (1º, 2º e 3º artigos); g) *Das condições essenciais do poder judicial nos governos representativos* (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º artigos); h) *Dos delitos políticos*; i) *Das reformas constitucionais* (1º e 2º artigos); j) *Da responsabilidade dos membros do governo supremo*; l) *Dos conluios industriais*; m) *Dos monopolistas, atravessadores e mascates*. O segundo tomo compreende a terceira parte (Tomo II, Parte III), constando de: a) *Da independência dos poderes políticos*; b) *Dos princípios da hermenêutica aplicados à história da jurisprudência comercial*; c) *Das diversas sortes de moeda, ou meio circulante* (1º, 2º, 3º e 4º artigos); d) *Da interpretação do artigo 137º da Carta constitucional*; e) *Da liberdade de correspondência, e da liberdade do ensino*; f) *Dos princípios característicos das diversas formas de governo*; g) *Do direito de petição e de protesto nos governos constitucionais*; h) *Estado da questão: Não são os homens que faltam às leis; são as leis que faltam aos homens*; i) *Dos direitos naturais do homem e do cidadão*; j) *Da segurança pessoal* (2º, 3º e 4º artigos); l) *Da liberdade individual* (5º artigo); m) *Da propriedade real* (6º artigo); n) *Juízo crítico sobre o opúsculo: "Observações críticas ao decreto do 1º de Agosto de 1844", por António de Azevedo Mello e Carvalho*; o) *Do sentido do § 34 do artigo 146º da Carta constitucional*; p) *Da difamação, considerada nas suas relações com o direito da liberdade de imprensa*; q) *Breves observações sobre a "Constituição política da nação portuguesa, promulgada*

O regresso do filósofo a Portugal é sobremaneira assinalado por uma extraordinária produção literária e editorial (num lustro, vêem a luz, pela sua pena, perto de duas centenas de escritos na imprensa portuguesa). O conjunto dos seus escritos filosóficos (maioritariamente salvos) está ainda em parte por organizar ⁵⁸.

em 4 de Abril de 1838”; r) *Das casas de correcção em geral, e das penitenciárias em particular*; s) *Da verdadeira missão do juri, segundo os princípios da jurisprudência comercial*; t) *Do conselho d’Estado segundo a Carta* (1º e 2º artigos); u) *Das diversas sortes de monarquia*; v) *Do contencioso administrativo* (1º e 2º artigos). O terceiro tomo das *Questões* compreende a quarta parte (Tomo III, Parte IV) e consta de: a) *Projecto de lei de criação das casas de correcção para homens, etc.*; b) *Exposição dos motivos sobre o projecto de lei antecedente*; c) *Exame dos artigos que pareceu carecerem de alguma especial explicação*; d) *Projecto de lei de criação das casas de correcção para mulheres, etc.*; e) *Exposição dos motivos, etc.*; f) *Breves observações sobre o tratado concluído em 1826, entre o Imperador do Brasil e o Rei de França*; g) *Da jurisprudência que, segundo as disposições da lei fundamental, deve regular em matéria de privilégios* (1º, 2º e 3º artigos); h) *Dos princípios gerais da civilização*; i) *Da organização do trabalho*; j) *Das vantagens e inconvenientes da concorrência no mercado*; l) *Dos efeitos da concorrência das diversas nações no mercado geral de todos os povos da terra*; m) *Juízo crítico sobre as “Noções elementares de Ontologia e Psicologia racional, por Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo”*; n) *Breves observações sobre os tratados de comércio*; o) *Da verificação dos poderes dos eleitores e deputados da nação*; p) *Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia*; q) *O que é um código penal?* (1º e 2º artigos).

⁵⁸ Por questões metodológicas, expomos aqui a lista apurada no actual estado da investigação dos escritos filosóficos mais ou menos dispersos de Silvestre Pinheiro Ferreira (por ordem cronológica): 1. *Notas ao “Ensaio sobre os princípios de Mecânica”*. *Obra póstuma de José Anastácio da Cunha* (1808); 2. *Princípios de Mecânica* (1808); 3. “Questão gramatical sobre as sílabas” (1813); 4. “Considerações sobre a gramática filosófica” (1813); 5. “Memória sobre um novo princípio da Teórica do Calórico” (1813); 6. “De la Théogonie (Mythologie)” (1835); 7. “Dos princípios gerais e elementares da ortografia” (1842); 8. “Observações filológico-gramaticais e ortográficas” (1842); 9. “Observações sobre os direitos da propriedade literária e artística” (1842); 10. “Enciclopédia” (1842); 11. “Da frenologia” (1842); 12. “Do suicídio” (1843); 13. “Da Oração do Cristão” [versões portuguesa, francesa e italiana] (1843); 14. “Observações gramaticais” (1843); 15. “Moral Universal - Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou infeliz do que o é actualmente?” (1843); 16. “Noções elementares de Psychologia e Ideologia por M. P. d’A. A. Braga” (1843); 17. “Da liberdade de correspondência, e da liberdade do ensino” (1843); 18. “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública” (1844); 19. “Reflexões sobre o método de escrever a história das ciências, e particularmente a da filosofia” (1844); 20. “Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os catálogos das bibliotecas” (1844); 21. “Dos limites da autoridade dos clássicos em matéria de linguagem” (1844); 22. “Novas observações sobre a ortografia portuguesa” (1844); 23. “Elementos de Direito Natural ou de Filosofia de Direito, por Vicente Ferrer Neto de Paiva” (1844); 24. “Dos princípios gerais da civilização” (1844); 25. “As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José

É de imaginar que a maior parte destes escritos viesse debaixo do braço do filósofo, que em Julho de 1842 ainda está em Paris, se bem que já de despedida ⁵⁹.

Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844” (1844); 26. “Das ciências em geral e da sua classificação em particular” (1845); 27. “Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia” (1845); 28. “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas” (1845); 29. “Origens e afinidades das línguas” (1851); 30. “Das condições de existência dos caminhos de ferro em geral e das suas consequências quanto às relações internacionais em particular” (1851). A catalogação temática, como se pode ver, vai da *ciência*, ao *direito*, à *história*, *linguagem*, *literatura*, *mitologia*, *política*, *psicologia* e *religião*.

⁵⁹ É o que permite inferir uma informação de Filipe de Araújo e Castro no *Novo Catálogo*, ao mencionar entre os inéditos do amigo um “*Compêndio de Economia política, ou Elementos de Crematística, para uso das escolas populares*. Escrito em Paris, Julho de 1842” e se confirma pela notícia (adiante citada) da sua chegada a Portugal no mês de Agosto.

Capítulo Terceiro

O REGRESSO DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA A PORTUGAL. AS OBRAS

§ 7. O regresso de Silvestre Pinheiro Ferreira a Lisboa e o seu acolhimento. Significado e horizontes do último lustro do filósofo

Em 1839, surgia na *Revista Literária* do Porto o escrito de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, “O Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira e o seu Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa” e a Portugal chegavam de Paris as *Noções elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências morais e políticas*, a mais acabada das obras de filosofia de Silvestre Pinheiro. Se esta trazia em metade do título o cunho da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França, a obra encerrava todavia na outra metade do título a chave hermenêutica do seu saber. Com efeito, numa recensão anónima, saída também na *Revista Literária* do Porto, observava-se na altura acerca das *Noções* silvestrinas, com a devida atenção exegetica:

“Em notas explicativas, separadas do texto, e que constituem mais de a metade do mesmo, apresenta o nosso autor importantes desenvolvimentos: é sobretudo digno de profunda meditação o bem coordenado *mapa sistemático das expressões das relações entre os objectos* reduzidas a sete classes, que são – *semelhança, dessemelhança, identidade, diversidade, grandeza, simultaneidade, sucessão*. Ele expende em um apêndice os mapas sistemáticos dos termos que emprega em Ontologia, Psicologia e Ideologia; e cumpre confessar que este trabalho importantíssimo é um amplo testemunho da coordenação das ideias do autor; tanto mais quanto nas *observações* que seguem os preditos mapas, ele dá os meios mais que suficientes para os entender e avaliar”⁶⁰.

⁶⁰ Reproduz-se aqui a recensão do anónimo (hoje desconhecida), valiosa a vários títulos. “*Noções elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências morais e políticas – Ontologia, Psicologia, Ideologia*, por S. Pinheiro Ferreira. Paris, 1839. “Já em 1813 nas *Prelecções* que o erudito autor do escrito que anunciamos, proferiu e publicou no Rio de Janeiro, havia ele desenvolvido ideias sublimes, coordenadas, e novas acerca dos assuntos filosóficos, saindo do sistema rotineiro, por tanto tempo, e desgraçadamente ainda hoje seguido nas escolas, sem embargo da nova forma porque a filosofia racional fora desde tanto tempo tratada por ilustres filósofos, tais como Dumarsay, Condillac, Tracy, etc. Agora, com a publicação das *Noções elementares de Ontologia, Psicologia e*

Ideologia tem o nosso esclarecido compatriota levantado à sua glória literária mais um monumento perene do seu saber. Para complemento de seu importante trabalho, consagrado todo à estudiosa mocidade portuguesa, o nosso insigne filósofo nos promete os tratados sobre a Etologia, Gramática geral, e Estética; e fazemos votos para que quanto antes os publique, a fim de se chegar a possuir um sistema completo, ligado, e natural da Filosofia racional, e poder proscrever das escolas os cediços elementos de Genovesi, ou Genuense, que como muito bem reflecte o nosso compatriota, e todos hoje sentimos, servem, não para desenvolver, mas para entorpecer a inteligência nascente da mocidade. “O nosso autor declara, que educado com os princípios de Aristóteles e de seus continuadores, Bacon, Leibniz e Locke, e Condillac, cuja filosofia ele entende, e nós com ele, ser aquela a que se podem conferir as honras do senso comum, não faz mais do que procurar continuá-la, tomado-a no ponto em que a deixaram aqueles grandes filósofos, e preservando-a do tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha, e da brilhante fantasmagoria dos da França. “Adverso às doutrinas de Kant, por ininteligíveis, e nimiamente abstractas, e tanto que os próprios e mais distintos discípulos do filósofo alemão, Fichte e Schelling, disputando profundamente sobre a inteligência do sistema de seu mestre, e oráculo, provam por este simples facto a incompreensibilidade de tal sistema, concordando todos afinal, que ninguém o entendia; e o mesmo pode dizer-se a respeito dos ecléticos da França. “Sectário fiel dos princípios de Aristóteles mais ou menos modificados pelas doutrinas de seus continuadores, e pelas próprias meditações do autor, dizemos nós, o ilustre autor das noções elementares, de que estamos dando conta, expõe em estilo didáctico, conciso, e verdadeiramente elementar, as doutrinas de Aristóteles, começando pela ontologia, como deve ser, pois que antes de começar pelas regras que devem seguir-se no exercício das faculdades intelectuais, que constituem a Lógica e a Dialéctica, é mais natural feito preceder estas regras, pelo conhecimento de quantas e quais são essas faculdades; e prossegue com a Psicologia, cujos princípios e teoremas assentam em noções gerais, que fazem parte da Ontologia. “Escrevendo um compêndio reconheceu, que tendo de satisfazer os dois fins importantes, que são *marcar a ordem* porque as matérias devem ser tratadas, e *estremar* o que os discípulos devem necessariamente decorar, o seu conteúdo não pode sair dos princípios da ciência; mesmo porque sendo infinitas as aplicações, e as objecções, seria muito impróprio distrair com elas o aluno, que deve primeiro que tudo fixar bem aqueles princípios; e por isto consigna em notas separadas do texto muitas daquelas aplicações, e objecções, deixando as questões que não são elementares para serem desenvolvidas nas prelecções pelos professores. “Não nos propomos apresentar aqui um extracto do livro do nosso sábio compatriota, nem mesmo o poderíamos fazer, porque não é possível contrair em mais estreito círculo, o que já está por tal modo contraído, que a falta de uma só palavra seria o mesmo que destruir o contexto da obra, e o verdadeiro pensamento do autor. As noções de Ontologia, Psicologia, e Ideologia estão já reduzidas a seus princípios elementares. Em notas explicativas, separadas do texto, e que constituem mais da metade do mesmo, apresenta o nosso autor importantes desenvolvimentos: é sobretudo digno de profunda meditação o bem coordenado *mapa sistemático das expressões das relações entre os objectos* reduzidas a sete classes, que são – *semelhança, dessemelhança, identidade, diversidade, grandeza, simultaneidade, sucessão*. Ele expende em um apêndice os mapas sistemáticos dos termos que emprega em Ontologia, Psicologia e ideologia; e cumpre confessar que este trabalho importantíssimo é um amplo testemunho da coordenação das ideias do autor; tanto mais quanto nas *observações* que seguem os preditos mapas, ele dá os meios mais que suficientes para os entender e avaliar. “Recomendamos

Não é fácil afirmar que seriam estas observações do autor anónimo, entre nós, praticamente as únicas referências aos *Mapas* do filósofo português. Na nova obra colocava o anónimo a esperança de se “poder proscrever das escolas os cediços elementos de Genovesi, ou Genuense, que como muito bem reflecte o nosso compatriota, e todos hoje sentimos, servem, não para desenvolver, mas para entorpecer a inteligência nascente da mocidade”. Rejeitando o idealismo alemão e o eclectismo francês ⁶¹ seus contemporâneos, apresentava-se o autor das *Noções*, “sectário fiel dos

portanto a leitura, e meditação deste livro, que sendo em aparência pouco volumoso, encerra material imenso que para ser amplamente desenvolvido careceria de numerosos volumes; mas por tal maneira, e com tal clareza e coordenação se acham expostas as matérias, e concebidas as definições, que as *noções elementares* de que estamos dando conta nos pareceram de grande transcendência, e merecedoras de serem lidas, mesmo por aqueles que já têm formado sobre tais matérias um sistema coordenado. Muito ganharia a mocidade se começasse a formar a sua razão por tão digno modelo! Sentimos que a direcção da instrução pública não tenha entre nós tomado mais a peito este importantíssimo assunto: é mau começar a instrução filosófica da mocidade por compêndios em que as matérias não só são mal definidas, mas pior tratadas, e pessimamente coordenadas, porque quando depois se adquirem conhecimentos mais exactos, esta aquisição tem sido à custa de um tempo precioso, perdido quando se aprenderam ideias que têm depois de ser rectificadas, e que podiam desde o princípio ser expostas com exactidão, e método; e é bem sabido quanto é custoso destruir em nós as primeiras impressões; há da parte destas uma tenaz reacção, que não poucas vezes sai vitoriosa do combate, dando o triunfo ao erro!” (“Noções elementares de Philosophia Geral e applicada às Sciencias moraes e politicas, por S. Pinheiro Ferreira – Ontologia, Psychologia, Ideologia, Paris, 1839”, in *Revista Literária*, T. V [3º Ano], nº XXIX, Porto, 1840, pp. 496-499 [texto por reeditar]).

⁶¹ O famoso enunciado de Silvestre Pinheiro Ferreira, na advertência das *Noções Elementares de Filosofia*, referente ao “tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha e a brilhante fantasmagoria dos da França”, merece detida consideração, inclusivamente para desfazer mal-entendidos. E o primeiro dos mal-entendidos provém da referência a Heraclito. Do filósofo grego pré-socrático, Silvestre Pinheiro Ferreira comentou filologicamente um aforismo acerca da harmonia, citado num passo de Platão (*EP*, XXIII, *t*, nota), aproximando-se a sua interpretação aí mais do sentido da harmonia cósmica, do que do sentido habitualmente atribuído ao pensamento do efésio como “filósofo do devir”. A expressão “Heraclitos da Alemanha e da França”, porém, não alude a nenhum destes dois sentidos, mas sim ao epíteto de *obscurus*, tradicionalmente atribuído ao estilo de Heraclito. É o que se pode verificar pela citação de Lucrecio aplicada por Silvestre Pinheiro Ferreira a “estas duas sortes de filósofos” (na tradução de António Carlos Vilhaça do *De Rerum Natura*: “Heraclito, chefe destes, illustre, entre os gregos, pela linguagem obscura; mais illustre, porém, entre os espíritos ligeiros do que entre os espíritos de peso que buscam a verdade. Porque os tolos mais admiram e amam aquilo que julgam ver oculto sob palavras ambíguas e tomam por verdadeiro o que atinge agradavelmente os ouvidos e vem ornado de sonoridade suave”). Clarifica ainda Silvestre Pinheiro Ferreira a sua posição, por outro lado, num elogio a um trabalho de Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, quando escreve: “É a filosofia posta ao alcance de todas as capacidades. Doutrina sólida; dedução vigorosa; dicção

princípios de Aristóteles mais ou menos modificados pelas doutrinas de seus continuadores, e pelas próprias meditações do autor”, que “expõe em estilo didáctico, conciso e verdadeiramente elementar, as doutrinas de Aristóteles, começando pela ontologia, como deve ser, pois que antes de começar pelas regras que devem seguir-se no exercício das faculdades intelectuais, que constituem a Lógica e a Dialéctica, é mais natural feito preceder estas regras, pelo conhecimento de quantas e quais são essas faculdades; e prossegue com a Psicologia, cujos princípios e teoremas assentam em noções gerais, que fazem parte da Ontologia.” Recomendava assim o anónimo “a leitura, e meditação deste livro, que sendo em aparência pouco volumoso, encerra material imenso que para ser amplamente desenvolvido careceria de numerosos volumes; mas por tal maneira, e com tal clareza e coordenação se acham expostas as matérias, e concebidas as definições, que as *noções elementares* de que estamos dando conta nos pareceram de grande transcendência, e merecedoras de serem lidas, mesmo por aqueles que já têm formado sobre tais matérias um sistema coordenado”. E rematava: “Muito ganharia a mocidade se começasse a formar a sua razão por tão digno modelo! Sentimos que a direcção da instrução pública não tenha entre nós tomado mais a peito este importantíssimo assunto”. O assunto era *a instrução filosófica da mocidade*. Concluía o anónimo: “é mau começar a instrução filosófica da mocidade por compêndios em que as matérias não só são mal definidas, mas pior tratadas, e

corrente: tudo quanto de meio século a esta parte tem perdido a Filosofia em Alemanha e à sua imitação, na nova França, parece ter vindo refugiar-se nas nossas escolas. Queira Deus que nos não chegue nunca a nossa vez de adoptarmos as nebulosas teorias dos primeiros, nem as fosfóricas fantasmagorias dos segundos” (“Noções elementares de Psychologia e Ideologia por M. P. d’A. A. Braga”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1843, pp. 479-480 [AD 4]). É, por conseguinte, incerta a interpretação de José Marinho ao identificar a expressão silvestrina “Heraclitos da Alemanha” com as “filosofias alemãs do devir” (José Marinho, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, pp. 62-63). Na interpretação de José Marinho, Silvestre Pinheiro Ferreira “desatendeu o sentido da negatividade” (como igualmente, conforme escreve na mesma passagem, foi o caso de Cunha Seixas, que se “não acompanhou pelo pensamento as sinuosas e sombrias espirais da separativa negatividade”, no entanto, foi “agudamente sensível ao que nos separa” da “harmonia imperecível e imarcescível que reside no fundo de tudo quanto existe”). O juízo silvestrino relativo às filosofias ecléctica gaulesa e idealista e panteísta do norte europeu germânico permanece talvez incógnito no seu fundo implícito. Se os termos *tenebroso* e *brilhante* designam, filologicamente, conteúdos opostos na aparência (como as *trevas* e a *luz*), já os termos *barbarismo* e *fantasmagoria* podem talvez esclarecer-se, no contexto silvestrino, por intermédio do comentário, no *Essai sur la Psychologie*, às várias escolas de filosofia, em cujos extremos o filósofo situa, com efeito, o panteísmo e o sensismo.

pessimamente coordenadas, porque quando depois se adquirem conhecimentos mais exactos, esta aquisição tem sido à custa de um tempo precioso, perdido quando se aprenderam ideias que têm depois de ser rectificadas, e que podiam desde o princípio ser expostas com exactidão, e método; e é bem sabido quanto é custoso destruir em nós as primeiras impressões; há da parte destas uma tenaz reacção, que não poucas vezes sai vitoriosa do combate, dando o triunfo ao erro!”⁶².

Na mesma *Revista Literária* do Porto, escrevera uns meses antes Cunha Rivara a “Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836”, onde denunciava o *sensualismo materialista* sancionado entre nós pelo decreto, recorrendo entretanto à autoridade do “nosso sábio Silvestre Pinheiro Ferreira” ao invocar a sua crítica do *empirismo* e do *racionalismo*, levada a cabo no *Essai sur la Psychologie* e em particular a crítica de 1813 a Destutt-Tracy, cujos *Éléments de Idéologie*, de base *sensualista*, haviam passado a determinar o nosso ensino da filosofia⁶³. As reflexões com que Cunha Rivara abre a Memória, além

⁶² “Noções elementares de Philosophia Geral e applicada às Sciencias moraes e politicas, por S. Pinheiro Ferreira – Ontologia, Psychologia, Ideologia, Paris, 1839”, *Revista Literária*, T. V [3º Ano], nº XXIX, Porto, 1840, pp. 496-499.

⁶³ Cunha Rivara refere a “apurada crítica, e com tão vasta como selecta erudição” com que Silvestre Pinheiro desenvolveu no *Essai sur la Psychologie* a problemática filosófica, equacionada por Rivara da seguinte maneira: “A verdadeira razão da divergência dos filósofos, a origem de seus encontrados sistemas, é sem dúvida o aparente combate entre a *sensibilidade* e a *razão*, a perpétua flutuação do *eu* humano entre estes dois pólos, entre estes dois móveis, unidos no fundo, mas sobre o teatro da vida separados e hostis. À proporção pois que os filósofos por exigências exclusivas tomaram mais especialmente para ponto de partida os *fenómenos da sensibilidade* ou as *ideias da razão*, a ciência se tornou *sensualista*, ou *idealista*, *empírica* ou *racional*.” Por outro lado, Rivara cita o juízo do “nosso celeberrimo compatriota e contemporâneo Silvestre Pinheiro Ferreira, que escrevendo as suas *Prelecções Filosóficas* no ano de 1813 assim se exprime no § 321: “Quanto a Destutt-Tracy bastará dizer, que não obstante não lhe ser a filosofia devedora dos descobrimentos de uma só verdade, pois na sua obra (como se verá na análise que dela faremos a seu tempo) nada mais se encontra do que doutrinas vulgares diluídas em três grandes volumes de inúteis frases: contudo a cada passo se apregoa a si mesmo, pelo primeiro que tratou dignamente esta ciência; porque no seu conceito quantos sobre ela escreveram, ou ignoravam a matéria, ou apenas pressentiram muito de longe as verdades de que estava reservado para ele o formar pela primeira vez um corpo de doutrina. Quem assim se elogia a si próprio, tem a íntima consciência de não merecer os louvores dos outros” (J. H. da Cunha Rivara, “Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836”, in *Revista Literária*, T. III [2º Ano], Porto, 1839, nº XX, pp. 127-133; transcrita por Ferreira-Deusdado no “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX” e com edição recente em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes],

de denunciarem a mentalidade e o ambiente pré-positivistas instalados em Portugal (cuja oficialização o reformismo do eclecticismo espiritualista só viria adiar por algumas décadas), são notavelmente consentâneas (mais na letra, inclusivamente, do que na *forma mentis*) com o pensamento defendido por Pinheiro Ferreira desde 1813, como veremos, a propósito da necessidade de devidamente situar e harmonizar os dois grandes campos das ciências e em função de tais coordenadas, assim o homem e o cidadão. De facto, em sintonia com a lição silvestrina, desde o Brasil a Paris, escreve Cunha Rivara:

“Todos os doutos sem dificuldade admitem, e na história assaz é demonstrada a influência das opiniões filosóficas sobre as realidades sociais. – Uma nação, por grande que seja, em que as ciências físicas e matemáticas fossem exclusivamente cultivadas e honradas em prejuízo das ciências morais e políticas, cujo objecto é o estudo abstracto do homem, e o aperfeiçoamento social; seria sem dúvida uma nação em plena decadência. Em balde contaria no grémio de seus cidadãos, físicos, químicos e matemáticos, que exclusivamente o fossem; em vão possuiria fábricas, canais e caminhos-de-ferro; em vão desenvolveria a mais incessante actividade: todos estes sinais exteriores de uma grande prosperidade material não obstarão a que rapidamente se abatesse àquele grau de barbaridade, em que todos os vínculos sociais se afrouxam, e em que os estados fenecem pelo isolamento e egoísmo dos cidadãos. O que constitui a nacionalidade, isto é, a força virtual de um povo, não são tanto as suas riquezas, como o pensamento comum, que o impele e faz querer e obrar, como se fora um só homem, para alcançar o fim, que a Providência assinou à sua actividade. – Sejam embora quais forem as preocupações do momento, e as doutrinas da moda, nunca nos deve esquecer que há em toda a sociedade, a par dos interesses materiais, outros interesses de uma ordem superior, que têm por base o conhecimento de nossas faculdades intelectuais, e por remate a indagação das causas finais da sociedade, a exaltação da dignidade e da moralidade dos homens, e o aperfeiçoamento do mecanismo dos governos. E com efeito

Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, pp. 473, nota e 475, nota). Por outro lado, como observámos já, se estão por apurar em investigação as influências exercidas pelo superior eclecticismo de Silvestre Pinheiro Ferreira sobre Victor Cousin, uma geração mais novo do que o mestre português e cujas linhas gerais de pensamento constituiriam a filosofia oficial francesa de 1830 a 1848, a irónica realidade é que em 1844 era decretado no ensino liceal português o eclecticismo espiritualista para orientação da disciplina de Filosofia, não obstante dois anos depois a *História da Filosofia* de Balmes fazer, para a Península Ibérica cogitante, o funeral filosófico de Cousin.

estas verdades, conhecidas há longos séculos, têm sobre si chamado sempre a atenção de todos os legisladores, dignos deste nome”⁶⁴.

Entretanto, a correspondência de Silvestre Pinheiro Ferreira para Portugal intensificara-se nos últimos tempos em Paris, parecendo o filósofo apostado em fazer pontes científicas duráveis, em várias frentes, entre França e Portugal. Vejamos apenas dois exemplos. Assim, entre Fevereiro e Abril de 1841, em diálogo com o criador da Homeopatia, o médico alemão Hahnemann e escrevendo inclusivamente sobre a matéria, procurou Silvestre Pinheiro Ferreira reforçar laços entre a Academia Médica de Paris e a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa⁶⁵. No mesmo ano, saía na *Revista Literária* do Porto e depois em opúsculo pela Tipografia Lusitana, a *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*, em tradução de Filipe Ferreira de Araújo e Castro do escrito com que a 27 de Janeiro de 1838 Silvestre Pinheiro Ferreira fora eleito Correspondente na secção de Legislação da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França (*Sur l'administration*

⁶⁴ *Ibid.*, pp. 471-472.

⁶⁵ Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, ob. cit., pp. 37-38 e 240-251. Desconheço quando terá Silvestre Pinheiro conhecido a homeopatia e o seu criador, Samuel Christian Hahnemann (1755-1843). O conceito surge em 1796 na obra de fundação da homeopatia, *Novo Princípio para Determinar os Poderes Curativos das Plantas e Alguns Estudos de Princípios Anteriores* e a formulação dos princípios da homeopatia aparecem em 1810, no *Órgão da Medicina Racional*. 'Homeo' é tomado do grego como significando *semelhante* (+ 'pathos', 'doença') e o princípio da homeopatia, à diferença da medicina convencional, é *curar o semelhante pelo semelhante* (Lei da Similaridade, enunciada pela primeira vez por Hipócrates e latinizada assim: *similia similibus curentur*), vale dizer: substâncias capazes de provocar certos sintomas num corpo são, podem curar esses mesmos sintomas num indivíduo doente. Para a homeopatia, a boa saúde é o resultado da harmonia entre a mente e o corpo, que é mantida pela 'força vital' que regula a capacidade do corpo de se curar a si mesmo. A doença é a quebra dessa harmonia. A medicina homeopática dirige-se à estimulação devidamente circunstanciada da força vital para a reposição do equilíbrio interno. Como é bom de ver, o tema tem íntima conexão com o pensamento do filósofo português, que chegaria a escrever um artigo sobre a homeopatia (não localizado, publicado no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, entre os finais de 1840 e os inícios de 1841), admirador que foi dos 'vastos conhecimentos' de Hahnemann. Em várias passagens do *Ensaio sobre a Psicologia* e especialmente nas citações de autores da Antiguidade (p. ex., *EP*, XXIII, t, u), encontra-se o conceito da medicina como saber da harmonia do todo humano, traduzido na sentença latina, invocada tanto por Hahnemann como por Silvestre Pinheiro: *Mens sana in corpore sano* (*HDP*, p. 336).

de la Justice criminelle, d'après les principes du Droit Constitutionnel, trabalho extraído do *Cours de Droit Public* de 1830)⁶⁶.

Numa carta de 16 de Junho de 1841, Silvestre confessava a Adrião Pereira Forjaz:

“Saudades da pátria, que crescem cada dia, me têm feito vir ao pensamento o regressar talvez este ano mesmo, e ir acabar nessa Atenas lusitana, ajudado dos socorros literários que não encontraria em nenhuma outra parte, a tarefa que quisera concluir antes de sair da cena”⁶⁷.

A tarefa a concluir era muito provavelmente a abóbada do Curso de Estudos silvestrino, iniciada assim já em Paris e a cumprir no quadriénio lisbonense final, a *Teodiceia*.

A 4 de Agosto de 1842, a *Revista Universal Lisbonense* anunciava com o título *Realização de uma boa nova*:

⁶⁶ Numa carta a Adrião Pereira Forjaz, do ano anterior, escrevia Silvestre acerca da *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*: “Os esforços, que em todos os países constitucionais se estão fazendo, para reformar a administração da justiça criminal, são evidente prova do muito que ela se acha arredada dos princípios que servem de base à nova organização social. Mas, quando se examina o resultado daqueles trabalhos, acha-se que apenas se tem mudado algumas das formalidades acidentais do processo, deixando-se subsistir uma grande parte dos antigos abusos, e substituindo-se aos outros novos erros ainda mais contraditórios com a natureza de um governo representativo. A organização monstruosa dos júris, e o iliberal sistema da instrução criminal, são irrefragáveis testemunhas da pouca reflexão com que se tem procedido em todos aqueles ensaios de reforma. “Foi esta consideração que me moveu a tratar na inclusa Memória aquele assunto; e por essa ocasião examinar os sistemas actualmente recebidos a respeito das casas de correcção, vulgarmente denominadas penitenciárias. Esta secção obteve particular aprovação da Academia do Instituto, o que me faz esperar que, divulgando-se, possa contribuir para a urgente reforma daquela importantíssima instituição. Um publicista suíço publicou-a separadamente, e consta-me que já corre nos estados do Piemonte, onde o governo se ocupa de erigir algumas casas de correcção. “Como vejo nos nossos jornais que aí se cuida também em semelhantes estabelecimentos, talvez não fosse inútil a publicação, quando não da memória toda, ao menos da secção que trata das casas de correcção; pois que as reformas aí propostas são compatíveis com todos os sistemas de legislação e até com a forma política de todos os Estados [...]” (Adrião Pereira Forjaz, ob. cit., pp. 81-82).

⁶⁷ In Adrião Pereira Forjaz, ob. cit., p. 83. No entanto, como observámos já, em Julho de 1842 ainda está o nosso homem em Paris, se bem que já de despedida (é o que permite inferir uma informação de Filipe de Araújo e Castro no *Novo Catálogo*, ao mencionar entre os inéditos do amigo um “*Compêndio de Economia política, ou Elementos de Crematística, para uso das escolas populares*. Escrito em Paris, Julho de 1842”).

“Finalmente se acha restituído ao seio da sua pátria o distintíssimo ornamento dela o sr. Silvestre Pinheiro Ferreira. Oxalá que as honras e agasalho, que lhe devemos, e que sem dúvida encontrará, lhe façam esquecer para sempre o restante dessa Europa, imensa escola que, há tantos anos, o escuta como a seu mestre. As saudades, que dele tem padecido o seu Portugal, transplantem-se agora para a França, e da França para entre nós os loiros que as nossas mãos se desvelarão igualmente de entretecer nas suas veneráveis cãs.

... *hic magnos potius triumphos,*
Hic ames dici pater atque princeps...”⁶⁸.

Na semana seguinte, informava a *Revista Universal Lisbonense*, sob o título *Vassalagem à Ciência*: “A sociedade escolástica philomática nomeou uma deputação, composta de seu presidente, e secretários para ir dar as boas vindas ao exm.º sr. *Silvestre Pinheiro Ferreira*”⁶⁹.

Iniciara-se o derradeiro ciclo luso do filósofo lisbonense.

A excepcional actuação do septuagenário homem público aparece-nos então programada em três frentes, para ele familiares de longa data: nos terrenos do conhecimento (onde deve incluir-se a operosidade de gabinete, o magistério de discipulato privado e diversas acções de índole académica e institucional), da Imprensa (da qual poucos órgãos haverá da época onde não haja a sua pluma doutrinado ou pugnado) e no território político. Sob a insígnia da harmonia, tratava-se, numa palavra, da conciliação actualizada dos saberes (no que ia a sua taxinomia, articulação pragmática e transmissão); tratava-se de fazer justiça na Casa Lusitana; e como fim último e primacial, tratava-se de estabelecer a concórdia na *Christianitas*. A perspectiva histórica da realidade acentua-se, compreensivelmente, neste período da sua vida. Labor excedente ao que demanda o intuito presente, no entanto, não deixa de estar por fazer o estudo do último ciclo do nosso filósofo e que deverá ser, com efeito, objecto de uma investigação especial.

O seu ponto de vista da época e a sua filosofia da história, aparecem com clarividência em dois parágrafos:

⁶⁸ “Realização de uma boa nova”, in *Revista Universal Lisbonense*, 4 de Agosto de 1842, nº 44, p. 521.

⁶⁹ “Vassalagem à Ciência”, in *Revista Universal Lisbonense*, 11 de Agosto de 1842, nº 45, p. 533.

“Numa época de transição, como aquela em que, há um quarto de século, se acha o povo português, é mister que acesse todas as fases do que bem se pode chamar a educação das nações, para enfim chegar à idade da madureza, a que vemos não terem ainda chegado aqueles mesmos, que muito antes de nós entraram na carreira da civilização.

Nós temos porém sobre elas a vantagem de podermos aproveitar-nos, não somente de seus erros, para os evitarmos, mas das suas preciosas aquisições, para com elas nos enriquecermos”⁷⁰.

O ponto de vista da sua actuação didáctica era formulado tipicamente por ele assim:

“A agradável surpresa com que regressando à nossa pátria, depois de uma longa ausência de quasi quarenta e seis anos, observámos na mocidade portuguesa um extraordinário ardor pelas ciências, fez com que nos prestássemos gostosamente ao convite com que nos houveram os ilustres redactores de algumas folhas periódicas desta corte, para consignar nas suas colunas os artigos que nos parecesse poderem contribuir para o desenvolvimento daqueles ramos dos conhecimentos em que tivéssemos feito mais particular estudo”⁷¹.

O projecto silvestrino de uma enciclopédia⁷², espelho arquitectónico acabado da sua *forma mentis*, vai fornecer-nos, no essencial, as linhas de força da expressão filosófica do último ciclo luso de Silvestre Pinheiro. Escantilhão de toda uma teoria da civilização e dirigido ao *homem de uma educação liberal*, o projecto enciclopédico, consignado em mais um dos seus escritos hoje desconhecido e que no entanto principiara no seu tempo a mobilizar o universo culto da língua portuguesa, traduz também um dos últimos desígnios do filósofo, “elevar entre nós um monumento da civilização da gente portuguesa”⁷³.

⁷⁰ São as palavras com que Silvestre abre uma recensão de uma tradução de obra famosa de Chateaubriand, feita por um amigo do filósofo, “As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844”, in *O Pantólogo*, nº 23, p. 184 [texto por reeditar]. Ver **AD** 17.

⁷¹ Palavras com data de 14 de Fevereiro de 1844, na advertência das *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, Lisboa, Typ. Lusitana, 1844-1845.

⁷² “Enciclopédia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 6, pp. 62-63, nº 8, pp. 88-89 e nº 10, p. 113. Reeditado em 1843 como *Projecto de uma Enciclopédia*, Lisboa, Imprensa Nacional (em 4 ps.) [texto por reeditar]. Ver **AD** 8.

⁷³ **ENC**, p. 62 (cfr. **AD** 8). O projecto continha dirigida “aos sábios e artistas da nossa terra em todos os Estados Portugueses, e aos nossos antigos concidadãos habitantes do

O primeiro dos três artigos acerca da “Enciclopédia” começa, precisamente, considerando a *Encyclopédie* “empreendida por dois grandes talentos do décimo oitavo século, Diderot e d’Alembert” e que “marca uma das principais épocas da civilização francesa; isto é, da civilização que, a despeito dos esforços contraditórios dos discípulos de Domingos de Loiola por um lado, e dos de Lutero e Calvino por outro, fazia, a passos largos, a conquista da Europa”. Contudo, na exegese histórica do filósofo, para uma perspectiva “imparcial e justa”, pondo de parte “os erros que a fragilidade humana derramou ao longo da carreira destas três legiões rivais que, à porfia, trabalharam no desenvolvimento da razão e na cultura da moral, forçoso será confessar que a todas elas devemos, nós outros seus herdeiros, quantos elementos possuímos de boa e verdadeira civilização”. Porém, em seu entender, está isso longe de significar que “aquele descompassado depósito dos conhecimentos humanos” deva ser tomado para modelo de empreendimento análogo.

Em retrato histórico e contributo hoje interessante para a sociologia do conhecimento, considera Silvestre Pinheiro Ferreira que “o grande merecimento” da Enciclopédia francesa “consiste em ter espalhado pela classe média e abastada, mas não literata, da sociedade, o gosto da leitura, e a moda de discorrer, com mais ou menos pertinência, em quaisquer assuntos sobre que a cada um ficava fácil de adquirir, sem grande trabalho, as noções essencialmente necessárias para não parecer nelas inteiramente hóspede. Esta mesma superficialidade fazia com que todo homem de educação se envergonhasse de não poder tomar parte nas conversações que sobre diversos ramos das ciências ou das artes, costumam ocorrer nos ajuntamentos das classes superiores da sociedade.

Os homens, que nestas classes se quiseram distinguir entre os seus pares, felicitaram-se de achar para isso um meio, tão fácil como agradável, na cultura das ciências e artes; quer fosse afectando, com o socorro da Enciclopédia, uma generalidade

império do Brasil a súplica de concorrerem para a execução de uma obra que hoje temos a satisfação de ver que todos concordam em reconhecer de grande utilidade para ambas as nações” (*ibid.*, p. 89). Em carta de 10 de Fevereiro de 1843, a Adrião Pereira Forjaz, com envio do *Projecto de uma Enciclopédia* e concitando-lhe os préstimos académicos, escreve Pinheiro Ferreira: “Desejoso de promover, quanto de mim depender, os progressos das luzes na nossa pátria, lembrei-me de propor aos nosso literatos a empresa de uma Enciclopédia nacional. Foi bem aceita esta ideia, e já tenho bom número de pessoas que estão prontas a cooperar para esta patriótica tarefa” (in Adrião Pereira Forjaz, ob. cit., p. 83).

de ideias que lhes dava a aparência de homens de estado; quer desenvolvendo os princípios consignados naquele grande armazém dos conhecimentos humanos.

Assim descendo os poderosos da terra ao nível dos sábios, dos artistas, e dos artífices, se enobreceram aos seus olhos aqueles mesmos elementos da civilização humana, que eles só desdenhavam, porque os não conheciam ou porque nesse desdém achavam o único meio de encobrirem o pejo de os ignorarem.

Tais são os grandes serviços que a Enciclopédia do décimo oitavo século fez à humanidade: serviços que, seria injusto considerar como inteiramente extintos pelos erros que ela contribuiu a difundir pelas classes mediocrementemente ilustradas da sociedade”⁷⁴.

É deste ponto de vista, diz o filósofo, que “brotou em nosso ânimo, de muitos anos a esta parte, o desejo de convocar os sábios, artistas e artífices da nossa terra para elevarem entre nós um semelhante monumento à civilização da gente portuguesa” e “estes patrióticos votos não têm cessado de acender-se mais e mais, à medida que, na sucessão dos tempos, temos visto realizar-se uma semelhante ideia em todas aquelas nações que, como se costuma dizer, vão à frente da civilização do mundo.”

Escrevia ele que se não é difícil entrever os motivos (com elenco no mesmo artigo) que até agora tornavam impossível entre nós até a proposta de um tal projecto, no entanto, achando-se já removida a maior parte desses obstáculos, “seja-nos lícito convidar os homens de bom saber e de séria vontade, quaisquer que sejam suas opiniões, para tentarem esta importante e patriótica empresa” e “obra verdadeiramente nacional, que desejaríamos se intitulasse, e fosse na realidade, uma *Enciclopédia Portuguesa*”⁷⁵.

No segundo artigo que compunha o projecto, dava Silvestre Pinheiro Ferreira conta do bom acolhimento da ideia na corte e reforçava os objectivos do intento (pouco dissemelhante daquele com que trinta anos antes abrira, no Brasil, as suas *Prelecções Filosóficas*), “vulgarizar entre nós os conhecimentos das letras, ciências, e artes necessários a todos”, para o que devia a *Enciclopédia Portuguesa* “ser acomodada à inteligência das nossas classes cultas actuais, posto que não científicas” e, enfim, “em que nada falte do que a nenhum homem de uma educação liberal, é lícito ignorar”⁷⁶.

⁷⁴ *ENC*, p. 62 (cfr. *AD* 8).

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 62-63.

⁷⁶ “Com boa sombra acolheram o nosso alvitre os sábios e artistas desta corte, com a mesma esperamos nós o hão-de receber os de todo o reino; prosseguiremos pois afoitos

O programa enciclopédico teria as matérias repartidas pelas seguintes classes:

- I. Matemáticas puras e aplicadas.
- II. Artes químicas: farmácia, ofícios vários.
- III. Artes mecânicas: ofícios vários.
- IV. História natural: zoologia, botânica, mineralogia, geografia física.
- V. Minas: pedreiras, e salinas: comércio e legislação.
- VI. Agricultura e artes agrícolas: legislação usual, história, comércio.
- VII. Arte militar: organização da força armada e história militar nacional e estrangeira.
- VIII. Navegação: construção e tática naval, organização e história da marinha nacional e estrangeira, legislação comercial marítima.
- IX. Medicina: cirurgia, veterinária, saúde pública, história respectiva.
- X. Filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas, história das escolas e sistemas de educação: religiões antigas e modernas.
- XI. Jurisprudência: política, crematística, estadística, geografia, etnografia.
- XII. Literatura: retórica, poesia, oratória, história respectiva.
- XIII. História geral, tanto da humanidade, como dos diversos povos.

o plano desta Enciclopédia, que denominamos nacional, tanto porque deve ser exclusivamente composta por colaboradores portugueses, como porque é destinada a vulgarizar entre nós os conhecimentos das letras, ciências, e artes necessários a todos. Deve ela ser acomodada à inteligência das nossas classes cultas actuais, posto que não científicas. Não hão-de pois esperar os homens instruídos, das diversas profissões ou os que nelas se propõem entrar, que a Enciclopédia, contenha nem a suma, nem sequer os elementos teóricos ou práticos de que necessitam os que intentam cultivar qualquer dos ramos da literatura, ciências, artes e ofícios. Mas por isso mesmo os zelosos colaboradores desta patriótica empresa se esmerarão em que nada falte do que a nenhum homem de uma educação liberal, é lícito ignorar” (*Ibid.*, p. 88).

XIV. Desenho e pintura: história, antiguidades.

XV. Gravura: litografia, tipografia.

XVI. Escultura: estatuária, história.

XVII. Arquitectura: história.

XVIII. Artes teatrais: história.

Só a secção XIII do projecto da *Enciclopédia Portuguesa* oferece a Silvestre Pinheiro Ferreira um apontamento em breve desenvolvimento. Este apontamento, todavia, contém uma filosofia da história. Lança ainda luz sobre o projecto silvestrino levado a cabo na *Théodicée*. Escreve o filósofo:

“A história universal dos povos, bem como a particular de cada nação é propriamente o complexo das histórias especiais das numerosas e mui diversas sortes de actos humanos comuns a toda a espécie humana ou particulares, quer seja de certos povos, quer seja de certas agregações de indivíduos em cada povo.

Há porém uma espécie de história, universal ou particular que, sem entrar nas miudezas de nenhuma das especialidades, de que acabamos de fazer menção, trata dos resultados que do mútuo concurso delas todas tem provindo na sucessão dos tempos, ou para a humanidade em geral, ou para determinados povos.

As histórias especiais, já do género humano, já das diversas nações de que ele se compõe, só podem ser cabalmente escritas pelos homens das respectivas especialidades.

Eis aqui porque em cada uma das secções desta classificação mencionamos a respectiva história.

Mas a história geral da humanidade e das sociedades, bem como a de cada sociedade ou de cada um dos homens só pode ser obra de escritores pertencentes à classe dos que comumente se denominam homens de estado: expressão que designa os que, não sendo exímios senão numa ou talvez mesmo em nenhuma profissão especial, abraçam com o espírito, mais ou menos extensamente as relações que entre si mantêm os diversos estados e profissões em que se acha dividida a espécie humana: abrangimento este a que não chegam pelo comum a maior parte dos homens mais distintos de cada profissão, por isso mesmo que vivem inteiramente absorvidos nos pormenores de suas especialidades.

Citaremos como exemplos desta sorte de histórias os nunca assaz louvados Discursos de Bossuet sobre a história universal e as Ideias de Herder sobre a história da humanidade.

Artigos redigidos neste intuito são os que nós havemos compreendido na décima terceira classe da presente classificação”⁷⁷.

As demais páginas do projecto contêm instruções de ordem prática, ao nível da redacção (requisito de harmonia, a conformidade e ligação dos artigos entre si, concisão do estilo, “pureza da linguagem: pois muito importa que até nisto mereça a obra o título de nacional”⁷⁸, etc.) e ao nível da realização concreta da coisa (colaboradores, accionistas, criação e administração de fundos, remunerações e retribuições, vendas, regulamentações e quantificações de ordem vária), traduzindo uma vez mais o sentido altamente pragmático do filosofar silvestrino, atento sempre ao real.

E concluía o projecto com o voto que, por certo, lhe dera origem: “ousamos esperar se realize enfim entre nós este poderoso meio de difundir, por todas as classes, o amor das ciências; o bom gosto da literatura e belas-artes, e enfim todos os elementos de uma verdadeira civilização”⁷⁹.

Era igualmente neste espírito que o filósofo se envolvia na vida intelectual portuguesa apondo o seu nome a iniciativas de diversa índole que achava condizentes com o projecto civilizacional liberal, participe no debate das questões contemporâneas. Para nota de alguns dos casos cuja memória se perdeu, mencionemos tão-só as recensões por ele feitas a obras de filosofia, literatura e direito⁸⁰, o caso das posições do filósofo na *Revista Universal Lisbonense* perante os duelos, o suicídio e o infanticídio⁸¹, ou o seu encómio de uma casa de educação de meninas⁸². Em resposta a uma dessas recensões, Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, em carta pública a “um dos mais

⁷⁷ *ENC*, p. 88 (cfr. *AD* 8).

⁷⁸ *Ibid.*, pp. 88-89.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 113.

⁸⁰ “Noções elementares de Psychologia e Ideologia por M. P. d’A. A. Braga”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1843, pp. 479-480; “Elementos de Direito Natural ou de Filosofia de Direito, por Vicente Ferrer Neto de Paiva”, in *O Pantólogo*, nº 10, p. 80; “As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844”, in *O Pantólogo*, nº 23, p. 184. Textos por reeditar, à excepção da recensão a Ferrer Neto de Paiva (in *Ensaio sobre a Psychologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., p. 339). Ver *AD* 4 e 17.

⁸¹ “Duelos”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 37, 1843, pp. 459-460; “Do suicídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 38, 1843, pp. 473-474; “Do infanticídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 40, 1843, pp. 497-498. Textos por reeditar. Ver *AD* 12, 13.

⁸² “Educação de meninas”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 11, 1842, p. 137. Texto por reeditar.

distintos filósofos e publicistas”, mencionava “o alto conceito que, para glória da nação portuguesa, tem sabido granjear em toda a Europa a vasta erudição e extremado talento de S. Ex.^{aa}”⁸³. Aqui e ali assomava um oásis de inteligência, mas a geral movimentação carecia de mapa.

Em 1842, Silvestre Pinheiro Ferreira fora eleito deputado pela Província da Estremadura e formalmente introduzido na Câmara dos Deputados em sessão de 10 de Janeiro do ano seguinte. Participou activamente e quase até ao fim, na vida parlamentar, não raro como orador e com frequência à frente da marcha dos acontecimentos (a recolha destes textos, por vezes notáveis, está por fazer). A 3 de Abril de 1843, apresentou o filósofo à Câmara dos Deputados um *Sistema de Leis Orgânicas*, segundo Inocêncio, “uma série de projectos que resumiam em si o resultado dos seus aturados e penosos estudos nas ciências políticas e administrativas e constituíam um sistema completo de organização em harmonia com os princípios da Carta, tal como ele o concebera. Este trabalho, apesar de recebido com as atenções e respeito devidos a tamanho nome, não chegou a discutir-se”⁸⁴. O filósofo fez, então, publicar um *Relatório e projecto de leis orgânicas para a execução da Carta constitucional, apresentado em Cortes na sessão de 3 de Abril de 1843*, em Lisboa, pela Imprensa Nacional, no mesmo ano⁸⁵. Referiam-se-lhe os deputados como “o maior ornamento

⁸³ M. P. d’Almeida e Azevedo, “Noções elementares de Psicologia e Ideologia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. III, Lisboa, Imp. da Gazeta dos Tribunaes, 1843-1844, pp. 16-17. É a resposta à crítica silvestrina às *Noções elementares de Psychologia e Ideologia* do próprio Almeida e Azevedo (Ver AD 5).

⁸⁴ *Dic.*, VII, p. 260. A fonte de Inocêncio é Teixeira de Vasconcelos, segundo o qual: “Em 1842 o ministério actual também o fez eleger pelo Minho quando S.^a Ex.^a regressou a Portugal. “Desta última vez o Sr. Silvestre Pinheiro foi às Câmaras, e apresentou uma série de Projectos, que eram um longo e pausado trabalho seu, que todavia apesar de recebido com as atenções, e respeito devido a tamanho nome, não chegou a discutir-se” (T. Vasconcelos, ob. cit., p. 4).

⁸⁵ São 14 os projectos inclusos no *Relatório e projecto de leis orgânicas para a execução da Carta constitucional, apresentado em Cortes na sessão de 3 de Abril de 1843*, conforme os *Sumários do sistema de leis orgânicas da Carta constitucional da Monarquia Portuguesa*: 1º- *Projecto de lei regulamentar da formação do cadastro territorial e pessoal* (20 ps.); 2º- *Projecto de lei orgânica do registro do estado civil dos cidadãos* (11 ps.); 3º- *Projecto de lei regulamentar das garantias constitucionais, e da responsabilidade dos funcionários públicos* (14 ps.); 4º- *Projecto de lei orgânica e regulamentar das promoções e recompensas* (14 ps.); 5º- *Projecto de lei orgânica e regulamentar do governo superior do Estado* (16 ps.); 6º- *Projecto de lei orgânica dos governos territoriais* (4 ps.); 7º- *Projecto de lei orgânica e regulamentar da administração da justiça* (16 ps.); 8º- *Projecto de lei orgânica da força armada de mar e terra* (18 ps.); 9º- *Projecto de lei orgânica dos negócios de fazenda pública* (20 ps.);

desta Câmara”, citavam os seus trabalhos jurídicos e políticos e até “máximas constitucionais” do filósofo. Mas era tudo. A 11 de Janeiro de 1845 foi criada, com um certo aroma fúnebre, uma “Comissão para rever os projectos do Sr. Silvestre Pinheiro”⁸⁶. Mas “não chegou a discutir-se”.

A 3 de Julho de 1846, noticiava *A Ilustração*:

“Temos a deplorar um acontecimento funesto, que nos roubou um dos nossos caracteres literários mais eminentes. O sr. Silvestre Pinheiro Ferreira deu-se à sepultura ontem no cemitério dos Prazeres. Honrou a sua pátria como ministro, como deputado, e como homem de letras, foi exemplar na sua vida doméstica, e morreu como verdadeiro cristão. Amava com afecto de filho carinhoso esta terra portuguesa, que por vezes o tratou senão com desamor, seguramente com imerecida indiferença de madrasta; desde os seus primeiros anos nunca perdeu de vista os interesses e melhoramentos de Portugal, e morreu pobre no país que enriquecera com tão numerosos e esclarecidos trabalhos.

Durante a sua residência em França escreveu as obras de direito público, acolhidas com favor em todo o mundo conhecido; o povo concedeu-lhe mais do que uma vez a honra de o nomear seu representante: governo não o houve entre nós que lhe desse um pequeno sinal de agradecimento e de veneração!

Ontem mesmo, ao passo que o sr. Conde de Lavradio derramava sobre a sepultura do nosso publicista as lágrimas mais honrosas, que têm vertido olhos portugueses, e que o sr. José Jorge de Loureiro assistia ao enterramento, negavam-se-lhe, ou antes - que não queremos crer fosse de propósito - não se lhe tributavam as honras militares, que lhe eram concedidas por lei!!!”⁸⁷.

10º- *Projecto de lei orgânica dos negócios de economia pública* (33 ps.); 11º- *Projecto de lei orgânica de instrução e educação pública* (16 ps.); 12º- *Projecto de lei regulamentar do processo de discussão e votação nas câmaras legislativas* (12 ps.); 13º- *Projecto de lei orgânica e regulamentar das eleições* (20 ps.); 14º- *Projecto de lei orgânica das relações civis do clero da igreja lusitana* (6 ps.).

⁸⁶ Depois de se andar a discutir durante quase dois anos quantos membros deviam compor a comissão, se tantos quantos os projectos ou não e se já agora com mais três membros porque Pinheiro Ferreira publicara mais três artigos na Imprensa... A *Comissão para rever os projectos do Sr. Silvestre Pinheiro* foi composta por Mouzinho de Albuquerque, Silva Lopes, Felgueiras, Vasconcellos e Sá, Fonseca Magalhães, José Maria Grande, Duarte Leitão, Visconde de Campanhã, Ferrão, Silvestre Pinheiro Ferreira, Agostinho Albano da Silveira Pinto, Rebelo Cabral, Vaz Preto.

⁸⁷ E o redactor da *Ilustração* continuava: “Havemos indagar melhor este negócio, e seremos desabridamente severos contra o bárbaro ou bárbaros, que deram ocasião a que alguém atribuisse à nação portuguesa este acto de menos preço. Por vergonha nossa

Só numa sessão de Agosto de 1848 se aprovou um decreto de Julho de 1846 para conceder uma pensão de viuvez a D. Joana Felícia Pinheiro Ferreira.

Às contrariedades não cedera, contudo, nesse último quadriênio, o espírito de Silvestre Pinheiro Ferreira. Se dificuldades epistemológicas dos conterrâneos, ou outras, obstaculizavam a compreensão do seu pensamento em sede parlamentar ou em qualquer outro lugar, o filósofo logo se fazia escutar pela Imprensa, onde livremente ia publicando o seu pensamento. Caminhavam assim lado a lado os actos e a respectiva publicidade, a seu talante. Entre 1844 e 1845, sessenta e quatro textos do filósofo publicados na Imprensa da altura (sobretudo no jornal *A Restauração*) foram compilados em três tomos com o título *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, que Inocêncio considerou “uma pequena enciclopédia” e “último legado que Silvestre Pinheiro deixou aos seus patrícios”⁸⁸. Desconheceu, porém,

ouvimos a estrangeiros castigar com severidade este escandaloso procedimento” (*A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, nº 4, Julho de 1846).

⁸⁸ Dic., VII, pp. 266-270. *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, III ts., Lisboa, Typ. Lusitana, 1844-1845. Os textos são os seguintes: 1. *Em que casos poderá abster-se de votar o membro de uma assembleia legislativa?*; 2. *Do conselho d’Estado nos governos representativos*; 3. *Do conselho d’Estado, conforme o projecto de lei proposto à Câmara dos deputados na sessão de 25 de Fevereiro*; 4. *Da polícia preventiva nos governos constitucionais*; 5. *Do sentido do artigo 27º da Carta constitucional, segundo os princípios dos governos representativos*; 6. *Dos supremos tribunais de justiça nos governos representativos*; 7. *Da origem, natureza e efeitos das diversas espécies de amnistia*; 8. *Em que consiste a resistência legal (1º e 2º artigos)*; 9. *Que quer dizer a frase: ‘o rei reina e não governa’?*; 10. *Da instituição do juri*; 11. *Das supostas ficções dos governos constitucionais*; 12. *Do princípio das maiorias e do voto universal nos governos representativos*; 13. *Dos elementos essenciais do poder legislativo nos governos representativos*; 14. *Da reforma eleitoral*; 15. *Das assembleias constituintes e das constituições (1º, 2º e 3º artigos)*; 16. *Do poder moderador (1º e 2º artigos)*; 17. *Das dispensas da lei*; 18. *Devem os proprietários de fundos nacionais ou estrangeiros, ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?*; 19. *Devem os estabelecimentos particulares de caridade ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?*; 20. *Da natureza do pariato nas monarquias representativas*; 21. *Do princípio fundamental, e das condições essenciais dos governos representativos (1º, 2º e 3º artigos)*; 22. *Das condições essenciais do poder judicial nos governos representativos (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º artigos)*; 23. *Dos delitos políticos*; 24. *Das reformas constitucionais (1º e 2º artigos)*; 25. *Da responsabilidade dos membros do governo supremo*; 26. *Dos conluios industriais*; 27. *Dos monopolistas, atravessadores e mascates*; 28. *Da independência dos poderes políticos*; 29. *Dos princípios da hermenêutica aplicados à história da jurisprudência comercial*; 30. *Das diversas sortes de moeda, ou meio circulante (1º, 2º, 3º e 4º artigos)*; 31. *Da interpretação do artigo 137º da Carta constitucional*; 32. *Da liberdade de correspondência, e da liberdade do ensino*; 33. *Dos princípios característicos das diversas formas de governo*; 34. *Do direito de petição e de protesto nos governos constitucionais*; 35. *Estado da questão:*

Inocêncio, decerto como quase a totalidade dos contemporâneos de Silvestre Pinheiro Ferreira, o projecto final para o Curso de Estudos que o filósofo trouxera de Paris e que engendrava no silêncio do seu gabinete na “Atenas lusitana, ajudado dos socorros literários que não encontraria em nenhuma outra parte”, como escrevera a Adrião Forjaz, “a tarefa que quisera concluir antes de sair da cena”⁸⁹. Era a *Teodiceia*. Mas levantou-se uma sombra no horizonte.

Por alturas do Natal de 1843, Silvestre publicou no jornal conimbricense *Christianismo* o texto “Da oração do cristão”. Em Fevereiro do ano novo, António Feliciano de Castilho reproduzia-o na *Revista Universal Lisbonense*, com uma extensa crítica ao brevíssimo artigo (de treze parágrafos), gerando uma polémica entre ambos que se prolongou, sob o olhar da Lisboa intelectual da época, no palco da *Universal Lisbonense* até Maio de 1845⁹⁰. O filósofo chegaria a reeditar o escrito com o selo da

Não são os homens que faltam às leis; são as leis que faltam aos homens; 36. Dos direitos naturais do homem e do cidadão; 37. Da segurança pessoal (2º, 3º e 4º artigos); 38. Da liberdade individual (5º artigo); 39. Da propriedade real (6º artigo); 40. Juízo crítico sobre o opúsculo: “Observações críticas ao decreto do 1º de Agosto de 1844”, por António de Azevedo Mello e Carvalho; 41. Do sentido do § 34 do artigo 146º da Carta constitucional; 42. Da difamação, considerada nas suas relações com o direito da liberdade de imprensa; 43. Breves observações sobre a “Constituição política da nação portuguesa, promulgada em 4 de Abril de 1838”; 44. Das casas de correcção em geral, e das penitenciárias em particular; 45. Da verdadeira missão do juri, segundo os princípios da jurisprudência comercial; 46. Do conselho d’Estado segundo a Carta (1º e 2º artigos); 47. Das diversas sortes de monarquia; 48. Do contencioso administrativo (1º e 2º artigos); 49. Projecto de lei de criação das casas de correcção para homens, etc.; 50. Exposição dos motivos sobre o projecto de lei antecedente; 51. Exame dos artigos que pareceu carecerem de alguma especial explicação; 52. Projecto de lei de criação das casas de correcção para mulheres, etc.; 53. Exposição dos motivos, etc.; 54. Breves observações sobre o tratado concluído em 1826, entre o Imperador do Brasil e o Rei de França; 55. Da jurisprudência que, segundo as disposições da lei fundamental, deve regular em matéria de privilégios (1º, 2º e 3º artigos); 56. Dos princípios gerais da civilização; 57. Da organização do trabalho; 58. Das vantagens e inconvenientes da concorrência no mercado; 59. Dos efeitos da concorrência das diversas nações no mercado geral de todos os povos da terra; 60. Juízo crítico sobre as “Noções elementares de Ontologia e Psicologia racional, por Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo”; 61. Breves observações sobre os tratados de comércio; 62. Da verificação dos poderes dos eleitores e deputados da nação; 63. Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia; 64. O que é um código penal? (1º e 2º artigos).

⁸⁹ In Adrião Pereira Forjaz, ob. cit., p. 83.

⁹⁰ A controvérsia em torno da *Oração* (com as intervenções de António Feliciano de Castilho e de Silvestre Pinheiro Ferreira) e respectiva contextura, encontram-se reproduzidas no livro de José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 215-284.

Santa Sé ⁹¹. Na última intervenção na *Universal Lisbonense*, Silvestre afirmava que o artigo fora extraído da sua *Theodicea* ⁹², que no entanto quedaria inexplicavelmente inédita nas dezasseis décadas seguintes. No fim de 1844, na realidade, assinava a advertência da obra pronta, como era costume seu, pela última vez, em dia do santo que lhe dera o nome, achando-se portanto a *Teodiceia* concluída a 31 de Dezembro de 1844. Só ano e meio depois morria o filósofo teólogo, na madrugada de 1 de Julho de 1846 ⁹³.

⁹¹ *Da Oração do Cristão. Impressa em Roma com licença da Sagrada Congregação encarregada do exame e da censura dos livros e a tradução italiana em frente*, Lisboa, Imprensa Nacional [edição de 275 exemplares], 1845.

⁹² A *oração do cristão* corresponde a uma passagem da *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* (cap. VI, 2^a sec., art. IV, §§ 734-746), na qual também é possível achar em vários passos o eco da controvérsia, desta vez certamente no plano da teoria. Há, pois, versões portuguesa, francesa e italiana da *Oração*, conferidas pelo autor. A *Oração do cristão* seria reeditada numa pequena antologia organizada por Mário Gonçalves Viana, *Os religiosos e os místicos na literatura portuguesa*, Porto, 1940, p. 122.

⁹³ Segundo Teixeira de Vasconcelos, nesse mês de Julho de 1846, “no dia 30 recebeu o sr. Silvestre Pinheiro a visita do seu antigo e mui particular amigo o sr. Filipe Ferreira de Araújo e Castro, com quem conversou longa e sossegadamente. Na madrugada porém do dia 1^o de Julho às quatro horas da manhã, quando não se queixava de nenhum incómodo, deu a alma ao Criador sem a mínima agonia” (*Glórias Portuguesas*, p. 25). O túmulo do filósofo no Cemitério dos Prazeres tem o seguinte *Epitáfio adoptado por ele mesmo*: *Em doce e eterno sono em paz eterna / Da fortuna os reveses já não temes, / Inconstâncias dos homens não receias, / Novos temores a morte não te inspira, / Que um Deus o homem serve / Não nossas fraquezas / No túmulo sepulta e nos perdoa.*

Capítulo Quarto

A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA NA CASA LUSITANA

§ 8. O primeiro ciclo da recepção do pensamento silvestrino depois da saída de cena do filósofo: o legado visível a partir de 1868

Independentemente do apuramento das razões ontoteológicas da ocultação da *Théodicée* no tempo, certo é que, em 1849, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, no *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira*, menciona entre os inéditos uns *Précis d'un Cours de Théologie naturelle, et révélée avec des notes et censures des prélats et des théologiens respectables. A Lisbonne, 1846*. É verosímil que o título atribuído nesse catálogo à *Teodiceia* expresse a vontade (última) do filósofo católico apostólico romano, tal como transmitida ao seu melhor amigo e testamenteiro⁹⁴, de que a sua *Théodicée* aparecesse com o selo da Santa Sé. Mas Filipe Ferreira de Araújo e Castro, que também tinha intenção de escrever ainda uma “*Memória sobre a vida e escritos*” do filósofo, morria a 16 de Julho de 1849. Traço simbólico perturbante, a coroa do *curso de estudos* silvestrino, moldada pelo filósofo em Portugal e oferecida, com harmonizadora centelha, para concórdia da Cristandade, ficou na penumbra, quando Paris e Berlim teriam disputado a sua publicação.

Todavia, entende António Braz Teixeira que “embora a *Teodiceia* de Silvestre Pinheiro Ferreira não tenha chegado a ser publicada e sendo muito duvidoso que algum dos que, depois dele, abordaram idêntica problemática haja tido outro conhecimento do seu conteúdo do que aquele que poderia resultar dos excertos sobre a “Oração do Cristão” publicados em *O Cristianismo* (1843) e da polémica com António Feliciano de

⁹⁴ Num comunicado do *Diário do Governo* de 24 de Fevereiro de 1849, pode ler-se, a propósito de uma colecta (ao cuidado de João Paulo Martins Lavado) para edificação do túmulo de Silvestre Pinheiro Ferreira, que se recebiam também assinaturas “a fim de imprimir-se uma Memória sobre a vida do ilustre cidadão, e publicista português, Silvestre Pinheiro Ferreira, com uma Notícia cronológica e crítica de todos os seus escritos impressos e inéditos, coordenada pelo testamenteiro, e particular amigo, Filipe

Castilho, a que deram origem, pode dizer-se que tudo se passa, porém, como se a ela se referissem, porquanto são posições doutrinárias análogas às suas as que virão servir de ponto de partida às atitudes críticas subsequentes, a começar pela de Amorim Viana”⁹⁵.

Se é certo que na última intervenção na *Universal Lisbonense*, no âmbito da controvérsia com Castilho, Silvestre Pinheiro Ferreira afirmava que o artigo fora extraído da sua *Theodicea*, certo é que ignoramos se haja sido lido o manuscrito nº 1113 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, com 1403 parágrafos e com data de 1845 a *Lisbonne*, com o título *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*. Mas perante a afirmação de Pedro de Amorim Viana, em 1878, em Lisboa: “Poderíamos citar o nome de uma das mais puras glórias desta cidade, cujo desenvolvimento intelectual está também em contradição com a suposta lei” (“dos três estados, dos positivistas”)⁹⁶; dificilmente nos impedimos de pensar em Silvestre Pinheiro Ferreira. No ano seguinte, em 1879, Cunha Seixas escrevia as fatídicas palavras: Em balde se procuraria o servilismo em suas obras: Silvestre P. Ferreira foi um vulto grandioso, que, mal estudado, mal entendido, mal apreciado, ainda espera a justiça dos séculos”⁹⁷.

Importa observar que a compreensão do pensamento teológico do filósofo, que está longe de se esgotar na obra surgida sob o neologismo leibniziano (aparecido em 1696, significando a ideia de justiça divina), implica o conhecimento do aprofundamento por ele feito da teologia da Antiguidade grega e latina, aprofundamento que constitui mesmo a maior parte do *Ensaio sobre a Psicologia* e onde está incluído o

Ferreira de Araújo e Castro, Ministro de estado honorário” (in João Afonso Côrte-Real, “Universalismo de Silvestre Pinheiro Ferreira”, Braga, 1967, p. 45).

⁹⁵ Cfr. António Braz Teixeira, em prefácio a Amorim Viana, *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 11. A propósito das relações entre a teologia racional e a teologia revelada, Eduardo Abranches de Soveral, para quem o pensamento teológico de Silvestre Pinheiro se contém nas “grandes linhas da solução proposta por Santo Agostinho para o problema das relações entre fé e razão”, referirá a “linha da metafísica portuguesa moderna iniciada por Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) e continuada por Amorim Viana (1822-1901)”, onde aquela questão é posta (Eduardo Abranches de Soveral, *Ensaio sobre Ética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 85, nota).

⁹⁶ Pedro de Amorim Viana, *Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 354.

⁹⁷ J. M. da Cunha Seixas, *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, Liv. Intern. de E. Chardron, Porto, 1879, pp. 360-361.

texto da *Théogonie (Mythologie)*, publicado em Paris ⁹⁸. Através da teologia ontocosmológica dos Antigos, procura o filósofo português, no *Ensaio sobre a Psicologia*, esclarecer a noção de *Universo*, nesta compreendendo os conceitos de *harmonia, criação e natureza* ⁹⁹. Se a prelecção XXV tratava já a *Ética Religiosa* e a XXVI a supra-racionalidade dos mistérios cristãos, a *Teodiceia* harmoniza toda uma argumentação racional explícita, mais ou menos ‘clássica’ ¹⁰⁰, com uma gnosiologia misteriosófica implícita, de fundo aberto à transcendência. Só no século XXI poderemos ver debater-se a *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* ¹⁰¹. Integra ainda o *corpus* teológico silvestrino um escrito que publicaria no último ano de vida no *Jornal da Sociedade Catholica*, “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas”, correspondendo também, sensivelmente, a

⁹⁸ O texto “De la Théogonie (Mythologie)”, publicado no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin, em 1835, corresponde à nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia*, na qual foi originalmente publicado este texto, com ligeiras alterações, sob o título “Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens” (em fac-simile, com os originais grego e latim citados, bem como a respectiva tradução, no volume *Ensaio sobre a Psicologia, Noções Elementar de Filosofia e outros Escritos Filosóficos Ensaio sobre a Psicologia*, ob. cit., pp. 166-180 e 267-357 (da edição fac-similar) e pp. 98-103 e 130-155 (da tradução portuguesa). Ver *AD* 18.

⁹⁹ *EP*, §§ 95-102.

¹⁰⁰ Exemplo acabado dessa racionalidade teológica *clássica* é o argumento cosmológico da existência de Deus, que Silvestre invoca no § 17 da *Teodiceia*, recorrendo ao § 73 da *Ontologia*, onde é formulado e entretido sobre o pano de fundo da harmonia. Assim, se nos limites da razão é só por via da analogia que podemos ter ideia das coisas supra-sensíveis (*TEO*, § 17), assim é que ao percorrer a universal causalidade em sentido retrógrado chegamos a “uma causa primeira de tudo o que existe, e é esta causa primeira que se chama *Deus*” (*NEO*, § 73). É, no fundo, o argumento ontocosmológico *clássico* do Ocidente, com variáveis da matemática à poesia. É a *segunda via* tomista da causalidade subordinada, a prova *a contingentia mundi*, de Leibniz, a *prova cosmológica* kantiana.

¹⁰¹ A luz ao fundo do túnel começa a vislumbrar-se para a *Théodicée* com a edição da *Oração do Cristão* e da controvérsia com Castilho, pelo punho de José Esteves Pereira, em 1974. Pinharanda Gomes, na valiosa quão breve antologia do filósofo luso-brasileiro, em 1977, traduz e apresenta uns poucos mas significativos passos da *Théodicée*, que intitula: “Resignação e fatalismo” (*Teod.*, I, §§ 7-13), “O inefável” (*id.*, II, V, §§ 376-379, 383-387) e “Da oração” (*id.*, II, VI, §§ 746-754). Uma década depois, a *advertência* e a primeira parte da *Teodiceia*, acerca da *religião natural* (§§ 1-44), e o primeiro capítulo (§§ 45-81) da segunda parte da obra, acerca da *religião revelada*, foram traduzidos por António Braz Teixeira. No fecho do século XX, António Braz Teixeira, como contei, pôs-me nas mãos o manuscrito da *Théodicée*, para transcrição e tradução.

passos do capítulo VII da *Théodicée*, onde a temática das *virtudes* e dos *vícios* ilustra, a concluir a obra, *a excelência da moral cristã*¹⁰².

Na sequência da morte de Silvestre Pinheiro Ferreira, apareceram, entre nós, aquém e além-mar, algumas biografias e bibliografias¹⁰³ e homenagens de índole diversa, com odes incluídas¹⁰⁴, mas desde logo nenhuma referência notável ao seu pensamento.

Uma geração depois da sua morte, em 1869, podia escrever Teixeira de Vasconcelos: “O viajante português que há poucos anos percorresse a Europa, não encontraria homem de Estado conspícuo, sábio distinto, filósofo afamado, ou publicista notável que lhe não falasse do sr. Silvestre Pinheiro Ferreira com profundo respeito e sincera veneração. Ainda hoje não há biblioteca pública na Europa, ou livraria particular

¹⁰² “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas”, in *Jornal da Sociedade Catholica*, nº 41, 1845, pp. CCCLX-CCCLXII. Texto por reeditar. Ver **AD** 19.

¹⁰³ As principais são: A. A. Teixeira de Vasconcelos, “Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4-4-1846 (**AD** 1); “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, *A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 3, 18-4-1846; *Glórias Portuguesas*, T. I, Lisboa, 1869 (pp. 1-60). Os dois escritos de 1846, um biográfico e outro bibliográfico, saídos em vida do biografado, foram conferidos pelo próprio Silvestre Pinheiro, segundo Inocêncio (1862) e o mesmo Teixeira de Vasconcelos, que em 1869 refere essa *biografia* “revista e corrigida por ele [Pinheiro Ferreira] próprio”. É praticamente certo consistirem os escritos de 1846 de informações veiculadas directamente por Pinheiro Ferreira, provavelmente com génese narrativa e mesmo documental (no escrito de 4 de Abril de 1846, por exemplo, Teixeira de Vasconcelos escreve: “a sua conversação com El-Rei seria muito curiosa para ser lida se este jornal não fosse unicamente literário”). De Filipe Ferreira de Araújo e Castro, a bibliografia *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, Tip. de José Baptista Morando, 1849. Na *Revista Popular*, vol. IV, a biografia “Silvestre Pinheiro Ferreira”, Lisboa, 1851 (p. 6 e segs). Finalmente, com carácter de síntese, o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, T. VII, Lisboa, 1862 (pp. 259-273). No Brasil, a homenagem de João Vicente Martins, *À memória de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, 1846; de M. de A. Porto Alegre, “*Silvestre Pinheiro Ferreira*”, em “Elogio Histórico Geral dos Membros Falecidos”, in *Revista trimestral de historia e geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, T. IV (2ª série), Rio de Janeiro, 1848 (pp. 169-171); e de José António Lisboa, nesta mesma última publicação, um “Elogio Histórico do Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira” (p. 195 e segs.).

¹⁰⁴ É o caso de uma ode de José Augusto Cabral de Mello, publicada em “*Silvestre Pinheiro Ferreira*”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 118-119 (aqui reproduzida em nota ao ano de 1838, por ocasião da sua eleição a deputado por Ponta Delgada). E é o caso de uma ode latina de Martins Bastos [*Silvestro Pinario Ferrerio*], publicada por A. Meyrelles de Távora, em “*Silvestre Pinheiro Ferreira*”, in *A Revolução de Setembro*, ano XXXV, nº 9514, Lisboa, 14-3-1874.

escolhida, em que não estejam devidamente estimadas as obras do nosso benemérito compatriota”¹⁰⁵.

Quanto ao nosso sector político, ainda em 1884 podia Fontes Pereira de Melo, Presidente do Conselho de Ministros, citar em sessão parlamentar Silvestre Pinheiro Ferreira como “uma autoridade cuja respeitabilidade é reconhecida por todos”¹⁰⁶, mas o diagnóstico real fornecia-o o deputado António Cândido Ribeiro da Costa nas seguintes palavras: “Na nossa história parlamentar há um protesto enérgico e valioso, um só, contra as ditaduras feitas neste país e contra os processos ordinários da sua justificação. Firma-o um grande nome. Esse protesto é de Silvestre Pinheiro Ferreira, e escreveu-o o ilustre publicista como membro da comissão que deu parecer a respeito da ditadura de 1844¹⁰⁷. Este protesto, que resume um capítulo de direito público, devia ser gravado em letras de ouro no pedestal da liberdade, se a liberdade tivesse estátuas em Portugal. É a reposição da boa doutrina sobre os deveres do parlamento; é, em poucas palavras, toda a teoria das relações dos diferentes poderes do Estado! Mas ninguém o compreendeu. A sua prosa ficou como uma legenda sublime, indecifrável; antes e depois de Silvestre Pinheiro Ferreira, a política portuguesa obedeceu sempre a outras inspirações”¹⁰⁸. Em Agosto de 1908, o filósofo era ainda citado em sede parlamentar¹⁰⁹.

¹⁰⁵ E continuava Teixeira de Vasconcelos: “Assim aprovou à Providência que solvessem estranhos a dívida em que lhe estava a nação portuguesa, e que nas amarguras a que o condenou mais do que uma vez a ingratidão dos naturais, o confortasse a estima e consideração dos estrangeiros. Ainda agora eles comemoram nos dicionários biográficos de maior importância o nome que anda esquecido na pátria a cujo serviço o sr. Pinheiro Ferreira dedicou muitos anos da sua vida, e a cuja honra e progresso consagrou a existência inteira” (*Glórias Portuguesas*, T. I, Lisboa, Typographia Portugueza, 1869, p. 1).

¹⁰⁶ Sessão de 21 de janeiro de 1884.

¹⁰⁷ Creio que o parecer é o de 22 de Outubro de 1844, que aliás termina com uma sentença silvestrina que seria daí em diante célebre *máxima constitucional* na vida parlamentar portuguesa da altura: “A República governa-se pelas regras, e não pelos exemplos”. Na sequência do parecer, Silvestre Pinheiro Ferreira apresentou na semana seguinte (a 28 de Outubro) uma proposta, com “exposição dos motivos”, instrutiva a diversos títulos. O tópico de fundo é o de sempre: a metodologia da representatividade e seus obstáculos.

¹⁰⁸ Em discurso proferido a 15 de Julho de 1887 e que consta de sessão nocturna de 22 do mesmo mês no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza*.

¹⁰⁹ Era a propósito da administração financeira da Casa Real que se faziam ouvir as palavras de Silvestre Pinheiro Ferreira: “Nem mesquinhez indecorosa para o trono, nem prodigalidade onerosa para os cidadãos, que à custa do seu trabalho contribuem para as despesas do Estado” (12 de Agosto de 1908).

Os primeiros movimentos assinaláveis de atenção ao pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira são, como observou José Esteves Pereira, os de Lopes Praça, em 1868, na *História da Filosofia em Portugal* e nos *Estudos sobre a Carta Constitucional*, em 1878, “que não se limita, nos *Estudos*, a um mero exercício de citação erudita das ideias jus-políticas, antes procede a uma problematização e enquadramento das teses silvestrinas”¹¹⁰. Quanto à “História da Filosofia em Portugal”, importa realçar uma palavra de Lopes Praça acerca dos Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia: “Em nossa opinião, grandes vantagens se poderiam tirar, como indica o mesmo Sr. P. Ferreira, de um vocabulário de qualquer língua executado conforme o plano ali apontado” (acrescentando que “as escolas Nominalistas e Sensualistas têm concorrido muito para o progresso e aperfeiçoamento das línguas”¹¹¹). A conclusão de Lopes Praça, porém, é que “não é restritamente como filósofo que o Sr. Silvestre P. Ferreira alcançou mais nomeada no mundo das ciências. Onde, na nossa opinião, ele mais se ilustrou, foi, sem dúvida, cultivando o Direito Público e o Direito das Gentes”¹¹². Neste sector, pelo menos, Lopes Praça apontava ainda para a ideia de uma continuidade, ao escrever: “O Sr. S. P. Ferreira foi o nosso mais insigne publicista, e, infelizmente, nem depois dele tem aparecido quem corrigisse as suas doutrinas e fizesse vingar muitas das suas opiniões, e desafrontasse sua memória de acusações imerecidas.” “O ilustre publicista queria preparar a inteligência dos portugueses para devidamente compreenderem as fases porque estava passando, como nas outras nações da Europa, a governação pública de Portugal. Os homens inteligentes

¹¹⁰ José Esteves Pereira, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, p. 13 e nota (onde constam as considerações de Esteves Pereira acerca da perspectiva de Lopes Praça, nos *Estudos sobre a Carta Constitucional*, em torno do pensamento jurídico-social de Pinheiro Ferreira). As obras referidas de Lopes Praça são *História da Filosofia em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1868, pp. 213-223 (2ª ed. Guimarães Editores, 1974, com comentários de Pinharanda Gomes); *Direito Constitucional Português - Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e acto adicional de 1832*, I, cap. VII, 1878 (2ª ed. Coimbra Editora, 1997).

¹¹¹ J. J. Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1868, p. 217 (3ª ed. Guimarães Editores, 1974, com introdução e comentários de Pinharanda Gomes, p. 261). Mais preciso é, decerto, o juízo de Cunha Seixas relativo ao pensamento de Silvestre Pinheiro: “a sua especialidade é a aliança, que tentou fazer entre os dados sensualistas, acanhados para o seu génio, e os dados ontológicos a que se arrojou” (Cunha Seixas, *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, Braga, 1879, p. 359-361).

¹¹² *Ibid.*, pp. 218-219.

deste país começam a fazer-lhe justiça, e não virá longe o dia em que se lhe faça justiça inteira”¹¹³.

Na sequência de Delfim Santos, reparou Pinharanda Gomes que “Ferreira continuava obediente aos fundamentos do ensino do Oratório, quando sublinhava que, 'educados com os princípios de Aristóteles e seus continuadores Bacon, Leibniz, Locke e Condillac', implicitamente adoptava uma orientação crítica, que era a do Oratório. Nem Bruno, nem Praça entenderam o esquema único que Ferreira traçara para esses autores: de facto, para a geração de Praça, e para a de Bruno, a relação entre Aristóteles e Bacon já não seria muito clara; mas era-o no plano didáctico do Oratório, que Ferreira não rejeitou, quando se entregou à tarefa de estabelecer uma didáctica da filosofia”¹¹⁴.

Para tudo dizer numa palavra, foi essa incompreensão - quer do ponto de vista histórico, quer sobretudo do ponto de vista teórico - que cortou a possibilidade de uma continuidade efectiva e real com o pensamento silvestrino (e todo o horizonte nele implícito), relegando-o por tabela para o museu da história.

A relação de Sampaio Bruno com o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira é incerta. Parece não ter conhecimento das *Noções Elementares de Filosofia*, ou do *Ensaio sobre a Psicologia*, onde inclusivamente um ou outro tema gnóstico não deixaria de merecer a sua consideração. Além da problemática hermenêutica denotada por Pinharanda Gomes, havia ainda a questão política. Para Bruno, como escreve ele próprio em 1898, no *Brasil Mental*: “A República é, pois, o recurso *in extremis*”¹¹⁵.

¹¹³ *Ibid.*, pp. 221-223.

¹¹⁴ J. Pinharanda Gomes, *Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, Guimarães Editores, 1977, p. 10. Em 1946, observara Delfim Santos: “Sampaio Bruno, não compreendendo a atitude ecléctica de Silvestre Pinheiro Ferreira, acusa-o de ter produzido um 'confuso imbróglgio de doutrinas filosóficas, desconexas e heteróclitas', e acha estranha, como também Lopes Praça, a extravagância de colocar na mesma linha Leibniz e Locke, e ainda de ter feito a nivelção de Aristóteles e Bacon. Sampaio Bruno viveu em época que considerava disparatada tal correlação, mas o nosso filósofo tinha razões para assim proceder. E não por desconexão, como afirmava Bruno talvez por o não ter lido, pois uma das mais firmes virtudes do nosso filósofo é a coerência do pensamento firmemente marcada ao longo da sua vida. No que se refere à conexão entre Aristóteles e Bacon, era essa, como já dissemos, a atitude dos oratorianos, e é de crer que o conhecimento das obras do estagirita, no original, desse a Silvestre Pinheiro Ferreira a convicção de verdade do que tão escandaloso se afigurava em Portugal, desde o século de Verney, e é ainda repetido por Sampaio Bruno. Quanto à aproximação entre Leibniz e Locke, também o filósofo tinha razões para a fazer, como no-lo indicam algumas das suas *Prelecções*” (D. Santos, *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 489-490 e 485).

¹¹⁵ Sampaio Bruno, *O Brasil Mental* (1898), Lello Editores, Porto, 1997, p. 322.

Todavia, no mesmo *Brasil Mental*, a propósito das “ideias de um entendimento recíproco, afora as muito simples que o convívio do comércio internacional prescreve para todas as nações civilizadas”, afirma que “esses desejos tiveram, apesar de tudo, em Portugal sempre representação constante. Foram-se desenvolvendo até ao ponto de se exagerarem na quimera de uma espécie de federação política entre os dois países. Um utopista lusitano, devaneando filantropicamente pela agreste província, chegou a publicar o *Código* positivo dessa federação vindoura. É uma doce alma das que se não ferem nas ásperas impossibilidades da realidade e desfraldam a vela do sonho, com os olhos acordados.” A ideia não era, pois, desses finais do século XIX, “era antiga e tinha uma originária procedência do mais culminante relevo. Na verdade, em 1825, a 6 de Dezembro, e de Paris, datava Silvestre Pinheiro Ferreira o seu *Parecer sobre um projecto de pacto federativo fundamental entre o império do Brasil e o reino de Portugal*”¹¹⁶. Em *A Ideia de Deus*, Bruno, depois de se referir à expulsão dos jesuítas do alto ensino por Pombal, escreve: “E, contudo, a esterilidade filosófica portuguesa continuou como até ali. Mesmo, os espíritos mais vivazes, desprendidos, liberais, de personalidade crítica e iniciativa mental, obscurecem e esmorecem desde que sentem que sobre eles se projecta a vasta e solene sombra da metafísica. Com o novo regímen político e social não coincide um novo regímen filosófico. Os ânimos afrouxam e as inteligências inquietam-se. Assim, Silvestre Pinheiro Ferreira, que nasceu em Lisboa a 31 de Dezembro de 1769 e em Lisboa faleceu a 1 de Julho de 1846, e que foi um dos mais insignes varões lusitanos do período moderno de nossa história material e espiritual, não se esquivou à lei, de si, consuetudinária.” “Do confuso imbróglio de doutrinas filosóficas, desconexas e heteróclitas, que Silvestre Pinheiro Ferreira baralha com somenos escrúpulo e demasiada indiferença, aparta, para que nela se atente, o Sr. Lopes Praça a extravagância de colocar na mesma linha os nomes de Leibniz e de Locke. Mas o Sr. Lopes Praça poderia ainda repudiar, como devia, a nivelação por Silvestre Pinheiro Ferreira estabelecida, implicitamente, entre os princípios de Aristóteles e seus continuadores e os de Bacon, Leibniz, Locke e Condillac¹¹⁷, tomando o filósofo lisbonense, segundo o diz, a ciência no ponto em que a deixaram aqueles grandes filósofos, como se um, fixo e definido, fosse esse ponto exclusivo e único.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 85.

¹¹⁷ Imprecisão de Sampaio Bruno, posto que Silvestre Pinheiro Ferreira escreva antes: “Educados com os princípios de Aristóteles e seus continuadores Bacon, Leibniz, Locke e Condillac [...]” (*NE, Adv.*).

Acrescenta, ingenuamente, Silvestre Pinheiro Ferreira que procurou adiantá-la até onde alcançassem suas ténues forças.” E julga Bruno: “Silvestre Pinheiro Ferreira, em filosofia, exhibe um deplorável fenómeno de revivescência atávica. O mesmo sorriso freirático contra Descartes no século XVIII, lhe encrespa o lábio contra Kant e contra Royer-Collard ou Maine de Biran no século XIX. Silvestre Pinheiro Ferreira afasta com idêntica repulsa o “tenebroso barbarismo dos Heraclitos de Alemanha” e a “brilhante fantasmagoria dos da França” ¹¹⁸. Uma última referência de Sampaio Bruno, em *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1905), arruma condignamente na biblioteca do tempo “o patriarca dos modernos publicistas portugueses, Silvestre Pinheiro Ferreira”, cujo nome “transpôs os limites estreitos da nacionalidade portuguesa, impondo-se ao conceito nos grandes centros intelectuais do estrangeiro” ¹¹⁹.

A dissertação de doutoramento de Louzada de Magalhães na Faculdade de Filosofia da Universidade de Bona, em 1881, acerca da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira ¹²⁰, deficiente e sob orientação duvidosa e prestando serviço inverso ao que seria desejável, além de uma ou outra curiosidade bibliográfica do informe, é no entanto claro indício ainda do prestígio do nome de Silvestre Pinheiro Ferreira nos meios académicos alemães da altura.

¹¹⁸ *A Ideia de Deus* (1902), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão—Editores, 1987, pp. 20-21. Parece ter sido esta passagem de Bruno que Álvaro Ribeiro teve em vista ao escrever: “Em vez de lamentarmos o aristotelismo atávico e inveterado dos nossos melhores pensadores portugueses, devemos explicar a nossa atitude de resistência às correntes anti-aristotélicas que surgiram depois da doutrinação de Lutero e de Melanchton, em especial ao cartesianismo e ao kantismo. Urge, para isso, escrever do ponto de vista português a *História da Filosofia Universal*. Se continuarmos a estudar por compêndios estrangeiros de história da filosofia, esquecendo que tais livros obedecem ao legítimo propósito de exaltar o pensamento da nacionalidade dos respectivos autores, julgar-nos-emos sempre em decadência, ou em atraso, por não havermos seguido oportunamente as doutrinas cartesianas ou as doutrinas kantianas. Se, pelo contrário, observarmos a *actualidade* dos conceitos aristotélicos, não só em filologia e em filosofia, mas também na metodologia das ciências de observação e experimentação, convencer-nos-emos de que foi valiosa, prudente e sagaz a nossa suspicácia perante os detractores de Aristóteles” (A. Ribeiro, “Aristóteles e a Tradição Portuguesa” [1955], in *As Portas do Conhecimento* [Compilação e Prefácio de Pinharanda Gomes], Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1987, pp. 138-139).

¹¹⁹ *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1905), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão—Editores, 1987, pp. 110, 357.

¹²⁰ J. J. Louzada de Magalhães, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischen philosophen vor ihm* [*Silvestre Pinheiro Ferreira. Sua Vida e sua Filosofia. Com uma Introdução sobre os mais importantes filósofos portugueses anteriores a ele*], Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi, Bonn, 1881.

Digna de nota é a referência aos projectos pedagógicos do filósofo feita por Manuel António Ferreira Deusdado, em 1909, no *Bosquejo Histórico de Puericultura. Educadores Portugueses*, onde menciona o projecto de lei orgânica de instrução e educação pública (apresentado em sessão parlamentar a 3 de Abril de 1843) e cita os artigos sobre a instrução do *Projecto de Código geral das leis fundamentais e constituintes de uma monarquia representativa*¹²¹.

Nos anos trinta do século XX, Henrique Perdigão dicionarizava ao sabor da época o filósofo no *Dicionário Universal de Literatura*¹²² e Luís Cabral de Moncada dedicava-lhe o primeiro estudo considerável do século na esfera que dava título aos *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*. Aí escreve Cabral de Moncada: “Nisto se resume todo o direito e toda a moral para P. Ferreira: o princípio do justo, única base da moral para os indivíduos e as nações, consiste no critério que permite determinar, a respeito de todas as acções humanas em cada situação, qual o máximo bem ou utilidade para o maior número de homens possível que delas pode resultar (“*the greatest happiness of the greatest number*” - a fórmula do utilitarismo). Todo o seu esforço dialéctico, na verdade, visa, como o do “ilustre Bentham”, a achar uma medida exacta que permita aferir pelo entendimento discursivo o valor moral de todas as possíveis formas de conduta, no ponto de vista do máximo de utilidade que

¹²¹ Ferreira-Deusdado, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Educadores Portugueses*, Angra do Heroísmo/Coimbra, 1909 (reedição em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, pp. 364-368). Os artigos sobre instrução são os §§ 115-137 do *Projecto de código geral das leis fundamentais e constitutivas de uma monarquia representativa*, o tomo III do *Manual do Cidadão*.

¹²² A sua transcrição justifica-se pelo interesse da elaboração. “Distinto polígrafo e estadista português nascido em Lisboa. Tendo, pelo seu alto espírito e nobreza de carácter, alcançado na política e na diplomacia os mais elevados cargos, deles se demitiu logo que o absolutismo se firmou em Portugal, retirando-se em seguida para Paris, onde, entregue à literatura e às ciências, se deixou ficar até ao ano de 1842 em que voltou à Pátria. Entre as numerosíssimas obras que deixou (só a sua enumeração atinge, no *Dic. De Inocência*, 293 números!), há algumas escritas em francês, inglês e alemão e versam, especialmente, filosofia, direito internacional e economia política. Merecem aqui especial menção as *Prelecções filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem* [*sic*] e um *Ensaio sobre a Psicologia*. Apesar de ter honrado extraordinariamente o seu país, morreu quasi ignorado. A imprensa estrangeira dedicou-lhe, entretanto, por ocasião da sua morte páginas de saudade e de profunda homenagem não só ao seu grande saber, mas, também, ao seu modelar civismo - qualidades, aliás, bem conhecidas do próprio Napoleão, que chegou a persegui-lo, suspeitando que ele pudesse contrariar-lhe os planos que tinha a respeito da Península” (Henrique Perdigão, *Dicionário Universal de Literatura*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, p. 288).

estas possam trazer ao agente e à comunidade a que este pertence”¹²³. Por outras palavras, como não desconheceu Cabral de Moncada, a formulação silvestrina era complemento e remate da aritmética do utilitarismo britânico pela tónica colocada na individualidade (justo é assim o que produz a maior soma possível de bem para todos em geral *e para cada um em particular*). Na realidade, o empenho do liberalismo silvestrino em toda a sua expressão e actuação, decorrente da sua filosofia, foi sempre a perfectibilidade da verificação e da aplicação dessa fórmula à relação entre o indivíduo e a comunidade¹²⁴. É a validade operacional deste conceito de justiça, regulador e experimental, que lhe confere um valor sempre actual para toda a actuação responsável que pretenda, efectivamente, fazer justiça. “O Estado - continua Cabral de Moncada em comentário ao pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira - é uma associação cujo fim é garantir o gozo dos direitos naturais e originários dos homens e estes são: a *segurança individual*, a *liberdade* e a *propriedade*. É esta a realidade originária - o direito dos indivíduos - de que ele, afastando-se nesta atitude de Bentham, parte para a sua construção filosófica e política da sociedade”¹²⁵. Por isso, no campo da filosofia política, “foi ele um decidido adversário do absolutismo e partidário da monarquia constitucional, tendo sido o primeiro português que aconselhou ao rei D. João VI, de quem foi ministro em 1821, que desse uma constituição ao país. O seu ideal de Estado constitucional foi, porém, não o duma república democrática declarada ou disfarçada sob a forma de uma monarquia em que o rei vem a achar-se impotente perante o parlamento¹²⁶, mas o duma monarquia representativa e limitada por um código de leis fundamentais, que devia conter uma declaração dos direitos do homem e do cidadão, a impor ao respeito não só dos soberanos, como dos próprios parlamentos.” Todavia, como observou Cabral de Moncada em conclusão, “mais alto do que a sua se ergueu então a voz do democratismo abstracto, de tipo francês - do jacobinismo vintista e

¹²³ Luís Cabral de Moncada, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p. 35.

¹²⁴ Como observámos já, foi na suposta impossibilidade de efectuar a verificação do conteúdo da definição de justiça, que incidiu a crítica do *compte rendu* de Rauter ao *Droit Public* de Pinheiro Ferreira, em 1834 (Rauter que, ao contrário de Mittermayer, parecia desconhecer o alcance da “teoria da definição” do nosso filósofo, concebida precisamente na óptica da adequação empírica).

¹²⁵ Cabral de Moncada, ob. cit., p. 36.

¹²⁶ Cabral de Moncada cita a seguinte passagem do *Cours de droit public* (I, § 37, p. 140): “otez au monarque ces deux attributs (*l'inviolabilité* et le *veto*), le gouvernement ne sera plus monarchique, il sera républicain, et le chef du pouvoir exécutif ne sera plus qu'un président” (*ibid.*, p. 36, nota).

setembrista - que foi a que predominou até perto da sua morte. Por isso P. Ferreira ficou incompreendido e o seu nome caiu no mais injusto esquecimento por parte do país, do qual foi aliás um dos mais ilustres filhos nos séculos XVIII-XIX”¹²⁷.

§ 9. A recepção do pensamento silvestrino a partir de 1946: a filosofia e a história da filosofia

O pós-guerra imediato trouxe-nos, em 1946, nos cem anos do falecimento do filósofo¹²⁸, duas reflexões acerca do seu pensamento, ambas no âmbito da filosofia, uma de Delfim Santos e outra de Joaquim de Carvalho e que assinalam respectivamente o primeiro estudo filosófico considerável sobre a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira e a primeira tentativa de interpretação da visão silvestrina da história da filosofia. Duas palavras, pois.

Observou a experiência de Delfim Santos, ao atentar no caso do “mais notável dos pensadores portugueses na primeira metade do século XIX”, que “em geral, são os

¹²⁷ *Ibid.*, p. 36-38.

¹²⁸ No *Diário Popular* de 25 de Agosto de 1946, escrevia Delfim Santos num artigo intitulado “Esquecimento”: “Passou recentemente um centenário que deveria ter sido comemorado se as nossas instituições de cultura tivessem bem organizados os registos dos homens que as enaltecera e, ao mesmo tempo, tornaram ilustre no estrangeiro o nome da Nação. Referimo-nos a Silvestre Pinheiro Ferreira, um nome que hoje pouco ou nada significa para além do número restrito de especialistas estudiosos do século XIX, e dos estudantes de Filosofia e Direito das nossas universidades”; “que se inseriu prestigiosamente na cultura europeia do seu tempo, e que privou com as personalidades mais afamadas no domínio da cultura, da ciência e da política suas contemporâneas.” Informa-nos ainda Delfim Santos que “as suas obras dedicadas ao direito, à filosofia, à matemática, ciências físico-naturais e também mineralogia tiveram a honra de ser traduzidas e discutidas, com elevado respeito, nos centros científicos do estrangeiro” (Delfim Santos, “Esquecimento” [comemoração do centenário da morte de S. P. Ferreira], in *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 465). Delfim Santos escreveu em diversas ocasiões sobre Silvestre Pinheiro: “O Pensamento Filosófico em Portugal – Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Portugal, Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, Lisboa, 1946; “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*, vol. I, Lisboa, 1947 (reedição destes três escritos em *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 447-448, 465-466, 479-490); “Ferreira, Silvestre Pinheiro”, in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, p. 565 e “Filosofia e Filósofos”, *ibid.*, vol. III, p. 19. Referir-nos-emos à edição das *Obras Completas*.

homens que nunca saíram da pátria que mais perturbações lhe têm trazido com o carrear de estilos, valores, etc., artificialmente desprendidos das respectivas culturas em que germinaram e se desenvolveram. Os homens que real e autenticamente desempenharam papel de relevo na cultura nacional são, na maior parte, aqueles que em meios estrangeiros se demoraram e, na volta, se dedicaram à fecunda missão de determinar as coordenadas típicas da mentalidade portuguesa”¹²⁹. “Proibindo-se o transporte incrítico da filosofia dos 'heraclitianos' da França e da Alemanha para a sua pátria, e também de qualquer expansionismo inoportuno a partir desta, Silvestre Pinheiro Ferreira procurou a todo o momento respeitar o equilíbrio entre a estrutura pensante da Nação e as noções que lhe pareciam adequadas às possibilidades de compreensão já reveladas e fixadas na sua história. Daí a demora na interpretação do pensamento categorial de Aristóteles, que lhe empresta o tom de metodólogo da cultura pátria, com a intenção de saneá-la dos extremismos e da intolerância do século XVIII”¹³⁰. Daí, contra o século XVIII, o lugar central dado por Silvestre Pinheiro Ferreira à ontologia na especulação filosófica¹³¹. Considerou Delfim Santos propósito elementar de Silvestre Pinheiro Ferreira a criação de *clareza nocional* (“para a compreensão de temática mais complexa”) e um contributo valioso do filósofo, sempre referido à linguagem, esse “notabilíssimo esforço de clarificação nocional”¹³². Também neste sentido pôde Delfim Santos tecer acerca da prosa e conhecimento silvestrinos e contra uma vulgar corrente de opinião, esta apreciação: “O seu estilo é fluente e de uma grande precisão e elegância. A sua cultura é vasta, profunda e séria”¹³³. Entendeu ainda Delfim Santos, a propósito do seu plano de reforma da instrução em Portugal, poder-se “considerá-lo, talvez, o primeiro pedagogo português influenciado pelas ideias de Pestalozzi”, julgando que “em muitos outros planos e projectos, que traçou, quer como deputado, quer como ministro, são evidentes os indícios de influência pestalozziana”¹³⁴. Em balanço da actividade crítica de Silvestre Pinheiro Ferreira e do seu projecto de fundamentação da “cultura nacional”¹³⁵, escreve Delfim Santos: “A época e a sua meditação levaram-no a admitir

¹²⁹ *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 479-480.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 489.

¹³¹ *Ibid.*, pp. 448 e 484-485.

¹³² *Ibid.*, pp. 482, 489, 490.

¹³³ *Ibid.*, p. 448.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 482.

¹³⁵ Delfim Santos vê na abertura das *Prelecções Filosóficas* “o princípio que deverá orientar a cultura nacional”. O desígnio silvestrino era, pois, na formulação de 1813: “Todo o homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer*

que 'o presente está prenhe de futuro'. Era, pois, necessário que o homem aprendesse a reconhecer no presente os indícios do futuro, pois, como tudo está em tudo, 'qualquer das mónadas de que o Universo se compõe é representativa do mesmo Universo'. Daí o interesse totalista da sua cosmologia a partir do 'instante', que era como uma mónada temporal. A sua filosofia não se demora na contemplação estática do passado, nem pretende por imaginação construir o futuro. Tudo está no presente, porque o presente está em tudo. Esta confiança segura e firme convence Silvestre Pinheiro Ferreira a realizar a actualização da cultura nacional pela única via que pode actualizar qualquer cultura: a fundamentação filosófica, ou radicalização das estruturas típicas do pensamento, como podiam ser apreendidas pelos homens mais representativos da primeira metade do século XIX. Especialmente em Portugal, era necessário afirmar-se que só o 'presente' continha o futuro, e não o passado, como teimosamente continuava a fazer-se crer. Para isso era só necessária uma condição fundamental: que o presente se tornasse real e verdadeiramente presente, isto é, liberto de tudo quanto o impedia de ser presente”¹³⁶.

No seu estudo sobre a *Evolução da Historiografia Filosófica em Portugal até fins do século XIX*, Joaquim de Carvalho teve presente um artigo de Silvestre Pinheiro Ferreira de 1844, “Reflexões sobre o Método de escrever a História das Ciências e particularmente a da Filosofia”. “Para Silvestre Pinheiro Ferreira a História da Filosofia desde Plutarco a Ritter, passando por Stanley, Brucker e Degerando, seguira um 'método confuso', de tal sorte que havia “hoje um riquíssimo cabedal amontoado e discutido, para que um homem, que não for só erudito, mas filósofo, coordene uma boa história da Filosofia; porque tudo quanto daqueles vastíssimos engenhos possuímos com o título de histórias da Filosofia nada menos são do que aquele título inculca”¹³⁷. Na

com acerto e falar com correcção. Todos precisam de conhecer o Mundo, tanto o físico como o moral, de que fazem parte: isto é, as leis gerais dos corpos que compõem o Sistema do Mundo: e os Deveres que cada um de nós, considerado como homem e como cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade e para com o Ente Supremo, de quem havemos recebido a existência” (PF, § 1). E acrescenta Delfim Santos: “Além disso - diz ainda o filósofo - necessita cada um de conhecer, não somente a teórica e prática, mas também a filosofia da ciência, que constitui a sua particular profissão” (ibid., p. 482).

¹³⁶ *Ibid.*, pp. 482-483.

¹³⁷ Joaquim de Carvalho, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, in *Biblos*, vol. I, Coimbra, 1946, reeditado em *Obra Completa*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 143-144. Destacava Silvestre a *História da Filosofia* do 'célebre Doutor Ritter', “mas por não ter orientado convenientemente o seu

leitura de Joaquim de Carvalho, impunha-se, no entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, um “novo ponto de vista” capaz de libertar “a história científica e filosófica da estreiteza do método cronológico, capaz de produzir 'composições anais, mas não a história da Ciência, porquanto esta última denominação supõe que ali se há-de encontrar claramente expandida não somente a concatenação dos factos e o seguimento donde se depreende a relação de causas e de efeitos que entre eles existe, mas também a marcha, com que respectivamente se foram desenvolvendo os diversos elementos de que a ciência se compõe' ” ¹³⁸. Seria do concurso destes cinco elementos (os factos, a nomenclatura, o sistema, a teoria e o método), sem os quais não pode haver ciência, que se poderia esperar uma história da filosofia. Na interpretação de Joaquim de Carvalho, “nesta ordem de ideias impunha-se, logicamente, que os cinco elementos não fossem tomados cumulativamente, “em massa”, mas separada e analiticamente, por forma que se distingam os progressos de cada um deles 'em cada uma das épocas ou fases do seu progressivo desenvolvimento'.” Semelhante pressuposto levava Joaquim de Carvalho a concluir que “o seu plano só seria exequível monograficamente, em histórias restritas de problemas ou de ideias; no conjunto, porém, obrigaria a repetições pela consideração autónoma dos 'cinco elementos', além de parecer implicar a negação da realidade histórica, de essência temporal, por admitir, paradoxalmente, a constituição da História da Filosofia sem cronologia, isto é, o respeito pela sucessão epocal das ideias, e por instalar o arbítrio na interpretação dos factos, subordinando-os a uma concepção trans-histórica” ¹³⁹.

Na realidade, só um deficiente convívio com o “mais notável dos pensadores portugueses na primeira metade do século XIX” - cujo pensamento não é líquido - poderia não aceder à clarificação nocional da epistemologia silvestrina e das intenções do filósofo relativamente à história da filosofia. No *Ensaio sobre a Psicologia*, com efeito, chegou ele a aplicar os seus princípios na “Exposition du Panthéisme ou de la

'prodigioso trabalho', este 'eruditíssimo escritor umas vezes deixa envolvido nas trevas da confusa nomenclatura da filosofia grega o sentido das doutrinas dos autores; outras vezes, empreendendo elucidá-las, dá às expressões por eles empregadas valores que só adquiriram em tempos muito mais recentes. Da classificação das ideias, próprias de cada uma das escolas, até parece não ter tido a menor noção; e quanto às teorias, tanto psicológicas como físicas, mas sobretudo no que toca a estas últimas, ou lhes presta os erros, que os precedentes historiadores lhes imputaram, ou lhes supõe doutrinas, que nunca foram, nem podiam ser, daqueles homens, nem daquelas épocas' ” (*ibid.*, p. 144).

¹³⁸ *Ibid.*, p. 144.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 146.

Théogonie des anciens”, texto também conhecido como “De la Théogonie (Mythologie)”¹⁴⁰. Pinharanda Gomes, num comentário paralelo ao da conhecida passagem de Silvestre Pinheiro Ferreira, na qual o filósofo lisbonense ironiza a destrição entre *história da filosofia* e *histórias da filosofia*¹⁴¹, aponta para a “subtil distinção entre 'filosofia' e 'história da filosofia' ”¹⁴². “Assim, - prossegue a exegese de Pinharanda Gomes na senda do ponto de vista silvestrino - o encadeamento cronológico da história da Filosofia teria de ser algo estritamente dependente do encadeamento lógico para que, no termo *história da filosofia*, o substantivo categorial fosse, não *a história*, mas *a filosofia*. Pinheiro Ferreira desejava dizer mais ou menos isto, portanto:

¹⁴⁰ O texto “De la Théogonie (Mythologie)” foi publicado no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin, em 1835 e corresponde, pois, à nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia*, onde foi originalmente publicado este texto, com ligeiras alterações, sob o título “Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens” (em fac-simile, com os originais grego e latim citados, bem como a respectiva tradução, no volume *Ensaio sobre a Psicologia, Noções Elementar de Filosofia e outros Escritos Filosóficos Ensaio sobre a Psicologia*, ob. cit., pp. 166-180 e 267-357 (da edição fac-similar) e pp. 98-103 e 130-155 (da tradução portuguesa). Ver **AD** 18.

¹⁴¹ A passagem em referência é a supracitada em que Pinheiro Ferreira denuncia que um “método confuso de escrever a história da filosofia, tem sido adoptado por todos os autores, que em diferentes épocas empreenderam um tão interessante trabalho, tais como Stanley, Brucker, Degerando e Ritter; por maneira que se pode asseverar com verdade que, graças às profundas e laboriosas indagações de muitos deles, existe hoje um riquíssimo cabedal amontoado e discutido, para que um homem, que não for só erudito, mas filósofo, coordene uma boa história da Filosofia; porque tudo quanto daqueles vastíssimos engenhos possuímos com o título de histórias da Filosofia nada menos são do que aquele título inculca” (“Reflexões sobre o método de escrever a história das ciências, e particularmente a da filosofia”, in *O Pantólogo*, nº 1, Junho, 10, Lisboa, pp. 3-5; reeditado por Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, em *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Livraria Cruz, 1958, pp. 257-263; em *Silvestre Pinheiro Ferreira* [Introdução e Seleção antológica de Pinharanda Gomes], Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1977, pp. 68-75; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 311-315).

¹⁴² Pinharanda Gomes continua (discutindo o ponto de vista histórico do problema): “De facto, o encaixe da segunda no programa de estudos era uma dificuldade criada pela própria diversificação setecentista do saber, porque a história da Filosofia deveria constituir, não uma disciplina independente, mas algo muito íntimo do próprio ensino da Filosofia, ou da arte de filosofar. Ou seja: historiografia filosófica, como disciplina autónoma, não existiu *ab initio*. Ela efectua-se imbricada no ensino da arte de filosofar, isto é, através das exposições, comentários, dissertações doxográficas e debates filosóficos. O historiador da filosofia era necessariamente o filósofo que, na afirmação propositiva das suas teses, enumerava as teses dos filósofos anteriores, ou para as rebater, ou para as rectificar, ou para as ampliar, exactamente no mesmo esquema que um Aristóteles faria relativamente aos filosofemas anteriores” (P. Gomes, em prefácio a Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal* [Fixação do texto, Introdução, Notas e Bibliografia por Pinharanda Gomes], Lisboa, Guimarães Editores, 1998, p. 32).

a história da Filosofia efectua-se filosofando, pelo sistema de debate filosófico”¹⁴³. Enfim, para regressar mais precisamente às próprias palavras de Silvestre Pinheiro Ferreira, o que estava em questão era a diferença entre “história da filosofia” e “histórias da filosofia”.

Em 1955, no I Congresso Nacional de Filosofia, ouviu-se uma palavra, de resto indigente, vinda de Lúcio Craveiro da Silva, acerca da “significação e itinerário da obra filosófica” de Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁴⁴. Três anos depois, aparecia, por sugestão de Miranda e Barbosa, o primeiro trabalho de algum fôlego acerca do filósofo, com pesquisa documental, reedição de textos, tentativa de visão de conjunto e esforço hermenêutico, da autoria de Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, que se tornou trabalho de referência dos estudos silvestrinos¹⁴⁵. Dois momentos mencionáveis pelo significado são, em 1965, *Existência e fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa*, de Fr. João Ferreira, que teve uma palavra (mas só uma!) para Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁴⁶ e dois anos depois, uma comunicação na primeira Assembleia Internacional de Estudos Filosóficos, sob a égide da Faculdade de Filosofia de Braga, onde João Afonso Côrte-Real, com referência ao segundo centenário do nascimento do filósofo, adicionava alguma documentação aos estudos silvestrinos¹⁴⁷. Cifraram-se tais tentames, porém, no máximo, em “histórias da filosofia”.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 32

¹⁴⁴ Lúcio Craveiro da Silva, “Silvestre Pinheiro Ferreira. Significação e itinerário da sua obra filosófica”, in *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia*, Braga, 1955, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XI/XII, pp. 613-619.

¹⁴⁵ Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira* (Prefácio de Miranda e Barbosa), Braga, Liv. Cruz, 1958.

¹⁴⁶ Fr. João Ferreira, *Existência e fundamentação do problema da Filosofia Portuguesa*, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1965, pp. 46, 69, 183-184. Em 1967, António Quadros, talvez ecoando um juízo de Álvaro Ribeiro, escrevia: “Silvestre Pinheiro Ferreira foi um polígrafo e um metafísico de alto nível, exprimindo uma ontologia, uma teodiceia e uma psicologia bem fundamentadas” (António Quadros, *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1967, p. 312).

¹⁴⁷ João Afonso Côrte-Real, “Universalismo de Silvestre Pinheiro Ferreira” (Comunicação à primeira Assembleia Internacional de Estudos Filosóficos, sob a égide da Faculdade de Filosofia de Braga), [200 separatas], Braga, 1967; reedição em *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXV, fascs. 3-4, Braga, 1969, pp. 306-328. Na conclusão da sua comunicação, apontava Côrte-Real o segundo centenário do nascimento do filósofo, observando que “seria oportuno que, em Lisboa, a cidade que o viu nascer, fosse descerrada a sua estátua ou um busto apenas e uma rua evocasse o prestigioso nome do eminente filósofo.” Foi o que coube, por edital do Governo Civil de 23.5.1969

§ 10. Apontamento sobre a refluência do Brasil em torno de Silvestre Pinheiro Ferreira, entre 1962 e 1983

Uma chamada de atenção veio determinar a fortuna do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil, em 1962, quando Miguel Reale, invocando o nome do filósofo, “que mereceria ser objecto de mais demorado estudo”, conjecturou que “o ilustre jurista e pensador lusitano, talvez a figura mais expressiva da cultura portuguesa nas primeiras décadas do século XIX, deve ter encontrado no Brasil grande interesse pelas ideias filosóficas. De outra forma não se explicaria o curso que, por iniciativa particular, manteve no Rio de Janeiro, e do qual resultou uma das primeiras obras editadas no Brasil, pela Imprensa Régia em 1813”. Como observou Miguel Reale, Silvestre Pinheiro Ferreira “representa uma das muitas 'fidelidades' do pensamento português à tradição do *logicismo aristotélico*” e era com semelhante orientação filosófica que pretendia reformar o ensino filosófico do *Genuense*¹⁴⁸. Um lustro depois das breves mas proficientes considerações de Miguel Reale, António Paim, na sua *História das Ideias Filosóficas no Brasil* (1967), detinha-se particularmente nas *Prelecções Filosóficas*, que reeditaria no triénio seguinte e com efeito, é com esta obra inaugural do moderno pensamento atlântico que António Paim, que já há quatro décadas valorosamente dedica a sua investigação ao pensamento e à herança do filósofo luso-brasileiro¹⁴⁹, abre o primeiro capítulo de *A Filosofia Brasileira* (1991). A tese de

no *Diário Popular*, em “homenagem a figura tão ilustre”, a uma praça (“Praça Silvestre Pinheiro Ferreira”) adjacente à Estrada de Benfica.

¹⁴⁸ Miguel Reale, “Momentos olvidados do pensamento brasileiro” (texto originalmente publicado em *Filosofia em São Paulo*, S. Paulo, 1962), in *Estudos de Filosofia Brasileira*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira [Colecção *Razão Atlântica*], Fundação Lusíada/Guimarães Editores, 1994, pp. 82-83 (ver ainda p. 68).

¹⁴⁹ São alguns dos escritos dedicados ao filósofo por António Paim: “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1967 (5ª ed. Londrina, Edit. UEL, 1997, pp. 339-372); “Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento filosófico brasileiro no século XIX”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969; “A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 102, Ab.-Jun de 1976; *A Filosofia Brasileira*, Lisboa, ICALP, 1991; “Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na Estruturação do Debate Filosófico no Brasil do século XIX”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da Revista *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 65-72; “Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro”, *ibid.*, pp. 73-83; *Introdução* a S. P. Ferreira, *Manual do Cidadão em um Governo*

doutoramento de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria*, apresentada na Universidade de São Paulo no mesmo ano de 1967 e editada em Lisboa em 1975, abundantemente informada e com valiosa documentação e apresentando uma interpretação conjuntural do pensamento do filósofo, marca indubitavelmente a consolidação dos estudos silvestrinos ¹⁵⁰, como reconheceu Miguel Reale ¹⁵¹. Em 1976, com a chancela da PUC e do Conselho Federal de Cultura, era publicada uma compilação com o título *Silvestre Pinheiro Ferreira, Ideias Políticas* ¹⁵² e em 1983 o Brasil passava a dispor em edição de uma fonte para a investigação, através do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro ¹⁵³.

Representativo (Ed. Fac-similada), III vols., Brasília, Senado Federal, 1998. Em colaboração com António Braz Teixeira, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, verb. in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.

¹⁵⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ferreira – Ideologia e Teoria*, Lisboa, Sá da Costa, 1975. São alguns dos seus escritos dedicados ao filósofo: “A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969; “Silvestre Pinheiro Ferreira e o Movimento Constitucional no Rio de Janeiro”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 57-63.

¹⁵¹ Miguel Reale, *Estudos de Filosofia Brasileira*, ob. cit., p. 82, nota.

¹⁵² *Silvestre Pinheiro Ferreira, Ideias Políticas* (com apresentação de Celina Junqueira e introdução de Vicente Barreto), Rio de Janeiro, PUC/Documentário, Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1976.

¹⁵³ *Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), Bibliografia e Estudos Críticos* (organização de Marta Sueli Dias Santos), Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, Salvador-Bahia, 1983. Bibliografia das obras de S. P. Ferreira organizada em torno dos seguintes itens: 1.1. Filosofia e Teologia, 1.2. Política, Direito Público e Constitucional, 1.3. Economia Política e Direito em geral, 1.4. Filologia, 1.5. Diversos, 1.6. Correspondência, 1.7. Estudos sobre S. P. F. Os *estudos críticos* em antologia são os de Lopes Praça, de Cabral de Moncada, de Delfim Santos, de António Braz Teixeira e de António Paim.

§ 11. O ciclo de maturidade da recepção do pensamento silvestrino

É com o trabalho de José Esteves Pereira - *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, editado pela Universidade de Coimbra, em 1974 - que a investigação em torno do filósofo se alcandora em superior plano, ao acrescentar a uma informação directa e profunda das fontes, o sentido histórico do conjunturista e a penetração empática das situações. Com a obra de José Esteves Pereira, sente-se pela primeira vez na esfera dos estudos silvestrinos o latejar do pensamento em acção na movimentação de Silvestre Pinheiro Ferreira no seu ciclo vintista, o mais denso quão breve de actividade da vida do nosso filósofo político. À pesquisa de José Esteves Pereira aplicam-se, com efeito, os votos com que Miranda e Barbosa prefaciava, década e meia antes, o primeiro estudo de feição académica sobre a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira: “Para compreender com rigor o seu pensamento e a sua personalidade seria preciso, antes de mais, reviver profundamente a sua época, tanto nos horizontes da sua experiência humana, como na minúcia dos eventos históricos em que activamente participou. Mas, por outro lado, para ajudar a compreender essa crise - talvez a maior crise da nacionalidade e uma das maiores da nossa civilização - no que respeita à história das ideias políticas em Portugal, é indispensável perscrutar o pensamento de Silvestre Pinheiro, através das suas obras”¹⁵⁴. Nos cento e cinquenta anos da morte do filósofo, assinalou José Esteves Pereira, em introdução à edição de 1996 das *Prelecções Filosóficas*, a clara transposição do paradigma hermenêutico positivista que ainda ensombra a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, ao escrever “que o filho espiritual do Oratório se situa, permanentemente, por oposição a um reducionismo empirista ou sensualista na exacta medida em que subjaz à sua especulação a harmonização de signo leibniziano de Deus, Homem e Mundo”¹⁵⁵. Além dos escritos que em diversas ocasiões tem dedicado à sua interpretação¹⁵⁶, imprimiu José Esteves Pereira especial dinâmica à

¹⁵⁴ Miranda e Barbosa, em Prefácio a Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958.

¹⁵⁵ Introdução a S. P. Ferreira, *Prelecções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 18.

¹⁵⁶ São alguns dos escritos dedicados ao filósofo por José Esteves Pereira: *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974; “Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento económico liberal”, in *O Liberalismo*

investigação em torno da acção e do pensamento do filósofo luso-brasileiro ao impulsionar o I Colóquio Silvestre Pinheiro Ferreira, decorrido a 14 de Fevereiro de 1997, em colaboração com o Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, com a participação de Maria Beatriz Nizza da Silva (com a comunicação “Silvestre Pinheiro Ferreira e o Movimento Constitucional no Rio de Janeiro”), de Maria Luísa Couto Soares (com a comunicação “Heterogeneidade dos Discursos nas Prelecções Filosóficas de Silvestre Pinheiro Ferreira”), António Braz Teixeira (com a comunicação “A 'Teodiceia' de Silvestre Pinheiro Ferreira”), António Paim (com a comunicação, “Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na Estruturação do Debate Filosófico no Brasil do Século XIX” e o texto “Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro”) e José Esteves Pereira (com uma comunicação sob o nome do filósofo e uma bibliografia) ¹⁵⁷.

Em 1977, introduzia Pinharanda Gomes uma obra, de valor inversamente proporcional à sua brevidade, com o nome do filósofo em epígrafe e uma antologia, para sinopse do pensamento silvestrino ¹⁵⁸. Aparecido à entrada da maturidade dos estudos silvestrinos, o labor cognitivo de Pinharanda Gomes, de hermeneuta e revitalizador do pensamento sófico de Silvestre Pinheiro Ferreira, é o do filósofo em síntese diante do filósofo. Na contracapa da antologia silvestrina selecta de Pinharanda Gomes pode ler-se: “Silvestre Pinheiro Ferreira, um cosmopolita entre os autores portugueses do século XIX, oferece o carácter de uma personalidade europeia mas, numa situação equivalente desta nossa época, capaz de fazer a crítica da Europa. Representante do melhor Liberalismo europeu, Silvestre Pinheiro Ferreira tem uma ampla actualidade como teorizador das Ciências e da Política, e como pensador dos

na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, ed. Miriam Halpern Pereira e outros, II vols., Lisboa, Sá da Costa, 1982; *Introdução a Silvestre Pinheiro Ferreira, Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996; *Introdução a S. P. Ferreira, Prelecções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; “Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998.

¹⁵⁷ O I Colóquio Silvestre Pinheiro Ferreira acha-se reproduzido em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998.

¹⁵⁸ *Silvestre Pinheiro Ferreira*, Introdução e Selecção de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães Editores, 1977.

direitos do homem”¹⁵⁹. Observou por outro lado Pinharanda Gomes acerca do fundamento cosmológico do pensamento teodiceico de Silvestre Pinheiro, que “a sua argumentação cosmológica - harmonia das partes universais, princípio da causalidade, explícito nas causas necessária e espontânea - conduz de facto, como em Leibniz, à contemplação da 'verdade cosmológica' que uma exegese aprofundada poderia identificar com o argumento ontológico de uma certa tradição europeia (discursiva) e de grande parte da tradição portuguesa (intuitiva e poética)”¹⁶⁰.

António Braz Teixeira, para quem o pensamento de Silvestre Pinheiro “constitui a mais alta expressão especulativa surgida no panorama filosófico português da primeira metade do século XIX”¹⁶¹, abordou-o numa perspectiva transiente, ordenada ao posterior desenvolvimento da filosofia portuguesa¹⁶². Detendo-se em diversas ocasiões no pensamento silvestrino¹⁶³, cuja publicação pela Imprensa Nacional tem promovido,

¹⁵⁹ São alguns dos escritos dedicados ao filósofo por J. Pinharanda Gomes, *Apresentação e Notas a Silvestre Pinheiro Ferreira, Categorias de Aristóteles*, Lisboa, Guimarães Editores, 1974, 1982, 1994 (*Apresentação* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira – Tradutor de Aristóteles”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1986, pp. 65-73); *Silvestre Pinheiro Ferreira*, Introdução e Selecção de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães Editores, 1977 (*Introdução* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, ob. cit., pp. 51-63); *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987; *Prefácio a Lopes Praça, História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Guimarães Eds., 1988.

¹⁶⁰ *Silvestre Pinheiro Ferreira*, ob. cit., p. 25.

¹⁶¹ António Braz Teixeira, *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983, p. 63.

¹⁶² António Braz Teixeira, “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXI, fasc. 122, Ab.-Jun. de 1981.

¹⁶³ São alguns dos escritos dedicados ao filósofo por António Braz Teixeira, “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXI, fasc. 122, Ab.-Jun. de 1981; *Prefácio a Pedro Amorim Viana, Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981; *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983, pp. 63-67; Apresentação e tradução de *Teodiceia ou Tratado Elementar sobre a Religião Natural e a Religião Revelada* [tradução das seguintes partes da obra: *Advertência*, Parte I, §§ 1-44 e Parte II, cap. I, §§ 45-81], in *Análise*, Lisboa, (7), 1987, pp. 125-156; verb. “Aristotelismo em Portugal” [III – Séculos XIX e XX], in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 1, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1989, cols. 449-450; *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993, pp. 15-19 e 61-63; “A ‘Teodiceia’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura - Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 45-55. Em colaboração com António Paim, verb. “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Logos*,

é António Braz Teixeira o primeiro pensador a demorar-se na *Teodiceia* de Silvestre Pinheiro Ferreira, da qual traduziu uma parte e apresentou a primeira interpretação ¹⁶⁴, reconhecendo na obra um conjunto de questões que “merecem especial menção, pelo relevo que virão a ter na nossa filosofia contemporânea, as referentes à conciliação entre razão e fé e à incompreensibilidade dos mistérios, à queda e ao pecado original, à possibilidade da profecia e do milagre e ao valor e sentido da oração” ¹⁶⁵. Considera António Braz Teixeira, com efeito, “bem viva no pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira a ideia cristã de Deus” (que sucessivamente será posta em causa no deísmo de Amorim Viana, no pantiteísmo de Cunha Seixas, no panteísmo de Domingos Tarroso, Antero de Quental e Guerra Junqueiro e no messianismo heterodoxo de Sampaio Bruno). “Advertia, porém, o filósofo - escreve este hermeneuta -, cujo o pensamento se manteve sempre fiel à mais estrita ortodoxia católica, não haver qualquer conflito ou incompatibilidade entre a experiência e a razão natural e as verdades reveladas, já que, na revelação cristã, a que o seu pensamento teodiceico sempre se refere, nenhum dogma ou mistério existe que não se encontre de acordo com a mais exigente razão, embora possa ser-lhe superior. Daí que, em seu entender, o que, por vezes, se denomina incompreensibilidade dos dogmas ou mistérios do cristianismo, ou o seu carácter inefável, se refira à incapacidade da razão humana para abarcar o seu pleno sentido, por aqueles transcenderem os seus estreitos limites, e não à sua natureza de verdades ou afirmações contraditórias ou contrárias a essa mesma razão. Era por reconhecer ou afirmar o carácter supra-racional mas não irracional dos mistérios cristãos que o filósofo não encontrava qualquer dificuldade em aceitar a Trindade divina, a encarnação de Cristo, a sua presença na eucaristia ou a ressurreição final de todos os mortos, bem como as noções de queda ou de pecado original ou a possibilidade da profecia ou do milagre”. O problema do mal na meditação do filósofo luso-brasileiro, é abordado por António Braz Teixeira, que o situa na linha do teísmo tradicional, como do optimismo leibniziano, interpretando-lhe a posição (cujo horizonte encontra em síntese numa

Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.

¹⁶⁴ Ver nota anterior. Cfr. “A ‘Teodiceia’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura - Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 45-55. Acerca da teologia silvestrina, veja-se ainda *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993, pp. 15-19 e 61-63.

¹⁶⁵ António Braz Teixeira, “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXI, fasc. 122, Ab.-Jun. de 1981.

passagem das *Noções de Filosofia*) como inserta na trajectória que no Ocidente, de Santo Agostinho a Leibniz, enquadra o *nihil privativum* do mal no optimismo lógico teodiceico ¹⁶⁶.

Era a partir da visão supra-racional da harmonia do universo que, acerca do bem e do mal, escrevia Silvestre Pinheiro Ferreira: “Se estendermos a vista além da espécie humana, que nada é mais do que uma pequena e mui pequena parte do universo, a palavra *bem* deverá significar tudo o que contribui para a conservação e aperfeiçoamento do mesmo universo em todas as suas partes. Partindo deste ponto de vista elevado, o filósofo reconhece que os acontecimentos justamente qualificados como um mal relativamente a um indivíduo ou a um certo número de indivíduos, é relativamente ao universo, um *bem* efectivo; pois que é do concurso desses e de todos os mais acontecimentos reputados felizes uns e infelizes os outros, que resulta a admirável ordem que desde o princípio dos séculos depõe da infinita sabedoria do Criador do Universo” ¹⁶⁷.

¹⁶⁶ *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993, pp. 15-19 e 61-63.

¹⁶⁷ *NEO*, C, pp. 63-64.

SEGUNDA PARTE

ONTOGNOSIOLOGIA DA HARMONIA UNIVERSAL

Capítulo Quinto
TRANSCURSO SOBRE A INTUIÇÃO PRIMEVA DA
HARMONIA UNIVERSAL

**§ 12. Conjectura em torno da *pantomima entre os antigos*
e das *forças vivas***

Difícil é saber quando se apresentou a Silvestre Pinheiro Ferreira a clara intuição de quanto se contém no conceito de harmonia do universo e não dispomos, até hoje, de informação líquida nesse sentido. Todavia, na sua biografia de 1846, elaborada por um discípulo e revista pelo próprio filósofo ¹⁶⁸, pode ler-se, a propósito dos seus escritos, que quando estava ele na Congregação do Oratório (1783-1791) ¹⁶⁹ compusera “uma memória para o concurso da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris, acerca da origem, progresso, decadência e efeitos da pantomima entre os antigos, e uma

¹⁶⁸ Recordemos que os dois escritos de 1846 de A. A. Teixeira de Vasconcelos (“Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira” e “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, ob. cit.), um biográfico e outro bibliográfico, saídos em vida do biografado, foram conferidos pelo próprio Silvestre Pinheiro, segundo Inocêncio (1862) e o mesmo Teixeira de Vasconcelos, que em 1869 refere essa *biografia* “revista e corrigida por ele [Pinheiro Ferreira] próprio”. Sendo praticamente certo consistirem os escritos de 1846 de informações veiculadas directamente por Pinheiro Ferreira, provavelmente com génese narrativa e mesmo documental (no escrito de 4 de Abril de 1846, por exemplo, Teixeira de Vasconcelos escreve: “a sua conversação com El-Rei seria muito curiosa para ser lida se este jornal não fosse unicamente literário”). Ver *AD* 1.

¹⁶⁹ Na biografia pode ler-se: “Aos catorze anos de idade entrou o Sr. Silvestre Pinheiro para a Congregação do Oratório, que então florescia com varões eruditos, e virtuosos, destinado a seguir o estado eclesiástico. Os padres mais graves daquela casa foram desde logo os seus principais amigos, e entre eles o padre Foyos, principal director dos seus primeiros estudos filosóficos; e sobre qualidades naturais tão excelentes assentou a boa educação ali recebida, e o trato com aqueles padres tão cultivadores das ciências, que logo desde os primeiros anos apareceram dois testemunhos valiosos do seu talento, estudo, e aproveitamento. Daremos mais circunstanciada notícia deles quando falarmos dos seus escritos; por agora basta saber-se, que um deles lhe mereceu o singular apreço em que começou a tê-lo o principal Castro, reitor da universidade de Coimbra, e também o desagrado de alguns dos seus colegas demasiado zelosos da reputação literária do seu padre Teodoro de Almeida, a quem o Sr. Silvestre Pinheiro ousara fazer alguns reparos” (T. Vasconcelos, “Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, ob. cit., pp. 2-3). Cfr. *AD* 1.

dissertação a respeito das forças vivas, examinando e refutando a teoria do padre Teodoro d’Almeida”¹⁷⁰. Por certo entendeu o filósofo terem os escritos inaugurais (com paradeiro desconhecido¹⁷¹) significado bastante para os mencionar ao biógrafo. Estes simples dados permitem-nos, por ora, uma ou outra conjectura, com grau razoável de verosimilhança, em torno do inicial ciclo filosófico da sua vida e particularmente do tema da harmonia do universo, ao tempo da estadia na casa de Nossa Senhora das Necessidades.

O primeiro triénio dos três que durava o curso de Humanidades da Congregação do Oratório, era dedicado à Gramática, ou seja, ao estudo do latim e do grego e o segundo triénio era-o à respectiva Literatura, grega e latina (“Humanidades”) e à Retórica. O encontro com a língua grega terá sido muito especialmente marcante e o filósofo, mais tarde, ao traduzir no Brasil as *Categorias* de Aristóteles, considerará com enlevo essa “Língua Grega, que no meu conceito constitui o mais glorioso momento da perfeição do Espírito humano”¹⁷². Na Congregação aprendeu também Silvestre, nas *Observações* do padre Pereira de Figueiredo, que “mais vale um mármore antigo ou uma medalha... que todos, ou quase todos, os manuscritos juntos”¹⁷³. O acesso ao segundo triénio era feito mediante um exame. Estaríamos, então, com o jovem filósofo, por volta de 1787 e nessa altura, a ouvir a “memória para o concurso da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris, acerca da origem, progresso, decadência e efeitos da pantomima entre os antigos”¹⁷⁴. Como é sabido, o género teatral da pantomima tinha representação muda através da mímica¹⁷⁵, acompanhada de música ou harmonia (orquestra ou coral) e era critério de inteligibilidade da cena a relação harmónica de

¹⁷⁰ Teixeira de Vasconcelos, “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, ob. cit., p. 12.

¹⁷¹ Ainda não se perdeu a esperança na Biblioteca da Ajuda, onde muita coisa desaguou entre volumosas colecções de apostilhas e de escritos de múltipla ordem oriundos da livraria do Convento de Nossa Senhora das Necessidades dos padres de S. Filipe Néri. Outra possibilidade, talvez maior, é precisamente a representação actual da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris.

¹⁷² *CAT, Adv.*, p. 33.

¹⁷³ Citação em Vitorino Nemésio, *Herculano*, vol. I, cap. III (“O Discípulo do Oratório”), Lisboa, 1934, p. 123 (ver Maria Luiza Coelho, ob. cit., pp. 9-10).

¹⁷⁴ Não é conjecturística carecida de probabilidade, posto que O *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira*, de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, menciona entre os inéditos e com data, a “*Mémoire sur l’origine et les progrès des Pantomimes chez les anciens. 1787.*”

¹⁷⁵ Para a circunscrição do possível significado da pantomima na referida memória, veja-se *PF*, XXV.

todo o conjunto (dos gestos com o cenário, etc.) no todo narrativo, dentro da tradição ocidental do teatro como *speculum mundi*. Assim se compreende que a propósito do *estilo simbólico* da representação por acção, o filósofo indique, mais tarde, nas *Prelecções Filosóficas*, a afinidade entre a *mímica* e a *mística* ¹⁷⁶. A isto se ligará também a reflexão sobre a música na obra do filósofo ¹⁷⁷. A noção de harmonia estaria, pois, com verosimilhança, presente de alguma maneira já na *memória* do jovem Silvestre, que teria ainda estudado esse conceito também estético e retórico. Recordemos uma carta endereçada de Paris por Pinheiro Ferreira para a Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades de Lisboa, ao Preósito da Congregação do Oratório, Fernando Garcia, datada de 4 de Outubro de 1826, onde menciona a “saudososa memória da Congregação, de 35 anos a esta parte” e oferece à Livraria do Oratório “dois opúsculos apensos, cuja doutrina é fruto das lições que aí ouvi aos nossos doutos Mestres, e do que colhi da leitura do precioso tesouro de antigos e modernos Autores hoje confiados à guarda de V. R.” ¹⁷⁸. Um dos opúsculos é, indubitavelmente, o *Essai sur la Psychologie* (do mesmo ano de 1826), única obra do filósofo abundante em citações de antigos (sobretudo) e modernos Autores (se exceptuarmos a *Théodicée*, de 1845). Mais de uma terça parte da *Psychologie* de Silvestre Pinheiro Ferreira é dedicada ao tema da harmonia universal e copiosamente ilustrada por citas gregas e latinas sobre o mesmo tema, nas quais perpassam por vezes aspectos cénicos simbólicos ¹⁷⁹.

Em 1791, aos vinte e dois anos, Silvestre Pinheiro Ferreira saía do Oratório e uma das causas disso, sem dúvida, fora o conflito resultante da contestação das teses de Teodoro de Almeida, em relação com a temática das “forças vivas” ¹⁸⁰. Num trabalho de

¹⁷⁶ *PF*, §§ 825-834.

¹⁷⁷ Em palavras de 1844, Silvestre Pinheiro Ferreira observará, no plano didáctico, que “a música vocal e em coro, para todos, e a instrumental para os que mostrassem para isso aptidão, devem fazer parte de toda a educação liberal. Nos hinos e cânticos, que se devem fazer cantar aos alunos, se pode incluir uma grande parte de instrução moral e religiosa” (*DCCC*, pp. 322-323).

¹⁷⁸ Carta existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, citada em Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, p. 365.

¹⁷⁹ Um único exemplo: “Les théologiens des siècles passés, qui sont les plus anciens des philosophes, ont mis des instruments dans les mains des statues de leurs dieux; non qu'ils regardassent comme un exercice convenable aux dieux de jouer de la lyre ou de la flûte; mais ils croyaient que rien n'était plus analogue à leur nature que l'accord et l'harmonie” (Plutarco, *De anima*, in *EP*, XXIII, o, 5)

¹⁸⁰ Para a contextura do significado da polémica com o padre Teodoro de Almeida, ver José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra,

1808, as *Notas ao “Ensaio sobre os princípios de Mecânica”* (de José Anastácio da Cunha), o filósofo lisbonense afirma ter achado no escrito do nosso matemático vários “princípios de metodologia” que fazem, diz ele, “de vinte anos a esta parte, a base da minha filosofia nesta ciência” (tratava-se já, no fundo, da aplicação metodológica da sua “teoria da definição”) e que aplica então a conceitos como *força* e outros (o que se pode seguir melhor nas *Prelecções Filosóficas*, onde definirá a expressão *força viva* e outras congêneres). Ora, os “vinte anos a esta parte” mencionados por ele situam-nos em 1788, ano ao redor do qual se pode estimar a formulação e a expressão inaugural do seu pensamento no tocante à matéria (as “forças vivas”), com efeito directamente relacionada com o tema da harmonia universal.

Se o mais provável era o pensamento de Leibniz ter circulação indirecta no Oratório (ainda que uma das primeiras referências ao filósofo alemão, entre nós, se achasse em Jacob de Castro Sarmiento, na *Teórica verdadeira das Marés*, de 1737¹⁸¹; tema que tanto interesse suscitaria a Silvestre Pinheiro Ferreira e que lhe serviria mesmo para ilustrar a harmonia universal, nas suas prelecções além-mar) e com provável difusão via Verney (por exemplo, no *De re physica*, de 1769, já com algum conhecimento do pensamento de Leibniz, embora por via da Ontologia de Wolff), certo é que foi Silvestre Pinheiro Ferreira o primeiro filósofo português a meditar, em claro diálogo com as fontes, o pensamento de Leibniz e a reflectir isso ao longo da sua obra.

§ 13. Chave poética da harmonia universal

Implantou-se no século XIX positivista o hábito de reduzir o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira à filosofia política e à epistemologia e com maior frequência ainda foi-se reduzindo a sua filosofia a uma reflexão sobre a metodologia científica, de cariz marcadamente “racionalista” e com particular incidência nas operações sensoriais,

Universidade de Coimbra, 1974, pp. 2-4 e notas. Acerca do Curso de Humanidades da Congregação do Oratório, ver Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Livraria Cruz, 1958, pp. 8-15, que seguiu Vitorino Nemésio (*Herculano*, vol. I, Cap. III [“O Discípulo do Oratório”], Lisboa, 1934, pp. 101-169); e José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 3-5, nota.

¹⁸¹ Cfr. Joaquim de Carvalho, “Leibniz e a Cultura Portuguesa”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, T. V, Lisboa, ACL, 1948, p. 79.

resultando na posição, no quadro da “teoria do conhecimento” proveniente do empirismo britânico de Bacon e de Locke, classificada no neologismo *sensualismo* ¹⁸². Não se trata, por ora, de discernir planos ônticos ou gnosiológicos, ou de saber se a “filosofia” silvestrina é outrossim “espiritualista”, ou antes oriunda de um eclectismo, porventura de inspiração leibniziana, mas de funda e antiga tradição ocidental. Sob a acimentada imagem oitocentista dos filosofemas silvestrinos, em contágio até nós, sucedeu que outras perspectivas da sua obra permaneceram por descerrar e pode por certo dizer-se que também a cidadela silvestrina partilha aí algo com a Tebas das cem portas ¹⁸³. Uma das perspectivas conglobada na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira e cuja importância na sua obra parece completamente desconhecida, é a perspectiva da poesia. A poesia está, contudo, para Silvestre Pinheiro Ferreira, no centro da harmonia universal. “Em toda a parte”, escreve ele, “os homens foram poetas, muito antes de serem filósofos” ¹⁸⁴.

Sobre a cósmica natureza brasileira, ao principiar o estudo das *Categorias* de Aristóteles, em cuja orgânica vê a analogia das ideias humanas e dos objectos do universo reflectida na forma da linguagem ¹⁸⁵, ao debruçar-se sobre a metáfora, Silvestre Pinheiro Ferreira considera a arte poética. Refere, a propósito do estilo que “pressupõe um rápido voo de metáfora em metáfora, ao qual o comum dos homens não alcança”, um passo de Klopstock, segundo o qual Orfeu “*temperara a sua lira pelos acordes concertos dos astros que povoam a vasta região do firmamento*”. À interpretação do passo, acrescenta o nosso filósofo o comentário exegético à “sucessão de metáforas” que guiaram, em seu entender, até essa do “Príncipe dos Poetas Alemães”. Assim, Klopstock queria dizer que o espírito de Orfeu “entusiasmado pela contemplação da Natureza, e particularmente pelo estudo da Astronomia, foi quem lhe

¹⁸² Ouvimos ao longo da história e em vários lados contemporâneos designar Silvestre Pinheiro Ferreira “sensualista”, o que além de parcial em relação ao seu horizonte epistemológico, é vocábulo irónico para um homem onde se cumpria a orientação de uma viril ascese ontológica.

¹⁸³ A imagem de Tebas surge na obra de Pinheiro Ferreira em referência à metáfora orfaica de acordo com a qual “aos harmoniosos sons da sua lira *as pedras se colocaram sobre as pedras, e formaram as sumptuosas muralhas da cidade de cem portas*” (*PF*, § 410).

¹⁸⁴ *NE*, *omso*, 33. O filósofo lisbonense tinha, pois, presente a lição do napolitano Giambattista Vico (1668-1744), na *Scienza Nuova* (1725/1744), obra inspiradora de Herder, cujas “Ideias sobre a história da humanidade” (*ENC*, p. 89 [*AD* 8]) o nosso filósofo especialmente admirava (como observámos já em nota acerca do ciclo nórdico do filósofo português, no § 5).

inspirou a sublimidade da Música que imortalizou o seu nome entre todas as Nações”¹⁸⁶. Seguindo até à génese a metáfora de “temperar uma lira pelos *concertos* dos astros”, escreve Silvestre Pinheiro Ferreira: “Os filósofos, observadores da Natureza, vendo que na imensa variedade de movimento dos astros reinava aquela admirável e encantadora ordem que brilha em todas e em cada uma das partes do Universo, serviram-se algumas vezes da palavra *harmonia* para designarem aquela mesma ordem e regularidade de movimentos dos astros. Mas harmonia também significa e é propriamente destinada a significar a bem concertada combinação de sons que lisonjeia os nossos ouvidos, e a que por isso se chama *concerto*; particularmente quando essa harmonia resulta do concerto de muitos e variados instrumentos. Era logo *natural* a metáfora de chamar *concertos dos astros à harmonia dos astros*”¹⁸⁷.

A primordial experiência ontocosmológica acontece em Silvestre Pinheiro Ferreira sob a designação poética de “harmonia do universo” - “aquela admirável e encantadora ordem que brilha em todas e em cada uma das partes do Universo” - e como veremos, o *Ensaio sobre a Psicologia* perseguirá, pelas vias da ciência, da filosofia e da religião, da história e da “razão mitológica”¹⁸⁸, da ontocosmologia e da teologia poética, o significado das palavras que epigrafaram o sentido e a cósmica verdade da harmonia universal.

¹⁸⁵ *PF*, §§ 316-318.

¹⁸⁶ *PF*, § 344.

¹⁸⁷ *PF*, § 345. No *Essai sur la Psychologie*, o filósofo refere à investigação estética o apurar “par quelle combinaison de sons mélodieux, la musique produit ce charme qui entraîne notre âme, et la rendant insensible à tout ce qui l’entoure, la transporte pour ainsi dire dans une autre sphère” (“através de que combinação de sons melódiosos, produz a música esse encanto que arrebatava a nossa alma e tornando-a insensível a tudo o que a rodeia, a transporta, por assim dizer, para uma outra esfera”) (*EP*, § 169). O filósofo português não desconhecia a reflexão de Leibniz: “A música encanta-nos ainda que a sua beleza consista unicamente nas conveniências dos números e na conta de que não nos apercebemos e que a alma não deixa de fazer pulsar ou nas vibrações dos corpos sonoros que se encontram por certos intervalos” (*Princípios da Natureza e da Graça fundados em razão*, § 17, in *Leibniz, Obras Escolhidas*, Organização, Tradução e Notas de António Borges Coelho, Lisboa, Livros Horizonte, s/d, p. 154). De acordo com a famosa definição do filósofo alemão, epistolada, a música é: “*exercitium arithmeticae occultum nescientis se numerari animi*” (*Leibnitii Epistolae*, col. Kortholti, Epist. 154).

¹⁸⁸ Expressão em *EP*, XIV, h, 12, nota.

Capítulo Sexto

A VERDADE COSMOLÓGICA COMO *AXIS MUNDI* DA FILOSOFIA DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

§ 14. Acerca da definição silvestrina de Harmonia do Universo

A formulação apresentada por Silvestre Pinheiro Ferreira na síntese do índice das *Prelecções Filosóficas*, é a seguinte:

“Harmonia do Universo - Consiste no seguinte constante resultado das duas forças de atracção e repulsão, de que as suas partes são dotadas, a saber: *Formação, Perfeição, Regeneração* de cada uma das *Partes* do mesmo *Universo* e *Conservação* do *Todo*. Cada um dos Fenómenos que acontecem no Universo, por mais pequeno e insignificante que pareça, é razão de outro e outros, que sucessivamente se lhe seguem na vasta extensão da Natureza. Estes efeitos de uma certa razão de um certo e determinado fenómeno, são certos e constantes. Em razão pois e neste sentido dizia o grande Leibniz: *Que tudo estava ligado no Universo - Que o presente estava prenhe do futuro - Que qualquer corpo, qualquer das mónades, de que o Universo se compõe, era representativo do mesmo Universo*; por maneira, que se nos fosse dado o contemplarmo-lo nela como em um espelho, leríamos a história do presente, do passado, e do futuro estado de toda a Natureza: não de outra maneira que o esperto mareante muitas vezes pela inspecção da superfície do mar, em aparência tranquila para olhos menos exercitados, prediz muitas horas antes a futura tempestade (§§ 177-192)”

¹⁸⁹.

Na exposição reformulada e aprofundada do *Essai sur la Psychologie*, que mantém intactas as linhas gerais da definição anterior embora dando-lhes maior visibilidade sistemática, a noção de harmonia está formalmente compreendida na de *Sistema do Universo*. Na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, com efeito, o sistema do universo é composto pelo triângulo *harmonia, criação e natureza*. A formulação do *Sistema do Universo* apresentada no *Essai sur la Psychologie* é a seguinte:

¹⁸⁹ PF, *Harmonia do Universo* (os §§ 177-192 são aqueles para que remete o artigo).

“*Harmonie* - Toutes les parties d'un système étant donc liées entr'elles, il s'ensuit qu'il ne peut arriver de changement dans une, que toutes les autres n'éprouvent aussi quelque changement. D'où il faut conclure que les substances qui composent l'*univers* se trouvant liées dans un système, chaque phénomène de ce même univers dans un moment donné a pour raison totale l'état de tout l'univers dans le moment précédent: et devient lui-même raison partielle de l'état où l'univers se trouvera le moment suivant (voy. note XIII ¹⁹⁰)” ¹⁹¹.

“*Création* - C'est dans ce sens qu'en employant le mot *nature* comme synonyme d'*univers*, on dit d'un phénomène quelconque qu'il est l'effet ou l'ouvrage de la nature. Mais on ne doit pas appliquer cette expression, comme l'ont fait les panthéistes, à la *création*, c'est-à-dire au premier de tous les états de l'univers. Car ce premier état considéré comme un effet doit avoir eu une cause. C'est cette cause que l'on a nommé *Créateur, Dieu*; et l'univers ou plutôt toutes les parties qui le constituent ont été nommées *créatures* (voy. note XIV)” ¹⁹².

“*Phénomènes de la nature* - Depuis le moment de la création l'univers a dans les forces d'attraction et de répulsion dont il est doué, les moyens de *conservation* et de

¹⁹⁰ “C'est là ce que le grand Leibnitz pensait lorsqu'il disait: 'Que le présent est gros de l'avenir. - Que chaque monade représente à elle seule tout l'univers.' Car tout comme l'intelligence humaine, en considérant l'état actuel d'un objet à sa portée, devine un certain nombre d'événemens futurs, une intelligence d'un ordre supérieur, en considérant l'état actuel d'une des parties qui composent le système du monde, pourrait prévoir l'état futur de tout l'univers” (*EP*, nota XIII).

¹⁹¹ “*Harmonia*. Estando pois todas as partes de um sistema ligadas entre si, segue-se que não pode haver mudança numa, que todas as outras não experimentem também qualquer mudança. Donde é preciso concluir que encontrando-se ligadas num sistema as substâncias que compõem o *universo*, cada fenómeno do mesmo universo num dado momento tem por razão total o estado de todo o universo no momento precedente: e torna-se ele próprio razão parcial do estado em que o universo se encontrará no momento seguinte. Era o que o grande Leibniz pensava quando dizia: 'Que o presente está prenhe do futuro. - Que cada mónada é representativa do universo.' Pois que, assim como a inteligência humana, ao considerar o estado actual de um objecto ao seu alcance, adivinha um certo número de eventos futuros, uma inteligência de uma ordem superior, considerando o estado actual de uma das partes que compõem o sistema do mundo, poderia prever o estado futuro de todo o universo” (*EP*, § 95 e nota XIII).

¹⁹² “*Criação*. É nesse sentido que ao empregar a palavra *natureza* como sinónimo de *universo*, se diz de um fenómeno qualquer que é efeito ou obra da natureza. Mas não se deve aplicar esta expressão, como fizeram os panteístas, à *criação*, ou seja ao primeiro de todos os estados do universo. Porque esse primeiro estado considerado como um efeito deve ter tido uma causa. É esta causa que se nomeou *Criador, Deus*; e o universo ou antes todas as partes que o constituem foram designadas *criaturas*” (*EP*, § 96). A

perfectionnement ainsi que de *décadence*, de *transformation* et de *régénération* qui embrassent la totalité des phénomènes de la nature”¹⁹³.

“On dit qu'un système se *conserv*e aussi long-temps que de l'action et de la réaction des parties qui le constituent, il résulte constamment un même ordre de phénomènes ou événements. On dit dans le même sens que les parties d'un système demeurent en *harmonie*”¹⁹⁴.

“Un système se *perfectionne* lorsque par l'accroissement de ses attributs primitifs ou le remplacement de quelques-uns d'entr'eux par de nouveaux, il devient plus fécond en effets essentiels; soit que ces effets se manifestent en lui-même par l'action réciproque des parties dont il se compose, les unes sur les autres; soit qu'ils aient lieu au dehors. On dit dans ce dernier cas que le système *a augmenté en énergie*, que *la sphère de son activité s'est étendue*. Le *maximum* de cette activité est aussi le *maximum* du perfectionnement, le comble de la perfection du système”¹⁹⁵.

“La diminution des attributs d'un système lorsqu'elle entraîne avec elle, diminution dans le nombre ainsi que dans la variété de ses effets, est désignée par les noms de *décadence*, *détérioration*, *dégénération*, *dépérissement*. La totale disparition des effets qui caractérisent le système est le dernier terme de sa *décadence*. On la désigne sous les noms de *résolution*, *dissolution*, *destruction*, *fin*, *mort*, *anéantissement* du système” (voy. note XV)¹⁹⁶.

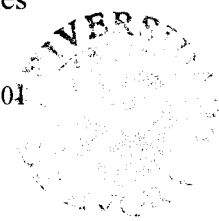
nota XIV tem o título “Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens” (*ibid.*, pp. 166-180 e 267-357) e corresponde ao texto “De la Théogonie (Mythologie)”.

¹⁹³ “*Fenómenos da natureza*. Desde o momento da criação, o universo tem nas forças de atracção e de repulsão de que é dotado, os meios de *conservação* e de *aperfeiçoamento* assim como de *decadência*, de *transformação* e de *regeneração* que abarcam a totalidade dos fenómenos da natureza” (*EP*, § 97).

¹⁹⁴ “Diz-se que um sistema se *conserva* por tanto tempo quanto da acção e da reacção das partes que o constituem, resulte constantemente uma mesma ordem de fenómenos ou eventos. Diz-se no mesmo sentido que as partes de um sistema permanecem em *harmonia*” (*EP*, § 98).

¹⁹⁵ “Um sistema *aperfeiçoa-se* quando pelo desenvolvimento dos seus atributos primitivos ou a substituição de alguns deles por novos, se torna mais fecundo em efeitos essenciais; quer esses efeitos se manifestem nele próprio pela acção recíproca das partes de que se compõe, umas sobre as outras; quer tenham lugar fora. Diz-se neste último caso que o sistema *aumentou em energia*, que *a esfera da sua actividade se alargou*. O *maximum* desta actividade é também o *maximum* do aperfeiçoamento, o cúmulo da perfeição do sistema” (*EP*, § 99).

¹⁹⁶ “A diminuição dos atributos de um sistema, quando traz consigo diminuição no número como na variedade dos seus efeitos, é designada pelos nomes *decadência*, *deterioração*, *degeneração*, *deperecimento*. O desaparecimento total dos efeitos que caracterizam o sistema é o último termo da sua *decadência*. Designamo-lo sob os nomes



“Lorsque les changemens que l'on remarque dans le système ne sont pas le résultat du perfectionnement ou de la détérioration de ses attributs primitifs, mais du remplacement de ceux-ci par d'autres qui produisent des effets différens, en totalité ou en grande partie, de ceux qu'on y observait précédemment, on dit que le système a éprouvé une *métamorphose*, une *transformation*, une *transmutation*”¹⁹⁷.

“Si par une nouvelle transmutation nous voyons se reproduire les mêmes effets qui avaient cessé d'avoir lieu, nous en concluons que le système a recouvré ses attributs primitifs, et nous disons alors qu'il s'est *régénéré*”¹⁹⁸.

Enquanto que no equacionamento das *Prelecções Filosóficas*, a definição de harmonia do universo parece desenvolver-se em sentido ascendente, desde os fenómenos da natureza derivados da atracção e da repulsão, até à noção implícita de causalidade total, já no *Essai sur la Psychologie* o conceito de sistema do universo parte da noção de causa total para os fenómenos da natureza. Como se pode mais claramente compreender na explanação constante do *Essai sur la Psychologie*, a relação entre a teologia e a cosmologia, entre Deus e o Mundo, é entretecida pela noção de harmonia. Nas *Prelecções Filosóficas*, escreve o filósofo acerca da palavra *universo* que “esta palavra denota o complexo de todas as coisas que existem” e que “a *Causa total* de cada uma das mudanças de qualquer ente é o Universo, sendo *Causas parciais* cada um dos outros entes de que ele se compõe; relação esta que constitui a ligação, harmonia, e sistema geral da Natureza”¹⁹⁹. Ou seja: a *relação* entre a *causa total* - ou *Universo* - e cada uma das *causas parciais* - ou cada um dos entes que compõem o universo - “constitui a ligação, harmonia, e sistema geral da Natureza”. A harmonia é assim a *ligação* ou a *relação* entre “todas as coisas que existem”. A quinta prelecção é a que Silvestre Pinheiro Ferreira dedicou especialmente ao tema da harmonia do universo. A famosa prelecção começa assim: “A contemplação do Universo, e particularmente a dos grandes fenómenos que nele observamos, facilmente nos conduzem ao conhecimento de

de *resolução*, *dissolução*, *destruição*, *fim*, *morte*, *aniquilamento* do sistema” (*EP*, § 100).

¹⁹⁷ “Quando as mudanças notadas no sistema não são o resultado do aperfeiçoamento ou da deterioração dos seus atributos primitivos, mas da substituição destes por outros que produzem efeitos diferentes, na totalidade ou em grande parte, dos observados anteriormente, diz-se que o sistema experimentou uma *metamorfose*, uma *transformação*, uma *transmutação*” (*EP*, § 101).

¹⁹⁸ “Se por uma nova transmutação vemos reproduzirem-se os mesmos efeitos que haviam cessado de ter lugar, concluimos que o sistema recuperou os seus atributos primitivos, e dizemos então que se *regenerou*” (*EP*, § 102).

uma verdade cosmológica, que é preciso tenhais diante dos olhos no decurso da lição dos filósofos que têm tratado destas matérias; pois nem todos souberam apreciar toda a extensão das suas importantes consequências. “*O presente, dizia o grande Leibniz, está prenhe do futuro. Qualquer das mónades de que o Universo se compõe, dizia outras vezes este filósofo, é representativa do mesmo Universo*”²⁰⁰. Isto mesmo é sumariado assim pelo filósofo à entrada da quinta prelecção: “Importante verdade cosmológica da ligação de todas as partes do Universo entre si”²⁰¹.

Se para a gnosiologia silvestrina, “as chaves do tesouro das verdades são as definições”²⁰², a definição de *harmonia do universo* contém, entretanto, o que o filósofo designa a “verdade cosmológica” e que refere à “contemplanção do Universo”. É pela contemplanção do universo, com efeito, que se acede à verdade cosmológica. A verdade cosmológica, na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, é assim a da *ligação de todas as partes do Universo entre si*. É nesta relação “de todas as coisas que existem” que consiste propriamente a harmonia do universo. Por outras palavras, a verdade do universo é que tudo o que o compõe está ligado. A conservação do todo é assegurada pela ligação de todas as partes, “por mais pequena e insignificante que pareça”. Os fenómenos da geração e da corrupção, a formação, a perfeição, a decadência e a regeneração dos seres e das coisas, “de cada uma das partes do mesmo Universo e a conservação do Todo” - eis o que faz a harmonia do universo e a verdade cosmológica. Entretece a múltipla causalidade, em todas as escalas, a imarcescível rede cósmica composta por todos os fenómenos sem excepção. Encadeiam-se estes constantemente no tempo, “na vasta extensão da Natureza” e cada fenómeno é germe do seguinte, como esse do anterior, representando em si mesmo o modo de ser da Natureza. Dispor da capacidade de ver o todo cósmico num único fenómeno, equivaleria a ver o universo inteiro espelhado em tudo, a própria unidade na diversidade, equivaleria a “ler a história do presente, do passado e do futuro estado de toda a Natureza” na simples ondulação do mar. A palavra harmonia designa, portanto, a ligação de todas as partes do universo e bem assim da inteligência que compreende o modo de ser de semelhante ligação. O próprio dessa inteligência é “ler a história do presente, do passado e do futuro estado de toda a Natureza” em cada fenómeno do universo e desde a origem até “à mais remota

¹⁹⁹ *PF*, *Universo* (1).

²⁰⁰ *PF*, § 177.

²⁰¹ *PF*, V, *assunto* do § 177.

²⁰² *PF*, § 587.

duração dos séculos”. Como escreve o filósofo no § 185 da prelecção da “verdade cosmológica”: “E bem como o esperto mareante pela inspecção da superfície do mar em aparência tranquila prediz, muitas horas antes, a futura tempestade, assim também facilmente se concebe que uma inteligência da ordem superior à humana inteligência, abraçando com a vista o estado presente de todo o Universo, nele, e em cada uma das suas partes, veria representados, como o efeito o é na sua causa, todos os futuros acontecimentos até à mais remota duração dos séculos”²⁰³. O filósofo não precisa de o dizer aqui, pois é implicitamente evidente que uma tal inteligência corresponde propriamente, na palavra tradicional, à *Pro-vidência divina*. E essa inteligência que vê o universo representado “como o efeito o é na sua causa” é, exactamente, a Causa Primeira. No verbo do filósofo, cumpre “meditar no providencial encadeamento das causas e efeitos que constituem a ordem admirável do universo”²⁰⁴.

Na filosofia silvestrina, por conseguinte, a “verdade cosmológica” (*ligação de todas as partes do Universo entre si*), adunando o “argumento ontológico” ao “argumento cosmológico”, compreende no conceito de universo, como todo, o mundo sob a égide de uma teologia providencialista. Só assim pode ser o Universo causa total de tudo quanto acontece. Requer isto, porém, desenvolvimentos de ordem vária.

§ 15. Significado da verdade cosmológica na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira

É pela contemplação do universo que se acede à verdade cosmológica. A “ligação de todas as partes do Universo entre si” é a “verdade cosmológica”. Concerne esta noção, entretanto, ao Mundo e a Deus e ao modo como acontece esta relação. Esta relação é a “harmonia universal”. A verdade cosmológica é a harmonia do universo. A dimensão filosófica da questão, colocada noutros termos, é a da verdade cósmica do *Logos*. No *Ensaio sobre a Psicologia*, Silvestre Pinheiro Ferreira cita esta palavra de Tertuliano: “É coisa sabida que o *logos*, isto é, a palavra ou a razão divina, passa entre

²⁰³ *PF*, § 185.

²⁰⁴ “Do suicídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 38, pp. 473-474 [texto por reeditar]. Ver *AD* 12.

os vossos filósofos por ser o autor do universo”²⁰⁵. O que equivale a bem mais do que o saber cosmológico “clássico” acerca da lógica do cosmos. Para tudo dizer numa palavra, trata-se da conjugação do sentido ontocosmológico da realidade, com o sentido de uma gnosiologia criacionista na obra do filósofo lisbonense. Porque no seu pensamento, a verdade cosmológica vale para todo o universo. A verdade cosmológica é, com efeito, o espelho maior da teoria silvestrina do universo, para ver a unidade na diversidade e bem assim em cada indivíduo todo o universo. É por isso que é possível discorrer acerca da “verdade cosmológica como *axis mundi* da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”.

Importa observar que no âmbito da “verdade cosmológica”, o sentido ontocosmológico da realidade patenteia-se no pensamento silvestrino conforme o ideal filosófico clássico em que a contemplação faculta à alma a reprodução da ordem universal e suas causas e a perfeição da alma consiste em adequar-se, precisamente, à compreensão da ordem universal e das suas causas. É, por exemplo, o caso da linha aristotélico-tomista²⁰⁶. O sentido de uma gnosiologia criacionista no pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira surge no âmbito da “verdade cosmológica” pelo conhecimento da actividade de “uma inteligência da ordem superior à humana inteligência”, que “abraçando com a vista o estado presente de todo o Universo, nele, e em cada uma das suas partes, veria representados, como o efeito o é na sua causa, todos os futuros acontecimentos até à mais remota duração dos séculos”²⁰⁷. A “harmonia do universo”, no pensamento do filósofo, resulta, com efeito, da conjugação destes dois horizontes.

A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira é uma filosofia da relação universal, ou da relação em sentido universal e que procura assim traduzir o modo de ser do próprio universo. A designação para a universal relação dos entes e das coisas, no tecido da unidade e da diversidade, emerge na obra do filósofo como *harmonia*. No seu pensamento, o universo é um sistema de substâncias qualitativamente relacionadas entre si e o nome desta ligação é *harmonia universal*. O homem é essa substância relativa entre o mundo e Deus. Deste ponto de vista, a filosofia silvestrina parte de uma

²⁰⁵ *EP*, XIV, r.

²⁰⁶ Neste horizonte, a última perfeição da alma acha-se, pois, na sua capacidade de reproduzir em si a ordem universal e suas causas (*Unde haec est ultima perfectio ad quam anima postest pervenire... ut in ea describatur totus ordo universi et causarum eius*, como escreve S. Tomás, *De Veritate*, 22c).

investigação sobre a harmonia do universo, sob a forma da articulação de uma tripla perspectiva, antropológica, cosmológica e teológica, para a reflectir sobretudo no mundo do ser humano e de acordo com o modo próprio de ser do homem e do cidadão. A “verdade cosmológica” está na base da filosofia cosmopolita do filósofo lisbonense, dirigida à edificação da cidade liberal. A linguagem, “o dom divino da palavra”²⁰⁸, é o modo como a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira traduz a maneira própria do homem de compreender e reproduzir a harmonia universal. Se a linguagem é como que a tradução humana da harmonia universal, então o saber filosófico é sobretudo um conhecimento da linguagem e o esforço para que esta traduza tão perfeitamente quanto possível a harmonia do universo, isto é, a harmonia do Mundo, do Homem e de Deus. Esta é a tarefa que cabe à ciência, à filosofia e à religião. Uma gramática filosófica universal harmonizará as nações, facultando aos homens o mais alto grau de inteligência civilizacional. Pois é sobretudo da palavra, como mediadora entre Deus, Homem e Mundo, que decorre a transformação do mundo humano.

²⁰⁷ **PF**, § 185. A nota XIV do *Essai sur la Psychologie*, em remissão do § 96 sobre a *Criação* teológica, contém, entretanto, a orientação operativa desta gnosiologia criacionista.

²⁰⁸ **EP**, § 169.

Capítulo Sétimo

O MODELO CIENTÍFICO DO CONHECIMENTO HUMANO SEGUNDO SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

§ 16. Homem, Mundo e Deus, na linguagem humana.

Comentário ao § 1 das *Prelecções Filosóficas*

Era a relação do homem com o homem, com o mundo e com Deus, colocada como “filosofia do senso comum dos homens, exposta na linguagem singela da razão humana”²⁰⁹, que o filósofo anunciava, com selecta simplicidade, no portal da sua primeira obra filosófica, em 1813, no Rio de Janeiro²¹⁰, ao escol que teve a fortuna de escutar as suas *Prelecções Filosóficas*:

“Todo o homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto e falar com correcção*. Todos precisam de conhecer o *Mundo*, tanto o *físico* como o *moral*, de que fazem parte: isto é, as leis gerais dos corpos que compõem o *Sistema do Mundo*: e os *Deveres* que cada um de nós, considerado como

²⁰⁹ *NE, adv.*

²¹⁰ O *Investigador Portuguez (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 30)* de Agosto de 1813 noticiava:

“No dia 26 de Abril do ano de 1813 foi aberto na sala do Real Colégio de S. Joaquim, no Rio de Janeiro, um curso de prelecções filosóficas, que tinham por objecto:

1º A teoria do *Discurso* e da *Linguagem*; devendo ser expostos os princípios da lógica, da gramática geral e da retórica.

2º O tratado das paixões: primeiramente consideradas como simples sensações, e versando sobre matérias de gosto; donde seriam deduzidas as regras da estética, ou a teoria da eloquência, da poesia e das belas-artistas: depois, considerando-as como actos morais compreendidas nas ideias de virtude, ou de vício, seriam desenvolvidas as máximas da *Diceósina* que abrangeria a ética e o direito natural.

3º O sistema do mundo: em que, depois de se tratar das propriedades gerais dos entes, ou da ontologia, e da nomenclatura das ciências físicas, e das matemáticas, seriam expandidas as noções elementares da cosmologia; e destas seriam deduzidas as relações dos entes criados com o Criador, ou os princípios da teologia natural.

Afora a exposição da teoria, era do plano do curso ler e analisar, em cada uma das prelecções, alguma obra escolhida dos principais filósofos, oradores e poetas, assim antigos como modernos, sagrados e profanos” (citado por José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, T. IV, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874, pp. 286-287). A cita corresponde à “Ideia geral da Obra” aposta nas *Prelecções Filosóficas*.

homem e como cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade e para com o *Ente Supremo*, de quem havemos recebido a existência”²¹¹.

Logo no § 1 das *Prelecções Filosóficas* a formulação continha o projecto da teorese silvestrina, qual mónada teoremática a espelhar-se desenvolta nas teses subsequentes e nas aplicações pragmáticas daí derivadas. Desde o início era a primeira palavra do filósofo dirigida ao homem na condição de pensante e falante. A *todo o homem*, independentemente da sua condição mundanal (profissão, etc.), cumpre *saber* aquilo que lhe é mais próprio e isso é: *saber discorrer com acerto e falar com correcção*. Silvestre escolhia aqui a palavra *discorrer* porque, como assevera, é “impossível falar sem discorrer” e “quem discorre, raciocina”²¹². A clarificação nocional da linguagem trará a correspondente clarificação do pensamento. O homem é o ente que discorre, seja com substâncias semelhantes, seja consigo mesmo e trata-se de melhorar o “uso dos sinais das nossas ideias, isto é, da linguagem, para melhor e mais convenientemente formarmos por meio dela os nossos discursos. Bela expressão equívoca da nossa língua, que significa igualmente o acto de raciocinar e o de falar: duas operações inseparáveis, e por isso mui elegantemente designadas pelos nossos maiores por uma só e mesma expressão”²¹³. Do *logos* humano trata a *lógica* no plano do pensamento e tratam a *gramática universal* e a *retórica* no plano da palavra e posto que “bem falar, bem discorrer e raciocinar com acerto” sejam inseparáveis, “assim a *Lógica*, a *Gramática Universal* e a *Retórica* vêm todas três a não ser mais do que uma única e mesma arte”²¹⁴. Para o *oratore* lisbonense, a arte de bem falar é mesmo a primeira de todas as *Belas-Artes* e a *Eloquência* é por ele posta no coração da *Estética*²¹⁵. Por outro lado, “todos” os homens “precisam de conhecer o *Mundo*”, “de que fazem parte”, quer do ponto de vista cósmico, quer do ponto de vista espiritual e social. À filosofia e à ciência cabem o saber, cuja modalidade mais perfeita é o *conhecimento científico* e em duas grandes classes se distinguem assim as “ciências físicas” e as “ciências morais” (ou “ciências intelectuais”, ou “psicológicas”), posto que “as ciências ou têm por objecto as faculdades do espírito, ou as propriedades dos corpos”²¹⁶. O homem está em relação com o cosmos e o modo humano de compreender essa relação é

²¹¹ *PF*, § 1.

²¹² *PF*, § 8.

²¹³ *DCG*, p. 332

²¹⁴ *PF*, § 8.

²¹⁵ *PF*, § 6, 24.

²¹⁶ *PF*, § 20.

o *conhecimento*. Por isso cumpre ao homem conhecer o mundo da física, ou da natureza, o que faz a *cosmologia*. Contudo, como anunciava o filósofo na Ideia Geral da Obra, o “Sistema do Mundo, ou a *Cosmologia*”, “tratará das propriedades gerais dos Entes, ou da *Ontologia*”, donde “se deduzirão as relações dos Entes criados com o Criador”. Por outro lado, “cada um de nós, considerado como homem e como cidadão” está em relação “consigo mesmo”, “com a sociedade” e “com o Ente Supremo, de quem havemos recebido a existência”. Deste triplo ponto de vista decorrem três ordens de deveres. Consistem as faculdades do espírito, da esfera da *Psicologia*, como escrevia Pinheiro Ferreira em 1813, em “*pensar e desejar*”. A beleza e a bondade são os objectos dos nossos desejos e a *Estética* e a *Diceósina* darão respectivamente conta do *bom gosto* nas *Belas-Artes* e da *justiça* e da *virtude* na *Ética* e também dos *Deveres do cidadão e das sociedades* no *Direito Natural*. Finalmente, o ponto de vista teológico, pois “quem diz *Mundo* diz *Criação*, e portanto os estudos do filósofo ficariam muito aquém do grau de perfeição a que podem aspirar, se se não remontassem a contemplar as relações dos entes criados com o *Criador*. E com efeito os filósofos de todos os séculos e de todas as nações consagraram sempre uma parte do curso de suas locubrações a este objecto, que por versar na contemplação da *Divindade*, conforme aos princípios ditados pela luz da natural razão, tem sido designado pelo nome da *Teologia Natural*”²¹⁷.

O programa das *Prelecções Filosóficas*, estreado à voz do filósofo de “sereno rosto” e “enérgica virtude”²¹⁸, na lição inaugural de 26 de Abril de 1813 no Real Colégio de S. Joaquim, sofreria alterações ao longo do septénio do seu curso (1813-1820), mas quanto ao essencial, era-lhe ínsito desde o primeiro enunciado o claro desígnio de tratar Homem, Mundo e Deus, “na linguagem singela da razão humana”. Era este o projecto fundador da obra inaugural do moderno pensamento filosófico atlântico. À hermenêutica da obra de Silvestre Pinheiro cumpre assim compreender esse projecto para um novo ciclo histórico e o projecto que pensara para o Novo Mundo o filósofo que “trilhava a estrada nobre da enérgica virtude”.

Logo no § 2 das *Prelecções Filosóficas* proclamavava o filósofo a geral necessidade de apuramento epistemológico e estético do *discurso*.

²¹⁷ *PF*, §§ 22-29.

²¹⁸ Expressões qualificativas do filósofo da autoria do amigo José Augusto Cabral de Mello (“Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 118-119).

§ 17. Dos *conhecimentos humanos* ao *conhecimento científico*.

A “filosofia da ciência”

Conglobamos na epistemologia silvestrina as considerações de ordem gnosiológica que a fundamentam ao longo da exposição de cada um dos elementos que compõem a construção da ciência e que constituem, segundo a expressão do filósofo, a “filosofia da ciência”. Este método permitirá um maior e mais estruturante relacionamento cognitivo, reunindo em leitura acessível o que é de menos evidente articulação na teoria do conhecimento e na teoria da ciência do filósofo e cientista português.

Silvestre Pinheiro Ferreira subordina a noção de *conhecimentos humanos* à noção de *ciência*. Os conhecimentos humanos dividem-se em cinco classes, mais ou menos articuladas, correspondentes ao que o filósofo designa por *elementos da ciência em geral*: factos, nomenclatura, sistema, teoria e método. O grau de cientificidade dos conhecimentos avalia-se na razão directa da articulação e perfeição destes elementos, ou seja, o nosso conhecimento em qualquer área será tanto mais científico quanto melhor articulados e desenvolvidos se acharem os factos observados, bem designados e ordenados, facultando assim a teoria ²¹⁹. É precisamente isto - tão válido para a psicologia como para a física - que corresponde à realização progressiva do conhecimento científico, no modelo de Pinheiro Ferreira.

Os *conhecimentos humanos*, considerados do seu ponto de vista mais geral, dividem-se em duas classes: conhecimentos isolados ou desligados e conhecimentos reunidos em corpo de ciência. Todos os nossos conhecimentos se reduzem aos de *indivíduos* ou aos de *classes* (grupos de indivíduos) e também o estudo por meio do qual adquirimos conhecimentos se reparte em estudo de indivíduos ou de classes ²²⁰.

Se a *ciência* é o complexo de conhecimentos composto pelo pentágono harmónico destes elementos: factos, nomenclatura, sistema, teoria e método ²²¹, a

²¹⁹ *PF*, *Conhecimentos*.

²²⁰ *PF*, §§ 230.

²²¹ *PF*, § 9-10, *Ciência*, *EP*, § 1-2, *NE*, § 1-2.

filosofia da ciência, nesta acepção de Pinheiro Ferreira, identifica-se com uma *Metodologia*²²².

Os *factos* são o primeiro elemento do conhecimento e bem assim da ciência, dispondo cada ciência de factos que lhe são próprios. “O primeiro passo no estudo da natureza não nos leva além do conhecimento dos indivíduos; e até mesmo não fazemos mais do que observar os estados individuais de cada objecto”. Logo de antemão, é de registar esta delimitação empírico-criticista do conhecimento restrito ao âmbito das qualidades, no discurso epistemológico silvestrino. É nestas observações individuais que fazemos, afirma ele, que consiste aquilo que designamos *factos*²²³. A observação dá, pois, o objecto do conhecimento. Na definição de Silvestre Pinheiro Ferreira, *conhecer* um objecto significa ter ideia de todas as suas qualidades²²⁴. E é este, com efeito, o horizonte cognitivo desta epistemologia. *Ter ideias*, nesta acepção, é sentir, ou ter sensações e portanto, uma *sensação* é sempre uma *ideia*²²⁵. Já o nome *qualidade* “designa todo e qualquer objecto das nossas ideias”²²⁶. Por conseguinte, de acordo com a sua definição, no tocante aos factos, o conhecimento é não só um *sentir de qualidades*, como de *todas as qualidades do objecto*. A isto, dedica-se a Arte de Observar. O campo de experiência da observação, que até certo ponto pode dispensar as palavras, é tão extenso como o alcance dos sentidos²²⁷. O principal aqui é a capacidade de atenção exclusiva ao objecto na sua completa individualidade, consistindo a perfeição desta atenção na contemplação²²⁸. Um *ser*, um *ente*, um *objecto*, um *indivíduo*, uma *coisa*, a isto se chama toda a qualidade, todo o complexo de qualidades, toda a relação²²⁹. Todas as nossas observações versam sobre algum destes três objectos (de uma *coisa* que

²²² **PF**, § 19-20 e **NE** - *Introdução ou Metodologia*. “Cada ciência em particular tem seus factos, sua nomenclatura, seu sistema, sua teoria e seu método, diferentes dos das outras; porém em todas elas há certos factos, certas expressões, certas regras de arranjo no sistema e de dedução na teoria, que são comuns a todas. E portanto entram todas elas na alçada da Filosofia, debaixo do nome de *Metodologia*” (**PF**, § 19).

²²³ **NE**, § 3.

²²⁴ **PF**, § 55.

²²⁵ **PF**, § 40. Na *Ideologia*, apresentará o filósofo a caracterização das “ideias”, que genericamente reparte, a par das *noções*, em *materiais* e *intelectuais* e especifica em *individuais* ou *colectivas*, *próprias* ou *particulares*, *comuns*, *gerais* ou *universais*, *abstractas* ou *concretas* (**NEI**, §§ 8-10).

²²⁶ **PF**, *Qualidade*.

²²⁷ **PF**, § 271, *Observar, Arte de Observar*.

²²⁸ **PF**, §§ 221-222.

²²⁹ **NEO**, § 4.

observemos): o *estado*, a *acção* ou a *paixão* ²³⁰. Nas *Noções Elementares de Filosofia*, o filósofo apresentará o levantamento das qualidades cujas relações compõem o universo.

Se “a abundância, a exactidão e a clareza das ideias em toda e qualquer ciência, arte, profissão, ou trato humano, está em rigorosa proporção com a abundância, exactidão e clareza da linguagem ou nomenclatura própria da matéria de que se tratava, e do uso que dela sabe fazer a pessoa que dela se serve” ²³¹, a *nomenclatura* é o segundo elemento do conhecimento científico e assim como cada ciência tem os seus objectos, assim cada uma tem a sua nomenclatura, isto é, “um correspondente número de palavras e de frases, de modo que quanto maior for a variedade dos conhecimentos que constituem a Ciência, tanto maior será a variedade de expressões, que comporão a sua Nomenclatura” ²³². Diapasão do estado de qualquer ciência, do grau de aperfeiçoamento de qualquer nomenclatura pode-se inferir com segurança o estado dos outros quatro elementos ²³³. As palavras são abstracções de escala diversa que denominam as qualidades, os complexos destas e as suas relações ²³⁴. Os *substantivos* são palavras que designam a coisa cujo *estado*, *acção* ou *paixão*, é objecto da nossa observação. Os *adjectivos* especializam os substantivos. Se o facto que o *verbo* significa se considera como razão de outro facto chama-se o verbo *activo*, etc., dividindo-se as palavras em oito classes ²³⁵. Afirma Silvestre Pinheiro Ferreira que os nomes que significam alguma *relação* entre dois ou mais objectos, são a expressão resumida de uma frase. “Convém muito”, no seu entender, ter isto “sempre presente”. Tais nomes que assinalam relações são os que denotam alguma daquelas concepções do nosso espírito pela qual consideramos a impressão simultânea de dois ou mais objectos sobre nós mesmos, ou a acção e a reacção de um deles sobre o outro. Cumpre, portanto, reter que há palavras que não significam objecto nenhum (isto é, nenhuma *substância*, nem *qualidade*), mas somente *relações*, sendo pois equivalentes a *frases*. Foi por não se ter reflectido nisto que caíram em erro, no seu dizer, filósofos de primeira ordem. Exemplo disso deu-se com o caso das palavras *atração* e *repulsão*; sendo que nenhum corpo, considerado em si só e independentemente de qualquer outro corpo, atrai ou repele. Vale dizer: as expressões *atração* e *repulsão* não denotam senão *relações* entre os objectos de que se

²³⁰ *PF*, § 235 e 737.

²³¹ *PF*, § 7.

²³² *PF*, § 12, *Nomenclatura*.

²³³ *PF*, *Ciência*.

²³⁴ *PF*, § 271-273.

²³⁵ *PF*, § 235-251, *Palavras*.

trata (e cai, pois, em erro e absurdo quem atribuir aos corpos, aliás à diferença de Newton, a atracção e a repulsão como coisas a eles inerentes) ²³⁶. Por conseguinte, para o teórico da ciência, “é de grande importância o fazer esta distinção” ²³⁷. Escreve ele claramente: “As palavras, que não têm significação alguma, quando não se pensa senão em um só objecto, mas que a têm, quando se trata de dois, ou mais objectos ao mesmo tempo, chamam-se *palavras de relação* entre esses objectos” ²³⁸. Na metafísica silvestrina das *Noções elementares de filosofia*, as *relações* podem ser de semelhança, dissemelhança, identidade, diversidade, grandeza, simultaneidade e sucessão. Destas sete espécies de relações derivam as demais relações cujos nomes designam as relações em curso no universo. Da ideia de semelhança, por exemplo, derivam as de analogia e conformidade e daqui, a ideia de harmonia ²³⁹. As *ciências morais* apresentam nomenclaturas, ou melhor línguas, muito superiores às das *ciências físicas e matemáticas*, quer pela riqueza e variedade de expressões, “como na admirável regularidade da inflexão, derivação e sintaxe a que nunca poderão alcançar as

²³⁶ **PF**, §§ 460 e segs., *Palavras*. Na *Ideologia*, a atribuição da *força de atracção* aos próprios corpos é considerada uma *petição de princípio* (ou seja: dando-se como prova ou explicação da tese a mesma tese) e Silvestre Pinheiro Ferreira compara o erro dos modernos ao dos antigos “que presumiam explicar os fenómenos da atracção dizendo que era porque *a natureza tinha horror ao vácuo*; e se se lhes pedia a prova desta última asserção, respondiam com os factos que provam a atracção”. “Notemos que não é menos grosseiro o erro dos modernos que, perguntando-se qual é a razão por que os corpos caem para a terra, respondem que é pela *força d’atracção*: e cuidam ter dado uma explicação. Se se reflectir porém na definição que demos (*Ontol.*, §§ 55 e 95) das palavras *força* e *atracção* de um corpo para o outro, veremos que esta expressão quer dizer: *Que se tem observado que em certos casos aqueles corpos, sem intervenção de um terceiro, se chegam um para o outro*. “Se pois perguntando eu *porque razão A se chega para B*, se me responde: *que é porque eles são dotados de força d’atracção um para o outro*, isto vale o mesmo que responder-se-me: *que a razão de eles se chegarem um para o outro é o ter-se observado que eles em semelhantes circunstâncias se chegam sempre um para o outro*. “E eis aqui o que se nos dá gravemente como uma explicação do fenómeno da atracção!” (*NEI*, § 158 e nota P).

²³⁷ **PF**, *Palavras*.

²³⁸ **NEO**, § 15. “Tais são por exemplo as palavras pai, tio, general, etc. porque esses nomes não significam coisa alguma, senão enquanto nós pensamos em um filho, em uma mãe, ao mesmo tempo que no pai; em um sobrinho, e seus pais e avós, ao mesmo tempo que no tio; em um exército, ao mesmo tempo que no general, e assim nos outros casos semelhantes. “A relação no primeiro destes três exemplos é a *qualidade de causa* que se reconhece naquele, que se chama pai. No segundo exemplo é de *identidade*, que se reconhece nos avós do sobrinho como causa da existência do pai e do tio. No terceiro exemplo ainda procede a *qualidade de causa* que se reconhece no general, por isso que é pelo seu comando que se move o exército” (*ibid.*, nota).

²³⁹ **NEO**, § 16-17 e *mso*, 130-132.

Nomenclaturas artificiais”²⁴⁰. A linguagem é “o fio de Ariadna, que unicamente nos pode conduzir no inextricável labirinto de tantas observações isoladas, as quais, indo-se acumulando pela sucessão dos tempos, jamais poderíamos reduzir a ordem e sistema, senão pelo meio de dispormos em ordem e sistema as expressões com que representamos os mesmos conhecimentos”²⁴¹. Para o nosso filósofo, a “base fundamental da harmonia entre a Nomenclatura e o Sistema”, em qualquer ramo dos conhecimentos humanos, é “*que a variedade dos nomes supõe e traz consigo correspondente diversidade de objectos*”²⁴².

À medida que se acumulam as *observações individuais* dos diferentes objectos, vão-se dispondo “no nosso espírito” em diferentes grupos segundo as suas propriedades comuns e estas *classes*, por seu turno, distribuem-se segundo o mesmo princípio (isto é, de um *carácter sistemático* ou *complexo de qualidades comuns a todos os indivíduos*) em outros grupos sucessivamente subdivididos noutros, como sejam *ordens*, *secções*, *famílias* e *géneros*, até chegar ao conjunto indivisível das *espécies*. Para Silvestre Pinheiro Ferreira, “esta disposição, que os factos tomam por si mesmos no nosso espírito, constitui o terceiro elemento da ciência denominado *Sistema*”²⁴³. Tais grupos de indivíduos, denominados classe, ordem, etc. identifica-os o filósofo luso-brasileiro com o que Aristóteles designava *categorias*²⁴⁴. Ao “Tratado das *Categorias* ou da Distribuição Sistemática das palavras, a qual serve de base a todas as ciências em geral, mas particularmente à Gramática filosófica de qualquer Língua, e aos princípios elementares da Arte de pensar”²⁴⁵, reservava-lhe Silvestre o destino de organicamente vertebrar em língua portuguesa o conjunto da experiência cosmológica, afirmando conter-se nesta obra de Aristóteles em matéria de “*Teoria dos Sistemas*”, “tudo quanto as luzes da moderna Filosofia talvez presumiriam ter descoberto, se as obras imortais daquele insigne Luminar da Grécia não estivessem, há tantos séculos, abertas à meditação e ensino do Universo”²⁴⁶. O décimo Aforismo das *Categorias*, no entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, “contém a chave de todos os sistemas”: “Quando se diz de um objecto que ele é compreendido em alguma categoria, tudo o que se diz da

²⁴⁰ *PF*, *Nomenclatura*.

²⁴¹ *PF*, § 917.

²⁴² *PF*, § 471.

²⁴³ *PF*, § 14, *Sistema*.

²⁴⁴ *PF*, 313, *Categoria, Predicamento*.

²⁴⁵ *PF*, § 312.

²⁴⁶ *PF*, § 676.

categoria, se há-de também dizer do objecto”²⁴⁷. Significa isto não só que todo o arranjo sistemático dos nossos conhecimentos exige a exposição da correspondente linguagem e que aquela obra de Aristóteles “destinada a classificar os conhecimentos humanos nas suas mais abstractas e genéricas divisões, classifica as expressões mais gerais e abstractas de que os homens se costumam servir, persuadido aquele incomparável filósofo que ficariam classificados tanto os objectos como as ideias que deles temos, se se classificassem pelos nomes e expressões que os representam”²⁴⁸. Mas o décimo Aforismo contém a chave de todos os sistemas porquanto dizer-se de qualquer objecto pertencer ele a uma certa rubrica (ou *categoria*, seja classe, ordem, género, espécie, etc.), é dizer ter ele as qualidades que constituem o carácter dessa mesma classe e que pelo nome dela são designadas²⁴⁹. Importa observar aqui, até na salvaguarda da actualização desta taxinomia ou sistemática, que na teorese silvestrina a *nomenclatura* corresponde a “sinais por convenção equivalentes aos objectos” e por conseguinte, quanto se diz acerca das *palavras* “se deve entender de quaisquer outros sinais das nossas ideias, tais como os gestos, a escultura, a pintura, jeroglíficos e a escrita”²⁵⁰. Para o oratoriano, as nossas ideias organizam-se no nosso espírito sistematicamente segundo as afinidades das suas semelhanças e independentemente da nossa subjectividade (“imaginação e arbítrio”) e são estas classes, ordens, etc., “independentes da vontade do homem, e resultantes da analogia efectiva das ideias que temos dos objectos”, “o que Aristóteles chama muito acertadamente Categorias”²⁵¹. Silvestre Pinheiro Ferreira reduz todos os objectos dos nossos conhecimentos a três categorias - o *estado*, a *acção* e a *paixão* de alguma coisa (*ente, substância, corpo*) -, onde as dez categorias aristotélicas são compreendidas como outros tantos géneros²⁵². Assim, o *estado* corresponde aos *nomes substantivos* e coincide com a primeira Categoria de Aristóteles, a *essência*, porquanto todo o substantivo designa algum *indivíduo*, ou algum *grupo* de indivíduos²⁵³. Numa palavra, consiste o espírito do

²⁴⁷ *PF*, § 678 e *CAT*, 10.

²⁴⁸ *PF*, § 316.

²⁴⁹ “Seria logo absurda contradição o asseverar isto de um objecto que não contivesse todas aquelas qualidades. Uma só, que lhe faltasse, tornaria falsa a asserção. Contudo, apesar deste erro ser palpável e grosseiro, temos visto nos §§ 484 e seguinte, que nele têm caído não poucas vezes engenhos da mais alta hierarquia” (*PF*, § 678).

²⁵⁰ *PF*, § 315.

²⁵¹ *PF*, § 318.

²⁵² *PF*, §§ 735-737 e 235.

²⁵³ *PF*, § 738 e segs.

sistema, aqui, na subordinação entre as expressões em geral, “para por meio dela acharmos a que por conseguinte se deve verificar entre os objectos”²⁵⁴. Tal é o sentido do 24º Aforismo das *Categorias*, segundo o qual os géneros são às espécies o que estas são às essências primárias (indivíduos e substâncias)²⁵⁵. As *essências primárias*, prossegue o 35º Aforismo de Aristóteles, significam *o que a coisa é*, ou seja, os nomes dos *indivíduos*, bem como os das *substâncias* significam o mesmo que os nomes dessas mesmas coisas²⁵⁶. E, enfim, o mesmo é dizer de alguma coisa *o que ela é* e *o que o seu respectivo nome significa*²⁵⁷. Verificar quanto na afirmação se assevera é o que compete à “infalível pedra de toque” da teoria da definição silvestrina²⁵⁸. Todas as expressões aplicáveis a qualquer indivíduo significam uma de quatro coisas, a saber: 1º as suas qualidades essenciais; 2º as suas qualidades accidentais; 3º as qualidades que, sendo-lhe accidentais a ele, são essenciais a algum dos seus acidentes; 4º o mesmo indivíduo²⁵⁹. São, pois, as qualidades essenciais as que servem para definir e classificar os objectos, ao passo que as accidentais, “posto que se achem no objecto, como podem falhar, não servem para os classificarmos por meio delas”²⁶⁰. São, portanto, aquelas quatro grandes divisões “em que se distribuem todas quantas cousas existem ou podemos imaginar”, as mesmas em que se ordenam “todos os entes possíveis do Universo”²⁶¹. Quanto ao exercício científico propriamente dito, trata-se de contemplar o objecto debaixo daquelas quatro rubricas, “de modo que só depois de nós termos enumerado: 1º as suas qualidades essenciais; 2º aquelas das suas qualidades essenciais que fazem ao nosso caso; 3º o que é essencial a cada um destes acidentes; é que podemos dizer (4º) que conhecemos individualmente o objecto de que se trata”²⁶². Assim como um objecto é classificável em tantos géneros ou categorias diferentes quantas são as suas qualidades essenciais, assim pertence cada objecto a tantos sistemas

²⁵⁴ *PF*, § 917.

²⁵⁵ *Ibid.* e § 766.

²⁵⁶ *PF*, § 767.

²⁵⁷ *PF*, § 741.

²⁵⁸ *Ibid.* “Tomai ao acaso quaisquer frases usadas em casos semelhantes àqueles de que se tratar, e nos quais entre a expressão cuja definição vós quereis verificar. Substituí nelas à expressão definida a definição que vos deram. Se depois desta substituição o sentido da frase ficar o mesmo que era dantes, tereis uma irrefragável prova de que a definição é boa. Mas qualquer alteração que ela faça no sentido da frase é sinal certo de ser defeituosa” (§ 38).

²⁵⁹ *PF*, § 472.

²⁶⁰ *PF*, § 473.

²⁶¹ *PF*, §§ 474-475.

diferentes quantas forem as espécies, géneros, etc. em que as suas qualidades o fizerem figurar ²⁶³. Enquanto o *Sistema Natural* de qualquer objecto é o “complexo das Espécies, Géneros, Ordens, etc., a que ele se acha ligado pela totalidade das suas qualidades essenciais”, o *Sistema Artificial* considera apenas algumas das qualidades essenciais ²⁶⁴. Um maior grau de aperfeiçoamento sistemático propõe, contudo, Silvestre Pinheiro Ferreira a quem pretender descrever os entes da Natureza. Assim, o *Sistema Exegético* é um derivado do *Sistema Natural* segundo um aprofundamento do princípio da afinidade ²⁶⁵, tal como o *Sistema Diagnóstico* é um derivado do *Sistema Artificial* segundo o princípio das *qualidades capitais* ²⁶⁶. Se as aplicações e variações das tipologias sistémicas são praticamente inumeráveis, já mais complexo seria para a sistemologia silvestrina o caso de uma combinação destes dois sistemas numa Gramática Universal e respectiva Pasigrafia. Escreve o corajoso filósofo: “Nem pareça envolver dificuldade invencível esta classificação de um tão grande número de palavras, como as de que se compõe qualquer língua; porquanto bastará considerar cada uma daquelas palavras, relativamente a cada uma das dez Categorias de Aristóteles, para elas irem ficando como por si mesmas distribuídas e classificadas em um sistema rigorosamente natural” ²⁶⁷. Seguidamente, convencionar-se-ia um sinal comum a todas as expressões sinónimas das diferentes línguas “de maneira que escrevendo qualquer pessoa de uma Nação esse sinal, fosse entendida pelas de todas as outras” ²⁶⁸. Posto que

²⁶² *PF*, § 476.

²⁶³ *PF*, §§ 479-481.

²⁶⁴ *PF*, §§ 481-482.

²⁶⁵ Consistiria o sistema exegético em representar os entes da natureza “em ordem tal que cada um deles se achasse no meio de todos aqueles com quem tem afinidade, e tanto mais junto de cada qual, quanto esta afinidade fosse maior, ou, o que vale o mesmo, quanto fosse maior o número de qualidades essenciais que tivessem em comum” (*PF*, §§ 488-489).

²⁶⁶ “Empenhados pois os Naturalistas em acharem uma solução a este difícil problema, advertiram que entre as qualidades essenciais comuns a muitos entes havia algumas que eram constantemente acompanhadas de um certo número de outras; de modo que, uma vez certos de que o objecto da nossa investigação tem alguma daquelas *qualidades capitais*, ficava fácil o acharmos a descrição de qualquer produto que se nos apresentasse; pois que não teríamos mais do que examinar qual das ditas qualidades capitais ele possui, que ela nos mostraria a rubrica onde o devíamos procurar” (*PF*, § 491). Por outro lado, se é a escolha das qualidades capitais que converte o sistema natural em artificial, este “varia em préstimo e elegância, segundo houver sido feliz a escolha dessas qualidades capitais em que ele assenta” (*PF*, § 619).

²⁶⁷ *PF*, § 924.

²⁶⁸ *PF*, § 926. Porém, o “*Problema da Pasigrafia*” está longe de se reduzir a “achar simplesmente um sinal gráfico e convencional, comum às palavras de significação

todos os homens, independentemente da sua língua, ou têm as mesmas ideias específicas, “ou ao menos algumas das genéricas de cada objecto, de cuja espécie, ou de algum dos géneros, a que ela pertence haja indivíduos que caiam debaixo da comum observação”, daqui se segue que “classificadas as expressões das ideias que existem em cada Nação” (sejam tais expressões *palavras soltas* ou *frases*) e convencionado para cada espécie um *nome gráfico* que mostre essa espécie, mas também o género, ordem e classe a que pertença e enfim, convencionando-se entre diferentes Nações a adopção de um mesmo nome gráfico para cada uma destas rubricas, solvida se acharia a problemática no seu conjunto, “porque a classificação das *Expressões* nos daria a *Gramática Universal*. E os *convencionados sinais*, a *Pasigrafia*” ²⁶⁹. Questionava interrogativo o operoso filósofo, com o tema da *Gramática Filosófica Universal* no horizonte: “Mas quanta não é a dificuldade de classificar não só as *Palavras*, mas também as *Frases* de uma Língua?” ²⁷⁰. Foi pelo horizonte de uma gramática filosófica universal, com efeito, que se aventurou o filósofo nas décadas seguintes.

Aquela ciência onde as qualidades dos respectivos objectos se acharem mais bem classificadas, é precisamente a que mais adiantada se achará em ponto de *Teoria* ²⁷¹. Para a epistemologia de Silvestre Pinheiro Ferreira, a teoria é o quarto elemento da ciência e o seu culminar cognitivo. Sem o conhecimento da *causa*, da *razão* e do *efeito* dos fenómenos, enfim, sem conhecimento das relações de causalidade, careceríamos de noções da concatenação das coisas e dos entes. Toda a ciência tem uma *Etiologia* própria, que consiste na exposição das razões, causas e efeitos de uma determinada ordem de coisas, isto é, das relações das qualidades num sistema ²⁷². Se, por uma lado,

idêntica em as diferentes Línguas, mas sim um sistema tal de sinais que, exprimindo neles cada um a frase que quiser da sua respectiva língua, resultam sempre frases igualmente perfeitas e inteligíveis para as pessoas de outras linguagens” (§ 931).

²⁶⁹ *PF*, § 933.

²⁷⁰ *PF*, §§ 933-938.

²⁷¹ *PF*, *Ciência*.

²⁷² “Para bem organizar este importantíssima parte de qualquer ciência, cumpre reflectir que a sua Etiologia consiste em se disporem em um bem ordenado *Sistema* as *Qualidades*, que fazem objecto dessa mesma Ciência” (*PF*, §§ 655, 657 e *Etiologia*). Na *metodologia* introdutória das *Noções elementares de Filosofia*, à doutrina das teorias, identificada com a *etiologia* ou *teoria da causalidade*, cumpre a definição das relações existentes entre as causas e os efeitos (*NE*, § 15). Segundo o nosso epistemólogo, a *teoria da causalidade* pode reduzir-se a um só princípio, a saber: “que para poderem ter lugar as relações de causalidade é mister o concurso de *duas substâncias*, de *três mudanças* e de *quatro momentos*: *duas substâncias*: a causa ou agente e o paciente; *três mudanças*: a do agente, razão do efeito; a do paciente, efeito da

conhecendo nós a *teoria* de uma ciência, mais facilmente classificamos as qualidades sobre as quais versa ela, guiados pelas relações que a mesma teoria nos mostra existirem entre essas qualidades, das quais umas são *efeitos* de certas *causas* e outras *razão* desses efeitos, já por outro lado, encontrando-se distribuídas num sistema as qualidades que constituem uns objectos *agentes* e outros *pacientes*, fácil é conhecer a relação que aquelas mesmas qualidades podem ter entre si, consideradas umas como *efeitos* e outras como *razões* desses efeitos “e portanto neste caso o possuímos o *Sistema* da Ciência, vem a ser o mesmo que possuímos a sua *Teoria*”²⁷³. Consiste a teoria em assinalar a causa e a razão de um dado efeito, ou o efeito de uma causa conhecida e de uma dada razão; e como o concurso de uma mesma causa e de uma mesma razão produz sempre um mesmo efeito, um dado efeito supõe sempre ter-se verificado uma certa e determinada causa. Ou seja, posto que razões e causas semelhantes têm efeitos semelhantes e a efeitos semelhantes correspondem sempre razões e causas semelhantes, segue-se que num sistema organizado fácil é determinar razões e causas de acontecimentos congêneres²⁷⁴. A *teoria* de uma ciência é, em resumo, a exposição das relações de *agente* e *paciente*, *razão* e *efeito*, que existem entre os seus objectos e “como os diferentes estados do *Agente* e do *Paciente*, em que consistem as relações da *Razão* e de *Efeito*, constituem o que chamamos *Qualidades*, tanto de um como de outro, segue-se que se nós houvermos chegado a formar um bem ordenado *Sistema das Qualidades* dos entes sobre que versar a Ciência, que estudamos, seremos senhores de uma exacta Teoria da mesma Ciência”²⁷⁵. Para o epistemólogo, a *teoria* oferece-nos, enfim, a *razão suficiente*, o *porquê* e o *modo* ou *como* dos fenómenos.

causa; e a segunda mudança do agente, convertido em paciente, efeito da reacção: *quatro momentos*, a saber: o que precede a acção, o da acção, o do efeito da acção, o do efeito da reacção” (*NEO*, § 58).

²⁷³ *PF*, §§ 649-651.

²⁷⁴ “Se nós houvermos distribuído sistematicamente por Classes, Ordens, Géneros e Espécies, as qualidades que fazem objecto do nosso estudo, e por experiência soubermos que uma das qualidades de qualquer destas rubricas costuma ter por efeito certa qualidade da mesma, será fácil o descobrirmos a razão e a causa de qualquer acontecimento congénere a qualquer daqueles cuja razão e causa conhecemos; pois é manifesto pelo que acabamos de dizer que as razões e causas de efeitos congêneres são também congêneres entre si; e logo conhecendo nós a Classe, Ordem, Género, etc., da razão e da causa de um dado efeito, facilmente acharemos a razão e a causa de qualquer acontecimento congénere a esse efeito, procurando-a sucessivamente naquela mesma Classe, Ordem, Género, etc.” (*PF*, § 653).

²⁷⁵ *PF*, *Teoria*.

Numa conhecida passagem, mais ou menos apoteótica, é ensaiada a aproximação da verdadeira noção de *ciência*: “Parvenu à cette hauteur, le philosophe se trouve avoir acquis la connaissance d'une grande quantité *d'objets*. Il a appris à les observer, à les nommer, à les classer. Le *langage* de la science à laquelle il s'est voué, lui est devenu familier. Les *faits* sur lesquels repose cette science se trouvent tous présents à son esprit, réunis dans un corps de *système*. Il est même en possession d'une *théorie*, au moyen de laquelle il lui est facile de passer de la connaissance du présent à celle du passé et de l'avenir” ²⁷⁶. Numa das versões em língua portuguesa do mesmo texto, o filósofo continua a sua reflexão assim: “Mas não basta haver edificado, é mister além disso averiguar como se edificou, isto é, notar os pontos em que se errou, e aqueles em que se acertou, a fim de evitar os perigos, e conhecer o caminho que se deve seguir” ²⁷⁷. Em cada ciência cumpre, portanto, aprender como proceder na *observação dos factos* e na *formação da nomenclatura*, como *continuar*, *rectificar* e *completar* o *sistema* e como *coordenar a teoria* da ciência e o complexo destas doutrinas constitui o *Método*, ou a *Filosofia* da Ciência ²⁷⁸. Observar, nomear, classificar e relacionar causalmente. Este é o quinto elemento, sem o qual não pode haver ciência e o último que compõe o pentágono da epistemologia silvestrina. O mais importante preceito em matéria de método, afirma o epistemólogo português, é o de *bem definir* ²⁷⁹. Posto que “*definir o que a coisa é em si mesma* não pode ser senão *enumerar as suas qualidades*”

²⁷⁶ **EP**, § 10. Na versão das *Prelecções*: “Uma vez chegado a esta altura, tem o sábio adquirido o conhecimento de uma espantosa quantidade de entes da Natureza, cuja vasta extensão ele mede com um só golpe de vista. Examina, nomeia, classifica o prodigioso número de objectos sujeitos à sua meditação. São-lhe conhecidos os *Factos*, é-lhe familiar a *Linguagem* da ciência, tem presentes no *Sistema* todos os objectos da sua particular profissão, é, enfim, senhor de uma *Teoria*, com a qual pode pelo presente vir no conhecimento do passado e do futuro. Mas apesar de todos estes progressos, ainda não tem preenchido os requisitos da ciência. Posto que o seu trabalho levado a este ponto de perfeição seja um monumento eterno do seu talento genial, contudo ele não apresenta aos outros homens mais do que um labirinto, cujos segredos só ele conhece; e mesmo ele, não tendo para se governar dentro deste intrincado edificio outra regra mais do que o instinto, que o conduziu durante a sua formação, muitas vezes se perde, e se confunde. Não basta pois ter edificado, é preciso também saber o *como* se edificou; e depois de advertidos os acertos e os erros, é preciso conhecer como se podem emendar estes, e aperfeiçoar aqueles. O complexo destas doutrinas compreende o que designei com o nome de *Método*, e perfaz os elementos de que qualquer ciência deve constar, para merecer este nome” (**PF**, §§ 17-18).

²⁷⁷ **NE**, § 9.

²⁷⁸ **NE**, § 9, **EP**, § 10.

²⁷⁹ **PF**, § 666.

²⁸⁰. E posto que *definir* seja enumerar as ideias que em comum atribuem à expressão (a definir) aqueles que dela se servem em caso semelhante ao de que se trata, cumpre: 1º fixar qual seja o caso de que se trata e 2º escolher na enumeração das ideias, que a expressão representa, a ordem e maneira que posteriormente facilite a dedução do maior número possível de consequências científicas ²⁸¹. Para o filósofo, com efeito, “em Definir e Classificar as expressões de qualquer Ciência é que se encerra toda a Filosofia da mesma Ciência” ²⁸². Como vimos já, é principalmente do grau de aperfeiçoamento de qualquer nomenclatura que se pode inferir com segurança o estado dos outros quatro elementos que compõem a ciência ²⁸³. Nos termos de Pinheiro Ferreira, o fundamental é assim uma *Filosofia da Linguagem* circunscrita às ideias para as quais há palavras ²⁸⁴. O filósofo escreve mesmo: “reduz-se toda a minha Filosofia a definir expressões, e a

²⁸⁰ **PF**, *Definir*.

²⁸¹ *Ibid.*

²⁸² *Ibid.*

²⁸³ **PF**, *Ciência*.

²⁸⁴ **PF**, § 916. “Embora se diga que o ensino de qualquer Ciência consta de duas partes, a saber: uma da exposição das palavras e frases da Ciência; outra não de palavras nem de frases, mas (como eles dizem) de sensações e ideias. Porquanto ensinar, isto é, dar conhecimento de sensações e ideias, ou é por impressão ou por palavras; se por impressão, temos *Factos* (§ 11), se por palavras, reduz-se o ensino a explicar que sensações ou ideias correspondem a tais e tais palavras, a tais e tais frases; e como nós não podemos explicar que ideias ou sensações correspondem a uma expressão, senão servindo-nos de outras expressões, vem a ser este *segundo modo de dar ideias* asseverar, ou demonstrar, a equipolência destas expressões com aquela, ou o ensino da Nomenclatura, que é a Filosofia de que exclusivamente se trata nestas Prelecções. Consta, pois, qualquer ramo dos nossos conhecimentos de *Factos* e de *Nomenclatura*. Mas os *Factos*, ou são isolados, e temos o primeiro elemento de qualquer ciência (§ 11), ou formam *Sistema* e temos o segundo elemento (§ 14); ou se nos apresentam uns como *Razão* e outros como *Efeito*, e temos a *Teoria* (terceiro elemento) (§ 16). Pelo que toca ao quinto elemento (o Método) pela sua mesma definição (§ 18) se vê que, abraçando em parte certa observação de *Factos*, se ocupa principalmente da *Nomenclatura*. Ora a *observação dos Factos*, ou seja isoladamente ou seja conformemente o *Sistema* ou a *Teoria*, enquanto essa observação se faz pela sensação, ou pela imaginação, não passa de *meras impressões*: são conhecimentos mas não Ciência (§ 538). Esta só existe quando há discurso, e discursos sem palavras (pronunciadas ou escritas) ou sem o equivalente das palavras [os Hieroglíficos, Gestos, etc., pintados ou imaginados (§ 316)] é coisa de que não tenho ideia (§§ 255, 316). Se os *Factos*, se o *Sistema*, se a *Teoria*, se o *Método* querem passar de meros *conhecimentos* de *impressão* a *Ciência*, é preciso que admitam *discurso*, isto é, *Linguagem*. Expor esta *Linguagem* é ensinar a *Ciência*” (§ 916).

deduzir, por meio de transformações²⁸⁵, a equipolência de uma expressão com outra, desta com uma terceira, e assim por diante”²⁸⁶.

§ 18. Síntese e balanço crítico; significação e apologia da epistemologia de Silvestre Pinheiro Ferreira

Para o filósofo português, as ciências consistem sobretudo no conhecimento do significado das palavras e frases que constituem a particular nomenclatura de cada uma²⁸⁷. É este, com efeito, o modo primordial de transmissão do conhecimento. “A ligação de ideias que mais digna se faz da nossa atenção e reparo é a que existe entre as ideias dos objectos e as dos seus nomes”²⁸⁸. Uma qualidade essencial de um objecto, comum a objectos semelhantes, é representada num caracter comum a todas as ideias de uma mesma categoria (ou classes em que se distribuem os objectos no nosso ânimo) e é isso que permite inferir serem, em princípio, congêneres todos os objectos que têm um mesmo nome em comum. É por aqui mesmo que principiam as *Categorias* de Aristóteles. Mas porque há excepções a esta regra, convém serem as ciências línguas bem feitas. As palavras relacionam-se analogicamente com os entes e as coisas e entre si mesmas. Se, por um lado, a totalidade absoluta das qualidades de qualquer objecto implica o contacto com todos os objectos do universo²⁸⁹, por outro, é a circunscrição de um conjunto de qualidades e relações de certo objecto que fazem o campo específico de uma ciência. Cada ciência, como um lago, é um espelho do universo, perspectivado sob um certo ponto de vista e do qual é a palavra um reflector cósmico. “Filha da analogia”, de acordo com o filósofo lusitano, a palavra designa e classifica os objectos de um acto só, patenteando no correcto nomenclar a relação vocabular e ôntica. Segundo o ideal harmónico das *Categorias* de Aristóteles, a relação sistemática das palavras fornece-nos assim a correlação dos objectos. Emerge, então, a possibilidade da perfeição cognitiva do *homo scientificus*, no ideal gnosiológico silvestrino, “senhor de uma *Teoria*, com a qual pode pelo presente vir no conhecimento do passado e do futuro”. No seu aspecto

²⁸⁵ Nestas “transformações” consiste, precisamente, o *discorrer* (cfr. *PF*, § 255).

²⁸⁶ *PF*, § 952.

²⁸⁷ *PF*, § 321-322.

²⁸⁸ *PF*, § 60.

teorético, de inspiração aristotélica e leibniziana, não se limita esse ideal às noções exclusivas de previsibilidade e de aplicabilidade, para se abrir sim à totalidade da experiência do tempo e nessa medida, àquilo que baliza o tempo e implica a noção, segundo a terminologia do filósofo, de *causalidade total*. Como compreender o “espírito de sistema” na sua obra? Por certo que não como resposta a devaneios colecionistas aristocráticos diante dos luxuriantes reinos da natureza no Brasil. Na questão sistémica incidiu, com mérito ainda incalculado, a clarificação nocional de Silvestre Pinheiro Ferreira, que na realidade verificara uma falha maior de uma grande parte dos cientistas e dos filósofos da ciência, que simplesmente “não entraram no espírito da *Arte de classificar*, e sufocaram em um dilúvio de inúteis frases as belezas do Sistema que tinham de expor, e cuja nobre simplicidade despida daqueles estranhos adornos não escapa aos olhos do Filósofo, costumado a distinguir o que é essencial a qualquer matéria daquilo que lhe é puramente accidental”²⁹⁰. Este processo agudizou-se até ao especialismo contemporâneo, com elevados riscos civilizacionais que o filósofo diagnosticou (como mais à frente veremos). A ciência é um complexo de conhecimentos, composto pelo pentágono harmónico (factos, nomenclatura, sistema, teoria e método) que é o *organon* silvestrino. Este só funciona com superior validade epistemológica como um todo. Falhando um dos elementos, poderão existir *conhecimentos*, mas não há *ciência*. É o que sucede, por exemplo, quando o neopositivismo lógico abdica do princípio de causalidade. O filósofo português encontra-se, por conseguinte, no horizonte teórico aristotélico (como explicitado, por exemplo, nos *Segundos Analíticos*), segundo o qual ciência, na verdadeira acepção da palavra, é só a ciência das causas. Tal horizonte é, na verdade, o da multímoda tradição ontognosiológica ocidental. *Felix, qui potuit rerum cognoscere causas*, afirmou Virgílio na segunda das *Geórgicas*.

Duas passagens de Silvestre Pinheiro Ferreira, pelo menos, seriam indispensáveis de figurar no tipo antológico das páginas clássicas do heroísmo gnosiológico do género “precursores do conhecimento”. Uma, onde Silvestre Pinheiro Ferreira anuncia a sua linhagem filosófica e outra onde assinala a descoberta do seu conceito de ciência. Na advertência das *Noções elementares de Filosofia geral e aplicada às Ciências morais e políticas*, escrevia o filósofo: “Educados com os princípios de Aristóteles e seus continuadores Bacon, Leibniz, Locke e Condillac,

²⁸⁹ *PF*, § 627.

tomámos a ciência no ponto em que a deixaram aqueles grandes filósofos e procurámos adiantá-la até onde alcançassem nossas ténues forças”²⁹¹. E nas *Prelecciones Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*: “Custa a compreender como, tendo-se achado os Sábios de todos os séculos na necessidade de definirem o que seja *Ciência*, tudo quanto encontramos nos seus Escritos a este respeito é absolutamente vago e indeterminado. Nesta falta de uma definição geral da *Ciência*, vendo-me na precisão de a investigar por mim mesmo, lancei mão do método que para esse fim aponte em vários lugares destas Prelecciones [...]”²⁹².

Característica da razão atlântica se mostra no pensamento silvestrino a convergência do nocional e do operacional, definidora do seu superior eclectismo e muito especialmente na conciliação da ontognose categorial aristotélica com a fenomenologia do realismo orgânico-vitalista britânico. E bem assim, a conjugação de tradição e modernidade, alheia a polemismo menor e filosoficamente integradora dos saberes num horizonte de sentido noético e pragmático, aberto ao universal sentido da verdade. Por via da Congregação do Oratório, herdara ainda Silvestre Pinheiro Ferreira o sentido vivo da tradição ocidental da palavra e por essa mesma via, o ideal noético da tradição retórica *de omne re scibili*. Por isso, no alto conceito de ciência elaborado por Silvestre Pinheiro Ferreira - que integra numa *mathesis universalis* (identificada com as *Categorias* de Aristóteles) o moderno ideal científico de perfectibilidade do saber aberto à *empeiria* -, o sentido progressivo da ciência surge como uma realidade substancial, relacional e qualitativamente cumulativa e constantemente actualizável, à escala da “história da humanidade”. Assim se compreende, por exemplo, que o filósofo possa referir às ciências psicológicas os “*Factos psicológicos* acumulados, e transmitidos de pais a filhos, desde que há homens”²⁹³. Assim se pode compreender a dimensão atribuída pelo polímato filósofo às “ciências morais e políticas” no horizonte da construção da humanidade e da cidadania do homem e da civilização a Ocidente. Vastos eram os conhecimentos do filósofo cosmopolita. A *enciclopédia* antiga, o *septivium*, as *artes liberales*, são actualizados por ele e adaptados às circunstâncias do novo ciclo histórico da humanidade sob a égide do pluridimensional pensamento da liberalidade. Mais do que a antecipação feita pelo filósofo português da problemática da distinção

²⁹⁰ *PF*, § 630.

²⁹¹ *NE*, *Adv*.

²⁹² *PF*, *Ciência*.

²⁹³ *PF*, § 536.

entre as ciências do espírito e da cultura e as ciências matemáticas e da natureza, importa compreender, com efeito, o modo como o modelo silvestrino de ciência equilibradamente articulou os dois grandes campos da ciência, destinando-os segundo um elevado ideal de educação de uma humanidade civilizada no princípio da harmonia universal.

Capítulo Oitavo

A CIÊNCIA NA TEORIA DA CIVILIZAÇÃO DE SILVESTRE PINHEIRO

FERREIRA

§ 19. Sinopse do “paralelo das Ciências Morais com as Ciências Físicas e Matemáticas”

A “questão do paralelo das Ciências Morais com as Ciências Físicas e Matemáticas”²⁹⁴, central nas *Prelecções Filosóficas*, é equacionada por Silvestre Pinheiro Ferreira, com as devidas precauções, como uma comparação entre essas esferas do saber segundo o grau de desenvolvimento dos “elementos da ciência”. Mas em moroso olhar interpretante, a questão é fundamentalmente colocada ao nível do sentido da ciência para a humanidade e para a civilização.

Posto que “as ciências ou têm por objecto as faculdades do espírito, ou as propriedades dos corpos”²⁹⁵, as ciências físicas, “logo que saem da esfera dos fenómenos que nos oferecem os corpos da natureza, e simplificando os objectos e as expressões, se remontam à vasta região das Hipóteses”, apelidam-se Ciências Matemáticas²⁹⁶. O campo das Ciências Morais, “partindo dos fenómenos intelectuais que a experiência nos mostra”, “compreende todos os fenómenos da inteligência” e seus são “os limites do Reino Intelectual”²⁹⁷. Nas Ciências Morais, em cujo horizonte está o Homem, o Cidadão ou as Sociedades, engloba assim o filósofo também as Ciências Intelectuais ou Psicológicas²⁹⁸. Dividem-se tanto as Ciências Físicas como as Morais em *Positivas e Hipotéticas* e são *Históricas* ou *Teoréticas*²⁹⁹. O campo das Ciências Morais, quanto a *substâncias*, é incomparavelmente mais circunscrito que o das Ciências Físicas, cujo horizonte é o de todos os reinos da natureza, excepto o dos fenómenos da inteligência (“Reino Intelectual”), o que inclui, no conceito de Silvestre

²⁹⁴ *PF*, § 507.

²⁹⁵ *PF*, §§ 20, 507.

²⁹⁶ *PF*, § 512.

²⁹⁷ *PF*, §§ 508, 512 e 515.

²⁹⁸ *PF*, *Ciências Morais, Ciências Intelectuais*.

Pinheiro Ferreira, o Reino Animal e os Reinos Vegetal e Inorgânico, incomparavelmente mais ricos em *substâncias*, pois ³⁰⁰. Todavia, de um simples paralelo entre a actividade do botânico e a do “historiador do homem”, a título de exemplo comparativo entre as *Ciências Morais Históricas* e a *História Natural*, conclui o filósofo pela imensa superioridade qualitativa de conteúdo substancial proporcionada pela perspectiva histórica do género humano ³⁰¹. Algumas passagens selectas do filósofo facultam a almejada panorâmica evidencial do paradigma científico silvestrino e o seu horizonte de sentido.

Na abertura da prelecção XIV, onde é formulada a “questão do paralelo das Ciências Morais com as Ciências Físicas e Matemáticas”, apresenta o filósofo um

²⁹⁹ **PF**, §§ 509-512. Assim, na formulação silvestrina do ciclo brasileiro do filósofo, às *Ciências Morais Históricas* competirá a *História Natural dos Entes Inteligentes* e às *Teoréticas* a *Lógica*, a *Gramática*, a *Estética* e a *Diceósina* (**PF**, § 511).

³⁰⁰ **PF**, § 515.

³⁰¹ “Um Botânico lançando os olhos sobre um prato coberto de imensa variedade de plantas fixa a vista em uma delas, que, por um não sei quê, logo distingue de todas as que lhe são conhecidas. E depois que examinando-a reconhece nela todos os caracteres de Classe, Ordem e Género, que lhe mostram o lugar que ela deve ocupar no Sistema, *descobre* que ele envolve, além destas, certas outras propriedades, que são *incompatíveis* com as que constituem as Espécies já conhecidas do Género a que acaba de reconhecer que ela pertence. *Logo*, conclui ele transbordando de alegria, *achei uma nova espécie!* E todo o mundo o aplaude, por haver enriquecido a Ciência com o *descobrimento de uma nova substância*. Por outra parte um Filósofo, atento observador do Homem, toma a pena para transmitir à posteridade a História de uma parte dos *fenómenos psicológicos* que o próprio estudo ou a tradição lhe fizeram conhecer em certo *Indivíduo*, em certa *Nação*, em certos *Povos*. É indubitável que os *Homens* de Tucídides não são os *Homens* de Tácito, que a *Nação* dos Romanos não é a *Nação* dos Gregos, que os *Povos* da Germânia não são os *Povos* da Pérsia. *Logo*, o Historiador enriqueceu a Psicologia de tantas *substâncias* realmente diferentes, quantos foram os *Homens* que mencionou e caracterizou na sua Obra. E é preciso notar que as mais das vezes a História não nos oferece, como de ordinário pratica o Naturalista, *curtas descrições, simples caracteres artificiais* (§ 490) do Género ou da Espécie do Objecto que se propôs fazer-nos conhecer: o que ela nos apresenta, pela maior parte, seja-me permitido este termo, são *Monografias*, e *Monografias* mui circunstanciadas. Todos os dias aparecem no Mundo Literário destas *Monografias*. E apesar disso todos os dias ouvimos repetir que as Ciências Morais não estão hoje mais adiantadas do que o estavam há muitos séculos. Eu quisera que alguém empreendesse coligir debaixo de Sistema estas que eu denominarei *Monografias psicológicas*, espalhadas pelos numerosos volumes das *Histórias dos Homens e das Nações*. Estou certo que o número dos *Indivíduos, Espécies, Géneros, etc.*, da *História Moral* se acharia ser muito superior (além de mais bem descritos) do que os de qualquer ramo que se escolha da *História Natural*, cujo campo se possa comparar em extensão à História do Género Humano, discorrendo pela sucessão dos tempos, pela diversidade dos Povos e pela quase

precioso texto no qual, além do delineamento dos contornos históricos e da diagnose da problemática, faz história da ciência e história das ideias. Escreve ele: “Depois das Ciências Físicas e Matemáticas terem jazido por muitos séculos em uma espécie de esquecimento e de desprezo, entretanto que as *Ciências Morais* (denominação que compreende todas as que não têm por objecto o que é particular à Física ou à Matemática) faziam a ocupação exclusiva de todos os homens de Letras, aconteceu que do meado do décimo sétimo século por diante as *Ciências Morais* pareceram ficar estacionárias, ao mesmo tempo que as outras não têm cessado de fazer os mais rápidos e pasmosos progressos. Desta extraordinária inversão resultou que os homens foram concebendo uma espécie de desprezo para com as *Ciências Morais*, de modo que se consultarmos hoje a opinião geral dos homens, ainda os mais instruídos do nosso século, ouvi-los-emos decidir com o tom o mais dogmático e peremptório: 'Que é muito imprópriamente que a esta parte dos conhecimentos humanos se tem dado o nome de *Ciências*, pois que nelas não há ligação, nem ordem, nem Sistema; que os seus denominados princípios são todos mal concebidos, confusos e vacilantes, e que enfim a sua Linguagem é obra do acaso, frequentemente absurda, e quase sempre vaga e arbitraria. Que pelo contrário a Linguagem das *Matemáticas* é tão admirável pela sua simplicidade, quanto é fixa e invariável pela precisão de suas definições; que nelas tudo está ligado com tão estreito nexos, tudo se deduz debaixo de tão ordenado Sistema, que nem um só passo se dá na obscuridade; tudo ali é claro, tudo é evidente. E que quanto às *Ciências Físicas*, posto que inferiores às Matemáticas, têm contudo chegado a um grau de perfeição na sua linguagem, e oferecerem em seus Sistemas uma ligação de factos, e uma dedução de princípios, de que as *Ciências Morais* não só não oferecem nenhum exemplo, mas nem mesmo parece que sejam susceptíveis'. ”³⁰². Na prelecção seguinte, observava o filósofo: “É verdade que a mesma reforma no *Método* de tratar as Ciências Físicas, que do fim do século décimo sétimo para cá não tem cessado de desobstruir aquelas Ciências de uma imensidade de factos idênticos, ou falsos, ou inexactos, empobrecendo-as em aparência, lhes facilitou grandemente o meio de adquirirem, como têm com efeito adquirido, grande cópia de outros, tanto mais interessantes quanto era mais iluminada a teórica que dirigia em suas investigações aos novos descobridores. Mas também dessa mesma época para cá, e sobretudo a contar da última metade do

indivisível multiplicidade de Estados e Profissões em que se distinguem os Homens”
(*PF*, §§ 517-519).

³⁰² *PF*, § 495.

século décimo oitavo, que prodigiosa abundância de *Factos* inteiramente novos, e distintos de tudo quanto encontramos na História dos séculos anteriores, não tem vindo engrossar, com grande custo da Espécie humana, os tesouros das Ciências Morais! Por grandes e numerosos que sejam os descobrimentos da Fisiologia dos Corpos organizados, e da Química inorgânica durante a época que temos apontado, a massa total dessas descobertas está mui longe de poder competir nem na novidade, nem na importância, nem no número com as que nos oferece a História do Homem somente em nossos dias”³⁰³. Perguntava o filósofo na mesma prelecção XV: “Quais são as substâncias que constituem actualmente o império das Matemáticas? São as diferentes espécies de Linhas, de Superfícies, de Sólidos, de Sistemas de pontos ou de massas, que o Geómetra, o Analista, o Mecânico, o Astrónomo têm calculado relativamente ao tempo, ou ao espaço, ou ao número em geral. Ora todas quantas até ao presente se têm descoberto, quero dizer calculado, acham-se compreendidas em umas seis Obras que da Antiguidade chegaram a nossos dias, e em um pequeno número de escritos dos Geómetras modernos”³⁰⁴. “Compare-se pois o número das Linhas, das Superfícies, dos Sólidos, cuja natureza a Geometria, ainda ajudada pelo cálculo, tem exposto, cujas propriedades tem desenvolvido: Os corpos, tanto sólidos, como fluidos, criados pela Dinâmica, e descritos da maneira que se supõe exercerem a sua acção na Mecânica, na Hidrodinâmica ou na Astronomia³⁰⁵; compare-se, digo eu, o número das *substâncias*

³⁰³ *PF*, § 531.

³⁰⁴ *PF*, § 524 (“pequeno [número de escritos dos Geómetras modernos] digo, não porque seja tão diminuta a Biblioteca das Matemáticas, mas porque a maior e máxima parte daqueles escritos nada mais contém do que inúteis, e frequentemente insulsas, repetições do que disseram os Autores mais distintos” [*ibid.*]). Terá o leitor epistemólogo reparado na expressão com que o filósofo define acima a sua posição em relação à matemática no que concerne à discussão dos nossos dias entre *idealistas* e *realistas* no processo cognitivo e construtivo da matemática.

³⁰⁵ O entusiasmo de Silvestre Pinheiro por uma das ciências mais caras ao imaginário moderno, transita da hipotética conjecturística (da qual, diga-se de passagem, nasceria a *science fiction*) para a crítica realista: “Com quantos novos Planetas, que nunca existiram, não pode o Astrónomo povoar o imenso espaço do universo! Os Sistemas dos Copérnicos, dos Tycho Brahes, dos Newtons, dos Laplaces, etc., etc., nos apresentam outros tantos mundos absolutamente diferentes uns dos outros, e daquele que com efeito existe na Natureza. Os corpos, que os compõem, o Fluido, em que se fazem nadar estes corpos, o de suas Atmosferas, não são os nossos Planetas, nem o nosso sol, nem os fluidos, que por experiência conhecemos, nem nenhuma das Atmosferas cujos fenómenos nos tem sido possível observar” (*PF*, § 522). Emite o cientista, noutra ocasião, parecer configurante da hipótese de vida extraterrestre: “Questiona-se se nos outros planetas haverá habitantes, como na Terra. Muitos são os pontos de semelhança entre a Terra e os outros planetas, mas há muitos mais de que se ignora se são ou não

assim *criadas* pela Geometria, ou pela Dinâmica, com o dos *Homens imaginados* na prodigiosa variedade de obras” existentes nas Ciências Morais ³⁰⁶. É que das Ciências Morais, na visão do filósofo, “primeiramente sobre a Ciência em geral, e sobre cada um dos seus ramos em particular, temos um número prodigioso de Escritores originais, tais como Platão, Aristóteles, Teofrasto, Epicteto, Arriano, Séneca, Bacon, Leibniz, Montaigne, Labruyère, Rochefoucault, Montesquieu, Buffon, Locke, Condillac, Batteux, Bonnet, Hartley, Smith, Herder, Lessing, Stewart, Darwin, Laroche, Pinel e outros muitos. Nós vemos em todos os tempos, e nas diferentes Línguas, uma quantidade espantosa de Fábulas, de Contos, de Novelas, de Epopeias, de Tragédias, de Comédias, etc., de todas as quais composições não há nenhuma, por mais imperfeita, que não contenha a descrição de uma quantidade de *Entes morais hipotéticos*. Que de Homens, que de Nações, que de Sociedades se não encontram circunstanciadamente representadas naqueles imensos e riquíssimos depósitos! Elas sim são produções da fantasia de seus Autores, mas estas produções da fantasia são, pela maior parte, representação de algum estado do Homem ou da Sociedade, por maneira que tudo quanto ali se nos ensina relativamente àquele estado do Ente hipotético podemos aplicar no uso da vida, sempre que nos ocorra esse mesmo estado em algum dos Entes reais, com quem tratamos, salvo devermos modificar, segundo as particulares circunstâncias, aquela imagem geral, bem como os Matemáticos, na aplicação das fórmulas gerais deduzidas pelo cálculo aos casos dados pela experiência, as modificam, para se aproximarem o mais que é possível da realidade dos factos. Porém com esta grande diferença em favor das Ciências Morais Hipotéticas, que não só excedem muito às Matemáticas no número de semelhantes fórmulas gerais, mas que as suas fórmulas são muito mais chegadas à observação que as dos Matemáticos; de modo que querendo nós fazer aplicação delas a qualquer caso particular da vida comum ³⁰⁷, correremos muito menos o perigo de nos enganarmos do que se quiséssemos aplicar qualquer das fórmulas da *Mecânica matemática* à Astronomia, à Fisiologia, ou às Artes; do que será fácil convenceremo-nos, se reflectirmos, que não há ninguém que não esteja calculando e

semelhantes; e como seria preciso conhecê-los para se poder concluir a possibilidade de viverem neles animais, diz-se ser *duvidoso*” (*NEI*, § 73, nota).

³⁰⁶ *PF*, § 526.

³⁰⁷ Evoquemos um apontamento singelo do filósofo num passo anterior: “Quantas questões, por exemplo, não resolvemos nós cada dia com a citação de uma Sentença, de uma Máxima, de um Provérbio? Pois estas nada mais são do que expressões gerais de

predizendo todos os dias, mediante as fórmulas ou sentenças abstractas das Ciências Morais, acontecimentos mais ou menos complicados, e todos contingentes, tanto no trato particular dos homens, como na ordem política das Nações”³⁰⁸.

Nestes passos de Silvestre Pinheiro Ferreira é possível vislumbrar a magnitude por ele assinalada ao conteúdo hermenêutico das Ciências Morais ou Intelectuais, convergentes que são da multiplicidade das tradições sapienciais, culturais e civilizacionais, à escala da “História do Género Humano” (no “Reino Intelectual”, por exemplo, eram referidos ao “filósofo psicologista” os “*factos psicológicos* acumulados e transmitidos de pais a filhos, *desde que há homens*”). O filósofo luso compara-lhes o horizonte noético e os limites pragmáticos das ciências físico-matemáticas. A conjugação do nocional e do operacional é por ele exposta bem na convergência dos planos cognitivo (no caso das ciências psicológicas, muito para além da previsibilidade determinista) e teleológico, conciliação de marcada feição humanista porque de vívido sentido do modo de ser do tempo dos homens.

A ciência é formada pela totalidade dos conhecimentos dispersos nas obras dos diferentes autores³⁰⁹, exposta em sistema natural no caso das ciências morais e em

que a questão que ventilamos é um caso particular, bem como o são das fórmulas da Matemática as questões que pela citação delas se resolvem” (*PF*, § 512).

³⁰⁸ E concluía: “entretanto que à vista da prodigiosa facilidade com que se podem variar ao infinito as fórmulas da matemática, são mui poucos os fenómenos da Natureza que se predizem pela aplicação daquelas fórmulas” (*PF*, § 525). Segundo o filósofo, “a razão desta esterilidade das Matemáticas deriva do estado de atrasamento e da insuficiência da Nomenclatura, aliás tão bela e admirável, de que elas com razão se vangloriam” (*ibid.*). A prelecção XVII trata a questão. Veja-se ainda, para cabal compreensão do ponto de vista do filósofo relativamente à matemática, *PF*, *Matemáticas*.

³⁰⁹ “A massa total de conhecimentos reais dispersos nos diferentes Autores é que forma a Ciência. Por isso eu não vos falei do Corpo do Direito Romano, da Legislação Inglesa, ou de algum outro Código particular; eu tenho tratado até agora da Ciência da Legislação, qual ela se acha tratada na totalidade dos Códigos de todas as Nações, e nas Obras dos Sábios, que escreveram sobre estas matérias. Embora variem as Leis das Nações, ou as opiniões dos Sábios, enquanto umas constituem dever o que outras passam em silêncio, ou caracterizam de crime, isso em nada altera o Sistema das rubricas dos deveres, das virtudes e dos crimes. Uns e outros reconhecem a existência da Classe, Ordem, Género, etc., em que se trata de incluir, ou de excluir essa acção, seja como virtude, seja como vício. Ora a perfeição da Ciência, quanto à Nomenclatura e ao Sistema, não diz respeito à verdade de tal ou tal Facto (§ 12), mas à existência de tais ou tais expressões, de tais ou tais rubricas. Eu não pretendo negar que nos Escritos dos Sábios, como nos Códigos das Nações, existem *Factos* falsos, *Expressões* absurdas e *Rubricas* imaginárias. Mas além de que isso também se verifica nas Ciências Naturais, não se segue que tirado esses Factos, essas Expressões e essas Rubricas, não fique

sistema artificial no caso das ciências físico-matemáticas³¹⁰. Na avaliação do filósofo, de longe excedem as Ciências da Inteligência em número de *factos* as Ciências Físicas e Matemáticas³¹¹. Não lhe era assim difícil exemplarmente concluir que o terreno psicológico humano é mais rico em “Entes conhecidos do que qualquer parte da *História Natural* que lhe possa ser comparável quanto à extensão da sua esfera”³¹². Quanto à *linguagem*, a comparação entre as duas grandes áreas da Ciência teria, no inteligir silvestrino, de colocar num prato da balança “todas as palavras, e todas as frases relativas a objectos das *Ciências Morais* e destinadas a exprimirem diferentes sentidos, os Filósofos, os Historiadores, os Oradores e os Poetas de todos os séculos e de todas as Nações nos fornecem nas suas Obras”; e no outro prato, das “*Ciências Naturais*, apenas temos de coligir o que Lineu, Artedi, Fabrício, Werner, Hauy, Lavoisier e um pequeno número de seus Sucessores nos hão dado em matéria de *Terminologia*”³¹³. Rematava, didáctico, Silvestre Pinheiro Ferreira: “Eu deixo à vossa decisão, bem como à de todos os que sem prevenção quiserem encarar o objecto de que tratamos, o determinar se o *Vocabulário das Ciências Naturais*, que apenas conta *um século*³¹⁴, pode sustentar comparações, tanto na abundância, como de variedade de expressões, com o *Vocabulário das Ciências Morais* enriquecido pela análise de tantos

imensa riqueza de outros Factos verdadeiros, abundante Nomenclatura e admirável intróito de Sistema” (PF, § 646).

³¹⁰ “As Ciências Morais têm tido a felicidade de nelas se não ter cuidado em classificar antes de denominar, como desgraçadamente aconteceu nas Ciências Físicas”, pelo que “é fácil de conhecer, que nas Ciências Morais a *Nomenclatura* e o *Sistema* marcharam e marcham necessariamente de frente: de modo que acabada de formar, e reformada a sua Nomenclatura, acharam-se por este simples facto classificados os objectos da Ciência; e tanto melhor classificados, quanto a Nomenclatura, filha da analogia, deixava ver as relações dos objectos com todos os que lhe eram análogos; ou o que vale o mesmo: acharam-se os objectos das Ciências Morais classificados em virtude das suas Nomenclaturas, segundo o Sistema Natural (§ 481): entretanto que os objectos das Ciências Físicas, por falta de expressões adequadas, apenas se acham arranjados em Sistemas Artificiais, uns mais defeituosos do que os outros e todos desfeados por muitas e inevitáveis inconseqüências (§§ 483 e seg.)” (PF, § 644).

³¹¹ PF, § 537.

³¹² PF, § 527. Não era só a preponderância do Espírito sobre a Natureza que estava em jogo. Procurava também o filósofo português integrar o vasto depósito sapiencial da tradição, desde o alvor helénico, na *modernitas*, nesse sentido atribuindo a devida importância à *traditio* europeia e à história, a *vita memoriae* ciceroniana, a *alia ratio philosophandi* de Francis Bacon, o outro caminho do filosofar. Vivia assim harmonizada no *oratore* lusitano e em transcensão da mera *rationalité* enciclopedista, a tradição humanista *de omne re scibili* na ocidental tradição da *sapientia universalis*.

³¹³ PF, § 551.

³¹⁴ Escreve Silvestre Pinheiro Ferreira na segunda década do século XIX.

Filósofos, pela eloquência de tantos Oradores e pelo estro de tantos Poetas, no espaço de *mais de vinte séculos*, e num tão grande número de Línguas”³¹⁵.

³¹⁵ **PF**, § 551. Em passo análogo e a propósito da sistematização do saber (“*Arte de classificar*”), escreve o filósofo: “É assim que lendo nós os principais Escritos, quer antigos, quer modernos sobre a Gramática, a Retórica e a Poética, não podemos deixar de admirar, através da tenebrosa exposição de seus Autores, a delicadeza com que o escalpelo do Gosto dissecou, até às mais miúdas ramificações, os discursos, as ideias, as paixões, e mesmo os mais leves movimentos do coração humano, distinguindo os sexos, os estados, as idades, e sem lhe escapar as quase imperceptíveis gradações de milhares de circunstâncias que aos olhos do vulgo poderiam parecer indiferentes. Aquelas três Ciências (que formam reunidas por estreito e indissolúvel vínculo um ramo particular das chamadas Ciências Morais) tudo isto especificam, tudo determinam, e não promiscua nem confusamente, mas por sua ordem; não por uma ordem arbitrária, não conforme a um Sistema artificial e de alvedrio (§ 482), mas seguindo o natural e invariável nexos dos objectos, das situações, das paixões e das ideias” (**PF**, § 631).

Quase três décadas depois destas reflexões, Silvestre Pinheiro Ferreira expunha em bem diferente contextura uma breve sinopse do seu ponto de vista num apurado texto aparecido em 1842 na *Revista Universal Lisbonense* (e desde então desconhecido até hoje). Prerrogativa dele era a sempre verificável coerência. Foi no terceiro de uma série de três artigos em torno da “Frenologia” e onde particularmente o filósofo combateu o reducionismo da frenologia relativamente às Ciências Morais e Psicológicas, que a formulação silvestrina se podia ler do seguinte modo:

“A duas classes se podem reduzir as palavras de uma língua; referindo-se umas ao mundo material, as outras ao espiritual.

As últimas são em muito maior número do que as primeiras, por terem de representar os fenómenos do mundo imaterial ou psicológico: as necessidades, os instintos, a inteligência, e a moral.

Mas dentre estas expressões umas são mais genéricas do que outras; e após estas vêm várias ordens de expressões cada vez mais específicas formando uma longa série destinada a denotar a imensa variedade de gradações que se observam nas operações do nosso espírito.

Daqui vem que por um modo imperceptível para a generalidade dos observadores, cada uma das línguas do universo constitui um maravilhoso sistema de expressões, cujos valores se acham naturalmente dispostos por classes, ordens, famílias, géneros e espécies tão distintas, quanto são distintas as ideias que elas são destinadas a exprimir.

Todos os bons escritos que desde Platão e Aristóteles até nossos dias se publicaram sobre a Arte de pensar, e de falar, a língua, a lógica, a dialéctica, a retórica, a estética, a moral, a jurisprudência, a política, contêm uma riqueza imensa de profundas teorias, que mostram como os factos se acham entre si encadeados pelas íntimas relações de causas e efeitos; nem mais nem menos do que os factos da Física ou da Química.

Sempre que o filósofo segue passo a passo a marcha do espírito humano nas suas operações, desde os factos da experiência até aos mais abstractos princípios da ciência: e bem assim, quando depois partindo destes mesmos princípios, desce gradualmente a deduzir deles um número, mais ou menos considerável, de conclusões especiais, que faz ele, senão desenvolver uma imensa e admirável teoria de factos da inteligência?

[...]

Um dos casos que escolheria o filósofo para ilustrar a “questão do paralelo das Ciências Morais com as Ciências Físicas e Matemáticas” na esfera da linguagem e particularmente “em riqueza e energia” vocabular, era o seguinte: “Compare-se por exemplo a palavra *Hidro-carbono-sulfurite*, destinada a designar a tripla combinação de Hidrogénio, Carbono e Enxofre, compare-se, digo, com a palavra *Saudade* que designa o triplo sentimento de amor a um objecto ausente, *desejo* de o ver, e tão forte *pesar* da ausência, que estamos como insensíveis a tudo o que nos cerca, e nos julgamos sós no meio da sociedade, em que por ventura vivemos. Destas simplicíssimas expressões que designam a combinação de três e mais sentimentos, poderíamos citar infinitas, tomadas de qualquer das Línguas vulgares, expressões que todo o mundo entende distintamente a maior parte das vezes, e a que por conseguinte se não pode fazer a inculpação de que perdem por escuras todo o merecimento que se lhes queira atribuir por simples”³¹⁶. Tinha aqui o filósofo presente, entretanto, ensinamento maior da arte poética³¹⁷.

Quando o moralista analisando, uma após outra, as paixões do coração humano nos demonstra, como desde o primeiro dia de sua existência, o homem sente desenvolverem-se no seu ânimo as propensões próprias da sua natureza, puras e inocentes no momento em que nasceu, mas bem depressa virtuosas ou perversas, segundo a boa ou má educação; não pratica o moralista com os factos etológicos um trabalho análogo ao que há pouco vimos fazer ao analista da razão humana?

Platão, Aristóteles, Teofrasto, Cícero, Séneca, Bacon, La Rochefoucauld e tantos outros que têm tratado desta ciência, não têm prestado à Psicologia o mesmo serviço que os físicos, acumulando observações e classificando os fenómenos da natureza, têm feito aos diversos ramos das ciências naturais?

Quando, por exemplo, Tácito, Montesquieu, Gibbon, Robertson, remontam dos factos da história até às suas causas mais remotas, ou quando, descendo de facto em facto, chegam até às últimas consequências no mundo moral e político; dirão por ventura os frenologistas que aqueles escritores não fizeram mais do que amontoar, sem ordem, factos sobre factos? Que apresentaram os efeitos sem lhes assinalarem as causas? Ou que asseverando as causas nos deixaram na ignorância dos seus efeitos?

Quando Eurípedes, Sófocles, Corneille, Racine, Shakespear, Aristófanos, Plauto, Terêncio, Molière, criando um mundo moral hipotético descrevem todas as suas fases, todos os seus movimentos, não viram os frenologistas rebentar dali um sem número de belas teorias que são para as ciências morais positivas o mesmo que as sublimes concepções de Newton, de D’Alembert, de Laplace, são para as ciências físicas? Não se poderiam com razão dar a esta espécie de obras o nome de Matemáticas das ciências Morais?” (“Da frenologia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, 1842, nº 7, p. 74 [texto por reeditar]). Ver *AD* 16.

³¹⁶ *PF*, § 550.

³¹⁷ Da poesia dizia o filósofo português: “Dá-se este nome às composições em que o estilo tropológico e figurado é transcendente, não servindo as expressões empregadas aqui e ali em sentido próprio, e em dicção ordinária, senão como claro-escuro para mais realçar o figurado” (*PF*, *Poesia*). Imaginação poética, segundo ele, é assim a que exprime nas “vivas cores da linguagem” o *Estro* ou o *Entusiasmo Poético* (*PF*, § 66).

§ 20. Civilização e linguagem

Acto primordial de humanidade e de civilidade e por isso aquele com que abriu o filósofo orador as suas *Prelecções Filosóficas* sobre a teoria do discurso e da linguagem, é “saber *discorrer com acerto e falar com correcção*”. O seu extremo contrário, discorrer desacetadamente e falar incorrectamente, é propriamente a “barbaridade”. Como reparámos, desde a sua formulação inicial nas *Prelecções Filosóficas*, a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, ao adunar o pensamento e a palavra e assim a lógica e a linguagem, considerando não haver ideia sem sinal, equacionou-se, sobretudo, como uma “*Filosofia da Linguagem*”³¹⁸. Recorde-se o que se lia no § 7 da primeira prelecção: “Os filósofos, que hoje respeitamos como mestres, assentam suas doutrinas sobre a base de que a *teórica do raciocínio e do discurso* é inseparável da *teórica da linguagem*: e que não podendo ser inteligente aquele que não é inteligível, a abundância, a exactidão e a clareza das ideias em toda e qualquer ciência, arte, profissão, ou trato humano, está em rigorosa proporção com a abundância, exactidão e clareza da linguagem ou nomenclatura própria da matéria de que se tratava, e do uso que dela sabe fazer a pessoa que dela se serve”³¹⁹. Era por isso que, como é de memória, enalteceria o filósofo lisbonense a palavra *discurso*: “Bela expressão equívoca da nossa língua, que significa igualmente o acto de raciocinar e o de falar: duas operações inseparáveis, e por isso mui elegantemente designadas pelos nossos maiores por uma só e mesma expressão”³²⁰. Reavivemos, enfim, o ponto de vista europeu do filósofo: “Das línguas modernas, é fora de toda a dúvida que nenhum homem de letras e mesmo os de uma certa educação nas outras Classes, podem prescindir do conhecimento das quatro principais línguas da Europa (o Italiano, o Francês, o Inglês e o Alemão)”³²¹.

³¹⁸ Cfr., p. ex., *PF*, § 916.

³¹⁹ E continuava: “De tudo o que se deduz, que sendo impossível falar sem discorrer; e que quem discorre, raciocina: as regras que ensinam a conhecer os vícios e a arte de bem falar são as mesmas que constituem a arte de bem discorrer e de raciocinar com acerto: assim a *Lógica*, a *Gramática Universal* e a *Retórica* vêm todas três a não ser mais do que uma única e mesma arte” (*PF*, §§ 7-8).

³²⁰ *DCG*, p. 332.

³²¹ Justificando assim a necessidade de um tal aprendizado de línguas: “Pois que em cada uma delas há, para todas as profissões, Obras Clássicas que nem existem nem é de esperar que se transportem para as outras, porque as que versam sobre as Ciências são

Segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, são causas distintas da regularidade e perfeição de uma língua “a sua cultura” e a “civilização nacional”. Estes dois elementos andam, no entanto, sempre unidos e portanto a regularidade e todas as perfeições de ordem diversa de qualquer língua estão em “razão directa dos progressos de cada um deles”. Contudo, “a razão entre a cultura da Língua e a sua perfeição é muito mais forte do que a que existe entre esta e a civilização nacional”. Assim, de duas nações igualmente civilizadas, diz o filósofo, possuirá indubitavelmente uma Língua mais perfeita aquela onde mais se houver escrito, “sobretudo em assuntos cujo principal merecimento consista na pureza e elegância da Linguagem”. Uma das ordens de razões daqui decorrentes a que Silvestre Pinheiro daria crescente importância, é a da mútua influência entre a linguagem e a vida dos povos, “a influência dos Costumes sobre as Línguas, e das Línguas sobre os Costumes”³²². O grau de aperfeiçoamento de uma nação avalia-se, enfim, pela sua capacidade discursiva: “Como sem Linguagem não há Discurso, segue-se que qualquer nação, bem como qualquer Ciência, se achará tanto mais adiantada, quanto mais perfeita for a sua *Linguagem*”³²³.

Na perspectiva comparativa de Silvestre Pinheiro Ferreira, o grau de riqueza de uma língua é marcado pelo número de radicais, pela capacidade de derivações e recursos de composição de palavras, proporcionáveis à evolução do conhecimento³²⁴. “Esta facilidade das derivações não só granjeia a uma Língua riqueza e opulência, mas sobretudo um tanto maior grau de formosura quanto for mais conforme à distinção natural das Classes, Ordens e Famílias dos objectos o número dos radicais. Ao mesmo tempo porém os modos de formar tantos derivados quantos se precisarem para exprimir os Géneros, Secções, Espécies e Variedades de que aqueles mesmos objectos forem susceptíveis, devem seguir uma norma constante e invariável, sendo neste ponto a regra geral e sem excepção: que *para um radical significar cada um dos mencionados Géneros, Secções, Espécies e Variedades, deve experimentar uma certa e determinada*

em muito grande número, e as de gosto, quer sejam de Eloquência, quer de Poesia, apenas se podem imitar, mas de nenhum modo traduzir. E se é indispensável a todo o homem que quer formar o Gosto sobre os diferentes géneros de Poesia ler o Ariosto, o Tasso, Corneille, Racine, La Fontaine, Shakespeare, Milton, Klopstock, etc., etc., nos seus originais, como poderá suprir o que só em Homero, em Sófocles, em Demóstenes, em Horácio, em Terêncio, em Cícero, se pode encontrar, nem se pode traduzir em nenhuma outra língua?” (PF, § 941).

³²² PF, § 446.

³²³ PF, *Linguagem*.

³²⁴ PF, §§ 447-449.

modificação, mas também cada modificação de um destes derivados não deve significar senão um certo Género ou uma certa Secção, uma certa Espécie ou enfim uma Variedade”³²⁵. Processam-se estas operações nas línguas vulgares, entende o filósofo, segundo as *Leis da Analogia*, com maior ou menor consciência e de um modo geral segundo as necessidades da vida, o que lhes assegura uma certa fiabilidade. Outro é o caso das nomenclaturas artificiais das ciências, tanto mais distantes da habitual prática (reguladora das línguas dos povos) quanto é tardio o reconhecimento dos erros cometidos na formação deste género de nomenclaturas, “mais longe das necessidades físicas, ou primeiras, que mais pronta e imediatamente interessam a conservação do homem e da espécie”³²⁶. Uma linguagem deve, com efeito, ser considerada tanto mais perfeita quanto mais facilidade e regularidade tiver em formar derivados³²⁷.

Em todas as línguas existe um certo número de palavras *radicais* (*raízes primárias*) das quais todas as outras derivam, em *raízes segundas* e assim sucessivamente. Chama Aristóteles *Parónimos* ao que Silvestre Pinheiro Ferreira traduz (seguindo uma tradição) por *cognominados*. Os cognominados conservam a significação fundamental da raiz donde derivam. As derivações fazem-se em geral por *aumento* (próstese, epêntese, paragoge), *diminuição* (aférese, síncope, apócope), *troca* (antítese, diérese, sinérese, diplasiasmo, sinizese, crase) ou *deslocação de letras* (metátese, tmese) e ainda por *composição de palavras* (união de duas ou mais palavras numa)³²⁸. Assim actuam as línguas vulgares. Não assim as nomenclaturas artificiais,

³²⁵ *PF*, § 450 (sublinhado meu).

³²⁶ *PF*, §§ 451-453.

³²⁷ *PF*, *Derivação das palavras*.

³²⁸ “O aumento de letras, que deve distinguir o derivado da raiz, ou se faz no princípio, ou no meio, ou no fim desta. Se no princípio, chama-se *Próstese*. Exemplo: *Foro*, *Aforo*; se no meio, *Epêntese*. Exemplo: *Doer*, *Dorido*; se no fim, *Paragoge*. Exemplo: *Clamor*, *Clamoroso*. A diminuição igualmente ou se faz no princípio do radical, e se chama *Aférese*. Exemplo: *Em este*, *Neste*; ou no meio, ao que se chama *Síncope*. Exemplo: *Herdar*, *Herança*; ou no fim, e dá-se-lhe o nome de *Apócope*. Exemplos: *Guardar*, *Guarda*; *Claramente* e *Distintamente*, *clara* e *distintamente*. A troca ou é de uma letra por outra, e chama-se *Antítese*. Exemplo: *Desdém*, *Desdenhar*; ou de uma vogal por duas, e chama-se *Diérese*. Exemplo: *Imperar*, *Império*; ou de duas vogais por uma, e chama-se *Sinérese*. Exemplo: *Alheio*, *Alhear*; ou de uma consoante por duas, e chama-se *Diplasiasmo*. Exemplo: *Achar*, *Achasse*, ou de duas consoantes por uma, a que chamo *Sinizese*. Exemplo: *Herdar*, *Herança*; ou de uma vogal e algumas consoantes, por outras em menor número. E chamo-lhe *Crase*. Exemplo: *Articular*, *Artigo*. A deslocação ou é de letras, e chama-se *Metátese*. Exemplo: *Cobrir*, *Coberto*; ou de sílabas, e chama-se *Tmese*. Exemplo: *Lhe dará*, *Dar-lhe-á*. A composição

das quais uma grande parte, ao não seguir precisamente as melhores regras de nomenclação, naufraga em escolhos (com consequências que adiante veremos). Daqui deriva o filósofo várias ordens de consequências, das quais a primeira é, como vimos, a constatação da “superioridade das Línguas sobre as Nomenclaturas”³²⁹. Os inconvenientes resultantes das irregularidades na formação quer seja das Nomenclaturas, quer das Línguas, assevera Pinheiro, são: “1º Não nos entenderem os outros; 2º interpretarem mal as nossas expressões, 3º confundirmo-nos nós mesmos, e cairmos em um labirinto de contradições de que muitas vezes nos não sabemos desenvolver”³³⁰. O filósofo extrai exemplos de deficiente nomenclação (cujas consequências observaremos adiante mais detidamente) da filosofia³³¹, da matemática, da botânica³³², da mineralogia e de diversas outras ciências. Com característico pendor rigorista para a univocidade conceptual, identifica Silvestre Pinheiro Ferreira as fontes da equivocidade. Observa, por exemplo, encontrarem-se em todas as línguas, tanto antigas, como modernas, um grande número de palavras “cada uma das quais significa ao mesmo tempo coisas entre si absolutamente diferentes, sem que se possa descobrir o motivo de se haver dado o mesmo nome a objectos tão disparatados” e caso é, na leitura do filósofo, que “uma boa parte dos erros das antigas mitologias, da Moral dos

consiste na união de duas ou mais palavras em uma só. Exemplos: *Guarda-livros, Omnipotente, Procônsul, Antipatia*” (PF, §§ 432-437).

³²⁹ PF, § 455.

³³⁰ PF, § 454.

³³¹ Em alusão à situação terminológica no caso da filosofia, escreverá Silvestre Pinheiro Ferreira que “os Kants, os Fichtes, os Schellings, e um sem número de outros chefes de seitas da moderna Filosofia, assentaram que bastava dar a nomes antigos novas e arbitrarias acepções, revestir de novos nomes ideias triviais, umas verdadeiras, outras falsas, para conseguirem as honras da apoteose, a par dos Aristóteles, dos Bacons e dos Leibnitzs” (PF, § 353).

³³² Observa Silvestre Pinheiro Ferreira acerca da Botânica (de que foi profundo conhecedor): “Esta Ciência entre os Antigos não parece ter excedido o grau de perfeição em que hoje se acha entre o comum dos Hervasários, Médicos, e Artistas, que se servem de plantas em seus misteres. Depois do renascimento das Letras até Lineu, é que uma série de observadores dotados de um espírito mais ou menos filosófico, começou a ajuntar *Factos*, a criar *Nomenclaturas*, e a construir *Sistemas*. Lineu foi o primeiro que reduziu a *Método* a Ciência (§ 546). Sobre este Método assentou uma Nomenclatura, posto que defeituosa, superior à dos seus predecessores (§ 352); organizou um Sistema Artificial em que a crítica acha muito a censurar, mas contudo o mais feliz e engenhoso de quantos até agora têm aparecido (§§ 372, 486, 682, 707 e 725), e lançou para o Sistema Natural alicerces de que não parece ter-se bastantemente apreciado o valor, mas de que a posteridade, sem dúvida, tirará grande partido (§ 697)” (PF, *Botânica*). Impossível é apreciar o alcance da crítica silvestrina desta ciência sem seguir a remissão dos §§ indicados por ele neste verbete (“Botânica”).

Platónicos e da Medicina da Idade Média deriva desta espécie de homonímia”³³³. Quanto aos abusos da silepse, “não só têm sido escolhido em que grandes Escritores têm naufragado, mas tem havido Nações inteiras que por largo tempo se têm abandonado ao mau gosto de amontoarem Silepses em seus discursos; e quanto mais afastada da comum inteligência era a ideia em que assentava a frase, tanto mais se aplaudia ao talento genial do seu autor. Todos os nossos Escritores dos fins do décimo sexto até metade do décimo oitavo século abundam em semelhantes trocadilhos, que aprenderam de outras Nações, onde é verdade que durou menos esta epidemia, mas deixando tão contagiados os idiomas que os seus melhores clássicos dos séculos seguintes não têm podido evitar este jogo vão de palavras, quer seja como argumentos em sérias discussões, quer seja como engraçado ornato de discursos”³³⁴. Afirmar dos objectos quanto compete somente aos seus nomes escritos ou pronunciados, é o que fazem os jogos de palavras, os logogrifos e as charadas, em seus equívocos homonímicos³³⁵. Caso aparentemente absurdo, segundo o filósofo, é a particular tendência dos idiomas italiano e francês para a *antífrase*, metáfora dividida nas espécies do eufemismo e da ironia, “e que a História de todas as Nações nos mostra que são inseparáveis consequências da civilização dos Povos”³³⁶. Mas o problema real são as espécies de equívocos “de cujo abuso se têm seguido muitos e mui graves erros, tanto nas ciências,

³³³ *PF*, § 332.

³³⁴ Continua: “Disto oferece sobretudo um exemplo, único na História das Línguas, a Francesa [...]. Das duas primeiras espécies de Silepses [catacrese e alegoria], a primeira é a que predomina na língua Espanhola, aliás abundantíssima em Catacreses e Metáforas homónimas, entretanto que a segunda é a que mais figura nos Escritos e conversação dos Italianos e Franceses” (*PF*, § 420).

³³⁵ *PF*, *Charada, Jogo de palavras*.

³³⁶ Esta prática de designar os objectos pelos nomes dos seus contrários, explica-a Silvestre particularmente no caso da ironia, como consistindo em atribuir-se a um objecto “que queremos abater” o nome de outro que lhe seja o mais oposto possível, relativamente às circunstâncias que o tornam censurável, sendo a circunstância do discurso ou o tom de voz que fazem sobressair o contraste e dão a conhecer aos ouvintes o sentido em que se fala. Já no tocante ao eufemismo, “quando o simples uso de uma expressão arredada do nome próprio, que pelos motivos ali expostos queremos evitar, não basta a satisfazer as nossas vistas, lançamos mão de termos que significam inteiramente o contrário, preenchendo-se assim os dois fins, de se fugir o mais que é possível de se despertar as ideias conexas com o nome próprio, e de evitar mesmo pelo excesso da falsidade da expressão que se interprete mal a nossa mente. É neste sentido que os Gregos chamaram às Fúrias *Euménides*, que quer dizer *Benignas*. E os Franceses chamam *Sacré*, à imitação dos Latinos que chamavam *Sacrum*, que quer dizer *Sagrado*, a um objecto abominável” (*PF*, §§ 421-424).

como nas opiniões gerais dos homens, em matéria de Religião, de Moral e de Política”

337

§ 21. Charlatanismo e barbaridade no “império das homonímias” *versus* substancialidade unívoca

Ponderado é, indubitavelmente, o vocabulário escolhido pelo filósofo e os termos “charlatanismo” e “barbaridade” assinalam com especial destaque, na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, o fenómeno do declínio concomitante da linguagem e da civilização e enfim, a desarmonia provocada pela insciência em proliferação na cidade dos homens.

Nomenclação incerta, tradicionalmente “charlatão” adjectiva o tipo dos exploradores da credulidade alheia, mais ou menos ambulantes e com produtos discursivos ou mezinhas duvidosos. “Charlar” (termo aparentemente oriundo do italiano *ciarlare*, pelo castelhano *charlar*) é sinónimo de “falar à toa”, “palrar” e vem até a significar nos dias que correm “conversa demorada e informal”³³⁸. Entretanto, como é sabido, uma palração incessante é sem dúvida característica daquele que, na sua errância, vende coisas enganosas e o palrão actua desse modo ininterrupto para convencer os outros, impedindo-os de decidir por eles mesmos. Tal é o agir charlatanesco. No âmbito filosófico, o termo “charlatanismo” evoca determinadas práticas sofisticadas, pretensamente medicinais, mas com oneração epidémica, por assim dizer. Preludiada a sintética expressão, vejamos quanto preleccionava Silvestre Pinheiro Ferreira acerca da coisa.

Em duas entradas do índice das *Prelecções Filosóficas*, enuncia o filósofo o seu entendimento substancial da expressão. Acerca dos “Charlatães” - escreve ele - “chamam-se assim aqueles homens, que de todas as palavras da Ciência, de que se tratar, têm ideia; mas uma ideia informe e estropiada”³³⁹. Visto que o “charlatanismo” consiste em discorrer sobre qualquer Ciência, tomando as palavras no sentido

³³⁷ PF, § 331.

³³⁸ É o que se lê no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Verbo, Lisboa, 2001, p. 787.

³³⁹ PF, *Charlatães*.

metafórico, como se fosse o próprio, por ignorância da sua verdadeira significação”³⁴⁰. Não se trata só, por conseguinte, da agnosia (em sentido fraco), como mais propriamente do *mal gnosiológico*.

Se todas as espécies de conhecimentos e ciências apresentam equívocos, o “grande número de erros” que predomina na “História dos conhecimentos Morais” deve a sua origem ao abuso da homonímia. É o que mostra a “História dos desvarios do Espírito Humano”, encontrando-se semelhante espécie de erros na “primeira infância, ou na última decadência, tanto das Ciências como das Sociedades, duas épocas em que seria absurdo questionar qual das Ciências, se as Físicas ou as Morais, laboram em mais erros, pois que por suposição ou ainda não existem ou já têm perecido todas as Ciências”³⁴¹. Tais são as épocas de “Barbaridade”³⁴².

A antropologia filosófica de Silvestre Pinheiro Ferreira, atinente ao ideário da melhoria da vida do género humano, exclui sumariamente da sua dívida ao Iluminismo a crença numa espécie de *general enlightenment*, antepondo-lhe em aspectos concepção até antitética e requerente de interpretação complementar no domínio da sua filosofia da história. Nesta insere-se o quadro descritivo da movimentação do “charlatanismo” que leva à decadência das “letras”³⁴³ e finalmente, à “barbaridade”. Escreve ele: “O vulgo,

³⁴⁰ **PF**, *Charlatanismo*.

³⁴¹ **PF**, § 572.

³⁴² Segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, o estado de barbaridade “marca duas épocas da existência da Nações, a saber: a sua infância, e a sua decrépita velhice. Da primeira destas duas épocas pouco se sabe de factos bem averiguados: e portanto não é de admirar, que o que se tem escrito de hipóteses seja vago e absurdo. Entretanto são dignas de ler-se as viagens entre Povos Selvagens e mesmo as Obras hipotéticas de Ferguson e Rousseau. Quanto porém à segunda época, mostra-nos constantemente a História de todas as Nações, que todas elas, ao passo que as luzes dos verdadeiros Sábios, que iam aparecendo, trabalhavam pelas civilizar e instruir, um sem número de Charlatães, ao princípio com argúcias, e depois que a geral civilização tornou estas inertes e ridículas, com as armas, excitaram toda a casta de guerras de opinião, que devastaram os Povos; fizeram suspender o curso da educação pública, durante uma ou mais gerações, e quando depostas por cansaço as armas parecia ser tempo de curar tantas feridas, não se conhecia já o preço das Ciências; faltavam muitos meios de cultivá-las e foi fácil ao astuto Charlatão o persuadir, que as Ciências haviam sido a causa da desordem. Baniram-se os Sábios e proscreveram-se as Ciências; o Povo destituído de toda a instrução achou-se sepultado nas trevas da ignorância, e de barbaridade (§§ 573 e segs.)” (**PF**, *Barbaridade*).

³⁴³ “Dois são os modos por que tem acontecido a decadência das Letras entre as Nações cultas. O primeiro pela irrupção de Nações bárbaras que sufocam todos os gérmes de instrução, cujo valor lhes é desconhecido; e o segundo pelas Guerras de opinião, que acabando de ordinário pela inanição de todos os partidos, pouco deixam subsistir, tanto de homens como de meios para o restabelecimento da pública instrução e esse mesmo

qualquer que seja a Nação, conserva-se sempre em um destes dois estados. Enquanto o número de homens de Letras e de educação é limitado, o vulgo permanece naquela infância de conhecimentos a que se chama barbaridade. E depois que, espalhando-se a instrução, se forma entre os homens de Letras e o vulgo uma classe média composta de homens enciclopédicos, ou Charlatães, isto é, que de todas as palavras científicas tem ideia, mas uma ideia informe e estropiada, então começa o império das *Homonímias* ou *Equívocos*”³⁴⁴. O filósofo da civilização da palavra descreve semelhantes discorrer sem acerto e falar sem correção, no longo processo de proliferação do “império das homonímias”, conducente à geral barbaridade. “Ora como semelhante Ciência - ironiza Pinheiro - consiste toda em um jogo de palavras, coisa fácil, e ao alcance de todo o mundo, cresce tanto mais rapidamente o número dos Adeptos, quanto é agradável a surpresa com que conduzidos pelo mágico Charlatão de metáfora em metáfora, aprendem e se habitam a discorrer sobre qualquer matéria que se oferece; porquanto dado um tema, isto é, uma proposição em que se afirma ou nega alguma cousa, vão-o sucessivamente transformando pela substituição dos sinónimos e homónimos de cada uma das palavras do mesmo tema; de modo que cada nova forma em que ele aparece, por virtude destas sucessivas substituições, é uma nova conclusão, e para eles uma nova verdade, tanto mais notável, e preciosa, quanto mais paradoxal, ou fora da natural expectação. Por esta arte o Charlatão confunde-se aos olhos do vulgo com o Sábio, não só pelo estilo e linguagem de que se serve, mas até pela dedução de novas e admiráveis conclusões que recebe como outras tantas verdades. Mas aos olhos do vulgo o Charlatão deve parecer tanto mais superior ao Sábio quanto forem mais espantosas as conclusões que ele deduzir dos seus erróneos discursos. Cresce pois com o número dos Sábios o dos Charlatães, com a diferença porém que a proporção cresce sempre, e com rápido progresso em favor destes; bem depressa a numerosa Coorte dos falsos Sábios, não podendo fazer triunfar seus erros pela persuasão, recorre à força: Guerras de opinião devastam os Estados. E o vulgo confundindo outra vez os verdadeiros com os falsos Sábios proscreeve de envolta os bons e os maus conhecimentos, mas não podendo banir de uma vez todos os conhecimentos, capitula, e faz escolha. Ora a verdade é inflexível, não sabe capitular; a verdade é uma só, não pode haver escolha. A verdade é pois

pouco o vulgo de todas as Classes deixa acabar de perecer, tendo em horror tudo o que é Ciência; como se a Ciência e os Sábios é que fossem a causa das guerras movidas pelo Erro contra a Verdade (§ 575)” (*PF, Letras*).

³⁴⁴ *PF*, § 573.

banida, e dos erros voltam a dominar aqueles que parecem menos compatíveis com os erros que acabam de fazer a desgraça dos Povos. Assim passam alternativamente as Nações das trevas da barbaridade às luzes da razão, e destas tornam a cair, sempre conduzidas pela mão do Charlatanismo, no caos da ignorância”³⁴⁵.

Este texto, notável a vários títulos, mostra bem como vivamente se entrecem o estado da linguagem e o das nações (mais particularmente aqui no seu processo dialéctico decadente), no horizonte da teorese de um certo platonismo aristocratizante

³⁴⁵ *PF*, §§ 574-575. A sequência do texto elucidada ainda alguns pontos relevantes (como a destrinça entre a sinonímia e a homonímia no mencionado processo histórico e a sua relação com os dois grandes campos da ciência): “Mas se o abuso dos Sinónimos concorre com o dos Homónimos para os erros do espírito humano, deve-se confessar que os primeiros não supõem uma tão grande tendência para a barbaridade; e pela mesma razão nem sempre é filho do Charlatanismo ou da Ignorância. E com efeito só uma crassa Ignorância, ou um descarado Charlatanismo é que podem supor idênticos os objectos, que nas Línguas vulgares acontece terem o mesmo nome por Homonímia (§ 332). Pelo contrário, quanto aos Sinónimos, pois frequentemente é necessário particular discernimento para distinguir qual dos dois Sinónimos se deve empregar, nos casos em que não é indiferente usar deste ou daquele. Como porém, apesar desta dificuldade, é sempre possível determinar as diferenças dos Sinónimos, nos erros, que provêm de os confundir um com o outro, não é culpada a Língua, mas o Escritor, entretanto que nas Ciências Naturais há muitos casos em que semelhantes erros são mais culpa da Língua que do Escritor. Já nos §§ 535 e 536 tocamos esta matéria, fazendo ver quanto maior risco se corre de cair neles nas Ciências Físicas do que nas Morais. Porém o que ali não tocamos, e que aqui vem mais a propósito dizer, é que uma razão, e talvez a mais forte para haver esta diferença, é que nas Línguas vulgares não há expressão de que se não tenha dado, ou se não possa dar, uma exacta definição; por conseguinte a frequência do uso nos faz *sentir* distintamente a sua especial significação. Nas Línguas vulgares a frequência do uso trazendo consigo frequência de erros, e estes, frequentes reflexões sobre os modos de os corrigir, têm-nos feito mais perspicazes sobre o particular valor de cada expressão, e por isso tornado menos fácil a reincidência nas mesmas equívocas. Pelo contrário, nas Ciências Naturais, de umas expressões não existe definição alguma (§ 545), de outras são por inexactas mais próprias a induzir-nos em erro do que a encaminhar-nos no descobrimento da verdade (§ 547), noutras enfim não há nem pode haver definição, porque os seus mesmos inventores não tinham ideias claras do que se propuseram significar com elas. Nas Línguas vulgares determina-se o sentido das palavras susceptíveis de mais ou de menos pelas circunstâncias em que se fala, e em estas, nos conduzindo a um certo grau de aproximação, ficam satisfeitas as precisões do trato social. Mas nas Nomenclaturas das Ciências [Físicas] propuseram-se os seus Autores a distinguirem com escrupulosa exactidão miudíssimos objectos, sem contudo proporcionarem meios para isso [...]” (*PF*, §§ 576-577). Consabido propósito epistemológico central das *Prelecções Filosóficas*, é precisamente a terapêutica dos desvios das Nomenclaturas e a fundamentação da correcta nomenclatura, o que é basicamente fornecido pela *teoria da definição* silvestrina.

silvestrino, como escutado no Rio de Janeiro desde 1813 ³⁴⁶. Era uma filosofia da cultura que, entretanto, aí estava em transcurso.

Na descrição da acção do “charlatanismo” que conduz as nações às “trevas da barbaridade” e ao “caos da ignorância”, tinha porém o filósofo em mente uma situação tão menos evidente quanto mais decisiva para a vida das nações e cuja explanação prorrogaria, didacticamente talvez, da XVII para a mais avançada prelecção XXIII. Decisiva questão ontognosiológica, no âmbito do pensamento silvestrino, porquanto da relação da palavra com a substancialidade do mundo, de Deus e do homem.

Como vimos já, a primeira categoria silvestrina é a Substância (equivalente à primeira categoria aristotélica, a “essência”). Embora com restrições, prefere Silvestre Pinheiro Ferreira a tradução por *substância* à de *coisa* (nimiamente geral e aplicável a acidentes). À primeira categoria correspondem os *nomes substantivos*. Qualquer substantivo designa algum *indivíduo* ou algum *grupo* de indivíduos e assim, designa sempre *essências* ³⁴⁷. Ora, em relação à categoria da substância, dois graves erros cometem os modernos: “1º Que além das qualidades, única coisa que nós conhecemos, existem nos objectos outras coisas, que nem conhecemos, nem podemos conhecer; 2º Que a estas coisas que nos são e serão sempre desconhecidas se chama *substância*,

³⁴⁶ O ponto de vista do vulgo acerca das prelecções filosóficas que no Rio de Janeiro se podiam então escutar pela voz do mestre do elucidado discorrer, era noticiado para Lisboa, em carta dos inícios de 1816, por um funcionário da Livraria Régia, da seguinte maneira: “Silvestre Pinheiro está metido a projectivista e as suas lições reduzem-se a uma mescla científica que se não sabe o que é; estamos no tempo das gramáticas filosóficas e do sistema de todas as línguas reduzido a uma só praxe [...]”. Relatava o funcionário propor-se o conferencista “ensinar filosofia por um método mui amplo e genérico que abrangia todos os seus ramos”, mas o quociente de Luís Marrocos apenas conseguia ver aí “proposições à francesa”. Escrevia ainda este instrutivo inimigo do filósofo: “Não sei se será erro meu em dizer que Silvestre Pinheiro é daqueles homens que têm a habilidade de infundir veneração científica e, inculcando-se corifeu enciclopédico, granjeia um partido que ouve suas palavras soltas como vozes de oráculo. Poucas vezes o tenho ouvido falar, porque até nisso se quer misterizar, porém na roda que o segue quando vem à Livraria considero quão fracos somos quando nos arrasta a opinião! O padre Joaquim Dâmaso (por ele ser seu colega congregado) mo inculca sempre por superior a todos nos tempos actuais em luzes e conhecimentos; e eu, ao contrário, vejo, nas suas prelecções impressas, definições e teoremas que, por sua ostentação de novidade, só me causam riso ou nojo, apesar da ilustrada análise que lhe fazem os redactores do *Investigador Português*, elevando-as às nuvens” (cita em Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit., p. 39). Repare-se como da obscura missiva transparece, no entanto, o ambiente de verdadeiro magistério vivido em torno da isagoge silvestrina.

³⁴⁷ *PF*, §§ 738, 740.

natureza e essência”³⁴⁸. No entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, tais erros, “ainda que sejam sobremaneira grosseiros, acontece, por uma fatalidade inerente às cousas humanas, serem acreditados pelos primeiros Filósofos, sobretudo do nosso século”³⁴⁹.

³⁴⁸ *PF*, § 744.

³⁴⁹ *PF*, § 741. Numa nota do *Ensaio sobre a Psicologia*, o filósofo desenvolve o tema da relação do cepticismo com a substancialidade e suas consequências na Antiguidade, das quais uma o *panteísmo*. A análise silvestrina, ilustrada com citações de autores gregos, latinos e medievais, contém latentes e em sugestões alusivas, paralelos com modernos panteísmos. O texto é o seguinte: “Ao passo que todas as línguas modernas possuem, tal como a latina, duas expressões distintas para assinalar a *substância* e a *essência* dos objectos, é-se surpreendido que a língua grega ademais tão rica, tão filosófica, não haja tido senão uma única expressão (*ousia*) para reproduzir estas duas ideias. Empregou-se em seguida também a palavra *hypostasis*, mas outra vez, como *ousia*, com uso duplo, e sendo do mesmo modo utilizada mais frequentemente para significar *essência* do que *substância*: e particularmente o seu significado mais ordinário é o de *existência, realidade, efectividade*. O mesmo pode ser dito de *hyperaxis*, que o vulgar dos tradutores verte, de igual modo com muita frequência despropositadamente, pela palavra *substância*. [...] [Na sequência da observação do esforço de Aristóteles para remediar tal lacuna, Silvestre identifica as *essências primárias* aristotélicas com a moderna acepção filosófica de *substância*]. A escola de Pitágoras e em seguida a de Platão sustentaram que era preciso distinguir a *substância* do conjunto das qualidades do objecto, porque ainda que desaparecessem as qualidades, o seu objecto, tal como no-lo prova a experiência, não menos continuaria a existir. Assim, chamando *forma* ao conjunto variável das qualidades de um objecto qualquer, nomearam *matéria* esse fundo, esse suporte, esta base invariável que afigurava-se-lhes dever necessariamente existir em cada objecto, além das qualidades que lhe conhecemos. Era pois esta matéria que eles chamavam *substância*. Se, ao combater esta opinião em diversos passos dos seus escritos, tivesse Aristóteles empregado uma dedução e uma linguagem menos complicadas, não há dúvida que a lógica cerrada do filósofo Estagirita triunfaria da filosofia poética de Platão. “Fazei abstracção, dizia-lhes ele, das qualidades sensíveis do corpo que tendes diante de vós. Suponde-o por um momento desprovido de comprimento, de largura e de profundidade; nada vos restará a designar pela palavra *substância*” (*Met.*, III, 3). [...] A distinção pitagórica entre o conjunto das qualidades do objecto e a *substância* ou uma *matéria sujeita* dessas qualidades deu origem a dois graves erros entre os antigos. Concluíram uns disso que uma vez que o conjunto das qualidades era variável, ao passo que a respectiva substância era sempre a mesma, existia em cada indivíduo, e por consequência na totalidade daqueles de que o mundo se compõe, uma *matéria imutável*, que sendo por isso mesmo independente de cada um desses estados variáveis, teve de preexistir a todos eles; de maneira que a série desses estados, remontando desde o estado actual para trás, deve ter tido um começo, um primeiro estado; mas que a substância na qual esse primeiro estado devia ter lugar, existia já, e por consequência não havendo tido começo era eterna. Este raciocínio, que é uma sequência rigorosa da suposição de uma substância distinta do conjunto das qualidades, tanto essenciais como acidentais, conduziu toda a antiguidade aos absurdos do *panteísmo*; porque a partir do momento em que a *substância* ou matéria do mundo era suposta imutável e consequentemente eterna, não havia senão um passo a dar para a identificar com a Divindade, cujos principais atributos são, como sabe cada um, ser eterna e imutável. [...] “Assim, disseram os

Para esclarecimento da questão, afirma o nosso filósofo partilhar com a Antiguidade uma doutrina estranha “no seu íntimo sentido” aos modernos, segundo a qual é equivalente dizer de alguma coisa *que ela é, que ela se chama e que o seu respectivo*

antigos, se de permanente nos corpos não há senão as suas substâncias, não há de verdadeiramente existente senão a matéria: as qualidades que observamos, e que mudam sempre, que a custo as percebemos, não existem mais no momento em que delas falamos, não têm permanência de modo algum, e por consequência não se pode dizer que sejam coisas que tenham uma existência. Não são pois senão *aparências, não-seres*. De real só há a *matéria* primeira e imutável onde estas aparências, estes *fenómenos*, estes *acidentes* têm lugar: apenas ela merece o nome de *ser*”. Os Pirrónicos e os Cépticos, atingidos por estas contradições, em lugar de remontar à origem do erro para descobrir a verdade, mais não fizeram do que tombar noutro erro. “Uma vez que o volume, a figura, a impenetrabilidade (tal como todas as outras qualidades) dos corpos, disseram esses filósofos, são tão-somente aparências, coisas que de modo nenhum existem, segue-se que não sendo o volume senão o corpo volumoso, a figura não sendo senão o corpo figurado, etc., etc., seria o corpo um composto de coisas que em rigor não são corpo; mas porquanto não são essas coisas senão aparências, não tendo realidade, nem existindo de todo, segue-se igualmente serem os corpos somente aparências sem realidade alguma, que tão-pouco existem”. Vê-se que esta conclusão dos antigos Pirrónicos deriva primeiramente de que a generalidade dos outros filósofos confundira antes deles a palavra *permanência* com a palavra *existência*, e porque todo o permanente é existente, enquanto que todo o existente não é permanente, convieram eles em não dar o nome de *ser (to on)* senão ao que consideravam como *permanente*, e em chamar *não-ser (to me on)* ao que *não era permanente*, que *podia não existir*. Contudo, os filósofos, que os pirrónicos queriam apanhar em falso, tinham-se assaz explicado, para que se não devesse crer que a expressão *não-ser* fosse para eles sinónimo de *nada*; tinham mesmo dito expressamente que *não-ser* não queria no sentido deles dizer *coisa que não existe de todo*, mas *coisa que pode não existir*: como *ser* não era destinado a significar *coisa que existe*, mas *coisa que não pode de todo não existir*. Os pirrónicos não tiveram em conta estas explicações. Tinha lugar um jogo de palavras, e a sua filosofia em mais não consistia do que em tirar partido disso para concluir dessas contradições, por abuso de linguagem, que nada havia de certo nem de real nos conhecimentos humanos. Quando os mesmos pirrónicos acrescentavam que não sendo cada qualidade do corpo, em rigor, corpo, era absurdo que o seu conjunto fosse aquilo que nomeamos corpo, porque o corpo seria composto daquilo que não é corpo, esses filósofos não faziam senão cometer um grosseiro sofisma que muitas vezes se lhes censurou. Fingiam ignorar encontrar-se aí a natureza deste tipo de nomes colectivos. A cabeça da estátua não é estátua; o tronco, os membros tão-pouco; e no entanto não damos menos o nome de estátua ao conjunto de todas estas coisas das quais nenhuma é propriamente a estátua. Mas os pirrónicos negavam que pudesse haver um amontoado de grãos, por exemplo, porque não sendo grão algum um montão, seria absurdo, diziam, que o composto fosse aquilo que as partes não são! O pirronismo foi em todos os tempos o partido dos espíritos estreitos e preguiçosos. De igual modo, os pirrónicos dos séculos modernos, atemorizados pelos absurdos propagados pelos falsos espíritos relativamente às palavras *essência, natureza, substância*, tomaram o partido desesperado de dizer serem três palavras que designam coisas que não conhecemos” [...] (*EP*, XI).

nome significa ³⁵⁰. Exige, com efeito, delonga a cabal compreensão do ponto de vista silvestrino ³⁵¹. “Isto posto, será fácil reconhecermos a sem-razão daqueles Filósofos que, a título de fugirem ao faustoso trasonismo da omnisciência dos séculos semibárbaros que mediarão entre o nosso e o de Aristóteles, vão cair no excesso contrário, e com afectada modéstia nos dão como resultado das suas laboriosas meditações, que da *substância*, da *natureza* e da *essência* das coisas não só nada sabemos, mas até nem é dado ao homem o conhecê-las, que o mais a que podemos aspirar é a conhecermos aquelas qualidades que entram no curto alcance dos nossos poucos e mal apurados sentidos; que nos devemos contentar com o que se nos apresenta, para assim dizer, à superfície; mas que nos não devemos lisonjear de poder jamais penetrar no âmago das coisas” ³⁵². Note-se como nesta passagem o filósofo qualifica em meditadas formulações os dois extremos gnosiológicos, bipolarizados à evidência na Idade Média e na Idade Moderna. Da medievalidade, observa, com interessante riqueza semântica: “o faustoso trasonismo da omnisciência dos séculos semibárbaros [que mediarão entre o nosso e o de Aristóteles]” ³⁵³. Quanto à

³⁵⁰ “Eu tenho-vos intimado, por várias vezes no decurso destas Prelecções, que um dos maiores passos da moderna Filosofia consiste em identificar a Arte de pensar com a Arte de falar, o Discurso com a Linguagem. Contudo nem este era um descobrimento moderno, nem os Modernos entraram tanto como os Antigos no íntimo sentido daquela importantíssima verdade. Por isso se observa entre os Modernos uma distinção desconhecida aos Antigos. Estes nunca conheceram senão uma só espécie de definições, a saber: aquelas que explicam o que se entende por tal ou tal palavra, e a definição não era entre eles outra coisa mais do que a enumeração das ideias que essa palavra suscita a todos os que dela se servem em casos semelhantes àquele em que se fala. Daqui vem que entre eles tanto fazia dizer de qualquer cousa *que ela era*, como *que ela se chamava*, como *que o seu respectivo nome significava*. Já nos §§ 602 e 603 demonstrei quanto era conforme à razão este sentimento dos Antigos, e contrária a ela a arbitrária distinção dos Modernos. Assim no exame a que procedo dos dois mencionados erros vulgares sobre as palavras *essência*, *substância* e *natureza*, tomarei como um princípio demonstrado, que é o mesmo dizer de alguma coisa *que ela é*, ou dizer, *que o seu respectivo nome significa*. Verificar se significa ou não o que na definição se assevera, é matéria por extremo fácil, e ao alcance de todo o mundo, pelo método que vos expus como infalível pedra de toque, pela qual pudésseis avaliar a verdade ou falsidade das doutrinas que no decurso de vossos estudos, e particularmente no destas prelecções, quisésseis examinar (§ 38)” (**PF**, § 741). Segue-se a aplicação do dito método (como se pode ver aqui adiante em nota).

³⁵¹ Ponto de vista textualmente aqui patente a partir da nota anterior.

³⁵² **PF**, § 742.

³⁵³ No *Ensaio sobre a Psicologia*, o filósofo apontará, entretanto, o problema da dessubstanciação clerical: “Enquanto os sucessores dos primeiros apóstolos conformam a conduta à doutrina, são respeitados pelos povos que, a seu exemplo, são humildes e religiosos. Mas logo que dissidências de opinião entre os depositários da revelação e a

modernidade, particular objecto da crítica silvestrina, além da possível alusão a Francisco Sanches (“que da *substância*, da *natureza* e da *essência* das coisas nada sabemos”), importa sobretudo compreender na crítica do filósofo o seu posicionamento perante o reducionismo do empirismo britânico e depois francês (“que o mais a que podemos aspirar é a conhecermos aquelas qualidades que entram no curto alcance dos nossos poucos e mal apurados sentidos”) e dos excessos do criticismo germânico kantiano (“que nos devemos contentar com o que se nos apresenta, para assim dizer, à superfície; mas que nos não devemos lisonjear de poder jamais penetrar no âmago das coisas”). “Por uma fatalidade inerente às cousas humanas”, escrevia o filósofo no § anterior, sucedeu serem tais erros acreditados “pelos primeiros Filósofos, sobretudo do nosso século”. E escrevia Silvestre Pinheiro Ferreira: “Desassombremos esta doutrina do inútil palavreado em que se acha envolvida. *Não sabemos*, dizem eles, *o que seja a substância, nem a natureza, nem a essência de coisa nenhuma*; nada mais conhecemos do que qualidades, *umas essenciais, outras accidentais*”³⁵⁴. Na realidade, “Haver nos objectos, além das qualidades que nós conhecemos, muitas outras que ignoramos, é uma verdade incontestável, posto que seja como é uma das mais estéreis verdades que a Filosofia nos pode ensinar e portanto não é de presumir que seja este o sentido em que os corifeus do moderno cepticismo nos inculcam esta doutrina como um Aforismo da mais relevante importância. O sentido em que eles tomam esta asserção, é que além das qualidades, tanto conhecidas como desconhecidas, há em todo e qualquer objecto coisas que nem são qualidades nem podem ser por nós conhecidas”³⁵⁵. É pelo método da

sua conduta menos regular dão lugar a entrever ou supor que, demasiado distanciados da fonte da tradição, não têm no seu coração fé nas doutrinas que não pregam desde então senão por hábito ou interesse, o seu crédito começa a declinar. A partir desse momento a autoridade moral da ordem sacerdotal mais não é do que fraccionária. A própria fé desapareceria do cimo da terra, se a obra da Divindade pudesse perecer a grado do delírio ou da maldade dos homens. O respeito que impõe ainda à grande massa do povo a santidade de alguns indivíduos, únicos herdeiros das virtudes dos fundadores, o poderoso apoio das mulheres à devoção, quer pela conservação das práticas piedosas, quer pela educação das crianças, o regresso do homem a sentimentos religiosos, quando a velhice amorteceu as paixões, ou quando infortúnios pesem sobre ele, ou enfim quando se aproxima do termo fatal que separa para ele o tempo da eternidade: eis os meios que a Providência emprega para manter a Religião, contra a cheia da depravação e os ataques da incredulidade” (*EP*, XXV).

³⁵⁴ *PF*, § 743.

³⁵⁵ *PF*, §§ 745, 746.

“transformação”, também designado pelo filósofo *discurso*³⁵⁶, ou *demonstração*³⁵⁷, que se propõe ele converter as frases que enunciam o princípio do cepticismo, noutras frases equivalentes, até chegar a “uma equação final de termos idênticos que nos manifeste a verdade ou a falsidade delas”³⁵⁸. Basicamente, a argumentação

³⁵⁶ O “discurso nada é mais do que a sucessiva transformação de uma frase primária em outras equivalentes, pela substituição das definições em vez das palavras que lhes correspondem, até chegarmos finalmente a uma frase concebida em termos idênticos (§§ 233, 254 e 255)” (*PF, Discurso*). “Esta prática, a que se chama *discorrer*, como há pouco observei, consiste em substituir às palavras da proposição, que se quer demonstrar, as suas definições, até chegarmos a uma proposição que, significando o mesmo que a primeira, designe as qualidades genéricas pelas mesmas palavras que as individuais que lhes são idênticas” (*PF, § 255*).

³⁵⁷ Acerca da “demonstração” escreve o filósofo: “Enunciada uma asserção em termos tais, que ouvindo-a fiquemos sem saber se é verdadeira, se falsa, costumamos substituir sucessivamente às diferentes palavras, de que ela se compõe, as suas definições, até resultar uma proposição concebida em termos idênticos, cuja presença mostra a verdade, ou falsidade da asserção. A esta sucessiva transformação da proposição primitiva em outra e outras, pela substituição das definições em lugar das respectivas palavras, até chegar a uma concebida em termos idênticos, chama-se *Demonstração* (§§ 254, 255 e 281). Como há palavras, cujo sentido (ou definição) se nos oferece logo, apenas as ouvimos, acontece que na *Demonstração* não é necessário substituir a todas as palavras as Definições, mas somente àquelas, cujo sentido não é assim óbvio. Por esta mesma razão muitas vezes em vez da definição de uma expressão substituímos outra expressão sua sinónima, cuja equipolência porém à definição comum a ambas, é mais óbvia (§§ 292 e 297)” (*PF, Demonstração*).

³⁵⁸ Recapitulando, trata-se de aplicar o método de “transformação”, ou “demonstração” à afirmação de princípio do cepticismo. “Ninguém poderá duvidar que aquela frase é equivalente das seguintes: Que em todo e qualquer objecto de nosso conhecimento há as qualidades que nós conhecemos, ou podemos conhecer, e três cousas que não conhecemos, nem podemos conhecer, e a que chamamos *substância, natureza e essência*, isto é, que de qualquer dos objectos que nós conhecemos se pode dizer que é igual às qualidades que nós conhecemos, ou podemos conhecer, mais três cousas que não conhecemos, e cujos nomes são *substância, natureza e essência*, isto é, que o nome de qualquer dos objectos que conhecemos equivale aos nomes das qualidades que conhecemos, ou podemos conhecer, mais aos nomes de *substância, natureza e essência*, cuja significação ignoramos, isto é, que o nome que em nós suscita certo complexo de ideias que temos recebido por algum dos nossos sentidos, equivale aos nomes dessas ideias, mais aos de outras ideias que não temos, posto que as podemos ter, e mais aos de outras que nem temos, nem podemos ter, e que estas têm por nome *substância, natureza e essência*. Paremos, Senhores, nesta forma a que temos reduzido a frase dos nossos Filósofos. A cada complexo de ideias recebidas pelos nossos sentidos, chamamos nós com efeito um objecto; e portanto é evidente que o nome de cada objecto, ou de cada um daqueles complexos de ideias, equivale aos nomes dessas ideias; porém aos das ideias que não temos, isso é absurdo, porque nomes que significam ideias que não temos, são nomes que para nós nada significam, e portanto não são nomes. É verdade que o nome de um objecto de que hoje conhecemos mais qualidades do que ontem, equivale aos nomes dessas qualidades que ontem conhecíamos mais aos das que ontem

“demonstrará” a incongruência daquelas asserções do cepticismo pelo simples facto de pretender a posição céptica que existem palavras (*substância, natureza e essência*), cujo sentido compreendemos e portanto das quais temos ideias, mas que nada significam; e se é absurdo dizer que há palavras que significam ideias que não temos, muito mais absurdo será dizer que significam ideias que não podemos ter. Em redução, “nomes que significam ideias que não temos, são nomes que para nós nada significam, e portanto não são nomes”³⁵⁹.

“Deste exame analítico do Cepticismo moderno sobre o que seja *substância, natureza e essência*, devemos concluir que um dos passos mais gigantescos do charlatanismo do século passado³⁶⁰, foi o introduzir nas Escolas como um Apotegma da

não conhecíamos, posto que as podíamos conhecer, pois que de facto as conhecemos hoje. Mas porque equivale hoje também a estas depois de as conhecermos, não se segue, nem é verdade, que equivalesse a elas ontem, que ainda as não conhecíamos. Logo as palavras *substância, natureza e essência*, de que todos usamos e nos entendemos, significam tais e tais ideias que temos, e não ideias que não temos; como hão-de pois significar coisa de que não tenhamos ideia? (§§ 32 e 33). Mas nós não temos outras ideias, senão as das qualidades que pelos nossos sentidos percebemos; logo qualquer daquelas três palavras significa qualidades, e nada mais do que qualidades; não esta ou aquela, mas vários complexos delas, na maneira que fica definida nos §§ 44, 75, 76 e 80 para cada uma delas. E com efeito, praticando nós a prova insinuada no § 38, observaremos constantemente que as frases em que substituímos aquelas definições às ditas palavras, ficam conservando o mesmo valor que antes tinham, sinal infalível da exacta equipolência das mesmas definições e dos termos definidos. Ora se é absurdo dizer que as palavras *substância, natureza e essência* ou quaisquer outras, significam ideias que não temos, muito mais absurdo é dizer-se que significam ideias que não podemos ter. Porque a primeira destas asserções reduz-se (como acabamos de ver) a dizer que aquelas palavras, apesar de usarmos delas, e nos entendermos, nada significam. A outra asserção quer dizer que nada podem significar. O que nada significa, nem pode significar, é o que não tem, nem pode ter sentido algum; e deste modo vêm a afirmar os nossos Filósofos que há palavras que não têm nenhum sentido, em que apesar disso todos entendemos” (*PF*, §§ 747-752).

³⁵⁹ *PF*, § 749.

³⁶⁰ Neste passo, remete Silvestre para o § 575 (“Cresce pois com o número dos Sábios o dos Charlatães, com a diferença porém que a proporção cresce sempre, e com rápido progresso em favor destes; bem depressa a numerosa Coorte dos falsos Sábios, não podendo fazer triunfar seus erros pela persuasão, recorre à força: Guerras de opinião devastam os Estados. E o vulgo confundindo outra vez os verdadeiros com os falsos Sábios proscreeve de envolta os bons e os maus conhecimentos, mas não podendo banir de uma vez todos os conhecimentos, capitula, e faz escolha. Ora a verdade é inflexível, não sabe capitular; a verdade é uma só, não pode haver escolha. A verdade é pois banida, e dos erros voltam a dominar aqueles que parecem menos compatíveis com os erros que acabam de fazer a desgraça dos Povos. Assim passam alternativamente as Nações das trevas da barbaridade às luzes da razão, e destas tornam a cair, sempre conduzidas pela mão do Charlatanismo, no caos da ignorância”).

mais relevante importância, *que nós não conhecemos a natureza, nem a essência, nem o que constitui a substância das coisas*”³⁶¹. Acerca deste “tão acreditado quanto pernicioso erro”³⁶², advertirá o filósofo, no quadro da discussão sobre a substância, a natureza e a essência, que “Há erros acreditados entre os Charlatães e o vulgo, erros que têm passado nestas duas Classes, como em morgado, de geração em geração, através dos séculos; erros entre eles respeitados (se me é lícito exprimir assim) mais por suas cãs que por seus merecimentos, com tão supersticiosa veneração que seria temeridade em vós o atacá-los corpo a corpo.” Aconselhava, então, aos discípulos o socrático filósofo: “Se forem pois destes erros que os vossos Adversários tomarem como frases indubitáveis, para nelas, como em infalíveis pedras de toque, provarem a falsidade das doutrinas que vos tenho ensinado, não vos abalanceis a contrariá-los. Isso seria imitar aqueles Gigantes que loucamente arremeteram a escalar o céu. Não afirmeis nem negueis tais asserções, mas transformai-as todas inteiramente, não deixando ficar nelas nem uma só das palavras componentes, mas antes pondo em vez de cada uma destas mesmas palavras a sua respectiva definição. Feito isto, estai certos que o faustoso edifício do mais hábil Charlatão cairá por si mesmo em ruína, para servir de eterno opróbrio aos seus adoradores, e de monumento de glória mais perene do que o bronze, para os amantes da verdade”³⁶³.

Não era questão dialéctica de somenos importância e para a qual toda a prudência fosse pouca, aquilo que estava em jogo para o filósofo do acertado discorrer e do correcto falar. A dessubstanciação da vida humana produzida pelo cepticismo no império dos equívocos, afasta o homem do homem, do mundo e de Deus. Mostram-no os cursos e os recursos da história. Quando o discurso dos homens perde a substância, ficam estes entregues a desacertados pensamentos e ao desviado charlar eivado de incorrecções e mal-entendidos que propriamente se designa barbaridade. Para Silvestre Pinheiro Ferreira, tratava-se, alfim, de combater o “tão acreditado quanto pernicioso erro” que conduz as Nações às “trevas da barbaridade” e que assim “tornam a cair, sempre conduzidas pela mão do Charlatanismo, no caos da ignorância”.

³⁶¹ Acrescentando o filósofo: “E por isso não posso assaz recomendar-vos quanto nos §§ precedentes, e nos que neles vão citados, tenho expendido em sentido contrário daquele tão acreditado quanto pernicioso erro” (*PF*, § 753).

³⁶² *Ibid.*

**§ 22. A ciência nos caminhos da civilização. As últimas
considerações de Silvestre Pinheiro Ferreira acerca
da relação entre ciência e civilização na Europa**

Na teorese silvestrina, a ciência é motor civilizacional. É este o sentido da teoria na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira. Um tal paradigma científico é recorrentemente ameaçado todas as vezes que é decretado impossível o conhecimento das causas dos entes e das coisas. Sem este princípio heurístico da investigação, a ciência - no ocidental sentido de um conhecimento racional universalmente válido - evolva-se primeiro e finalmente desaparece. Com a extinção do saber das causas das coisas, deixa de haver *porquê*. A perda da ciência é, para o filósofo, a barbárie. Bárbaros são os homens que vivem sem teoria e sem teoria praticam. Importa, pois, ter bem presente um tal conceito filosófico de ciência, de horizonte mais amplo e fundamente compreensivo do que o actual cenário proporcionado pela tecnociência, cujo cataléptico pano de fundo o recorrente cepticismo enquadra, com variações, desde há alguns séculos. No advento do cepticismo, viu Silvestre Pinheiro Ferreira, inclusivamente, a causa principal do suicídio. Escrevia ele num curioso texto sobre o assunto: “Tendo procurado classificar as diversas perversões intelectuais que, segundo nosso conhecimento, têm a final conduzido a um semelhante fim os desgraçados cuja história nos tem sido possível seguir; parece-nos poderem-se reduzir todas ao *cepticismo* ou para melhor dizer ao *pirronismo*, que costuma ser o precursor da decadência das nações chegadas ao apogeu do que se tem convencionado denominar civilização, mas que melhor se deveria denominar corrupção, conforme a célebre sentença *corrumpere et corrumpi saeculum vocatur*.” A análise silvestrina de 1843 continuava semelhantemente à de três décadas antes, ao tempo da estada no Rio: “A desídia de estudar, ao mesmo tempo que se sente a necessidade de passar na sociedade por instruído, conduz a maior parte dos que nela avultam a inventarem pretextos para coonestar a superficialidade de conhecimentos de que a própria consciência os acusa e que pressentem não poder ficar por muito tempo encoberta. De todos os meios até agora tentados para conseguir este fim, nenhum é tão eficaz nem tão lisonjeiro para a vaidade destes *corifeus* da literatura do *bom tom*, como o de agenciar nas diferentes questões um igual número de boas ou más razões pró e

³⁶³ PF, § 758.

contra, afim de poder concluir, que nada se sabe de certo, e que pretender profundar tais matérias só é próprio de espíritos acanhados ou pedantes. Tal é a origem do *cepticismo*, que de tudo duvida e, dado este primeiro passo, muito perto se está do *pirronismo*, que tudo nega.” E a investigação etiológica do suicídio concluía pela pena de Silvestre: “Uma vez preparado o espírito por este hábito de incerteza em alguns casos, e de absoluta negação de crença em quasi todos; logo que o nosso céptico se vê acometido de algum daqueles golpes da fortuna a que só pode resistir um ânimo constante, ilustrado pelas luzes da experiência, que lhe deixa entrever no futuro os meios mais ou menos seguros de triunfar da desgraça, não acha em si recursos para resistir aos contratempus; sucumbe à adversidade e não vê nenhum outro meio de a ela se subtrair senão entrando no abismo do nada, de onde a sua estúpida ignorância lhe faz supor que foi tirado”³⁶⁴.

Se o *mal gnosiológico* surge na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira como cepticismo, causa principal da desarmonia entre os homens, o seu remédio é o oposto, esse *bem gnosiológico* que é o *conhecimento da harmonia do universo*. Por isso, concluía Silvestre Pinheiro Ferreira o estudo sobre o “suicídio” com a seguinte reflexão: “É óbvio que para prevenir esta primeira causa de suicídios, cumpre que as pessoas encarregadas da educação da mocidade, se esforcem por afastar dela tudo quanto pode favorecer a preguiça de pensar, lançando mão de tudo quanto parecer próprio para fazer nascer no ânimo dos alunos um ardente desejo de saber e o hábito de reflectir e meditar no providencial encadeamento das causas e efeitos que constituem a ordem admirável do universo. Conduzida assim a mocidade a reconhecer em todos os acontecimentos da vida humana a mão de uma Providência que tudo encaminha para a felicidade dos homens, que da sua parte se esforcem por cultivar as faculdades de que ela os há dotado; nenhuns golpes da adversidade serão capazes de lhe abater os brios e jamais a esperança a abandonará, mesmo no meio dos maiores perigos e a despeito de todos e quaisquer contratempus”³⁶⁵.

Cumpre atender ao apelo de Silvestre Pinheiro Ferreira em direcção às Ciências Morais. E por certo hoje mais do que nunca. Abdicar disto equivale à indubitável renúncia ao sentido da verdade, com o sequente significado férreo da vitória do *cepticismo* e do *pirronismo* multiformes, que insensivelmente conduzem os homens ao

³⁶⁴ “Do suicídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 38, pp. 473-474 [texto por reeditar]. Ver **AD** 12.

³⁶⁵ *Ibid.*

“caos da ignorância”. Abdicação similar, característica daqueles que Santo Agostinho designou “nihilisti” porque não acreditam em nada, é sinal inequívoco de uma assunção tácita das “trevas da barbaridade” como iminente destino. Pelo vocábulo *moralis* traduziu outrora Cícero, para o *homo europoeus*, a *ética* dos gregos. A geral desresponsabilização ética contemporânea, como se sabe, é consequência directa da adopção de um amplo paradigma científico, de inspiração cartesiana, que programaticamente excluiu de antemão a *moralis* como algo de conjuntural, de arbitrário, secundário até e não-científico (até hoje). Recordemos que o vasto campo silvestrino das Ciências Morais, em cujo horizonte está o Homem, o Cidadão e as Sociedades, congloba também as Ciências Intelectuais ou Psicológicas. Se a esfera nobre das Ciências Morais é assim o “Reino Intelectual” (na expressão de Silvestre Pinheiro Ferreira), a avaliação do significado da preponderância atribuída às ciências dos reinos da natureza não deve oferecer dúvidas a todo aquele cuja inteligência alumia de sentido a inconsútil expressão “Reino Intelectual”. Nos antípodas jazem as trevas da barbaridade. Só nas geometrias euclidianas não são anfractuosos os caminhos. Se, por definição, ignoram o reino intelectual os viventes dos reinos vegetal e animal, o homem é todavia uma relação superiormente qualificável pelo lado substancial do Reino Intelectual. O homem é, com efeito, aquele habitante do mundo que pela relação ao Reino Intelectual acede ao sentido excelso da Harmonia Universal.

Os últimos escritos de Silvestre Pinheiro, particularmente dedicados ao tema da relação entre a ciência e a civilização, apresentam como elemento comum preponderante o tópico da educação posicionado como vértice dos saberes e fazeres e decisiva pedra angular do futuro. Em quase todos esses derradeiros escritos, menciona o filósofo o seu “plano de educação nacional”³⁶⁶, tal como assoma aí a expressão “educação das nações”³⁶⁷. É especialmente neste quadro, com efeito, que deve ser

³⁶⁶ O *Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa* (1839).

³⁶⁷ Recordemos, a título exemplificativo, elucidativa passagem do filósofo, capaz de fornecer um bom ponto de perspectiva: “Numa época de transição, como aquela em que, há um quarto de século, se acha o povo português, é mister que atravesse todas as fases do que bem se pode chamar a educação das nações, para enfim chegar à idade da madureza, a que vemos não terem ainda chegado aqueles mesmos, que muito antes de nós entraram na carreira da civilização. Nós temos porém sobre elas a vantagem de podermos aproveitar-nos, não somente de seus erros, para os evitarmos, mas das suas preciosas aquisições, para com elas nos enriquecermos” (in “As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844”, in *O Pantólogo*, nº 23, p. 184 [texto por reeditar]). Ver *AD* 17.

entendido o curso de estudos concebido pelo filósofo. Numa série de três artigos de 1844, iluminada sob o título “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública”, escrevia Silvestre Pinheiro Ferreira: “Denominamos plano racional aquele que, seguindo a marcha natural do desenvolvimento das faculdades do homem desde a sua primeira infância, permitir aos directores da educação nacional da mocidade marcar a qualidade de estudos a que se deverá franquear o acesso a cada um dos alunos, segundo a especialidade das individuais disposições físicas, intellectuais e morais, com que a natureza o houver dotado. Dissemos, da educação nacional; porque, como noutra parte temos mostrado, só mediante um sistema arrazoado da educação nacional, é que se pode esperar pôr um termo à deplorável anarquia, com que, a cada nova reforma do ensino público, os estudos se tornam mais superficiais, os costumes mais diversos, e a desordenada concorrência em todos os ramos das ciências, artes e ofícios, mais desastrosa”³⁶⁸. A educação é, de entre todas, a reforma prioritária e não basta organizar, por melhor que seja, “um completo corpo de faculdades científicas, de conservatórias de artes, de oficinas normais para os ofícios; e dizer aos pais de famílias: 'O Governo aí vos tem prontificado os meios de fazerdes instruir os vossos filhos e proporcionar-lhe os meios de eles serem um dia úteis a si mesmo e à sua pátria: a vós é que compete escolher desses estudos, dessas profissões as que estiverem mais em proporção com a vossa classe, com as vossas posses, e com o talento que presentirdes em vossos filhos. - O Governo tem cumprido com a sua obrigação: cumpri agora com a vossa.' É este o modo de discorrer que até agora se tem seguido; mas ele é a origem principal da espantosa catástrofe que ameaça de subverter toda essa falsa civilização moderna”³⁶⁹. Se a educação é a raiz da “formação dos homens e da ordem social”, compreensível é a radical formulação silvestrina. Assim se explica o entendimento de Silvestre Pinheiro Ferreira segundo o qual o modo de discorrer que até agora se tem seguido (exclusivamente aos pais competir escolher os estudos e profissões para os filhos) “é a origem principal da espantosa catástrofe que ameaça de subverter toda essa falsa civilização moderna”. Pois, questiona o pensador, “que acontecerá se os pais, ou não souberem, ou não quiserem cumprir com essa que vós apelidais sua obrigação? Qual será a sorte da república habitada por tais cidadãos e administrada por homens assim abandonados à direcção de semelhantes pais? Ignorais vós, porventura, que seis ou sete

³⁶⁸ *DCCC*, p. 317.

décimos de todas quantas nações passam por mais civilizadas, se compõem de famílias, cujos chefes ajuntam à mais crassa e grosseira ignorância uma total ausência de princípios morais e religiosos?”³⁷⁰. O primeiro artigo de “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública”, terminava com o seguinte balanço do sábio arquitecto político: “Coordenar o plano da educação da geração futura; realizar os meios, assim no material como no pessoal, para o levar à execução; fazer com que de facto, por força ou por vontade, cada um receba aquele grau de instrução, e siga aquele ramo de ensino, para que a natureza o fez próprio: e tomando esta direcção assegurar a cada cidadão os meios de ganhar a sua subsistência, mediante o seu trabalho, e a cada trabalho a sua recompensa, segundo o respectivo merecimento: isto só o Governo pode conceber, só ele o pode executar. Já se sente que, quando dizemos o Governo, entendemos o concurso de todos os poderes políticos do Estado”³⁷¹. Longe estava a questão de se esgotar na do ensino obrigatório, que surgia por então. Um dos pontos que, por exemplo, ocuparia o filósofo na elaboração do Mapa Sistemático da Psicologia seria o de uma caracterologia dos talentos, propensões e aptidões para determinadas profissões. O segundo artigo de “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública”, encetava com considerando do pedagogo lisbonense crente de haver mostrado “que a principal causa da desorganização social, debaixo do que laboram todas as nações, ainda as mais civilizadas, provém do falso sistema, segundo o qual, de geração em geração, a educação e instrução da mocidade tem sido abandonada aos pais de famílias; persuadindo-se os legisladores, que ao Estado incumbe unicamente a obrigação de prontificar escolas e exigir habilitações de capacidade para se poder ser admitido a exercer os cargos públicos”³⁷². Por certo, “conhecida a origem do mal, em corrigi-la deve consistir o remédio.” Uma vez mais menciona o *Projecto de Código Político para*

³⁶⁹ *Ibid.*, pp. 318-319.

³⁷⁰ Continuava assim o filósofo a sua admoção aos “legisladores”: “Não sabeis, que dos havidos por mais cultos, uns, posto que instruídos estão imbuídos de falsos preconceitos; outros, faltos de instrução ou desprezam as ciências, ou fazem alarde da sua própria ignorância?” [...] “E é então a esses pais, que vós dizeis que incumbe uma obrigação impossível de cumprir, já pela ignorância de uns, já pelos insanáveis defeitos dos outros, e pela falta de meios de quase todos; nenhum deles está nas circunstâncias de o poder cumprir? Confessai, que, seja qual for a natureza ou razão de impossibilidade, ninguém tem obrigação de fazer o que lhe é impossível bem desempenhar” (*ibid.*, p. 319).

³⁷¹ *Ibid.*, p. 319.

³⁷² *Ibid.*, p. 320.

a Nação Portuguesa (1839), síntese maior do seu pensamento reformista na matéria e para o qual o filósofo remete os leitores interessados. Para dar uma ideia da amplitude do horizonte silvestrino da educação, refiramos apenas em apontamento a “primeira educação”, reflexo eduzido da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira.

De acordo com o professor experimentado em meia centúria de ensino, deve o estudo da natureza ser o princípio e a base de toda a instrução, a começar nos primeiros anos da infância. Se as faculdades salientes desta são “a delicadeza dos sentidos” e “a retentiva da memória”, também dos primeiros dias da existência data a curiosidade e o interesse em conhecer os nomes e as qualidades conformes e distintivas dos entes e das coisas. Por esta ocasião deve dar-se a conhecer aos alunos, recreativamente até, as principais espécies dos três reinos da natureza, habituados às quais, mais fácil lhes será intuir a sua distribuição sistemática (por classes, ordens, géneros e espécies). Um tal estudo, eminentemente intuitivo, afirma o filósofo, “enriquece a sua inteligência de uma imensa cópia de nomes e de ideias que, ligando-se umas às outras, habitam o espírito a coordenar em sistema e a abraçar de um golpe de vista uma grande variedade de objectos, que, sem isso, serviriam mais para confundi-lo do que para ilustrá-lo”³⁷³. Paralelamente a este estudo, deve-se ir dando a conhecer aos alunos “os modelos dos utensílios e maquinismos usuais, tanto no serviço doméstico, como nas artes e ofícios que mais puderem excitar a sua curiosidade, segundo as suas idades, e mesmo conforme for o gosto e propensão que cada um deles for mostrando”. E com isto, deveriam os alunos começar a “praticar, aquelas operações que segundo as forças e propensões de cada um parecesse mais conveniente”. Assim se iria obtendo um perfil das preferências e aptidões de cada um e bem assim, as tendências profissionais. Aos estudos práticos e instrutivos das diferentes profissões, arte e ofícios, acresce Silvestre Pinheiro Ferreira os de geometria prática, desenho, caligrafia e as operações “de ambas as aritméticas, tanto a numeral como a algébrica”. Tudo isto “por simples imitação e com a menor intervenção possível de quanto possa parecer raciocínio ou demonstração por princípios”³⁷⁴. Outro ramo de conhecimentos a promover desde a primeira infância, segundo o nosso filósofo da educação, é o conhecimento das seis principais línguas

³⁷³ *Ibid.*, p. 320.

³⁷⁴ “Esses estudos abstractos e científicos devem ficar reservados para uma idade mais avançada, tal como a de doze a catorze anos: e somente para aqueles que, tendo recebido da natureza as necessárias disposições para seguirem as diversas carreiras das ciências ou das artes de superior categoria, precisam de conhecer a fundo os princípios fundamentais e teóricos daquelas que houverem de professar” (*ibid.*, p. 321).

européias, portuguesa, espanhola, francesa, inglesa, alemã e italiana ³⁷⁵. Semelhantes “estudos puramente intuitivos”, pela sua variedade, não só não cansando os alunos, como servindo-lhes de “divertimento e recreio”, deveriam incluir os de geografia física como base dos da geografia política actual. Aqui se utilizariam, na ideação do pedagogo, “georamas e relevos” ³⁷⁶, assim como “uranoramas” nos estudos dos fenómenos celestes ³⁷⁷. Seguir-se-iam os estudos etnológicos e antropológicos, marcados pelo conhecimento dos “trajes, usos e costumes dos diversos países”, o que “além de oferecer um muito atractivo estudo aos alunos, contribuirá extraordinariamente a desenvolver neles o espírito de observação e a apreciação das qualidades morais e sociais dos homens”, contribuindo ainda para mais fácil e agradavelmente memorizar a informação da geografia política. Nestas aplicações se utilizariam estampas, descrições, câmaras ópticas, panoramas, dioramas, que mostrarão também aspectos notáveis dos reinos da natureza e dos edifícios dos diferentes países

³⁷⁵ “Nós supomos, que se o Governo se prestasse a adoptar este plano de instrução nacional em vez de estabelecer seis colégios compostos de professores nacionais, os formasse de professores escolhidos das seis principais línguas, portuguesa, espanhola, francesa, inglesa, alemã, e italiana; começando cada um destes seis colégios por trazer uma dúzia de alunos escolhidos das respectivas nações, a fim de que distribuídos por eles os alunos portugueses, em número conveniente, pudessem, dentro em poucos meses, habilitar-se pelo simples trato com os professores e alunos estrangeiros, na respectiva língua. À medida que cada um se mostrasse habilitado em uma daquelas línguas, passaria para o colégio de outra língua: e assim tendo percorrido todas, no espaço de poucos anos se acharia de posse do imenso recurso de seis línguas e em estado de poder estabelecer-se naquele dos respectivos países aonde os acontecimentos da vida ou o desejo de procurar fortuna ou o de estender os seus conhecimentos, ou enfim o serviço público o pudessem conduzir: além da grande vantagem de se poder entender com as pessoas daqueles países que viessem a este reino, de ler as inumeráveis produções literárias que neles aparecem todos os dias, e de poder aproveitar o muito que se acha escrito em todos os ramos dos conhecimentos humanos naquelas diversas línguas” (*ibid.*, p. 321).

³⁷⁶ “Consiste o georama num globo de grande dimensão e transparente, sobre cuja superfície se acham traçados todos os continentes, mares, rios, e ilhas da terra, e disposto de maneira que o observador, colocando-se no interior do globo, abraça ao mesmo tempo com a vista a totalidade da superfície exterior deste nosso planeta. Os relevos podem ser praticados em globos de suficiente grandeza ou em planos, ou em escala que permita distinguirem-se os principais acidentes topográficos: ou melhor ainda, sobre um terreno assaz vasto para compreender os vários sistemas de montes, bem como os mais notáveis rios do mundo (*ibid.*, p. 322).

³⁷⁷ “Pelo mesmo teor se podem construir uranoramas, compostos de todos os corpos do nosso sistema solar; observando as proporções de seus respectivos volumes, bem como dos tempos em que percorrem suas órbitas” (*ibid.*, p. 322).

³⁷⁸. Estudo “por extremo recreativo”, o das leis da física e dos principais fenómenos e processos químicos, contribuiria para averiguar aptidões para as artes mecânicas ou químicas, ou para as respectivas ciências. Rejeitando o estudo da história como “muito impróprio destas primeiras idades”, antepõe-lhe o filósofo o estudo da cronologia de pessoas e de acontecimentos. De “toda a educação liberal” faz parte a música, vocal e em coro (para todos) e instrumental (“para os que mostrassem para isso aptidão”), podendo-se incluir nos hinos e cânticos significativa parcela de instrução moral e religiosa (“fora os exercícios do culto e a catequese”). Pretende Silvestre Pinheiro Ferreira ver banidos dos colégios “todos os brinquedos rústicos e selvagens de lutas”, substituindo-se-lhes os jogos de destreza e os de ginástica, “que, desenvolvendo a agilidade e as forças dos corpos, os torna mais robustos e muito contribui para a conservação da saúde”. O admirável conceito de ginástica do filósofo da educação português, incorporando o delineamento de uma propedêutica estética, requer atemperada dilação ³⁷⁹. Escreve ele: “Nós compreendemos na ginástica o exercício e

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 322.

³⁷⁹ O conceito de ginástica de Silvestre Pinheiro Ferreira contém de modo implícito o que poderíamos designar, com efeito, a sua *filosofia ginástica*, não fosse a polivalência da expressão. Tentemos em duas palavras abrir mais fundo caminho sobre os sulcos do 'sensualismo' ou do 'sensismo', habitualmente adjuntos à sua 'teoria do conhecimento'. Com a expressão “filosofia ginástica” entendemos referir a filosofia sensacionista implícita a partir das *Prelecções Filosóficas* e que preludia, de modo propedêutico e até operativo, a experiência epistemológica tal como explicitada ao longo da obra Silvestre Pinheiro Ferreira. No cerne de uma tal propedêutica sensacionista e de uma semelhante *filosofia ginástica*, encontra-se a radical experiência da *sensação* e do multimodo *sentir* (que o filósofo pressuporá ao expor a sua epistemologia). Trata-se, num certo sentido, da experiência matricial do empirismo. Esta só pode ocorrer, de acordo com uma expressão de Silvestre Pinheiro Ferreira, em “contemplação pura e rigorosamente individual”. É a experiência subtil do reflexivo sentir, da sensação que se sente; experiência da *reflexão* a um tempo como sensação do pensamento e como pensamento da sensação. É uma tal *experiência* que precede e possibilita mesmo a consciência experiência estética imediata da 'percepção' ou das qualidades materiais afins aos órgãos dos sentidos, que nos fornecem objectos ou 'estados individuais' (os 'factos isolados' por onde começará a lavoura da ciência no modelo científico silvestrino). Partilha ainda Silvestre Pinheiro Ferreira com a tradição filosófica anglo-saxónica, de Francis Bacon a George Berkeley (aos quais particularmente admirava), a perspectiva experimental da sensibilidade. A estátua de Condillac, simbolizando um homem privado de sentidos e que gradualmente os irá adquirindo e descobrindo (assim como as demais ramificações psicossomáticas), servir-lhe-á, implicitamente nas *Prelecções Filosóficas* (§ 39 e segs.) e explicitamente no *Ensaio sobre a Psicologia* (§§ 42 e segs. e 219 e segs.), como modelo didáctico do autoconhecimento estésico. Ao *juízo* (ou 'raciocínio', ou 'comparação'), que vê a *identidade* ou a *diferença*, designa Silvestre Pinheiro Ferreira 'sentimento lógico' (*NEP*, § 15 e *PF*, § 40 e segs.). A razão silvestrina

aperfeiçoamento de todos os sentidos: o da vista, por exemplo, esforçando-se por distinguir objectos na maior distância possível, e em medir a olho as distâncias e os volumes, etc. O ouvido, aplicando-se a distinguir o maior número de notas e bem assim a conhecer as pessoas pelas vozes, e exercitá-lo nas harmonias dos sons, bem como o sentido da vista na harmonia das cores, e enfim o tacto, habituando os alunos a fazer igualmente uso de ambas as mãos, e a avaliarem os graus de convexidade e de concavidade dos corpos, e seu grau de polidez, o peso específico dos corpos em que esse conhecimento é mais preciso, etc.”³⁸⁰. Finda esta instrução geral “dos primeiros doze até catorze anos”, concluídos tais estudos primários, os alunos repartir-se-iam, consoante as aptidões, propensões e capacidades especiais, entre “as profissões mecânicas das artes ou officios” e “a carreira das ciências ou das belas-artes”³⁸¹.

Não só durante as duas épocas de instrução primária e secundária, cumpre ao governo e à sociedade articularem-se o melhor possível, satisfazendo “os direitos que as crianças têm a que se lhes dê uma educação”, bem como garantindo o seu conveniente emprego. No terceiro artigo da série com o título “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública”, expõe o filósofo a sua perspectiva da “terceira época dos estudos superiores”, conforme o seu *Projecto de Código Político*, segundo o qual, em Lisboa, Évora, Coimbra e Porto, cada Academia se compõe de quatro faculdades: ciências físico-matemáticas, ciências morais

não está, porém, povoada só por *sentimentos lógicos*. A pluridimensional referência ao *sentir*, patente na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, pode dar azo a considerá-la, em aspectos, como uma estética radical. Ao meditar na união da alma com o corpo e na liberdade, convidava o filósofo aqueles que o escutavam a “reflectir no *jogo de acções, e reacções mentais, e corpóreas, que cada um de nós pode facilmente observar dentro de si mesmo*” (*PF*, § 906). Este exercício subentendia, conforme terminologia sua, “este estado da alma”, que “consiste em *sentir que sente*” e a que os filósofos chamam “*íntima consciência* ou somente consciência” (*NEI*, nota B). Próprio do *sensus sui* é assim *sentir ideias*, posto que no pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira *as ideias sentem-se*. Por isso pode afirmar-se num certo sentido que o sentir está presente na obra do filósofo luso-brasileiro como portal ontológico (e pródromo eventual para as “cousas insensíveis e eternas”, segundo expressão do filósofo [*PF*, § 542]). Uma específica gnosiologia experimental desse *organon* do conhecimento que é o *corpo animado* (marcada pelo trânsito do corpo cognitivo à espontaneidade do *corpo pensado*), activa em intuição directa da experiência toda qualitativa do universo ‘iluminado por dentro’, é o que entendemos designar com a expressão *filosofia ginástica*, aplicada ao pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira. É de acordo com um semelhante horizonte que se situa o pensamento do filósofo nesse firmamento interior que reflecte o brilho e o jogo relacional das qualidades que entretecem homem, mundo e Deus.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 323.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 323.

e políticas, literatura e belas-artes³⁸². Digna de apreciação é, também aqui, a tentativa silvestrina de aristocratizar o sistema pela exclusiva via do mérito. “Não deixar progredir na carreira das ciências, das letras e das artes os talentos inferiores, nem os medíocres, mas só os distintos: e assegurar a cada um a sua subsistência e promoção, proporcionais à sua capacidade e bom serviço: tais são as reformas que reclama a instrução pública; e a Nação espera receber da providente legislação que lhe prometem os seus Representantes”³⁸³.

Recordemos, enfim, numa palavra, a via áurea da universal educação, conforme o adjuvante teorema de Silvestre Pinheiro Ferreira: “cumpre que as pessoas encarregadas da educação da mocidade, se esforcem por afastar dela tudo quanto pode favorecer a preguiça de pensar, lançando mão de tudo quanto parecer próprio para fazer nascer no ânimo dos alunos um ardente desejo de saber e o hábito de reflectir e meditar no providencial encadeamento das causas e efeitos que constituem a ordem admirável do universo.”

A última prelecção filosófica, a XXX, proferida por Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de 1820, continha como tópico medular a ideia de civilização. O filósofo enquadra a sua teorização civilizacional numa reflexão sobre o bem e o mal, atento que estava à superior importância das Ciências Morais para o abalizar da questão. *Bom* é, em termos absolutos, o que causa gosto e *mau*, quanto causa dor³⁸⁴. Na realidade, porém, é a avaliação proporcional das circunstâncias que permite aferir, pelo geral cômputo de gostos e dores, a bondade e a maldade de algo³⁸⁵ e bem assim, o grau de

³⁸² As faculdades de ciências físico-matemáticas, ciências morais e políticas, literatura e belas-artes, estariam divididas nas seguintes secções: “A) 1.^a Matemáticas puras; 2.^a Matemática aplicada à mecânica, à astronomia e às artes; 3.^a Zoologia e ciências médicas; 4.^a Botânica e Agricultura; 5.^a Química e ciências mineralógicas; 6.^a Ciências militares; 7.^a Ciências marítimas. B) 1.^a Ciências filosóficas; 2.^a Ciências jurídicas; 3.^a Estadística e ciências comerciais. C) 1.^a Linguística; 2.^a História; 3.^a Antiguidades. D) 1.^a Desenho, gravura e litografia; 2.^a Pintura; 3.^a Escultura; 4.^a Arquitectura; 5.^a Artes teatrais” (*ibid.*, p. 324).

³⁸³ *Ibid.*, p. 326.

³⁸⁴ *PF*, § 977.

³⁸⁵ “Mostrando, porém, a experiência que nada causa somente dor, nada somente gosto, começaram os homens, mais bem advertidos, a chamar bom ao que causa maior soma de gostos que de dores, e mau ao que causa maior soma de dores que de gostos. Umavez a composição destas somas de gostos e de dores, que nos determina a chamarmos ao objecto bom ou mau, refere-se a um certo e determinado tempo; outras vezes refere-se a um indeterminado espaço de tempo, ou mesmo a toda e qualquer duração que se quiser, por entendermos que sempre, e a todo o tempo, a soma dos gostos produzida por tal objecto será maior que a das dores, e por isso lhe chamamos absolutamente bom, ou

felicidade do homem ³⁸⁶. Se a absoluta, perfeita e completa felicidade ou bem-aventurança, equivale à de uma vida de pleno gosto e jamais interrompida pela dor ³⁸⁷, “limitando-nos, porém, àquela felicidade de que temos experiência, dois elementos fazemos entrar no cálculo por onde avaliamos a felicidade, tanto dos homens como das nações: o primeiro é a suficiência de meios para renovar quanto lhes pode causar dores; e o segundo é a abundância de meios para aumentar o número e variedade de prazeres” ³⁸⁸. Cresce a civilização na harmoniosa proporção entre a descoberta da variedade dos prazeres e dos meios de fruir deles, tanto quanto “é compatível o bem ser da humana constituição”. A caracterização silvestrina marca a polaridade civilizacional mediante a capacidade de resposta à satisfação e contentamento das novas necessidades introduzidas pelo mesmo crescimento civilizacional. Na *abundância* e na *abastança* vivem as nações, como os homens, cujos meios de que dispõem somente os colocam ao abrigo de males diversos, sem contudo lhes aumentarem consideravelmente o número e a variedade dos prazeres. Já quando a par dos meios de remoção do maior número

que a soma das dores será sempre e a todo o tempo maior que a dos gostos por ele produzidas, e por isso lhe chamamos absolutamente mau. Como é a experiência quem nos determina na escolha e aplicação destas denominações, já se vê que o grau de assenso com que as aplicamos, depende da maior ou menor frequência, da maior ou menor constância das nossas ou das alheias observações; de modo que sem limitação chamamos bom ao que raras vezes ou quase nunca produz tanto mal como bem, isto é, tantas dores como gostos, e vice-versa, chamamos absolutamente mau ao que raras vezes causa tanto gosto como dores. Para nos confirmar no pleno assenso com que, em muitos casos, assim denominamos absolutamente bom ou mau a um objecto, posto que jamais se verifique que deles tenhamos experiência por todo o tempo passado, nem possamos saber do futuro, é que essa experiência que por nós mesmos ou pelos outros deles temos, nos dá o final resultado de que aquele, a que chamamos bom, sim tem causado certa soma de dores, mas essa, afinal, menor que a dos gostos; como, pelo contrário, estoutro que dissemos mau não é porque não tenha causado nenhuns gostos, mas porque a soma deles, afinal, é menor que a das dores de que ele tem sido indubitavelmente causa ou razão” (*PF*, §§ 978-981).

³⁸⁶ “Assim, posto que nenhum homem conheçamos cuja vida tenha sido uma série não interrompida de gostos sem dores de mistura, conhecemos alguns que contam uma soma de gostos consideravelmente maior que a das dores, e a isto chamamos *felicidade*, dizendo que tais homens são *felizes*, e que pelo contrário são *infelizes* aqueles em cuja vida a soma de dores é consideravelmente maior que a dos gostos. E quando por hipótese, ou por algum outro princípio, concebemos uma vida em que a soma dos gostos não só exceda a das dores, mas não é jamais interrompida pela menor dor, dizemos ser essa absoluta, perfeita e completa felicidade ou *bem-aventurança*” (*PF*, § 982).

³⁸⁷ Semelhante vida, como vimos na nota anterior, concebe-a o nosso aristotélico filósofo “por hipótese, ou por algum outro princípio” (*PF*, § 982).

³⁸⁸ *PF*, § 983.

possível de males presentes e futuros, dispõe uma nação de meios de multiplicação e variação dos gozos “de que é susceptível a humana natureza”, dizem-se tal nação, ou tal homem, *ricos e opulentos*. À medida que as nações progridem em *civilização e bom-gosto*, umas *crecem em força, prosperidade e riqueza*, enquanto outras se caracterizam pelo *estado de ruinoso luxo, pobreza e dependência*. Se com a descoberta de novos prazeres se tornam os homens mais civilizados, não é líquido já, no entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, que mais ricos e opulentos se tornem eles, mas por isso mesmo talvez mais pobres e dependentes: “Dizem-se de certo mais civilizados, porque não é possível descobrir novas fontes de prazer sem que ao mesmo tempo se contraiam novas relações e novos vínculos sociais com os outros homens, pois que, em última análise, é pela cooperação dos outros homens que nós podemos assegurar-nos o gozo de todos os prazeres da vida. Aumentados e fortificados os vínculos sociais, tornam-se os homens mais sociáveis do que antes eram, aqueles mesmos homens que antes disso, pela falta de prazeres que nos pudessem oferecer, em troca de outros, que da nossa parte lhes fornecêssemos, nos eram de todo estranhos, nem por consequência nos inspiravam algum interesse, agora, que pela descoberta dos prazeres, que deles temos a esperar, se têm tornado em outros tantos instrumentos necessários à nossa felicidade, já nos interessam, já não podemos ser indiferentes às suas desgraças, já têm adquirido à nossa consideração um direito, que nos é tanto mais caro, quanto estamos certos que eles se não-de esmerar em nos ser úteis, à proporção que nos mostrarmos para com eles mais generosos, mais humanos, mais civis”³⁸⁹. Aforismava o filósofo: “Cresce logo a civilização com a descoberta de novos prazeres, que vindo a ser outras tantas novas necessidades, nos põem na dependência de um maior número de homens. E, portanto, pode-se dizer que *o máximo da civilização é inseparável do máximo da dependência*, tanto em extensão de artigos de que se precisa, como pelo grande número de homens e países cujo concurso se torna necessário”³⁹⁰.

³⁸⁹ *PF*, §§ 984-987.

³⁹⁰ *PF*, § 988. A reflexão silvestrina continuava: “Mas a dependência das Nações civilizadas e opulentas não é como a das Nações civilizadas e pobres. Ambas dependem de fora para objectos de consumo interno, que a sua própria indústria lhes não pode subministrar. Mas as Nações hoje ricas e opulentas não chegaram a este estado senão pela bem entendida combinação de três princípios, cuja inobservância é a causa do abatimento em que se acham as Nações pobres e precárias. Não depender de outra Nação para objectos que interessam essencialmente à própria existência, a menos que não seja de uma nação a quem se possa ditar a lei, é o primeiro daqueles três princípios. É o segundo: Não depender de nenhuma outra Nação, ainda para os objectos de

Achavam-se os princípios da teorese silvestrina da civilização, quanto ao essencial, delineados por volta de 1820. Todavia, um balanço final da sua meditação em torno do tema, trá-lo-ia o filósofo a público, entre 1844 e 1845, na *Restauração*. Conforme a proposição que dá título ao presente capítulo, perquirindo as “últimas considerações de Silvestre Pinheiro Ferreira acerca da relação entre ciência e civilização na Europa”, procuremos dar conta de dois imémores textos do filósofo, “Dos princípios gerais da civilização” e “Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia”. Os dois instrutivos artigos de Silvestre Pinheiro Ferreira, imemorados há cento e sessenta anos, não só facultam o aludido balanço do filósofo ao tempo, como fornecem também uma apreciação da civilização europeia do ponto de vista teórico dos princípios, de maior actualidade. Poucos homens de génio filosófico do tempo de Silvestre Pinheiro Ferreira estariam entretanto em posição de poder aceder com tanto conhecimento de causa a uma perspectiva axiológica da “civilização”. Com o *homo europoeus* no horizonte, observava com efeito o filósofo português que uma civilização é “boa e verdadeira” na proporção da sua capacidade de satisfação das necessidades nobres e virtuosas”.

Na abertura do primeiro dos escritos mencionados, “Dos princípios gerais da civilização”, o filósofo, ironizando embora, inculpa os políticos portugueses de subserviência às nações estrangeiras. Sente-se aí a perplexidade de não se ver escutado quem se sabia o criador do *direito público constitucional* (como era reconhecido na Europa e como escrevera ele próprio, uma década antes, em carta a Victor Cousin ³⁹¹). O filósofo dirigia-se, esperançado, à juventude estudiosa, nessa averiguação de “o que é a civilização”. A Lisboa culta da época há-de ter lido essa introdução: “Como os nossos

mediocre interesse, em maneira que se não possam haver ou suprir por outra via, logo que aquela dependência se torne desvantajosa. É finalmente o terceiro princípio: Dar a preferência no mercado ainda sobre os próprios Naturais, àquela Nação que for melhor compradora dos produtos do nosso Território, ou da nossa Indústria, que mais nos afiançam a nossa prosperidade nacional” (*PF*, §§ 989-992). Os §§ seguintes até ao 1011 contêm a primeira formulação do pensamento económico de Silvestre Pinheiro Ferreira.

³⁹¹ Carta a Victor Cousin com data de 27 de março de 1833, onde Silvestre Pinheiro Ferreira, contra a sua habitual modéstia, se vê forçado a apresentar-se como o criador do *direito público constitucional* (e pertencente à Península Ibérica na Europa e ao Brasil na América), ao propor a sua candidatura a concurso para associados estrangeiros da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França, que prestigiosamente integraria como Correspondente na secção de Legislação (como já foi referido, a carta acha-se reproduzida, juntamente com outras quatro ao mesmo destinatário, na obra de Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, ob. cit., pp. 252-256).

homens de Estado costumam citar-nos o exemplo das nações mais civilizadas, como a mais decisiva prova de suas leis e doutrinas, cumpre que digamos, não a eles, porque nós não escrevemos para quem poderia ensinar-nos, mas a essa mocidade estudiosa, que não se pejará de escutar-nos, o que é civilização, quantas sejam as suas espécies, e quais os efeitos de cada uma delas”³⁹². Fiel à sua visão relacional do universo, Silvestre Pinheiro Ferreira identifica agora absolutamente a civilização com a dependência: “O máximo da civilização, temos nós dito no nosso curso de economia política, é o máximo da dependência. Quanto maior é o número e a diversidade das precisões de uma nação; quanto maior é o número, a diversidade, e a distância dos povos de que ela depende, tanto maior é a sua civilização”³⁹³. O pensador expõe de seguida, aliás excepcionalmente e em moldura que deve ser inserta na sua filosofia da história, uma perspectiva do desenvolvimento que conduz do “homem natural” ao “homem civilizado”. Na medida em que Silvestre Pinheiro Ferreira aborda, como ele próprio diz, “o desenvolvimento dos costumes, das maneiras, das artes, das ciências e da civilização”, o seu ponto de vista é de certa maneira inscritível numa filosofia da cultura. Importa, por outro lado, observar que a espécie de arqueologia da civilização do autor luso-brasileiro não está isenta do tradicional pessimismo antropológico da filosofia política europeia. No relatório genealógico e diagnóstico civilizacional, escreve ele então:

“O homem da natureza, para satisfação de cujas necessidades, a par de uma consorte, bastam os objectos que estão ao seu alcance, de nada mais precisa, de ninguém mais depende, é um bárbaro.

Se na sua vida vagabunda se encontra com outros homens, os únicos sentimentos que esta vista desperta, no seu ânimo, são o medo, o receio, a inveja, o ciúme, o ódio, o rancor, e o insaciável desejo de vingança; depois que por efeito desta reciprocidade de sentimentos, desafogaram suas paixões brutais numa luta feroz e sanguinária.

Mas logo que a consciência da sua fraqueza aconselhou àqueles, que a natureza dotara de mais inteligência que de forças, de suprirem pela sua reunião a vantagem, que outros mais robustos lhes levavam pela força bruta: logo que a variedade de talentos e de gostos deu origem a uma maior ou menor variedade de produtos de uma indústria nascente; e com ela fez nascer em cada um o desejo de participar, por via de permutação, dos produtos do trabalho de todos os outros; foi forçoso depor a grosseria e

³⁹² *QDFL*, p. 83. Ver *AD* 9.

rudeza de costumes e maneiras: foi preciso captar, por meio de atenções mais ou menos delicadas, a compaixão de um, e benevolência de outros, a amizade destes, e a ternura e o amor daqueles: e nesta troca de mútuos afectos, de selvagens e bárbaros, os homens se tornaram tanto mais civis e mais polidos quanto, pela diversidade do trato cada um foi obrigado a modificar seus hábitos, até pelo receio de desgostar os estranhos, com as maneiras livres que eles empregariam para com as pessoas, que lhes são familiares.

Tal é a marcha, tal o desenvolvimento dos costumes, das maneiras, das artes, das ciências e da civilização.

Mas, por isso mesmo que com ela crescem as necessidades dos povos; estes serão felizes se essas necessidades, sempre crescentes, desenvolverem neles tantas forças físicas, como as faculdades intelectuais e, sobretudo, os sentimentos de moralidade que a natureza depositou no coração do homem.

A civilização, dissemos nós, será boa e verdadeira, à proporção que com o número, sempre crescente, de necessidades nobres e virtuosas, se forem aumentando os meios de satisfazê-las.

Mas se, em vez de serem nobres e virtuosas essas necessidades que vão sempre em aumento, forem torpes e viciosas: se, ainda quando elas não degenerem nos primeiros tempos, não são acompanhadas com uma igual progressão dos meios de satisfazê-las; será, sem dúvida progressiva civilização, porque os usos e costumes se tornarão brandos, e delicados; mas os homens serão de geração em geração cada vez mais efeminados: levianos nos gostos fúteis, nas ciências, dissimulados no trato, ardilosos nos negócios. Diminuirá de ano em ano o número de crimes contra as pessoas, não já por virtude: mas uns por mansidão, e outros por cobardia. Porém de dia em dia crescerá o número dos delitos contra a propriedade; pela força, pela astúcia, pela prostituição, e por toda a sorte de meios, ainda os mais torpes e vergonhosos – porque enfim as necessidades são muitas, os meios honestos de as satisfazer são poucos; e é forçoso sair da sociedade ou satisfazer, a todo o custo, às dispendiosas exigências da sociedade”³⁹⁴.

A antropologia moral silvestrina situa paradigmaticamente o homem “civil e polido” para além do “selvagem e bárbaro” e aquém do homem em estado “torpe e vicioso”, assinalando a um tempo uma teleologia do *homo civilis* e a bipolaridade morfológica da sua degenerescência extrema. Entretanto e como é sabido, pela palavra

³⁹³ *Ibid.*

civil indicam as línguas novilatinas e afins (tal como a sua progenitora) o *cidadão* que, bem mais do que habitante da cidade (urbícola ou urbanita), é outrossim o homem *educado, cortês*, o homem *humanus* cujo sinal distintivo é a *urbanitas* (significando a civilização, precisamente, o *cultus humanus civilisque*) ou *civilitas*, a civilidade. É bem a partir deste sentido ético que toma Silvestre Pinheiro Ferreira o vocábulo *civil* e assim a *civilização* como espaço qualitativo de bondade e de verdade, tanto quanto de realizabilidade de “necessidades nobres e virtuosas”.

Têm existido nações, continuava o filósofo, que “durante certa época, parecem marchar no progresso da verdadeira civilização”, já que delas se podia afirmar que a maior parte dos seus membros via aumentar diariamente e em bem-estar, as necessidades a par com os meios de as satisfazer. Exemplos destas “felizes nações”, segundo parece, seriam a Inglaterra e a Holanda e exemplo do contrário, a Espanha e Portugal. Ao desenvolver uma comparação destas “civilizações”, Silvestre Pinheiro Ferreira faz uma advertência preambular na qual inclui aquilo que poderíamos designar pelo seu princípio de razão eficiente da civilização: “Mas não nos esqueçamos de que são duas as condições precisas para que a civilização mereça este nome, a saber: 1ª Que com o progresso das necessidades aumentem os meios de satisfazê-las; 2ª Um proporcional desenvolvimento das faculdades físicas e morais”³⁹⁵. Embora de modo implícito e mais apreensível em comentário, é a noção da harmonia que como chave mestra articula os princípios civilizacionais explicitados. Num primeiro momento, a crítica silvestrina sedia a etiologia da desarmonia civilizacional na desproporção distributiva de meios e bens, conducente à miséria e à decadência física e moral das nações. Diz o texto: “Ora as pessoas que fazem à Holanda e à Inglaterra a honra de lhes atribuírem a glória de terem marchado, durante certa época, na carreira da verdadeira civilização, enquanto nos acusam a nós e aos nossos vizinhos de haveremos corrido na de falsa civilização, cometem quatro graves erros: um, quando gratuitamente supõem o número dos miseráveis naquelas duas nações muito menor do que ele na verdade tem sido em todas as épocas; outro quando transcuidam, que se os meios de satisfazer as necessidades sempre crescentes, aumentavam, não era numa justa proporção, entre as diversas classes da sociedade: e em nenhuma delas aqueles meios cresciam na mesma proporção em que se aumentava o número e a variedade das suas precisões. Em terceiro lugar olvidam que aquele mesmo desigual incremento de riqueza, sendo efeito de uma

³⁹⁴ *QDFL*, pp. 83-85.

situação anómala dos povos, não podia continuar: e que, não continuando, a sua civilização tendo já, por isso mesmo, dentro em si um germe de sua imediata corrupção, só em aparência se equivoca com a verdadeira civilização; e, enfim esqueceram-se de que a primeira, essencialíssima condição: o progressivo desenvolvimento das faculdades físicas e sobretudo das morais, esteve em todas as épocas muito longe de se realizar: ou antes, não houve época nenhuma em que não seguisse mais ou menos, uma escala descendente, ora n'um, ora n'outro ramo”³⁹⁶. Num segundo momento, a crítica de Silvestre Pinheiro Ferreira em “Dos princípios gerais da civilização”, procura situar-se no ponto de equilíbrio cósmico a que conflui habitualmente o pensamento do filósofo português, para num seguinte e derradeiro momento efectuar a síntese judicativa dessa comparação entre as civilizações Inglesa e Holandesa, por um lado e as civilizações Espanhola e Portuguesa, por outro. Assim se exprime ele: “Como em todas as obras da criação, há sempre uma mistura de bem e de mal; o filósofo, digno deste nome, não espera encontrar uma civilização sem defeito, para lhe dar o epíteto de boa e verdadeira: mas também exige, para a qualificar como tal, que nem a constituição social seja caquética, como nas duas nações ibéricas, nem pletórica, como naquelas que se lhes contrapõe como exemplares de civilização dignos de se imitar, sem restrição.

Muito temos, sem dúvida, que imitar d'aquelas e d'outras grandes nações; que não se medem as nações pela extensão de terreno, assim como se não avalia o merecimento dos homens pelos palmos que contam de estatura. Mas ao mesmo tempo que estudamos as partes dignas da nossa atenção, é forçoso que distingamos aquelas, onde residem os germens da sua inegável, e a todas as luzes, manifesta degeneração. Não falaremos dos defeitos morais, que têm a sua origem na educação propriamente dita, tanto civil, como religiosa: não porque eles não exerçam uma imensa influência na sorte das nações; mas porque esta análise nos afastaria demasiado do nosso principal objecto: e porque remediadas as causas materiais da desgraça, que pesa sobre a indústria dos povos, estes entram facilmente no caminho da virtude.

*Costuma-se dizer aos povos, observa um moderno escritor (De Laborde), Sede bons, e vós sereis felizes. Os povos, acrescenta ele, poderiam responder: Fazei-nos felizes e nós seremos melhores”*³⁹⁷.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 85.

³⁹⁶ *Ibid.*, pp. 85-86.

³⁹⁷ *Ibid.*, pp. 86-87.

Como se pôde observar, o filosófico qualificativo de “boa e verdadeira”, atribuível a uma civilização, depende do justo meio-termo em cujos extremos estão a “constituição social caquética” e a constituição social “pletórica”. O valor das nações não se mede, como tão-pouco o dos homens, aos palmos. A preocupação da diagnose silvestrina, tal como formulada pelo filósofo na parte final dos *princípios gerais da civilização*, é precisamente localizar “os germens da sua inegável, e a todas as luzes, manifesta degeneração”. Quanto à terapêutica, assenta na convicção de que “remediadas as causas materiais da desgraça, que pesa sobre a indústria dos povos, estes entram facilmente no caminho da virtude”.

As “Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia” visam duas ordens de razões: uma clarificação perspéctica e uma prospectiva da “civilização europeia”. Coordenam-se estes horizontes segundo a teorese do modelo científico silvestrino (com que o espírito filosófico, na região etiológica, “pode pelo presente vir no conhecimento do passado e do futuro”), em transcurso que vai da representação projectiva dos diversos cenários da “civilização moderna”, até ao prognóstico equacionado pelo filósofo sob a forma dos “resultados que a reforma e melhoramento da espécie humana se pode prometer” a partir de um dado presente.

Para a hermenêutica civilizacional silvestrina, pragmaticamente direccionada, impõe-se, de início, a caracterização das “vantagens e inconvenientes” da “civilização moderna, pois que só depois de feita esta espécie de balanço, é que podemos avaliar até onde nos é lícito levar nossas esperanças; e quais devem ser os nossos bem fundados receios de as vermos desmentidas ou contrariadas”³⁹⁸. Silvestre Pinheiro Ferreira, por conseguinte, propõe-se enunciar os fundamentais pontos de chegada da sua longa e remontada pesquisa em torno da “marcha e estado actual da civilização europeia”. Entretanto, contém o enunciado de tais pontos a sua filosofia da economia política, cujo fito é, de certo modo, equipolente da conclusão dos “princípios gerais da civilização”, segundo a qual “remediadas as causas materiais da desgraça, que pesa sobre a indústria dos povos, estes entram facilmente no caminho da virtude”. O matemático e liberal olhar do filósofo cosmopolita, lançado ao tempo da cidade dos homens, distendia-se por mor de um futuro feliz da humana civilidade, arquitectado nas luzes da harmonia do universo. O excerto que se segue contém o “balanço” (a expressão do filósofo, como de

³⁹⁸ *QDFL*, p. 116. Ver *AD* 10.

costume, é exacta), em sinopse decaédrica, das “vantagens e inconvenientes da civilização moderna”.

“Eis aqui em suma as principais conclusões a que havemos chegado nos precedentes artigos.

1º. Que o máximo da civilização é o máximo das necessidades; ao mesmo tempo que o máximo das necessidades é o máximo da dependência.

2º. Que se os meios de satisfazer as necessidades vão crescendo na mesma proporção, merece a civilização os elogios da sabedoria; porque, como aqueles meios só se podem realizar pelo progressivo desenvolvimento das nossas faculdades, nisso consiste o aperfeiçoamento da espécie; não pode deixar de ser feliz o povo, cuja civilização nós supomos operar-se por este modo.

3º. Que pelo contrário, não pode deixar de ser mui desgraçado aquele em cujo seio crescerem as necessidades, já em número, já na intensidade; entretanto que os meios de satisfazê-los ou vão em diminuição ou ficam estacionários.

4º. Que no primeiro caso a dependência sempre crescente, bem longe de ser um mal para a sociedade, onde ela se verifica, é um dos mais sólidos fundamentos de prosperidade, tanto dos cidadãos entre si, como com as nações estrangeiras.

Com efeito é evidente que se, multiplicando-se os motivos de dependência dos outros homens, para obtermos a satisfação das nossas precisões, eles se prestam a satisfazê-las, é porque recebem de nós em retorno os meios de satisfazer a algumas de suas precisões.

Sendo pois recíproca, e não só recíproca, mas equivalente a sua mútua dependência, vem ela a ser uma forte garantia de que cada um deles respeitará os legítimos interesses de cada um dos outros: que longe de contrariar a sua prosperidade, reconhecerá que à medida que esta for crescendo, aumentarão os meios deles fazerem maior consumo dos produtos agrícolas ou fabris que ele lhes pode oferecer.

5º. Que na suposição contrária de um povo não ter meios de satisfazer as suas necessidades, o que isso significa é que ele, considerado em massa, não tem indústria que ponha os outros povos na sua dependência, oferecendo-lhes em troca esses géneros de que eles carecem; e que, portanto, não só é infeliz pelas privações a que o reduz a falta de comércio estrangeiro: porém muito mais ainda porque criados os homens, de geração em geração, na preguiça e no aviltamento de uma aniquilação moral, cada dia se tornam mais viciosos e desgraçados.

6°. Que se lançamos os olhos sobre o estado actual da Europa continental, deixando por ora de parte o resto do universo, horroriza-se o ânimo observando a espantosa desproporção entre o produto e o consumo; e sobretudo quando depois de um mais profundo exame se vem a descobrir as causas deste pavoroso estado de cousas.

7°. Que numas nações os produtos a vil preço não só não habilitam o produtor para satisfazer as suas precisões; mas não lhe rendendo assaz para fazer face ao costeio, cada dia o reduz a uma mais deplorável miséria.

8°. Que n'outras partes, a par daquela depreciação – de uma grande massa de produtos industriais ou agrícolas ou, o que vale o mesmo de uma grande miséria, se observam outros ramos de indústria e particularmente dos que são alimentados pelo luxo, elevados a um preço que contrasta com a pobreza; que se acabava de observar com horror e mágoa.

9°. Que descendo-se à pesquisa das verdadeiras causas deste estado, tanto mais assustador, quanto ele é comum a todas as nações do universo, achamos serem a 1.ª uma cega e desatinada concorrência já dos homens das mesmas profissões em cada nação, já das nações umas com as outras: 2.ª de que assentando as instituições políticas, dos povos mesmos que blasonam de mais livres e constitucionais, sobre as mais monstruosas contradições da legislação dos privilégios, é conforme a ela, e não na razão do trabalho e da indústria que se acham distribuídas as riquezas, produto da indústria e do trabalho.

10°. Que os meios descobertos pela sagacidade humana para debelar os males provenientes destas duas causas tendo-se dirigido todos à diminuição das despesas, tanto da mão-de-obra, como das comunicações e transportes; tem daí resultado que nas nações onde não existem esses poderosíssimos meios de produção, acabou de definharse a indústria, esmagada pela concorrência estrangeira, e que nos países onde a indústria florescente alimentava milhões de homens, muitos milhares deles, privados do seu emprego por aqueles novos inventos, se acham reduzidos à mais espantosa desgraça: E como, vivendo no meio da nação a que pertencem, hão-de pesar sobre ela de um modo tanto mais desastroso quanto maior for o seu número e a sua incapacidade de granjear pelo trabalho a sua subsistência; cada dia vemos engrossar-se naqueles estados, outrora tão geralmente industriais, a horrorosa borrasca de um pauperismo cada dia mais vicioso, insolente e insofrido”³⁹⁹.

³⁹⁹ *QDFL*, pp. 116-119.

A estes dez pontos, designava Silvestre Pinheiro Ferreira “considerações preliminares” e, inquebrantável, propunha-se seguidamente “mostrar o horóscopo” que dessa sinopse “pode deduzir a razão do estadista, relativamente à futura ressurreição ou à fatal e irremediável decadência que cada um augura às nossas já caducas nações, quando apenas se devem reputar chegadas à idade de adolescência; porque dezoito séculos na vida das nações, mal correspondem a dezoito anos na vida de qualquer indivíduo da espécie humana”⁴⁰⁰.

É à luz do duplo ponto de vista emergente nestas últimas linhas das “Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia”, que deve ser entendido o *optimismo* da filosofia da história de Silvestre Pinheiro Ferreira. As nações são mónadas que conhecem “ressurreições e decadências” e para o filósofo cosmopolita do Ocidente extremo, Europa é uma adolescente de dezoito anos.

Em 1851 aparecia na *Revista Popular*, a assinalar o lustro de falecimento do filósofo português, um escrito póstumo de Silvestre Pinheiro Ferreira intitulado “Das condições de existência dos caminhos de ferro em geral, e das suas consequências quanto às relações internacionais em particular”. É sobretudo o significado da segunda parte do título do artigo que, acerca da questão europeia, demanda maior detença. O prognosticador autor elucida de antemão, em discreta nota ao título da reflexão, o seguinte: “A expressão - *caminhos de ferro* - não se limita neste artigo a significar o estado actual das novas vias de transporte acelerado, que se opera por meio de vapor ou de pressão atmosférica, e em carris de ferro: esta é, na nossa opinião, a infância da descoberta. Portanto, é a descoberta mesma, com todos os seus futuros melhoramentos, que nós designamos pelo nome, debaixo do qual ela é presentemente conhecida”⁴⁰¹. Antevia o filósofo, com efeito, que “uma grande porção de cada um dos principais estados do continente da Europa, já se vão pôr em contacto, e antes de poucos anos este rápido meio de comunicação se estenderá a todos os pontos desta tão preponderante porção do globo”⁴⁰². A excogitação silvestrina em torno das consequências do

⁴⁰⁰ *QDFL*, p. 119.

⁴⁰¹ *CF*, p. 3, nota.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 4. Observe-se de passagem que a primeira linha de caminhos-de-ferro com tracção a vapor destinada a serviço público foi inaugurada em Inglaterra em 1825, entre Stockton e Darlington; em 1835 acontecia a primeira circulação a 100 hm/h na linha Liverpool-Manchester e no ano seguinte apareciam nos E.U.A. as primeiras carruagens-camas. Em 1856, inaugura-se em Portugal o troço de 26 km entre Lisboa e Carregado. O *Orient-Expresss* (o primeiro comboio internacional de luxo) inaugura-se em 1883. A

inventivo incremento das “comunicações aceleradas”, quanto às relações internacionais, continuava, a propósito dos caminhos-de-ferro, da seguinte maneira:

“E note-se que esta invenção se acha ainda, para assim dizer, na sua infância; mas note-se também que no nosso século, graças ao progresso, ao concurso de todas as ciências, e de todos os povos, que já se consideram como membros de um mesmo estado, as invenções crescem, e amadurecem com maravilhosa prontidão.

“Por tanto, cada dia desaparecerão, por meio de novos inventos, as várias dificuldades que actualmente impedem em muitos pontos o estabelecimento do presente método de comunicações aceleradas. E por conseguinte vale a pena que consagremos alguns momentos a ponderar as consequências que desta prodigiosa facilidade de comunicação, entre os povos mais distantes, nos for lícito antever.

“A primeira vantagem que notaremos dos caminhos de ferro, é a de contribuir mais eficazmente que nenhuma outra circunstância para a independência do país, onde os houver combinados de maneira que, no caso da invasão, se possa opor ao inimigo, em poucas horas, dez vezes mais forças do que ele pode trazer de improviso. Sabendo-se assim ser certo o mau êxito da invasão, ninguém ousará empreendê-la.

“A segunda consequência vem a ser que, pela facilidade da passagem dos réus cíveis, ou crimes de um país para o outro, e pela multiplicação das transacções diárias, bem como dos processos civis e diplomáticos, que delas hão-de necessariamente resultar, é forçoso que se eliminem os tribunais e os governos dos países de tal modo vizinhos que em poucas horas os moradores de um possam ir demandar os seus adversários, que se acharem no outro.

“Realizada pela força irresistível das cousas esta fusão dos países limítrofes num só estado, e não se podendo consentir alfândegas internas, nem sendo compatível com a celeridade dos transportes as vexatórias, quanto inúteis, formalidades da correcional polícia preventiva, a circulação dos produtos adquirirá um prodigioso incremento.

“A forma política do novo estado, assim composto de povoações tão diversas em usos, costumes, e linguagem, não pode deixar de sofrer uma inteira e rápida mudança. E quando se diz mudança radical na forma política subentende-se uma total reforma na legislação civil; mas feita por maneira que, respeitando os direitos adquiridos, em cada um dos países, uniformize de um modo, em todos eles inteligível e praticável, a legislação civil e política.

ligação Lisboa-Paris, designada *Sud-Express*, é iniciada em 1887. 1896 é a data

“Também é forçosa consequência que uma parte da geração actual se habitue a entender e fazer-se entender dos povos vizinhos: e que, na geração seguinte, uma das suas línguas se torne universal”⁴⁰³.

“Somos mesmo de parecer que esta forçosa fusão de toda a Europa em dois grandes ramos de uma só família (oriental e ocidental) não só traria consigo o cruzamento e a íntima travação dos interesses; mas com eles, e por eles, seriam sopeadas as surpresas e as invasões à mão armada, e estabelecer-se-ia a boa harmonia entre ambos os ramos. Pela diária, e livre comunicação das luzes de todas as nações, e com a liberdade de comunicação de viva voz e por escrito, que a ninguém já será lícito empecer, se dissiparão os prejuízos vulgares que dividem os povos de diversos estados; os que dividem os partidos políticos em cada estado; e os que dividem as seitas religiosas disseminadas pelos diversos países.

“Se este futuro parecer tão curto aos espíritos transcendentales, que se ocupam de semelhantes assuntos, como a nós se nos afigura; esperamos que se penetrem do dever que lhes incumbe de preparar os nossos vindouros para que essa transformação se opere de um modo regular, e com muita antecipação meditado e discutido: aliás incorrerão na desgraça que hoje pesa sobre todos os países onde a transformação política, ou tem sido tão infaustamente improvisada, como o atesta a geral miséria; ou só poderá ser realizada por efeitos de violentíssimas comoções, que tudo desbaratam sem poderem depois levantar, sobre as ruínas, edificio algum sólido: porque nem está nas forças humanas dar estabilidade ao solo tão profundamente abalado, nem tão pouco improvisar o que é mui difficil, à mais assídua meditação, e ao concurso de muitas luzes, conseguir ao cabo de largos anos”⁴⁰⁴.

A tese de fundo do expectante prognóstico silvestrino relativo à Europa é a de que a comunicação clara é fonte crescente de harmonia. E pois, causa de desarmonia, a

inaugural da estação de Porto-São Bento.

⁴⁰³ Quanto a semelhante *lingua universal*, a implantar-se “na segunda ou terceira geração, isto é, ao cabo dos primeiros cinquenta anos”, discorria o filósofo português assim: “Nós somos de parecer que será o alemão: primeiramente, por que já hoje é muito mais rico em expressões do que o francês, e para o futuro tem no seu génio meios de criar expressões novas, para as precisões que os progressos do espírito humano for fazendo nascer. E, em segundo lugar, já actualmente é entendido na maior parte da Europa, desde a Noruega até à Polónia, e desde uma grande parte das províncias russas até às fronteiras da França; e a sua afinidade com as línguas do Norte, abrangendo as dos Países-Baixos e Grã-Bretanha, torna muito fácil a estes povos a sua compreensão” (*ibid*, p. 6).

⁴⁰⁴ *CF*, pp. 4-6.

multiforme incomunicação. Corresponde a comunicação, no plano humano, à ligação compreensiva das distintas pessoas do universo entre si, o que equivale propriamente, de acordo com a teorese silvestrina, à flor da civilização. Pela “diária e livre comunicação das luzes de todas as nações” se dissiparão as causas de divisão, separação e desarmonia dos povos, dos políticos e dos homens religiosos. A realização das formas da “harmonia” na cidade humana exige, segundo o aviso de Silvestre Pinheiro Ferreira, premeditação e por certo a luminosa atenção das nações aos “espíritos transcendentais, que se ocupam de semelhantes assuntos”. O grau de “civilização” é assim assinalado pela capacidade de atenção realizante das nações aos seus melhores publicistas, isto é, aos homens que colocam o mais elevado grau de conhecimento e ciência à disposição do bem público. O modo como se opera a transmissão do conhecimento científico é, mais do que pelos “caminhos-de-ferro”, através da linguagem, já que “cada uma das línguas do universo constitui um maravilhoso sistema de expressões, cujos valores se acham naturalmente dispostos por classes, ordens, famílias, géneros e espécies tão distintas, quanto são distintas as ideias que elas são destinadas a exprimir”⁴⁰⁵. Substante ao filosofar de Silvestre Pinheiro Ferreira, o paradigma imarcescível da “verdade cosmológica” da “ligação de todas as partes do Universo entre si”, reflecte-se à escala do universo humano e especialmente na forma sublime da linguagem. As linguagens são janelas cósmicas. Cada nação é um ponto de vista do universo. Altamente filosófico é, pois, o cosmopolitismo de Silvestre Pinheiro Ferreira, que nos anos trinta de oitocentos liberalmente ensinara no *Manual do Cidadão* aos europeus e aos seus filhos

⁴⁰⁵ Silvestre Pinheiro Ferreira escrevia no passo completo (onde cada palavra conta), a propósito da faculdade da linguagem “destinada a denotar a imensa variedade de gradações que se observam nas operações do nosso espírito”: “Daqui vem que por um modo imperceptível para a generalidade dos observadores, cada uma das línguas do universo constitui um maravilhoso sistema de expressões, cujos valores se acham naturalmente dispostos por classes, ordens, famílias, géneros e espécies tão distintas, quanto são distintas as ideias que elas são destinadas a exprimir” (“Da frenologia”, ob. cit., p. 74 [cfr. *AD* 16]). Importa observar, em conformidade com a teorese silvestrina, que o grau de cultura de uma nação avalia-se, como nas pessoas, pela capacidade *discursiva* (pensamento e fala), posto que nações haja que desafortunadamente discorram e incorrectamente falem, como outras há onde primacial é discorrer com acerto e falar com correcção. Distingue isto, tradicionalmente, o homem civilizado do bárbaro. Neste sentido, bárbara pode ser uma nação apetrechada tecnologicamente mas com deficiente discorrer, e civilizada em grau notável uma nação que atentamente vele pela sua linguagem, ainda que menos apetrechada de meios tecnológicos. Decai, porém, até à “barbaridade”, toda a nação onde não haja a preocupação com o acertado discorrer, para falar com correcção e de correctamente falar para discorrer com acerto; o falar incorrecto sendo o indefectível sintoma do desafortunado discorrer.

d'além-mar, conforme a sua própria experiência, que “cada um é livre de pertencer a muitas nações ao mesmo tempo, ou de não pertencer a nenhuma, salvo o dever de respeitar todas”⁴⁰⁶. Cada nação tem um génio linguístico próprio que a converte numa visão indivisa do universo e por isso mesmo que a filosofia não se atém a uma das cem portas de Tebas, é cosmopolita na sua essência. Por assim ser, andara o filósofo português a ensinar aos franceses a gramática alemã, bem como aos alemães a francesa, decerto a ver se melhor se entendiam franceses e alemães. Filosofou Silvestre nas margens do Reno e do Sena, como do Atlântico e do “Tejo aurífero”. Num escrito aparecido postumamente e a assinalar também o lustro de falecimento do filósofo, publicado na *Revista dos Açores* com o título *Origens e afinidades das Línguas*, considerava Silvestre Pinheiro Ferreira interrogativo: “Quem não sabe que para a linguagem de um povo passar a merecer o nome de língua é precisa uma série mais ou menos considerável de anos, durante a qual ela seja cultivada, não só no trato usual dos cidadãos, mas nas conversações ou palestras dos homens formados por uma educação liberal, e sobretudo nos diversos géneros de composições por autores que tenham formado o seu gosto nas lições dos clássicos das nações ou antigas ou coevas, mais avançadas na carreira da civilização?” E o filósofo europeu apensava em nota à mesma consideração: “É mui digno de notar-se o pouco tempo dentro do qual as línguas, de quasi estacionárias e rudes que eram, e tinham sido durante séculos, chegada certa época, se elevam em menos de um século a um prodigioso grau de perfeição. Disto temos evidente prova na língua latina, e, depois do renascimento das letras, nas línguas de todas as outras nações da Europa, sendo a Alemanha a última, e talvez a mais estupenda no seu desenvolvimento, a contar do reinado de Frederico, o Grande, que não contribuiu menos para este grande fenómeno da humana inteligência pelo desdém e asco que lhe inspirava a língua do seu país, no estado de imperfeição em que ela se achava, do que pela parcialidade que ostentava em favor da língua francesa. Estes desnaturais sentimentos em que das belezas ingénitas da sua língua materna, se achava o rei filósofo, despertaram os brios de seus compatriotas que às dúzias se puseram em campo para estigmatizarem a apostasia do maior homem do século, e mostrarem ao mundo, que, depois da língua dos Helenos, nenhuma é tão rica em recursos como a dos

⁴⁰⁶ O passo completo diz: “É absurdo exigir que alguém pertença forçadamente a uma nação, primeiramente porque cada um é livre de pertencer a muitas ao mesmo tempo, ou de não pertencer a nenhuma, salvo o dever de respeitar todas, como mostrámos na conferência em que tratámos da liberdade individual” (*MC*, II, 26, § 939, p. 538).

Germanos. Em menos de meio século achou-se a Alemanha dotada com a língua dos Klopstocks, dos Herders, dos Goethes, e dos Schillers”⁴⁰⁷. Escreveu Silvestre Pinheiro Ferreira a sua obra em português e em francês, no entanto, como em francês se expressara Leibniz e se expressava à época a Europa culta. Pensou, todavia, em português. No parágrafo seguinte das *Origens e afinidades das Línguas*, considerava o filósofo a cavaleiro de duas épocas da Europa, “a língua portuguesa”, com efeito, “uma língua digna de rivalizar com as mais cultas”⁴⁰⁸. Por isso compôs em português o génio de Silvestre Pinheiro Ferreira a Gramática Filosófica Universal, para a inteligência e científico entendimento das nações cogitantes do universo.

⁴⁰⁷ “Origens e afinidades das línguas”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 13-14. Texto por reeditar.

Capítulo Nono

A GRAMÁTICA FILOSÓFICA UNIVERSAL COMO MAPA ONTOLÓGICO DO UNIVERSO

§ 23. A questão da Gramática Filosófica Universal

na formulação das *Prelecções Filosóficas*.

Uma espécie de Harmonia entre os diferentes Idiomas.

A primeira abordagem que Silvestre Pinheiro Ferreira faz da questão da Gramática Filosófica Universal acontece no último § da prelecção XIII e é a seguinte: trata-se, para o efeito, de “estabelecer uma espécie de Harmonia entre os diferentes Idiomas, facilitar o estudo das Línguas estrangeiras, e resolver de um modo indirecto o grande problema de uma Língua Universal, ou ao menos de um modo de correspondência geral entre todas as nações, ao que os Modernos têm dado o nome de Pasigrafia”⁴⁰⁹.

Ocupava-se o prelector nessa décima terceira sessão filosófica, basicamente e em síntese, da questão do método da *ordenação* do *conjunto* dos conhecimentos e da chave do *sistema* do saber. Recapitulando e como vimos ao considerar a epistemologia do filósofo lisbonense, a “base fundamental da harmonia entre a Nomenclatura e o Sistema”, em qualquer ramo dos conhecimentos humanos, é que “*a variedade dos nomes supõe e traz consigo correspondente diversidade de objectos*”⁴¹⁰. Classificados os nomes, dessorarte classificados ficam os objectos por eles designados. Ora, afirma o nosso filósofo aristotélico, todas as expressões aplicáveis a qualquer indivíduo significam uma de quatro coisas: 1º as suas qualidades essenciais; 2º as suas qualidades acidentais; 3º as qualidades que, sendo-lhe acidentais a ele, são essenciais a algum dos seus acidentes; 4º o mesmo indivíduo⁴¹¹. São as *qualidades essenciais* as que servem para definir e classificar os objectos e não as acidentais (“posto que se achem no

⁴⁰⁸ *Ibid.*

⁴⁰⁹ *PF*, § 494.

⁴¹⁰ *PF*, § 471.

⁴¹¹ *PF*, § 472.

objecto, como podem falhar, não servem para os classificarmos por meio delas”⁴¹²). São, portanto, aquelas “quatro grandes divisões em que se distribuem todas quantas cousas existem ou podemos imaginar”, as mesmas em que se ordenam “todos os entes possíveis do Universo”⁴¹³. É sob este ponto de vista que cumpre considerar qualquer objecto (“e não só a totalidade dos entes, como alguém erradamente poderia querer inferir das expressões de Aristóteles”), contemplando-o sucessivamente no âmbito de cada uma daquelas quatro rubricas, “de modo que só depois de nós termos enumerado: 1º as suas qualidades essenciais; 2º aquelas das suas qualidades essenciais que fazem ao nosso caso; 3º o que é essencial a cada um destes acidentes; é que podemos dizer (4º) que conhecemos individualmente o objecto de que se trata”⁴¹⁴. Assim demanda o superior exercício científico. Reitere-se afirmar Silvestre Pinheiro Ferreira que chamava Aristóteles “*Categorias de um objecto* ao que nós hoje chamamos *qualidades essenciais*”⁴¹⁵. Um objecto pertence, pois, a tantas categorias quantas forem as suas qualidades essenciais, constituindo estas, precisamente, a marca das *divisões categóricas* (classe, ordem, género, espécie, etc.). E assim como um objecto é classificável em tantos géneros ou categorias diferentes quantas são as suas qualidades essenciais, assim pertence cada objecto a tantos sistemas diferentes quantas forem as espécies, géneros, etc. em que as suas diferentes qualidades essenciais o fizerem figurar⁴¹⁶. Se o *sistema natural* de qualquer objecto consiste no complexo das espécies, géneros, ordens, etc., a que se acha ele ligado pela totalidade das suas qualidades essenciais; já o *sistema artificial* classifica os objectos só a partir de algumas qualidades essenciais. A fragilidade deste último tipo taxinómico consiste, por assim dizer, na sua excessiva *artificialidade classificativa*⁴¹⁷. Daí a estranheza de vermos, por exemplo, no

⁴¹² **PF**, § 473.

⁴¹³ **PF**, §§ 474-475.

⁴¹⁴ **PF**, § 476.

⁴¹⁵ **PF**, § 479. Recorde-se que, segundo a definição de *qualidades essenciais*, “Aqueles qualidades que faltando a um destes complexos [de qualidades... *Corpo, Espírito, Substância, Essência, ou Natureza*] fazem com que lhe não demos mais o mesmo nome, chama-se-lhes *Qualidades essenciais* desse complexo (§§ 72, 472 e segs.)” (**PF**, *Qualidade*).

⁴¹⁶ **PF**, §§ 479-481.

⁴¹⁷ “Porquanto ao classificar dos objectos estavam [aqueles Naturalistas] a cada passo encontrando indivíduos que relutavam a entrar nas suas hipotéticas divisões. Uma vez tendo todas as suas qualidades comuns com as Espécies de um determinado Género, só lhe faltavam justamente aquelas que constituíam o carácter genérico do Sistema artificial; e era preciso arrancá-lo de entre aqueles com quem tinha aliás toda a afinidade, para o irem colocar em outro Género, no meio de Espécies, com as quais

Sistema Zoológico de Lineu, constituírem uma mesma família a baleia, o homem e o morcego, unidos simplesmente pela qualidade de mamífero ⁴¹⁸.

É, uma vez mais, mediante uma solução conciliadora que o génio silvestrino vê o horizonte de sucesso de uma possível combinação que articule, sem confundir, os dois tipos de sistema, natural e artificial, em superior sistematização complementarmente “exegética” e “diagnóstica”.

Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de representar certo tipo de entes naturais ou de expressões (por exemplo) “em ordem tal que cada um deles se achasse no meio de todos aqueles com quem tem afinidade, e tanto mais junto de cada qual, quanto esta afinidade fosse maior, ou, o que vale o mesmo, quanto fosse maior o número de qualidades essenciais, que tivessem em comum”. Tal é a origem daquilo que o epistemólogo luso-brasileiro designa *sistema exegético* ⁴¹⁹. Em segundo lugar, tratar-se-ia de representar as *qualidades capitais* ⁴²⁰ de entre as qualidades essenciais, para constituir, na sua terminologia, o *sistema diagnóstico*, em larga medida um repertório facilitador do

apenas tinha de comum essas poucas e talvez uma única qualidade, em que ao Autor do Sistema aprouve fazer consistir o carácter do Género. Outras vezes, uma Espécie inteira lhes ficava na impossibilidade de entrar em nenhuma das Divisões do Sistema, porque apesar de terem qualidades comuns com as Espécies, já deste, já daquele Género, lhes faltavam todas as que se haviam escolhido para serem os *caracteres genéricos* do Sistema. Outras vezes, enfim, lhes acontecia acharem-se pelo contrário embaraçados sem saberem em que Género o deveriam colocar, por ele conter diferentes qualidades, cada uma das quais era carácter de um diferente Género” (*PF*, §§ 483-485).

⁴¹⁸ *PF*, § 486.

⁴¹⁹ *PF*, § 488.

⁴²⁰ “Empenhados pois os Naturalistas em acharem uma solução a este difícil problema, advertiram que entre as qualidades essenciais comuns a muitos entes havia algumas que eram constantemente acompanhadas de um certo número de outras; de modo que, uma vez certos de que o objecto da nossa investigação tem alguma daquelas *qualidades capitais*, podemos concluir que tem indubitavelmente essas outras, que constantemente a acompanham, sem tomarmos o trabalho de discorrer por cada uma delas. Guiados por este felicíssimo raio de luz, entreviram aqueles Sábios a possibilidade de reunirem dentro de suas competentes famílias todas as produções da Natureza, sem entrarem na penosa combinação das transições de umas para as outras, mas somente pelo simples acto de reunirem debaixo de um só rubrica todos aqueles entes, em quem se verificasse uma daquelas *qualidades capitais*. Ora como o número destas não só era infinitamente menor que o complexo de todas as qualidades essenciais, seguia-se evidentemente que, distribuídos os Entes da Natureza no pequeno número de rubricas indicadas por aquelas *qualidades capitais*, ficava fácil o acharmos a descrição de qualquer produto que se nos apresentasse; pois que não teríamos mais do que examinar qual das ditas qualidades capitais ele possui, que ela nos mostraria a rubrica onde o deveríamos procurar” (*PF*, §§ 490-491). Qualidades capitais são, pois, “tais que observadas em qualquer indivíduo

acesso ao sistema natural ou exegético. Digamos de modo simplificado, que quem quisesse estudar, por exemplo, um ente tratado numa história natural, haveria de consultar um índice assente nas qualidades capitais, ou diagnose descritiva, a partir do qual achará esse ente cuja exegética das qualidades essenciais pretenda investigar.

Arte maior taxinómica é aqui saber distinguir, por assim dizer, a quinta-essência das qualidades que dão nome aos seres e às coisas, concomitantemente assinalando a cósmica ligação, para usar uma expressão do filósofo, dos “objectos no anel que a cada um deles compete na imensa cadeia dos entes”⁴²¹.

Escrevia na prelecção XIX o consciencioso filósofo da ciência português que conjugava a ínsita autotelia e a axial propulsão de Aristóteles e seus continuadores Bacon, Leibniz, Locke e Condillac: “Mas quem é que possui a delicadeza da análise e a riqueza de expressão que para semelhante hercúleo trabalho se fazem necessárias? O mais a que vemos aspirarem esses abalizados talentos com que a Natureza só de séculos a séculos enobrece a Espécie Humana, o *non plus ultra* dos esforços da Humana Inteligência, reduzem-se a distinguir e marcar entre todas estas qualidades aquelas que merecem o título de *capitais*, deixando, para assim dizer, todas as outras na obscuridade do caos, donde somente a tocha do Génio é que as pode fazer sair à luz. Por este simples facto de se extremarem essas únicas qualidades capitais, o *Sistema* dos objectos, até agora *natural*, se acha repentinamente convertido em um *Sistema artificial*, que varia em préstimo e elegância, segundo houver sido feliz a escolha dessas qualidades capitais em que ele assenta”⁴²².

Por volta de 1820, na prelecção XXVIII, retomava o filósofo a questão da Gramática Filosófica Universal, que abordara no último § (494) da prelecção XIII e cujo modo interrogativo, de acordo com o próprio equacionamento de Silvestre Pinheiro Ferreira⁴²³, teria equivalido sensivelmente ao seguinte: como “estabelecer uma espécie de Harmonia entre os diferentes Idiomas, facilitar o estudo das Línguas estrangeiras, e resolver de um modo indirecto o grande problema de uma Língua Universal, ou ao menos de um modo de correspondência geral entre todas as nações, ao que os Modernos têm dado o nome de Pasigrafia”? Com efeito, na antepenúltima das *Prelecções Filosóficas* anunciava o corajoso filósofo que mediante a combinação do 24º Aforismo

podemos concluir a existência de algumas outras, posto que as não observemos”, e “é sobre estas que assentam os mais engenhosos *Sistemas artificiais*” (*PF, Qualidade*).

⁴²¹ *PF*, § 616.

⁴²² *PF*, §§ 618-619.

das *Categorias* de Aristóteles com o seu “corolário” 34º, “veremos resolverem-se muito facilmente dois interessantes problemas, de que vos fiz menção no § 494, prometendo-vos desenvolvê-los com mais individuação logo que para a sua cabal inteligência tivesse assentado os necessários princípios”; dilucidando: “Já sabeis que eu quero falar das duas grandes empresas da Gramática Universal e da Pasigrafia, sobre que têm trabalhado com grande empenho Filósofos de primeira ordem, posto que com mui pouco proveito até agora, à proporção do que se deveria esperar de tão abalizados talentos”⁴²⁴. Asseverava Silvestre Pinheiro Ferreira, a rematar o passo, que outro teria sido o resultado se tais “Filósofos de primeira ordem”, compenetrados da doutrina encerrada no aforismo aristotélico, se tivessem aplicado a “formalizar uma bem calculada classificação das palavras e expressões elementares de uma ou mais Línguas”⁴²⁵.

Para a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira - na qual por certo se insere uma interpretação das *Categorias* de Aristóteles - se a linguagem é, na expressão do filósofo português, o fio de Ariadna que unicamente pode conduzir-nos no inextricável labirinto de tantas observações isoladas, será precisamente na ordenação e sistematização das expressões representativas desses mesmos conhecimentos que se acha o princípio sistemático ordenador dos nossos conhecimentos. A tal corresponde a luminosa estrutura categorial indicada pelo estagirita no 24º Aforismo das *Categorias*, na óptica silvestrina de uma Gramática Filosófica Universal: “*os géneros são às espécies o que as espécies são às essências primárias*”⁴²⁶. No entender do tradutor das *Categorias*, consiste o sentido do aforismo em indicar, por conseguinte, a subordinação que existe entre as expressões em geral, para por meio dela acharmos a que por conseguinte se deve verificar entre os objectos⁴²⁷. A conjugação dos aforismos 24º e 34º⁴²⁸ faculta, no

⁴²³ **PF**, § 493.

⁴²⁴ **PF**, § 918.

⁴²⁵ *Ibid.*

⁴²⁶ **PF**, § 917. Na tradução silvestrina do 24º aforismo lê-se: “O que as essências primárias são a respeito de todas as outras coisas, isso mesmo é cada espécie a respeito do género” (**CAT**, 24). A *Explicação* aristotélica do aforismo é a seguinte: “Porque a espécie passa a ser objecto relativamente ao género, visto que a espécie se compreende na categoria do género e não inversamente o género na da espécie. E, por isso também, é a espécie mais essência do que o género” (**CAT**, II, 21).

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ Acerca do Aforismo 34, escreve Silvestre Pinheiro Ferreira: “No Aforismo 34º é que este grande Filósofo, ao mesmo tempo que aponta a definição de essência, enquanto distintivo categórico, nos mostra todos os objectos classificados pelos seus nomes,

dizer silvestrino, a resolução dos dois interessantes problemas das duas grandes empresas da Gramática Universal e da Pasigrafia.

Se a dicionarização por ordem alfabética é propícia à diagnose, já a distribuição sistemática das palavras pelos radicais segundo as analogias dos seus significados (independentemente da ortografia), proporciona a natural exegese conducente à *teoria*⁴²⁹. Para semelhante empreendimento se elevar ao grau de perfeição possível, necessário seria, portanto, “que os radicais fossem distribuídos conformemente a um sistema natural, segundo suas significações, e sem consideração nenhuma à sua constituição ortográfica”⁴³⁰. E pois, “dado este primeiro passo, bastaria observar-se na distribuição dos derivados uma ordem constante, segundo as suas diferentes maneiras de derivação, para logo ficar o todo arranjado debaixo de um assaz rigoroso sistema de classificação

segundo um de dois grandes sistemas, a saber: uns segundo o sistema das *qualidades comuns*, ou de suas *essências*, e outros segundo o de *qualidades exclusivas* ou das respectivas *diferenças*” (*PF*, § 763). Na tradução silvestrina do 34º aforismo lê-se: “Verifica-se, pois, tanto nas essências, como nas diferenças, que todas as outras coisas derivam delas os seus nomes de uma maneira unívoca ” (*CAT*, 34). A *Explicação* aristotélica do aforismo é a seguinte: “Porque todas as categorias, que delas se derivam, ou compreendem indivíduos ou espécies, visto que das essências primárias se não deriva nenhuma categoria, sendo assim que se não dizem de nenhum objecto. E quanto a aquelas, que se derivam das essências secundárias, a espécie compreende os indivíduos, e o género compreende as espécies e os indivíduos. Do mesmo modo, as diferenças fornecem outras tantas categorias, em que se compreendem as espécies e os indivíduos. Além disso, a razão categórica, tanto das espécies, como dos géneros, é aplicável às essências primárias, porque tudo o que se diz do objecto se há-de também dizer das categorias, em que ele se compreende. Semelhantemente a razão categórica das diferenças é aplicável às espécies, e aos indivíduos. Ora unívocos eram os que tinham o mesmo nome, e a razão do nome idêntica. Logo todas as coisas, que se compreendem nas categorias das essências e das diferenças, tiram delas os seus nomes de uma maneira unívoca” (*CAT*, II, 30).

⁴²⁹ *PF*, § 921 e respectiva remissão para os §§ 488 e 651.

⁴³⁰ Observa Silvestre Pinheiro Ferreira que o tipo de dicionário “que distribui as palavras pelos seus radicais”, “é fundado no princípio natural de que as analogias da significação estão sempre em uma dada relação com as da derivação em todas as línguas vulgares” (*PF*, § 923). Recorde-se, para o efeito, o § 430, onde o filósofo subscrevia Aristóteles do seguinte modo: “Quando ele [Aristóteles] diz que os Cognominados conservam a significação fundamental da raiz donde derivam, posto que a sua *terminação* seja diferente, cumpre entender que a sua mente, usando da palavra *terminação*, foi designar o género pela espécie, como por Sinédoque (§ 396), visto ser a variedade da terminação o modo mais notável de derivação, mas não o único, nem Aristóteles, que em outras partes fala magistralmente desta matéria, servindo-se aqui da palavra *terminação*, pode ter querido dizer que o fosse” (*PF*, § 430). Enumerava Silvestre Pinheiro Ferreira, no § seguinte, as diversas maneiras de derivação.

natural”⁴³¹. “Invencível” não se afigura, com efeito, a Silvestre Pinheiro Ferreira a dificuldade intrínseca à monumentalidade de semelhante classificação, “porquanto bastará considerar cada uma daquelas palavras, relativamente a cada uma das dez Categorias de Aristóteles, para elas irem ficando como por si mesmas distribuídas e classificadas em um sistema rigorosamente natural”⁴³². Executada semelhante obra para cada uma das línguas conhecidas, tornar-se-ia fácil achar um sinal que passasse a ser comum a todas as expressões sinónimas das diferentes línguas, “de maneira que escrevendo qualquer pessoa de uma Nação esse sinal, fosse entendida pelas de todas as outras, bem como apesar de os Ingleses chamarem *four* ao que Alemães chamam *vier*, e nós os Portugueses *quatro*, basta que qualquer pessoa de uma destas Nações escreva o algarismo 4 para ser entendida de todos os outros ainda que ela ignore aquelas Línguas, nem os outros saibam a dela”⁴³³. Silvestre Pinheiro Ferreira está completamente ciente dos problemas genéricos e específicos da *codificação* e pois, da *tradução*, para o efeito. Longe está, por conseguinte, o “*Problema da Pasigrafia*” de se reduzir à simples convenção de uma sinalética (“comum às palavras de significação idêntica em as diferentes Línguas”). Para atingir o objectivo visado, trata-se de achar “um sistema tal de sinais que, exprimindo neles cada um a frase que quizer da sua respectiva língua, resultam sempre frases igualmente perfeitas e inteligíveis para as pessoas de outras linguagens”⁴³⁴. A resolução depende do outro “Problema” da Gramática Universal⁴³⁵.

Patentiza a teorese silvestrina na questão da Gramática Filosófica Universal a convergência da *philosophia perennis* e dos dados epistemológicos - *unum in multis* - na posição equacional dirigida para a comunicação:

“Como todos os homens, qualquer que seja a sua Língua, ou têm as mesmas ideias específicas, ou ao menos algumas das genéricas de cada objecto, de cuja espécie, ou de algum dos géneros, a que ela pertence (§§ 480 e 481) haja indivíduos que caiam debaixo da comum observação (§ 276), segue-se que classificadas as expressões das ideias que existem em cada Nação (ou essas expressões sejam palavras soltas ou frases), convencionado para cada espécie um nome gráfico, que mostre não só essa espécie, mas também o género, ordem e classe a que ela pertencer, e convencionando-se entre diferentes Nações a adopção de um mesmo nome gráfico para cada uma destas rubricas,

⁴³¹ *PF*, § 923.

⁴³² *PF*, § 924.

⁴³³ *PF*, § 926.

⁴³⁴ *PF*, §§ 930-931.

resolvidos estariam de uma vez ambos os Problemas em questão; porque a classificação das *Expressões* nos daria a *Gramática Universal*. E os *convencionados sinais*, a *Pasigrafia*”⁴³⁶.

É fora de toda a dúvida, para o gramático oratoriano, ser a empresa dificultosa; contudo, se já a vastidão factual e de nomenclatura que caracteriza as Ciências Morais potencia a sua mesma sistematização a um elevado nível teórico, é no manancial da nomenclatura gramatical, conducente à *gramática universal*, que se acha “um maior e mais variado número de trabalhos empreendidos por diversos Autores, nas diferentes Línguas, e debaixo de uma grande variedade de pontos de vista”⁴³⁷. No § 919 e seguintes das *Prelecções Filosóficas* apresenta-se parte dos princípios taxinómicos respeitantes aos primeiros elementos das frases que são, no seu dizer, as *palavras soltas*⁴³⁸. Coisa diversa é a *classificação das frases*. Uma vez mais, acha Silvestre Pinheiro Ferreira a trave mestra do empreendimento no *Organon* do “incomparável filósofo”⁴³⁹. Bem como o travejamento, aliás. Refere-se o filósofo ao “precioso *Sistema das Frases comuns a todas as Línguas*, que Aristóteles deixou nos livros de que passamos a extrair os Aforismos, e que, juntos ao das Categorias, constituem um corpo da doutrina, a que os primeiros Editores deram o nome de *Organon* ou *Chave geral de todas as Ciências*”⁴⁴⁰. Para o efeito, propõe-se Silvestre Pinheiro Ferreira renovada interpretação do pensamento aristotélico, “tanto na sua Obra vulgarmente chamada *Da Interpretação*, como nos *Analíticos*, nos *Tópicos* e nos *Sofísticos*.” Escreve ele: “Vereis, como nestes diferentes Tratados, não somente se expõem os requisitos que *qualquer asserção possível* deve reunir para ser verdadeira (o que já seria de grande valor para o Filósofo indagador da verdade) mas (que é o que faz hoje ao caso) vereis como, ao mesmo passo, se vão dispendo debaixo de certas e bem caracterizadas rubricas todas as frases e asserções de toda e qualquer Língua. Ora o complexo destas frases constitui a base fundamental de todas as Línguas, ou, como hoje se lhe costuma chamar, a *Gramática Filosófica Universal*, sobre que tanto se tem escrito depois de Aristóteles, sem advertirem Autores, aliás de grande mérito e talento, que o que eles procuravam com tanto empenho, como pouca fortuna, se achava, quando não perfeito e acabado, ao

⁴³⁵ *PF*, § 932.

⁴³⁶ *PF*, § 933.

⁴³⁷ *PF*, §§ 934-935.

⁴³⁸ *PF*, § 934.

⁴³⁹ *PF*, § 316.

⁴⁴⁰ *PF*, § 936.

menos delineado com os toques principais de mão de Mestre nas obras que acabamos de citar, de maneira que, partindo daquele ponto, os grandes Homens que trabalharam sobre este assunto teriam indubitavelmente completado a Classificação, não só das palavras e frases que constituem a Gramática Universal, mas até mesmo as palavras e frases de todas as Línguas, pois bastaria dispor em sistema as de uma, para com muita facilidade se poderem por ela classificar as de qualquer outra”⁴⁴¹. Múltiplas vantagens adviriam, no silvestrino entendimento, de uma sistematização semelhante das principais expressões de cada uma das línguas; a primeira sendo a investigação comparativa das línguas, seguindo-se o próprio estudo delas⁴⁴².

Efectivamente, múltiplice é a aplicação do projecto linguístico entrevista pelo nosso filósofo, que se lançou à abertura especulativa de alguns campos. Vejamos um exemplo. Afirma ele que são três as classes mais gerais em que devem distinguir-se as palavras de qualquer língua, cujo estudo nos proponhamos: “1.^a Palavras próprias de certas profissões; 2.^a Palavras de certas ordens da sociedade; 3.^a Palavras comuns a todas as profissões e a todas as ordens ou estados de pessoas”⁴⁴³. O estudo de qualquer língua estrangeira começa por esta terceira classe, seguindo-se o da ordem social e o do vocabulário profissional afins ao interessado. Notavelmente e com premunção provável, apontava assim Silvestre Pinheiro Ferreira, conformemente ao que “a razão e a experiência mostram simplificar singularmente o estudo das Línguas”, para um certo tipo de composição dicionarizada de acessível formalização (inclusivamente, “nada seria tão fácil, ainda a pessoas de medíocre instrução e de ordinários talentos, como o aprender em pouco tempo qualquer Língua estrangeira”) ⁴⁴⁴. Importa observar, sem ir mais longe, que o filósofo está tão perto de uma certa lógica iluminista da comunicação universal dos povos, quanto afastado está do quadro da redutora facilitação didáctica frequentemente inscrita na mesma lógica (autodicionarizando-se, da época a esta parte, em nomenclações duvidosas, do género “*o máximo saber com o mínimo de esforço*”, típicas do charlatanismo, pois). A prová-lo está a advertência de Silvestre Pinheiro Ferreira, que já mais de uma vez mencionámos e que é simultaneamente um discreto elogio do poliglotismo, no encerramento da prelecção sobre a questão da gramática universal. Escreve ele: “Seja-me lícito prevenir neste lugar que eu, na economia que

⁴⁴¹ **PF**, § 938. Veja-se a apreciação de Silvestre Pinheiro Ferreira da geral interpretação destas obras de Aristóteles, no § 937.

⁴⁴² **PF**, §§ 939-940.

⁴⁴³ **PF**, § 940.

aqui inculco sobre a aplicação ao estudo das Línguas, não sou de nenhum modo guiado pelo prejuízo, que iludiu grandes Filósofos do nosso século, levando-os a formar longas diatribes, lamentando a extraordinária perda de tempo que, no estudo de tantas Línguas diversas, experimenta a mocidade que se quer habilitar para ir beber, nas próprias fontes, as riquezas que os Autores das diferentes Nações têm publicado, cada um no seu respectivo idioma. Esta lamentação, Senhores, é fundada em um erro que já tenho combatido várias vezes no decurso destas Prelecções, erro por extremo pernicioso, que a cada passo se apresenta, qual fabuloso Proteu, disfarçado debaixo de variadas formas, tanto mais capazes de iludir aos mais atentos quanto é frequente o ser enunciado e defendido por Escritores da mais discutida e merecida reputação. Vem ele a ser aquele mesmo que, no § 320, apontámos nos Autores da *Arte de Pensar*, de Porto Royal, que exproavam a Aristóteles o *dar conhecimento de palavras por conhecimento de cousas*; ao que respondemos largamente nos §§ 322 e seguintes. Isto pelo que pertence ao estudo das línguas em geral. Porquanto se examinarmos esta questão relativamente a cada uma em particular, ainda ficará mais patente a indispensabilidade de se consagrar ao estudo das Línguas os primeiros anos, em que a natureza, fazendo sobressair em nós a memória sobre todas as outras faculdades mentais, nos indica a espécie de aplicação que melhor condiz com a fraqueza desta primeira idade. Das Línguas modernas é fora de toda a dúvida que nenhum homem de letras, e mesmo os de uma certa educação nas outras Classes, podem prescindir do conhecimento das quatro principais línguas da Europa (o Italiano, o Francês, o Inglês e o Alemão), pois que em cada uma delas há, para todas as profissões, Obras Clássicas que nem existem nem é de esperar que se transportem para as outras, porque as que versam sobre as Ciências são em muito grande número, e as de gosto, quer sejam de Eloquência, quer de Poesia, apenas se podem imitar, mas de nenhum modo traduzir. E se é indispensável a todo o homem que quer formar o Gosto sobre os diferentes géneros de Poesia ler o Ariosto, o Tasso, Corneille, Racine, La Fontaine, Shakespeare, Milton, Klopstock, etc., etc., nos seus originais, como poderá suprir o que só em Homero, em Sófocles, em Demóstenes, em Horácio, em Terêncio, em Cícero, se pode encontrar, nem se pode traduzir em nenhuma outra língua?”⁴⁴⁵.

⁴⁴⁴ *Ibid.*

**§ 24. Introdução ao Mapa Ontológico do Universo,
consignado nas *Noções Elementares de Filosofia***

Incompleta e incerta é toda a hermenêutica do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira que não considere a geral expressão da metafísica do filósofo luso-brasileiro e em especial a formulação explícita da sua ontologia - identificada por ele com a metafísica - no primeiro livro das *Noções Elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências Morais e Políticas*, com o título *Noções elementares de Ontologia*.

Num dos últimos escritos aparecido em Lisboa pelo punho do filósofo, no primeiro número da *Aurora* de 1845, “Das Ciências em geral e da sua classificação em particular”, era abordado o tema da metafísica em fórmula análoga às que desenvolvera ele nas duas décadas subsequentes às *Prelecções Filosóficas* ⁴⁴⁶. Aí se lia, em actualizado preparativo da “árvore genealógica das ciências” e a seguir ao intróito epistemológico da praxe silvestrina ⁴⁴⁷: “Sendo assim os *factos* a base de todas as ciências; e distinguindo-se eles em duas ordens de fenómenos: uns que se observam nos corpos, outros nos espíritos; todas as ciências se compreenderão nas duas grandes classes: *físicas* e *psicológicas*. Mas se se reflecte que há nas nomenclaturas destas duas classes de ciências, expressões que são comuns a ambas elas; forçoso é concluir, que a massa dos fenómenos representados por essas expressões, constitui um corpo de ciência à parte, e deu-se-lhe o nome de *Ontologia*.” Observa o filósofo português em nota ao vocábulo setecentista (*ontologia*): “Aristóteles tendo tratado estes assuntos depois das ciências físicas, talvez as pessoas que coligiram as suas obras, tendo colocado, os que tratavam de ontologia e de psicologia depois dos da física (μετα τα φυσικα), fez com

⁴⁴⁵ *PF*, § 941.

⁴⁴⁶ No nosso comentário ao § 1 das *Prelecções Filosóficas* (no § 16 do presente estudo), procurámos dar conta do alcance compreendido então por Silvestre Pinheiro Ferreira sob o continente expressivo da *ontologia*.

⁴⁴⁷ Jamais carece de notas de interesse tal praxe metodológica de Silvestre Pinheiro Ferreira, reiterada por obra e escritos vários; no caso “Das Ciências em geral e da sua classificação em particular”, distinguindo-se um ou outro dos qualificativos dos elementos da ciência. Recordava, pois, o filósofo: “ser necessário, para qualquer ramo dos conhecimentos humanos entrar na categoria de ciência, que satisfaça, mais ou menos, aos cinco seguintes requisitos: abundância de *factos*, regularidade de *nomenclatura*, nexos de *sistema*, lucidez de *teoria* e perspicacidade de *método*” (*DCG*, p. 327).

que desde aquele tempo se chamasse metafísica a este complexo de ciências”⁴⁴⁸. Na acepção silvestrina, designam as ciências ontológicas, pois, o complexo dos fenómenos comuns às ciências físicas e psicológicas⁴⁴⁹. Foi a um tal “corpo de ciência à parte” que dedicou Silvestre Pinheiro Ferreira a mais especulativa das suas obras, onde esplenderam “os dados ontológicos a que se arrojou” (no dizer de Cunha Seixas) e onde tomou forma enérgica a metafísica do filósofo português.

Remete o título prodrómico que encima a presente abordagem, para o Mapa Sistemático da Ontologia, exposto em quinze páginas do apêndice das *Noções Elementares de Filosofia*. Cumpre, porém, efectuar um breve preâmbulo clarificador do entendimento categorial e nocional da formulação silvestrina aí levada a cabo. Entretanto, para o efeito não são pouco valiosas as “Observações sobre os mapas Sistemáticos”, no caso, relativas à Ontologia.

Acede-se à esfera gnosiológica de uma ontologia relacional, com particular função nocional unificadora, desde as primeiras linhas da ontologia silvestrina. Assim é que no § 1 da *Noções elementares de Ontologia* (o livro primeiro das *Noções Elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências Morais e Políticas*) pode ler-se: “A ontologia tem por objecto as noções gerais, e que são comuns a todos os conhecimentos humanos”⁴⁵⁰. No § 4 da Ontologia pode-se ler: “Toda a qualidade, todo o complexo de qualidades, toda a relação, chama-se um *ser*, um *ente*, um *objecto*, um *indivíduo*, uma *coisa*”⁴⁵¹. Todas as qualidades relativas, quer materiais, quer espirituais, encerram-se nas sete categorias de que trata o § 16⁴⁵². Aforisma-se neste: “As relações podem ser de semelhança ou de dissemelhança, de identidade, ou de diversidade, de

⁴⁴⁸ *DCG*, p. 327 e nota.

⁴⁴⁹ *DCG*, p. 328.

⁴⁵⁰ *NEO*, § 1.

⁴⁵¹ *NEO*, § 4. Afirma Silvestre Pinheiro Ferreira que embora as três expressões *Ente*, *Coisa* e *Objecto* sejam sinónimas, a primeira aplica-se maioritariamente às *substâncias*, a segunda indiferentemente às *substâncias* e às *qualidades* e a terceira, igualmente aplicável às *substâncias* e às *qualidades*, emprega-se para indicar algo em que se fixa a atenção (*NE, omso*, 1). Todos os entes da natureza se dividem em duas classes: *substâncias* e *qualidades*, por *substância* entendendo-se *um complexo de qualidades*. “No número das *qualidades*, cujo complexo se denomina *substância*, compreende-se a *qualidade* relativa designada pelo nome de *individualidade*: o que não acontece aos complexos denominados *essência* ou *natureza*, as quais podem ser as mesmas em diversos indivíduos” (*NE, omso*, 2).

⁴⁵² *NEO*, A, p. 63.

grandeza, de simultaneidade, e de sucessão”⁴⁵³. Da ideia de *semelhança* derivam as de *analogia* e *conformidade*; da ideia de *identidade* derivam as de *unidade* e de *imutabilidade*; da ideia de *diversidade* derivam as de *diferença*, de *disparidade*, de *pluralidade*, de *números*, e de *mutabilidade*, etc.⁴⁵⁴. Na Nota D da *Ontologia*, o metafísico dispõe “em sistema e debaixo de uma forma mais compreensível as diversas expressões que servem a designar as sete espécies de relações mencionadas no § 16”⁴⁵⁵. Tal é o “Mapa Sistemático *das palavras que denotam as relações mais genéricas*”⁴⁵⁶. Tal é o primeiro mapa metafísico do filósofo português.

É deste mapa metafísico que decorre, entretanto, o “Mapa Sistemático da Ontologia” - aqui em epígrafe hermenêutica designado *Mapa Ontológico do Universo* - e que se acha em apêndice nas *Noções de Filosofia*, integrado no “mapa geral das ciências filosóficas”⁴⁵⁷, constituindo propriamente a nomenclatura da Ontologia. Adverte Silvestre Pinheiro Ferreira que, à diferença do anterior “mapa das expressões de relação”, esse sob forma remissiva, apresenta-se o ontológico “em forma sinóptica”, facultando assim o golpe de vista do complexo nocional no seu conjunto, com manifestas vantagens didáticas, aliás. O percurso noético das expressões é doutrinal, como operativo e o investigador explora, entretanto, as relações de semelhança e as de diferença das múltiplas expressões sinónimas. Assevera assim Silvestre Pinheiro Ferreira que a exposição sinóptica e sistemática da linguagem é também sinonímica, “com a vantagem de assinalar, pela simples disposição das expressões sinónimas, os

⁴⁵³ *NEO*, § 16. O anterior § 15 inscreve-se, de modo acabado, na epistemologia silvestrina: “As palavras, que não têm significação alguma, quando não se pensa senão em um só objecto, mas que a têm, quando se trata de dois, ou mais objectos ao mesmo tempo, chamam-se *palavras de relação* entre esses objectos. Tais são por exemplo as palavras pai, tio, general, etc. porque esses nomes não significam coisa alguma, senão enquanto nós pensamos em um filho, em uma mãe, ao mesmo tempo que no pai; em um sobrinho, e seus pais e avós, ao mesmo tempo que no tio; em um exército, ao mesmo tempo que no general, e assim nos outros casos semelhantes. A relação no primeiro destes três exemplos é a *qualidade de causa* que se reconhece naquele, que se chama pai. No segundo exemplo é de *identidade*, que se reconhece nos avós do sobrinho como causa da existência do pai e do tio. No terceiro exemplo ainda procede a *qualidade de causa* que se reconhece no general, por isso que é pelo seu comando que se move o exército” (*NEO*, § 15 e nota).

⁴⁵⁴ *NEO*, § 17 e segs.

⁴⁵⁵ *NEO*, D, p. 64.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, pp. 64-69.

⁴⁵⁷ Das “ciências filosóficas”, elaborou o filósofo os mapas da Ontologia, da Psicologia e da Ideologia, prometendo os da Etologia, da Estética e da Gramática, que a morte impediu (cfr. *NE*, *ams*, adv.).

graus de afinidade que cada uma delas tem com aquelas de que se acha cercada, já como nome de género, já como espécie de alguma ou algumas delas, já como co-espécie de outras”⁴⁵⁸. “Deste modo a simples intuição faz sentir e compreender, melhor do que se poderia conseguir por longas explicações, o verdadeiro valor de cada uma daquelas expressões”⁴⁵⁹. O carácter nocional altamente intuitivo deste mapa ontognosiológico, sublimação do estilo aforístico de Silvestre Pinheiro Ferreira e expoente cognitivo de expressividade comunicante do universo filosófico, assegura-lhe assim superior eficácia noética. O mapa silvestrino da ontologia não é só roteiro ontognosiológico e registo cósmico para orientação do viajante metafísico. É também oferenda à comunidade científica, para excelência da civilização. Escrevia o filósofo: “Seja-nos permitido recomendar aos nossos leitores a classificação que neste mapa lhe oferecemos de todas as relações possíveis de quaisquer entes materiais ou imateriais; porque julgamos que pela sua simplicidade poderá contribuir eficazmente para o estudo e desenvolvimento das ciências”⁴⁶⁰. No claro seguimento dos projectos aflorados no Rio de Janeiro, refere o nosso gramático metafísico a linha de objectivos rasgada pelo pensamento:

“Como nós publicamos ao mesmo tempo a tradução francesa deste compêndio, poderão os nossos leitores observar, pela comparação dos mapas originais com os da tradução, quais são das diversas expressões, à primeira vista equivalentes, as que em uma das duas línguas correspondem mais aproximadamente às da outra língua, pois que se acham marcadas com o mesmo número aquelas que ou são equivalentes, ou se aproximam de maneira, que se pode deixar de atender à sua diferença sem grande inconveniente.

Pelo contrário, quando se encontra nalguma das línguas expressão a que na outra não corresponde nenhuma exactamente; notará o leitor que o número dessa expressão falta no mapa cuja língua carece de uma que lhe corresponda; apontando-se em baixo a que na outra língua é marcada por esse número. Assim, por exemplo, no mapa da Psicologia faltam os números 48 a 51, que denotam as palavras *envie*, *souhait*, *voeu*, *cupidité*, cujas significações são análogas às de *désir*, *convoitise*, *ambition*, correspondentes a *desejo*, *cobiça*, *ambição*, mas que cada uma difere delas por seu modo, nem há na língua portuguesa nenhuma outra que lhe corresponda exactamente.

⁴⁵⁸ *NE, ams*, adv.

⁴⁵⁹ *Ibid.*

⁴⁶⁰ *NE, oms*, 5. Cumpre relembrar aqui o ponderado título da obra: *Noções Elementares de Filosofia Geral e Aplicada às Ciências Morais e Políticas*.

Do mesmo modo na tradução francesa do dito mapa falta o número 164, a que, no mapa português, corresponde a palavras *tédio*; porque não há na língua francesa nenhuma que lhe corresponda. É certo que nesta língua há duas palavras (*ennui* e *dégoût*) cujas significações se aproximam muito das de *sensaboria*, *insipidez* e *tédio*; mas não lhes correspondem exactamente; e por isso os números respectivos 162 e 163 faltam no mapa português.

Se supusermos pois coordenados por este método dois mapas que compreendessem todas as palavras das duas línguas portuguesa e francesa, e semelhantemente de quantas outras se quisesse, facilmente compreenderemos a grande vantagem que deles se poderia tirar, não somente para se conhecer as riquezas respectivas das duas línguas e o génio característico de cada uma delas; mas para se obter um sistema de pasigrafia muito superior a todos quantos até agora se tem imaginado; porquanto bastaria que cada um escrevesse os números que no mapa da sua língua correspondem às palavras de que ele se quisesse servir, para ser entendido pelas pessoas das outras nações, cujas línguas ele podia mui bem ignorar; porque essas pessoas procurando aqueles números nos mapas das suas línguas, achariam em frente deles as suas significações, ou, não os achando ali, concluiriam, que não há na sua língua palavra que exactamente lhes corresponda; mas que a sua significação é, com pouca diferença, a de algum dos números vizinhos que ali se acham, como no exemplo que há pouco citámos da palavra francesa *ennui*, cujo número 162 não se achando no mapa português, se infere que a sua significação, sem ser exactamente a de *sensaboria*, *insipidez* ou *tédio*, deve contudo não diferir muito delas.

Por experiência de alguns anos, de que temos consagrado boa parte a um semelhante trabalho, podemos asseverar, que um vocabulário de qualquer língua executado conforme este plano, seria uma das mais árduas empresas a que o espírito humano se pudesse abalançar”⁴⁶¹.

⁴⁶¹ Silvestre Pinheiro Ferreira escrevia a concluir a advertência introdutória aos “Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia”: “Mas quando se contemplam os trabalhos de um Henri Etienne, de um Johnson, de um Forcellino, de um Adelung, não se deve desesperar de que algum grande talento venha a desempenhar um tão útil quão glorioso programa” (*NE, ams*, adv). Observe-se de passagem que nenhum dos autores mencionados por Silvestre Pinheiro Ferreira, nem o próprio filósofo português - que excepcionalmente compôs os mapas filosóficos bilingues com visibilidade à escala europeia - são mencionados na obra de Umberto Eco *La Ricerca della Lingua Perfetta*, publicada em 1993 nas línguas italiana, alemã, inglesa, espanhola (castelhano e catalão) e em francês, na colecção *Construir a Europa*,

Produto estreme do reino intelectual, o mapa ontológico conduz o pensamento pelas *noções* do especulativo reino cujas portas dão para o universo. Aí acha, com efeito, o filosófico consultor em transcurso “a classificação que neste mapa lhe oferecemos de todas as relações possíveis de quaisquer entes materiais ou imateriais”⁴⁶². Evidencia-se o arquétipo maior da *harmonia mundi* no *mappa mundi* ontológico silvestrino. A comunicação põe em comum quanto estava separado e incompreendido por falta de comunicação. Cada língua, com seu gênio característico, é um ponto de vista cósmico. A harmonia linguística concilia as inteligências das nações, que afinal especulam num universo comum. É a multimoda experiência da ligação de todos os entes e coisas do universo que o mapa da ontologia de Silvestre Pinheiro Ferreira procura sobretudo indicar.

dirigida por Jacques Le Goff (há tradução portuguesa do livro de Umberto Eco, *A Procura da Língua Perfeita* [tradução de Miguel Serras Pereira], Lisboa, Editorial Presença, 1996). Insuficiente razão explicativa para essa omissão seria a condição de ignorância em que se acha Umberto Eco em relação à língua portuguesa, posto que os mapas elaborados por Silvestre Pinheiro Ferreira permitam a leitura a partir do francês para o português.

⁴⁶² *NE, oms*, 5. Ver *AD* 2.

TERCEIRA PARTE

TEORIA DA HARMONIA DO UNIVERSO

Capítulo Décimo

A COSMOLOGIA ONTOTEOLÓGICA DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

§ 25. Sentido da cosmologia do filósofo português

Logo nos primeiros passos de abertura da segunda parte da investigação aqui em curso, procurámos nos terrenos de uma “ontognosiologia da harmonia universal” o caminho mais próximo para o coração da “teoria silvestrina da harmonia do universo”. Foi nesse sentido que no capítulo quinto, particularmente no § 13 (o mais breve de todos os presentes), considerámos a possibilidade de uma “chave poética” ligada ao acesso à “intuição primeva da harmonia universal”, mediante a alusão do filósofo português, com notas de registo órfico-pitagórico e leibniziano, à “admirável e encantadora ordem que brilha em todas e em cada uma das partes do Universo”. O “caminho mais próximo” para a visão da harmonia do universo, aponta-o o filósofo, em comentário ao verso de Klopstock, “*na vasta região do firmamento*”. Era a partir daí, com efeito, que o poeta mitológico - “entusiasmado pela contemplação da Natureza”, como observa Silvestre Pinheiro Ferreira - *temperava a lira*. Para a investigação filosófica, contudo, trata-se da “admirável e encantadora ordem que brilha em todas e em cada uma das partes do Universo”. Tal é, diz Silvestre Pinheiro Ferreira, o que “os filósofos, observadores da Natureza”, designaram pela palavra *harmonia*. Por isto, foi-nos possível no capítulo sexto discorrer em torno da “verdade cosmológica como *axis mundi* da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”. De acordo com esta, acede-se à verdade cosmológica pela contemplação do universo ⁴⁶³. A verdade cosmológica é a “ligação de todas as partes do Universo entre si” ⁴⁶⁴. Esta relação é a “harmonia universal” e por isso, a verdade cosmológica identifica-se com a harmonia do universo ⁴⁶⁵. A verdade cosmológica vale assim para todo o universo e pois, para cada uma das suas partes, que à semelhança do todo exprime a cósmica verdade da harmonia universal, *unum in multis*. A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira é uma filosofia da relação universal, ou da universal ligação dos entes e das coisas dos quatro reinos do

⁴⁶³ PF, § 177.

⁴⁶⁴ PF, V, assunto do § 177.

⁴⁶⁵ PF, *Harmonia do Universo*.

Universo e que procura traduzir como tal cada uma das suas perspectivas. É isto que possibilita a convergência de uma teorese do mundo e de uma teologia cosmogónica na filosofia da harmonia universal de Silvestre Pinheiro Ferreira. Encontra-se a formulação mais acabada da sua cosmologia, conforme vimos (6º cap., § 14), no *Ensaio sobre a Psicologia* com a designação de *Sistema do Universo*, composto este pelo triângulo *harmonia, criação e natureza*. No § 15 do 6º capítulo deste estudo aproximámo-nos do significado dessa “verdade cosmológica” que “brilha em todas e em cada uma das partes do Universo”. Tal a fonte especulativa de onde dimana o paradigma silvestrino de uma liberal cidade de homens civilizados segundo uma gramática filosófica universal que reproduz a harmonia cósmica.

Na terceira parte da investigação aqui em curso, a perspectiva cujo centro se procura alcançar é, de harmonia com a fórmula filosófica de Silvestre Pinheiro Ferreira, a do sentido possível da “verdade cosmológica”. Não se trata só do desígnio de uma gnosiologia ontocosmológica. O alcance teórico da investigação deve, com efeito, abrir um domínio hermenêutico para a operação de “uma inteligência da ordem superior à humana inteligência”, que “abraçando com a vista o estado presente de todo o Universo, nele, e em cada uma das suas partes, veria representados, como o efeito o é na sua causa, todos os futuros acontecimentos até à mais remota duração dos séculos”⁴⁶⁶. Uma tal inteligência está, com efeito, no centro da cosmologia de Silvestre Pinheiro Ferreira, em completa consonância com o pensamento de Leibniz. Vimos no § 21 os contornos silvestrinos do desaparecimento da experiência desse terreno hermenêutico (declarado inacessível pela filosofia kantiana). Historicamente, o “cepticismo” fez, pois, com que se encobrissem os horizontes de sentido, da moderna cosmologia, até aos nossos dias, não só rejeitando a “ideia de sentido do mundo”, como promulgando até o mundo sem sentido (ultrapassando assim os limites críticos da verificabilidade empírica). Tal é a trajectória descrita por Alexandre Koyré (em *Du monde clos à l'univers infini*). No âmbito da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, equivale isso, porém, ao desconhecimento do Universo. Para o filósofo português, corresponde o conceito de Universo a um mais vasto conteúdo do que o conglobado no de mundo físico. Sobre isto mesmo discorreu ele no dealbar do século XIX, contra o século anterior e contra o século seguinte. Há pouco mais de duas décadas, o meteorologista e físico-matemático

⁴⁶⁶ *PF*, § 185. A nota XIV do *Essai sur la Psychologie*, em remissão do § 96 sobre a *Criação* teológica, contém, entretanto, a orientação operativa desta gnosiologia criacionista.

Edward Lorenz intitulou um artigo: “Predictability: Does the Flap of a Butterfly's Wings in Brazil Set Off a Tornado in Texas?” Dava este texto conta da verificação da imprevisibilidade meteorológica do tempo atmosférico para além de alguns dias, depois de calculados em complexos computadores dados como a distribuição dos ventos e das chuvas, as temperaturas, relacionando-se etiologicamente uma tal constatação com o facto determinante de um bater de asas de uma borboleta poder, pelo sucessivo encadeamento de factores, causar um tornado noutra ponta do globo. Esta constatação de uma pluralidade causal quase infinita de factores tão determinantes quanto incalculáveis na produção do tempo atmosférico, semeou o caos nas ciências deterministas da natureza. Motivou o escrito de Edward Lorenz, como a borboleta, a constituição de um novo paradigma epistemológico, emergente sob a forma da “teoria do caos”⁴⁶⁷.

⁴⁶⁷ O texto que deu azo à metáfora do *efeito borboleta* (“Predictability: Does the Flap of a Butterfly's Wings in Brazil Set Off a Tornado in Texas?”), foi originalmente uma comunicação apresentada por Edward Lorenz no encontro anual da American Association for the Advancement of Science em Washington, a 29 de Dezembro de 1979. Segundo o historiador da “teoria do caos” James Gleick, “entre todos os físicos e matemáticos clássicos que reflectiram sobre sistemas dinâmicos, aquele que melhor compreendeu a possibilidade de caos foi Jules Henri Poincaré. Poincaré fazia notar em *Science et Méthode* [1910]: 'Uma causa muito pequena que escapa à nossa atenção provoca um efeito considerável que não podemos deixar de observar, e dizemos então que o efeito se deve ao acaso. Se conhecêssemos exactamente as leis da natureza e a situação do universo no momento inicial, poderíamos prever exactamente qual a situação desse mesmo universo num instante posterior. Mas mesmo se acontecesse que as leis naturais deixassem de ter segredos para nós, poderíamos, mesmo então, conhecer a situação apenas de modo aproximado. Se isso nos permitisse prever a situação seguinte com a mesma aproximação, o que é tudo o que precisamos, diríamos que o fenómeno tinha sido previsto, que é controlado pelas leis conhecidas. Mas isto não ocorre sempre: pode acontecer que pequenas diferenças nas condições iniciais dêem origem a outras muito grandes nos fenómenos finais. Um erro pequeno no anterior irá provocar um enorme erro no posterior. A previsão torna-se impossível...! O alerta de Poincaré no virar do século foi virtualmente esquecido; nos Estados Unidos, o único matemático que seguiu seriamente a indicação de Poincaré nos anos 20 e 30 foi George D. Birkhoff, que por acaso, durante um pequeno intervalo de tempo, deu aulas ao jovem Edward Lorenz” (James Gleick, *Caos - A Construção de uma Nova Ciência*, Lisboa, Gradiva, 1989, nota 41, pp. 395-396). Poderia James Gleick ter recuado até Pascal que ilustrava aquilo que se chamaria *grão de areia de Pascal* a partir da imagem de Cromwell que lançara a perder a família real inglesa e se precipitava sobre Roma, ameaçando devastar toda a Cristandade, não fosse um pequeno grão de areia que se lhe meteu no uréter (outro tanto, aliás, diz Pascal a propósito de um *não sei quê*, causa do amor, que “agita toda a Terra, os príncipes, os exércitos, o mundo inteiro” - “O nariz de Cleópatra: fosse ele mais curto, e toda a face da Terra teria mudado” [*Pensées*, §§ 162, 176]). Recuando mais um pouco, encontraria o historiador do “caos” talvez as palavras

Quando Silvestre Pinheiro Ferreira procurou comprovar experimentalmente, ao tempo do Rio, que “a acção da causa aparentemente a mais insignificante se estende a todo o Universo” ⁴⁶⁸, recorreu a uma tal ideia exactamente para “demonstrar” a “importante verdade cosmológica da *ligação de todas as partes do Universo entre si*” ⁴⁶⁹ e bem assim a tese da harmonia do universo, no cerne da sua cosmologia. Notava o filósofo luso-brasileiro, além disso, que semelhante observação (de que “a acção da causa aparentemente a mais insignificante se estende a todo o Universo”) “remonta a uma alta antiguidade; e depois de ter sido contestada por muito tempo, foi enfim verificada por experiências feita de propósito com todo o possível cuidado por vários naturalistas modernos, entre os quais merece citar-se, como o mais distinto, o imortal Franklin” ⁴⁷⁰. Fiel ao seu ideário epistemológico integrador das ideias maiores do espírito humano no curso do tempo ⁴⁷¹, se conheceu bem os diversos modelos cosmológicos, permaneceu o geómetra português particularmente atento à cosmologia helénica, em cujo âmago pulsa a ideia de harmonia. Mais do que uma Teoria do Mundo, contém a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira uma Teoria do Universo que transcende a geral compreensão “cosmológica” moderna e contemporânea na medida em que escapa à ilusão “panteísta” da ideia de infinitude do cosmos, por meio da noção de harmonia do universo, convergente da física e da metafísica. Da própria tese silvestrina da universal

de São Tomás de Aquino: “Um pequeno erro no princípio é grande no fim”, que assim citava Aristóteles no primeiro livro de *O Céu e o Mundo*; e assim sucessivamente...

⁴⁶⁸ *PF*, § 181.

⁴⁶⁹ *PF*, V, *assunto* do § 177.

⁴⁷⁰ *PF*, § 181.

⁴⁷¹ Neste horizonte de uma ciência cumulativa dos saberes ao longo da história do espírito humano, encontra-se Silvestre Pinheiro Ferreira em especial sintonia com Fontenelle (que profundamente admirava), cujas electivas afinidades espirituais o próprio Fontenelle esclarece ao referir-se a “Leibniz, que se situa no estudo da história, sabe tirar desta algumas reflexões gerais, elevadas acima da própria história e, deste emaranhado confuso e imenso de factos, consegue retirar uma ordem e ligações delicadas que mais ninguém encontra. O que mais o interessa são as origens das nações, das suas línguas, dos seus costumes, das suas opiniões, sobretudo a história do espírito humano e uma sucessão de pensamentos que nascem nos povos, uns a seguir aos outros, ou melhor, uns dos outros, e cujo encadeamento bem observado poderia dar lugar a todas as espécies de profecias [*Éloge de Leibniz*, 1716]” (in Georges Gusdorf, *Da História das Ciências à História do Pensamento*, Lisboa, Pensamento, 1988, pp. 57-58). Nestas páginas, escreve Georges Gusdorf acerca de Fontenelle: “O secretário vitalício da Academia das Ciências vê na história uma dimensão essencial à própria ciência. Bacon tinha sido o profeta de uma história das ciências ainda por fazer. Se podemos assinalar um marco para a sua realização, devemos dizer que a história das ciências começa com Fontenelle” (*ibid.*, p. 57).

ligação de Tudo, deriva uma superior convergência de saberes - donde provém, aliás, o eclectismo do filósofo - com abertura à experiência da conjugação de pontos de vista, desde a cristalografia até à metafísica; do que resulta, diga-se de passagem, a verdadeira transdisciplinaridade característica em todos os tempos do espírito filosófico. A terceira parte deste trabalho procura mostrar, enfim, a que saber promanante desta conjugação de horizontes se refere a teoria silvestrina da harmonia do universo.

§ 26. As provas da verdade cosmológica da ligação de todas as partes do Universo entre si, na Quinta Prelecção

Na primeira linha a anunciar o *assunto* principal da quinta prelecção, como vimos, está escrito: “Importante verdade cosmológica da *ligação de todas as partes do Universo entre si*”⁴⁷². Em relação a esta “verdade cosmológica”, propõe-se Silvestre Pinheiro Ferreira “apreciar toda a extensão das suas importantes consequências”. Semelhante apreciação será desenvolvida pelo nosso “filósofo observador da natureza”, numa primeira fase, evidenciando as “provas” corroborantes da asseveração da lei cosmológica. Os primordiais elementos escolhidos para a verificação da lei cósmica são a água e o ar e três são as provas, implicando contudo a construção do modelo experimental o conjunto dos reinos da natureza. A primeira é sumariada como “prova deduzida da teórica das *marés*” (§ 178), a segunda “prova tirada da *respiração dos animais* e da *perspiração das plantas*” (§ 179) e a “terceira prova tirada da *acção dos óleos sobre as vagas do mar*” (§ 180). Seguem-se a “asseveração do facto” (§ 181), a “teórica das *acções e reacções sucessivas* para explicação do facto” (§ 182), a “aplicação destes princípios gerais ao fenómeno de que se trata” (§ 183), um “complemento daquela aplicação, derivado da natureza da reacção dos corpos oleosos sobre as vagas” (§ 184) e uma “conclusão da mencionada lei cosmológica” (§ 185). Ilustram estes títulos claramente o funcionamento do aparelho epistemológico silvestrino. Um programa científico específico de verificação da primeira prova da lei cosmológica, exige hoje a transversalidade operacional de áreas como a meteorologia marítima e a oceanografia, assim como a interacção de algumas das físicas e das

⁴⁷² *PF*, V, *assunto* do § 177.

biologias com a ecologia e a climatologia. O grau de complexidade de toda a teorese silvestrina é, muito precisamente, proporcional ao grau de consciência da *ligação* de todas as partes do Universo entre si. Vejamos o texto da quinta preleção concernente às provas da lei cosmológica:

“A contemplação do Universo, e particularmente a dos grandes fenómenos que nele observamos, facilmente nos conduzem ao conhecimento de uma verdade cosmológica, que é preciso tenhais diante dos olhos no decurso da lição dos filósofos que têm tratado destas matérias; pois nem todos souberam apreciar toda a extensão das suas importantes consequências.

O presente, dizia o grande Leibniz, está prenhe do futuro.

*Qualquer das mónades de que o Universo se compõe, dizia outras vezes este filósofo, é representativa do mesmo Universo*⁴⁷³.

E na verdade consideremos, por exemplo, o fenómeno das marés.

Todos sabem que este efeito tem por causas principais o Sol e a Lua.

Mas o em que nem todos têm advertido, posto que seja óbvio e de fácil compreensão, é que este espantoso movimento das águas não se pode operar sem que se produzam correspondentes movimentos na atmosfera. E estes não podem deixar de causar variados efeitos, já nos animais, cuja vitalidade tanto depende do ar ambiente, já na imensa variedade de fenómenos meteorológicos que se devem seguir na mesma atmosfera⁴⁷⁴.

Assim se acha ligado ao grande astro do dia esse imperceptível insecto que, escondido entre as folhas dessa planta, se nutre dos sucos dela. Essa mesma planta inspirando, bem como o insecto, uma parte da atmosfera ambiente, expira aquela porção de que não precisa, segundo a sua natureza, e que indo-se misturar com o ar da atmosfera, vai estender a reacção da humilde planta, do desprezível insecto sobre todo o Universo. Porque talvez vos não é desconhecido que as plantas expiram ao sol um ar puríssimo, a que se chama oxigénio, que é aquela parte do ar atmosférico em que unicamente podem viver os animais, que respiram, e sem o qual não pode haver combustão; e pelo contrário, à sombra tornam o ar atmosférico menos próprio, tanto para a respiração, como para a combustão, porque expiram um ar, que por isso se chama azoto, que quer dizer impróprio para alimentar a vida.

⁴⁷³ *PF*, § 177.

⁴⁷⁴ *PF*, § 178.

Do mesmo modo, o insecto, bem como todos os animais que na inspiração recebem dentro em si o ar atmosférico para dele separarem a porção de oxigénio de que precisam, expiram um gás ácido apelidado carbónico, que derramado na atmosfera produz em todos os três reinos da Natureza, mas particularmente no reino vegetal, fenómenos da mais relevante importância ⁴⁷⁵.

Tormentosos ventos caindo sobre a superfície dos mares levantam até às estrelas encapeladas ondas, que ameaçam de soçobrar o fraco baixel a que ousado navegante confiara a sua vida. Uma simples garrafa de azeite lançada junto ao navio é bastante a quebrar a força dos ventos até uma certa distância; e levado no meio de um tranquilo remanso através de cavados mares ganha felizmente o porto, onde a fúria das ondas lhe não permitia abordar ⁴⁷⁶.

Esta observação, que é certamente uma das mais próprias para demonstrar como a acção da causa aparentemente a mais insignificante se estende a todo o Universo, remonta a uma alta antiguidade; e depois de ter sido contestada por muito tempo, foi enfim verificada por experiências feitas de propósito com todo o possível cuidado por vários naturalistas modernos, entre os quais merece citar-se, como o mais distinto, o imortal Franklin.

Assentado pois este facto, como fora de toda a dúvida, darei a explicação dele, para melhor conceberdes como o mais pequeno fenómeno está ligado com todos os outros fenómenos, ainda os mais aparatosos da natureza ⁴⁷⁷.

Com efeito, por maior e mais espantoso que seja um fenómeno, nunca é formado de repente. Essa montanha de água, que amedronta ao mais animoso a quem falta a experiência, não se levanta com essa medonha grandeza no meio do mar estagnado. Foi preciso que o vento, soprando sobre a tranquila superfície do mar, produzisse primeiramente pequenas ondulações insensíveis à vista do mais esperto, às quais unindo-se logo depois a outras igualmente insensíveis, já formam uma mareta, que o viajante sem experiência não percebe, mas que à vista exercitada do piloto anuncia o grosso mar que cairá sobre o navio ao cabo de algum tempo, isto é, ao cabo do tempo necessário para que crescendo novas maretas, igualmente fracas que aquelas outras, formam afinal uma vaga que se não pode encarar sem espanto ⁴⁷⁸.

⁴⁷⁵ *PF*, § 179.

⁴⁷⁶ *PF*, § 180.

⁴⁷⁷ *PF*, § 181.

⁴⁷⁸ *PF*, § 182.



Aqui, Senhores, como em todos os fenómenos da natureza, é só pela acumulação de pequenos e insensíveis fenómenos homogêneos que se formam, com o tempo, essas comoções que parecem um transtorno geral do Universo.

Esta sucessiva formação das vagas não se verifica só antes da tormenta, mas continua do mesmo modo durante toda ela. Sem esta continuação, com a queda das primeiras vagas acabaria a tempestade.

Portanto, se para destruir uma pequena força se requer pequena força, bastará para impedir que jamais apareça aquele grande fenómeno o aplicarmos uma pequena força, mas uma força sempre presente, que depois de destruir, apenas ele começa a formar-se, esse primeiro insensível crespo do mar, invista e destrua o seguinte, e cada um dos seguintes, que não achando o encosto dos precedentes se apresenta tão fraco e tão fácil de destruir como cada um deles de per si ⁴⁷⁹.

Vós sabeis que o azeite nada acima da água, e portanto ser-vos-á fácil de conceber que apenas o primeiro crespo de água formado pelo vento junto ao navio se levanta acima da superfície do mar, o azeite, remontando-se acima dele, o destrói com o seu próprio peso e em virtude da coerência que lhe é natural com o resto da lâmina oleosa, que unida ao costado do navio se estende até uma grande distância pela superfície do mar; não de outro modo que no serviço doméstico observamos, que querendo-se transportar de uma para outra parte um balde de água, se lhe lança dentro uma simples tábua, que sobrenadando a qualquer pequena ondazinha, que se forma à superfície, a rebate, e impede a formação de maior chapeleta, que, a formar-se, saltaria por cima das bordas do balde; e repetindo-se continuamente o mesmo, dentro em pouco tempo se teria extravasado a maior parte da água, à proporção da profundidade e da abertura do mesmo balde ⁴⁸⁰.

Demorei-me na exposição destes exemplos mais do que a natureza do nosso actual estudo pareceria permitir; mas assim era preciso, porque se fizerdes aplicação das diferentes advertências que durante esta exposição tenho feito a quaisquer outros fenómenos da natureza, em cada um deles vereis uma nova prova da importante verdade que com estes exemplos me propus mostrar-vos, a saber: que qualquer fenómeno, por mais pequeno que ele seja, assim como é efeito da reunião de todos os que lhe têm precedido na vasta extensão do Universo, assim também está ligado a todos os futuros,

⁴⁷⁹ *PF*, § 183.

⁴⁸⁰ *PF*, § 184.

como razão parcial de todos eles. E bem como o esperto mareante pela inspeção da superfície do mar em aparência tranquila prediz, muitas horas antes, a futura tempestade, assim também facilmente se concebe que uma inteligência da ordem superior à humana inteligência, abraçando com a vista o estado presente de todo Universo, nele, e em cada uma das suas partes, veria representados, como o efeito o é na sua causa, todos os futuros acontecimentos até à mais remota duração dos séculos ⁴⁸¹.

Sumariava o nosso filósofo este último § 185 como “conclusão da mencionada lei cosmológica” ⁴⁸² e aqui estabelecia assim a analogia entre a previsibilidade da causalidade cósmica e a presciência providencial, desse modo completando teologicamente a cosmologia, abrindo as portas da teoria do universo. Pleno é o sentido da *teoria* na formulação do filósofo português ao considerar esse tipo substante de inteligência causal cuja *vista* alcance “o estado presente de todo Universo” e a partir deste, “como o efeito o é na sua causa”, “todos os futuros acontecimentos”. Aproximarmos-nos desta teologia cósmica depois de algumas breves considerações sobre a presença da prenunciativa imagem do mar na cosmologia de Silvestre Pinheiro Ferreira, bem como na de Leibniz, como magno espelho da universal harmonia.

§ 27. Excurso sobre a imagem cósmica do mar no pensamento de Leibniz e de Silvestre Pinheiro Ferreira

A imagem do mar surge como evidencial arquétipo da harmonia cósmica em ambos os filósofos e signo vivo da universal comunicação; escantilhão especulativo para o filósofo germânico da *harmonia prestabilita*, dinâmica *imago mundi* para o filósofo atlântico. Emerge o mar no texto leibniziano dos *Essais de Théodicée*, no âmbito argumentativo da *lex melioris*, do seguinte modo: “Car il faut savoir que tout est lié dans chacun des mondes possibles: l'univers, quel qu'il puisse être, est tout d'une pièce, comme un océan; le moindre mouvement y étend son effet à quelque distance que ce soit, quoique cet effet devienne moins sensible à proportion de la distance; de

⁴⁸¹ *PF*, § 185.

⁴⁸² *PF*, V, *assunto* do § 185.

sorte que Dieu y a tout réglé par avance une fois pour toutes [...]” (*Théodicée*, I, § 9)⁴⁸³. Para Leibniz, o universo é assim como um oceano por isso que tudo conflui na sua unidade múltipla, onde a energia da mínima ondulação atravessa todo o conjunto comunicante do translúcido tecido aquático. A questão da experiência da unidade dos diversos mares do globo ocupou vários filósofos (por exemplo, Aristóteles nos *Meteorológicos* e Francis Bacon no *Novum Organum*). Segundo o pensador alemão, que tendencialmente se coloca num plano metafísico, qualquer que seja dos mundos possíveis aquele que venha à existência, sempre tudo estará aí ligado tal como ordenado segundo o princípio do melhor. Por isso, em seu entender, pôde Deus regular tudo de uma vez por todas. Semelhante regulamentação está na base da ideia da harmonia preestabelecida (que Leibniz começou por designar por “princípio da ordem geral”). A primeira formulação da tese da harmonia preestabelecida, fê-la ele no *Système nouveau de la nature et de la communication des substances*, em 1695, designando-a como tal no *Éclaircissement* do “novo sistema” (onde recorre à célebre imagem, para a fundamentar, extraída da relojoaria⁴⁸⁴). Sucessivamente aplicou Leibniz a tese à botânica e à biologia, como à psicologia e à teologia. Em 1710, escrevia ele no prefácio da *Théodicée*: “Les perfections de Dieu sont celles de nos âmes, mais il les possède sans bornes; il est un océan, dont nous n'avons reçu que des gouttes: il y a en nous quelque puissance, quelque connaissance, quelque bonté; mais elles sont tout entières en Dieu. L'ordre, les proportions, l'harmonie nous enchantent, la peinture et la musique en sont des échantillons; Dieu est tout ordre, il garde toujours la justesse des proportions, il fait l'harmonie universelle: toute la beauté est un épanchement de ses rayons”⁴⁸⁵. Se a

⁴⁸³ “Pois cumpre saber que tudo está ligado em cada um dos mundos possíveis: o universo, qualquer que possa ser, é todo de uma só peça, como um oceano; o menor movimento estende o seu efeito a qualquer distância que seja, ainda que este efeito se torne menos sensível na proporção da distância; de modo que Deus regulou tudo de antemão de uma vez por todas [...]” (Leibniz, *Essais de Théodicée*, Paris, Garnier-Flammarion, 1969, pp. 108-109).

⁴⁸⁴ Silvestre Pinheiro Ferreira detém-se na analogia leibniziana inspirada na relojoaria, assente na “hipótese da *harmonia prestabilita*”, para explicar a relação entre a alma e o corpo, em *PF*, XXVII e *NEP*, E.

⁴⁸⁵ “As perfeições de Deus são as de nossas almas, mas Ele possui-as sem limites; é um oceano, de que não recebemos senão gotas: há em nós algum poder, algum conhecimento, alguma bondade; mas eles são inteiros em Deus. A ordem, as proporções, a harmonia encantam-nos, a pintura e a música são escantilhões seus; Deus é todo ordem, mantém sempre a justeza das proporções, faz a harmonia universal: toda a beleza é uma difusão dos seus raios (Leibniz, *Essais de Théodicée*, *préface*, ob. cit., p. 27).

compreensão da harmonia universal é, de acordo com Leibniz, supra-racional ⁴⁸⁶, na imagem cosmoteológica do oceano convergem, entretanto, os sentidos estético e metafísico, adunados na inteligência especulativa (como as águas supernas e íferas) à extática imagem da harmonia universal.

Um maior convívio com o mar traduz-se na filosofia marítima inscrita na quinta prelecção (§§ 177-185) de Silvestre Pinheiro Ferreira, que no *speculum mare* consignou a lei da verdade cosmológica da ligação de todas as partes do universo entre si. Concita a *philosophia perennis* a talassognosia silvestrina em mais de uma frente, sob o horizonte da fundamental lei cosmológica: a investigação experimental da dinâmica e aberta interacção da superfície do mar com os sistemas atmosféricos e bióticos, bem como o espectáculo sublime da tempestade marítima, cujo carácter profónico, pictórico e cinético o filósofo atlântico não deixa de considerar em enérgico estilo literário (como vimos no anterior § 26). Podemos verificar hoje, não raro através de infelizes acidentes com impacto em sistemas ecológicos vitais, como hidrocarbonetos, como o petróleo, alteram a fisionomia dinâmica das superfícies marítimas. O exemplo da garrafa de azeite ⁴⁸⁷, dado por Silvestre Pinheiro Ferreira para ilustrar, bem mais do que o *efeito borboleta*, a lei cosmológica da universal relação de tudo quanto existe, tem tanta aparência de inverosimilhança quanto é eficaz e exacto, já que, para além de ser eco de uma antiga técnica náutica, recebe a adequada explicação comprovada do próprio filósofo, tendo hoje certificação tão clara como a unidade planetária dos mares. Segundo o cosmólogo, há também “marés” na atmosfera ⁴⁸⁸. Do actual ponto de vista científico e particularmente das ciências climáticas, é de notar que não só não foi invalidada qualquer das teses e das provas silvestrinhas da lei cosmológica, como, pelo contrário, concitam-se especialmente hoje as ciências entre si em parciais verificações de subsistemas da tese da “importante verdade cosmológica da *ligação de todas as partes do Universo entre si*”. A destruição dos diversos sistemas ecológicos à escala planetária decorre da generalizada insciência relativa à lei cosmológica da natureza ⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ Cfr. Leibniz, *Essais de Théodicée, Discours*, § 23; *La cause de Dieu*, § 142, ob. cit., pp. 65-66 e pp. 451-452.

⁴⁸⁷ *PF*, §§ 180-184.

⁴⁸⁸ *PF*, *Marés*.

⁴⁸⁹ O sistema da natureza é assim definido por Silvestre Pinheiro Ferreira, na sequência das provas da lei cosmológica: “Estão pois ligadas entre si, como agentes e pacientes, todas as substâncias do Universo, que por este modo vêm a formar um sistema. E como este seja composto de todos os complexos de qualidades que constituem a natureza de cada uma das substâncias existentes, deu-se-lhe por isso, em sentido colectivo, o nome

Tanto quanto saibamos, está por constituir um campo epistemológico de investigação dedicado à verificação da lei cosmológica leibniziano-silvestrina. O presente trabalho, entretanto, é um modesto contributo para esse efeito. Na imagem cósmica do mar representa Silvestre Pinheiro Ferreira o princípio da comparticipação harmoniosa de todos os fenómenos. As ideias relacionam-se entre si e entre si se relacionam os objectos que compõem o universo ⁴⁹⁰. No mar do pensamento ligam-se, como as ondas, as ideias em palavras e o vasto mar interior do reino intelectual é esse mar da linguagem, para navegar no qual são necessários os mapas sistemáticos dos principais termos da rota ontológica do espírito. Recorde-se sempre - filosófica e soteriologicamente mesmo -, que aquilo que, segundo o filósofo do mar luso-brasileiro, “conduz ao conhecimento da verdade cosmológica” é, tão simplesmente, “a contemplação do Universo”. Cosmonauta de valor é, assim, aquele que vê na onda que se desenrola na praia um reflexo do universo. Em semelhante pairar contemplativo sobre as águas, aduna o filósofo português, em analogia maravilhosa, Deus e homem, na figura desse “esperto mareante” que, em puro acto teórico, “pela inspecção da superfície do mar em aparência tranquila prediz, muitas horas antes, a futura tempestade”.

de *Natureza*. E aos fenómenos e leis que em alguma parte deste sistema do Universo se patenteiam, chamam-se-lhes *fenómenos e leis da Natureza*” (PF, § 186).

⁴⁹⁰ Por isso, ao artigo “Ligação” converteu-o Silvestre Pinheiro Ferreira em “ligação *das ideias*”, remetendo para o processo de “associação das ideias”. Escrevia ele nesse verbete acerca da “Ligação *das ideias* - Diz-se haver *Ligação, Nexo, ou Relação* entre dois objectos, querendo-se significar que um deles é *Agente*, e o outro *Paciente* entre si, um *Razão*, e o outro *Efeito*: ou ambos *Co-agentes*, ou em fim ambos *Co-pacientes* de algum *Efeito*, que ou se exprime, ou se subentende. É neste mesmo sentido que se diz existir uma rigorosa e estreita *Ligação, Vínculo, Nexo, Relação, e Harmonia* entre todas as partes, de que o universo se compõe” (PF, *Ligação das ideias*).

Capítulo Undécimo

A *DISTINÇÃO* DA VISÃO DO UNIVERSO DE *ANTIGOS* E DE *MODERNOS* NA TEORESE SILVESTRINA

§ 28. A *distinção* entre os dois sentidos da palavra *universo*.

Comentário ao segundo dos artigos “universo” das *Prelecções Filosóficas*

No índice das *Prelecções Filosóficas* há duas entradas para a palavra *Universo*; uma, a assinalar a diferença entre as duas concepções dos “modernos” e dos “antigos” e a outra, contendo a definição do conceito na versão de Silvestre Pinheiro Ferreira. Por ora, fixar-nos-emos na diferença reconhecida pelo filósofo entre esses dois sentidos do conceito, relativos a dois mundos distintos (o mundo antigo e o mundo moderno, cujos contornos se evidenciarão aqui mais à frente). A ela alude ele assim:

“Os Antigos não davam a esta palavra [Universo] o mesmo sentido que os Modernos. Entre eles denotava o complexo de todos os Entes passados, presentes, e futuros, sem excepção alguma. Os Modernos, porém, têm limitado esta expressão à série de Indivíduos que por uma sucessiva transformação têm existido, existem, ou hão-de ainda vir a existir para o futuro. Por ignorarem, ou não reflectirem nesta distinção, têm prestado aos Antigos opiniões as mais alheias do seu modo de pensar, os Autores que escreveram a história da filosofia”⁴⁹¹.

Conforme a indicação hermenêutica do filósofo nesta última frase, para compreender o “modo de pensar” dos Antigos, cumpre reflectir “nesta distinção”. Corresponde esta, decerto, ao que separa quanto está compreendido nas duas perspectivas do que é o universo. A não fácil interpretação desta *distinção* é inacessível a todo o ponto de vista exclusivamente radicado na moderna compreensão do *universo*, que vige sem dúvida. Segundo o intérprete lusitano, na óptica dos Antigos, denotava a palavra universo “o complexo de todos os Entes passados, presentes, e futuros, sem excepção alguma”; mas os Modernos, “têm limitado esta expressão à série de Indivíduos que por uma sucessiva transformação têm existido, existem, ou hão-de ainda

⁴⁹¹ *PF, Universo*.

vir a existir para o futuro”. De acordo com o texto silvestrino, a *distinção* é, desde logo, marcada por uma *limitação* que sofre o conceito do universo no trânsito da compreensão dos Antigos para os Modernos; pois que estes o “têm limitado”, ao contrário dos anteriores, que concebiam o universo com “todos os Entes”, “sem exceção alguma”. O conceito do universo dos modernos é, portanto, mais limitado porque não inclui todos os Entes em sua complexidade. Por conseguinte, um tal conceito, na interpretação do filósofo, está limitado à “série de Indivíduos que por uma sucessiva transformação têm existido, existem, ou hão-de ainda vir a existir para o futuro”. Palavras chave para compreender o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira relativo à moderna aceção do universo, parecem ser aqui assim as que denotam a ideia de *tempo*: *série*, *sucessão*, *transformação*. O filósofo tem, aliás, bem presente o conceito leibniziano de *tempo* como *relação dos sucessivos* ⁴⁹². De acordo com o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, o conceito moderno do universo está limitado aos “indivíduos em sucessiva transformação”, vale dizer à geração e à corrupção, ou seja, à “natureza” (como entendida pelos “modernos”). Por isso que é o conceito moderno do universo dominado exclusivamente pela temporalidade, dele está excluída a totalidade dos Entes cujo complexo compõe o universo. Em menos ocluso texto das *Noções de Filosofia*, embora em notas recônditas das “Observações sobre os Mapas Sistemáticos da Ontologia”, lança Silvestre Pinheiro Ferreira luz sobre a questão do que seja o *universo*:

“Não é raro confundir-se no uso vulgar o *universo* com o *mundo*. Mas nos casos em que é mister falar com precisão, só se emprega a primeira destas duas expressões quando se quer designar tudo quanto existe, isto é: tanto o criador, como as criaturas; e a segunda para designar somente o complexo de todo o criado, presente, passado e futuro.

Os Gregos que davam ao universo o nome de *Pan* e ao mundo o de *Kosmos*, também tomavam frequentemente uma destas expressões pela outra.

Daqui proveio que a posteridade atribuiu a muitos dos antigos filósofos os erros do materialismo e ateísmo, de que, reflectindo-se bem em seus escritos, eles estavam muito alheios; pois que definindo *universo* tudo o que existe, e dividindo-o no *criado* e no *incriado*, reconheciam a existência de um *Deus criador* distinto do mundo por ele criado” ⁴⁹³.

⁴⁹² Cfr. por exemplo *EP*, Nota XVII.

⁴⁹³ *NE, omso*, 13 [*O universo*].

Pela negativa, a *distinção* entre a visão do universo dos Antigos e dos Modernos caracteriza-se, por conseguinte, pelo materialismo e ateísmo da modernidade, que assim, não tendo senão a experiência do *mundo*, carece do conhecimento verdadeiro do *Universo*, isto é, o saber de “tudo o que existe”, aí se incluindo o “incriado”. Mas não só significa isto a expressão “o complexo de todos os Entes passados, presentes, e futuros, sem excepção alguma”, referida pelo filósofo à visão do universo dos *antigos*. É o que elucida a outra recôndita nota das “Observações sobre os Mapas Sistemáticos da Ontologia”, encimada pelos títulos “*A Divindade*” e “*Inteligências superiores à generalidade dos homens*”, de resto a assinalar em conjugação com o horizonte do pensamento mítico-poético arcaico, o discreto carácter da gnosiologia pneumática do pensamento silvestrino:

“Quando se trata de interpretar os escritores da alta antiguidade, e sobretudo os que viveram nos países mais orientais ou que com eles tiveram maior trato, é mister não nos esquecermos de que a linguagem figurada, as alegorias, as parábolas e as alusões eram de uso tanto mais vulgar quanto a civilização e as ciências se achavam mais perto da infância. Em toda a parte os homens foram poetas, muito antes de serem filósofos. Por onde cumpre ter muita atenção em não tomar ao pé da letra e em sentido próprio as suas expressões poéticas e figuradas.

Outra atenção que muito importa observar, é não confundir as opiniões dos homens doutos com os erros e prejuízos dos povos, nem, tampouco, com as falsas doutrinas que, abusando da credulidade dos simples, os embusteiros não só conseguiram espalhar entre as massas ignorantes, mas obrigaram a adoptar em suas prelecções os homens mais ilustrados daqueles tempos.

Se com reflexão se lerem os escritos de Platão, de Aristóteles, de Xenofonte e de Cícero, não será difícil distinguir quais eram as suas verdadeiras opiniões.

Conforme pois a estes princípios é que devemos interpretar, o que nos escritos dos filósofos antigos encontramos a respeito da Divindade em geral e dos entes que ali se acham designados debaixo do nome de deuses.

Todos os que não fazem expressa profissão de ateus ou, o que vale o mesmo, panteístas, concordam em reconhecer um único ente sempiterno, criador de todos os outros entes, sem exceptuar os denominados deuses. Donde se deve concluir que esta denominação, aplicada a aqueles entes criados, era na mente dos filósofos uma simples metáfora, e não o grosseiro erro das turbas conhecido com o nome de politeísmo.

Os entes designados por aquele e outros nomes de que se compõe a mitologia, nada mais eram na opinião da maior parte dos filósofos da antiguidade do que as diversas forças da natureza, que os poetas, segundo o seu costume, haviam personificado, para as fazerem figurar em suas composições.

Na opinião porém dalguns daqueles filósofos eram verdadeiros espíritos que eles consideravam, como os princípios motores dos diferentes corpos da natureza tais como as estrelas, os planetas, o mar, os ventos, etc.

Numa palavra, todos eles queriam indicar com aquelas denominações uma jerarquia de entes inteligentes todos superiores à inteligência humana, mas todos infinitamente inferiores à Divindade propriamente dita.

Esta conjectura da razão humana em tanto se acha ratificada pela sagrada Escritura, em quanto também nela expressamente se mencionam várias ordens de espíritos criados sim, mas dotados duma inteligência superior à da espécie humana: e entre os homens alguns cuja inteligência ao Criador aprouve elevar em conhecimentos, muito além do que é dado alcançar ao comum dos homens, e que ali se designam com o nome de profetas.

A filosofia que não adopta outros princípios para seus discursos, senão os que lhe são fornecidos pela experiência, pode chegar a conhecer até certo ponto as propriedades que caracterizam as almas dos brutos cujas acções apresentam uma incontestável analogia com algumas daquelas que nós outros praticamos e em que a nossa alma figura, umas vezes como agente, outras como paciente.

Observando o admirável mecanismo desse vasto sistema do mundo, podemos remontar à contemplação das infinitas perfeições do seu divino autor, sem jamais as poder avaliar nem compreender.

Mas quanto a aquelas inteligências intermédias, sim pode lembrar que talvez existem; a razão guiada pela analogia inclina a admitir esta conjectura como mui provável; mas não descobrindo na natureza fenómeno algum que a habilite a definir as particulares funções de nenhum deles, cumpre-lhe abster-se de todo o discurso, sem se atrever a afirmar, nem a negar: tais são os limites da razão humana”⁴⁹⁴.

Com esta reserva, que nada contém de exotérico, Silvestre Pinheiro Ferreira, no Mapa da Ontologia, distingue os *Espíritos* e as *Almas*. Nos primeiros, considera duas esferas ontológicas, a da *Divindade* (na qual congloba a *Providência*, o *Destino*, a *Sorte*,

⁴⁹⁴ *NE, omso*, 33 [A *Divindade. Inteligências superiores à generalidade dos homens*].

o *Fado*, a *Alma do Mundo*); e a das *Inteligências superiores à generalidade dos homens* (na qual congloba os *Anjos*, os *Profetas*, os *Deuses*, os *Semi-Deuses*, os *Génios* e os *Heróis*), consoante as terminologias da *Escritura* e do *paganismo*. Quanto às *Almas*, atenta Silvestre Pinheiro Ferreira em duas ordens anímicas: a *alma humana* e a *alma dos brutos*. É por tudo isto que no Mapa da Ontologia, o acesso ao *Universo* contém as seguintes entradas: *Deus*, o *Criador*, o *mundo* e as *criaturas* ⁴⁹⁵.

Mas longe estamos de ter desvendado quanto encerrou o filósofo neste artigo “Universo”, com uma mão de linhas e inserido no índice das *Prelecções Filosóficas* e que comentamos neste § 28 do nosso estudo sobre a teoria silvestrina da harmonia do universo. Assinala aí também o pensador, com efeito, a *distinção* em vigor pelo recurso a dois vocábulos característicos de cada uma das visões do universo de *antigos* e *modernos*: *ente* e *indivíduo*. Assim, à diferença da visão arcaica do universo, parece indicar ele que a Modernidade tem maior sentido da *individualidade* do que a Antiguidade. Ainda que tal sentido possa talvez denunciar igualmente uma incapacidade para a visão do *ente*. Seja como for, o certo é que se admirou o filósofo português por os gregos não terem senão a expressão *ousia* para designar a *essência* e a *substância*, à diferença da língua latina e das línguas modernas; tal como só muito tardiamente significaram o grego *prosopon* e o latim *persona* conteúdos sinónimos de *indivíduo* (um ser humano) ⁴⁹⁶. Compreensivelmente, pois, no Mapa da Ontologia, aposto aos *espíritos*

⁴⁹⁵ *NE, mso*, 51, 52, 54.

⁴⁹⁶ O tema é abordado no *Ensaio sobre a Psicologia*, a partir do § 64 acerca da *substância*, na respectiva Nota XI: “Ao passo que todas as línguas modernas possuem, tal como a latina, duas expressões distintas para assinalar a *substância* e a *essência* dos objectos, é-se surpreendido que a língua grega, ademais tão rica, tão filosófica, não tivesse senão uma única expressão (*ousia*) para reproduzir estas duas ideias. Em seguida empregou-se também a palavra *hypostasis*, mas de novo, como *ousia*, com uso duplo, e sendo do mesmo modo utilizada mais frequentemente para significar *essência* do que *substância*: e particularmente o seu significado mais ordinário é de *existência*, *realidade*, *efectividade*. O mesmo pode ser dito de *hyparxis*, que o vulgar dos tradutores verte, de igual modo com muita frequência despropositadamente, pela palavra *substância*” (*EP*, Nota XI). Segue-se a extensa perquirição em torno do assunto a partir do discernimento aristotélico entre *essências primárias* e *essências secundárias*. Outra abordagem é feita ao tema, no mesmo *Ensaio sobre a Psicologia*, a partir do “neoterismo do *eu*” (de Fichte), nos §§ 188 e 218 e segs. e especialmente na Nota XXVI, onde Silvestre Pinheiro Ferreira procura distinguir as noções de “*eu*” e de “*personalidade*”. Escrevia ele: “Coisa digna de nota, é que a palavra *prosopon* em grego, assim como *persona* em latim, não são aplicadas pelos autores clássicos senão com o significado de *papel a representar*, das *funções*, das *atribuições*, das *capacidades*, etc. Foi apenas nos séculos da decadência destas duas línguas que se começou a utilizá-las como sinónimos de *indivíduo* (os gregos, mesmo nos melhores

e às *almas* e antes da acepção ontognosiológica do *universo*, coloca Silvestre Pinheiro Ferreira o tópico *Natureza individual*, no qual discerne a *Individualidade (indivíduo físico, indivíduo moral, identidade de qualidades essenciais e identidade de lugar)*, a *Personalidade* e a *Qualidade* ⁴⁹⁷.

Encontramo-nos já em posição interpretativa adequada para comparar os dois artigos “universo” inclusos nas *Prelecções Filosóficas*, no primeiro dos quais expressou o filósofo português o resumo cosmológico da sua visão do Universo:

“Esta palavra [Universo] denota o complexo de todas as coisas que existem. Se nós reflectirmos que nenhuma das partes B do Universo experimenta uma mudança D, sem que no momento precedente o Universo A tenha experimentado outra mudança C, concluiremos que a *Causa total* de cada uma das mudanças de qualquer ente é o Universo, sendo *Causas parciais* cada um dos outros entes de que ele se compõe; relação esta que constitui a ligação, harmonia, e sistema geral da Natureza (§§ 177-188)” ⁴⁹⁸.

séculos da sua literatura, empregavam as palavras *anthropos* [homem ou mulher], *ousia* [substância], *physis* [natureza]; e em poesia, *phos* [ser humano], *kephale* [cabeça], no sentido em que empregamos a palavra *pessoa* para designar *indivíduo*. Os poetas latinos aplicam no mesmo sentido a palavra *caput*, assim como os franceses a correspondente *tête*). Desde então, a palavra *pessoa*, tal como as que lhe correspondem nas línguas modernas, são indiferentemente aplicadas num como noutro sentido” (*EP*, Nota XXVI). “A todo indivíduo, de quem se pode dizer que é dotado de sentimento da sua personalidade, ou, o que vale o mesmo, da sua *identidade pessoal*, dá-se o nome de *pessoa*” (*NEI*, § 52 e ver *NEP*, Nota L).

⁴⁹⁷ *NE*, *mso*, 53.

⁴⁹⁸ *PF*, *Universo*. Dos §§ 177-188, para os quais remete o verbete, podem ler-se aqui, no capítulo anterior (10, § 26), os §§ 177-185. Os restantes três são os seguintes:

“Estão pois ligadas entre si, como agentes e pacientes, todas as substâncias do Universo, que por este modo vêm a formar um sistema. E como este seja composto de todos os complexos de qualidades que constituem a natureza de cada uma das substâncias existentes, deu-se-lhe por isso, em sentido colectivo, o nome de *Natureza*. E aos fenómenos e leis que em alguma parte deste sistema do Universo se patenteiam, chamam-se-lhes *fenómenos* e *leis da Natureza*.”

A observação acima mencionada, reduzida a uma expressão mais geral, demonstra que cada um dos fenómenos que acontecem em qualquer substância, é um efeito que tem por causa todas as substâncias do Universo, colectivamente, ou (o que é idêntico) ao mesmo Universo ou à Natureza: a razão daquele fenómeno é o estado precedente do mesmo Universo. E pela sua parte este mesmo fenómeno, considerado relativamente a todos os que depois dele têm de acontecer em todas e cada uma das substâncias do Universo, é uma das razões parciais desses fenómenos, bem como a substância em que ele se verifica é uma das causas parciais de tudo o que posteriormente acontece nos corpos da Natureza.

É pela convergência de física e metafísica, que a noção de *causalidade total*, porventura heurística, coloca a cosmologia silvestrina em plano interpretativo mais amplo do que a restrita relatividade das cosmologias modernas (de um ou mais espaço-tempo) que não contabilizam o ponto de vista ontognóstico. Também por isso, pode a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira sumariamente caracterizar-se como uma teoria geral da relação, resultante numa filosofia da harmonia universal. Nesta, com efeito, soube o filósofo português superar a “*distinção*” separadora das mundividências “antiga” e “moderna”, em transcensão fundada na experiência excelsa da harmonia universal.

**§ 29. O Universo da Antiguidade. Psicologia da *razão*
mitológica e hermenêutica da filosofia poética
antiga no *Ensaio sobre a Psicologia***

O primeiro ensaio de aproximação ao mundo antigo surge nas prelecções XXIV (§§ 782-808) e XXVI (§§ 857-875), em menos de uma densa dezena de páginas, nas quais, bem visto tudo, é nítido o intuito de Silvestre Pinheiro Ferreira de reconstituir a cosmovisão helénica arcaica, cujo nascedoiro descobre no sentido cósmico da harmonia. Daí a equipolência dos tópicos principais da perquirição silvestrina aos pilares hermenêuticos de uma teoria do universo. A arqueologia filológica do filósofo português dirige-se à descoberta da primordial designação de o que compõe isso que é designado *To Pan, Universum*. A intangível harmonia substante a quanto de entes e coisas é no patente separado e caótico, foi uma vez nomeada pelos lábios da Hélada. Via principal é assim a “Língua Grega”, que no conceito de Silvestre Pinheiro Ferreira, “constitui o mais glorioso momento da perfeição do Espírito humano”⁴⁹⁹. O ponto de vista silvestrino é, por conseguinte, o metafísico relativo ao todo universal, inclusivo da totalidade dos entes. Aquilo que o filósofo desenvolve em relação ao mundo mitológico, a partir das prelecções mencionadas, é, na verdade, uma metafísica hermenêutica da

É neste sentido que, falando-se de algum daqueles fenómenos em particular, se diz ser *efeito*, ou *obra da Natureza*. Expressão mui sensata e filosófica, contanto que se não aplique, como alguns pseudo-filósofos o têm feito, ao facto da *Criação* [...]” (PF, §§ 186-188).

⁴⁹⁹ CAT, Adv., p. 33.

teoria do universo da Antiguidade. Conjuga, por exemplo, uma perspectiva teórica da causalidade com a “teogonia” e a “cosmogonia”; considera a fenomenologia da *eviternidade*, por um lado e do *infinito*, por outro, do *tempo* e do *espaço*, dos sentidos de *caos*; considera a acção protognósica do *Ente Supremo* e das várias ordens de *inteligência pneumática*, tal como a fenomenologia das *forças motrizes* do mundo, do *bem* e do *mal*, do *fado*, do *dualismo* ou *maniqueísmo*, do *triteísmo*, do *inferno*, os *mistérios*, etc.⁵⁰⁰.

Foi no *Ensaio sobre a Psicologia* que o filósofo parece ter encontrado o terreno propício ao arvorar mais incondicionado da meditação sobre o universo da Antiguidade. Aí a retoma, com efeito, a partir dos pontos já fixados no horizonte aparente do remoto pensar⁵⁰¹, por ele desta feita inscrito na *Psicologia* sob as expressões *filosofia poética*⁵⁰² e *razão mitológica*⁵⁰³. O tema da visão do universo dos Antigos ocupa mesmo a maior parte do *Ensaio sobre a Psicologia*. Convergem no alto conceito de ciência de Silvestre Pinheiro Ferreira, de um cumulativo e perfectivo saber, aberto à compreensão de todas as formas do conhecimento, as Ciências Intelectuais e as Ciências Físicas e Matemáticas, especialmente na interpretação do conhecimento antigo. A *Psicologia* silvestrina explora assim no universo da Antiguidade áreas que vão da medicina e da retórica ao direito e à política, da física, da astronomia e da psicologia à teologia, até à história das próprias origens, a oriente, do berço de Europa, passante pelo saber do Lácio. O filósofo da modernidade portuguesa não hesitou em censurar justamente a ignorância dos modernos em face da longa e subida Antiguidade. Era nesse sentido que observava ele exemplarmente que nas *Categorias* de Aristóteles “se contém sobre a *Teoria dos Sistemas* tudo quanto as luzes da moderna Filosofia talvez presumiriam ter descoberto, se as obras imortais daquele insigne Luminar da Grécia não estivessem, há tantos séculos, abertas à meditação e ensino do Universo”⁵⁰⁴. Noutro exemplo, o “filósofo psicologista” registava “o erro dos que mofam dos antigos porque ensinavam

⁵⁰⁰ *PF*, §§ 782-808, 857-875. Nas *Prelecções Filosóficas*, a abordagem explícita da “*Mitologia*” é equacionada por Silvestre Pinheiro Ferreira sobre o fundo narrativo de uma *Ética Paradigmática* em cujo horizonte “se põem no lugar de homens Entes dotados sim de faculdades humanas, mas em um grau superior a nós” (*PF*, § 817). Outros cenários hermenêuticos da mitologia se abrem, porém, nas prelecções XXIV (§§ 782-808) e XXVI (§§ 857-875), como vimos.

⁵⁰¹ Nas *PF* XXIV (§§ 782-808) e XXVI (§§ 857-875).

⁵⁰² *EP*, XIV, *TM*. Ver *AD* 18.

⁵⁰³ *EP*, XIV, *h*, 12, nota.

⁵⁰⁴ *PF*, § 676.

que a terra, o ar, a água e o fogo eram os quatro princípios de todas as diversas substâncias. Os que assim criticam aqueles filósofos ignoram ou fingem ignorar que eles entendiam por aquelas expressões, não as substâncias conhecidas por aqueles nomes, mas os quatro estados de sólido, de líquido, de vapor ou gás e de calórico, considerado este último também como certo estado dos corpos, e não como uma substância *sui generis*”⁵⁰⁵. E comprovava o caso: “Não é esta uma arbitrária interpretação que nós damos às doutrinas dos antigos, é Aristóteles mesmo que no primeiro livro da sua *Metafísica* o diz assim muito explicitamente. Por onde nos não podemos assaz maravilhar da generalidade do erro em que o mundo tem vivido a este respeito”⁵⁰⁶. Expressivo exemplo do conceito cumulativo de ciência do nosso filósofo, é-nos fornecido por ele a propósito dos “fenómenos da atracção e da repulsão”, que foram conhecidos e poeticamente designados pelos antigos (*philia*, *eros* e *neikos*, que o filósofo verte por *amizade*, *amor* e *dissenção* ou *discórdia*), embora só “nestes últimos tempos”, tenha “a filosofia, auxiliada pelas matemáticas, podido calcular as leis da atracção”⁵⁰⁷.

Inclui a teoria da Antiguidade de Silvestre Pinheiro Ferreira um forte sentido analógico da recorrência histórica de certo tipo de fenómenos, não raro apontados em expressão alusiva. É o caso das antigas “escolas de filosofia”, que Silvestre Pinheiro Ferreira, partindo de uma meditação de Plutarco, distribui genericamente nos dois grandes grupos dos “materialistas” (“físicos”) e dos “metafísicos” (“lógicos”), nestes encontrando a filosófica convergência das forças da natureza com o princípio espiritual de uma razão ordenadora⁵⁰⁸. As reflexões contidas nessa passagem de Plutarco - “cuja importância”, segundo o filósofo português, “parece-nos não ter sido assaz sentida”⁵⁰⁹ - constituem, entretanto, um dos melhores exemplos do sentido de analogia histórica, que mencionávamos, nas investigações de Silvestre Pinheiro Ferreira. O texto de Plutarco é traduzido do grego para o francês pelo filósofo português, do seguinte modo: “Car les causes de tout ce qui arrive dans le monde étant, ainsi que je le disais, au nombre de deux, les anciens tant poètes que théologiens, s'attachèrent particulièrement à la plus belle de ces deux causes, et pour exprimer combien elle était générale, ils disaient que Jupiter était le commencement, que Jupiter était le milieu, et que de Jupiter émanaient

⁵⁰⁵ *NEI*, § 154, nota.

⁵⁰⁶ *NEI*, Nota M.

⁵⁰⁷ *EP*, Nota XIV, x.

⁵⁰⁸ *EP*, Nota XIV, *dd*, 4, nota ao texto grego.

toutes les choses. On ne songeait pas encore alors aux causes physiques et nécessaires. Mais les philosophes qui vinrent après et auxquels on a donné le nom de matérialistes, prenant la route opposée, firent abstraction de ce qu'il y a de plus beau dans l'origine des choses, la Divinité, et ne firent consister l'universalité de tout ce qui existe que dans les corps, dans leurs affections, leurs changements et leur action réciproque, soit par impulsion, soit par combinaison”⁵¹⁰. A observação hermenêutica de Silvestre Pinheiro Ferreira em relação a esta passagem de Plutarco - “cuja importância das reflexões parece-nos não ter sido assaz sentida”⁵¹¹ -, no mesmo passo em que, pela referência ao absoluto divino, dista da lei positivista dos três estados, abeira-se do mito. Com efeito, é em nota à passagem citada de Plutarco que Silvestre Pinheiro Ferreira, depois de aludir às escolas filosóficas da Antiguidade, expõe a sua teorese do mito, avançando na fenomenologia do pensamento dos poetas teólogos anteriores aos filósofos, ligados “ao que de mais belo há na origem das coisas”.

O filósofo português atende à complexidade do mito, reconhecendo-lhe manifestamente uma cosmovisão própria e uma “razão mitológica”, de valor em si como evento do ser e irreduzível a qualquer espécie de “acidente” como uma certa mentalidade pré-lógica ou irracional. Há, pois, na teoria silvestrina do *ens symbolicum* mitológico traços de tautogorismo fenomenologista, como de evemerismo, como de tautogorismo degradacionista. O Uno está no princípio brilhante sobre o Diverso e o discurso do filósofo é atravessado pela dimensão pleogónica desse claro-escuro do mito, que se protraí no tempo e no tempo se profunde. O próprio do mito é uma “filosofia poética”, como uma “imaginação poética” e uma “linguagem poética”, nas expressões de Silvestre Pinheiro Ferreira. Pois poético é o mito. À psicologia interpretante cumpre assim a ciência hermenêutica da elevada expressividade dos Antigos, “habitua-

⁵⁰⁹ *EP*, Nota XIV, *dd*, 4, nota ao texto grego.

⁵¹⁰ *EP*, Nota XIV, *dd*, 4. “Sendo pois as causas de tudo quanto no mundo acontece, tal como dizia eu, em número de duas, os antigos, tanto poetas como teólogos, ligaram-se e dedicaram-se particularmente à mais bela dessas duas causas, e para exprimir quanto era ela geral, diziam que Júpiter era o começo, que Júpiter era o meio, e que de Júpiter emanavam todas as coisas. Não se pensava ainda nas causas físicas e necessárias. Mas os filósofos vindos a seguir e aos quais se deu o nome de materialistas, tomando o caminho oposto, fizeram abstracção do que de mais belo há na origem das coisas, a Divindade, e não fizeram consistir a universalidade de tudo o que existe senão nos corpos, nas suas afecções, mudanças e acção recíproca, quer por impulsão, quer por combinação (*Plutarco, De Defectu Oraculor.*)” (*EP*, Nota XIV, *dd*, 4).

⁵¹¹ *EP*, Nota XIV, *dd*, 4, nota ao texto grego.

revestir a linguagem da filosofia das brilhantes cores da poesia”⁵¹². Polimórfico porque polissemântico, figura-se o fenómeno mitológico confuso, para a *homo rationalis*, como o próprio real em que incididos se constituam céu, terra e entes em universo. É do saber de uma tal complexidade que decorre a teorese quadrifrontal do mito, exposta por Silvestre Pinheiro Ferreira no *Ensaio sobre a Psicologia*. Segundo ela, há “quatro tipos de mitologia, a saber: a histórica, a astronómica, a física e a metafísica; errou-se, porém, ao ver algum desses sistemas como o único que os filósofos, os poetas, os escultores e os pintores da antiguidade quisessem exprimir na sua simbólica”⁵¹³.

A teoria do universo da Antiguidade conheceu edição ultimada pelo punho de Silvestre Pinheiro Ferreira na Nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia* no decurso do tópico “Sistema do Universo” (correspondente ao triângulo “*Harmonia*”, “*Criação*” e “*Fenómenos da natureza*”), em remissão da palavra *Criação* (§ 96). Com o título “*Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens*”, corresponde a Nota XIV juntamente com as respectivas citações dos textos originais da Antiguidade que a fundamentam, ao mais longo texto da *Psicologia* do filósofo português. Entretanto, tem aqui igualmente aplicação o que dizíamos atrás acerca do patente sentido analógico da recorrência histórica de certo tipo de fenómenos, porquanto perpassam a crítica de Silvestre Pinheiro Ferreira ao *panteísmo* nítidas referências alusivas a modernas posições panteístas e particularmente a Schelling (cujos cursos Silvestre frequentou na Alemanha). O que não obsta, antes encobre, quanto entretece aí a meditação teológica do filósofo português de subtil visão criacionista. Também por isso são estes os mais difíceis textos dele. Sensivelmente uma década depois, por volta de 1835, Silvestre Pinheiro Ferreira publicava o mesmo texto da Nota XIV, com ligeiras alterações decisivas e sem incluir as citações (para as quais, no entanto, remete), no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin, com novo título: “*De la Théogonie (Mythologie)*”⁵¹⁴. Seguiremos principalmente este texto, cuja tradução (da nossa responsabilidade) o

⁵¹² *EP*, Nota XIV, *TM*. Ver *AD* 18.

⁵¹³ *EP*, Nota XIV, *dd*, 4, nota.

⁵¹⁴ O texto “*De la Théogonie (Mythologie)*” foi reeditado conforme a original versão francesa (no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin) por Maria Luiza Cardoso Rangel em *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, ob. cit., pp. 275-288. Tal reedição, como observámos, não inclui as citações de autores gregos e latinos para que o artigo de Silvestre Pinheiro Ferreira remete. Essas citações encontram-se, porém, compreendidas na nossa presente tradução em apêndice, a partir da Nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia*, onde foi originalmente publicado o texto da *Théogonie*, com o título “*Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens*”. Ver *AD* 18.

leitor encontra aqui em apêndice. O outro texto que complementa a exposição da teorese silvestrina da cosmovisão arcaica, consiste na Nota XXIII com as respectivas citações, maioritariamente referidas ao pensamento de Platão. Tema principal de todo o transcurso pelo universo remoto do saber antigo é a harmonia universal.

A exposição silvestrina da teoria do universo da Antiguidade começa, a partir do ponto de vista metafísico da causalidade total, assim:

“O *universo (to pan)* abarcava, no sentido dos antigos, o *mortal* e o *imortal*; o *mundo* e a *divindade*”⁵¹⁵.

Remetendo para as seguintes quatro citações:

“Chamo Universo e Todo, o mundo tomado na sua totalidade; pois é por isso que ele foi assim designado, porque é um composto regular de tudo aquilo que é; um sistema ordenado, perfeito e completo de todas as naturezas; pois que nada está fora dele, tudo está no Todo, ou como parte ou como produção” (Ocelo de Lucânia, *De Nat. Univ.*, 1, 8)⁵¹⁶.

“Há dois princípios do universo, um activo, outro passivo. O passivo é a matéria considerada como substância e independentemente de qualquer qualidade. O activo é a palavra de Deus actuando sobre a matéria” (Diógenes Laércio, VII)⁵¹⁷.

“Um dos princípios deve ser considerado como a causa efectiva e formal; isto é a inteligência, Deus: o outro, como matéria passiva, o que é o mundo visível” (Pitágoras, segundo Plutarco, *De Placit. Philosoph.*)⁵¹⁸.

“Um é desde sempre imutável, o outro não fez senão sempre mudar” (Aristóteles, *De Gen. et Corrupt.*, I, 3)⁵¹⁹.

Cada uma destas citações remete, por seu turno, para séries várias de outras, ilustrando admiravelmente no plano teorético a ligação dos universais pontos de vista...

O texto da *Teogonia (Mitologia)* aborda primeiramente o *destino* em superior visão hermenêutica:

“O *Destino* foi inicialmente considerado como uma simples separação entre o *mortal* e o *imortal*; e sob este ponto de vista foi nomeado pelos Gregos *moira*, *moros*, *horos*, de onde os Latinos fizeram *fors*, *sors*, a *sorte*”⁵²⁰.

⁵¹⁵ *EP*, Nota XIV.

⁵¹⁶ *EP*, Nota XIV, a, 1.

⁵¹⁷ *EP*, Nota XIV, a, 2.

⁵¹⁸ *EP*, Nota XIV, a, 3.

⁵¹⁹ *EP*, Nota XIV, a, 4.

⁵²⁰ *TM*. Ver *AD* 18.

Remetendo para as seguintes duas citações:

“As próprias divisões do céu separam a parte impassível da que muda sem cessar. A linha de divisão entre o mortal e o imortal é o círculo que descreve a lua” (Ocelo de Lucânia, *De Nat. Univ.*, c. 2, § 2) ⁵²¹.

“A lua, ao mesmo tempo que serve de limite entre o ar e a região etérea, separa os seres divinos daqueles que são perecíveis” (Macróbio, *Somn. Scip.*, I, 21) ⁵²².

A exegese silvestrina mostra seguidamente a *alteração* nomenclatural, porque ontológica, da ideia original de *destino* até à de *fatalidade*. O filósofo ilustra abundantemente com citações de autores antigos uma tal *metamorfose*. Vejamos um desses textos, a meio caminho dessa *transformação* e espelho claro da cosmovisão helénica:

“As partes que compõem o universo, florescem, nascem ou perecem. Os nascimentos compensam as perdas; as dissoluções trazem novas criações. Desta luta entre os elementos onde cada um é alternadamente vencedor e vencido, resulta a conservação do universo, que por isso é e será por toda a eternidade preservado de destruição... Assim nos ensina a natureza que o princípio conservador das grandes massas do universo é a harmonia, e que esta harmonia não é senão o mesmo universo que encerra tudo o que há de belo, e que é a fonte donde tudo o que existe tira a sua origem... É dele que os animais recebem o sopro da vida, e esse princípio do movimento e do pensamento que chamamos alma” (Aristóteles, *De Mundo*, 5) ⁵²³.

Segundo o filósofo português, *moira*, “limitada de início a significar unicamente a *separação* do *mortal* e do *imortal*”, passou posteriormente a significar o próprio facto da *destruição*. Donde o significado de *moros*, de que derivaram os Latinos a *mors*, traduzindo a mesma ideia. Para assinalar “os males que acompanham ou que trazem a destruição e a morte”, recorreram “os Gregos à palavra *ata* ou *hata*, que os Latinos adoptaram mudando à sua maneira o *digama* para *f* e escrevendo *fata*, donde em seguida fizeram o singular *fatum*, a *fatalidade*. Esta fatalidade, prosseguiram os filósofos [em seus raciocínios], é uma consequência necessária da natureza do ser que sempre foi, que não pode deixar de existir, e que por consequência não poderia ser confundido com o que nem sempre foi e pode deixar de existir. Assim, esta lei é imutável; a própria Divindade não poderia mudá-la. A fatalidade, o destino, *fatum*, *fata*, *necessitas*, entre os

⁵²¹ *TM*, a, 1.

⁵²² *TM*, a, 2.

⁵²³ *TM*, b, 2. Ver *AD* 18.

Latinos; *ananke, eimarmene*, entre os Gregos foi portanto considerada uma força superior à própria Divindade”⁵²⁴.

Seguindo o fio da razão antiga, observa Silvestre Pinheiro Ferreira que os filósofos viram que o universo permanece “composto de elementos admiravelmente combinados com ordem e simetria. “É pois uma máquina na qual, como em qualquer outra, cumpre distinguir as peças de que é composta, e o artista cuja inteligência concebeu o plano segundo o qual foram essas peças formadas, ordenadas e unidas”⁵²⁵. Assinalam as denominações *hyle* e *materia*, para Gregos e Latinos, o conjunto dos elementos em estado informe, considerado anteriormente à primeira forma que os tornou próprios para virem a ser as partes constituintes do mundo tal como o conhecemos; e depois de receberem esta primeira forma, foram os elementos designados pelos Gregos *stoicheia* e pelos Latinos *elementa*⁵²⁶. “O conjunto das combinações resultante da natureza desses elementos primitivos, cuja reunião constitui o sistema admiravelmente regular do universo, foi designado pelos Gregos sob o nome de *kosmos*, e pelos Latinos sob o de *mundus*, o mundo”⁵²⁷. “O artista, o autor, o criador do mundo, foi nomeado pelos Gregos *Demiourgos*, *Daus*, *Daimon*, *Daemon*, *Dsaus*, *Dseus*, *Zeus*, *Theos*, e pelos Latinos *Opifex*, *Artifex*, *Creator*, *Deus*, o Criador, *Deus*”⁵²⁸. O filósofo português expõe em superior visão adunada a cosmologia e a teologia poética da razão mitológica.

“Se bem que os filósofos, para explicar a formação do mundo, comparassem Deus a um artista, teria sido demasiado absurdo levar esta comparação ao ponto de supor que devesse ele empregar instrumentos para esta formação. Era mais natural que, tendo denominado a Divindade a alma do mundo, daí tenham concluído eles que assim

⁵²⁴ *TM*, b, c, d, e.

⁵²⁵ *TM*, f. “É impossível que a matéria por si só seja o princípio de todos os seres. Cumpre acrescentar a isso uma causa eficiente. Tal como a prata só por si não basta para fazer uma taça, se não houver uma causa eficiente, ou seja um ourives” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*) (*ibid.*).

⁵²⁶ *TM*, g.

⁵²⁷ *TM*, h. “O mundo é o conjunto coordenado do céu, da terra, e de todas as naturezas que aí se encontram” (Zenão, *apud* Laer., VII).

“Todo, o céu ou o mundo, ou outro nome que se queira dar-lhe” (Platão, *Tim.*) (*ibid.*).

⁵²⁸ *TM*, i. “Tomando Deus toda a matéria visível e que existia, não em repouso, mas num confuso e desordenado movimento, fê-la passar desse estado de desordem ao de regularidade e de ordem que vemos” (Platão, *Tim.*).

“Hesíodo deu aos génios o nome de *daimones* por serem eles sábios artífices (*daemones*)” (Platão, *Crat.*) (*ibid.*).

como a nossa alma não precisa senão de *querer* para que as diferentes partes do nosso corpo se ponham em movimento ou se detenham de acordo com as suas *ideias* e as suas *concepções*, ou seja segundo a sua inteligência, do mesmo modo a Divindade não empregou a não ser a sua *inteligência* para formar o mundo.

“Os Gregos, que na sua língua chamavam a inteligência, assim como as suas concepções, *nous, idea, logos*, denominaram assim o instrumento que Deus empregara para tirar o mundo do caos. Os Latinos, adoptando as suas doutrinas, reproduziram estas denominações nas de *mens, intellectus, idea, sermo, verbum*, a inteligência, a palavra, o verbo de Deus”⁵²⁹.

⁵²⁹ *TM, r.* “Uma vez tendo o supremo artista desde toda a eternidade diante dos olhos suas invariáveis concepções, servindo-se delas como modelo para tornar efectivo quanto até então mais não era do que ideal e simplesmente possível, esse todo não pode ser senão perfeito... E assim sendo, o mundo é a imagem visível de uma concepção anterior” (Platão, *Tim.*).

“Se os deuses não fizeram o mundo empregando meios mecânicos, e se não se formou ele de todo pelas suas próprias forças, cumpre que o haja sido pela simples potência divina” (Salústio, *De Diis et Mundo*, 13).

“Anaxágoras considera a inteligência divina como o instrumento da criação” (Aristóteles, *Metaph.*, I, 4).

“Ele (Deus) opera sem esforço e unicamente pelas concepções do seu entendimento” (Xenófanes).

“Mas o que é digno da divindade, é que sem esforço e unicamente pelo efeito da sua vontade, tenha realizado as concepções da sua inteligência” (Aristóteles, *De Mundo*, 6).

“Porém, ao ordenar todas as coisas, ele (Deus) não saiu do estado de repouso que lhe é próprio” (Platão, *Tim.*).

“Vós mesmo dizeis que nada há que Deus não possa fazer e mesmo sem qualquer esforço; porque assim como a alma humana põe em movimento os membros sem outro esforço que não o da vontade, do mesmo modo tudo no mundo pode ser feito e sofrer mudanças unicamente pela vontade dos deuses” (Cícero, *De Natur. Deor.*, III).

“Ele (o mundo) foi feito pelo mais poderoso autor, não segundo um modelo, mas segundo a ideia que dele concebera a própria divindade no seu entendimento” (Timeu de Lócris).

“Não se pode dizer que a concepção seja a causa, mas o instrumento necessário. Do mesmo modo que para o estatuário é o modelo tão necessário como o cinzel ou a lima” (Séneca, *Epist.* 65).

“A inteligência suprema que a tudo dá a ordem conveniente é a causa eficiente” (Anaxágoras, *apud Plutar.*, *De Placit. Philosoph.*).

“Todas as coisas estavam num estado de confusão. A inteligência dividiu-as e pô-las em ordem” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*).

“A Inteligência, supremo criador, e o Amor pleno de encantos” (Orfeu).

“Hesíodo diz que o caos existia antes de tudo; em seguida a terra de amplo seio, e amor, o mais belo de todos os deuses: como querendo dizer que devia haver uma causa que pusesse em movimento e reunisse todas as coisas” (Aristóteles, *Metaph.*, I, 4).

O filósofo português ilustra a arcaica personificação da suprema acção espiritual formadora do mundo, em múltiplos passos, alguns dos quais belos. Citemos um:

“A mais perfeita e divina natureza compõe-se destas três coisas: a inteligência, a matéria e a união de ambas, que é o que se chama mundo. Quanto à inteligência, Platão chama-a imagem, modelo e pai de toda a criação. A matéria dela é chamada mãe, ama, base, morada. Ao que é resultante da combinação da inteligência e da matéria, designa filho, ou criatura. Poder-se-ia crer com razão que os Egípcios viam o triângulo como a figura mais perfeita, e que por isso lhe compararam a natureza do universo” (Plutarco, *De Isid. et Osir.*)⁵³⁰.

Ao longo da sua obra, Silvestre Pinheiro Ferreira dedicou profundas reflexões, raramente óbvias, ao tema da Alma do Mundo⁵³¹. A mais extensa delas, fê-la o filósofo no *Ensaio sobre a Psicologia*, na Nota XXIII, na qual anunciava uma “análise crítica” do *Ménon* e do *Fédon* de Platão, incluída na mais geral crítica do “panteísmo”. Contudo, amplamente excede a reflexão, tal como as citações de autores da Antiguidade para as quais remete, o que prometia o autor para a ocasião. Na realidade, Silvestre Pinheiro Ferreira, para além de efectuar aí um estudo sobre a filosofia de Platão,

“Duas causas há de todos os seres: a inteligência, causa de tudo quanto com desígnio é feito; e a necessidade, causa de tudo o que acontece em necessário seguimento das forças de que estão os corpos dotados” (Timeu de Lócris).

“Pitágoras diz que dos dois princípios um é a mónade, deus e fonte de todo o bem, simples por natureza, e que é o que se chama inteligência. O outro é a díade, indiferente a receber qualquer tipo de formas, à qual se deu o nome de génio, e que é o princípio de todo o mal” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*, I, 7).

“A formação do mundo é resultado da combinação das forças essenciais da matéria e da inteligência divina. Cumpre assim distinguir duas espécies de causas, das quais uma é necessária, a outra divina” (Platão, *Tim.*).

“É coisa sabida que o *logos*, isto é, a palavra ou a razão divina, passa entre os vossos filósofos por ser o autor do universo” (Tertuliano, *Apologet.*) (*ibid.*).

⁵³⁰ *EP*, Nota XIV, u, 4; *TM*, s.

⁵³¹ Uma única vez se exprime o filósofo com aberta claridade sobre o tema da Alma do Mundo: “Este mesmo pensamento: d'um espírito causa primeira e espontânea que deu origem e impulso a toda essa série de fenómenos a que se chama o *mundo*, do mesmo modo que a nossa alma dá impulso às diversas partes do nosso corpo, é o que os antigos quiseram exprimir dizendo: que o mundo é um *ente animado*, cuja alma é Deus.

Levando mais adiante o seu discurso, acrescentavam: que, sendo uma grande parte dos fenómenos do universo efeito da acção das almas dos homens sobre os respectivos corpos e, por meio deles, sobre o resto do mundo, as almas dos homens fazem com a divindade o complexo das causas motrizes do mundo material: e portanto a este complexo é que a maior parte dos antigos filósofos deram o nome de *alma do mundo*, isto é: a própria *divindade*; donde eles concluíam: que as almas humanas, e

aproveita a ocasião, particularmente à roda do *Fédon*, para desenvolver uma fenomenologia da harmonia a diversos níveis e especialmente no âmbito da relação analógica do microcosmo da Alma e do macrocosmo da Alma do Mundo. Em momento alto da *Psicologia* do filósofo português, Homem, Mundo e Deus encontram-se no princípio fontal da harmonia universal. Luminosamente convergem *harmonia mundi* e *harmonia animi* no plano aberto do universo. Antes de passarmos ao conteúdo da exposição da Nota XXIII, vejamos como historiava Silvestre Pinheiro Ferreira a genealogia psicológica da “alma do mundo” no seio da Antiguidade. Na Nota XIV da *Psicologia*, ou seja, na *Exposição do Panteísmo dos Antigos*, bem como na *Teogonia (Mitologia)*, escrevia o filósofo de Lisboa:

“Embora apenas nestes últimos tempos tenha a filosofia, auxiliada pelas matemáticas, calculado as leis da atracção, os fenómenos que daí derivam não podiam escapar à sagacidade dos antigos. Também não careceram de a designar de maneira tão mais expressiva, quanto estavam habituados a revestir a linguagem da filosofia das brilhantes cores da poesia. Designaram-na então pelos nomes de *amizade*, *amor* (*philia*, *eros*)⁵³².

Mas não era o bastante tê-la denominado, havia ainda, para satisfazer o gosto do século, que personificá-la e traçar-lhe a genealogia.

'O universo, disseram os filósofos, está em perpétuo movimento, e, bem mais ainda, num movimento que mais regular não pode ser'.

Não denominamos nós *alma* esse princípio que produz e dirige em nós os movimentos do corpo? Poderemos nós conceber movimentos, e sobretudo movimentos que apresentem o selo da sabedoria, se por um momento supomos a nossa alma daí ausente? Não é também por isso que chamamos *animais* os quadrúpedes, as aves, os peixes, etc.? 'É preciso pois, concluíam eles, que o mundo seja dotado de uma *alma* que seja ao mesmo tempo o princípio dos seus movimentos e da sua conservação'.

geralmente todos os espíritos, são partes, ou, como também eles se exprimiam, *emanações da divindade*” (*NEO*, G, p. 71).

⁵³² *EP*, Nota XIV, x; *TM*, u. “Deixando o senhor do universo de estar na posse do leme do mundo, inspecciona de certa maneira os seus movimentos por si submetidos a leis necessárias e determinadas pela força de atracção inerente a todas as partes de que se compõe o mundo” (Platão, *Político*).

“As duas forças eficientes da natureza são a amizade e a discórdia” (Empédocles, *apud* Sext. Emp., *Adv. Math.*; Aristóteles, *De Gen. et Corrupt.*, II, 6).

“As duas forças primitivas são a amizade e a discórdia, das quais a primeira aproxima, a segunda separa” (Empédocles, *apud* Plutar., *De Placit. Philos.*) (*ibid.*).

Acabámos, porém, de ver que o princípio de conservação, esta força motriz do universo, fora designada *amizade, amor*. Estas duas expressões tornaram-se portanto sinónimas de *alma do mundo*. Daí em diante, *eros, pneuma*, entre os Gregos, e *amor, spiritus (amor, espírito)* entre os Latinos, não significaram senão uma mesma coisa, a força motriz, o princípio vivificante, conservador do universo ⁵³³.

'Mas esse princípio dos movimentos do mundo posteriores à sua formação, não deverá ser o mesmo que lhe imprimiu o primeiro movimento, quando os elementos ao sair do caos se juntaram para formar este admirável sistema, cuja identidade das leis parece demonstrar a identidade do princípio que o anima e conserva? *A alma do mundo*

⁵³³ *EP*, Nota XIV, y; *TM*, v. “Todos os outros filósofos crêem que o mundo é animado e dirigido por uma providência. Mas Leucipo, Demócrito, Epicuro e todos aqueles que admitem os átomos e o vazio, dizem não ser ele animado nem regido por uma providência inteligente, mas por uma certa natureza privada de razão” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*, II, 3).

“Cada uma das partes do universo é arrastada pelo movimento geral, e é conformando-se-lhe que contribuem elas para a conservação e a harmonia do conjunto. É nisso que consiste a vida e a alma do mundo” (Ocelo de Lucânia, I, 12).

“Quanto à alma do mundo, de acordo com a vontade do Criador, posta-se do centro para além da circunferência, de maneira que inteiramente o envolve. Daí resulta uma mistura da forma indivisível com a substância divisível, de modo a fazer de ambas um conjunto, ao qual Deus acrescentou duas forças motrizes, uma para a conservação, outra para as mudanças: essas forças encontram-se em proporções combinadas com a mais perfeita harmonia” (Timeu de Lócris).

“Foi dotando a alma de inteligência e estabelecendo uma estreita união entre o corpo e a alma, que a divindade formou este universo, a fim de que fosse a mais bela e perfeita obra do seu poder” (Platão, *Tim.*).

“O sopro de Deus cuja acção penetra todo o universo” (Plutarco, *De Placit. Philos.*).

“Escutemos por um momento Platão que é como um Deus para os filósofos... Uma vez que todo o movimento provém desse fogo do mundo que é movido, não por um impulso que lhe seja estranho, mas pela sua própria virtude, necessariamente esse fogo é alma, e por consequência o mundo é animado” (Cícero, *De Natur. Deor.*, II, 24).

“Um estóico diria que o mundo é dotado de inteligência e de uma alma, origem da sua própria existência, assim como da do mundo, cuja conservação assegura, e do qual é a força motriz e o princípio regulador” (Cícero, *Academic.*, IV).

“Uma vez que qualquer corpo que se não põe em movimento senão por uma causa exterior, é inanimado: e aquele que dentro de si mesmo tem a causa do seu movimento, é animado; eis com efeito o que constitui a natureza da alma. Assim sendo, segue-se não haver senão a alma que se ponha a si própria em movimento” (Platão, *Phaedr.*).

“Tendo Deus desde toda a eternidade concebido no seu entendimento, como devendo existir um dia, esta outra divindade (o mundo), formou, pela reunião de vários corpos dos quais cada um é perfeito no seu género, um conjunto não menos perfeito, e depôs no seu seio uma alma que está em todas as suas partes, e que estendendo-se em seu redor, o envolve e protege” (Platão, *Tim.*) (*ibid.*).

só pode ser pois, concluíam os filósofos, o próprio espírito da Divindade que o formou”

534

Colocou Silvestre Pinheiro Ferreira no seio da interpretação da doutrina platônica, na Nota XXIII, a fenomenologia da harmonia universal, em cuja espelhante

⁵³⁴ *EP*, Nota XIV, z; *TM*, x. “O espírito da divindade está em todas as partes do universo, como está a nossa alma em todas as partes do nosso corpo” (Zenão, *apud* Laer., VII).

“Do mesmo modo que somos governados pela nossa alma, tem o mundo também uma alma que abraça todas as suas partes e que se chama Júpiter” (Fornuto, *De Natur. Deor.*, 2).

“O pai, depois de tudo coordenar, confiou-o à inteligência, esta segunda divindade que o povo designa como a primeira... Depois da inteligência do pai, venho eu, a alma do universo” (Zoroastro, *Oracul.*, II, v. 27; VI, v. 150).

“Esta inteligência (divina), que se chama $\nu\omicron\upsilon\varsigma$, inteiramente se assemelha a seu pai e autor, de quem tira a origem. É dela que emana o espírito destinado a animar o universo” (Macróbio, *Somn. Scipion.*, I).

“A inteligência (divina) tira a sua origem do Deus supremo: e é dela que emana a alma (do mundo)” (Macróbio, *Somn. Scip.*, I).

“O Deus supremo e a *inteligência nascida dele* são distintos da *alma do mundo*, assim como são superiores à natureza” (Macróbio, *Somn. Scip.*, I).

“A alma (do mundo) procede da inteligência (divina): e esta inteligência foi criada pelo verdadeiro Deus supremo” (Macróbio, *Somn. Scip.*, I).

“Deus, a Inteligência e a alma do mundo” (Cirilo, *Contra Julian.*, II).

“Aqueles que procuraram explicar Platão aplicaram isso ao primeiro dos deuses. Quanto ao segundo e ao terceiro, comumente os denominaram alma do mundo; porque segundo eles era esta também uma terceira divindade” (Eusébio de Cesareia, *Praep. Evang.*, II, 20).

“Pitágoras dizia que a *mónade*, assim como a *díade*, eram deuses. Considerava a *mónade* como desempenhando o papel de macho ou de pai na criação do mundo. Segundo ele era Júpiter, a inteligência de Deus, o Deus supremo. Comparava a *díade* à fêmea, mãe, lei divina que rege o mundo sublunar e que é segundo ele a alma do mundo” (Xenócrates, *apud* Stoboeum, I, 3).

“A *mónade* é o princípio de todas as coisas. Ao actuar sobre a matéria e ao unir-se-lhe, a *mónade* produziu a *díade* que, pela sua natureza, é indeterminada” (Alexandre, *apud* Laer., III).

“A *díade* passiva e material é o mundo que vemos” (Pitágoras, *apud* Plutar., *De Placit. Philos.*, I, 3).

“Pitágoras por seu turno admitia que Deus é uma alma espalhada e actuante em todos os seres da natureza” (Cícero, *De Natur. Deor.*, I, 2; XXIII).

“Zenão define pois a natureza como um fogo motor que com arte procede à geração... pois que ela opera conformemente a uma certa progressão de que nunca se afasta. Relativamente à natureza universal que abarca, encerra e contém todas as outras, não diz Zenão somente que seja ela artista, mas positivamente assegura ser a obreira encarregada de pensar e de prover a tudo quanto de útil e de cómodo há... Tal é pois a inteligência do universo, e por consequência o nome de prudência ou melhor de providência (segundo a expressão grega) muito bem lhe convém” (Cícero, *De Natur. Deor.*, II) (*ibid.*).

teorese incide a comum origem de *harmonia mundi* e *harmonia animi*. Por entre considerandos exegéticos, fornece-nos uma valiosa chave hermenêutica da sua obra o filósofo português nas instrutivas observações acerca da espécie de esoterismo contido na expressão do pensamento platónico: “A hermenêutica indicada por Platão consiste em reparar bem nos princípios que enuncia em diferentes passos das suas obras com clareza e que pela sua estreita ligação formam o sistema das suas doutrinas”⁵³⁵. Tal é, por exemplo, no dizer silvestrino, o caso da opinião de Platão acerca da autoridade dos poetas⁵³⁶. No pródromo da gnosiologia da harmonia do universo, colocou a

⁵³⁵ *EP*, Nota XXIII, H. Advertia o “*divino Platão*”, segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, “Que cumpre não tomar os seus discursos à letra, tendo sido obrigado a esconder as suas opiniões sob um véu que ocultasse o seu conhecimento aos olhos do vulgo; mas que os seus discípulos reflectissem bem nisso e, combinando as diferentes asserções entre si, facilmente poderiam compreender” (*ibid.*). Num § cujo *assunto* não menciona, escrevia o filósofo português nas *Prelecções Filosóficas*: “Além de que já vos é conhecido, que por mui pensados motivos faz parte essencial do plano destas Prelecções não exaurir de uma vez quanto me possa ocorrer sobre qualquer dos objectos delas, mas antes reservar, de umas para outras ocasiões, doutrinas aliás conexas para as fazer entrar, ou como aplicações, ou como exemplos, onde a prudência ou a ligação das ideias me ditar que elas vêm mais a propósito (§§ 583 e 587)” (*PF*, § 876). Os *assuntos* destes §§ 583 e 587 para os quais remete o texto silvestrino são: “Verdadeiro Objecto e Plano destas Prelecções” e “Dois princípios importantes da Didáctica”. No § 587 lê-se: “Quando eu cedi à vocação de entrar nesta árdua e delicada empresa, desde logo assentei de me não poupar a trabalho para vos comunicar a maior cópia de verdades que coubesse no possível. Mas não é possível dizer todas as verdades. ‘Se eu tivesse fechadas nesta mão todas as verdades’, dizia o grande Fontenelle, ‘o meu principal cuidado seria não a abrir senão com muito sentido’. Além disso, o tesouro das verdades é tão rico e copioso que seria temerário pretendê-lo exaurir. Penetrado destes dois importantes princípios da Arte de ensinar, era natural lembrar-me o expediente de vos confiar as chaves deste tesouro, que nem sempre é lícito abrir, e jamais é possível esgotar” (*PF*, § 587). Para a fundamentação de quanto aqui se acha subjacente, ver *EP*, Nota XXIII, H, I (citações).

⁵³⁶ *EP*, Nota XXIII, E, V. Ver especialmente, nas citações da Nota XXIII, a letra *f*. O tema do Inferno é aí decisivo e Silvestre Pinheiro Ferreira, para o efeito, recorre, uma vez mais, a Plutarco (*De Legend. Poet.*): “Nessas descrições dos infernos que nos apresentam debaixo dos mais terríveis nomes hórridos espectros, torrentes envoltas em labaredas, lugares horríveis e medonhos tormentos, não há quem não sinta o quanto a mentira e a verdade se encontram confundidas, como está misturado por vezes o veneno nos alimentos. De igual modo, os próprios Homero, Píndaro e Sófocles não acreditavam no que escreveram acerca disso nas seguintes passagens: “*Aí, do seio d’ águas em ardor // Que cobre um eterno horror, // Exalam sangrentos vapores, // De que nutre o inferno o seu furor.*” ///

“*Vão costeando eles essas rochas branquejantes // Onde vem quebrar o mar suas vagas escumantes.*” ///

“*Do império dos mortos o vórtice tenebroso // Revolve no seio da noite as ondas tumultuosas.*” ///

Antiguidade o tema da iniciação e por isso Silvestre Pinheiro Ferreira, sondando os fundamentos da filosofia platónica, cita um sugestivo passo de Plutarco, a propósito do uso figurado da linguagem feito por Platão, “sobretudo quando inseria alguma fábula nas questões sobre a alma. “Chama [Platão] à natureza inteligente do céu *carro alado, revolução harmoniosa do universo*. No mesmo passo que nos ocupa, faz regressar dos infernos um homem que narra tudo o que viu, a quem chama Er, que é Panfilio de nação e filho de Harmónio, para nos dar a entender que as nossas almas são produzidas e intimamente unidas ao nosso corpo segundo as leis da harmonia” (Plutarco, *Sympos.*, IX, 5) ⁵³⁷. Segundo o filósofo português, seguiu Platão as pegadas de Pitágoras no curso

Mas os lamentos que tantos poetas tecem acerca da morte e da privação da sepultura, que como grandes infortúnios deploram... Todos esses queixumes exprimem os sentimentos daqueles que assim pensam em consequência das falsas opiniões adoptadas. É desse modo que fazem passar para a nossa alma a perturbação e o abatimento donde partem esses discursos.

Para deter o prestígio da sua sedução, é preciso, na altura certa, prevenir os jovens de que a poesia faz pouco caso da verdade; que é mesmo muito difícil àqueles que procuram o verdadeiro, discerni-la nas suas ficções. Nisso concordam os próprios poetas, e posso citar em testemunho estes versos de Empédocles: “*Todo o esforço dos humanos não saberia desvelar // O que em nossas ficções nos é caro ocultar.*”

E estes de Xenófanes: “*Não há mortal algum que bem possa compreender // O que dos deuses falando, meus versos deram a entender.*”

Por conseguinte, quando se encontram num poema máximas despropositadas ou mesmo absurdas sobre os deuses, os génios ou a virtude, aventadas por um homem ademais com reputação de sabedoria, um leitor desprevenido de ser a ficção familiar à poesia, cai em erro e enche o espírito de falsas opiniões. Aquele, porém, que sabe com que arte emprega a poesia a mentira, e que lhe pode dizer sempre que a ocasião se apresente: “ó rival da Esfinge, feiticeira demasiado doce! Porquê encobrir teus jogos sob aparência grave e austera? Porquê fingir instruir-nos, quando nos queres enganar?” Não cairá esse nunca no seu logro, nem se deixará conduzir em erro. Reprovar-se-á por ter receado que Neptuno com um golpe do seu tridente entreabrisse a terra, e descobrisse aos viventes a morada dos mortos. Se porventura surpreendido como por secreto encanto, experimenta involuntária perturbação, logo a si mesmo tornado, recordar-se-á do que diz a mãe de Ulisses ao filho nos infernos: “*Apressa-te a sair desses beirais tenebrosos: // E quando revires a luz dos céus, // Dá de quanto vês notícia a Penélope.*”

Aviso que Homero coloca com razão depois da descrição dos infernos, para insinuar não serem estas fábulas boas para contar a não ser a mulheres.

Tenho ainda como garante o próprio Sócrates, que em Platão declara nenhuma inteligência ter dessas ficções poéticas. Estar-se-á, pois, menos disposto a crer nos poetas, quando se constata enredarem-se aí os filósofos e perderem-se nessas pesquisas” (Plutarco, *De Legend. Poet.*) (*EP*, Nota XXIII, citações, f, 8).

⁵³⁷ *EP*, Nota XXIII, K, n, 4. A passagem anterior a esta, extraída por Silvestre Pinheiro Ferreira da mesma obra de Plutarco, é a seguinte: “Platão procura, pela etimologia dos nomes, descobrir como por vestígios as propriedades dos deuses” (Plutarco, *Sympos.*, IX, 14) (*EP*, Nota XXIII, K, n, 3). Recordemos que também para Leibniz é a

da harmonia. No mesmo movimento em que Silvestre Pinheiro Ferreira nos dá conta do pensar platónico e pitagórico, efectua em admiráveis citações a fenomenologia da harmonia do universo. Eis como.

“O mundo, diziam os filósofos que acabamos de citar, está sujeito a leis da mais constante regularidade; tudo permanece aí na mais admirável *harmonia*”⁵³⁸.

“Mas o que é o *mundo*? É um composto da matéria primitiva (*Hyle*), diziam, e da série de formas variadas (*Eide, morphai*) que ela sofre desde o primeiro momento da criação.”

“É nessa contínua mudança de formas que consiste o movimento perpétuo (*kinesis*), a *vida* do mundo. É nesta sucessão regular de diferentes formas que consiste a *harmonia do universo*”⁵³⁹.

“Contudo, não é da matéria bruta e inactiva por si mesma que *a vida* pode provir. Ela provém pois de um outro princípio sempre activo, sempre em movimento, que contém em si mesmo o princípio da vida, ou para falar mais correctamente, que é

compreensão da harmonia do universo de carácter supra-racional e mesmo misterioso (Leibniz, *Essais de Théodicée, Discours*, § 23; *La cause de Dieu*, § 142, ob. cit., pp. 65-66 e pp. 451-452).

⁵³⁸ *EP*, Nota XXIII, L, o, 1-6. “A harmonia da natureza consiste em que todos os seres do universo estão pela sua própria natureza em relação uns com os outros; e em que está ainda na sua natureza destruir-se perdendo a sua organização e as suas propriedades, desde que saem do círculo dessas relações que os constituem em harmonia” (Aristeu, *apud Stobeum, Ecl. Phys.*).

“Pã, que reges a harmonia do mundo com jubilosa melodia” (Orfeu, *Hymn. in Pan*).

“O poderoso deus Pã é este conjunto do mundo, o céu, o mar, a terra rainha do universo, e o fogo imortal: eis o rebanho do deus Pã” (Orfeu, *Hymn.*).

“Esse deus (Pã) é adorado pelos povos da Arcádia sob o nome de senhor da *Hyle*: querendo significar, não que ele é o senhor dos bosques, mas de toda a matéria de que é o universo composto [significando *Hyle* igualmente as florestas e a matéria]” (Macróbio, *Saturn.*, I).

“Os teólogos dos séculos passados, que são os mais antigos dos filósofos, puseram instrumentos nas mãos das estátuas dos seus deuses; não que vissem como exercício próprio dos deuses tocar lira ou flauta; mas acreditavam nada ser mais análogo à sua natureza que o acordo e a harmonia” (Plutarco, *De Anima*).

“A lira de Apolo tinha sete cordas, para significar os sete planetas cujos movimentos quis a natureza dirigisse o sol” (Macróbio, *Saturn.*, I) (*ibid.*).

⁵³⁹ *EP*, Nota XXIII, M, p, o, q, s.

ele mesmo *a vida*; pois que é ele que *anima* o universo; é ele que é a *alma do mundo*”

540

Detenhamo-nos aqui - continua Silvestre Pinheiro Ferreira em torno da questão do *panteísmo* - para observar que, de acordo com esses filósofos, a *harmonia* do universo, a *alma do mundo* e o *conjunto das mutações* que ele não cessa de sofrer desde a sua formação até à consumação dos séculos, são três expressões sinónimas e inteiramente idênticas. Vejamos agora as consequências daí decorrentes, ou melhor, as que daí deduziram eles próprios.

“O homem faz parte do universo; *a alma do homem* não é portanto, prosseguiam os nossos filósofos, senão uma porção da *alma do universo*”⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ *EP*, Nota XXIII, N, q, 1-4. “Quanto à alma que é invisível, mas dotada de razão e de harmonia, é a mais perfeita de todas as criaturas feitas à imagem das ideias eternas do ser supremo” (Platão, *Tim.*).

“Tudo o que é inanimado é governando por uma alma; porque esse nome designa um princípio espalhado em toda a natureza, mas que se apresenta sob uma forma diferente consoante os diferentes indivíduos em que se manifesta” (Platão, *Phaedro*).

“A alma governa pois tudo, o céu, a terra e o mar, pelos movimentos que lhe são próprios e a que chamamos vontade, exame, previdência, deliberação, juízo verdadeiro ou falso, alegria, tristeza, confiança, temor, aversão, amor” (Platão, *De Legib.*, X).

Ateniense: Mas quê! Quando vemos substâncias animadas, não haverá que reconhecer que o princípio de vida nelas é a própria alma?

Clínias: Outra coisa não pode ser.

Ateniense: Qual é então a definição disso que chamamos alma? Será outra que não a que acabámos de indicar: uma substância que tem a faculdade de se mover a si mesma...? Desejais alguma prova além disso?

Clínias: Não; foi muito suficientemente demonstrado que a alma é o mais antigo de todos os seres e o princípio do movimento.

Ateniense: Não será preciso concordar que a alma que habita em tudo o que se move, governando-lhe os movimentos, rege também o céu?

Clínias: Sim.

Ateniense: É esta alma única, ou há várias outras?

Megilo: Respondo que há várias outras” (Platão, *De Leg.*, X) (*ibid.*).

⁵⁴¹ *EP*, Nota XXIII, O, r, 1-11. “As almas dos animais não são senão porções da alma do mundo” (Zenão, *apud* Laer., 7, 157).

“A alma do mundo é a fonte de todas as almas” (Macróbio, *Somn. Scipion*, I).

“Outra coisa não é a razão a não ser uma porção do espírito da divindade, descida no corpo do homem” (Séneca, *Epist.* 66).

“A alma é uma emanção da substância etérea. Assim, sendo imortal a substância de onde deriva, não pode ela mesma senão sê-lo também” (Pitágoras, *apud* Laer., VII, 28).

“A alma dotada das faculdades de pensar e de raciocinar, e harmonicamente formada, não é somente obra da divindade; faz parte dela. Não foi unicamente sob a sua

“Assim como a *alma do mundo* é a *harmonia deste conjunto que compõe o universo*, assim a *alma do homem* é a *harmonia de todas as partes que compõem o homem*”⁵⁴².

“Do mesmo modo que a *harmonia do universo*, concluíam enfim, é o conjunto dos fenômenos admiravelmente combinados do universo, a *harmonia* no homem não pode consistir senão nesta admirável combinação das suas faculdades tanto *físicas* ou *corporais*, como *morais* ou *espirituais*, cujo equilíbrio faz a conservação e a felicidade”⁵⁴³.

direção, mas pelo seu poder e da sua própria substância, que recebeu a existência” (Plutarco, *De Anim. Procreat.*).

“Pensam outros ser ela é um tipo de harmonia; visto não ser a harmonia senão uma combinação de coisas opostas” (Aristóteles, *De Anima*, I, 3).

“Demócrito diz que a alma é um tipo de fogo ou de calor... Aqueles que, como Empédocles e Platão no seu *Timeu*, admitem vários elementos, dizem ser ela composta de todos esses elementos ao mesmo tempo” (Aristóteles, *De Anima*, I, 2).

“*Sócrates*: Há fogo em nós; e há também no universo.

Protarco: Sem contradita.

Sócrates: Não é, o fogo que temos, em quantidade pequena, débil e desprezível? Ao passo que o do universo é admirável pela quantidade, beleza, e toda a virtude natural ao fogo?

Protarco: Mui vero é o que dizeis.

Sócrates: Mas quê! É o fogo do universo formado, alimentado, dominado pelo fogo que está em nós? Ou muito pelo contrário o meu fogo, o vosso, e o de todos os animais, não mantém tudo o que de fogo há no universo?

Protarco: Esta questão não precisa de resposta.

Sócrates: Diremos ter o nosso corpo uma alma?

Protarco: É evidente que diremos.

Sócrates: De onde a teria tomado, meu caro Protarco, se o próprio corpo do universo é animado, e se tem as mesmas coisas que o nosso, e mais belas ainda?

Protarco: É claro, Sócrates, que não a tomou de nenhuma outra parte” (Platão, *Philebo*).

“Pitágoras e Platão dizem ser a alma imortal, pois que, saindo do corpo, vai reunir-se à alma do universo, que é da mesma natureza dela” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*).

“A grande Terra e o Ar, ou Júpiter, o pai dos deuses e dos homens, eis aqueles a quem devem os mortais a existência. Por isso restituímos à terra esta parte de nós próprios que dela recebemos; enquanto que a outra emanada da região etérea torna às moradas celestes de onde descera” (Eurípedes, *in Chrisip.*).

“Nossa mãe é a terra; dela recebemos o corpo; ao passo que nosso espírito, recebemo-lo da substância etérea” (Nonnius Marcellus, *De Proprietat. Sermon. apud Dionys. Godofred. auctor. ling. latin. in Chryc.*) (*ibid.*).

⁵⁴² Anota aqui Silvestre Pinheiro Ferreira: “Ver Nota XXIII, r, u” (*EP*, Nota XXIII, P, s).

⁵⁴³ *EP*, Nota XXIII, Q, t. “Está na natureza dos corpos admitir esses dois tipos de amor... Pois o de um corpo doente outro é que o de um corpo que goza de boa saúde... É

“De igual modo, a felicidade cessa a partir do momento em que a *discórdia* se estabelece entre essas duas ordens de faculdades, ou entre as de uma mesma ordem; logo que o corpo prevaleça sobre o espírito, o homem degradado torna-se vítima do *vício*. A desordem das faculdades espirituais ou intelectuais constitui o estado de loucura. Do desarranjo das funções corporais derivam as diferentes *doenças*, o *deperescimento* e a *morte*”⁵⁴⁴.

Sob o signo da harmonia universal, entrelaçam-se na filosofia da Antiguidade - centrada no saber da ligação de todas as partes do Universo - a cosmologia, a medicina e a psicologia, a teologia, a física e a biologia, a poesia e as artes, a mitologia e os mistérios... Tal é a superior lição que se expressou, conforme o dizer silvestrino, no

talvez o que Heraclito sentiu, ainda que não se tenha exprimido bem quando disse: Que a homogeneidade resulta da heterogeneidade, como a harmonia resulta do arco, da lira e das cordas... Parecendo que Heraclito entendia que das coisas contrárias, como o tom grave e o agudo, se formava uma harmonia depois de postas em acordo pela arte da música [As palavras de Heraclito são τοξου και λυραζ; o que não tem qualquer sentido. Parece que Platão conjecturava que havia uma falha dos copistas, e que se devia antes escrever του οξεοζ em vez de τοξου, e βαρεοζ em vez de λυραζ; conjectura assaz engenhosa, mas que nos parece demasiado rebuscada. Preferiríamos escrever τουου ou τονων em vez de τοξου, e então o sentido da passagem de Heraclito seria este: *A homogeneidade resulta da heterogeneidade como a harmonia resulta do corpo da lira (λυραζ) e das cordas (τουου ou τονων)*, etc.] (Platão, *in Symp.*) (*ibid.*).

⁵⁴⁴ *EP*, Nota XXIII, R, u, 1-2.

“*Sócrates*: Digo pois que quando a harmonia se dissolve nos seres animados, nesse mesmo momento dissolve-se de igual modo a harmonia da natureza, e engendra-se a dor.

Protarco: O que dizeis é muito verosímil.

Sócrates: Que em seguida, logo que a harmonia se restabelece e torna ao seu estado natural, há que dizer que a voluptuosidade tem então nascimento” (Platão, *Philebo*).

“As doenças da alma dependem da disposição do corpo: e eis como. Ninguém duvida de que a deficiência de juízo seja uma doença da alma: ora esse defeito de julgamento pode provir de mania ou de ignorância. Mas seja qual for a natureza do que se sofre, todo o sofrimento é uma doença. Assim, o excesso do prazer e o da dor são as maiores doenças da alma. Porque aquele que tem a alma demasiado preocupada, quer de alegria, quer de prazer, que busca ou evita os objectos fora de propósito, nada pode ver nem entender como se deve. Está numa espécie de frenesim que não lhe permite quase raciocinar... Se considerarmos, então, um homem que esteve, a maior parte da vida, privado do uso da razão, atormentado por toda a espécie de dores, ou entregue a prazeres cuja vivacidade depende da veemência das paixões e da organização física da sede dessas mesmas paixões, erraremos em considerá-lo voluntariamente mau, antes de o ver como efectivamente doente. A verdade é que a maior parte das vezes, o excesso, seja nos prazeres do amor, seja em qualquer outro tipo de prazeres, excesso que censuramos como um vergonhoso vício porque o encaramos como voluntário, em nada merece esta censura; porque ninguém é voluntariamente mau” (Platão, *in Tim.*) (*ibid.*).

“mais glorioso momento da perfeição do Espírito humano”⁵⁴⁵ e que Silvestre Pinheiro Ferreira - como cumpre afirmar - soube integrar, como ninguém, numa filosofia cósmica que se pensou e expressou na língua portuguesa.

O olhar fenomenológico do nosso filósofo surpreende um momento de expressivo entusiasmo motivado pela íntima descoberta da analogia magna:

“Pelos deuses, Fédon... ser a nossa alma uma harmonia, espanta-me maravilhosamente, e sempre me espantou, e faz-me recordar haver eu próprio tido já o mesmo pensamento”⁵⁴⁶.

Como deixa entrever o filósofo português, demanda o itinerário ontognosiológico às fontes recônditas da harmonia universal, quanto estava escrito no frontão do templo de Delfos e poeticamente foi consagrado em símbolos. Assim o triédrico conhecimento da alma⁵⁴⁷, assim a viagem ao Hades⁵⁴⁸. Um último signo do

⁵⁴⁵ *CAT, Adv.*, p. 33.

⁵⁴⁶ *EP*, Nota XXIII, T, y.

⁵⁴⁷ *EP*, Nota XXIII, T, y, V, z, aa, 1-4. “O que é verdadeiramente difícil, é decidir se no homem estão três princípios diferentes, ou se é o mesmo princípio que conhece, que se irrita, que se dirige para o prazer ligado à alimentação, à conservação da espécie, e para os outros prazeres desta natureza” (Platão, *De Rep.*, IV).

“Dissemos já frequentes vezes que há no interior de nós mesmos três almas distintas, cada qual de uma espécie diferente, e tendo cada uma movimentos particulares... É por isso que devemos actuar de modo a que os seus diferentes movimentos estejam em harmonia uns com os outros” (Platão, *Tim.*).

“Platão, seu mestre, divide a alma em três partes, cuja principal, a saber, a razão, está na cabeça, como em lugar eminente donde deve comandar as outras duas, que são a cólera e a concupiscência, alojadas ambas à parte, a cólera no peito, a concupiscência em baixo (v. *id. Platonis Timaeum*)” (Cícero, *Quaest. Tuscul.*, I).

“Pitágoras e Platão, de acordo com uma divisão mais geral, distinguem na alma duas partes, uma racional, outra irracional. Num sentido mais estrito e mais exacto, porém, atribuem-lhe três partes, e subdividem a alma irracional em concupiscível e irascível” (Plutarco, *De Placit. Philosoph.*) (*ibid.*).

⁵⁴⁸ *EP*, Nota XXIII, bb, f, 1-8.

“*Sócrates*: O que será preciso que digamos sobre isso, nós que ingenuamente confessamos nada entender de tão altos assuntos? É porque, em nome do deus que preside à amizade, diz-me, crês tu que todas as coisas que acabas de me contar aconteceram realmente?... E tudo o que os poetas e os pintores representam nas poesias e nos quadros, o que expomos por todo o lado nos templos e que pintamos nesse véu misterioso que transportamos em procissão à Acrópole durante as grandes Panateneias; Êutifron, devemos acolher todas estas coisas como verdades?

Êutifron: Não somente essas, Sócrates, mas ainda muitas outras, como há pouco te dizia eu, que te explicarei se quiseres, e que, dou-te a minha palavra, te espantariam [...]” (Platão, *Eutyphron*).

[...]

“Prova convincente de que não concede Deus o dom da adivinhação a não ser aos que estão privados de razão, é nunca ter sido visto homem em estado normal feito adivinho para predizer o futuro como coisa indubitável. Para o empreender, é preciso ser arrancado ao estado normal e para fora do pensamento, seja serenado pelo sono, seja lançado no delírio de uma doença, ou num desses êxtases que são efeito imediato da divindade.

Lá, onde deve descobrir a razão emprego, é para compreender o significado do que pode ter o adivinho dito ou indicado, seja desperto, seja dormindo, pelo efeito da inspiração ou do dom da adivinhação que o faz falar. Não há senão um homem inteiramente senhor da sua razão que possa explicar e desenvolver através de raciocínios bem deduzidos, o sentido das visões que narra o adivinho, e quais podem ser as consequências, para bem ou para mal, daí a esperar para o presente, para o passado ou para o futuro.

Quanto ao adivinho, enquanto permanecer no estado que o constitui como tal, ser-lhe-á impossível dar razão de quanto vir ou de quanto ele próprio narrar... Daí vem que a lei designe sob o nome de *profetas* as pessoas que devem ser os intérpretes das adivinhações: e aqueles que dão o nome de adivinhos a esses intérpretes, ignoram limitarem-se estes a explicar o sentido obscuro quer das palavras quer das visões; de forma que, para falar com rigor, não é porque eles mesmos adivinhem que se lhes chama profetas, mas porque explicam o que adivinharam outros” (Platão, *Tim.*).

“*Sócrates*: A razão pela qual o deus, depois de lhes subtrair o senso, deles se serve como ministros, assim como dos profetas e dos outros adivinhos inspirados pelos deuses, é com o fim de que, escutando-os, saibamos não ser deles próprios que dizem coisas tão maravilhosas, pois que estão fora de si, mas serem eles os órgãos da divindade que pela sua boca nos fala... E não sois vós, os Rapsodos, os intérpretes dos poetas?

Íon: Também isso é verdade.

Sócrates: Vós sois então os intérpretes dos intérpretes.

Íon: Sem contradita” (Platão, *Íon*).

“Este título de sábio não pertence senão a vós, Rapsodos, aos autores e àqueles cujos versos cantais. Por mim, não sei dizer a não ser simplesmente a verdade, como convém a um ignorante, pois que o poeta é uma espécie de ser ligeiro, alado e sagrado. Está fora do estado de compor, a menos que o entusiasmo se apodere dele, saia de si próprio e o abandone a razão. Até ao momento da inspiração, todo o homem é impotente para fazer versos e pronunciar oráculos” (Platão, *Íon*).

“Impossível é não crer nos filhos dos deuses, quando nos falam das coisas da sua competência, ainda que de nada dêem demonstrações rigorosas ou prováveis. Ordenamos a lei nisso crer” (Platão, *Tim.*)

“Mas se não é a morte mais do que uma passagem deste mundo para uma outra morada, e se é verdade, como se diz, encontrarem-se aí reunidos todos os que estão mortos, que maior felicidade podemos imaginar?” (Platão, *Apol. Socrat.*).

“Nessas descrições dos infernos que nos apresentam debaixo dos mais terríveis nomes hórridos espectros, torrentes envoltas em labaredas, lugares horríveis e medonhos tormentos, não há quem não sinta o quanto a mentira e a verdade se encontram confundidas, como está misturado por vezes o veneno nos alimentos. De igual modo, os próprios Homero, Píndaro e Sófocles não acreditavam no que escreveram acerca disso nas seguintes passagens: “*Aí, do seio d’ águas em ardor // Que cobre um eterno horror, // Exalam sangrentos vapores, // De que nutre o inferno o seu furor.*” ///

mundo antigo era evocado por Silvestre Pinheiro Ferreira no encerramento da Nota XXIII e do *Ensaio sobre a Psicologia*, em recorde do *Fédon*:

“Os cisnes, quando sentem que vão morrer, cantam melhor ainda nesse dia do que nunca, na alegria de irem encontrar o deus que servem... Assim o rouxinol, a andorinha ou a poupa, cujo canto se diz ser um queixume. Não creio, porém, que essas aves cantem de tristeza e tampouco os cisnes; antes creio que sendo consagrados a Apolo, são eles divinos, e que prevendo a felicidade a fruir no outro mundo, cantam e regozijam-se nesse dia mais do que nunca”⁵⁴⁹.

“Vão costeando elas essas rochas branquejantes // Onde vem quebrar o mar suas vagas escumantes.” ///

“Do império dos mortos o vórtice tenebroso // Revolve no seio da noite as ondas tumultuosas.” ///

Mas os lamentos que tantos poetas tecem acerca da morte e da privação da sepultura, que como grandes infortúnios deploram... Todos esses queixumes exprimem os sentimentos daqueles que assim pensam em consequência das falsas opiniões adoptadas. É desse modo que fazem passar para a nossa alma a perturbação e o abatimento donde partem esses discursos.

Para deter o prestígio da sua sedução, é preciso, na altura certa, prevenir os jovens de que a poesia faz pouco caso da verdade; que é mesmo muito difícil àqueles que procuram o verdadeiro, discerni-la nas suas ficções. Nisso concordam os próprios poetas, e posso citar em testemunho estes versos de Empédocles: *“Todo o esforço dos humanos não saberia desvelar // O que em nossas ficções nos é caro ocultar.”*

E estes de Xenófanes: *“Não há mortal algum que bem possa compreender // O que dos deuses falando, meus versos deram a entender.”*

Por conseguinte, quando se encontram num poema máximas despropositadas ou mesmo absurdas sobre os deuses, os génios ou a virtude, aventadas por um homem ademais com reputação de sabedoria, um leitor desprevenido de ser a ficção familiar à poesia, cai em erro e enche o espírito de falsas opiniões. Aquele, porém, que sabe com que arte emprega a poesia a mentira, e que lhe pode dizer sempre que a ocasião se apresenta: *“ó rival da Esfinge, feiticeira demasiado doce! Porquê encobrir teus jogos sob aparência grave e austera? Porquê fingir instruir-nos, quando nos queres enganar?”* Não cairá esse nunca no seu logro, nem se deixará conduzir em erro. Reprovar-se-á por ter receado que Neptuno com um golpe do seu tridente entreabrisse a terra, e descobrisse aos vivos a morada dos mortos. Se porventura surpreendido como por secreto encanto, experimenta involuntária perturbação, logo a si mesmo tornado, recordar-se-á do que diz a mãe de Ulisses ao filho nos infernos: *“Apressa-te a sair desses beirais tenebrosos: // E quando revires a luz dos céus, // Dá de quanto vês notícia a Penélope.”*

Aviso que Homero coloca com razão depois da descrição dos infernos, para insinuar não serem estas fábulas boas para contar a não ser a mulheres. Tenho ainda como garante o próprio Sócrates, que em Platão declara nenhuma inteligência ter dessas ficções poéticas. Estar-se-á, pois, menos disposto a crer nos poetas, quando se constata enredarem-se aí os filósofos e perderem-se nessas pesquisas” (Plutarco, *De Legend. Poet.*) (*ibid.*).

⁵⁴⁹ *EP*, Nota XXIII, cc, 1.

Capítulo Duodécimo
DA TEOLOGIA CÓSMICA À TEODICEIA

§ 30. Teologia da harmonia universal

No fim da Nota XXIII do *Ensaio sobre a Psicologia*, Silvestre Pinheiro Ferreira observava que o *Fédon* de Platão, aparentemente “destinado a provar a imortalidade da alma e o dever de não atentar contra a própria vida, não fez senão conduzir ao panteísmo e ao suicídio”, como mostra a história ⁵⁵⁰. Depois de reavivar pensamentos do momento do desenlace de Sócrates, tecia em nota duas ordens de considerações; a primeira, em reflexão sobre a teorese platónica do suicídio ⁵⁵¹ e a segunda, acerca da questão da imortalidade da alma. Desta, operativamente escreve Silvestre Pinheiro Ferreira:

“Quanto à *imortalidade da alma*, cuja demonstração se acreditou ver no diálogo do Fédon, ela não é no sistema de Platão senão a *indestrutibilidade do universo*: é, tal como faz dizer a Sócrates, *a imortalidade dos rouxinóis e dos cisnes*. Em geral, enquanto a revelação não veio esclarecer a razão, a filosofia dos pagãos jamais soube distinguir a *criação* da *formação*: *findar* não era senão *mudar de estado*: *imortalidade* mais não significava que *não aniquilamento*. *Regressar depois da morte ao seio da divindade*, reduzia-se na frase de Sócrates a *regressar à massa do universo*.

“É neste sentido que ele diz estar seguro de passar depois da morte à morada da divindade, mas que não está tão seguro de aí reencontrar as pessoas virtuosas, mortas antes dele, que aí devem encontrar-se, e cujo convívio lhe seria muito agradável. Isto quer dizer que ignorava se no novo estado em que os homens, depois da morte, *reentram na massa do universo*, conservam a sua *identidade pessoal* e a *faculdade de se reconhecerem uns aos outros*.

⁵⁵⁰ **EP**, Nota XXIII, fim e *cc.*

⁵⁵¹ Silvestre Pinheiro Ferreira notava que Cícero fornecia “uma ideia exacta da doutrina de Platão sobre o suicídio. “Longe de o censurar, em geral, esse filósofo faz dele um dever todas as vezes que motivos como os que determinaram Sócrates ou Catão se apresentem ao espírito com esse grau de clareza e de convicção a que Sócrates e sua escola chamavam, na sua linguagem mística, a voz interior do génio concedido pela

“É portanto injustamente que, sobre este artigo como em muitos outros, os neoplatónicos e, à imitação destes, os filósofos modernos, atribuem a Platão ideias que não tiram a sua origem senão desta sublime religião que fez desaparecer à vez os erros do panteísmo e as impiedades da idolatria”⁵⁵².

Na prelecção XXVI, o filósofo português abordou a *Revelação* geradora da *Christianitas* numa perspectiva ética e misteriosa, definidora da sua posição, habitada pelo sentido do mistério, como pelo significado último da ética. Segundo ele, o nome de *Religião* corresponde a uma *Ética*, cuja sanção ultrapassa as possibilidades do conhecimento natural, convergente de tripla dimensão: dogmática, mística e litúrgica⁵⁵³. Esta “*Ética Religiosa*” deve, pois, ser “*revelada* por quem possa ter conhecimentos que lhe não venham, nem por factos de humana experiência, nem por inferências desses factos, que é o que chamamos razão”⁵⁵⁴. Este exceder das potencialidades cognitivas da sensibilidade e da racionalidade humanas, prepara o homem para a dimensão revelacional do mistério, já que “*Factos da experiência* são cousa mui diversa de *Doutrina da Revelação*”⁵⁵⁵. A *Revelação* designa o complexo dos conhecimentos pertencente à ordem gnosiológica dos “conhecimentos que nem pela razão, nem pela experiência, é dado aos homens adquirir” e que são *revelados*⁵⁵⁶. As doutrinas em que nós homens acreditamos, “posto que a razão delas esteja fora do alcance da nossa experiência e por conseguinte da nossa razão”, designam-se *Mistérios*⁵⁵⁷. Os *Mistérios* só nos podem ser conhecidos pela *Revelação*. “Logo, quem diz *Religião* diz *Revelação*”⁵⁵⁸. Em definição negativa, diz Silvestre Pinheiro Ferreira que os *Mistérios* religiosos são asserções cuja razão é “impossível ao entendimento humano conhecer”⁵⁵⁹. Tal se diz ser, com efeito, a supra-racionalidade dos mistérios. De acordo com o filósofo, se foram os Gregos os criadores da palavra *mistério*, que assim chamavam a certas “*Litúrgicas secretas*”, todavia, “os Padres do Cristianismo por metáfora é que chamaram *Mistérios* às doutrinas da *Revelação*, entretanto secretas, enquanto superiores

Providência a cada homem para lhe servir de guardião e de guia” (*EP*, Nota XXIII, *cc*, 8, nota).

⁵⁵² *EP*, Nota XXIII, *cc*, 8, nota

⁵⁵³ *PF*, § 843.

⁵⁵⁴ *PF*, § 844.

⁵⁵⁵ *PF*, § 851.

⁵⁵⁶ *PF*, §§ 845-846.

⁵⁵⁷ *PF*, § 848.

⁵⁵⁸ *PF*, § 849

⁵⁵⁹ *PF*, § 856.

à compreensão humana, não porque eles quisessem estabelecer um paralelo entre as Litúrgicas secretas do Gentilismo e as Doutrinas incompreensíveis da nossa Religião, mas porque se lhes não oferecia outra expressão mais adequada”⁵⁶⁰. *Revelação* é o conhecimento que é “obra imediata da Divindade na alma daquele que ao Ente Supremo assim aprouve privilegiar de entre todos os mortais”⁵⁶¹.

Assevera Silvestre Pinheiro Ferreira que a doutrina de *Deus Uno* encontra-se nos Escritos e Tradição de todas as Nações⁵⁶², ainda que “a ignorância, ou o esquecimento” dessa “doutrina arrastou as Nações mais cultas da Gentilidade em suas Teogonias”⁵⁶³. Seguidamente, menciona o nosso filósofo “as ideias dos Filósofos da Antiguidade a respeito da criação do mundo”⁵⁶⁴, remetendo para o § 784. Neste, observava Silvestre Pinheiro Ferreira que na antiga teorese cósmica se distinguiam, a partir da “simetria e regularidade” do mundo, os elementos materiais e “o Artista, cuja inteligência concebeu o plano da máquina”⁵⁶⁵. “A analogia, como vimos no § 784, os levava a concluir que o Mundo devia ter um Autor inteligente, por isso que não há máquina regular sem um artista, que a tenha feito; esta analogia, digo, tão longe estava de ser absurda que é transcendente a todas as Nações bem caracterizadas pela História. Mas seria evidentemente absurdo prosseguir na mesma analogia, concluindo que assim como o artista faz, ajunta e combina as peças da sua máquina, servindo-se das próprias mãos e de instrumentos, assim o Criador do Mundo o devia ter formado com as mãos e ferramentas. Excluído porém este meio, não resta ao Criador, comparado com o Artista, senão a *Inteligência (Nous)* como instrumento e meio para executar a criação. Porém a inteligência do Criador tomada em geral não abraça só esta ordem do Mundo, nada há que limite a ela só todas as suas possíveis concepções. Foi logo uma e determinada de entre todas as suas concepções possíveis (*Nous, Mens, Intellectus, Sapientia*) a que serviu de conceito (*Logismos, Logos, Intellectus, Idea, Sermo, Verbum*), de plano ou de exemplar (*Paradigma, Exemplar, Idea*), para a formação do Mundo”⁵⁶⁶. Tipicamente ao *modus operandi* silvestrino, em que o filósofo vai subtilmente teorizando enquanto expõe o que é do alheio como do próprio pensamento, escreve ele: “A harmonia que

⁵⁶⁰ *PF*, § 857.

⁵⁶¹ *PF*, §§ 845-846.

⁵⁶² *PF*, § 860.

⁵⁶³ *PF*, § 863.

⁵⁶⁴ *PF*, § 864.

⁵⁶⁵ *PF*, § 784.

⁵⁶⁶ *PF*, §§ 794-795.

reina entre as diferentes partes do Universo deriva, procede e emana da harmonia ou conformidade que há entre a concepção da criação e a mente do Criador”⁵⁶⁷.

O pensamento teológico de Silvestre Pinheiro Ferreira deve ser entendido, com a atenção de que há mister, como parte da sua teoria do universo. Deste ponto de vista, constitui uma teologia ontocosmológica da harmonia universal. A “analogia transcendente a todas as Nações” - segundo a qual “o Mundo deve ter um Autor inteligente, por isso que não há máquina regular sem um artista, que a tenha feito” - é axial na teorese silvestrina e terá formulação magistral no § 73 da *Ontologia*, nas *Noções de Filosofia*, da seguinte maneira:

“Ainda que a alma humana, e as dos outros entes animados, sejam a causa primeira de todos os movimentos espontâneos, resta ainda investigar a causa primeira de todos os outros movimentos desses mesmos entes animados, compreendendo o homem, bem como os que têm lugar nos vegetais, e nos corpos inorgânicos.

Considerando pois o complexo do universo de momento a momento, em sentido retrógrado a contar desde o presente, vemos no complexo das mudanças experimentadas por esse mesmo universo, em um momento dado, a razão total da mudança experimentada no momento seguinte por cada um dos entes de que ele se compõe.

Entretanto é forçoso chegar enfim a uma dessas mudanças, que tenha sido a primeira e que, sendo tão necessária como as que aconteceram depois, exige um acto espontâneo, que seja a sua razão suficiente, do mesmo modo que os actos espontâneos do nosso espírito são a razão suficiente dos movimentos do nosso corpo, e mesmo a nossa existência é o resultado espontâneo daqueles que nos fizeram nascer.

Desta sorte chegamos a reconhecer a necessidade de um espírito, causa primeira de tudo o que existe, e é esta causa primeira que se chama *Deus*”⁵⁶⁸.

⁵⁶⁷ *PF*, § 804.

⁵⁶⁸ *NEO*, § 73, p. 26. Em nota a este § 73, faz Silvestre Pinheiro Ferreira a ponte com a Antiguidade: “Este mesmo pensamento: d'um espírito causa primeira e espontânea que deu origem e impulso a toda essa série de fenómenos a que se chama o *mundo*, do mesmo modo que a nossa alma dá impulso às diversas partes do nosso corpo, é o que os antigos quiseram exprimir dizendo: que o mundo é um *ente animado*, cuja alma é *Deus*.”

Levando mais adiante o seu discurso, acrescentavam: que, sendo uma grande parte dos fenómenos do universo efeito da acção das almas dos homens sobre os respectivos corpos e, por meio deles, sobre o resto do mundo, as almas dos homens fazem com a divindade o complexo das causas motrizes do mundo material: e portanto a este complexo é que a maior parte dos antigos filósofos deram o nome de *alma do mundo*, isto é: a própria *divindade*; donde eles concluía: que as almas humanas, e

Pela via da *analogia*, Silvestre Pinheiro Ferreira fazia a ponte entre a Antiguidade e a Cristandade, bem como entre o homem e Deus; e para este § 73 da *Ontologia* remetia, com efeito, o filósofo português na *Teodiceia* a “demonstração da existência de Deus”⁵⁶⁹.

§ 31. A teoria de Deus

Central é o sentido da teoria na especulação teológica de Silvestre Pinheiro Ferreira. Conforme o seu pensamento, “temos conhecimento”, na qualidade de homens, “da Divindade pela contemplação da maravilhosa máquina do mundo, que atesta a sua infinita sabedoria e bondade”, como igualmente por analogia sabemos que “*Deus está presente em todo o Universo*”, tal como sabemos estar a alma presente em todo o corpo ou um chefe em todo o recinto da sua jurisdição⁵⁷⁰. A palavra *Providência*, de acordo com o filósofo português, denota “a decisão tomada pelo Criador do universo, quando resolveu que as coisas acontecessem, na sucessão dos séculos, como têm acontecido no passado e hão-de acontecer para o futuro”⁵⁷¹. “*Deus quis sempre o que quer; e nele não é diferença de tempos*”⁵⁷². Diferente é a relação do homem com o tempo e bem assim a capacidade de previsibilidade humana. Esta questão foi tratada por Silvestre Pinheiro Ferreira, em 1843, num texto publicado no *Panorama* com elucidativo título: “Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou infeliz do que o é actualmente?”. Os homens prevêem o futuro “mediante a analogia das cousas que lhes indica a conformidade dos efeitos. Se a analogia é perfeita e constante, a previsão é acompanhada de certeza: isto verifica-se raras vezes. Se as analogias são fracas e as observações variáveis, a previsão é duvidosa ou mais ou menos provável; mas não certa:

geralmente todos os espíritos, são partes, ou, como também eles se exprimiam, *emanações da divindade*” (*NEO*, G, p. 71).

⁵⁶⁹ *TEOD*, § 17. Ver nota anterior.

⁵⁷⁰ *NEO*, E, pp. 69-70.

⁵⁷¹ *NEO*, F, p. 71. “Às expressões de *destino*, e aos seu correspondente *fatum* latino haviam os Gregos chamado *moros* e *eimarmene*, e denotam a decisão tomada pelo Criador do universo, quando resolveu que as coisas acontecessem, na sucessão dos séculos, como têm acontecido no passado e hão-de acontecer para o futuro. Esta mesma ideia é denotada pela palavra *Providência*” (*ibid.*).

⁵⁷² *NEP*, E, p. 79.

isto é o que acontece à maior parte das previsões humanas. Mas as mais das vezes nada podemos prever, nem presumir. Estas são todas as fases da presciência humana. Portanto perguntar: se o homem seria mais feliz ou mais infeliz se previsse todos os futuros, vale o mesmo que perguntar: se o homem seria mais feliz ou infeliz se não fosse homem; porque o ente que conhecesse todos os futuros, seria de uma natureza inteiramente diversa daquela que só pode conhecer alguns poucos com certeza; mais alguns com dúvida; não lhe sendo dado, enquanto for o que é, conhecer todos os futuros”⁵⁷³. Quanto ao título com que era a questão epigrafada, concluiria o filósofo que o variável grau de previsibilidade dos “futuros que humanamente se podem conhecer” é, na realidade, “dependente das qualidade morais do indivíduo em que essa presciência se verifica”⁵⁷⁴. Aos perversos, aos cobardes e aos homens dominados pelas paixões, tornará, por certo, a previsão do futuro mais desgraçados⁵⁷⁵. Bem diferente é a provisão ligada à prudência⁵⁷⁶, pois “pelo contrário, o homem prudente e avisado, tomando conselho de circunstâncias, procurará e conseguirá muitas vezes atenuar os males que não pode evitar, e mesmo se forrá a muitos que não teria declinado se os não tivesse previsto. Virtuoso e confiado na sabedoria do Criador, esperará com ânimo firme e resignado os males que prevê não estar na sua mão o evitar: e, longe de considerá-los como um verdadeiro mal, reflectirá: que, se o homem vulgar os apelida males, porque lhe causam incómodo, o filósofo, e mais ainda o cristão, não vêem nesses acontecimentos senão um decreto emanado da infinita sabedoria, da infinita bondade de um Deus, que não pode querer nem ordenar senão o que é bom e acertado, o que é mais conforme aos fins imperscrutáveis, mas infalivelmente úteis e justos da criação”⁵⁷⁷.

⁵⁷³ “Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou infeliz do que o é actualmente?”, pp. 335-336.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p. 338.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, pp. 336-337.

⁵⁷⁶ A definição silvestrina de sabedoria aduna o saber da harmonia, mediante a noção de moderação, à *prudencia*: “A sabedoria consiste em ser moderado e prudente” (*NEI*, § 70, nota, p. 24).

⁵⁷⁷ *Ibid.*, pp. 337-338. “Todas as vezes que, reflectindo nós sobre o encadeamento de uma série de causas e efeitos, observámos que algum acontecimento superveniente desarranja esse sistema, dizemos que esse acontecimento foi um mal para aquele sistema; mas uma segunda reflexão nos faz descobrir que sem o desarranjo daquele sistema (isto é sem o que é mau para ele) não poderiam funcionar muitos outros: o que seria maior mal. Certo: as doenças que a final, causam a morte dos entes organizados, são males para esses entes; mas na ordem da criação devem-se chamar, e são na opinião de todos verdadeiros bens. Quando se diz, e diz-se com verdade, que não há males sem compensação, quer-se dizer: que a experiência mostra, não acontecer jamais coisa que,

Em âmbito religioso análogo, abordou Silvestre Pinheiro Ferreira no *Ensaio sobre a Psicologia* a temática da protovisão, identificando os sentidos de *profecia*, *revelação* e *milagre*. “Le don de la *prophétie* constitue le caractère essentiel de la *révélation*, ou, pour mieux dire, elle en constitue le seul caractère; car le don des *miracles* n'est, à proprement parler, que le don même de la *prophétie*”⁵⁷⁸. Explicava-se a esse respeito o filósofo:

“Com efeito, os acontecimentos conformes às leis constantes da natureza, podem ser preditos pelo simples uso da razão, uma vez estando quem os prediz em condições de conhecer a existência do que costuma provocar esses acontecimentos. Mas quando estamos certos de que nada de semelhante era conhecido daquele que predisse este ou aquele evento, e de que o evento tem efectivamente lugar como fora predito, damos o nome de *profecia* à predição. Por extensão da palavra diz-se o mesmo quando alguém anuncia um acontecimento no mesmo momento em que ele se dá, ou no momento em que acaba de ocorrer, contanto que em ambos os casos estejamos convictos de que, quando no-lo anunciou, lhe era impossível ter conhecimento dele fosse pelos sentidos, fosse pelo raciocínio.

Se o evento que o profeta nos anuncia como devendo acontecer, se desvia das leis mais constantes da natureza, e acontece com efeito, então dá-se ao evento predito o epíteto de *miraculoso*, para designar, o que acabámos de dizer, que escapa às leis mais

sendo má, debaixo de certo ponto de vista, não seja um bem considerada a outros respeitos.

Se o mundo é um todo maravilhosamente ordenado como não há ninguém que o desconheça: e essa admirável ordem resulta do complexo dos acontecimentos que nele se passam; isto é, tanto dos que nós chamámos bens porque nos causam prazer, como dos que chamamos males porque nos incomodam; segue-se que relativamente ao grande fim da criação, esses que nós apelidamos males, são verdadeiros bens” (*ibid.*, pp. 337-338).

Reflexão análoga tecia o filósofo nas *Noções de Filosofia*: “Se estendermos a vista além da espécie humana, que nada é mais do que uma pequena e mui pequena parte do universo, a palavra *bem* deverá significar tudo o que contribui para a conservação e aperfeiçoamento do mesmo universo em todas as suas partes. Partindo deste ponto de vista elevado, o filósofo reconhece que os acontecimentos justamente qualificados como um mal relativamente a um indivíduo ou a um certo número de indivíduos, é relativamente ao universo, um *bem* efectivo; pois que é do concurso desses e de todos os mais acontecimentos reputados felizes uns e infelizes os outros, que resulta a admirável ordem que desde o princípio dos séculos depõe da infinita sabedoria do Criador do Universo” (*NEO*, C, pp. 63-64).

⁵⁷⁸ *EP*, XXV. “O dom da *profecia* constitui o carácter essencial da *revelação*, ou melhor, constitui o seu único carácter; porque o dom dos *milagres* não é, propriamente falando, senão o próprio dom da *profecia*” (*ibid.*).

constantes da natureza. Então, para distinguir esta *predição de um evento miraculoso*, das dos acontecimentos conformes ao ordinário desenrolar das coisas, dizemos do profeta que *ele fez um milagre*. Não se quer com isso dizer que tenha ele próprio alterado o curso ordinário dos fenómenos da natureza; pois todos concordamos não poderem estes afastar-se do seu curso normal a não ser por efeito da única causa que lhes traçou o caminho do qual quis que por vezes se desviassem, o que porém só a ela cabe. Por isso, o *evento miraculoso*, ou o que significa o mesmo, o *milagre*, não tem por causa a não ser a própria Divindade. Só à Divindade portanto pode aplicar-se em sentido próprio a expressão *fazer um milagre*. Apenas num sentido figurado, apenas para enunciar que *ele predisse o evento miraculoso*, se diz de um homem que *ele fez um milagre*. Não se quer com isso dizer senão que esse homem recebeu da Divindade, a quem esse feito pertence, o conhecimento de que ele teria lugar em tal momento e com tais circunstâncias. É de acordo com este conhecimento que São Pedro diz ao coxo do templo: *Levanta-te e caminha*. Não é ele quem cura o doente; mas ele sabe que no instante em que pronunciar estas palavras, o doente será curado por aquele *em nome do qual lhe ordena ele, levantar-se e caminhar*. Bem diferente do seu divino mestre que, quando evocava Lázaro do fundo do sepulcro, não só o predizia, como *operava a ressurreição pela sua onipotência*⁵⁷⁹.

O filósofo desenvolvera na *Psicologia* as reflexões que acabamos de ler em âmbito reflexivo sob o título “Do bom e do justo”, na sequência de considerações sobre a diceósina, mas detendo-se enfim numa “terceira espécie de *leis*, que nem sendo o resultado das convenções dos homens como as leis civis, nem podendo ser derivadas das lições da experiência, como as leis naturais, outra origem não poderiam ter a não ser a da própria razão, isto é, a Divindade, princípio e fonte de tudo o que é criado. É por isso que foram essas leis cognominadas *divinas* ou *reveladas*: e o seu conjunto recebeu o nome de *Revelação, Moral religiosa, Religião*: e porque repousa sobre a crença reconhecida na veracidade daquele que no-la ensinou em nome da Divindade, nomeamo-la *Fé divina*, ou simplesmente *Fé* por antonomásia”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁹ *Ibid.*

§ 32. Introdução à *Teodiceia* de Silvestre Pinheiro Ferreira

O ponto de vista teodiceico de Silvestre Pinheiro Ferreira é dirigido num sentido sobretudo *realizante*, no duplo aspecto da vida pessoal e em comunidade, do ideal cristão católico conforme a visão revelacionista consignada no primevo depósito.

Não é nosso intuito aqui esboçar mais do que um leve apontamento relativo à *Teodiceia* do filósofo português, cujo estudo deverá estar a principiar, doravante, com a edição da obra, inédita há mais de século e meio.

O objecto da *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, bem como a explicação do recurso de Silvestre Pinheiro Ferreira ao neologismo leibniziano⁵⁸¹, eram clarificados pelo filósofo em Lisboa a 31 de Dezembro de 1844, da seguinte maneira:

“De nombreux ouvrages plus ou moins distingués ayant paru sous le titre de Théodicée, après celui de l’immortel Leibnitz, le sens de cette expression semble avoir été réduit par tous ces écrivains illustres à la simple indication d’un traité sur la Divinité considérée d’abord en elle même et quant à ses attributs infinis; puis dans ses rapports avec le monde, sa création, en général; et particulièrement avec l’homme, en tant qu’être moral et susceptible d’une perfectibilité indéfinie.

Nous avons cru devoir étendre le champ de la Théodicée des philosophes. Ayant obtenu l’aveu, si non de tous, des plus distingués parmi eux que cette étude, renfermée dans les limites de la raison humaine, est insuffisante pour l’enseignement de la jeunesse: trouvant qu’il serait souverainement blâmable de regarder comme non avenues les lumières que la Philosophie peut puiser dans la Révélation pour s’épurer et se compléter; nous avons cru nécessaire d’ajouter à notre cours de Philosophie, où il a déjà été traité de l’existence et des attributs de Dieu, jusque où peut atteindre la raison humaine, un Traité élémentaire des rapports que les divins attributs ont avec la morale de l’homme, non seulement d’après les enseignements beaucoup trop rétrécies de la Philosophie; mais aussi de ceux que Dieu, par sa miséricorde infinie, a daigné nous

⁵⁸⁰ *EP*, § 207 e Nota XXV.

⁵⁸¹ Observemos em nota que começou Leibniz a servir-se do neologismo *Théodicée* a partir de 1696, mantendo um completo silêncio acerca da expressão nos próprios *Essais de Théodicée* (1710). No entanto, um lustro depois da edição da *Théodicée*, escrevia numa carta a Greiffencranz (2 de Maio de 1715): “Teodiceia significa a doutrina da justiça de Deus” (*Leibnitii Epistolae...*).

révélér par la voix de ses Prophètes et surtout par celle de son Fils bien-aimé Jésus-Christ, notre sauveur et notre Maître”⁵⁸².

Trata-se, pois, de “alargar o campo da Teodiceia dos filósofos”, abrindo a razão humana à Revelação, em conformidade aos ensinamentos transmitidos pelos Profetas e sobretudo, aos revelados por Jesus Cristo. Uma tal relação, no entender do filósofo português, é mesmo fonte de apuramento da filosofia. Para ele, é sobretudo a excelência da moral cristã o que a coloca em plano distinto das outras revelações. É assim intuito do filósofo teólogo expor na *Teodiceia* as “doutrinas fundamentais da Religião Cristã”, constantes nos “dois únicos oráculos da Fé, a *Escritura* e a *Tradição*”, “estabelecendo como princípio *que não há doutrina cristã senão a que foi professada em todos os tempos, em todos os lugares e por todos os cristãos*”⁵⁸³. O objectivo do filósofo português, de espírito fundamentalmente conciliador, é a concórdia na *Christianitas* em

⁵⁸² **THÉOD**, *Avertissement*. “Em numerosas obras, mais ou menos notáveis, aparecidas sob o título de Teodiceia, depois da do imortal Leibniz, o sentido desta expressão parece ter sido reduzido por todos estes escritores ilustres à simples indicação de um tratado sobre a Divindade considerada primeiramente em si mesma e quanto aos seus atributos infinitos; depois, nas suas relações com o mundo, sua criação, em geral; e particularmente com o homem, enquanto ser moral e susceptível de uma perfectibilidade indefinida.

Nós entendemos dever alargar o campo da Teodiceia dos filósofos. Tendo obtido a confissão, se não de todos, dos mais distintos entre eles, de que este estudo, encerrado nos limites da razão humana, é insuficiente para o ensino da juventude: achando que seria soberanamente censurável considerar como nulas as luzes que a Filosofia pode tirar da Revelação para se apurar e completar; julgámos necessário acrescentar ao nosso Curso de Filosofia, no qual já se tratou da existência e dos atributos de Deus, até onde pode alcançar a razão humana, um Tratado elementar das relações que os divinos atributos têm com a moral do homem, não só segundo os ensinamentos demasiado estreitos da Filosofia; mas também conforme os que Deus, pela sua misericórdia infinita, se dignou revelar-nos pela voz dos seus Profetas e sobretudo pela do seu Filho bem-amado Jesus Cristo, nosso salvador e nosso Senhor” (**TEOD**, *Adv.*).

⁵⁸³ “Nous arrêtant à celle qui les a toutes résumées et complétées, la Religion chrétienne, nous en exposons aussi concisement, mais encore aussi clairement, qu’il nous a été possible, les doctrines fondamentales.

Là nous nous sommes tout-à fait effacé, pour ne laisser parler que les deux seuls oracles de la Foi, l’*Écriture* et la *Tradition*.

Établissant en principe *qu’il n’y a de doctrine chrétienne que celle qui a été professée en tous temps, en tous lieux et par tous les chrétiens*: principe que la saine raison enseigne et sur lequel toutes les confessions chrétiennes sont d’accord; nous avons reconnu que notre tâche, se bornant au simple rôle de rapporteur, nous serait d’autant plus aisée que nous n’avions qu’à transcrire fidèlement les passages soit de l’*Écriture* soit des Saints Pères allégués par les diverses parties dissidents: c’est là tout ce que le lecteur a à demander de notre part; c’est tout ce qu’il lui faut pour asseoir un

benevolente espírito de verdade na adunação amorosa a Cristo. É este o lugar da *Teodiceia* na teoria silvestrina da harmonia do universo.

Ensina-nos “a história de todas as religiões”, assevera Silvestre Pinheiro Ferreira, que os povos “só reconheceram como enviados de Deus os homens que se lhes apresentaram possuindo o dom da profecia e dos milagres”⁵⁸⁴. Manifesta-se o dom da profecia pela *visão*, pela *previsão* ou a *retrovisão*⁵⁸⁵. “A *visão* tem lugar quando o profeta tem conhecimento do que acontece actualmente noutra lugar; a *previsão*, quando o evento deve ter lugar no futuro; a *retrovisão*, quando ele conta o passado: sem que o tenha podido saber, em nenhum dos ditos casos, nem por conjectura, nem por informação, únicos meios de que pode socorrer-se a razão humana”⁵⁸⁶. A argumentação do filósofo é praticamente a mesma que vimos de ver no *Ensaio sobre a Psicologia*, para chegar a idêntica conclusão: “que o dom dos milagres não é propriamente senão o dom da profecia”⁵⁸⁷. É na “pureza da moral, ensinada por aquele que se anuncia como enviado de Deus”, que Silvestre Pinheiro Ferreira vê “o mais essencial dos caracteres de uma missão divina”. Aqui situa ele preferentemente a doutrina. “O ensino de uma moral digna da Divindade é o primeiro passo que o homem de Deus teve de dar no cumprimento das suas altas funções”⁵⁸⁸. Cumpre que “essas doutrinas sejam acompanhadas de Instituições próprias para as fazer passar da teoria à prática”⁵⁸⁹. O carácter apologético da *Teodiceia* é atravessado por toda uma subtil argumentação mística assente numa noção activa do conhecimento, ainda quando o filósofo recorre, nesse horizonte de conciliação, ao “princípio fundamental da fé cristã”: *Quod semper*,

jugement fondé: Nous serons donc quittes en leur présentant les pièces du procès” (*THÉOD*, Av.).

⁵⁸⁴ *TEOD*, § 47. “En effet l’histoire de toutes les religions nous apprend, que partout les peuples n’ont reconnu comme envoyés de Dieu, que des hommes qui se sont présentés à eux possédant le don de la prophétie, et des miracles” (*THÉOD*, § 47).

⁵⁸⁵ “Le don de la prophétie se manifeste par la *vision*, la *prévision* ou la *rétrovision*” (*THÉOD*, § 48).

⁵⁸⁶ *TEOD*, § 49. “La *vision* a lieu, lorsque le prophète a connaissance de ce qui se fait actuellement ailleurs; la *prévision* lorsque l’événement doit avoir lieu dans l’avenir; la *rétrovision*, lorsqu’il raconte le passé: sans qu’il ait pu l’apprendre, dans aucun des dits cas, ni par conjecture, ni par information, seuls moyens dont la raison humaine peut s’aider” (*THÉOD*, § 49).

⁵⁸⁷ *TEOD*, § 57. “D’où il suit que le don des miracles n’est proprement que le don de la prophétie” (*THÉOD*, § 57).

⁵⁸⁸ *TEOD*, § 68.

⁵⁸⁹ *TEOD*, § 80.

quod ubique, quod ab omnibus ⁵⁹⁰. Ilustra a erudição da *Teodiceia* a amplidão do conceito silvestrino da *tradio*. “Partindo então do princípio: que são unicamente cristãos aqueles que se acham ligados pela unidade de crenças respeitantes aos pontos sobre os quais estão de acordo todos os Doutores da Igreja, fica livre a consciência de cada um para admitir acerca de todos os outros pontos, sem arrastar, por isso, nem cisma, nem escândalo, aquela das diversas opiniões que julgar mais conforme ao espírito do Cristianismo e aos ditames da sua própria razão. “Mas a partir do momento em que todas as pessoas que admitem um certo número de doutrinas como dogmas de fé divina, qualquer que seja o país que habitam, ou as opiniões que cada um tiver acerca de todos os outros artigos, constituem um corpo moral a que chamamos sociedade cristã; esta sociedade, do mesmo modo que tem uma lei comum, deve ter um governo que, sendo comum a todos, conserve em harmonia a unidade de acção e de pensamento, sem a qual não se poderia conceber a existência de nenhuma sociedade” ⁵⁹¹. O empenho de Silvestre Pinheiro Ferreira é, enfim, todo por esta “unidade de acção e pensamento” do universo cristão.

⁵⁹⁰ “Todos os Cristãos, seja qual for aliás a divergência das suas opiniões, estão de acordo em que se não poderia ver como *dogma ou artigo de fé divina o que não foi reconhecido como tal em todos os tempos, em todos os lugares e por todo o mundo*. “Pedimos ao leitor que repare na elegante concisão deste aforismo que exprime o princípio fundamental da fé cristã: *Quod semper, quod ubique, quod ab omnibus*, e tem por autor o sábio e piedoso *Vicente de Lérins* [...]” *TEOD*, §§ 150-151. “Nous prions le lecteur de remarquer l’élégante concission de cet aphorisme qui exprime le principe fondamental de la foi chrétienne: *Quod semper, quod ubique, quod ab omnibus*, et a pour auteur le savant et pieux *Vicente de Lérins* [...]” (*THÉOD*, § 151).

⁵⁹¹ *TEOD*, §§ 684-685. “Mais du moment où toutes les personnes qui admettent un certain nombre de doctrines comme dogmes de foi divine, quelque soit le pays où elles habitent, ou les opinions que chacun pourra avoir sur tous les autres articles, constituent un corps moral qu’on appelle la société chrétienne; cette société, de même qu’elle a une loi commune, doit avoir un gouvernement qui, étant commun à tous, conserve à l’ensemble l’unité d’action et de pensée, sans laquelle on ne saurait concevoir l’existence d’aucune société. “Voilà comment les simples principes de la saine raison nous conduisent à reconnaître la nécessité d’un gouvernement suprême de l’Église concentré dans un seul individu, tenu de se conformer aux prescriptions de la loi, et non un gouvernement polycéphale, portant dans son propre sein les germes d’une anarchie fondée par la loi pas plus qu’une monarchie autocratique. “Ce que la raison nous dicte sur la nécessité d’un chef de gouvernement pour l’Église, l’Évangile nous le présente en termes tellement clairs, que toute l’antiquité les a uniformément interprétés dans ce même sens. Mais ce que ni l’Évangile, ni la Tradition ne nous ont fait connaître, ce sont les attributions détaillées de cette primauté, de ce gouvernement suprême. C’est donc à la raison d’indiquer quelles sont ces prérogatives” (*THÉOD*, § 685-687).

Entretanto, compõem a Cristandade as pessoas que realizam, de um ou outro modo, a teorese cristã. Esta acha-se, em essência, nos mistérios. A raiz da dissensão é colocada pelo filósofo sobre um fundo hermenêutico, como vai mostrando ao longo da *Teodiceia*, a divisão é “mal-entendido” e “incompreensão” (quando não “ignorância” e “má fé”).

Em considerações sobre os mistérios cristãos, especificará Silvestre Pinheiro Ferreira que “é exacto dizer, como fazem os Doutores da Igreja, que esses Mistérios são superiores à razão, mas que não são de todo contrários à razão. São-lhe superiores porque, tendo o Divino Mestre ligado às palavras, de que se serviu, um sentido que não é nenhum dos que lhes atribuiu o uso, a frase ficou fora da nossa compreensão: coisa inevitável, porquanto nenhuma palavra da linguagem humana poderia traduzir aquilo que não está ao alcance da razão humana”⁵⁹². “São altas verdades expressas em palavras que não nos é dado compreender; visto que não poderíamos tomá-las nem no seu sentido próprio, nem no seu sentido figurado”⁵⁹³. Tal é a incompreensibilidade e a

⁵⁹² **TEOD**, § 384. “Il est donc exact de dire, ainsi que le font des Docteurs de l’Église, que ces Mystères sont supérieurs à la raison, mais qu’ils ne sont point contraires à la raison. Ils lui sont supérieurs parce que, le Divin Maître ayant attaché aux paroles, dont il s’est servi, un sens qui n’est aucun de ceux que l’usage leur a affectés, la phrase est restée en dehors de notre compréhension: chose inévitable, car aucun mot du langage humain ne saurait rendre ce qui n’est pas à la portée de la raison humaine” (**THÉOD**, § 384).

⁵⁹³ “Não poderíamos, porém, dizer serem contrárias à razão; pois, tal como fizemos já observar, embora não se pudesse assaz repetir, para que se possa dizer que uma frase é contrária à razão, é preciso que aí se empregue a mesma palavra com significados incompatíveis entre si ou, o que vem dar ao mesmo, que dela se hajam dado definições contraditórias. Ora, longe de dar definições contraditórias das palavras empregadas para exprimir os Mistérios do Cristianismo, a Igreja não dá nenhuma: ensina mesmo não haver definição possível delas. “Assim, quando a Igreja ensina: que os Mistérios são *inefáveis*; pretende declarar que haverá erro ou, para empregar a palavra oficial, *heresia*, quer se tomem as expressões enunciativas do Mistério em sentido próprio, quer sejam tomadas em sentido figurado. Ora uma frase que não é permitido tomar em nenhum destes dois sentidos é *incompreensível*. Eis pois o que entende a Igreja ao qualificar os Mistérios de *inefáveis* e *incompreensíveis*” (**TEOD**, §§ 383, 385-386). “Mais on ne saurait dire qu’ils sont contraires à la raison; car ainsi que nous l’avons déjà fait observer, mais on ne saurait assez le répéter; pour qu’on puisse dire, qu’une phrase est contraire à la raison, il faut qu’on y emploie le même mot dans des significations incompatibles entre elles ou, ce qui revient au même, qu’on en ait donné des définitions contradictoires. Or, loin de donner des définitions contradictoires des mots employés pour exprimer les Mystères du Christianisme, l’Église n’en donne aucune: elle enseigne même qu’il n’y en a pas de définition possible. “Ainsi lorsque l’Église enseigne: que les Mystères sont *ineffables*; elle entend déclarer qu’il y aura erreur ou, pour employer le mot officiel, *hérésie*, soit qu’on prenne les expressions énonciatives du Mystère dans le

inefablidade dos mistérios cristãos. Exemplarmente faz entrever isto mesmo o filósofo mediante um particular *précis historique* de doutrinas concernentes ao Mistério da Trindade, em alguns passos vivos da tradição. “A palavra *essência*, diz *Santo Agostinho*, quando se fala do Pai, do Filho ou do Espírito Santo, não tem o mesmo sentido que quando se afirma das espécies o que pertence ao género ou dos indivíduos o que pertence ao género ou às espécies ou enfim das partes o que pertence ao todo (*sendo estes os três únicos significados que a palavra essência tem na língua*); mas tem um completamente outro *sentido inefável e incompreensível*” (*De Trinit.*, VII) ⁵⁹⁴. “O fogo sensível, dizia o *bispo Leôncio*, embora seja uma só substância, é em si mesmo uma trindade: *fogo, chama e luz*. Não vemos que uma destas três coisas exista antes da outra, as três existindo juntamente e de uma maneira inseparável” (*In Acts. Concil. Nicoen. P. II, 21*) ⁵⁹⁵. “O sol, escreviam *Santo Atanásio* e *São Cirilo*, é a imagem do Pai, os raios do sol são a imagem do Filho, e o calor dos raios, a imagem do Espírito Santo” (*Eps. Orthod. Fid.*) ⁵⁹⁶. “O pensamento que sentimos nascer como germe do nosso espírito, como filho da nossa inteligência, escrevia *Bossuet*, dá-nos alguma ideia do Filho de Deus, concebido eternamente na inteligência do Pai celeste; é por isso que este Filho de Deus toma o nome de verbo, a fim de que entendêssemos nascer ele no seio do Pai, não como se nasce de um corpo, mas como nasce na nossa alma esta palavra interior que aí sentimos, quando contemplamos a verdade... Amamos esta palavra interior e o espírito onde ela nasce e, amando-a, sentimos em nós alguma coisa que não nos é menos

sens propre, soit qu'on les prenne dans le sens figuré. Or une phrase qu'il n'est permis de prendre dans aucun de ces deux sens est *incompréhensible*. Voilà donc ce que l'Église entend lorsqu'elle qualifie les Mystères d'*ineffables* et *incompréhensibles*” (*THÉOD*, §§ 385-386).

⁵⁹⁴ *TEOD*, § 388 (a nota entre parêntesis, na cita de Santo Agostinho, é de Silvestre Pinheiro Ferreira). “Le mot *essence*, dit Saint Augustin, quand on parle du Père, du Fils ou du Saint Esprit n'a pas le même sens que lorsqu'on affirme des espèces ce qui appartient au genre ou de individus ce qu'appartient au genre ou aux espèces ou enfin des parties ce qui appartient au tout (*celles-ci étant les trois seules significations que le mot essence a dans la langue*), mais il a un tout autre *sens ineffable et incompréhensible*” [*De Trinit.*, VII] (*THÉOD*, § 388).

⁵⁹⁵ *TEOD*, § 396. “Le feu sensible, disait l'évêque Leonce, quoiqu'il ne soit qu'une seule substance, est en lui même une trinité: *feu, flamme et lumière*. On ne voit pas que l'une de ces trois choses existe avant l'autre, toutes les trois existent ensemble, et d'une manière inséparable” [*In Acts. Concil. Nicoen. P. II, 21*] (*THÉOD*, § 396).

⁵⁹⁶ *TEOD*, § 398. “Le soleil, écrivaient Saint Athanase et Saint Cyrille, est l'image du Père, les rayons du soleil sont l'image du Fils, et la chaleur des rayons, l'image du Saint Esprit” [*Eps. Orthod. Fid.*] (*THÉOD*, § 398).

preciosa do que o nosso espírito... que é o fruto de um e de outro, que os une, que a eles se une, e com eles faz uma mesma vida”⁵⁹⁷.

Num dos últimos escritos publicados por Silvestre Pinheiro Ferreira, o filósofo recompilava o sétimo e último capítulo da *Teodiceia*, acerca da moral cristã. Na abertura do artigo, fazia o seguinte balanço: “Posto que a Moral Cristã não tenha por fim ensinar aos homens doutrinas, que eles pelas simples luzes da razão não pudessem conhecer: posto que seria mesmo possível achar todos os princípios essenciais da Moral do Evangelho nas tradições Religiosas dos séculos anteriores ao Cristianismo, nos escritos dos filósofos Gregos e Romanos e, depois das grandes descobertas de nossos dias, nos tesouros da antiga sabedoria indiana: contudo não é menos verdade que o ponto de vista, debaixo do qual Jesus Cristo e os seus Apóstolos têm considerado estas doutrinas, as tem levado a um tal grau de evidência; tem-nas apresentado debaixo de um aspecto tão atractivo, tem-lhes granjeado uma força tão persuasiva, que essas sublimes verdades, outrora apenas conhecidas dos filósofos Gregos e Romanos, se tornaram, pela pregação do Evangelho, doutrinas vulgares e triviais entre todas as classes do povo Cristão”⁵⁹⁸. Reiteradamente afirmaria o filósofo teólogo que a “*pureza da moral*” é a característica “principal da divindade da doutrina”⁵⁹⁹. Cumpre-se o itinerário ao coração desta mediante a adesão aos inefáveis mistérios. “O homem imparcial”, escreve Silvestre Pinheiro Ferreira no sétimo capítulo da *Teodiceia*, perante os “partidos, começará por lhes fazer reconhecer que o fim da religião cristã é a salvação do género humano, mediante a crença em Jesus Cristo, isto é, tal como o próprio Senhor ensinou, aproveitando a graça que Ele veio obter-nos de seu Pai, a fim de que, conformando-nos

⁵⁹⁷ *TEOD*, § 399. “La pensée que nous sentons naître comme le germe de notre esprit, comme le fils de notre intelligence, écrivait Bossuet, nous donne quelque idée du Fils de Dieu, conçu éternellement dans l’intelligence du Père céleste; c’est pourquoi ce Fils de Dieu prend le nom de verbe, afin que nous entendions qu’il naît dans le sein du Père, non comme naissant d’un corps, mais comme naît dans notre âme cette parole intérieure que nous y sentons, quand nous contemplons la vérité... Nous aimons cette parole intérieure, et l’esprit où elle naît et, en l’aimant, nous sentons en nous quelque chose qui ne nous est pas moins précieuse que notre esprit... qui est le fruit de l’un et de l’autre, qui les unit, qui s’unit à eux, et ne fait avec eux qu’une même vie” (*THÉOD*, § 399).

⁵⁹⁸ “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas”, in *Jornal da Sociedade Catholica*, nº 41, 1845 [artigo por reeditar].

⁵⁹⁹ *TEOD*, § 1285.

às suas Santas Doutrinas, procuremos assemelhar-nos a Ele, como Ele se assemelha a seu Pai”⁶⁰⁰.

A sapientia christiana luz, pois, no coração da teoria silvestrina da harmonia do universo.

⁶⁰⁰ *TEOD*, § 1286. “L’homme impartial, se posant juge entre ces deux partis commencera par leu faire reconnaître que le but de la religion chrétienne est le salut du genre humaine, moyennant la croyance en Jesus Christ, c’est à dire, ainsi que le Seigneur l’a enseigné lui même, en profitant de la grâce qu’il est venu nous obtenir de

EPÍLOGO

§ 33. A teoria silvestrina da harmonia do universo

Inconcluso há-de ser, em verdade, quanto se refira à teoria geral da interligação de todas as partes do universo, contanto que ciente dos horizontes físicos e metafísicos em amplexo na teorese silvestrina da harmonia do universo. Infinitamente mais amplo que o da *modernitas*, fulgura o conceito de *universo* na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira. Tal é o que pareceu passar despercebido, de um modo geral, à interpretação do seu pensamento. Daí, o que o leitor achou pela frente.

O ponto de vista hermenêutico aqui aberto, dimensiona a acção teórica expressa na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, como uma filosofia da harmonia do universo. O conceito de uma teoria do universo, adequado ao conteúdo da teorese do filósofo português, congloba Homem, Mundo e Deus. É o que permite apurar, entretanto, a investigação da “verdade cosmológica da *ligação de todas as partes do Universo entre si*”. Corresponde a uma tal perspectiva uma filosofia da relação em sentido universal, que assim procura traduzir compreensivelmente o modo de ser do próprio universo. A designação para a universal relação de quanto entretece a diversidade dos entes e das coisas em intangível unidade, colheu-a da Hélada o filósofo como *harmonia*. De acordo com Silvestre Pinheiro Ferreira, é pela contemplação que se acede a essa “ordem que brilha em todas e em cada uma das partes do Universo”. Em ligação cósmica se descobre assim a teorese do multimodal tempo e espaço no todo intacto da harmonia universal. Pertencente ao reino intelectual, o homem é sobretudo um ente psicológico que uma ontologia convergente da cosmologia e da teologia procura compreender no tecido conjunto da existência, concebido a partir de uma teoria da causalidade polarizada no princípio da harmonia do universo. Na linguagem, vê a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira a maneira própria do homem de compreender e reproduzir a harmonia universal, de que faz parte. Se a linguagem é como que a versão humana por excelência da harmonia universal, então o saber filosófico é, sobretudo, um conhecimento da linguagem e o esforço para que esta traduza tão perfeitamente quanto

son Père, afin que, nous conformant à ses Saints Doctrines, nous tachions de lui

possível a harmonia do universo, isto é, a harmonia de Homem, Mundo e Deus. Para o filósofo, esta é a tarefa que cabe à ciência, à filosofia, à religião. A filosofia silvestrina parte assim genericamente de uma investigação sobre a harmonia do universo, na forma articulada de uma tripla perspectiva antropológica, cosmológica e teológica, para a reflectir prioritariamente no mundo do ser humano, em conformidade com o modo próprio de ser do homem no universo. Assim se avalia a civilização, no entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, pelas qualidades morais das relações humanas que constituem os múltiplos graus entre substancialidade e acidentalidade, convergindo num sentido crescente do modo de ser cristão.

Para o horizonte da acção, trata-se, por conseguinte, de pôr a teoria em prática, harmonizando Homem, Mundo e Deus. Se a harmonia cósmica é, com efeito, indestrutível, outro é o caso das partes que compõem o universo. A inobservância do princípio da harmonia universal é a causa actual, para os homens do nosso tempo, da destruição do mundo em curso. O homem é causador da degradação destrutiva de subsistemas elementares e dos reinos vegetal e animal, na medida em que recusa a sua pertença ao reino intelectual. É pela sua inserção no reino intelectual, que o homem pode ser conhecedor da Natureza, já que só os seres psicológicos deste reino contemplam o universo. Pela contemplação do Universo se vê representado em cada um dos seus fenómenos o mesmo universo. Por isso está o presente prenhe do futuro. A medida epistemológica da constituição de um programa científico comprovativo da verdade cosmológica da ligação de todas as partes do universo entre si, encontrará decerto eco na *forma mentis* contemporânea. Mais importa, porém, reconduzir o ente humano à aurora filosofal, pela contemplação do universo.

ressembler, comme lui il ressemble à son Père” (*THÉOD*, § 1286).

APÊNDICE DOCUMENTAL

Notícia

Compõem este Apêndice Documental escritos de ordem vária de Silvestre Pinheiro Ferreira e outros acerca dele, genericamente filosóficos, dos quais metade não via a luz há século e meio, nem menção nas bibliografias. A ordem em que estes dispersos se acham aqui, obedece a um plano de leitura relativamente autónomo deste Apêndice Documental. O leitor poderá, assim, encontrar, em primeiro lugar, a única biografia feita em vida do filósofo, pela mão de um discípulo, Teixeira de Vasconcelos, e conferida pelo próprio biografado. Seguidamente, começando pela metafísica, encontra-se a edição fac-similada e graficamente tratada, das duas versões em português e em francês dos *Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia* e dos respectivos índices, pertencentes às *Noções de Filosofia* (ou *Précis d'un Cours de Philosophie élémentaire: Ontologie, Psychologie, Idéologie*) e que, estranhamente, não têm sido reeditados desde 1839, no conjunto da obra a que pertencem e nos domínios da qual foram pensados. Em terceiro lugar, encontra-se a recensão anónima das *Noções de Filosofia*, talvez da autoria de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, seguida da recensão feita pelo filósofo de um trabalho de ordem filosófica da autoria de Manuel Pinheiro d'Almeida e Azevedo, bem como a resposta deste em carta aberta a Silvestre Pinheiro Ferreira, a que se sucederia ainda uma última recensão do nosso filósofo a nova obra daquele autor. Seguem-se escritos filosóficos dispersos, de ordem filológica, histórica, política, moral, jurídica, científica e literária. Finalmente, os escritos de ordem teológica e religiosa consistem na tradução, da minha responsabilidade, do artigo “De la Théogonie (Mythologie)” e num dos últimos artigos publicados em vida de Silvestre Pinheiro Ferreira, sensivelmente correspondente ao sétimo capítulo da *Théodicée*, intitulado “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas”.

1. *Apontamentos para a biografia do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira* (*)

(A. A. Teixeira de Vasconcelos)

O Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu na cidade de Lisboa em 31 de Dezembro de 1769. Qual fosse a jerarquia social dos seus progenitores importa pouco conhecer, quando tamanho é o cabedal de virtudes próprias, que o ilustra, e quando temos diante de nós quase 77 anos de assinalados, e nunca interrompidos serviços, à sua pátria, e às letras, e civilização de todo o mundo.

Aos catorze anos de idade entrou o Sr. Silvestre Pinheiro para a Congregação do Oratório, que então florescia com varões eruditos, e virtuosos, destinado a seguir o estado eclesiástico. Os padres mais graves daquela casa foram desde logo os seus principais amigos, e entre eles o padre Foyos, principal director dos seus primeiros estudos filosóficos; e sobre qualidades naturais tão excelentes assentou a boa educação ali recebida, e o trato com aqueles padres tão cultivadores das ciências, que logo desde os primeiros anos apareceram dois testemunhos valiosos do seu talento, estudo, e aproveitamento.

Daremos mais circunstanciada notícia deles quando falarmos dos seus escritos; por agora basta saber-se, que um deles lhe mereceu o singular apreço em que começou a tê-lo o principal Castro, reitor da universidade de Coimbra, e também o desagrado de alguns dos seus colegas demasiado zelosos da reputação literária do seu padre Teodoro de Almeida, a quem o Sr. Silvestre Pinheiro ousara fazer alguns reparos.

Ou porque este sucesso o desgostasse, ou porque não conhecesse em si vocação para o estado eclesiástico, e os padres recusassem consentir, que permanecesse entre eles como minorista entregue unicamente aos seus trabalhos literários, o Sr. Silvestre Pinheiro abandonou a Congregação do Oratório, e dedicou-se ao magistério dando lições públicas em Lisboa em 1792.

Pouco tempo depois alcançou em concurso a substituição da cadeira de lógica no Colégio das Artes de Coimbra, e no cumprimento das novas obrigações, que contraía, houve-se como podia esperara-se do seu esmero, e aplicação aos estudos filosóficos, suprimindo a deficiência, e incorrecção do velho Genuense com as ideias mais modernas dos melhores escritores franceses, e ingleses. Entretanto este ponderoso serviço feito às nossas letras excitou ódios, e inimizades de invejosos, que o alcunharam de jacobino, espírito forte, e até de conspirador.

Circunscrito por necessidade e vocação ao retiro da vida estudiosa não podia o Sr. Silvestre Pinheiro nem sequer suspeitar a trama, que deste seu aperfeiçoamento literário viria a urdir-se não para perdê-lo, como talvez puderam crer os inventores, mas para dar-lhe ocasião a resplandecer com maior brilho dentro e fora de Portugal.

Tinham vindo por esse tempo a Coimbra comissários de algumas sociedades secretas a procurar adeptos entre os estudantes, e mestres mais distintos, e como é bem de crer não deixou de ser logo convidado a alistar-se no seu grémio o Sr. Silvestre Pinheiro. O seu respeito às leis, que proibiam essas sociedades, foi o fundamento da sua recusa, não lhe consentindo o seu respeito de justiça, e de moralidade, violar as leis da sua pátria, embora os mesmos sentimentos de rectidão lhe deixassem ver com clareza a pouca verdade das acusações exageradas, que se faziam a tais associações.

Não lhe valeu porém a reconcentração doméstica a que se votara, e estando em férias em Lisboa por meados de Julho foi avisado, por um estudante de medicina, de

(*) A. A. Teixeira de Vasconcelos, in *A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4-4-1846, pp. 2-4.

que em Coimbra se dera rigorosa busca nos seus papéis, e que muitos dos seus amigos estavam presos, tendo o portador de tais novas podido escapar-se com muita dificuldade.

Achava-se também na Corte o seu protector e amigo o principal Castro, a quem o Sr. Silvestre Pinheiro foi logo participar aquele estranhíssimo successo. Maravilhou-se o prelado de que sem seu conhecimento, como reitor que era da universidade, se procedesse por tal forma, e aconselhando-o a que por algum tempo se acolhesse a refúgio seguro, indicou-lhe a pessoa do seu secretário Assis para que por ele se comunicassem.

O Sr. Silvestre Pinheiro, a quem no começo da sua carreira não faltaram as injustiças, e perseguições, que são quase infalível apanágio da virtude, e do verdadeiro merecimento, aproveitou o conselho, e partiu para Setúbal na companhia do Sr. Annes de Carvalho, de cuja amizade ia receber os mais estremados testemunhos. Demoraram-se, e por espaço de três semanas não vierem os prometidos avisos do prelado, e começou de espalhar-se o boato de uma prisão importante, que a autoridade policial recém-chegada de Lisboa vinha incumbida de fazer.

Havia no porto um navio holandês pronto a levantar ferro, e o cônsul daquela nação oferecia-se a facilitar a evasão sem passaporte: o Sr. Annes de Carvalho persuadiu o Sr. Silvestre Pinheiro a que aproveitasse a ocasião, e facilitou-lhe briosamente os meios para o executar; com efeito em 31 de Julho de 1797 deixava o digno professor a sua pátria com intento de passar a França; porém quis a Providência, que o navio aportasse a Dover, e proibindo o governo inglês aos passageiros saírem para Calais, teve o Sr. Silvestre Pinheiro de ir para Londres, onde ilustres portugueses, e entre eles o nosso respeitável varão José Correia da Serra, lhe prestaram valiosos serviços, e todos os auxílios necessários para passar a Holanda.

Era então nosso ministro ali António de Araújo e Azevedo, depois conde da Barca, cavalheiro muito dado aos bons estudos, e constante protector dos cultivadores das letras, porém nesse tempo estava em Paris tratando de negócios importantes do Estado: todavia o acolhimento, e estima, que já então era devida ao merecimento do Sr. Silvestre Pinheiro, só a sua pátria poderia negar-lho por desgraçado hábito de fereza para com os seus melhores. O intérprete da nossa legação prestou-lhe na sua chegada a Holanda valiosos serviços. Mr. Noel, ministro francês na Haia, e amigo de António de Araújo, deu ao nosso exilado cartas de recomendação para Paris, e os meios necessários para a jornada, de que mais tarde delicada, e generosamente recusou aceitara a restituição.

Nos fins de Setembro de 1797 pouco depois do 18 frutidor já o Sr. Silvestre Pinheiro estava em Paris, onde encontrara em António de Araújo o que um homem como ele podia esperar daquele amável cavalheiro. O primeiro cuidado do Sr. Silvestre Pinheiro foi o cumprimento dos deveres sagrados de súbdito português, e de homem honrado: escreveu de Paris ao nosso governo narrando os successos que ali o tinham trazido, e pedindo ser julgado legalmente para sujeitar-se ao castigo em que segundo as leis pudesse ter incorrido. António de Araújo acompanhou esta exposição com a eficácia do seu valimento para com o ministério português, e José de Seabra respondeu encarregando o Sr. Silvestre Pinheiro das funções de secretário da embaixada na ausência do secretário Brito, declarando que nenhuma acusação especial existia contra ele, e que as pessoas que haviam sido presas por causa igual havia muito que tinham sido postas em liberdade.

Mas esta resposta tão agradável chegou a Paris quando António de Araújo estava preso no *templo*, e o Sr. Silvestre Pinheiro ficou outra vez como que desamparado, e entregue aos insondáveis caprichos da fortuna; bem diversamente se teriam composto

talvez os diferentes sucessos de sua vida se quando hesitava entre o famoso estabelecimento químico de mr. Pelletier, e a expedição do Egipto, para que o convidavam, não fosse solto António de Araújo, que o levou consigo para Holanda na qualidade de secretário de legação.

Ali conjuntamente com o mui conhecido morgado de Mateus trabalharam ambos durante o verão de 1798 em uma obra cujo fim era desafrontar a nação portuguesa dos ultrajes com que atrozmente a tinham ofendido *Carrere, no quadro de Lisboa, a segunda edição da obra de Dumourier a respeito de Portugal, a Viagem de Murphy*, e a do pseudónimo *Marquês do Chatelet*; cuja publicação por delicadeza cortesã de António de Araújo não chegou a verificar-se. Com aqueles cavalheiros fez o Sr. Silvestre Pinheiro, desde o Outubro de 1798 até Dezembro de 1799, a viagem do norte da Alemanha, demorando-se mais em Hamburgo, Berlim e Dresde, aprendendo por essa ocasião a língua alemã, e procurando adquirir grande cópia de conhecimentos botânicos.

As negociações com o governo francês eram por esse tempo a ocupação mais importante da nossa diplomacia, e a posição política de Portugal a todos os respeitos extremamente crítica e melindrosa. António de Araújo foi escolhido pelo duque de Lafões para ir tratar com o 1º cônsul, e foi acolhido pelo monarca com expressões que raras vezes descem do trono, porém infelizmente não tendo acesso junto de Bonaparte teve de regressar a Lisboa, onde veio encontrar o duque no desagrado, e no valimento pessoas que lhe eram pouco afeiçoadas; assim foram baldados os seus esforços para que o governo consentisse em que o Sr. Silvestre Pinheiro o acompanhasse para Holanda, para onde o mandavam voltar. Tiveram pois de separar-se os dois amigos; um para continuar a carreira dos seus serviços diplomáticos, o outro para ficar exercendo o lugar de Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que lhe tinha sido conferido na sua vinda para Lisboa com António de Araújo, e que serviu até 1802.

A perspicácia do entendimento, cultivada com o trato dos homens eminentes e conspícuos, e com o uso dos negócios mais importantes, deu desde a sua entrada na sua carreira diplomática uma grande importância aos conselhos e avisos do Sr. Silvestre pinheiro, e António de Araújo teve de arrepende-se de os não ter escutado a respeito de D. Lourenço de Lima, e do marquês de Nisa, quando nomeados para as embaixadas de Londres, e de Sampetersburgo. Sentimos que a estreiteza forçada deste trabalho nos não permite publicar as reflexões de S.^a Ex.^a a este respeito.

Ainda que lhe sobejava merecimento para o despacho de encarregado de negócios em Berlim, para onde foi mandado em 1802, contudo talvez nesta nomeação, que se atribui a remuneração, e munificência real, tivesse parte a inveja de émulos, que o desejavam afastar para longe do trono, perto do qual os cargos mais subidos lhe caberiam de direito. Durante os sete anos da sua residência em Berlim consagrou todos os momentos que dos trabalhos oficiais lhe ficavam livres, ao estudo da mineralogia com Karsten e Werner, aplicando-se também à química, e frequentando a sociedade dos investigadores da natureza, que então contava no seu grémio os mais célebres caracteres literários de Berlim. Foi o Sr. Silvestre pinheiro quem em 1804 foi a Freyberg comprar para a universidade o famoso gabinete mineralógico de Polst de Oheim, que hoje existe no Brasil, muito aumentado com riquezas naturais daquele país.

Casado na Alemanha com uma senhora da família de Leidholdt, vieram novos desgostos perturbá-lo na carreira dos seus serviços à pátria, nas suas lucubrações científicas, e até no remanso da vida doméstica. A morte de suas filhas juntava-se a exigência injusta do imperador dos franceses de que o ministro português o riscasse do quadro da diplomacia. Era o seu crime ter podido descobrir os planos ambiciosos de Napoleão a respeito da Península, e levá-los ao conhecimento do governo português.

Apesar disto António de Araújo aproveitou os serviços do Sr. Silvestre Pinheiro encarregando-o de organizar uma companhia de espingardeiros alemães para o estabelecimento de uma fábrica de espingardas em Lisboa: infelizmente só nos fins de 1807 nas vésperas da partida da Corte para o Rio de Janeiro é que estes homens chegaram a Lisboa tornando-se pela natureza, e gravidade da ocasião muito difícil o embolso dos dinheiros que o Sr. Silvestre Pinheiro adiantara para a conclusão deste negócio. Não podendo sofrer o desembolso destas quantias embarcou para o Rio de Janeiro a requerer o pagamento. A ocasião ainda era desgraçada: apenas pôde receber uma parte.

Em 1811 foi nomeado deputado da Junta do Comércio conservando-se-lhe o lugar da secretaria: despacho, no qual ainda será possível encontrar a mão oculta, que de dentro da sua própria repartição procurava arredá-lo daquele lugar aonde a emulação mais cega e pretensiosa tinha de confessar-se vencida.

Não mediou muito tempo sem que novas contingências viessem provar seu ânimo justo, e severo, e a constância da sua resignação. Os estados do Brasil eram governados por tal forma que o governo do Rio de Janeiro chegara a carecer de pedir uma suspensão de hostilidades à república de Buenos-Aires! Uma convenção pouco honrosa tinha sido concluída, e assinada pelo enviado do Brasil Rademaker, e para remediar este desaire foi escolhido o Sr. Silvestre Pinheiro para que sem carácter ostensivo diplomático, e evitando reconhecer a existência legal da república para não irritar o governo espanhol, alcançasse uma convenção mais vantajosa. O Sr. Silvestre Pinheiro recusou nobremente o encargo de ofender um colega, que obrara segundo as instruções do governo, e não pôde compreender como sem carácter diplomático se assinavam tratados a não ser com a espada na mão! A demissão de todos os cargos públicos, que exercia, e o degredo para a Madeira foram o castigo do seu nobre procedimento! Não pôde porém executar-se tamanha injustiça, e quando já estava a bordo do navio que devia conduzi-lo ao desterro, revoga-se a ordem, fica na Corte, e volta às funções dos seus empregos.

Ali mesmo, e através destas contradições, não se esquecia de pagar à república literária o feudo de que lhe era tributário, e a seu tempo veremos quais foram então os frutos da sua estremada pena.

Em 1820, José Correia da Serra, enviado nosso nos Estados Unidos, pediu a sua exoneração, e o Sr. Silvestre Pinheiro foi nomeado para o substituir. A revolução de Fevereiro de 1821 ainda impediu desta vez, que ele deixasse a Corte onde era chamado a representar um papel importante, e perigoso, tendo-o já a benevolência real distinguido com a comenda de Cristo, e com o cargo de director da Imprensa Régia, e nomeado membro da comissão mista Anglo-Lusitana para decidir as questões do tráfico da escravatura.

Com a revolução de 1820 começa o mais belo traço da vida do sr. Silvestre Pinheiro; já em 1814 ele aconselhara o rei a que concedesse espontaneamente o que depois seria forçado a aceitar, se não quisesse expor os seus Estados a uma conflagração geral, e colocar o próprio trono em grave perigo. Os que o trataram então de visionário poderiam depois apreciar bem a exactidão dos seus vaticínios.

Feita a revolução, foi S.^a Ex.^a chamado para as pastas dos Estrangeiros e Guerra; e por ocasião das prisões de Targini, e de outros, fez quanto pôde para suavizar-lhes os sofrimentos, e para restituí-los à liberdade, de cuja privação ele estava completamente inocente. Debalde pedia ao Sr. D. João VI que lhe aceitasse a demissão da pasta da Guerra; não lhe foi possível obter esta graça, e não pequeno foi o trabalho que teve para conciliar o seu desejo de acertar com a estranheza dos negócios militares.

Dois negócios muito importantes ocupavam então os nossos estadistas; era o primeiro a organização da regência, que havia ficar governando o Brasil, e o segundo o modo que devia guardar-se com as Cortes de Lisboa na ocasião da chegada do rei. Negócios ambos importantíssimos, e cujas variadas faces a história examinará algum dia detidamente. Em ambos foi ouvido o Sr. Silvestre Pinheiro, e em nenhum deles a verdade recuou na sua boca perante quaisquer considerações de interesse, receio, ou adulação. Depois do acontecimento desastroso da morte de um eleitor pela tropa, quando eles acabavam de estar reunidos para tratar do negócio da regência, o Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira aconselhou ao rei que na sua passagem para a Europa desembarcasse na Baía, e regulasse dali os negócios do Brasil, e que depois parando na Ilha Terceira mandasse por um dos seus ministros significar ao Congresso de Lisboa as suas intenções acerca do veto absoluto, que o nosso insigne publicista julgava indispensável na nova organização constitucional. Nenhum dos arbítrios porém foi adoptado.

Chegados a Lisboa, e naquelas circunstâncias melindrosas em que a título dos preparativos para mais sumptuoso desembarque de sua majestade o retinham a bordo, outra vez o consultou o Sr. D. João VI acerca do que lhe cumpria fazer naquele extremo. O Sr. Silvestre Pinheiro ainda não tinha mudado de opinião acerca do que convinha à boa organização da monarquia representativa, e à dignidade real, e pessoal do soberano cujo ministro era, porém as Cortes não admitiram que os ministros lá fossem significar a vontade do rei!

Antes de entrar no salão do Congresso chamou ainda outra vez os ministros a conselho. O Sr. Silvestre Pinheiro é de voto, que o rei fale com lisura, e verdade, e que se a sua linguagem excitar tumulto, ou descontentamento declare, que abandonará Portugal, e peça um navio do Estado para o transportar, e à sua família, protestando não promover, nem procurar o auxílio estrangeiro, nem fomentar as diligências dos que o procuram. Os outros ministros receiam, que a verdade toda comprometa em demasia o rei, e excite logo ali tumultos desastrosos: votam por meios brandos, e conciliadores. Finalmente resolvem que sua majestade leia o discurso feito pelo Sr. Silvestre Pinheiro, e que se lhe suprima o período do veto. Este parecer se não era tão real, tão heróico como o outro, era pelo menos mais prudente, e sobretudo mui conforme com o carácter pessoal do Sr. D. João VI.

Apesar desta resolução o rei não leu o discurso, e Agostinho José Freire veio referir ao Sr. Silvestre Pinheiro a sensação desagradável, que causara no Congresso esta omissão. O rei desculpou-se com a falta de aviso próprio daquelas funções em que é costume ir notando a cada um o que deve executar, e resolveu mandar o Ministro dos Estrangeiros para o ler às Cortes. Havia no discurso o seguinte período – *Que se depois da reunião das Cortes seria por parte do monarca um acto de despotismo querer legislar sem o concurso dos representantes do povo, haveria da mesma sorte uma oclocracia se as Cortes fizessem leis sem o concurso, o consentimento do rei.* Ao acabar de proferir estas palavras o Congresso rompeu em vociferações. O Sr. Silvestre Pinheiro, que julgou não devia continuar a ser ministro da coroa quando a força dos sucessos lhe desvirtuava o poder, pediu a sua demissão, e declarando irrevogável esta resolução saiu deixando o rei ainda em conselho com o Ministro da Marinha, e do Reino.

Pouco depois a pedido d'El-Rei, e lembrando-se de ouvir ao conde da Barca elogiar o de Barbacena indicou-o para seu sucessor não se lembrando da situação em que o conde se colocara para com a revolução desde o seu começo. Que fosse esquecimento ou mesmo ignorância dos factos era desculpável em quem saíra de Portugal em 1797.

Entretanto continuava nas Cortes o sentimento desfavorável, que o período do discurso excitara, e como ao lembrarem-se de acusar o Sr. Silvestre Pinheiro soubessem que ele tinha deixado de ser ministro, pediram explicação à coroa da contradição entre a aquiescência completa de El Rei, e aquele período do discurso pronunciado em seu nome pelo ministro. O Sr. D. João VI ratificou a sujeição absoluta!

O conde de Barbacena não tinha podido, durante três meses, ganhar a afeição do Congresso, no qual se divisavam cada vez maiores indícios de aversão e desconfiança contra ele. O Sr. D. João VI, obrigado a escolher novo ministro, mandou chamar o Sr. Silvestre Pinheiro. Desta vez não lhe valeram escusas, nem El Rei quis nomear o barão de Mossamedes (depois conde da Lapa), ou o visconde de Santarém, que ele lhe propunha. A todas as considerações que o Sr. Silvestre Pinheiro soube fazer valer para se eximir deste cargo respondeu El-Rei: *que a maioria do Congresso o queria, que ele não nomeava outro, e que o tornava responsável pelas consequências*, etc. Esta obsequiosa insistência do rei, e a segurança que alguns membros do Congresso lhe deram de que a maioria se prestava a alterar as bases da Constituição, determinou o Sr. Silvestre Pinheiro, e por espaço de vinte meses conservou a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Durante este período o Sr. Silvestre Pinheiro teve de combater as exigências e reclamações dos diplomáticos estrangeiros, agentes pela maior parte de governos que aborreciam a revolução, e que começavam a combatê-la com todo o vigor, aproveitando pequenas circunstâncias para complicar a situação dos negócios ou para mortificar os ministros. Em todos os casos desta espécie com o ministro da Rússia, com o encarregado de negócios da Áustria, com mr. Ward, ministro inglês, e com os outros todos, o Sr. Silvestre Pinheiro zelou afincadamente a dignidade da coroa, e da nação, e por mais do que uma vez a sua energia e seriedade mereceu do espírito justo do ministério inglês, que o seu ministro fosse repreendido pela maneira pela qual procedera para com o governo português. Reduziu o corpo diplomático à economia indispensável, e decente para um Estado pobre como o nosso, e quanto os tempos lho consentiram procurou tratar todos com justiça, e sempre segundo as leis.

Um dos seus pensamentos mais queridos foi sempre um tratado de aliança com Espanha, tomando por base principal que os súbditos das duas nações fossem considerados como nacionais em qualquer delas. Este pensamento, fecundíssimo em resultados, oferecendo quase todas as vantagens da confusão das duas nações em uma só, sem nenhum dos inconvenientes, não pôde executar-se pela pouca estabilidade do ministério constitucional de Madrid, pelas pretensões exageradas do governo espanhol, e pelo patriotismo também exagerado das nossas Cortes de não querer ceder Montevideu. Também o receio do contrabando inglês pelas nossas fronteiras impediu a realização desta ideia, sustentada perante três ministérios consecutivos em Espanha. Afinal sempre se fez um pequeno tratado a respeito de desertores, porém mui distante do que o Sr. Silvestre Pinheiro imaginara.

Entrado o exército francês em Espanha, o Sr. Silvestre Pinheiro ainda fez os últimos esforços para com os gabinetes da Europa em favor da causa constitucional, mas a força dos acontecimentos obrigou-o a oferecer a sua demissão de secretário de Estado, de que se lhe conservaram as honras.

Depois da restauração de 1823 concedeu-se-lhe uma pensão de um conto de reis, para que contribuiu o duque de Palmela, o qual durante a perseguição que sofreu no primeiro período constitucional lhe deveu toda a consideração e favor, e mais tarde, em 1825, quis ainda o rei confiar-lhe a pasta dos Negócios Estrangeiros: o Sr. Silvestre Pinheiro recusou, e a sua conversação com El-Rei seria muito curiosa para ser lida se

este jornal não fosse unicamente literário, e estes negócios não estivessem ainda tão vivos na lembrança de todos, como as pessoas a quem coube figurar nesse drama.

Pouco depois, a título de ir examinar as relações comerciais de Portugal com a Inglaterra, França, e Países Baixos, foi mandado para Inglaterra esperar as ordens d'El Rei. Cumpriu a ordem de sair, mas não aceitou a comissão por lhe parecer ofensiva da posição e inteligência dos diversos empregados do corpo diplomático.

Nomeado deputado em 1826, ainda estava em Paris em 1828 por ocasião da passagem de D. Miguel.

No meio de laboriosas tarefas literárias, veio encontrá-lo a chegada do imperador à Europa; chamado uma ou duas vezes ao seu conselho disse ali a verdade francamente, e depois, por motivos justificados, publicou , de acordo com o Sr. Filipe Ferreira *a sua opinião*. Em 1838 fizeram-no deputado, e em 1842 o ministério actual também o fez eleger pelo Minho quando S.^a Ex.^a regressou a Portugal.

Desta última vez o Sr. Silvestre Pinheiro foi às Câmaras, e apresentou uma série de Projectos, que eram um longo e pausado trabalho seu, que todavia apesar de recebido com as atenções, e respeito devido a tamanho nome, não chegou a discutir-se.

Afável para com todos, bondoso, modestíssimo, cheio de espírito de justiça e de brio, e pundonor nacional, possui a estima de quantos o tratam, e a admiração e respeito dos que só o conhecem pelas suas obras ou pela fama do seu nome. É um português que todo o mundo civilizado respeita como sábio, como político, como escritor, como publicista, e como homem honrado.

Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia (*)

(*) *Noções Elementares de Filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas (Ontologia, Psicologia e Ideologia)*, Paris, Rey et Gravier, 1839 e *Précis d'un Cours de Philosophie élémentaire: Ontologie, Psychologie, Idéologie*, Paris, Édouard Garnot, Imp. de Raynal, 1841.

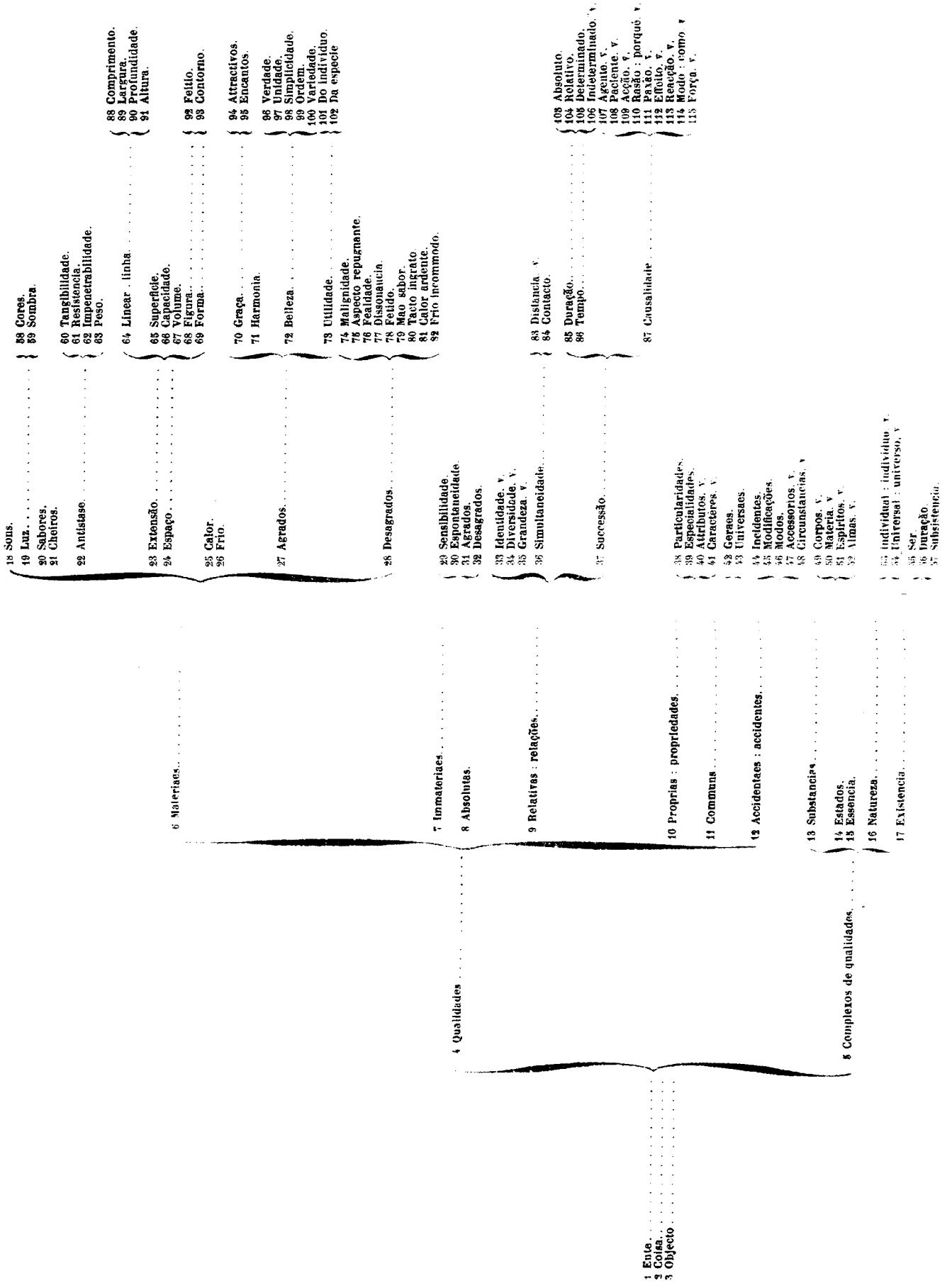
MAPPAS SYSTEMATICOS

DOS TERMOS COMPREHENDIDOS

NA ONTOLOGIA, NA PSYCHOLOGIA

E

NA IDEOLOGIA.



180 Pessoaal : pessoa.
191 De lugar.

182 Individualidade.
183 Homogeneidade.
184 Uniformidade.
185 Immutabilidade.
186 Inalterabilidade.

187 Permanencia.
188 Conservação.

189 Parecença.
190 Imagem.
191 Retrato.
192 Representação.
193 Cópia.
194 Arremedo.
195 Imitação.

196 Paridade.
197 Afinidade.
198 Correspondencia
199 Proportão.
200 Symmetria.

201 Harmonia.
202 Gradação.
203 Consonancia.
204 Congruencia.
205 União.

206 Multidão.
207 Numero.
208 Pluralidade.
209 Contraciedade
210 Contradição
211 Antagonismo.

212 Transformação.
213 Metamorphose.
214 Transfiguração.
215 Transsubstantação.

216 Melhoramento.

206 Reforma
207 Correção.
208 Rectificação
209 Emenda.
210 Aperfeiçoamento

211 Alteração
212 Decadencia.
213 Degeneração
214 Bastardia.
215 Corrupção.
216 Decomposição
217 Dissolução.
218 Destrução
219 Extinção
220 Morte

218 A estados constantes.
219 A outras mudanças.

221 Similaneas
222 Anteriores
223 Posteriores

128 Unidade
129 Invariabilidade

130 Semelhança

131 Analogia

132 Conformidade

133 Positiva.
134 Negativa.

135 Similanea.

136 Successiva

137 Disparidade

138 Opposição

139 Incompatibilidade.
140 Repugnancia.

141 Accidentaes : accidentes.

142 Essencias.

143 Relativas.

144 Regulares.
145 Irregulares.
146 Constantes.
147 Variaveis.
148 Interpoladas.
149 Periodicas.
150 De qualidades absolutas
151 De relações.

116 Total.

117 Parcial

118 De lugar.

119 Districção

120 Multiplicidade

121 Diferença

122 Dessemelhança

123 Heterogeneidade

124 Variabilidade

125 Mutabilidade

126 Mudanças

31 Diversidade

127 Negação

224 Quantidade : extensão
 { 228 Contínua : extensão
 229 Discreta : números.

225 Intensidade.
 { 230 Alcança.
 231 Actividade.

232 Gravidade.
 { 248 Peso.
 249 Importancia.
 250 Consequencia.
 251 Consideração.
 { 252 Multiplice.
 253 Submultiplice.
 254 Aliquota.
 255 Aliquana.
 256 Fracção.
 257 Numero ordinal.
 258 Augmento.
 259 Diminuição.

Quantidade : intensidade.

235 Determinada.
 236 Indeterminada
 237 Absoluta.
 238 Relativa.
 239 Proporcional.

35 Grandeza

240 Superioridade.

{ 260 Excellencia.
 261 Primazia.
 262 Vantagem.
 263 Transcendencia.
 264 Maioria.
 { 265 Deficiencia.
 266 Insufficiencia.
 267 Mingua.
 268 Falta.
 269 Falha.
 270 Quebra.
 271 Carencia.
 272 Absencia.

241 Inferioridade.

{ 273 Superabundancia.
 274 Exuberancia.
 275 Exorbitancia.
 276 Superfluidade.
 277 Penuria.
 278 Sobrejo.
 279 Sobre.
 280 Resto.
 281 Residuo.

242 Excesso.

{ 282 Crescimento.
 283 Prolongação.
 284 Accumulação.
 285 Amilliação.
 286 Agravação.
 287 Adição.
 288 Apposição.
 289 Anulação.
 290 Repellido.
 291 Multiplicação.
 292 Reprodução.
 293 Determinado.
 294 Indeterminado
 295 Finito.
 296 Infinito.
 297 Indefinido.

243 Augmento.

{ 298 Minoração.
 299 Encurtamento.
 300 Contractão.
 301 Abreviação.
 302 Reducção.
 303 Deducção.
 304 Abatimento.
 305 Robate.
 306 Desconto.
 307 Subtracção.
 308 Divisão.

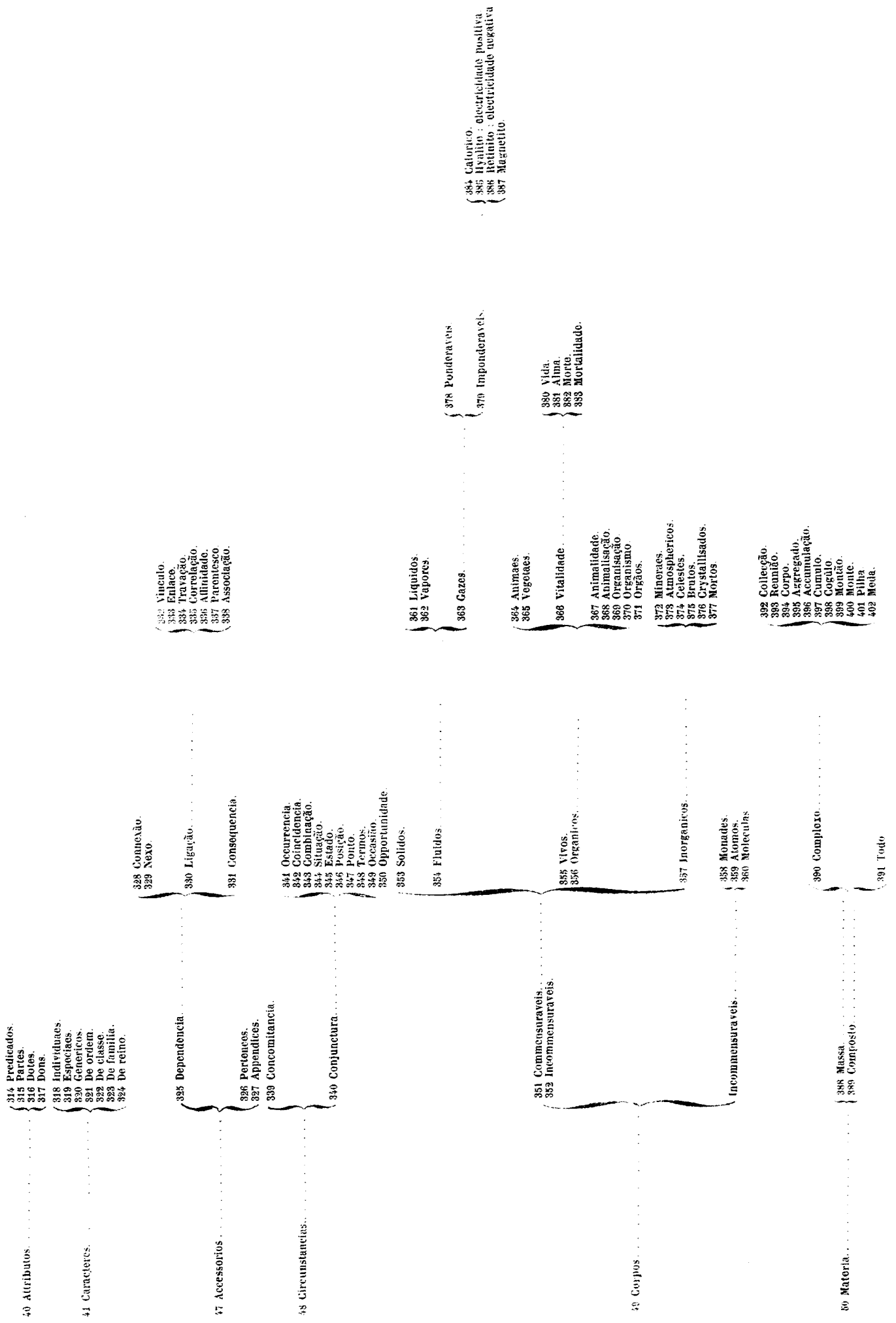
244 Diminuição.

{ 309 Determinada.
 310 Indeterminada
 311 Finita.
 312 Infinita.
 313 Indefinida.

245 Absoluta
 246 Relativa.
 247 Proporcional.

MAPPA

DA ONTOLOGIA.



DA ONTOLOGIA.

MAPPA

51 Espíritos.	403 A Divindade.....	405 A Providencia — 406 O Destino. 407 A Sorte. 408 O Fado. 409 A alma do mundo (a).	418 Individualidade.....	493 Individuo physico. 495 Individuo moral. 494 Identidade de qualidades essen- ciaes. 496 Identidade de lugar.
	404 Intelligencias superiores a gene- ralidade dos homens.....	410 Anjos. 411 Prophetas (b). 412 Deoses. 413 Semi-Deoses. 414 Genios. 415 Heroes (c).	419 Personalidade. 420 Qualidade.	
52 Almas.....	(416 A alma humana. 417 A alma dos bratos		425 Deos. 426 O Creador. 427 O mundo. 428 As creaturas	
			33 Natureza Individual.....	
			34 O Universo.....	

(a) Na phrase do paganismo.
(b) Na phrase da Escripura.
(c) Na phrase do paganismo.

434. Separação.

439 Intervallo.

443 Interrupção.

436 Dilação.

437 Direcção.

438 Situação.

430 Posição.

439 Disposição.

440 Collocação.

83 Distancia

441 Movimento.

431 Mobilidade.

442 Motor.
443 Movel.
444 Absoluta.
445 Relativa.

432 Immobilitade.

446 Quietação.
447 Estabilidade.
448 Inacção.
449 Resistencia.

433 Inercia.

439 Intermissão.
441 Intermitencia.
442 Interpolação.
443 Parada.
444 Tregua.
445 Suspensão.
446 Descontinuação.
447 Cessação.
448 Mora.
449 Demora.
450 Delonga.
461 Tardança.
462 Retardação.
463 Prolongação.
464 Prorrogação.
465 Atempação.
466 Atrasamento.
467 Adiantamento.
468 Vertical.
469 Inclinada.
470 Horizontal.
471 Ordem.
472 Arranjo.
473 Coordenação.
474 Combinação.
475 Economia.

491 Medidas.
492 Preparatórios.
493 Providencias.
494 Exegético.
495 Diagnostico.

476 Plano.

477 Systema.
478 Classificação.
479 Distribuição.

480 Andamento.

481 Impulso.

496 Choque.
497 Pancada.
498 Golpe.
499 Percussão.
500 Impressão.
501 Pressão.
502 Abalo.
503 Remoção.
504 Removimento.
505 Reflexão.
506 Repercussão.
507 Reverberação.
508 Salto.
509 Pulo.
510 Approximação.
511 Afliidade.
512 Assimilação.
513 Coheção.
514 Gravidade.
515 Peso.
516 Pendor.
517 Tendencia.
518 Constante.
519 Variavel.
520 Regular.
521 Irregular.

483 Atração.

484 Direcção.

522 Celeridade.
523 Rapidez.
524 Promptidão.
525 Presteza.
526 Diligencia.
527 Pressa.
528 Aceleração.
529 Retardação.
530 Celeridade.
531 Retardado.
532 Uniforme.
533 Variavel.
534 Regular.
535 Irregular.

485 Velocidade.

486 Escanco.
487 Hobruco.
488 Tranquillidade.
489 Inamovibilidade.
490 Inalterabilidade.

DA ONTOLOGIA.

MAPP

106 Tempo indeterminado.	<ul style="list-style-type: none"> 536 Momento. 537 Instanto. 538 Eternidade. 539 Sempiternidade. 	<ul style="list-style-type: none"> 614 Mecânica. 615 Química. 616 Dynamica.
109 Acção.	<ul style="list-style-type: none"> 544 Total. 545 Parcial. 546 Principal. 547 Accessoria. 548 Primeira. 549 Secunda. 550 Remota. 551 Proxima. 552 Mediana. 553 Immediata. 554 Actual. 555 Efectiva. 556 Efficente. 557 Real. 558 Imaginaria. 559 Potencial. 560 Eventual. 561 Casual. 562 Fortuita. 563 Occasional. 564 Necessaria. 565 Espontanea. 566 Voluntaria. 567 Livre. 	<ul style="list-style-type: none"> 617 Material. 618 Immaterial.
110 Razão : porquê.	<ul style="list-style-type: none"> 568 Inventor. 569 Artifice. 570 Artista. 571 Fabricante. 572 Fabricador. 573 Edificador. 574 Obreiro. 575 Trabalhador. 576 Compositor. 	<ul style="list-style-type: none"> 619 Mudoça do agente. 620 Mudoça do objecto. 621 Mudoça do movimento. 622 Mudoça dos orgãos do movimento. 623 Mudoça dos orgãos do sentimento. 624 Mudoça dos orgãos do movimento. 625 Mudoça dos orgãos do sentimento. 626 Mudoça do espirito humano. 627 Mudoça do espirito dos animados. 628 Mudoça do espirito. 629 Mudoça do acto. 630 Mudoça do facto. 631 Mudoça do feito. 632 Mudoça do laboração. 633 Mudoça do trabalho. 634 Mudoça do exercicio. 635 Mudoça da influencia. 636 Mudoça do influxo.
107 Agente.	<ul style="list-style-type: none"> 540 Causa. 	<ul style="list-style-type: none"> 637 Mudoça do agente. 638 Mudoça do objecto. 639 Mudoça do movimento. 640 Mudoça do sentimento. 641 Mudoça do movimento. 642 Mudoça do sentimento. 643 Mudoça do espirito humano. 644 Mudoça do espirito dos animados. 645 Mudoça do espirito. 646 Mudoça do acto. 647 Mudoça do facto. 648 Mudoça do feito. 649 Mudoça do laboração. 650 Mudoça do trabalho. 651 Mudoça do exercicio. 652 Mudoça da influencia. 653 Mudoça do influxo.
111 Peado : effeito.	<ul style="list-style-type: none"> 577 Pae. 578 Productor. 579 Fundador. 580 Instiuidor. 581 Regulador. 	<ul style="list-style-type: none"> 654 Mudoça do agente. 655 Mudoça do objecto. 656 Mudoça do movimento. 657 Mudoça do sentimento. 658 Mudoça do movimento. 659 Mudoça do sentimento. 660 Mudoça do espirito humano. 661 Mudoça do espirito dos animados. 662 Mudoça do espirito. 663 Mudoça do acto. 664 Mudoça do facto. 665 Mudoça do feito. 666 Mudoça do laboração. 667 Mudoça do trabalho. 668 Mudoça do exercicio. 669 Mudoça da influencia. 670 Mudoça do influxo.
108 Subjecto.	<ul style="list-style-type: none"> 582 Estado primitivo. 583 Principio. 584 Comercio. 585 Alliceite. 586 Fundamento. 587 Base. 588 Materia. 589 Massa. 590 Elemento. 591 Raiz. 592 Estirpe. 593 Tronco. 594 Arvore. 595 Pae. 596 Mãe. 597 Matriz. 598 Mudoça do objecto. 599 Mudoça do movimento. 600 Mudoça do sentimento. 601 Original. 602 Autographo. 603 Typo. 604 Prototypo. 605 Archetypico. 606 Padrao. 607 Exemplo. 608 Modelo. 	<ul style="list-style-type: none"> 671 Mudoça do agente. 672 Mudoça do objecto. 673 Mudoça do movimento. 674 Mudoça do sentimento. 675 Mudoça do movimento. 676 Mudoça do sentimento. 677 Mudoça do movimento. 678 Mudoça do sentimento. 679 Mudoça do movimento. 680 Mudoça do sentimento. 681 Mudoça do espirito humano. 682 Mudoça do espirito dos animados. 683 Mudoça do espirito. 684 Mudoça do acto. 685 Mudoça do facto. 686 Mudoça do feito. 687 Mudoça do laboração. 688 Mudoça do trabalho. 689 Mudoça do exercicio. 690 Mudoça da influencia. 691 Mudoça do influxo.
108 Subjecto.	<ul style="list-style-type: none"> 609 Subjecto. 610 Objecto. 611 Materia. 612 Fundo. 613 Massa. 	<ul style="list-style-type: none"> 692 Mudoça do agente. 693 Mudoça do objecto. 694 Mudoça do movimento. 695 Mudoça do sentimento. 696 Mudoça do movimento. 697 Mudoça do sentimento. 698 Mudoça do movimento. 699 Mudoça do sentimento. 700 Mudoça do movimento. 701 Mudoça do sentimento. 702 Mudoça do movimento. 703 Mudoça do sentimento. 704 Mudoça do movimento. 705 Mudoça do sentimento. 706 Mudoça do movimento. 707 Mudoça do sentimento. 708 Mudoça do movimento. 709 Mudoça do sentimento. 710 Mudoça do movimento. 711 Mudoça do sentimento. 712 Mudoça do movimento. 713 Mudoça do sentimento. 714 Mudoça do movimento. 715 Mudoça do sentimento. 716 Mudoça do movimento. 717 Mudoça do sentimento. 718 Mudoça do movimento. 719 Mudoça do sentimento. 720 Mudoça do movimento.

MAPPA DA ONTOLOGIA.

113	Reacção	{ 695 Inercia.
		{ 696 Antistase
114	Modo : como	{ 697 Maneira.
		{ 698 Arte.
		{ 699 Teitio.
		{ 700 Forma.
115	Foixa	{ 701 Poder.
		{ 702 Potencia
		{ 703 Faculdade.
		{ 704 Capacidade
		{ 705 Efficacia
		{ 706 Energia.
		{ 707 Actividade.
		{ 708 Virtude.
		{ 709 Propriedade.

1 Sensibilidade	7 Sensações	11 Impressões	12 Affecções	13 Ouidio	14 Vista	15 Gosto	16 Olfacto	17 Tacto	18 Automaticos	19 Espontaneos	22 Logicos	23 Ethologicos	24 Adiphoros	25 Dialthese	26 Pathologicos	27 Necessidade	28 Activa. v	29 Inerte. v	30 Normal. v	31 Anormal. v	32 De conservação.	33 De melhoramento.	34 Do individuo	35 Da especie																														
2 Espontaneidade	36 Instinctiva	38 Instincto	39 Vontade	40 Instincto	41 Vontade	42 De conservação	43 De melhoramento	44 Desejo	45 Cubica	46 Ambição	47 Avidez (a)	48 Sede	49 Aversão	50 Aborrecimento (b)	51 Odio	52 Rancor	53 Disposição	54 Tendência	55 Pendor	56 Propensão	57 Imaginação	58 Querer	59 Appetite	60 Gosto	66 Sympathia	67 Antipathia	68 Libertade	69 Opção	70 Affeição	71 Affecção	72 Anjo	73 Torra	74 Amor	75 Pação	76 Saude	77 Clime	78 Repugnancia	79 Inedancia	80 Fisião	81 Tédio	82 Asco	83 Nojo	84 Nausea	85 Enjoó	86 Alvedrio	87 Seleção	88 Escalha	89 Voto	90 Preferencia	91 Predilecção	92 Alvedrio	93 Seleção	94 Eleição	95 Nonseção
3 Agrados	96 Phantasia	97 Lembrança	98 Imagem	99 Imaginação	100 Das qualidades absolutas	101 Das relações	102 Transporte	103 Enthusiasmo	104 Extrinseco	105 Inspiração	106 Materiaes. v	107 Imateriaes. v	108 D'identidade. v	109 De diversidade. v	110 De grandez. v	111 De simultaneidade	112 De successão. v	113 Dores	114 Partes	115 Dons	116 Talentos. v	117 Qualidades. v	118 Virtudes. v	119 Vícios. v	120 Defeitos. v	121 Dores	122 Partes	123 Dons	124 Talentos. v	125 Qualidades. v	126 Virtudes. v	127 Vícios. v	128 Defeitos. v	129 Dores	130 Partes	131 Dons	132 Talentos. v	133 Qualidades. v	134 Virtudes. v	135 Vícios. v	136 Defeitos. v													

(a) 44 Exile.
49 Subdit.
50 Vicio.
51 Cupidite
(b) 55 Elognement.

MAPPA

DA PSYCHOLOGIA.

121 Satisfação.	{ 124 Commodo. 125 Contentamento. 126 Gozo.
122 Tranquilidade.	{ 127 Repouso. 128 Descanso. 129 Sociego 130 Bonança. 131 Quietação 132 Paz. 133 Sereñidade (a). 135 Piteugma.
123 Prazer.	{ 136 Jucundidade. 137 Jubilo. 138 Regozijo. 139 Alegria. 140 Deleite. 141 Felicidade.
	{ 142 Desentado. 143 Desfastio. 144 Jovialidade.
	{ 145 Docuras. 146 Delicias. 147 Regalo.

(a) 134 Quiétudo.

148 Desprazer.	145 Fastio. 146 Nojo. 147 Nausea. 148 Enfadamento. 149 Enfiado.
149 Descontentamento.	190 Aperto. 201 Constrangimento 202 Subjeição. 203 Contraste. 205 Contratempo.
150 Dissabor.	165 Oppressão. 166 Contrariedade. 167 Pena. 168 Pezar. 169 Magoa. 170 Sentimento. 171 Vergonha. 173 Confusão. 173 Abatimento (b). 175 Abjeção. 175 Desprezo. 177 Humilhação. 178 Deshonra. 179 Aviltamento. 180 Opprobrio. 181 Vituperio. 182 Infamia.
152 Remorso.	253 Surpreza (a). 254 Solresallo. 255 Espanto (c). 257 Assombro. 258 Pasma.
154 Arrependimento.	359 Eufelio. 370 Eufaraco. 381 Hesitação. 382 Vacillação. 383 Incerteza. 384 Dúvida. 385 Indecisão. 266 Indeterminação.
155 Contrição.	267 Irresolução (f). 269 Medo. 270 Tenor. 271 Pavor. 272 Terror. 274 Horror.
156 Inquietação.	215 Susto.
157 Aflicção.	216 Melancholia. 217 Hypochondria. 218 Anxia. 219 Anxiosio. 220 Exame. 221 Tristeza. 222 Tribulação. 223 Amargura.
158 Malas.	224 Inopia. 225 Precisão. 226 Necessidade. 227 Apuro. 228 Pezura. 229 Pobreza. 230 Exacção. 231 Vexame. 232 Gravame. 233 Extorsão. 234 Espoliação. 235 Offensa.
159 Trabalhos.	236 Ataque. 237 Acidente. 238 Infortúnio. 239 Desastre. 240 Pesdita. 241 Desventura. 242 Adversidade. 243 Calamidade. 244 Revezes. 245 Sinistros. 246 Fadiga. 247 Canção. 248 Indisposições. 249 Incommodos. 250 Infirmidades. 251 Molestias.
21 Desgostos.	297 Garantia. 276 Piração. 277 Mingua. 278 Fala. 279 Mendicidade. 280 Miséria. 281 Desamparo. 282 Agravo. 283 Afronte. 284 Injúria (b). 288 Constrangimento. 287 Conção. 288 Perseguição. 289 Assassinio. 297 Insulto. 298 Opprobrio. 299 Vituperio. 300 Illicite. 301 Calúmbia. 280 Deceit. 282 Abreite. 286 Desapponnement 287 Apprehension 287 Filtrot. 288 Atteinte. 289 Tort.
162 Ennui.	250 Prejuizo. 251 Entramento (a). 253 Panno. 255 Perda. 255 Raina. 256 Catastrophe.
163 Dégoût.	250 Prejuizo. 251 Entramento (a). 253 Panno. 255 Perda. 255 Raina. 256 Catastrophe.
177 Abaissement	250 Prejuizo. 251 Entramento (a). 253 Panno. 255 Perda. 255 Raina. 256 Catastrophe.

(a) 162 Ennui.
163 Dégoût.
(b) 177 Abaissement

MAPPA

28	Diathese activa.	302 Consciencia. 303 Senso intimo.	306 O eu espirital. 307 O eu corporal. 308 O eu mixto. 309 União da alma com o corpo.
		304 Personalidade.	310 Dominio. 311 Imperio.
		308 Influencia.	312 Activos.
			321 Inacção. 322 Indolencia. 323 Desleixo. 324 Negligencia. 325 Incuria. 326 Desmazelo.
		318 Inercia.	327 Langueza.
			328 Proxição.
		29	Diathese inerte.
			329 Somnolencia. 330 Somno. 331 Letargo. 332 Adormecimento. 333 Entorpecimento. 334 Estupor.
		319 Torpor.	335 Apathia. 336 Impassibilidade.
		320 Insensibilidade.	355 Sonho.
		352 Diplase.	356 Alienação (<i>mental</i>).
		30	Diathese anormal.
			363 Somnambulismo.
		334 Lucidez.	357 Augmento de sensibilidade. 358 Deslocação dos órgãos da sensação. 359 Adivinhação.
			313 Encantamento. 314 Encanto. 315 Encantação. 316 Magia 317 Goceta.
			337 Desalento.
			338 Abatimento.
			339 Molleza. 340 Tulleza. 341 Frieza.
			342 Descoroamento. 343 Desfallecimento. 344 Desmaio.
			345 Quebrantamento. 346 Enfraquecimento. 347 Fraqueza. 348 Debilidade 349 Prostração. 350 Caução.
			351 Abjeção.
			360 Delirio. 361 Tresvario. 362 Loucura.
			363 Frenesi. 368 Furor. 369 Furia.
			364 De factos materiaes. 365 De factos espirituaes.
			366 Monomania. 367 Sestro.
			370 Presentes. 371 Remotos. 372 Passados. 373 Futuros.

MAPPA

DA PSYCHOLOGIA.

106	Lembrança das qualidades mathe- maticas.	375	Talento da musica.
		376	Talento da pintura.
			<i>Gastronomia</i> : Aptidão para a arte da cozinha.
		377	Aptidão para a exploração por mar do offiço.
		378	Aptidão para as profissões que exi- gem a delicadeza d'este sentido. Propensão a sensualidade e a re- motação.
107	Lembrança das qualidades immat- eriacs.	379	Bom gosto: Aptidão para a eloquên- cia, a poesia e as bellas-artes.
			<i>Espirito philosophico, synthetico.</i>
			Propensão a philantropia.
			Propensão ao descoroamento.
			Propensão a credulidade, ao fanati- smo e ao maravilhoso; á inveja.
			Propensão ao scepticismo.
			Propensão ao pyrrhonismo.
			Propensão á soberba e orgulho.
			Propensão á humildade, á abjeção, á dissolução.
			Propensão á submissão, ao fanatis- mo, á inveja.
			Propensão ao desprezo da especie humana.
			Propensão á crueldade.
			Propensão á misanthropia.
108	Lembrança das relações d'identi- dade.	382	Espirito de concentração, d'absolu- tismo, de submissão: Tendência a theorias e a principios absolutos.
			<i>Espirito de perseverança; repugnan- cia a excepções.</i>
			<i>Espirito de conservação; repugnan- cia a innovações.</i>
			<i>Espirito methodico, systematico.</i>
			<i>Espirito conciliador.</i>
			Tendência a usar de similés, de com- parações, parabolas, figuras.
			<i>Espirito ambicioso de gloria.</i>
			<i>Espirito fatuo, leviano, rão.</i>
			<i>Espirito de imitação; Propensão a tudo confundir e equivocár.</i>
			<i>Espirito de compensação, de grada- ção, d'equilibrio.</i>
			Disposição aos estudos architectoni- cos.
			<i>Espirito de ordem, de limpeza.</i>
			<i>Caracter egoista, desconfiado, aris- tocratico.</i>
			<i>Caracter officioso, servil.</i>
			Faculdade em orientar-se, aptidão para a <i>geographia</i> : Disposição a nostalgia.
109	Lembrança das relações de diver- sidade.	383	Espirito de critica, de contradicção, de polemica; sophistico, exclusivo.
			<i>Espirito excentrico, original, extra- vagante, inclinado ao epigramma e á caricatura.</i>
			<i>Espirito associavel, insoffrido, im- permeavel, rixoso.</i>
			<i>Espirito de novidade: Caracter in- constante, gosto de viajar.</i>
			<i>Espirito de reformas, de censura.</i>
			<i>Espirito de descontentamento: Ten- dência á destruição, á adulteração e á corrupção; ao desatinho.</i>
110	Lembrança das relações da gran- deza.	384	Dos sons.
		385	Dos effeitos da luz.
		386	Dos sabores.
		387	Dos cheiros.
		388	Das impressões do tacto.
111	Lembrança das relações da tran- sienteza.	389	Das creações da phantasia.
		390	Das abstracções e raciocínios.
		391	Das proprios acertos.
		392	Das proprios erros.
		393	Das acertos de outrem.
		394	Das erros de outrem e dos condi- tos de opiniões.
		395	Das erros proprios e alheios.
		396	Das proprios dotes.
		397	Das proprios defectos.
		398	Dos dotes de outrem.
		399	Dos defectos de outrem.
		400	Dos vicios revoltantes, proprios.
		401	Dos vicios revoltantes de outrem.
112	Lembrança das relações de succes- são.	402	De unidade.
		403	D'uniformidade.
		404	De invariabilidade.
		405	De analogia.
		406	De conformidade.
		407	De paridade.
		408	De perpetuidade.
		409	D'immortalidade.
		410	D'apparencias.
		411	De semelhança.
		412	De correspondencia.
		413	De proporção.
		414	De symmetria.
		415	De homogeneidade.
		416	De personalidade.
		417	— propria.
		418	— alheia.
		419	De individualidade dos lozares.
113	Lembrança das relações de diver- sidade.	420	Das differenças.
		421	Das disparidades.
		422	Das incompatibilidades.
		423	De mutabilidade.
		424	De melhoramento.
		425	De deterioração.
114	Lembrança das relações de succes- são.	426	Das quantidades.
		427	Do extenso.
		428	De numeros.
		429	Do quanto indica superioridade propria.
		430	Do quanto indica inferioridade propria.
115	Lembrança das relações de simul- taneidade.	431	Das distancias.
		432	De posições.
116	Lembrança das relações de succes- são.	433	Dos movimentos.
117	Lembrança das relações de succes- são.	434	Do tempo.
		435	Da causalidade.
118	Lembrança das relações de succes- são.	436	Das quantidades.
		437	Do extenso.
		438	De numeros.
		439	Do quanto indica superioridade propria.
		440	Do quanto indica inferioridade propria.
119	Lembrança das relações de succes- são.	441	Das distancias.
		442	De posições.
120	Lembrança das relações de succes- são.	443	Dos movimentos.
121	Lembrança das relações de succes- são.	444	Do tempo.
		445	Da causalidade.

MAPPA

DA PSYCHOLOGIA.

116 Talentos. { 426 Uteis.
427 Agradaveis.

435 Capacidade.

- 48 Tendencia.
- 49 Disposição
- 50 Natural
- 51 Propensão
- 52 Inclinação.
- 53 Queda.
- 54 Gosto.
- 55 Talento.
- 56 Ingenuo.
- 57 Inteligencia.
- 58 Comprehensã.
- 59 Alcanço.
- 60 Deseireza.
- 61 Arte.

67 Tino.

68 Senso.

69 Tacto.

70 Sagacidade.

71 Perspicacia.

72 Fineza.

73 Vivacidade

74 Viveza.

75 Clareza (*d'ideias*).

76 Discreção.

77 Discernimento.

78 Critica.

79 Propriedade.

80 Exacção.

81 Perfeição.

82 Precisão.

83 Correção.

438 Juizo.

436 Lucidez.

437 Acerto.

438 Profundidade

439 Genio.

440 Aptidão.

441 Gesto.

442 Idoneidade.

443 Sulligencia.

444 Preslumo.

445 Experiencia.

446 Erudição.

447 Doutrina.

448 Saber.

449 Sciencia.

450 Senso (communl.

451 Bom-senso.

452 Razo.

453 Juizo.

454 Previdencia

455 Prudencia

456 Madureza.

457 Energia.

458 Determinação.

459 Decido.

460 Resolução.

461 Coragem.

117 Qualidades

429 Habilidade

430 Instrucção

431 Siso.

432 Actividade.

433 Amabilidade

434 Bondade

435 Probidade.

436 Subordina.

437 Firmeza.

438 Ductidade.

439 Pregruza

440 Atyecção.

441 Dissolução

442 Egoismo.

443 Maldade.

444 Perversidade

118 Virtudes.

437 Bondade

438 Probidade.

439 Subordina.

440 Firmeza.

441 Ductidade.

442 Pregruza

443 Atyecção.

444 Dissolução

445 Egoismo.

446 Maldade.

447 Perversidade

119 Vícios.

439 Pregruza

440 Atyecção.

441 Dissolução

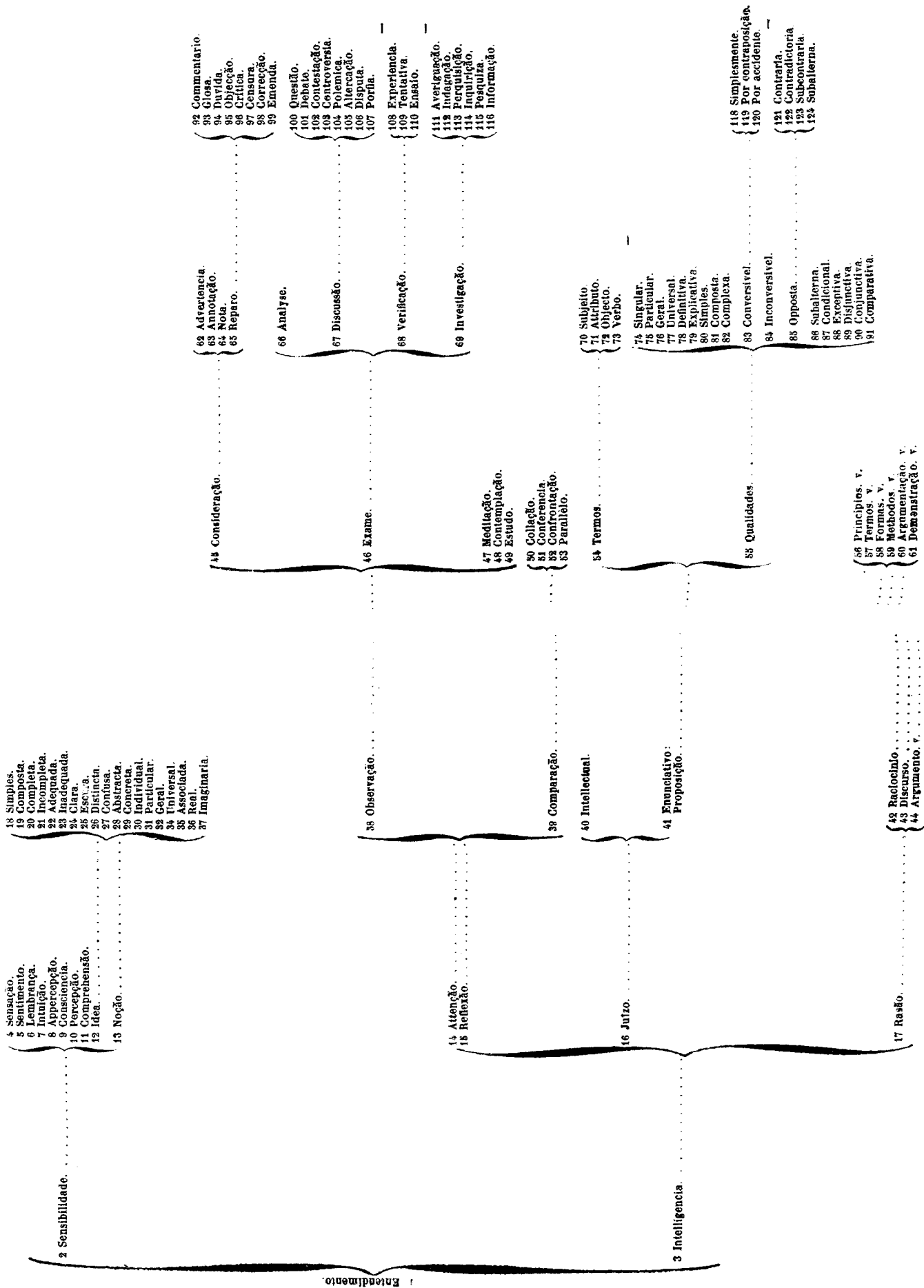
442 Egoismo.

443 Maldade.

444 Perversidade

MAPPA

120 Defeitos	540 Imbecillidade	{ 550 Estupidez. 551 Estulticia. 552 Demencia. 553 Tolice.
	541 Ineptia	{ 554 Parvoice. 556 Baboseira. 557 Sandice.
	542 Inaptidão	
	543 Incapacidade	
	544 Inanção	
	545 Inanção	
	546 Inanção	
	547 Inanção	
	548 Inanção	
	549 Inanção	
	550 Inanção	
	551 Inanção	
	552 Inanção	
	553 Inanção	
	554 Inanção	
	555 Inanção	
	556 Inanção	
	557 Inanção	
	558 Inanção	
	559 Inanção	
	560 Inanção	
	561 Inanção	
	562 Inanção	
	563 Inanção	
	564 Inanção	
	565 Inanção	
	566 Inanção	
	567 Inanção	
	568 Inanção	
	569 Inanção	
	570 Inanção	
	571 Inanção	
	572 Inanção	
	573 Inanção	
	574 Inanção	
	575 Inanção	
	576 Inanção	
	577 Inanção	
	578 Inanção	
	579 Inanção	
	580 Inanção	
	581 Inanção	
	582 Inanção	
	583 Inanção	
	584 Inanção	
	585 Inanção	
	586 Inanção	
	587 Inanção	
	588 Inanção	
	589 Inanção	
	590 Inanção	
	591 Inanção	
	592 Inanção	
	593 Inanção	
	594 Inanção	
	595 Inanção	
	596 Inanção	
	597 Inanção	
	598 Inanção	
	599 Inanção	
	600 Inanção	
	601 Inanção	
	602 Inanção	
	603 Inanção	
	604 Inanção	
	605 Inanção	
	606 Inanção	
	607 Inanção	
	608 Inanção	
	609 Inanção	
	610 Inanção	
	611 Inanção	
	612 Inanção	
	613 Inanção	
	614 Inanção	
	615 Inanção	
	616 Inanção	
	617 Inanção	
	618 Inanção	
	619 Inanção	
	620 Inanção	
	621 Inanção	
	622 Inanção	
	623 Inanção	
	624 Inanção	
	625 Inanção	
	626 Inanção	
	627 Inanção	
	628 Inanção	
	629 Inanção	
	630 Inanção	
	631 Inanção	
	632 Inanção	
	633 Inanção	
	634 Inanção	
	635 Inanção	
	636 Inanção	
	637 Inanção	
	638 Inanção	
	639 Inanção	
	640 Inanção	
	641 Inanção	
	642 Inanção	
	643 Inanção	
	644 Inanção	
	645 Inanção	
	646 Inanção	
	647 Inanção	
	648 Inanção	
	649 Inanção	
	650 Inanção	
	651 Inanção	
	652 Inanção	
	653 Inanção	
	654 Inanção	
	655 Inanção	
	656 Inanção	
	657 Inanção	
	658 Inanção	
	659 Inanção	
	660 Inanção	
	661 Inanção	
	662 Inanção	
	663 Inanção	
	664 Inanção	
	665 Inanção	
	666 Inanção	
	667 Inanção	
	668 Inanção	
	669 Inanção	
	670 Inanção	
	671 Inanção	
	672 Inanção	
	673 Inanção	
	674 Inanção	
	675 Inanção	
	676 Inanção	
	677 Inanção	
	678 Inanção	
	679 Inanção	
	680 Inanção	
	681 Inanção	
	682 Inanção	
	683 Inanção	
	684 Inanção	
	685 Inanção	
	686 Inanção	
	687 Inanção	
	688 Inanção	
	689 Inanção	
	690 Inanção	
	691 Inanção	
	692 Inanção	
	693 Inanção	
	694 Inanção	
	695 Inanção	
	696 Inanção	
	697 Inanção	
	698 Inanção	
	699 Inanção	
	700 Inanção	



INDICE ALPHABETICO

065

MAPPAS SYSTEMATICOS.

A

- Abalo : Ont., 502.
 Abatimento: Ont., 304; Psych., 173, 338.
 Abreviação : Ont., 301.
 Abjeção : Psych., 175, 351, 387, 516.
 Aborrecimento : Psych., 54.
 Absoluto, V. Tempo : Ont., 163; — V. Desigualdade, *ibid.*, 215; — V. Igualdade, *ibid.*, 237; — V. Imobilidade, *ibid.*, 444; — V. Qualidades, *ibid.*, 6; — V. Quantidade, Intensidade, *ibid.*, 233.
 Abstracta, V. Idea : Ideol., 28.
 Acanhamento : Psych., 420.
 Acaso : Ont., 685.
 Acção : Ont., 109.
 Aceleração : Ont., 528.
 Aceleração (movimento): Ont., 530.
 Accessoria (causa) : Ont., 547.
 Accessorios : Ont., 47.
 Accidental, V. Mudanca: Ont., 141; — V. Qualidade, *ibid.*, 12.
 Accidentes : Ont., 12, 141; Psych., 237.
 Accumulação : Ont., 284, 396.
 Acerto : Psych., 437.
 Actividade : Ont., 231, 707; Psych., 28, 432.
 Acto : Ont., 629.
 Actual, V. Causa : Ont., 554; — V. Efeito, *ibid.*, 673.
 Addeção : Ont., 287.
 Adequada, V. Idea : Ideol., 22.
 Adiamento : Ont., 467.
 Adiphoros, V. Sentimentos : Psych., 24.
 Adivinhação : Psych., 559.
 Adormecimento : Psych., 332.
 Adulteração (propensão á) : Psych., 415.
 Adversidade : Psych., 242.
 Advertencia : Ideol., 62.
 Affecção : Ont., 653; Psych., 12.
 Affectação : Psych., 528.
 Affecto : Psych., 71.
 Affeição : Psych., 76.
 Affinidade : Ont., 157, 336, 511.
 Afflicção : Psych., 157.
 Afronta : Psych., 283.
 Agente : Ont., 107.
 Aggravação : Ont., 286.
 Aggravo : Psych., 282.
 Aggregado : Ont., 395.
 Agitação : Psych., 212.
 Agrados : Ont., 27, 31; Psych., 5.
 Agudeza : Psych., 497.
 Alceance : Ont., 230; Psych., 474.
 Alegria : Psych., 139.
 Alicerce : Ont., 585.
 Alienação, V. Alma : Psych., 356.
 Aliquanta, V. Parte : Ont., 255.

INDICE ALPHABETICO

- Aliquota, V. Parte : Ont., 254.
 Allezoria : Ideol., 164.
 Alma : Ont., 52, 381, 409, 416, 417.
 Alteração : Ont., 211.
 Alteração : Ideol., 105.
 Altiuez : Psych., 419.
 Altura: Ont., 91; V. Propensão : Psych., 419.
 Alvedrio : Psych., 88.
 Alvo : Ont., 650.
 Amabilidade : Psych., 433.
 N. B. Por erro typographico ficou este termo fora da rubrica Qualidades a que pertence.
 Amargura : Psych., 223.
 Ambição, V. Propensão: Psych., 46, 338, 399.
 Ambiguidade : Ideol., 289.
 Amontação : Ont., 289.
 Amor : Psych., 24.
 Amphibologia : Ideol., 153.
 Ampliação : Ont., 285.
 Analogia : Ont., 131; Ideol., 130, 134.
 Analyse : Ideol., 66.
 Analytico, V. Espirito : Psych., 425; — V. Methodo : Ideol., 191.
 Ancia : Psych., 218.
 Andamento : Ont., 480.
 Angustia : Psych., 219.
 Animaes : Ont., 364.
 Animalidade : Ont., 367.
 Animalisação : Ont., 368.
 Anjos : Ont., 410.
 Annotação : Ideol., 63.
 Anormal, V. Diathese: Psych., 31.
 Antagonismo : Ont., 181.
 Antilogia : Ideol., 131.
 Antipathia : Psych., 67.
 Antiphase : Ideol., 161.
 Antistase : Ont., 22, 696.
 Antonomasia : Ideol., 160.
 Anxiedade : Psych., 186.
 Anpathia : Psych., 335, 589.
 Apêgo : Psych., 72.
 Aperfeiçoamento : Ont., 210; Psych., 33, 48.
 Aperto : Psych., 200.
 A posteriori, V. Argumento : Ideol., 207.
 Apparencia : Ont., 201.
 Appendice : Ont., 327.
 Appercepção : Ideol., 8.
 Appetite : Psych., 64.
 Apposição : Ont., 288.
 Aproximação : Ont., 510.
 Aprazamento : Ont., 466.
 A priori, V. Argumento: Ideol., 206.
 Aptidão : Psych., 440.
 Apuro : Psych., 227.
 Archetipo : Ont., 605.
 Ares : Ont., 199.
 Argumentação : Ideol., 60.
 Argumento : Ideol., 44.
 Arisco, V. Character : Psych., 407.
 Arranjo : Ont., 472.
 Arreuedo : Ont., 164.
 Arrepentimento : Psych., 154.
 Arte : Ont., 698; Psych., 476.
 Artificio : Ont., 569.
 Artista : Ont., 570.
 Arvore : Ont., 594.
 Asco : Psych., 82.
 Asneira : Psych., 556.
 Aspecto repugnante : Ont., 75.
 Assasínio : Psych., 289.
 Assimilação : Ont., 203.
 Associação : Ont., 338.
 Associada, V. Idea : Ideol., 35.
 Assombro: Psych., 257.
 Astronomia, V. Talento: Psych., 423.
 Ataque : Psych., 236.
 Atempação : Ont., 465.
 Atmospherico, V. Corpo : Ont., 373.
 Atomo : Ont., 359.
 Attenção : Ideol., 14.
 Attraction : Ont., 483.
 Attractivos : Ont., 94; Psych., 312.
 Attributo : Ont., 40; Ideol., 71.

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS.

- Augmento : Ont., 243, 258.
 Ausencia : Ont., 272.
 Autocratico, V. Character : Psych., 418, 419.
 Autographo : Ont., 602.
 Automaticos, V. Sentimentos : Psych., 18.
 Autor : Ont., 541.
 Averiguação : Ideol., 111.
 Aversão : Psych., 53.
 Avidéz : Psych., 47.
 Aviltamento : Psych., 179.
 Axioma : Ideol., 170.
 Azar : Ont., 685.
 B
 Baboseira : Psych., 555.
 Base : Ont., 587.
 Bastardia : Ont., 214.
 Bellas-Artes, V. Talento: Psych., 379.
 Belleza : Ont., 72.
 Bom senso : Psych., 452.
 Bonanca : Psych., 130.
 Bondade : Psych., 507.
 Brevidade : Psych., 503.
 Brutos, V. Alma : Ont., 417; — V. Corpos, *ibid.*, 375.
 C
 Cabeceira : Ont., 600.
 Calamidade : Psych., 243.
 Calculo, V. Talento : Psych., 418.
 Calor : Ont., 25, 81.
 Calorico : Ont., 384.
 Calumnia : Psych., 301.
 Cancaco : Psych., 247, 350.
 Capacidade : Ont., 66, 704; Psych., 434.
 Character: Ont., 41; Psych., 411.
 Carencia : Ont., 271; Psych., 275.
 Caricatura : Ont., 343.
 Casual, V. Causa : 581; — V. Efeito : 685.
 Catastrophe : Psych., 296.
 Causa : Ont., 540, 645, 647.
 Causalidade : Ont., 87.
 Celeridade : Ont., 522.
 Celestes, V. Corpos : Ont., 374.
 Censura : Ideol., 97; V. Propensão : Psych., 414.
 Certo, V. Efeito : Ont., 679.
 Cossação : Ont., 457.
 Charlatanismo : Psych., 526.
 Cheiro : Ont., 21.
 Chimica, V. Acção : 620.
 Choque : Ont., 496.
 Circunstancias : Ont., 48.
 Gime : Psych., 77.
 Clara, V. Idea : Ideol., 24.
 Clareza d'ideas : Psych., 485.
 Classificação : Ont., 478.
 Coacção : Psych., 287.
 Cogulo : Ont., 398.
 Coheção : Ont., 313.
 Coincidencia : Ont., 342.
 Coisa : Ont., 2.
 Collação : Ideol., 50.
 Collecção : Ont., 392.
 Collocação : Ont., 440.
 Combinação : Ont., 343, 474.
 Comeco : Ont., 384.
 Commensuravel, V. Corpo : Ont., 351.
 Commentario : Ideol., 92.
 Commoção : Psych., 210.
 Comunodo : Psych., 124.
 Commum, V. Qualidade : Ont., 11.
 Como : Ont., 114.
 Comparação : Ont., 202; Ideol., 39; Psych., 397.
 Compensação, V. Propensão : Psych., 402.
 Completa, V. Idea : Ideol., 20.
 Complexo : Ont., 390; V. Qualidades, *ibid.*, 4; — V. Proposição : Ideol., 82.
 Composição : Ont., 670.
 Compositor : Ont., 576.
 Composta, V. Idea : Ideol., 19; — V. Proposição, *ibid.*, 81.
 Composto : Ont., 367.

INDICE ALPHABETICO

Comprehensão : Psych., 473 ; Ideol., 11.
 Comprimento : Ont., 18.
 Concentração, V. Propensão : Psych., 392.
 Conceição : Ont., 655.
 Conciliação : Psych., 396.
 Concição : Psych., 302.
 Conclusão : Ideol., 173.
 Concomitância : Ont., 339.
 Concreta, V. Ideia : Ideol., 29.
 Condicional, V. Proposição : Ideol., 87.
 Conferência : Ideol., 51.
 Conformidade : Ont., 132.
 Confrontação : Ideol., 52.
 Confusa, V. Ideia : Ideol., 27.
 Confusão d'ideias, V. Defeitos : Psych., 172, 401, 523.
 Congruência : Ont., 174.
 Conjunctiva, V. Proposição : Ideol., 90.
 Conjunctura : Ont., 340.
 Conexão : Ont., 328.
 Consciência : Psych., 302 ; Ideol., 9.
 Consequência : Ont., 250, 331 ; Ideol., 178, 194.
 Conservação : Ont., 158 ; Psych., 32, 72, 394.
 Consideração : Ont., 251 ; Ideol., 43.
 Consonância : Ont., 173.
 Constância : Psych., 512.
 Consternação : Psych., 187.
 Constrangimento : Psych., 201, 286.
 Contacto : Ont., 84.
 Contemplação : Ideol., 48.
 Contentamento : Psych., 125.
 Contestação : Ideol., 102.
 Contínua, V. Quantidade : Ont., 228.
 Contingente : Ont., 683.
 Contorno : Ont., 93.
 Contração : Ont., 300.
 Contradição : Ont., 180 ; Psych., 460.
 Contradictórias, V. Proposições : Ideol., 122.
 Contrariedade : Ont., 179 ; Psych., 166.
 Contrarias, V. Proposições : Ideol., 121.
 Contraste : Psych., 204.
 Contratempo : Psych., 205.
 Contrição : Psych., 155.
 Controverfia : Ideol., 103.
 Conversível, V. Proposição : Ideol., 83.
 Coordenação : Ont., 473.
 Cópia : Ont., 163.
 Coragem : Psych., 462, 495.
 Corpo : Ont., 49, 394.
 Correção : Ont., 207 ; Psych., 493 ; Ideol., 98.
 Correlação : Ont., 335.
 Correspondência : Ont., 168.
 Corrupção : Ont., 245 ; V. Propensão : Psych., 445.
 Cuidados : Psych., 184.
 Cumulo : Ont., 397.

D

Damno : Psych., 293.
 Debate : Ideol., 101.
 Debilidade : Psych., 348.
 Decadência : Ont., 212.
 Decisão : Psych., 460.
 Decomposição : Ont., 216.
 Dedução : Ont., 303.
 Defeitos : Psych., 120.
 Deficiência : Ont., 265.
 Definição : Ideol., 169.
 Definitiva, V. Proposição : Ideol., 78.
 Degeneração : Ont., 213.
 Delicite : Psych., 140.
 Delicadeza : Psych., 499.
 Delicias : Psych., 146.
 Delirio : Psych., 360.
 Delonga : Ont., 460.
 Demasia : Ont., 277.
 Demencia : Psych., 552.
 Demonstração : Ideol., 61.
 Demora : Ont., 459.

Deos : Ont., 425.
 Deozes : Ont., 412.
 Dependência : Ont., 325.
 Desagrado : Ont., 28, 32 ; Psych., 6.
 Desalento : Psych., 337, 387.
 Desaunparo : Psych., 281.
 Desasosiego : Psych., 183.
 Desastre : Psych., 239.
 Desanço : Ont., 486 ; Psych., 128.
 Desconfiança : Psych., 407.
 Descontentamento : Psych., 149, 415.
 Descontinuação : Ont., 436.
 Desconto : Ont., 306.
 Descoroamento : Psych., 372, 382.
 Descredito : Psych., 206.
 Desdita : Psych., 240.
 Desejo : Psych., 44.
 Desenfado : Psych., 142.
 Desesperação : Psych., 189.
 Desfalecimento : Psych., 343.
 Desfastio : Psych., 142.
 Desfavor : Psych., 209.
 Desgosto : Psych., 21.
 Desgracia : Psych., 192, 208.
 Deshonra : Psych., 178.
 Desigualdade : Ont., 227.
 Desleixo : Psych., 323.
 Desmaio : Psych., 344.
 Desmazelo : Psych., 326.
 Desolação : Psych., 188.
 Desprazer : Psych., 148.
 Desprezo : Psych., 176.
 Desprezo da especie humana : Psych., 389.
 Dessemelhança : Ont., 122.
 Destino : Ont., 406.
 Destreza : Psych., 475.
 Destruição : Ont., 218 ; V. Propensão : Psych., 445.
 Desventura : Psych., 241.
 Deterioração : Ont., 187.
 Determinação : Psych., 459.
 Detrimento : Psych., 291.
 Diagnostico, V. Systema : Ont., 495.
 Diathese : Psych., 25.
 Diferença : Ont., 121.
 Difusão : Psych., 533.
 Dignidade : Psych., 511.
 N. B. Por erro typographico he que este termo se achou marcado com o numero 514.
 Dilação : Ont., 436.
 Dilemma : Ideol., 187.
 Diligência : Ont., 528.
 Diminuição : Ont., 244, 259.
 Diplase : Psych., 352.
 Direcção : Ont., 437, 484.
 Discernimento : Psych., 487.
 Discreta, V. Quantidade : Ont., 229.
 Discrição : Psych., 486.
 Discurso : Ideol., 43.
 Discussão : Ideol., 67.
 Disjunctiva, V. Proposição : Ideol., 89.
 Disparidade : Ont., 137.
 Disposição : Ont., 439 ; Psych., 53, 464.
 Disputa : Ideol., 106.
 Dissabor : Psych., 150.
 Dissolução : Ont., 217 ; Psych., 387, 517.
 Dissonância : Ont., 77.
 Distancia : Ont., 83.
 Distinção : Ont., 119.
 Distincta, V. Ideia : Ideol., 26.
 Distribuição : Ont., 479.
 Diversidade : Ont., 34.
 Divindade : Ont., 403.
 Divisão : Ont., 308.
 Docuras : Psych., 145.
 Dominio : Psych., 310.
 Dons : Ont., 317 ; Psych., 115.
 Dores : Psych., 194.
 Dotes : Ont., 316 ; Psych., 113.
 Doutrina : Psych., 447.
 Duração : Ont., 56, 85, 192.
 Duvida : Psych., 264 ; Ideol., 94.
 Duidoso, V. Efeito : Ont., 680.
 Dynamica, V. Acção : Ont., 621.

INDICE ALPHABETICO

E

Economia : 475.
 Edificador : Ont., 573.
 Efectiva, V. Causa : Ont., 555.
 Efeito : Ont., 112.
 Effeminação : Psych., 378.
 Efficacia : Ont., 705.
 Efficienta, V. Causa : Ont., 556.
 Egoismo : Psych., 407, 518.
 Electricidade : Ont., 385, 386.
 Eleição : Psych., 94.
 Elemento : Ont., 590.
 Elevação : Psych., 419.
 Eloquencia, V. Talento : Psych., 379.
 Enumeração : Ont., 660.
 Embarço : Psych., 260.
 Emenda : Ont., 200 ; Ideol., 99.
 Emoção : Psych., 211.
 Encantamento : Psych., 313.
 Encanto : Ont., 95 ; Psych., 314.
 Encurtamento : Ont., 299.
 Energia : Ont., 706 ; Psych., 438.
 Enfadamento : Psych., 198.
 Enfado : Psych., 199.
 Enfraquecimento : 346.
 Enjoio : Psych., 85.
 Enlace : Ont., 333.
 Enleio : Psych., 259.
 Ensaio : Ideol., 110.
 Ente : Ont., 1.
 Entendimento : Ideol., 1.
 Euthusiasm : Psych., 103.
 Enthymema : Ideol., 185.
 Entorpecimento : Psych., 333.
 Epunctivo, V. Juizo : Ideol., 41.
 Epicheirema : Ideol., 186.
 Epigramma, V. Propensão : Psych., 411.
 Equilibrio, V. Propensão : Psych., 402.
 Equiparação : Ont., 204.
 Equivocação, V. Propensão : Psych., 401.
 Erudição : Psych., 446.
 Escolha : Psych., 50.
 Escura, V. Ideia : Ideol., 23.
 Espaço : Ont., 24.
 Espantadico, V. Natural : Psych., 407.
 Espanto : Psych., 255.
 Especial, V. Ideia : Ideol., 32 ; — V. Caracter : Ont., 319.
 Especialidade : Ont., 39.
 Esperteza : Psych., 500.
 Espirito : Ont., 51.
 Espoliação : Psych., 234.
 Espontaneidade : Ont., 50 ; Psych., 2, 4.
 Espontaneo, V. Causa : Ont., 586 ; — V. Efeito, *ibid.*, 690 ; — V. Sentimentos : Psych., 19.
 Essencia : Ont., 15.
 Essenciaes, V. Qualidades : Ont. N. B. *Omitido por esquecimento no mappa entre communs e accidentaes.*
 Estabilidade : Ont., 447.
 Estado : Ont., 14, 345.
 Estimulo : Ont., 640.
 Estirpe : Ont., 592.
 Estrategica, V. Talento : Psych., 421, 422.
 Estro : Psych., 104.
 Estudo : Ideol., 49.
 Estulticia : Psych., 551.
 Estupidex : Psych., 550.
 Estupor : Psych., 334.
 Eternidade : Ont., 538.
 Ethologicos, V. Sentimentos : Psych., 23.
 Eu : Psych., 306, 307, 308, 309.
 Euphemismo : Ideol., 167.
 Evrento : Ont., 686.
 Eventual : Ont., 560, 686.
 Exacção : Psych., 230.
 Exactidão : Psych., 490.
 Exame : Ideol., 46.
 Excellencia : Ont., 260.
 Excentrico, V. Caracter : Psych., 411.
 Excepções, V. Propensão : Psych., 393.

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS.

Exceptiva, V. Proposição : Ideol., 88.
 Excesso : Ont., 242.
 Exclusivo, V. Caracter : Psych., 410.
 Exegetico, V. Systema : Ont., 494.
 Exemplo : Ont., 607 ; Ideol., 190.
 Exercício : Ont., 634.
 Existencia : Ont., 17.
 Exorbitancia : Ont., 275.
 Experiencia : Psych., 445 ; Ideol., 108.
 Explicativa, V. Proposição : Ideol., 79.
 Extensão : Ont., 23, 228.
 Extinção : Ont., 220.
 Extirpação : Ont., 219.
 Extorção : Psych., 233.
 Exuberancia : Ont., 274.
 Fim : Ont., 648.
 Fineza : Psych., 482.
 Finita, V. Grandeza : Ont., 295, 311.
 Firmeza : Psych., 510.
 Fito : Ont., 649.
 Fluido : Ont., 354.
 Fonte : Ont., 599.
 Força : Ont., 116 ; Psych., 494.
 Forma : Ont., 69, 700 ; V. Raciocinio : Ideol., 58.
 Fortuito : Ont., 562, 684.
 Fração : Ont., 256.
 Fraqueza : Psych., 347.
 Frenesi : Psych., 363.
 Frieza : Psych., 341.
 Frio : Ont., 26, 82.
 Froxidão : Psych., 328.
 Fundador : Ont., 579.
 Fundamento : Ont., 586.
 Fundo : Ont., 612.
 Furia : Psych., 369.
 Furor : Psych., 368.

F

Fabricador : Ont., 572.
 Fabricante : Ont., 571.
 Facto : Ont., 630.
 Faculdade : Ont., 703.
 Fadiga : Psych., 246.
 Fado : Ont., 408.
 Falha : Ont., 269.
 Falsidade : Psych., 141.
 Falta : Ont., 268 ; Psych., 278.
 Fanatismo, V. Propensão : Psych., 388.
 Fascinação : Psych., 315.
 Fastio : Psych., 80, 195.
 Catal : Ont., 687.
 Fatalidade : Ont., 687.
 Fatuidade, V. Propensão : Psych., 400.
 Fealdade : Ont., 76.
 Feitio : Ont., 92, 699.
 Feito : Ont., 672.
 Felicidade : Psych., 141.
 Fetido : Ont., 78.
 Figura : Ont., 68 ; V. Metaphoras : Psych., 397.
 Filho : Ont., 662.

G

Gastronomia, V. Propensão : Psych., 376.
 Gaz : Ont., 363.
 Goito : Psych., 441.
 Genio : Psych., 439.
 Genios : Ont., 414.
 Geographia, V. Talento : Psych., 409, 421, 422.
 Geometria, V. Talento : Psych., 417.
 Geral, V. Qualidade : Ont., 42 ; — V. Ideia : Ideol., 33 ; — V. Proposição : *ibid.*, 76.
 Gloria, V. Propensão : Psych., 398, 399.
 Glosa : Ideol., 93.
 Goccia : Psych., 317.
 Golpe : Ont., 498.
 Gosto : Psych., 15, 20, 65, 469.
 Gozo : Psych., 126.
 Graça : Ont., 70.
 Gradação : Ont., 172 ; Psych., 402.

INDICE ALPHABETICO

Grandeza : Ont., 35.
 Gravame : Psych., 232.
 Gravidade : Ont., 232, 516.

H

Habilidade : Psych., 429.
 Harmonia : Ont., 71, 171.
 Heros : Ont., 415.
 Hesitação : Psych., 261.
 Heterogeneidade : Ont., 133.
 História, V. Talento : Psych., 424.
 Homogeneidade : Ont., 153.
 Homonymia : Ideol., 134.
 Horror : Psych., 274.
 Humildade, V. Propensão : Psych., 381, 420.
 Humilhação : Psych., 177.
 Hyalite : Ont., 385.
 Hyperbolo : Ideol., 165.
 Hypochondria : Psych., 217.
 Hypotheticas, V. Premissas : Ideol., 177.

I

Idea : Ideol., 42.
 Identidade : Ont., 33, 423, 424, 425.
 Identidade pessoal, V. Personalidade.
 Idoneidade : Psych., 442.
 Idonimia : Psych., 151.
 Igualdade : Ont., 226.
 Inuagem : Ont., 160.
 Imaginação : Psych., 99.
 Imaginaria, V. Causa : Ont., 558; — V. Efeito : *ibid.*, 675; — V. Idea : Ideol., 37.
 Imbecilidade : Psych., 540.
 Imitação : Ont., 165; V. Propensão : Psych., 401.
 Imateriaes, V. Qualidades : Ont., 7.
 Immaterialidade : Ont., 616, 618.
 Imobilidade : Ont., 432.

Immortalidade : Ont., 195; V. Propensão : Psych., 339.
 Immutabilidade : Ont., 155.
 Impenetrabilidade : Ont., 62.
 Impossibilidade : Psych., 336.
 Imperio : Psych., 311.
 Impertinencia, V. Propensão : Psych., 412.
 Imponderavel, V. Corpo : Ont., 379.
 Importancia : Ont., 249.
 Impressão : Ont., 500, 654; Psych., 11.
 Improvavel, V. Efeito : Ont., 681.
 Imprudencia : Psych., 548.
 Impulso : Ont., 481, 642.
 Inacção : Ont., 448; Psych., 321.
 Inadequada, V. Idea : Ideol., 23.
 Inalterabilidade : Ont., 156, 490.
 Inamovibilidade : Ont., 489.
 Inaptidão : Psych., 523.
 Incapacidade : Psych., 522.
 Incentivo : Ont., 611.
 Incerteza : Psych., 263.
 Incidente : Ont., 44.
 Inclinação : Psych., 62, 467.
 Incommensuravel, V. Corpo : Ont., 352.
 Incommodo : Psych., 249.
 Incompatibilidade : Ont., 439.
 Incompleta, V. Idea : Ideol., 21.
 Inconsideração : Psych., 547.
 Inconstancia : Psych., 415, 559.
 Inconvertivel, V. Proposição : Ideol., 84.
 Incuria : Psych., 325.
 Indagação : Ideol., 112.
 Indecisão : Psych., 265.
 Indefinito, V. Augmento : Ont., 297; — V. Diminuição : *ibid.*, 313.
 Indeterminação : Psych., 266.
 Indeterminado, V. Tempo : Ont., 106; — V. Quantidade : *ibid.*, 236; — V. Augmento : *ibid.*, 294; — V. Diminuição : *ibid.*, 310.
 Indigencia : Psych., 190.
 Indiscrição : Psych., 546.
 Indisposição : Psych., 248.
 Individual, V. Natureza : Ont., 53; — V. Idea : Ideol., 30.
 Individualidade : Ont., 152, 418.
 Indivíduo : Ont., 53, 432, 423.
 Indolencia : Psych., 322.
 Indução : Ideol., 189.
 Inercia : Psych., 521.
 Inercia : Ont., 633, 695; Psych., 318.
 Inerte, V. Diathese : Psych., 29.
 Infancia : Psych., 182.
 Inferioridade : Ont., 241.
 Infermidade : Psych., 250.
 Infinito, V. Augmento : Ont., 296; — V. Diminuição : *ibid.*, 314.
 Influxão : Ont., 635; Psych., 365.
 Influxo : Ont., 636.
 Informação : Ideol., 116.
 Infortunio : 238.
 Ingenharia, V. Talento : Psych., 421, 422.
 Ingenho : Psych., 471.
 Injúria : Psych., 284.
 Inovação, V. Propensão : Psych., 394.
 Inopia : Ont., 224.
 Inorganico, V. Corpo : Ont., 357.
 Inquietação : Psych., 156.
 Inquisição : Ideol., 114.
 Insensibilidade : Psych., 320, 538.
 Insipidez : Psych., 161.
 Insociabilidade, V. Propensão : Psych., 412.
 Insolfrido, V. Genio : Psych., 412.
 Inspiração : Psych., 105.
 Instante : Ont., 537.

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS

Instintiva, V. Espontaneidade : Psych., 36.
 Instinto : Psych., 38, 40.
 Instuidor : Ont., 580.
 Instrução : Psych., 420, 428.
 Insufficiencia : Ont., 266; Psych., 524.
 Insulto : Psych., 297.
 Intelligencia : Psych., 472; Ideol., 3.
 Intelligencias superiores : Ont., 404.
 Intensidade : Ont., 225.
 Internmissão : Ont., 450.
 Intermittencia : Ont., 457.
 Interpellação : Ont., 452.
 Interrupção : Ont., 435.
 Intervallo : Ont., 429.
 Intuição : Ideol., 7.
 Invariabilidade : Ont., 129.
 Inveja : Psych., 383, 588.
 Inventor : Ont., 568.
 Inversosimil, V. Efeito : Ont., 682.
 Investigação : Ideol., 69.
 Irascibilidade : Psych., 536.
 Ironia : Ideol., 168.
 Irresolução : Psych., 267.
 N. B. *Por erro da typographia este termo achase debaixo da rubrica do susto, em vez da de perplexidade, a que pertence.*
 Irritabilidade : Psych., 535.

J

Jogo, V. Talento : Psych., 421, 422.
 Jovialidade : Psych., 144.
 Jubilo : Psych., 137.
 Jucundidade : Psych., 136.
 Juizo : Psych., 41, 98, 426, 428, 454; Ideol., 16.

L

Laboração : Ont., 632.
 Laconismo : Psych., 504.

INDICE ALPHABETICO

Languidez : Psych., 327.
 Largura : Ont., 89.
 Lembrança : Psych., 97; Ideol., 6.
 Lemma : Ideol., 171.
 Lethargo : Psych., 331.
 Leveza : Psych., 534.
 Leviandade : Psych., 400, 558.
 Liberdade : Psych., 86.
 Ligação : Ont., 330.
 Limpeza, V. Propensão : Psych., 405.
 Linha : Ont., 64.
 Liquido, V. Corpo : Ont., 361.
 Litote : Ideol., 166.
 Livre, V. Causa : Ont., 567; — V. Efeito : *ibid.*, 692.
 Logico, V. Sentimento : Psych., 22.
 Longes : Ont., 198.
 Loquacidade : Psych., 530.
 Loucura : Psych., 362.
 Lucidez : Psych., 354, 436.
 Luz : Ont., 19.

M

Madureza : Psych., 457.
 Mãe : Ont., 596.
 Magia : Psych., 316.
 Magnetite : Ont., 387.
 Magoa : Psych., 169.
 Maior, V. Termo : Ideol., 189, 192.
 Maioria : Ont., 264.
 Maldade : Psych., 519.
 Males : Psych., 158.
 Malignidade : Ont., 74.
 Manancial : Ont., 598.
 Maneira : Ont., 697.
 Maravilhoso, V. Propensão : Psych., 383.
 Massa : Ont., 388, 589, 613.
 Materia : Ont., 50, 588, 611.
 Material, V. Qualidade : Ont., 6; — V. Acção : *ibid.*, 615, 617.
 Mathematico, V. Talento : Psych., 416.
 Matriz : Ont., 597.

Mecanico, V. Efeito : Ont., 689; — V. Acção : *ibid.*, 619.
 Meda : Ont., 402.
 Medidas : Ont., 491.
 Medio, V. Termo : Ideol., 191.
 Meditação : Ideol., 47.
 Medo : Psych., 269.
 Melancholia : Psych., 216.
 Melhoramento : Ont., 186; Psych., 33, 43.
 Mendicidade : Psych., 279.
 Menor, V. Termo : Ideol., 190, 193.
 Mesquinhez : Psych., 420.
 Mestre : Ont., 200.
 Metalepse : Ideol., 163.
 Metamorphose : Ont., 183.
 Metaphora : Ideol., 155, 159.
 Methodico, V. Espirito : Psych., 395.
 Methodo : Ideol., 59.
 Metonymia : Ideol., 156, 158.
 Mineraes : Ont., 372.
 Mingua : Ont., 267; Psych., 277.
 Minoração : Ont., 298.
 Mira : Ont., 651.
 Misanthropia, V. Propensão : Psych., 391.
 Miseria : Psych., 280.
 Mobilidade : Ont., 431; Psych., 549.
 Modelo : Ont., 608.
 Modestia, V. Propensão : Psych., 420.
 Modificação : Ont., 45.
 Modo : Ont., 46, 114.
 Molecula : Ont., 360.
 Molestia : Psych., 251.
 Molleza : Psych., 339.
 Momento : Ont., 336.
 Monade : Ont., 358.
 Monomania : Psych., 366.
 Montão : Ont., 399.
 Monte : Ont., 400.
 Mora : Ont., 468.
 Mortalidade : Ont., 585.
 Morte : Ont., 220, 382.

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS

Morto, V. Corpo : Ont., 377.
 Mostra : Ont., 200.
 Motivada, V. Espontaneidade : Psych., 37.
 Motivo : Ont., 638.
 Motor : Ont., 432.
 Movel : Ont., 433, 639.
 Movimento : Ont., 441.
 Mudança : Ont., 126.
 Multidão : Ont., 176.
 Multiplicação : Ont., 291.
 Multiplice : Ont., 252.
 Multiplicidade : Ont., 120.
 Mundo : Ont., 427.
 Musica, V. Talento : Psych., 374.
 Mutabilidade : Ont., 125; Psych., 561.

N

Nascimento : Ont., 659.
 Natural : Psych., 465.
 Natureza : Ont., 16.
 Nausea : Psych., 84, 197.
 Necessade : Psych., 543.
 Necessaria, V. Causa : Ont., 565; — V. Efeito : 687.
 Necessidade : Ont., 687; Psych., 27, 226.
 Negação : Ont., 127.
 Negligencia : Psych., 324.
 Nexo : Ont., 329.
 Noção : Ideol., 13.
 Nojo : Psych., 83, 196.
 Nome : Ont., 229.
 Nomeação : Psych., 95.
 Normal, V. Diathese : Psych., 30.
 Nostalgia : Psych., 409.
 Nota : Ideol., 64.
 Novidade, V. Propensão : Psych., 413.
 Numero : Ont., 177, 229, 257.

O

Objecção : Ideol., 95.
 Objecto : Ont., 31, 610; Ideol., 45, 72.

Obra : Ont., 671.
 Obreiro : Ont., 574.
 Observação : Psych., 425; Ideol., 38.
 Ocasião : Ont., 349, 646.
 Occurrência : Ont., 341.
 Odio : Psych., 56.
 Offensa : Psych., 235.
 Officiosidade : Psych., 408.
 Olfacto : Psych., 16, 377.
 Opção : Psych., 87.
 Operação : Ont., 628.
 Opportunidade : Ont., 350.
 Opposição : Ont., 138.
 Oppostas, V. Proposições : Ideol., 85.
 Oppressão : Psych., 165.
 Opprobrio : Psych., 180, 298.
 Ordem : Ont., 99, 471; Psych., 405.
 Organicos, V. Corpo : Ont., 356.
 Organização : Ont., 369.
 Organismo : Ont., 370.
 Orgãos : Ont., 371.
 Orgulho : Psych., 386.
 Orientação, V. Faculdade : Psych., 409, 421, 422.
 Origen : Ont., 343.
 Original : Ont., 601; V. Character : Psych., 411.
 Ouvido : Psych., 13.

P

Paciente : Ont., 168.
 Padecimento : Psych., 193.
 Padrão : Ont., 606.
 Paes : Ont., 577, 595.
 Palingenesia : Ont., 668.
 Pancada : Ont., 497.
 Parabolas, V. Propensão : Psych., 397.
 Parada : Ont., 453.
 Parallelo : Ideol., 53.
 Paralogistico, V. Raciocinio : Ideol., 129.
 Parcial, V. Identidade : Ont., 117; — V. Causa : *ibid.*, 545; — V. Efeito : *ibid.*, 694.

INDICE ALPHABETICO

Pareceza : Ont., 159.
 Parentesco : Ont., 337.
 Paridade : Ont., 166.
 Partes : Ont., 315; Psych., 114.
 Particular, V. Ideia : Ideol., 31;
 — V. Proposição : *ibid.*, 75.
 Particularidades : Ont., 38.
 Parto : Ont., 658.
 Parvoíce : Psych., 554.
 Pasmo : Psych., 358.
 Patético : Psych., 541.
 Patológicos, V. Sentimentos :
 Psych., 26.
 Pavor : Psych., 271.
 Pação : Ont., 111; Psych., 75.
 Paz : Psych., 132.
 Pedantismo : Psych., 527.
 Pena : Psych., 167.
 Pendor : Ont., 516; Psych., 60.
 Penetração : Psych., 435.
 Penúria : Psych., 228.
 Percepção : Ideol., 10.
 Percussão : Ont., 499.
 Perda : Psych., 294.
 Perfeição : Psych., 491.
 Perguica : Psych., 515.
 Pericia : Psych., 450.
 N. B. *Por erro typographico foi omitido este termo no mappa, bem como e correspondente numero.*
 Permanência : Ont., 157.
 Perpetuação : Ont., 193.
 Perpetuidade : Ont., 194.
 Perplexidade : Psych., 214.
 Perquisição : Ideol., 113.
 Perseguição : Psych., 288.
 Perseverança : Psych., 303; 513.
 Persistência : Psych., 514.
 Personalidade : Ont., 419; Psych., 304.
 Perspicacia : Psych., 481.
 Pertences : Ont., 326.
 Perturbação : Psych., 213.
 Perversidade : Psych., 520.
 Peso : Ont., 63, 248, 515.
 Pesquisa : Ideol., 116.
 Pessoa : Ont., 190.
 Pezar : Psych., 153, 163.
 Phantasia : Psych., 96.
 Philaucia : Psych., 381.
 Philosophico, V. Espirito :
 Psych., 380.
 Phlegma : Psych., 135.
 Phronomia, V. Talento :
 Psych., 423.
 Pilha : Ont., 401.
 Pimpolho : Ont., 664.
 Pintura, V. Talento : Psych.,
 375.
 Plano : Ont., 476.
 Pluralidade : Ont., 178.
 Pobreza : Psych., 229.
 Poder : Ont., 701.
 Poesia, V. Talento : Psych., 379.
 Polemica : Psych., 410; Ideol.,
 104.
 Ponderaveis, V. Corpos : Ont.,
 378.
 Ponto : Ont., 347.
 Porfia : Ideol., 107.
 Porque : Ont., 110.
 Posição : Ont., 346, 430.
 Positivas, V. Premissas : Ideol.,
 176.
 Possível, V. Efeito : Ont., 676.
 Potencia : Ont., 702.
 Potencial, V. Causa : Ont., 537.
 Prazer : Psych., 123.
 Precisão : Psych., 225, 492.
 Predicados : Ont., 514.
 Predileção : Psych., 93.
 Preferencia : Psych., 92.
 Prejuizo : Psych., 290.
 Premissas : Ideol., 172.
 Preparatórios : Ont., 492.
 Pressa : Ont., 527.
 Pressão : Ont., 501.
 Presteza : Ont., 525; Psych.,
 501.
 Prestimo : Psych., 444.
 Providencia : Psych., 455.
 Primazia : Ont., 261.
 Princípio : Ont., 383; Ideol.,
 56.
 Privação : Psych., 276.

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS.

Probidade : Psych., 508.
 Produção : Ont., 656.
 Productio : Ont., 657.
 Productor : Ont., 378.
 Profundidade : Ont., 90; Psych.,
 438.
 Prolifusão : Psych., 532.
 Prolongação : Ont., 283, 463.
 Promptidão : Ont., 524.
 Propensão : Psych., 61, 466.
 Prophetas : Ont., 411.
 Proporção : Ont., 169.
 Proposição : Ideol., 41.
 Propriedade : Ont., 10, 709;
 Psych., 489.
 Prorogação : Ont., 464.
 Prostração : Psych., 349.
 Prototipo : Ont., 604.
 Provavel, V. Efeito : Ont., 677.
 Providencia : Ont., 465.
 Providencias : Ont., 435.
 Prudencia : Psych., 436.
 Pudor : Ont., 509.
 Pusillanimidade : Psych., 537.
 Pureza : Psych., 506.
 Pyrrhonismo, V. Propensão :
 Psych., 385.

Q

Qualidades : Ont., 4, 420;
 Psych., 117.
 Quantidade : Ont., 224.
 Quebra : Ont., 270.
 Quebrantamento : Ont., 345.
 Queda : Psych., 62, 468.
 Questão : Ideol., 100.
 Quietação : Ont., 446; Psych.,
 131.

R

Raciocínio : Ideol., 42.
 Raiz : Ont., 591.
 Raueor : Psych., 57.
 Rapidez : Ont., 523.
 Ração : Ont., 110, 643, 644;
 Psych., 453; Ideol., 17.
 Reação : Ont., 113.
 Real, V. Causa : Ont., 557; —

V. Efeito : *ibid.*, 674; — V.
 Ideia : Ideol., 36.
 Rebate : Ont., 305.
 Reconposição : Ont., 669.
 Rectificação : Ont., 208.
 Redução : Ont., 302.
 Reflexão : Ont., 505; Ideol., 15.
 Reforma : Ont., 205; Psych.,
 414.
 Reformação : Ont., 206.
 Regalo : Psych., 147.
 Regozijo : Psych., 138.
 Regulador : Ont., 581.
 Regular, V. Mudança : Ont.,
 144; — V. Direcção : *ibid.*,
 520.
 Regularidade : Psych., 505.
 Relação : Ont., 9.
 Relativo, V. Qualidades : Ont.,
 3; — V. Tempo : *ibid.*, 104;
 — V. Mudanças : *ibid.*, 143;
 — V. Quantidade : *ibid.*, 234;
 — V. Igualdade : *ibid.*, 238;
 — V. Desigualdade : *ibid.*,
 246; — V. Imobilidade :
 445.
 Reluctancia : Psych., 79.
 Remoção : Ont., 503.
 Remorso : Psych., 152.
 Removimento : Ont., 504.
 Renovo : Ont., 665.
 Reparo : Ideol., 65.
 Repercussão : Ont., 506.
 Repetição : Ont., 290.
 Repouso : Ont., 487; Psych.,
 127.
 Representação : Ont., 162.
 Reprodução : Ont., 292, 666.
 Repugnancia : Ont., 140
 Psych., 78.
 Reptusão : Ont., 482.
 Residuo : Ont., 281.
 Resistencia : Ont., 61, 449.
 Resolução : Psych., 461.
 Resto : Ont., 280.
 Resurrição : Ont., 667.
 Retardação : Ont., 462, 529.
 Retinhe : Ont., 386.
 Retrato : Ont., 161, 305.

INDICE ALPHABETICO

Refluição : Ont., 393.
 Reverberação : Ont., 507.
 Revezes : Psych., 244.
 Rixoso, V. Propensão : Psych.,
 412.
 Ruína : Psych., 295.
 S
 Sabedoria : Psych., 509.
 Saber : Psych., 448.
 Sabor : Ont., 23, 79.
 Sagacidade : Psych., 480.
 Salto : Ont., 508.
 Sandice : Psych., 557.
 Satisfação : Psych., 121.
 Saudade : Psych., 76.
 Scepticismo, V. Proposição :
 Psych., 384.
 Sciencia : Psych., 449.
 Sede : Psych., 52.
 Seleção : Psych., 89.
 Semelhança : Ont., 130.
 Semi-Deozes : Ont., 413.
 Sempiternidade : Ont., 539.
 Semsaboria : Psych., 160.
 Sensação : Psych., 7, 9; Ideol.,
 4.
 Sensibilidade : Ont., 29; Psych.,
 1, 3; Ideol., 2.
 Senso : Psych., 170, 303, 451,
 478.
 Sentimento : Psych., 8, 10, 170;
 Ideol., 5.
 Separação : Ont., 434.
 Ser : Ont., 55.
 Serenidade : Psych., 133.
 Servical, V. Genio : Psych.,
 408.
 Sestro : Psych., 367.
 Similes, V. Propensão : Psych.,
 397.
 Simples, V. Ideia : Ideol., 18;
 — V. Proposição : *ibid.*, 80.
 Simplicidade : Ont., 98; Psych.,
 544.
 Simultaneidade : Ont., 36.
 Singular, V. Proposição : 74.
 Sinistro : Psych., 245.
 Siso : Psych., 421.
 Situação : Ont., 344, 438.
 Sobejo : Ont., 278.
 Soberba, V. Propensão : Psych.,
 386.
 Sobre : Ont., 279.
 Sobresalto : Psych., 254.
 Sociego : Psych., 129.
 Socratico, V. Methodo : Ideol.,
 128.
 Solido, V. Corpo : Ont., 353.
 Som : Ont., 18.
 Sombra : Ont., 89.
 Sommambulismo : Psych., 353.
 Sonno : Psych., 330.
 Somnolencia : Psych., 329.
 Sonho : Psych., 355.
 Sophistico, V. Argumento :
 Psych., 410; Ideol., 130.
 Sorites : Ideol., 188.
 Surpresa : Psych., 283.
 Sorte : Ont., 407, 684.
 Subalterno, V. Proposição :
 Ideol., 86, 124.
 Subcontraria, V. Proposição :
 Ideol., 123.
 Subjeição : Psych., 202.
 Subjeito : Ont., 609; Ideol.,
 70.
 Submissão, V. Propensão :
 Psych., 388, 392.
 Submultiplie : Ont., 253.
 Subsistencia : Ont., 57.
 Substancia : Ont., 13.
 Subtilidade : Psych., 498.
 Subtração : Ont., 307.
 Successão : Ont., 37.
 Sufficiencia : Psych., 443.
 Superabundancia : Ont., 273.
 Superfluidade : Ont., 276.
 Superioridade : Ont., 240.
 Suspensão : Ont., 455.
 Susto : Psych., 215.
 Syllepse : Ideol., 162.
 Sylogismo : Ideol., 184.
 Symmetria : Ont., 170.
 Sympathia : Psych., 66.
 Synecdoche : Ideol., 159.
 Synthetico, V. Espirito : Psych.,

DOS MAPPAS SYSTEMATICOS.

380; — V. Methodo : Ideol.,
 192.
 Systema : Ont., 477; V. Pro-
 pensão : Psych., 395.

T

Tacto : Ont., 80; Psych., 17,
 479.
 Talento : Psych., 116, 470.
 Tangibilidade : Ont., 60.
 Tardança : Ont., 461.
 Tedio : Psych., 81, 164.
 Temor : Psych., 270.
 Tempo : Ont., 86.
 Tendencia : Ont., 501; Psych.,
 59, 463.
 Tentativa : Ideol., 109.
 Termo : Ont., 348; Ideol., 54,
 57.
 Ternura : Psych., 73.
 Terror : Psych., 272.
 Theoria, V. Propensão : Psych.,
 392.
 Tibieza : Psych., 340.
 Tino : Psych., 477.
 Todo : Ont., 391.
 Tolice : Psych., 553.
 Tontice : Psych., 542.
 Torpor : Psych., 319.
 Trabalhador : Ont., 575.
 Trabalho : Ont., 633; Psych.,
 159.
 Tranquillidade : Ont., 488;
 Psych., 122.
 Transcendencia : Ont., 263.
 Transe : Psych., 221.
 Transfiguração : Ont., 184.
 Transformação : Ont., 182.
 Transporte : Psych., 102.
 Transsubstanciação : Ont., 185.
 Travação : Ont., 334.
 Tregua : Ont., 454.
 Tresvario : Psych., 361.
 Tribulação : Psych., 222.
 Tristeza : Psych., 185.
 Trivialidade : Psych., 529.
 Tronco : Ont., 593.
 Typo : Ont., 603.

U

Ultrage : Psych., 300.
 União : Ont., 175; Psych., 309.
 Unidade : Ont., 128.
 Uniformidade : Ont., 154, 532.
 Universal, V. Qualidade : Ont.,
 43; — V. Natureza : *ibid.*, 54;
 — V. Ideia : Ideol., 34; — V.
 Proposição : *ibid.*, 77.
 Universo : Ont., 54.
 Utilidade : Ont., 73.

V

Vacillação : Psych., 262.
 Validade, V. Propensão : Psych.,
 400.
 Vantagem : Ont., 262.
 Vapor : Ont., 362.
 Variabilidade : Ont., 124, 533;
 Psych., 560.
 Variedade : Ont., 100; Psych.,
 564.
 Vegetaes : Ont., 365.
 Velocidade : Ont., 485.
 Verbo : Ideol., 73.
 Verbosidade : Psych., 531.
 Verdade : Ont., 96.
 Vergonha : Psych., 171.
 Verificação : Ideol., 68.
 Verosímil, V. Efeito : Ont.,
 678.
 Versatilidade : Psych., 562.
 Versame : Psych., 220, 231.
 Viajar, V. Propensão : Psych.,
 413.
 Vícios : Psych., 119.
 Vida : Ont., 380.
 Vinculo : Ont., 332.
 Violencia : Psych., 191.
 Virtude : Ont., 708; Psych.,
 118.
 Vislumbres : Ont., 197.
 Visos : Ont., 196.
 Vista : Psych., 14.
 Vitalidade : Ont., 366.
 Vituperio : Psych., 181, 299.
 Vivacidade : Psych., 483.

PRÉCIS
D'UN
COURS DE PHILOSOPHIE
ÉLÉMENTAIRE,

PAR
LE COMMANDEUR PINHEIRO-FERREIRA,
Ministre d'État honoraire,
Membre de l'Académie des Sciences de Lisbonne,
Correspondant de l'Académie des Sciences morales et politiques
de l'Institut de France,
de l'Académie - Stanislas de Nancy,
de la Société littéraire et de l'Institut historique de Rio -
de-Janeiro, etc., etc.

ONTOLOGIE, PSYCHOLOGIE, IDÉOLOGIE.

PARIS,

ÉDOUARD GARNOT, LIBRAIRE-ÉDITEUR,

Rue Pavée Saint-André-des-Arcs, 7.

1841.



Perkins-Ferris

TABLEAUX SYSTÉMATIQUES

DE LA NOMENCLATURE

DE L'ONTOLOGIE, DE LA PSYCHOLOGIE

ET

DE L'IDÉOLOGIE.

				153 Individualité . . .	{ 191 Personelle : Per- sonne.
				154 Homogénéité.	{ 192 De lieu.
				155 Uniformité.	
				156 Immutabilité.	
				157 Inaltérabilité.	
				158 Permanence . . .	{ 193 Durée.
				159 Conservation . . .	{ 194 Perpetuité.
					{ 195 Perpetuité.
					{ 196 Immortalité.
					{ 197 Traits.
					{ 198 Fausses.
					{ 199 Ombres.
					{ 200 Air.
					{ 201 Déhors.
					{ 202 Apparences.
				160 Similitude . . .	
				161 Image . . .	
				162 Portrait.	
				163 Représentation.	
				164 Copie.	
				165 Contrefaçon.	
				166 Imitation.	
				167 Parité	{ 203 Comparaison.
					{ 204 Assimilation.
					{ 205 Rapprochement.
				168 Affinité.	
				169 Correspondance.	
				170 Proportion.	
				171 Symétrie.	
				172 Harmonie.	
				173 Gradation.	
				174 Accord.	
				175 Convergence.	
				176 Union.	
				131 Ressemblance . . .	
				132 Analogie	
				133 Conforuite . . .	
				134 Positive.	
				135 Negative.	
				119 De lieu	
				117 Totale	
				129 Unité	
				130 Invariabilité . . .	
				118 Partielle	
				120 Distinction . . .	
				121 Multiplicité . . .	
				122 Différence	
				123 Dissemblance . . .	
				124 Hétérogénéité . . .	
				125 Variable	
				126 Mutabilité	
				127 Changement	
				128 Négation	
				136 Simultane	
				137 Successive	
				138 Disparité	
				139 Opposition	
				140 Incompatibilité.	
				141 Désordre	
				142 Accidentelles: Accidens.	
				143 Essentiels	
				144 Relatifs	
				145 Réguliers.	
				146 Irréguliers.	
				147 Constants.	
				148 Variables.	
				149 Interposés.	
				150 Périodiques.	
				151 De qualités absolues.	
				152 De rapports.	
				177 Multitude.	
				178 Nombre.	
				179 Pluralité.	
				180 Contrariété.	
				181 Contradiction.	
				182 Antagonisme.	
				183 Transformation.	
				184 Métamorphose.	
				185 Transfiguration.	
				186 Transsubstantiation.	
				187 Amélioration . . .	{ 206 Réforme.
					{ 207 Réformation.
					{ 208 Correction.
					{ 209 Rectification.
					{ 210 Amendement.
					{ 211 Perfectionnement.
					{ 212 Alteration.
					{ 213 Décadence.
					{ 214 Dégénération.
					{ 215 Abatardissement.
					{ 216 Corruption.
					{ 217 Décomposition.
					{ 218 Dissolution.
					{ 219 Destruction.
					{ 220 Extinction.
					{ 221 Mort.
				188 Détérioration . . .	
				189 A des états constants.	
				190 A d'autres change- ments	{ 222 Simultanés.
					{ 223 Antérieurs.
					{ 224 Postérieurs.
				143 Essentiels	
				144 Relatifs	
				145 Réguliers.	
				146 Irréguliers.	
				147 Constants.	
				148 Variables.	
				149 Interposés.	
				150 Périodiques.	
				151 De qualités absolues.	
				152 De rapports.	

	225	Quantité	{	229 Continuë : Étendu.	
			{	230 Discretë : Nombres	
			{	231 Portée.	
	226	Intensité	{	232 Activité.	
			{	233 Gravité.	{ 249 Poids.
					{ 250 Importance.
					{ 251 Conséquence.
					{ 252 Considération.
			{	234 Absoluë.	{ 253 Multiple.
		Quantité	{		{ 254 Sousmultiple.
		Intensité	{	235 Relative.	{ 255 Aliquote.
					{ 256 Aliquante.
					{ 257 Fraction.
					{ 258 Nombre ordinal.
					{ 259 Augmentation.
					{ 260 Diminution.
			{	236 Déterminée.	
			{	237 Indéterminée.	
	227	Egalité.	{	238 Absoluë.	
			{	239 Relative.	
			{	240 Proportionnelle	
36	Grandeur.		{	241 Supériorité.	{ 261 Excellence.
					{ 262 Primauté.
					{ 263 Avantage.
					{ 264 Transcendance.
					{ 265 Majorité.
					{ 266 Défaut.
					{ 267 Insuffisance.
					{ 268 Manquement.
			{	242 Infériorité.	{ 269 Manque.
					{ 270 Perte.
					{ 271 Déchet.
					{ 272 Disette.
					{ 273 Absence.
			{	243 Excess.	{ 274 Exabondance.
					{ 275 Exubérance (a).
					{ 277 Superfluité.
					{ 278 Trop.
					{ 279 Excédant.
					{ 280 Restant.
					{ 281 Reste.
					{ 282 Résidu.
					{ 283 Croissance.
					{ 284 Prolongation.
					{ 285 Accumulation.
					{ 286 Ampliation.
					{ 287 Aggravation.
					{ 288 Addition.
					{ 289 Apposition.
					{ 290 Amoncèlement.
			{	244 Augmentation.	{ 291 Répétition.
					{ 292 Multiplication.
					{ 293 Reproduction.
					{ 294 Déterminée.
					{ 295 Indéterminée.
					{ 296 Finie.
					{ 297 Infinie.
					{ 298 Indéfinie.
					{ 299 Amoindrissement.
					{ 300 Raccourcisement.
					{ 301 Contraction.
					{ 302 Abbréviation.
					{ 303 Réduction.
					{ 304 Déduction.
					{ 305 Rabais.
			{	245 Diminution.	{ 306 Escompte.
					{ 307 Déconpte.
					{ 308 Soustraction.
					{ 309 Division.
					{ 310 Déterminée.
					{ 311 Indéterminée.
					{ 312 Finie.
					{ 313 Infinie.
					{ 314 Indéfinie.
			{	246 Absoluë.	
			{	247 Relative.	
			{	248 Proportionnelle.	

(a) 275 Exorbitance.

51 Matière.....	{	389 Masse.....	{	391 Ensemble.....	{	393 Collection.
		390 Composé.....		392 Tout.		394 Réunion.
						395 Recueil.
						396 Corps.
						397 Agrégat.
						398 Assemblage.
						399 Accumulation.
						400 Tas.
						401 Monceau.
						402 Mont.
						403 Pile.
						404 Meule.

52 Esprit.....	{	405 La divinité. . .	{	409 La Providence. .	{	410 La destinée: le des-
				411 Le sort.		(a)
				412 La fatalité		
				413 L'âme du monde.		
				414 Les ange		(b)
				415 Les prophètes . . .		
				416 Les dieux		
406 Intelligence supé-	{	rieure à la généra-	{	417 Les demi-dieux . .	{	(c)
				418 Les génies.		
				419 Les héros.		
53 Âme.	{	407 L'âme humaine.				
		408 L'âme des bêtes.				

(a) Dans le langage des
payens.
(b) Dans le langage de
l'écriture sainte.
(c) Dans le langage des
payens.

54 Nature individuelle.	{	420 Individualité . . .	{	427 Individu physique.
		421 Personnalité.		428 Individu moral.
		422 Qualité.		429 Identité de qualités essentielles.
				430 Identité de lieu.

55 L'univers.	{	423 Dieu.
		424 Le Créateur.
		425 Le monde.
		426 Les créatures.

		436 Séparation.	432 Intermision.	
			433 Intermittence.	
			434 Interpolation.	
	431 Intervalle	437 Interruption.	435 Arrêt.	
			436 Trêve.	
			437 Suspension.	
			438 Discontinuation.	
			439 Cessation.	
			440 Halte.	
			441 Relâche.	
			442 Repit.	
		438 Délai	443 Retard.	
			444 Retardement.	
			445 Prolongation.	
			446 Prolongation.	
			447 Remise.	
			448 Atermoiement.	
			449 Ajournement.	
		439 Direction	470 Verticale.	
		440 Situation	471 Inclinae.	
			472 Horizontale.	
			473 Ordre.	
			474 Arrangement.	
			475 Coordination.	
			476 Combinaison.	
			477 Economie.	
	432 Position.	441 Disposition.	478 Plan.	{ 493 Mesures.
				{ 494 Préparatifs.
			479 Système.	{ 495 Précaution.
				{ 496 Exegetique.
				{ 497 Diagnostique.
			480 Classification.	
		442 Collocation.	481 Distribution.	
			482 Marche.	
			483 Impulsion.	{ 498 Choc (a).
				{ 500 Coup.
				{ 501 Percussion.
				{ 502 Impression.
				{ 503 Pression.
				{ 504 Braie.
			484 Repulsion	{ 505 Etoiement.
				{ 506 Déplacement.
				{ 507 Réflexion.
				{ 508 Répercussion.
				{ 509 Réverberation.
				{ 510 Saut.
				{ 511 Bond.
				{ 512 Approximation.
				{ 513 Abnité.
				{ 514 Assimilation.
		485 Attraction	515 Cohesion.	
			516 Gravité.	
			517 Pesanteur.	
			518 Penchant.	
			519 Tendance.	
			520 Constante.	
			521 Variable.	
		486 Direction.	522 Régulière.	
			523 Irrégulière.	
			524 Celerité.	
			525 Rapidité.	
			526 Promptitude.	
			527 Prestesse.	
			528 Diligence.	
			529 Hâte.	
			530 Accélération.	
		487 Vitesse.	531 Rétardation.	
			532 Accélérée.	
			533 Retardée.	
			534 Uniforme.	
			535 Variable.	
			536 Régulière.	
			537 Irrégulière.	
		444 Motus.		
		445 Mobile.		
		446 Absolue.		
	434 Immobilité.	447 Relative.		
		448 Repe.	488 Calme (a).	
			490 Tranquillité.	
		449 Stabilité.	491 Inamovibilité.	
			492 Inalterabilité.	
	435 Inertie.	450 Inaction.		
		451 Résistance.		

(a) 489 Descende.
 (b) 499 Pénurie.

107 Temps indéterminé. { 538 Moment.
539 Instant.
540 Eternité.
541 Sempiternité.

108 Agent.	}	542 Cause.	546 Totale.
			547 Partielle.
			548 Principale.
			549 Accessoire.
			550 Première.
			551 Seconde.
			552 Éloignée.
			553 Prochaine.
			554 Médiate.
			555 Immédiate.
			556 Actuelle.
			557 Effective.
			558 Efficente.
			559 Réelle.
			560 Imaginaire.
561 Potentielle.			
562 Eventuelle.			
563 Casuelle.			
564 Fortuite.			
565 Occasionnelle.			
566 Nécessaire.			
567 Spontanée.			
568 Volontaire.			
569 Libre.			
543 Auteur.	570 Inventeur.		
	571 Artisan.		
	572 Artiste.		
	573 Fabricant.		
	574 Fabricateur.		
	575 Édificateur.		
	576 Ouvrier.		
	577 Travailleur.		
578 Compositeur.			
544 Créateur.	579 Père.		
	580 Producteur.		
	581 Fondateur.		
	582 Instituteur.		
	583 Régulateur.		
545 Origine.	584 État primitif.		
	585 Principe.		
	586 Commencement.		
	588 Fondement. (a)		
	589 Base.		
	590 Matière.		
	591 Masse.		
	592 Élément.		
	593 Racine.		
	594 Souche.		
	595 Tronc.		
	596 Arbre.		
	597 Père.		
598 Mère.			
599 Matrice.			
600 Source.			
602 Fontaine. (b)			
603 Original.			
604 Autographe.			
605 Type.			
606 Prototype.			
607 Archétype.			
608 Patron.			
609 Exemplaire.			
610 Modèle.			
109 Patient.	}	611 Supt.	611 Supt.
			612 Objet.
			613 Matière.
			614 Fonds.
			615 Masse.

(a) 587 Alicerce.
(b) 601 Cabeciras.

	616 Changement de l'agent.	
	617 Matérielle.	<ul style="list-style-type: none"> 621 Mécanique. 622 Chimique. 623 Dynamique. 624 Sur les organes de la sensation. 625 Sur les organes du sentiment. 626 Sur les organes du mouvement. 627 Sur les autres organes des diverses fonctions vitales. 628 Sur l'esprit humain. 629 Sur l'esprit des animaux.
110 Action.	618 Immatérielle.	<ul style="list-style-type: none"> 630 Opération. 631 Acte. 632 Fait. 633 Geste. 634 Elaboration. 635 Travail. 636 Exercice. 637 Influence (c).
	619 Matérielle.	
	620 Immatérielle.	

a; 638 Influxes.

	639 Changement de l'agent.	
	640 Motif.	
	641 Mobile.	
	642 Aiguillon (a).	
	644 Impulsion.	
	645 Raison sollicitante.	
	646 Raison déterminante.	
111 Raison : Pourquoi.	647 Cause occasionnelle.	
	648 Occasion.	
	649 Cause finale.	
	650 Fin.	
	651 But.	
	652 Blame.	
	653 Point de mire.	
112 Passion.	654 Changement du patient.	
113 Effet.	655 Affection.	
	656 Impression.	

a; 643 Initiatives.

	657 Conception.	
	658 Production.	
	659 Produit.	
	660 Fruit.	
	661 Naissance.	
	662 Emanation.	
	663 Créature.	
	664 Fils.	
	665 Enfant.	
	666 Rejeton.	
	667 Tendon.	
	668 Re-production.	
	669 Résurrection.	
	670 Palingénésie.	
	671 Re-composition.	
	672 Co-osition.	
	673 OEuvre.	
	674 Fait.	
	675 Actuel.	
115 ETC.	676 Réel.	
	677 Imaginaire.	
	678 Possible.	
	679 Probable.	
	680 Vraisemblable.	
	681 Certain.	
	682 Douteux.	
	683 Impossible.	
	684 Invraisemblable.	
	685 Contingent.	
	686 Fortuit : Sort.	
	687 Casuel : Hasard.	
	688 Eventuel.	
	689 Nécessaire : Nécessité.	
	690 Fatal : Fatality.	
	691 Mécanique.	
	692 Spontané.	
	693 Volontaire.	
	694 Libre.	
	695 Total.	
	696 Partiel.	

114 Réaction. . . . { 697 Inertie.
598 Antistase.

115 Mode : Comment { 699 Manière.
700 Guise.
701 Façon.
702 Forme.

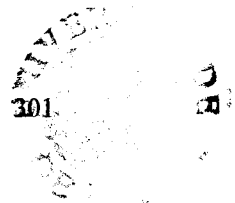
116 Force. { 703 Pouvoir.
704 Puissance.
705 Faculté.
706 Capacité.
707 Efficacité.
708 Énergie.
709 Activité.
710 Vertu.
711 Propriété.

		99 Imagination.	{ 102 Transport. 103 Enthousiasme. 104 Verve. 105 Inspiration.
5 Sensibilité.	}	96 Imagination.	100 Des qualités abso- lues. { 106 Matérielles. v. 107 Immatérielles. v.
4 Spontanéité		97 Souvenirs.	
		101 Des Rapports.	{ 108 D'identité. v. 109 De Diversité. v. 110 De Grandeur. v. 111 De Simultanéité v. 112 De succession. v.
		98 Jugement.	
5 Agrémens	}	113 Ornemens.	{ 116 Talent. v. 117 Qualités. v. 118 Vertus. v.
		114 Qualités	
		115 Dons	
6 Désagrémens	}	119 Vices. v.	
		120 Défauts. v.	

20 Plaisir.	}	121 Satisfaction.	{ 124 Aise. 125 Contentement. 126 Jouissance.
		122 Tranquillité	{ 127 Repos. 128 Delassement. 129 Calme. (a) 131 Paix. 132 Sérénité. 133 Quiétude. 134 Sang-froid.
		123 Bonheur	{ 135 Enjouement (b) 136 Joie. 137 Gaité. 138 Allégresse. 139 Volupté. { 144 Douceur. 145 Délices.
		140 Félicité.	

(a) 130 Quiétude.
(b) 141 Desenfado.
142 Desfastio.
143 Jorralidade.

28 Diathèse active.	300 Conscience.	301 Sens intime.	302 Personnalité.	304 Le moi spirituel.	306 Le moi mixte.	307 L'union de l'âme avec le corps.	308 Domination.	309 Empire.	310 Attraits.	311 Enchantement.	312 Charme.	313 Fascination.	314 Magie.	315 Goétie.		
				303 Le moi corporel.												
	29 Diathèse inerte.	316 Inertie.	325 Langueur.	319 Inaction.	320 Indolence.	321 Nonchalance.	322 Négligence.	323 Incurie.	324 Insouciance.	335 Défaillance.	340 Découragement.	341 Évanouissement.	342 Panoison.	343 Accablement.	344 Affaiblissement.	
				326 Lâcheté.							336 Abattement.					345 Faiblesse.
		31 Diathèse anormale.	350 Diapase.	354 Aliénation d'esprit.	327 Somnolence.	328 Sommeil.	329 Léthargie.	330 Assoupissement.	331 Engourdissement.	332 Stupeur.	333 Apathie.	334 Impassibilité.	337 Mollesse.	338 Tiédeur.	339 Froideur.	358 Délire.
					351 Somnambulisme.											
			352 Lucidité.	357 Divination.	362 De faits matériels.	363 De faits immatériels.	368 Présents.	369 Éloignés.	370 Passés.	371 Futurs.	} Vision dans l'espace.					
											} Rétrovision.					



106 Souvenir des qualités matérielles.	372 Des sons.	Aptitude pour la musique.	
	373 Des effets de la lumière.	Aptitude pour la peinture.	
	374 Des saveurs.	Gastronomie.	
	375 Des odeurs.	Aptitude pour les explorations dépendant de l'odorat.	
	376 Des impressions du toucher.	Aptitude pour les professions qui demandent une certaine délicatesse de ce sens, penchant à la sensualité, à l'effémination.	
107 Souvenir des qualités immatérielles.	377 Des créations de l'imagination.	Bon goût, disposition pour l'éloquence, la poésie, les belles-lettres.	
	378 Des abstractions et des raisonnemens.	Esprit philosophique, synthétique.	
	379 Des rencontres où l'on a raisonné juste.	Penchant à la morgue, à se former une haute idée de sa propre capacité.	
	380 Des rencontres où l'on s'est trompé.	Penchant au découragement, à la modestie.	
	381 Des rencontres où d'autres ont raisonné juste.	Penchant à la crédulité, au fanatisme, à l'envie.	
	382 Des erreurs d'autrui et de la diversité d'opinions.	Penchant au scepticisme, à la critique.	
	383 Des erreurs, tant propres que d'autrui.	Penchant au pyrrhonisme.	
	384 De nos propres talens et autres qualités.	Penchant à l'orgueil.	
	385 De nos propres défauts.	Penchant à l'humilité, à l'abjection, à la dissolution.	
	386 Des talens et autres bonnes qualités d'autrui.	Penchant à la soumission, au fanatisme, à l'envie.	
	387 Des défauts d'autrui.	Penchant au mépris de l'espèce humaine, à la satire.	
	388 De nos propres vices révoltans.	Penchant à la cruauté.	
	389 Des vices révoltans d'autrui.	Penchant à la misanthropie.	
	108 Souvenir des rapports d'identité.	390 D'unité.	Esprit de concentration, d'absolutisme; penchant à des théories et à des principes absolus.
		391 D'uniformité.	Esprit de persévérance, répugnance à des exceptions.
392 D'invariabilité.		Esprit de conservation, répugnance à des innovations.	
393 D'analogie.		Esprit méthodique, systématique.	
394 De conformité.		Esprit conciliateur.	
395 De parité.		Penchant à employer des comparaisons, des parables, des figures.	
396 De perpétuité.		Esprit ambitieux de gloire.	
397 D'immortalité.			
398 D'apparences.			
399 De ressemblance.		Esprit léger, vain, futile.	
109 Souvenir des rapports de diversité.		400 De correspondance.	Esprit d'imitation, penchant à tout confondre, à quivoter.
		401 De proportion.	Esprit de gradation, de nuance, d'équilibre, de compensation.
		402 De symétrie.	
		403 D'homogénéité.	Disposition pour les études architectoniques.
		404 De personnalité.	Esprit d'ordre, de propreté.
	405 — propre.	Penchant à l'égoïsme, à la méfiance, à devenir ombrageux.	
	406 — d'autrui.	Penchant à l'obligeance, à l'humanité.	
	407 De l'individualité des lieux.	Facilité à s'orienter, aptitude pour la géographie, penchant à la nostalgie.	
	408 Des différences.	Esprit de critique, de contradiction, de polémiques, sophistique, exclusif.	
	409 Des disparités.	Esprit excentrique, original, extravagant, penchant à l'épigramme, à la caricature.	
	410 Des incompatibilités.	Esprit insociable, peu endurant, insolent, querelleur.	
	411 De mutabilité.	Penchant à la nouveauté, caractère inconstant, amour des voyages.	
	412 De perfectionnement.	Esprit de réforme, de censure, amour de la perfection.	
	413 De détérioration.	Esprit de mécontentement, penchant à la destruction, à l'altération, à la corruption, à la malpropreté.	
	110 Souvenir des rapports de grandeur.	414 Des quantités.	Esprit mathématique.
415 D'étendue.		Aptitude pour les sciences géométriques.	
416 Des nombres.		Aptitude pour le calcul.	
417 De tout ce qui indique supériorité dans l'individu.		Esprit élevé, hautain, aristocratique, fastueux, penchant à exercer de hautes fonctions, à occuper des lieux élevés, à prendre des attitudes hautesaines.	
418 De sa propre infériorité.		Esprit timide, mesquin, humble, modeste.	
111 Souvenir des rapports de simultanéité.	419 Des distances.	Dispositions pour les études du genre civil et militaire; le stratégique, les jeux de position, tels que les échecs; pour les études géographiques; facilité à s'orienter.	
	420 Des positions.		
	421 Des mouvemens.	Dispositions pour les études de pharmacie et d'astronomie.	
112 Souvenir des rapports de succession.	422 Du temps.	Dispositions pour l'étude des faits et des exemples: l'histoire et la chronologie.	
	423 De causalité.	Esprit observateur, philosophique, analytique.	

116 Talens . . .	{ 421 Utiles. 425 Agréables.				
				461 Tendance. 462 Disposition. 463 Naturel. 464 Propension. 465 Inclination. 466 Penchant. 467 Goût 468 Talent. 469 Génie. 470 Intelligence. 471 Compréhension. 472 Portée. 473 Dextérité. 474 Art. 475 Instinct. 476 Sens. 477 Tact. 478 Sagacité. 479 Perspicacité. . . { 495 Subtilité. (f) 480 Finesse. . . . { 497 Delicatesse. (g) 481 Vivacité. (d) . . . 499 Prestesse. 483 Clairvoyance. (e) 485 Discernement. 486 Critique. 487 Propriété. 488 Exactitude. 489 Perfection.	
	426 Esprit . . .	{ 432 Capacité . . . 433 Pénétration. . . 434 Lucidité . . . 435 Justesse . . . 436 Profondeur. 437 Génie.			{ 500 Concision. 501 Breveté. 502 Laconisme. 503 Régularité. 504 Pureté.
117 Qualités . . .	{ 427 Habileté. . . 428 Instruction. . . 429 Sens . . . 430 Activité. . . 431 Amabilité.	{ 438 Aptitude. 439 Adresse. 440 Idonéité. (a) 443 Expérience. 444 Erudition. 445 Doctrine. 446 Savoir. 447 Science. (b) 449 Sens commun. 450 Bon sens. 451 Raison. 452 Jugement. 453 Prévoyance. 454 Prudence. (c) 456 Énergie. 457 Détermination . .		{ 492 Force. 493 Courage. 494 Zèle.	{ (a) 441 Sufficiencia. 442 Prestimo. (b) 448 Pericia. (c) 455 Modureza. (d) 482 Viveza. (e) 484 Discreção. (f) 496 Agudeza. (g) 498 Esperteza.
118 Vertus . . .	{ 505 Bonté. 506 Probité. 507 Sagesse. 508 Fermeté. . . 509 Dignité. 510 Paresse. 511 Abjection. 512 Dissolution. 513 Egoïsme. 514 Méchanceté. 515 Perversité.	{ 516 Constance. 517 Persévérance. 518 Persistance.			
119 Vices . . .					

120 Défauts.	}	519 Ineptie.	}	538 Imbecillité.	}	548 Stupidité.	
		520 Incapacité.		539 Dérison.		549 Sottise.	
		521 Inaptitude.		540 Radotage.		550 Démence.	
		522 Insuffisance.		541 Niaiserie.		551 Bêtise.	
		523 Confusion d'idées.		}	542 Simplicité.	}	552 Nigauderie.
		524 Charlatanisme.			543 Crédulité.		553 Balourdise.
		525 Pédantisme.			}		554 Butorlerie.
		526 Affectation.		555 Anerie.			
		527 Trivialité.		}	544 Indiscrétion.		}
		528 Loquacité.			545 Inconsideration.	558 Variabilité.	
		529 Verboosité.			546 Imprudence.	559 Mutabilité.	
		530 Prolixité.		}	547 Mobilité.	560 Versatilité.	
		531 Diffusion.				561 Volubilité.	
		532 Légèreté.		}		562 Variété.	
		533 Irritabilité.				}	
534 Irascibilité.							
535 Pusillanimité.							
536 Insensibilité.							
537 Apathie.							

TABLEAUX DE L'IDÉOLOGIE.

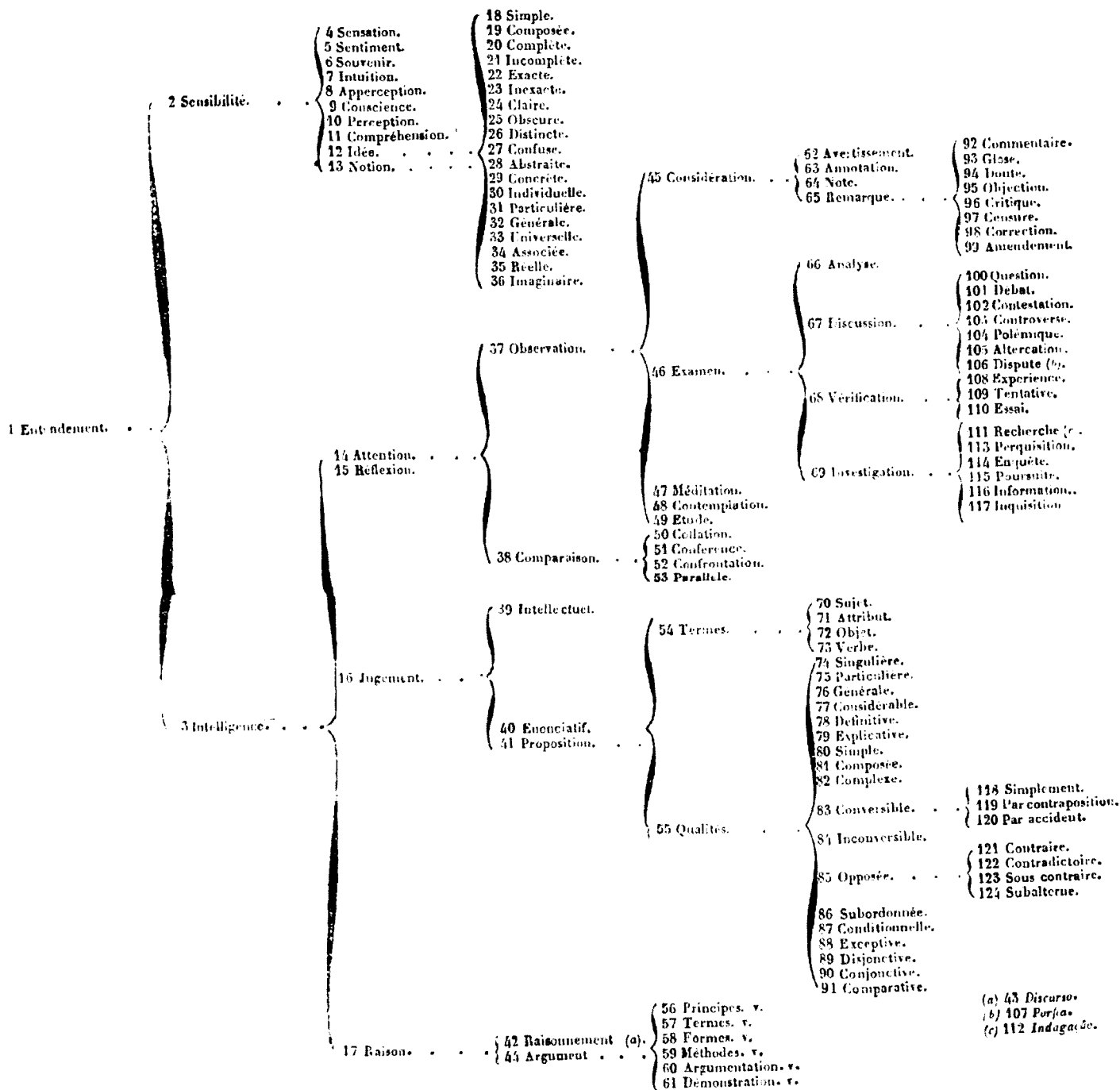


TABLE ALPHABÉTIQUE

DES TABLEAUX.

A

Abaissement, Psych. 172.
Abandon, Psych. 279.
Abâtardissement, Ontol. 215.
Abattement, Psych. 171, 336.
Abbréviation, Ontol. 302.
Abjection, Psych. 173, 305, 511.
Absence, Ontol. 273.
Absolutisme, Psych. 390.
Abstraction, Psych. 378.
Accablement, Psych. 343.
Accélération, Ontol. 530.
Accessoire, Ontol. 48.
Accident, Ontol. 13, 142; Psych. 203, 235.
Accord, Ontol. 174.
Accumulation, Ontol. 285.
Acte, Ontol. 631.
Action, Ontol. 110, 616 à 637.
Activité, Ontol. 232, 709; Psych. 430.
Actualité, Ontol. 175.
Addition, Ontol. 288.
Adresse, Psych. 439.
Adultération, Psych. 413.
Adversité, Psych. 240.
Affaiblissement, Psych. 344.
Affaissement.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Affectation, Psych. 526.
Affection, Ontol. 655; Psych. 12, 70.
Affinité, Ontol. 168, 337, 513.
Affliction, Psych. 155.
Affront, Psych. 281.
Agent, Ontol. 108.
Aggravation, Ontol. 287.
Agitation, Psych. 210.
Agrégat, Ontol. 397.
Agréments, Ontol. 28, 32; Psych. 5, 125.
Aiguillon, Ontol. 642.
Air, Ontol. 200, 198.
Aise, Psych. 124.
Ajournement, Ontol. 469.
Alarme, Psych. 250.
Aliénation mentale, Psych. 354.
Allégorie, Idéol. 164.
Allégresse, Psych. 138.
Altération, Ontol. 212.
Altercation, Idéol. 105.
Amabilité, Psych. 431.
Ambiguïté, Idéol. 152.
Ambition, Psych. 46, 390, 397.
Ame, Ontol. 53, 383, 407, 408, 413; Psych. 304, 307.
Amélioration, Ontol. 187.
Amendement, Ontol. 210; Idéol. 99.
Amoindrissement, Ontol. 299.
Amoncellement, Ontol. 290.
Amour, Psych. 73.
Amphibologie, Idéol. 153.
Ampliation, Ontol. 286.
Analogie, Ontol. 132; Idéol. 130, 134.
Analyse, Psych. 393; Idéol. 66, 203.

DES TABLEAUX.

Anerie, Psych. 555.
Ange, Ontol. 414.
Angoisse, Psych. 216.
Animal, Ontol. 372.
Animalisation, Ontol. 376.
Anmalité, Ontol. 375.
Annotation, Idéol. 63.
Antagonisme, Ontol. 182.
Antilogie, Idéol. 131.
Antipathie, Psych. 67.
Antiphrase, Idéol. 161.
Antistase, Ont. 23, 698.
Antonomase, Idéol. 160.
Anxiété, Psych. 184.
Apathie, Psych. 333, 537.
Apparence, Ontol. 202, 398.
Appartenance, Ontol. 327.
Appendice, Ontol. 326.
Apperception, Idéol. 8.
Appétit, Psych. 64.
Apposition, Ontol. 289.
Appréhension, Psych. 266.
Approximation, Ontol. 512.
Aptitude, Psych. 438.
Arbitre, Psych. 88.
Arbre, Ontol. 596.
Archétype, Ontol. 607.
Architectonique, Psych. 401.
Argument, Idéol. 44.
Argumentation, Idéol. 60.
Aristocratie, Psych. 417.
Arrangement, Ontol. 474.
Arrêt, Ontol. 455.
Art, Psych. 474.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Artisan, Ontol. 571.
 Artiste, Ontol. 572.
 Assassinat, Psych. 287.
 Assimilation, Ontol. 204, 514.
 Association, Ontol. 339.
 Assoupissement, Psych. 330.
 Assujettissement, Psych. 199.
 Astronomie, Psych. 421.
 Atermoiement, Ontol. 468.
 Atmosphériques (Corps), Ontol. 387.
 Atôme, Ontol. 365.
 Attachement, Psych. 71.
 Attaque, Psych. 234.
 Atteinte, Psych. 283.
 Attentiou, Idéol. 14.
 Attraction, Ontol. 485.
 Attrait, Ontol. 95; Psych. 310.
 Attribut, Ontol. 41; Idéol. 71.
 Augmentation, Ontol. 244, 279.
 Auteur, Ontol. 543.
 Autographe, Ontol. 604.
 Avanie, Psych. 297.
 Avantage, Ontol. 263.
 Aversion, Psych. 53.
 Avertissement, Idéol. 62.
 Avidité, Psych. 47.
 Avilissement, Psych. 177.
 Axiôme, Idéol. 170.

B

Balourdise, Psych. 553.
 Base, Ontol. 589.
 Beauté, Ontol. 73.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Controverse, Idéol. 103.
 Convenance, Ontol. 175.
 Conversion, Idéol. 83, 84, 118, 19, 120.
 Convoitise, Psych. 45.
 Coordination, Ontol. 475.
 Copie, Ontol. 164.
 Corollaire, Idéol. 181.
 Corporation, Ontol. 672.
 Corps, Ontol. 50, 396.
 Correction, Ontol. 208; Psych. 491; Idéol. 98.
 Correlation, Ontol. 336.
 Correspondance, Ontol. 169; Psych. 400.
 Corruption, Ontol. 216; Psych. 413.
 Couleur, Ontol. 59.
 Coup, Ontol. 500.
 Courage, Psych. 461, 493.
 Crainte, Psych. 268.
 Créateur, Ontol. 425, 544.
 Création, Ontol. 667.
 Créature, Ontol. 426, 664.
 Crédulité, Psych. 381, 543.
 Cristallisation, Ontol. 381.
 Critique, Psych. 408, 486; Idéol. 96.
 Croissance, Ontol. 283.
 Cruauté, Psych. 388.
 Cupidité, Psych. 51.

D

Débat, Idéol. 101.
 Débilité, Psych. 346.
 Déboire, Psych. 82.
 Décadence, Ontol. 213.
 Déchet, Ontol. 271.

DES TABLEAUX.

Beaux-Arts, Psych. 40
 Belles-Lettres, Psych. 377.
 Besoin, 27, 223, 275.
 Bêtise, Psych. 551.
 Blanc, Ontol. 652.
 Bond, Ontol. 511.
 Bonheur, Psych. 123.
 Bon Sens, Psych. 450.
 Bonté, Psych. 505.
 Branle, Ontol. 504.
 Brièveté, Psych. 501.
 Brut (Corps), Ontol. 380.
 But, Ontol. 651.
 Butorderie, Psych. 554.

G

Calamité, Psych. 241.
 Calcul, Psych. 410.
 Calme, Ontol. 488; Psych. 129.
 Calomnie, Psych. 299.
 Calorique, Ontol. 367.
 Capacité, Ontol. 67, 706; Psych. 430.
 Caractère, Ontol. 42.
 Caricature, Psych. 409.
 Casualité, Ontol. 687.
 Catastrophe, Psych. 294.
 Causalité, Ontol. 88; Psych. 423.
 Cause, Ontol. 542, 647, 649; Idéol. 143.
 Célérité, Ontol. 524.
 Célestes (Corps), Ontol. 388.
 Censure, Psych. 412; Idéol. 97.
 Certitude, Ontol. 681.
 Cessation, Ontol. 459.

DES TABLEAUX.

Décision, Psych. 458.
 Décomposition, Ontol. 217.
 Décompte, Ontol. 307.
 Découragement, Psych. 340, 380.
 Décri, Psych. 205.
 Déduction, Ontol. 304.
 Défaillance, Psych. 335.
 Défaut, Ontol. 266; Psych. 120, 384, 387.
 Défaveur, Psych. 207.
 Définition, Idéol. 169, 140.
 Dégénération, Ontol. 214.
 Dégout, Psych. 81, 162.
 Dehors, Ontol. 201.
 Délai, Ontol. 438.
 Délassement, Psych. 128.
 Délicatesse, Psych. 497.
 Délice, Psych. 145.
 Délire, Psych. 358.
 Démence, Psych. 550.
 Demi-Dieux, Ontol. 417.
 Démonstration, Idéol. 61.
 Dénuement, Psych. 225.
 Dépendance, Ontol. 326.
 Déplacement, Ontol. 506.
 Déplaisir, Psych. 146.
 Dérision, Psych. 539.
 Désagrémens, Ontol. 29, 33; Psych. 6.
 Désappointement, Psych. 254.
 Désastre, Psych. 237.
 Désespoir, Psych. 187.
 Déshonneur, Psych. 176.
 Désir, Psych. 44.
 Désolation, Psych. 186.
 Destin, Psych. 410.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Destinée, Psych. 410.
 Destruction, Ontol. 219; Psych. 413.
 Détérioration, Ontol. 188; Psych. 413.
 Détermination, Psych. 457.
 Détresse, Psych. 217.
 Détriment, Psych. 289.
 Dextérité, Psych. 473.
 Diagnose, Ontol. 497.
 Diathèse, Psych. 25.
 Dieu, Ontol. 423.
 Dieux, Ontol. 416.
 Différence, Ontol. 122; Psych. 408.
 Diffusion, Psych. 531.
 Dignité, Psych. 509.
 Dilemme, Psych. 187.
 Diligence, Ontol. 528.
 Diminution, Ontol. 245, 260.
 Diplase, Psych. 350.
 Direction, Ontol. 439, 486.
 Discernement, Psych. 485.
 Discontinuation, Ontol. 458.
 Discordance, Ontol. 141.
 Discrédit, Psych. 204.
 Discussion, Idéol. 67.
 Disette, Ontol. 272; Psych. 222.
 Disgrâce, Psych. 206.
 Disparité, Ontol. 138; Psych. 409.
 Disposition, Ontol. 441; Psych. 58, 462.
 Dispute, Idéol. 106.
 Dissemblance, Ontol. 123.
 Dissolution, Ontol. 218; Psych. 385, 512.
 Dissonance, Ontol. 78.
 Distance, Ontol. 84; Psych. 419.
 Distinction, Ontol. 120.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Embarras, Psych. 258.
 Emotion, Psych. 209.
 Empire, Psych. 309.
 Enchantement, Psych. 311.
 Energie, Ontol. 708; Psych. 456.
 Enfant, Ontol. 665.
 Engouement, Psych. 136.
 Engourdissement, Psych. 331.
 Enjouement, Psych. 135.
 Enlacement, Ontol. 334.
 Ennui, Psych. 80, 161.
 Enquête, Idéol. 114.
 Ensemble, Ontol. 391.
 Entendement, Idéol. 1.
 Enthousiasme, Psych. 103.
 Euthymème, Idéol. 185, 183.
 Entrave, Psych. 201.
 Entrelacement, Ontol. 335.
 Énumération, Idéol. 137.
 Envie, Psych. 48, 341, 386.
 Epichérème, Idéol. 186.
 Epigramme, Psych. 409.
 Epouvante, Psych. 270.
 Équilibre, Psych. 400.
 Équivoque, Psych. 399; Idéol. 144.
 Erreur, Psych. 380, 382, 383; Idéol. 128, 129.
 Erudition, Psych. 444.
 Escompte, Ontol. 306.
 Espace, Ontol. 25.
 Espèce, Ontol. 320.
 Espoir, Psych. 309.
 Esprit, Ontol. 52; Psych. 426.
 Essai, Idéol. 110.
 Essence, Ontol. 12, 16, 143.

DES TABLEAUX.

Distribution, Ontol. 481.
 Diversité, Ontol. 35; Psych. 109.
 Divination, Psych. 357.
 Divinité, Ontol. 33, 495.
 Division, Ontol. 309.
 Doctrine, Psych. 445.
 Domination, Psych. 308.
 Dommage, Psych. 291.
 Don, Ontol. 318; Psych. 115.
 Douceur, Psych. 144.
 Douleur, Psych. 192.
 Doute, Psych. 262, 682; Idéol. 94.
 Durée, Ontol. 57, 86, 193.

E

Economie, Ontol. 477.
 Edificateur, Psych. 575.
 Effémination, Psych. 375.
 Effet, Ontol. 113.
 Efficacité, Ontol. 707.
 Effroi, Psych. 269.
 Égalité, Ontol. 227.
 Egarement, Psych. 359.
 Égoïsme, Psych. 403, 513.
 Elaboration, Ontol. 634.
 Election, Psych. 94.
 Électricité, Ontol. 369, 370.
 Élément, Ontol. 592.
 Élévation, Psych. 417.
 Éloignement, Ontol. 505; Psych. 55.
 Éloquence, Psych. 377.
 Émanation, Ontol. 663.

DES TABLEAUX.

Etat, Ontol. 15, 346.
 Étendue, Ontol. 24, 229; Psych. 415; Idéol. 167.
 Étonnement, Psych. 253.
 Éternité, Ontol. 540.
 Être, Ontol. 1, 56.
 Étude, Idéol. 49.
 Euphémisme, Idéol. 167.
 Évanouissement, Psych. 341.
 Exaction, Psych. 228.
 Exactitude, Psych. 488.
 Examen, Idéol. 46.
 Excédant, Ontol. 279.
 Excellence, Ontol. 261.
 Excès, Ontol. 243.
 Exégèse, Ontol. 496.
 Exemplaire, Ontol. 609.
 Exemple, Idéol. 190.
 Exercice, Ontol. 636.
 Existence, Ontol. 18.
 Expérience, Psych. 443; Idéol. 108.
 Extension, Idéol. 134.
 Extinction, Ontol. 220.
 Extorsion, Psych. 231.
 Extravagance, Psych. 409.
 Exubérance, Ontol. 276.

F

Fabricant, Ontol. 573.
 Fabricateur, Ontol. 574.
 Façon, Ontol. 93, 701.
 Faculté, Ontol. 705.
 Faible, Psych. 63.

Famille, Ontol. 324.
 Faiblesse, Psych. 345.
 Fait, Ontol. 632, 674.
 Fanatique, Psych. 381, 386.
 Fascination, Psych. 313.
 Fatalité, Ontol. 412, 690.
 Fatigue, Psych. 244.
 Faute, Ontol. 270; Psych. 276.
 Félicité, Psych. 140.
 Fermeté, Psych. 508.
 Ferveur, Psych. 366.
 Figure, Ontol. 69; Psych. 395; Idéol. 193.
 Fils, Ontol. 664.
 Fin, Ontol. 296, 650.
 Finesse, Psych. 480.
 Fluidité, Ontol. 353.
 Folie, Psych. 360.
 Fondateur, Ontol. 581.
 Fondement, Ontol. 588.
 Fontaine, Ontol. 602.
 Fonds, Ontol. 614.
 Force, Ontol. 116; Psych. 492.
 Forme, Ontol. 70, 702; Idéol. 58.
 Fraction, Ontol. 257.
 Frayeur, Psych. 263.
 Frénésie, Psych. 361.
 Froid, Ontol. 27, 83.
 Froideur, Psych. 339.
 Fruit, Ontol. 660.
 Fureur, Psych. 366.
 Furie, Psych. 367.
 Futilité, Psych. 398.

G

Gaité, Psych. 137.
 Gaz, Ontol. 356.
 Gêne, Psych. 163.
 Généralisation, Ontol. 45.
 Généralité, Ontol. 45.
 Génie, Ontol. 418; Psych. 437, 469.
 Genre, Ontol. 321.
 Géographie, Psych. 407.
 Géométrie, Psych. 415.
 Geste, Ontol. 633.
 Gestion, Idéol. 100.
 Glose, Idéol. 93.
 Goétie, Psych. 315.
 Goût, Ontol. 15, 65, 80; Psych. 377, 467.
 Grâce, Ontol. 71.
 Gradation, Ontol. 173.
 Grandeur, Ontol. 36; Psych. 110.
 Gravité, Ontol. 233, 516.
 Guise, Ontol. 700.

H

Habileté, Psych. 427.
 Haine, Psych. 56.
 Halte, Ontol. 460.
 Harmonie, Ontol. 72, 172.
 Hâte, Ontol. 529.
 Hauteur, Ontol. 92; Psych. 417.
 Héros, Ontol. 419.
 Hésitation, Psych. 259.

Injure, Psych. 281.
 Inquiétude, Psych. 154.
 Inquisition, Idéol. 117.
 Insensibilité, Psych. 318, 536.
 Insociabilité, Psych. 440.
 Insolence, Psych. 410.
 Insouciance, Psych. 324.
 Inspiration, Psych. 105.
 Instant, Ontol. 539.
 Instinct, Psych. 36, 38, 40, 475.
 Instituteur, Ontol. 582.
 Instruction, Psych. 428.
 Insuffisance, Ontol. 267; Psych. 522.
 Insulte, Psych. 295.
 Intelligence, Ontol. 466; Psych. 470; Idéol. 3.
 Intensité, Ontol. 226.
 Intermission, Ontol. 452.
 Intermittence, Ontol. 453.
 Interpellation, Ontol. 149, 454.
 Interruption, Ontol. 437.
 Intervalle, Ontol. 431.
 Intuition, Idéol. 7.
 Invariabilité, Ontol. 130; Psych. 392.
 Inventeur, Ontol. 570.
 Investigation, Idéol. 69.
 Invraisemblance, Ontol. 684.
 Irascibilité, Psych. 534.
 Ironie, Idéol. 168.
 Irrégularité, Ontol. 146.
 Irrésolution, Psych. 265.
 Irritabilité, Psych. 533.

J

Jalousie, Psych. 76.
 Jeu, Psych. 419, 420.
 Joie, Psych. 136.
 Jouissance, Psych. 126.
 Jugement, Psych. 98, 452; Idéol. 16.
 Justesse, Psych. 381, 435.

L

Lâcheté, Psych. 326.
 Lacunisme, Psych. 502.
 Laideur, Ontol. 77.
 Laugueur, Psych. 325.
 Largeur, Ontol. 90.
 Lassitude, Psych. 245, 348.
 Légèreté, Psych. 398, 532.
 Lemme, Idéol. 171.
 Léthargie, Psych. 329.
 Liaison, Ontol. 331.
 Liberté, Psych. 86.
 Lien, Ontol. 333.
 Lieu, Ontol. 119, 192; Psych. 407.
 Ligne, Ontol. 65.
 Liquide, Ontol. 354.
 Litote, Idéol. 166.
 Longueur, Ontol. 89.
 Loquacité, Psych. 528.
 Lucidité, Psych. 312, 434.
 Lumière, Ontol. 20, 368; Psych. 373.

TABLE ALPHABÉTIQUE

M

Magie, Psych. 314.
 Magnétite, Ontol. 371.
 Majeure, Idéol. 195, 198.
 Majorité, Ontol. 265.
 Maladie, Psych. 249.
 Malheur, Psych. 190.
 Malignité, Ontol. 75.
 Malpropreté, Psych. 413.
 Manière, Ontol. 699.
 Manque, Ontol. 269; Psych. 273.
 Manquement, Ontol. 268.
 Marche, Ontol. 482.
 Masse, Ontol. 389, 591, 615.
 Mathématiques, Psych. 414.
 Matière, Ontol. 6, 51, 599, 599, 613.
 Matrice, Ontol. 599.
 Maux, Psych. 196.
 Méchanceté, Psych. 514.
 Mécontentement, Psych. 147, 413.
 Méditation, Idéol. 47.
 Méhance, Psych. 420.
 Mélancolie, Psych. 214.
 Membres, Idéol. 192.
 Mendicité, Psych. 277.
 Mépris, Psych. 174, 387.
 Mère, Ontol. 598.
 Mesquinerie, Psych. 420.
 Mesure, Ontol. 493.
 Métalepse, Idéol. 163.
 Métamorphose, Ontol. 184.
 Métaphore, Idéol. 155, 157.
 Méthode, Idéol. 59.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Nature, Ontol. 17, 54, 55, 258.
 Naturel, Psych. 463.
 Nécessité, Ontol. 566, 689; Psych. 224.
 Négation, Ontol. 128.
 Négligence, Psych. 322.
 Naiserie, Psych. 541.
 Nigauderie, Psych. 552.
 Nombre, Ontol. 178, 230, 258; Psych. 486.
 Nomination, Psych. 95.
 Nonchalance, Psych. 321.
 Nostalgie, Psych. 407.
 Note, Idéol. 64.
 Notion, Idéol. 13.
 Nuance, Ontol. 173; Psych. 400.

O

Objection, Idéol. 95.
 Objet, Ontol. 3, 612; Idéol. 72.
 Obligeance, Psych. 406.
 Observation, Psych. 423; Idéol. 37.
 Occasion, Ontol. 342, 350, 648.
 Occurrence, Ontol. 342.
 Odeur, Ontol. 22, 79; Psych. 375.
 Odorat, Psych. 16.
 OEuvre, Ontol. 576, 673.
 Offense, Psych. 233.
 Ombre, Ontol. 60, 199.
 Opération, Ontol. 630.
 Opportunité, Ontol. 351.
 Opposition, Ontol. 139; Idéol. 85.
 Opprobre, Psych. 178, 296.
 Option, Psych. 87.

DES TABLEAUX.

Métonymie, Idéol. 156, 158.
 Minéral (Corps), Ontol. 386.
 Mineure, Idéol. 196, 199.
 Misanthropie, Psych. 389.
 Misère, Psych. 278.
 Mobile, Ontol. 445, 641.
 Mobilité, Ontol. 433, 445; Psych. 547.
 Mode, Ontol. 47, 115; Idéol. 194.
 Modèle, Ontol. 610.
 Modestie, Psych. 418.
 Modification, Ontol. 46.
 Moi, Ontol. 421; Psych. 304, 305, 306, 307.
 Molécule, Ontol. 366.
 Mollesse, Psych. 337.
 Moment, Ontol. 538.
 Monade, Ontol. 364.
 Monde, Ontol. 115, 425.
 Monomanie, Psych. 364.
 Morgue, Psych. 379.
 Mort, Ontol. 221, 363, 384.
 Mortalité, Ontol. 385.
 Moteur, Ontol. 444.
 Motif, Ontol. 640.
 Mouvement, Ontol. 443; Psych. 421.
 Moyenne, Idéol. 197.
 Musique, Psych. 372.
 Mutabilité, Ontol. 126; Psych. 411, 559.
 Multiplication, Ontol. 292.
 Multiplicité, Ontol. 121.
 Multitude, Ontol. 177.

N

Naissance, Ontol. 662.

DES TABLEAUX.

Ordre, Ontol. 100, 322, 473; Psych. 402.
 Organe, Ontol. 379; Psych. 356.
 Organisation, 377.
 Organisme, Ontol. 378.
 Orgueil, Psych. 384.
 Original, Ontol. 603.
 Originalité, Psych. 409.
 Origine, Ontol. 545; Psych. 384.
 Ornement, Ontol. 317; Psych. 113.
 Ouite, Psych. 13.
 Outrage, Psych. 298.
 Ouvrier, Ontol. 576.

P

Paix, Psych. 131.
 Palingénésie, Ontol. 670.
 Pâmoison, Psych. 342.
 Parabole, Psych. 395.
 Parallèle, Idéol. 53.
 Paralogisme, Idéol. 128.
 Parenté, Ontol. 338.
 Paresse, Psych. 510.
 Parité, Ontol. 167; Psych. 395.
 Particularité, Ontol. 39.
 Passion, Ontol. 112; Psych. 74.
 Patient, Ontol. 109.
 Patron, Ontol. 608.
 Pauvreté, Psych. 227.
 Pédantisme, Psych. 525.
 Peine, Psych. 21.
 Penchant, Ontol. 518; Psych. 60, 466.
 Pénétration, Psych. 433.
 Pénurie, Psych. 226.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Perception, Idéol. 10.
 Percussion, Ontol. 501.
 Père, Ontol. 579, 597.
 Perfection, Psych. 412, 489.
 Perfectionnement, Ontol. 211, Psych. 33, 43, 412.
 Périodicité, Ontol. 150.
 Permanence, Ontol. 158.
 Perpétuation, Ontol. 194.
 Perpétuité, Ontol. 195; Psych. 396.
 Perplexité, Psych. 212.
 Perquisition, Idéol. 113.
 Persécution, Psych. 286.
 Persévérance, Psych. 391, 517.
 Persistance, Psych. 518.
 Personnalité, Ontol. 421; Psych. 302, 404, 405, 406, 421.
 Personne, Ontol. 191.
 Perspicacité, Psych. 479.
 Perte, Psych. 292.
 Perturbation, Psych. 211.
 Perversité, Psych. 515.
 Pesanteur, Ontol. 64, 517; Psych. 373.
 Pétition de principe, Idéol. 141.
 Peur, Psych. 267.
 Philosophie, Psych. 378, 433.
 Phorométrie, Psych. 421.
 Photinite, Ontol. 368.
 Plaisir, Psych. 20.
 Plan, Ontol. 478.
 Pluralité, Ontol. 179.
 Poésie, Psych. 377.
 Poids, Ontol. 249.
 Point, Ontol. 348.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Prophètes, Ontol. 415; Psych. 357.
 Proportion, Ontol. 170; Psych. 401.
 Proposition, Idéol. 41.
 Propreté, Psych. 403.
 Propriété, Ontol. 10, 711; Psych. 487.
 Prorogation, Ontol. 466.
 Prostration, Psych. 347.
 Prototype, Ontol. 606.
 Providence, Ontol. 409.
 Prudence, Psych. 454.
 Puissance, Ontol. 704.
 Pureté, Psych. 504.
 Pusillanimité, Psych. 534.
 Pyrrhonisme, Psych. 383.

Q

Qualité, Ontol. 4, 5, 316, 422; Psych. 114, 117, 386, 414.
 Quantité, Ontol. 225.
 Querelle, Psych. 410.
 Question, Idéol. 100.
 Quiétude, Psych. 133.

R

Rabais, Ontol. 305.
 Racine, Ontol. 503.
 Raccourcissement, Ontol. 300.
 Radotage, Psych. 540.

DES TABLEAUX.

Point de mire, Ontol. 653.
 Polémique, Psych. 408; Idéol. 104.
 Portée, Ontol. 231; Psych. 472.
 Portrait, Ontol. 162.
 Position, Ontol. 317, 432; Psych. 420.
 Possibilité, Ontol. 678.
 Pourquoi, Ontol. 111.
 Poursuite, Idéol. 115.
 Pouvoir, Ontol. 703; Idéol. 211.
 Précaution, Ontol. 495.
 Précision, Psych. 499.
 Prédilection, Psych. 93.
 Préférence, Psych. 92.
 Préjudice, Psych. 288.
 Prémises, Idéol. 172.
 Préparatifs, Ontol. 494.
 Pression, Ontol. 503.
 Prestesse, 527; Psych. 499.
 Prévion, Psych. 371.
 Prévoyance, Psych. 453.
 Primauté, Ontol. 262.
 Principe, Ontol. 585; Idéol. 56.
 Privation, Psych. 274.
 Probabilité, Ontol. 679.
 Probité, Psych. 506.
 Producteur, Ontol. 580.
 Production, Ontol. 658.
 Produit, Ontol. 659.
 Profondeur, Ontol. 91; Psych. 136.
 Profusion, Psych. 531.
 Prolixité, Psych. 530.
 Prolongation, Ontol. 284, 465.
 Promptitude, Ontol. 526.
 Propension, Psych. 61, 464.

DES TABLEAUX.

Raison, Ontol. 111, 645, 646; Idéol. 17, 451, 142.
 Raisonnement, Psych. 378; Idéol. 42.
 Rancune, Psych. 57.
 Rapidité, Ontol. 525.
 Rapport, Ontol. 9, 144, 152; Psych. 101.
 Rapprochement, Ontol. 205.
 Réaction, Ontol. 114.
 Réalité, Ontol. 676.
 Rebut, Psych. 78.
 Recherche, Idéol. 111.
 Réciprocité, Idéol. 215.
 Recomposition, Ontol. 671.
 Rectification, Ontol. 209.
 Recueil, Ontol. 395.
 Réduction, Ontol. 363.
 Réflexion, Ontol. 507; Idéol. 15.
 Réformation, Ontol. 207.
 Réforme, Ontol. 206; Psych. 412.
 Regret, Psych. 75, 151.
 Règne, Ontol. 325.
 Régularité, Ontol. 145; Psych. 503.
 Régulateur, Ontol. 583.
 Rejeton, Ontol. 606.
 Relâche, Ontol. 461.
 Relation, Ontol. 9.
 Remarque, Idéol. 65.
 Remise, Ontol. 467.
 Remords, Psych. 150.
 Repentir, Psych. 152.
 Repercussion, Ontol. 508.
 Répétition, Ontol. 291.
 Répit, Ontol. 462.
 Repos, Ontol. 448; Psych. 127.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Soustraction, Ontol. 308.
 Souvenir, Psych. 97; Idéol. 6.
 Spécialité, Ontol. 40.
 Spoliation, Psych. 232.
 Spontanéité, Ontol. 31, 196; Psych. 2, 4.
 Stabilité, Ontol. 449, 495.
 Stupeur, Psych. 254, 332.
 Stupidité, Psych. 548.
 Subsister, Ontol. 58.
 Substance, Ontol. 14.
 Subtilité, Psych. 495.
 Succession, Ontol. 38; Psych. 112.
 Suffrage, Psych. 191.
 Suite, Idéol. 332.
 Sujet, Ontol. 611; Idéol. 70.
 Sujétion, Psych. 200.
 Superfluité, Ontol. 277.
 Supériorité, Ontol. 241; Psych. 417.
 Supposition, Idéol. 139.
 Surabondance, Ontol. 274.
 Surface, Ontol. 66.
 Surprise, Psych. 257.
 Suspension, Ontol. 457.
 Syllepse, Idéol. 162.
 Syllogisme, Idéol. 182, 184.
 Symétrie, Ontol. 171; Psych. 402.
 Sympathie, Psych. 66.
 Synecdoque, Idéol. 159.
 Synthèse, Idéol. 204.
 Système, Ontol. 479.

TABLE ALPHABÉTIQUE

Tribulation, Psych. 220.
 Tristesse, Psych. 183.
 Trivialité, Psych. 527.
 Trouc, Ontol. 595.
 Trop, Ontol. 278.
 Trouble, Psych. 181.
 Type, Ontol. 605.

U

Uniformité, Ontol. 155; Psych. 391.
 Union, Ontol. 55, 176.
 Unité, Ontol. 98, 129; Psych. 390.
 Utilité, Ontol. 74; Psych. 424.

V

Vacillation, Psych. 260.
 Vapeur, Ontol. 355.
 Variabilité, Ontol. 125, 148; Psych. 558.
 Variété, Ontol. 101; Psych. 562.
 Végétal, Ontol. 373.
 Verbe, Idéol. 73.
 Verbiage, Psych. 529.
 Verbosité, Psych. 529.
 Vérification, Idéol. 68.
 Vérité, Ontol. 97.
 Versatilité, Psych. 560.
 Vertu, Ontol. 710; Psych. 118.
 Verve, Psych. 104.
 Vexation, Psych. 229.

DES TABLEAUX.

T

Tact, Psych. 477.
 Tactilité, Ontol. 61.
 Tactique, Psych. 419, 420.
 Talent, Psych. 116, 386, 468.
 Temps, Ontol. 87; Psych. 422.
 Tendace, Ontol. 519; Psych. 59, 461.
 Tendresse, Psych. 72.
 Tendron, Ontol. 687.
 Tentative, Idéol. 109.
 Terme, Ontol. 349; Idéol. 54, 57, 191.
 Terreur, Psych. 271.
 Théorie, Psych. 190.
 Tic, Psych. 395.
 Tiédeur, Psych. 338.
 Timidité, Psych. 418.
 Torpeur, Psych. 317.
 Tort, Psych. 290.
 Toucher, Ontol. 81; Psych. 17, 376.
 Tout, Ontol. 392.
 Trait, Ontol. 197.
 Tranquillité, Ontol. 490; Psych. 122.
 Transcendance, Ontol. 264.
 Transc, Psych. 219.
 Transfiguration, Ontol. 185.
 Transformation, Ontol. 183.
 Transport, Psych. 102.
 Traussubstantiation, Ontol. 186.
 Travail, Ontol. 635.
 Travailleur, Ontol. 577.
 Trêve, Ontol. 456.

DES TABLEAUX.

Vice, Psych. 119, 388, 389.
 Vie, Ontol. 382.
 Violence, Psych. 189.
 Vision, Psych. 368, 369.
 Vitalité, Ontol. 374.
 Vitesse, Ontol. 487.
 Vivacité, Psych. 481.
 Vœu, Psych. 50.
 Volonté, Psych. 39, 41.
 Volubilité, Psych. 561.
 Volume, Ontol. 68.
 Volupté, Psych. 139.
 Vote, Psych. 91.
 Vraisemblance, Ontol. 680.
 Vue, Psych. 14.

Z

Zèle, Psych. 494.

3. *Noções elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências morais e políticas, por S. Pinheiro Ferreira - Ontologia, Psicologia, Ideologia. Paris, 1839* (*)

(Anónimo)

Já em 1813 nas *Prelecções* que o erudito autor do escrito que anunciamos, proferiu e publicou no Rio de Janeiro, havia ele desenvolvido ideias sublimes, coordenadas, e novas acerca dos assuntos filosóficos, saindo do sistema rotineiro, por tanto tempo, e desgraçadamente ainda hoje seguido nas escolas, sem embargo da nova forma porque a filosofia racional fora desde tanto tempo tratada por ilustres filósofos, tais como Dumarsay, Condillac, Tracy, etc. Agora com a publicação das *Noções elementares d'Ontologia, Psicologia, e Ideologia* tem o nosso esclarecido compatriota levantado à sua glória literária mais um monumento perene do seu saber. Para complemento de seu importante trabalho, consagrado todo à estudiosa mocidade portuguesa, o nosso insigne filósofo nos promete os tratados sobre a Etologia, Gramática geral, e Estética: e fazemos votos para que quanto antes os publique, a fim de se chegar a possuir um sistema completo, ligado, e natural da Filosofia racional, e poder proscrever das escolas os sediços elementos de Genovesi, ou Genuense, que como muito bem reflecte o nosso compatriota, e todos hoje sentimos, servem, não para desenvolver, mas para entorpecer a inteligência nascente da mocidade.

O nosso autor declara, que educado com os princípios de Aristóteles e de seus continuadores, Bacon, Leibniz, Locke, e Condillac, cuja filosofia ele entende, e nós com ele, ser aquela a que se pode conferir as honras do senso comum, não faz mais do que procurar continuá-la, tomando-a no ponto em que a deixaram aqueles grandes filósofos, e preservando-a do tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha, e da brilhante fantasmagoria dos da França.

Adverso às doutrinas de Kant, por ininteligíveis, e nimamente abstractas, e tanto que os próprios e mais distintos discípulos do filósofo alemão, Fichte e Schelling, disputando profundamente sobre a inteligência do sistema de seu mestre, e oráculo, provam por este simples facto a incompreensibilidade de tal sistema, concordando todos afinal, que ninguém o entendia; e o mesmo pode dizer-se a respeito dos ecléticos da França.

Sectário fiel dos princípios de Aristóteles mais ou menos modificados pelas doutrinas de seus continuadores, e pelas próprias meditações do autor, dizemos nós, o ilustre autor das *noções elementares*, de que estamos dando conta, expõe em estilo didáctico, conciso, e verdadeiramente elementar as doutrinas de Aristóteles, começando pela Ontologia, como deve ser, pois que antes de começar pelas regras que devem seguir-se no exercício das faculdade intellectuais, que constituem a Lógica e a Dialéctica, é mais natural ter feito preceder estas regras, pelo conhecimento de quantas e quais são estas faculdades; e prossegue com a Psicologia, cujos princípios e teoremas assentam em noções gerais, que fazem parte da Ontologia.

Escrevendo um compêndio reconheceu, que tendo este de satisfazer os dois fins importantes, que são *marcar a ordem* porque as matérias devem ser tratadas, e *estremar* o que os discípulos devem necessariamente decorar, o seu conteúdo não pode sair dos princípios da ciência; mesmo porque sendo infinitas as aplicações, e as objecções, seria muito impróprio distrair com elas o aluno, que deve primeiro que tudo fixar bem aqueles princípios; e por isto consigna em notas separadas do texto muitas daquelas

(*) Anónimo [Filipe Ferreira de Araújo e Castro?], in *Revista Literária*, T. V (3º Ano), nº XXIX, Porto, 1840.

aplicações, e objecções, deixando as questões que não são elementares para serem desenvolvidas nas prelecções pelos professores.

Não nos propomos apresentar aqui um extracto do livro do nosso sábio compatriota, nem mesmo o poderíamos fazer, porque não é possível contrair em mais estreito círculo, o que já está por tal modo contraído, que a falta de uma só palavra seria o mesmo que destruir o contexto da obra, e o verdadeiro pensamento do autor. As noções d'Ontologia, Psicologia, e Ideologia estão já reduzidas a seus princípios elementares. Em notas explicativas, separadas do texto, e que constituem mais de a metade do mesmo, apresenta o nosso autor importantíssimos desenvolvimentos: é sobretudo digno de profunda meditação o bem coordenado *mapa sistemático das expressões das relações entre os objectos* reduzidas a sete classes, que são - *semelhança, dissemelhança, identidade, diversidade, grandeza, simultaneidade, sucessão*. Ele expende em um apêndice os mapas sistemáticos dos termos que emprega em Ontologia, Psicologia e Ideologia; e cumpre confessar que este trabalho importantíssimo é um amplo testemunho da coordenação das ideias do autor; tanto mais quanto nas *observações* que seguem os preditos mapas, ele dá os meios mais que suficientes para os entender e avaliar.

Recomendamos portanto a leitura, e meditação deste livro, que sendo em aparência pouco volumoso, encerra material imenso que para ser amplamente desenvolvido careceria de numerosos volumes; mas por tal maneira, e com tal clareza e coordenação se acham expostas as matérias, e concebidas as definições, que as *noções elementares* de que estamos dando conta nos parecem de grande transcendência e merecedoras de serem lidas, mesmo por aqueles que já têm formado sobre tais matérias um sistema coordenado. Muito ganharia a mocidade se começasse a formar a sua razão por tão digno modelo! Sentimos que a direcção da instrução pública não tenha entre nós tomado mais a peito este importantíssimo assunto: é mau começar a instrução filosófica da mocidade por compêndios em que as matérias não só são mal definidas, mas pior tratadas, e pessimamente coordenadas, porque quando depois se adquirem conhecimentos mais exactos, esta aquisição tem sido à custa de um tempo precioso, perdido quando se aprenderam ideias que têm depois de ser rectificadas, e que poderiam desde o princípio ser expostas com exactidão, e método: e é bem sabido quanto é custoso destruir em nós as primeiras impressões; há da parte destas uma tenaz reacção, que não poucas vezes sai vitoriosa do combate, dando o triunfo ao erro!

4. *Noções elementares de Psicologia e Ideologia por M. P. de A. A. Braga* (*)

A obra cujo título acabamos de transcrever é uma prova dos progressos que entre nós têm feito os bons estudos. É a filosofia posta ao alcance de todas as capacidades. Doutrina sólida; dedução vigorosa; dicção corrente: tudo quanto de meio século a esta parte tem perdido a Filosofia em Alemanha e à sua imitação, na nova França, parece ter vindo refugiar-se nas nossas escolas. Queira Deus que nos não chegue nunca a nossa vez de adoptarmos as nebulosas teorias dos primeiros, nem as fosfóricas fantasmagorias dos segundos.

Na obra que hoje anunciamos só temos de sentir que se o ilustrado autor, obrigado, pelo fim que se propusera de facilitar a inteligência do compêndio de Genuense, não fizesse preceder a Metafísica à Psicologia; porque muitas expressões, que é forçoso definir aqui, ficam dependentes dos termos mais gerais compreendidos na sua definição e cujo sentido só na Metafísica se deve determinar. E seja-nos permitido fazer-lhe observar que a *Metafísica*, no sentido geral de todos os filósofos, não compreende só o exame da natureza dos espíritos, suas operações e leis (como se diz a pág. 2); mas sim o complexo das doutrinas *comuns* a todos os ramos dos conhecimentos humanos. Aquela definição compete à *Psicologia* geral que, depois se pode dividir, em *Psicologia do homem e Psicologia dos animais, Psicologia dos espíritos puros*, etc.

Também tomamos a liberdade de lhe fazer notar que no progresso que têm feito as ciências, pode-se dizer que não há já nenhuma a que se dê o nome de Direito Natural. Hoje entende-se que a ciência dos direitos e deveres dos homens versa sobre os homens como eles são, isto é: sociáveis e associados; deixando-se de parte as inúteis hipóteses do homem no denominado *estado natural*, e isolados. Aquela ciência pois dos direitos e deveres do homem na sociedade, divide-se em Ética e Política, subdividindo-se esta última em direito público e direito civil. Da aplicação combinada destes dois resulta o direito administrativo.

Permitimo-nos submeter estas duas observações ao douto professor, cuja obra temos lido com suma satisfação, para que ele, lhes dê a consideração que lhe merecerem na redacção daquelas duas partes que nos promete do seu curso filosófico, e que estamos certos encontrarão da parte do público o mais lisonjeiro acolhimento.

(*) *Revista Universal Lisbonense*, 1843, n° 38 (pp. 479-480).

5. *Noções elementares de Psicologia e Ideologia* (Carta) (*)

(Manuel Pinheiro d'Almeida e Azevedo)

O artigo 1778 da *Revista Universal* (nº 38), em que um dos mais distintos filósofos e publicistas, o Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira, se dignou enobrecer com seu respeitável juízo crítico o meu humilde ensaio filosófico intitulado *Noções elementares de psicologia e ideologia*, é para mim de tão alto apreço, que não só eu me dou por mais que bem pago do meu trabalho, em ter obtido a honrosa aprovação de um juiz tão competente e consumado, mas considero um rigoroso dever tributar a S. Ex.^a um público testemunho do meu profundo respeito e gratidão, bem convencido que todos os meus encómios seriam ainda muito humildes e verdadeiramente desproporcionados ao alto conceito que, para glória da nação portuguesa, tem sabido granjear em toda a Europa a vasta erudição e extremado talento de S. Ex.^a

E aceitando com mui cordial reconhecimento as duas ponderosas observações com que S. Ex.^a teve a bondade de ilustrar-me: 1º sobre a definição de *Metafísica*; 2º sobre a denominação de *Direito Natural*, peço vénia, não para contestar a doutrina de S. Ex.^a que muito respeito, mas para submeter à sua judiciosa consideração os motivos que me determinaram a preferir aquela redacção.

Empenhado na árdua tarefa, que me propus, de harmonizar o compêndio de Genuense com a verdadeira teoria psicológica no seu actual estado de aperfeiçoamento, forçoso me é confessar que me vi a cada passo embaraçado com essa infinidade de opiniões encontradas, que dividem ainda hoje os mais abalizados filósofos sobre a verdadeira tecnologia da ciência. Este embaraço cresceu sobremodo quando tive que definir e classificar a ciência mesma; nem admira, se se atender que a discussão sobre este ponto cardeal ainda se não acha terminada, e que por isso mesmo a dificuldade da matéria é ingenuamente confessada pelos mais distintos escritores, entre os quais se conta Mr. Laromiguière, a cujo sistema me encostei com preferência.

Tendo pois examinado com séria atenção as razões de uns e de outros, e parecendo-me que toda essa diversidade de sistemas sobre a classificação da ciência se reduzia, com leves modificações, a duas opiniões principais; 1ª daqueles que, afincados ainda à antiga teoria de Aristóteles e seus numerosos discípulos, separavam a lógica da metafísica, colocando à frente desta a ontologia, adornada com os pomposos títulos de *metafísica geral*, *ciência universal*, *ciência das ciências*, etc., reservando para a metafísica especial a psicologia e a teodiceia (e desta opinião é também o nosso Genuense); 2ª daqueles que, analisando mais escrupulosamente a verdadeira origem e formação da inteligência humana, e indigitando alguns vícios radicais na teoria escolástica ou aristotélica, traçaram à ciência um rumo novo e inteiramente oposto ao primeiro, assentando a síntese sobre a análise, fazendo preceder a psicologia à lógica como sua única e sólida base, e contestando à ontologia o direito de figurar como corpo de ciência à frente da filosofia primeira, logo que ela, bem longe de reunir as condições essenciais de um sistema, se compõe quase exclusivamente de um agregado de termos gerais, por isso mesmo difficilimos de definir, isolados pela maior parte e independentes entre si, mas dependentes eles mesmos do prévio conhecimento das espécies e indivíduos, cujas ideias, na ordem cronológica por que são formadas, lhes servem de apoio indispensável; eu devo confessar que as razões destes últimos me induziram a abraçar a sua opinião, não só por ver figurar entre os seus defensores os mais respeitáveis analistas depois de Bacon e Descartes, e principalmente depois de Locke e

(*) M. P. de A. A. Braga, in *Revista Universal Lisbonense*, T. III, 1843-1844 (pp. 16-17).

Condillac, mas, sobretudo, por se acordar perfeitamente, no meu humilde entender, esta doutrina com o verdadeiro processo da inteligência na aquisição dos conhecimentos com a verdadeira teoria ideológica. Fundado pois nestes princípios, e tendo a peito por um lado sustentar por toda a parte o espírito eclético que tomei por guia, e por outro acomodar-me quanto possível ao plano do compêndio, que na actualidade me não era livre substituir; julguei que se conciliariam de algum modo, e sem inconveniente, as duas opiniões, abrangendo debaixo da esfera da metafísica a *análise da natureza do espírito, a de suas faculdades, operações, e leis*; de onde deve resultar necessariamente o recto conhecimento desse *complexo de doutrinas comuns a todos os ramos dos conhecimentos humanos*, doutrinas, verdades, princípios gerais que eu considerava sustentarem-se sobre aquela análise prévia, formarem a sua síntese, e transmitirem, mediante o seu auxílio, às verdades deduzidas, isto é, aos diversos ramos das ciências e artes a mesma luz que neles brilha.

Assim entendida, a metafísica ainda fica sendo a *ciência dos princípios – a análise enquanto ela remonta à origem de todo o conhecimento – a ciência das causas primárias*, isto é, *dos espíritos*, segundo que ela se ocupa; 1º com a análise do espírito humano, causa de todos os actos intelectuais e morais; 2º, e apoiada sobre aquela, com a do espírito divino, causa de todos os seres criados. É por isso que eu julguei dever dividi-la em *psicologia e teodiceia*, de cujo estudo combinado resulta o conhecimento desse complexo de verdades que servem de base não só às ciências puramente intelectuais, mas a todos os ramos infinitamente variados das ciências físicas, cujo agregado eu entendi constituir a segunda parte da filosofia.

Possuído destes princípios, assentei eu que um tratado elementar de filosofia seria bem classificado, começando pela *psicologia*, abrangendo nesta a teoria das ideias, mesmo das ontológicas, e a dos sinais, e sendo coroada esta primeira parte pela *lógica* sintética: figurando na segunda parte a *etologia* propriamente dita e a *teodiceia*, apoiando-se sobre estes dois tratados o compêndio elementar de *direito natural*.

Passando agora a esta denominação com que qualifiquei a parte técnica da etologia, o *complexo de leis e regras que devem dirigir as acções do homem nas suas diversas relações*, devo ainda confessar que me apoiei na autoridade e prática vulgar dos filósofos ainda os mais distintos, encostando-me principalmente à classificação feita por Mr. Jouffroy no seu *Curso de Direito Natural*, que eu tenho adoptado sempre em minhas prelecções de filosofia moral, por me parecer a mais exacta e metódica. E se algum escrúpulo tive em seguir aquela denominação, não versou ele por certo sobre a palavra – *natural* –, que eu não traduzia como a expressão desse estado de isolamento selvático contra o qual protesta a história e a razão, mas como indicando que esse complexo de leis constitutivas do direito natural, consequência legitimamente deduzida do recto exame da *natureza do homem*, e por este, do conhecimento do seu verdadeiro destino; versou antes o meu escrúpulo sobre a adopção da palavra – *direito* –, que eu por certo substituiria se não estivesse canonizada pelo uso, e se a lógica me não autorizasse a adoptar um termo geralmente recebido, ainda que menos justo, quando previamente definida, e caracterizada a sua ideia. Salva pois a redacção, creio estar a minha doutrina de perfeito acordo com a de S. Ex.^a, exceptuando contudo a colocação da *ontologia*, e a divisão da ciência dos direitos e deveres do homem na sociedade em *ética e política*, tendo eu considerado a primeira como um dos ramos da *psicologia*, a *ciência moral propriamente dita*; e a segunda como um dos ramos do *direito social*, e portanto da moral aplicada, que igualmente subdividi em *direito público e direito civil*, etc. Não obstante porém a força dos motivos em que me fundei, que pode por ventura ter sido illusória para um espírito débil em si, e ainda noviço em tais matérias, tomarei na mais séria consideração as magistras reflexões de S. Ex.^a na redacção da segunda parte do

meu ensaio filosófico, que com tanta mais coragem vou encetar, quanto é para mim de maior peso a aprovação de um tão distinto filósofo.

6. Noções Elementares de Ontologia, Psychologia Racional e Theodeceia ou A Metafísica de Genuense Reformada por Manuel Pinheiro d'Almeida e Azevedo. Porto 1845 (*)

Há dois anos que o erudito autor da obra que acabamos de anunciar publicou uns Elementos de Psychologia, de que havemos dado então notícia na Revista Universal.

Naquele primeiro escrito declarou ele propor-se unicamente desenvolver e aclarar aquela parte do compêndio do Genuense.

Hoje o seu intuito na presente obra, diz o autor, não é só explicar; mas reformar a Metafísica do professor napolitano.

Não nos permitindo os limites dum artigo de anúncio entrar na apreciação do trabalho nem da extensão da projectada reforma que o autor teve em vista realizar, faremos notar qual seja em geral o espírito da filosofia do Genuense e qual a diferença que, também em geral, se faz notar nesta obra que lhe deve servir de reforma.

Em filosofia, como em toda e qualquer ciência (pois que as diversas ciências nada mais são do que a Filosofia aplicada aos diversos ramos dos conhecimentos humanos) começa-se por expor os factos. Mas como esta exposição se faz com palavras que podem admitir várias significações, é forçoso, que a par da exposição dos factos se dêem as definições das palavras a esse fim empregadas e cujo complexo compõe a nomenclatura da ciência.

Este primeiro trabalho constitui a parte analítica, que deve sempre preceder a parte sintética, no ensino de qualquer ciência.

Consiste esta parte sintética num certo número de teses, cuja verdade é preciso demonstrar: tomando-se por base os factos fornecidos pela análise, e deduzindo deles, por via do raciocínio, como última conclusão, a tese que se trata de demonstrar.

Dois são os modos, porque se operam os raciocínios; a saber: 1º substituindo a cada uma das palavras da dita tese, que podem ser equívocas, a sua definição: 2º substituindo a cada uma daquelas palavras algum dos seus sinónimos.

É destes dois diferentes modos de discorrer que deriva a diversidade das escolas de filosofia, assim nos antigos, como nos modernos tempos.

Por quanto é de notar que dos filósofos, cuja prática consiste em substituir nos seus raciocínios às palavras da tese, não já as correspondentes definições; mas sim algum dos seus sinónimos, uns seguem a regra de não empregar as palavras senão em sentido próprio: outros em sentido metafórico.

Dos que costumam tomar as palavras em sentido metafórico, uns vão buscar a metáfora a objectos e fenómenos da natureza material: outros tomam as metáforas no campo dos fenómenos da natureza incorpórea.

Quatro são, pois as escolas de filosofia em que se dividem os escritores desde os mais antigos séculos até aos nossos dias:

Primeira: Dos que têm por princípio não darem um passo em seus discursos, senão mediante o emprego de definição. Citaremos Aristóteles, Bacon, Leibnitz, Locke, Condillac, e a escola Wolfiana: como chefes desta escola. Nela são proscritas as metáforas.

Na segunda escola, que discorre pela simples substituição de Sinónimos, mas com exclusão de metáforas figuram os filósofos da escola alemã anteriores a Kant e alguns poucos depois dele, sem serem Wolfianos: e a escola escocesa.

(*) *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. III, Lisboa, Typ. Lusitana, 1845 (pp. 106-108).

Na terceira, que se distingue pelo uso das metáforas tomadas nos fenómenos da natureza material são particularmente notáveis Platão e os filósofos de Alexandria.

Na quarta, igualmente notável pelo uso das metáforas, mas tomadas no mundo dos fenómenos incorpóreos, são particularmente distintos Kant, Fichte, Schelling, Hegel, na Alemanha: e a chamada escola eclética em França.

Genuense ora segue o método da primeira escola, ora da segunda.

O nosso autor, segue quasi exclusivamente a segunda escola; mas às vezes prefere a quarta e com particularidade a eclética francesa.

Sem ostentar erudição, mostra bem ter conhecimento de tudo quanto há de mais distinto na ciência.

O seu estilo é corrente e particularmente notável pela elegante simplicidade que convém a um escrito didáctico.

7. *Origens e afinidades das Línguas* (*)

Na ciência, que trata do estudo comparado das línguas, e que constitui uma das partes mais interessantes da Etnografia, ventilam-se duas questões, que muito têm excitado a curiosidade dos Filólogos: uma é das afinidades, que se notam entre diversas línguas; e a outra, consequência desta primeira, versa sobre as origens daquelas línguas.

Um exame analítico das afinidades das línguas tem conduzido os eruditos a distribuírem-nas num certo número de famílias, nas quais se observa existirem, como em todas as outras partes da natureza criada, muitos e diversos graus de afinidade, que se manifestam na maior ou menor dificuldade com que os naturais de um país compreendem a língua doutro país, às vezes assaz remoto.

Mas aqueles escritores mais eruditos do que filósofos, nunca sentiram a necessidade de formarem um plano de trabalho regular, a fim de que, procedendo de um modo sistemático, nos pudessem oferecer resultados positivos e incontestáveis.

Toda e qualquer língua consta dum certo número de elementos comuns e essenciais a todas; e, além desses, umas têm mais, outras menos elementos, que lhes são peculiares: e cada uma delas, comparada com as outras, relativamente aos elementos que lhes são comuns, tem mais analogia com umas do que com outras. E muitas vezes acontece, que tendo mais afinidade com uma, relativamente a certo elemento, tem com ela menos afinidade, relativamente a outros elementos, do que com as primeiras.

Era pois necessário que aqueles eruditos estabelecessem seus paralelos entre as línguas que queriam comparar, percorrendo, um após outro, os elementos que lhes são comuns: e não, fazendo tumultuariamente suas comparações, já relativamente a um elemento, já relativamente a outro; sem ordem nem sistema.

Enumeremos alguns daqueles elementos principais; são estes: as palavras, os sufixos, os afixos, as desinências, as adições e subtracções intermédias, a sintaxe de concordância, e a sintaxe de construção.

Os Filólogos contentaram-se as mais das vezes com a comparação do primeiro destes oito elementos, por isso que era mais fácil e que dava mais largas à sua imaginação: e do momento em que achavam que uma língua tinha maior número de palavras comuns com outra, do que com uma terceira, concluíam que tinha mais afinidade com aquela do que com esta: e se ela era mais moderna do que as outras duas, acrescentavam: que ela era filha da primeira, e não da segunda.

Se em vez de se limitarem a aquele paralelo relativamente a um só elemento, tivessem comparado entre si vários outros dos sobreditos oito elementos, teriam observado, que, se essa língua, cujas origens procuravam, recebeu mais palavras de certa outra língua, tomou dela menor número dos outros sete elementos, que lhe vieram já duma, já de outra língua, ou mais antiga, ou sua coetânea: entretanto que, alguns outros daqueles elementos, não consta que os recebessem de nenhuma.

Além desta falta de distinção que se devera ter seguido na comparação dos diversos elementos das línguas, quando se tratava de classificá-las segundo as suas afinidades; tem-se cometido outro erro, quando se tem querido determinar a origem de qualquer delas: e vem a ser, não se ter reflectido, que, para se achar a primeira origem da língua de qualquer povo, o de que se trata é de saber de qual outra nação esse povo tomou os primeiros rudimentos do que então ainda não era, e só depois veio a ser uma língua.

Quem não sabe que para a linguagem de um povo passar a merecer o nome de língua é precisa uma série mais ou menos considerável de anos, durante a qual ela seja

(*) *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, p. 13-14.

cultivada, não só no trato usual dos cidadãos, mas nas conversações ou palestras dos homens formados por uma educação liberal, e sobretudo nos diversos géneros de composições por autores que tenham formado o seu gosto nas lições dos clássicos das nações ou antigas ou coevas, mais avançadas na carreira da civilização? *

É pois evidente que, quando se trata de determinar as fontes donde provém a língua portuguesa, por exemplo, tal qual ela se fala e escreve actualmente, é mister distinguir os primeiros rudimentos que no momento da fundação da Monarquia, e criação do nome português, constituíam a linguagem dos cristãos habitantes do país; porque tudo o que depois cresceu, e sem o que aquela linguagem não teria chegado a ser como hoje é uma língua digna de rivalizar com as mais cultas, derivou-o, não já dessa fonte primitiva, mas daquelas aonde foram beber os escritores, que desde os princípios do século 16º começaram a acepilhá-la da rudeza, que até então a desfigurava.

Parece-nos que observado este método analítico e sistemático no exame das afinidades de cada um dos elementos gramaticais e lógicos da língua portuguesa com as estrangeiras mais antigas do que ela ou suas coetâneas, se poderá mais facilmente determinar, do que pelo método vago e desultório, que até agora se tem seguido; o que tem ido recebendo das línguas suas coevas, e o que, chegando-se à época donde dista a sua origem, ela recebera de cada um dos povos, que em diferentes tempos conquistaram o país, e segundo a sua menor ou maior demora nele se amalgamaram com os descendentes dos autóctones.

* É mui digno de notar-se o pouco tempo dentro do qual as línguas, de quasi estacionárias e rudes que eram, e tinham sido durante séculos, chegada certa época, se elevam em menos de um século a um prodigioso grau de perfeição. Disto temos evidente prova na língua latina, e, depois do renascimento das letras, nas línguas de todas as outras nações da Europa, sendo a Alemanha a última, e talvez a mais estupenda no seu desenvolvimento, a contar do reinado de Frederico, o Grande, que não contribuiu menos para este grande fenómeno da humana inteligência pelo desdém e asco que lhe inspirava a língua do seu país, no estado de imperfeição em que ela se achava, do que pela parcialidade que ostentava em favor da língua francesa. Estes desnaturais sentimentos em que das belezas ingénitas da sua língua materna, se achava o rei filósofo, despertaram os brios de seus compatriotas que às dúzias se puseram em campo para estigmatizarem a apostasia do maior homem do século, e mostrarem ao mundo, que, depois da língua dos Helenos, nenhuma é tão rica em recursos como a dos Germanos. Em menos de meio século achou-se a Alemanha dotada com a língua dos Klopstocks, dos Herders, dos Goethes, e dos Schillers.

8. Enciclopédia (*)

I

A Enciclopédia empreendida por dois grandes talentos do décimo oitavo século, Diderot e d'Alembert, marca uma das principais épocas da civilização francesa; isto é, da civilização que, a despeito dos esforços contraditórios dos discípulos de Domingos e Loiola por um lado, e dos de Lutero e Calvino por outro, fazia, a passos largos, a conquista da Europa.

Ponhamos de parte, se queremos ser imparciais e justos, os erros que a fragilidade humana derramou ao longo da carreira destas três legiões rivais que, à porfía, trabalharam no desenvolvimento da razão e na cultura da moral; forçoso será confessar que a todas elas devemos, nós outros seus herdeiros, quantos elementos possuímos de boa e verdadeira civilização.

Deste grande progresso nas ciências, artes e costumes pede a justiça que atribuamos grande parte à Enciclopédia de que acabamos de fazer honrosa menção.

Isto não é dizer que aquele descompassado depósito dos conhecimentos humanos, no estado em que eles se achavam nos primeiros dois terços do décimo oitavo século, contenha ideias novas ou que se deva tomar como modelo para qualquer trabalho do mesmo género, que se haja de empreender. O seu grande merecimento consiste em ter espalhado pela classe média e abastada, mas não literata, da sociedade, o gosto da leitura, e a moda de discorrer, com mais ou menos pertinência, em quaisquer assuntos sobre que a cada um ficava fácil de adquirir, sem grande trabalho, as noções essencialmente necessárias para não parecer nelas inteiramente hóspede. Esta mesma superficialidade fazia com que todo homem de educação se envergonhasse de não poder tomar parte nas conversações que sobre diversos ramos das ciências ou das artes, costumam ocorrer nos ajuntamentos das classes superiores da sociedade.

Os homens, que nestas classes se quizeram distinguir entre os seus pares, felicitaram-se de achar para isso um meio, tão fácil como agradável, na cultura das ciências e artes; quer fosse affectando, com o socorro da Enciclopédia, uma generalidade de ideias que lhes dava a aparência de homens de estado; quer desenvolvendo os princípios consignados naquele grande armazém dos conhecimentos humanos.

Assim descendo os poderosos da terra ao nível dos sábios, dos artistas, e dos artífices, se enobreceram aos seus olhos aqueles mesmos elementos da civilização humana, que eles só desdenhavam, porque os não conheciam ou porque nesse desdém achavam o único meio de encobrirem o pejo de os ignorarem.

Tais são os grandes serviços que a Enciclopédia do décimo oitavo século fez à humanidade: serviços que, seria injusto considerar como inteiramente extintos pelos erros que ela contribuiu a difundir pelas classes mediocrementemente ilustradas da sociedade.

Deste ponto de vista, de onde sempre havemos considerado o merecimento da Enciclopédia francesa, brotou em nosso ânimo, de muitos anos a esta parte, o desejo de convocar os sábios, artistas e artífices da nossa terra para elevarem entre nós um semelhante monumento à civilização da gente portuguesa.

Estes patrióticos votos não têm cessado de acender-se mais e mais, à medida que, na sucessão dos tempos, temos visto realizar-se uma semelhante ideia em todas aquelas nações que, como se costuma dizer, vão à frente da civilização do mundo.

Não obstante haver-se começado em todas elas, por censurar asperamente os inegáveis defeitos da Enciclopédia francesa, em nenhuma parte se desconhecera as vantagens que, para a difusão dos conhecimentos nas classes superiores da sociedade,

(*) *Revista Universal Lisbonense*, T. II, 1842, nº 6 (pp. 62-63), nº 8 (pp. 88-89), nº 10 (p. 113).

devia produzir a publicação de uma semelhante obra, em que era tanto mais fácil evitar os defeitos daquele modelo, quanto eles eram conhecidos e assinalados.

Não será difícil, a quem ler este artigo, entrever os motivos que até agora tornavam impossível entre nós, até a proposta de um tal projecto. Hoje porém que se acha removida a maior parte dos obstáculos, que outrora teriam baldado os esforços de quem quer que a isso se abalanchasse, seja-nos lícito convidar os homens de bom saber e de séria vontade, quaisquer que sejam suas opiniões, para tentarem esta importante e patriótica empresa.

Se ao ilustrado público parecer que ela é digna de ser por ele favorecida, aventurar-nos-emos a expor em um ou mais artigos as ideias, que havemos concebido, tanto sobre o plano, como sobre os meios de levar a execução esta obra verdadeiramente nacional, que desejaríamos se intitulasse, e fosse na realidade, uma *Enciclopédia Portuguesa*.

II

Com boa sombra acolheram o nosso alvitre os sábios e artistas desta corte, com a mesma esperamos nós o hão-de receber os de todo o reino; prosseguiremos pois afoitos o plano desta Enciclopédia, que denominamos nacional, tanto porque deve ser exclusivamente composta por colaboradores portugueses, como porque é destinada a vulgarizar entre nós os conhecimentos das letras, ciências, e artes necessários a todos. Deve ela ser acomodada à inteligência das nossas classes cultas actuais, posto que não científicas. Não hão-de pois esperar os homens instruídos, das diversas profissões ou os que nelas se propõem entrar, que a Enciclopédia, contenha nem a suma, nem sequer os elementos teóricos ou práticos de que necessitam os que intentam cultivar qualquer dos ramos da literatura, ciências, artes e ofícios. Mas por isso mesmo os zelosos colaboradores desta patriótica empresa se esmerarão em que nada falte do que a nenhum homem de uma educação liberal, é lícito ignorar.

Neste pressuposto havemos, que as matérias da Enciclopédia, se devem dividir nas seguintes classes.

- I. Matemáticas puras e applicadas.
- II. Artes químicas: farmácia, ofícios vários.
- III. Artes mecânicas: ofícios vários.
- IV. História natural: zoologia, botânica, mineralogia, geografia física.
- V. Minas: pedreiras, e salinas: comércio e legislação.
- VI. Agricultura e artes agrícolas: legislação usual, história, comércio.
- VII. Arte militar: organização da força armada e história militar nacional e estrangeira.
- VIII. Navegação: construção e táctica naval, organização e história da marinha nacional e estrangeira, legislação comercial marítima.
- IX. Medicina: cirurgia, veterinária, saúde pública, história respectiva.
- X. Filosofia geral e applicada às ciências morais e políticas, história das escolas e sistemas de educação: religiões antigas e modernas.
- XI. Jurisprudência: política, crematística, estadística, geografia, etnografia.
- XII. Literatura: retórica, poesia, oratória, história respectiva.
- XIII. História geral, tanto da humanidade, como dos diversos povos.
- XIV. Desenho e pintura: história, antiguidades.
- XV. Gravura: litografia, tipografia.
- XVI. Escultura: estatuária, história.
- XVII. Architectura: história.

XVIII. Artes teatrais: história.

Julgamos que para a inteligência desta classificação não é preciso entrar aqui em pormenores, salvo no que respeita à XIII secção, que tem por objecto a *história geral, tanto da humanidade, como dos diversos povos*.

A história universal dos povos, bem como a particular de cada nação é propriamente o complexo das histórias especiais das numerosas e mui diversas sortes de actos humanos comuns a toda a espécie humana ou particulares, quer seja de certos povos, quer seja de certas aggregações de indivíduos em cada povo.

Há porém uma espécie de história, universal ou particular que, sem entrar nas miudezas de nenhuma das especialidades, de que acabamos de fazer menção, trata dos resultados que do mútuo concurso delas todas tem provindo na sucessão dos tempos, ou para a humanidade em geral, ou para determinados povos.

As histórias especiais, já do género humano, já das diversas nações de que ele se compõe, só podem ser cabalmente escritas pelos homens das respectivas especialidades.

Eis aqui porque em cada uma das secções desta classificação mencionamos a respectiva história.

Mas a história geral da humanidade e das sociedades, bem como a de cada sociedade ou de cada um dos homens só pode ser obra de escritores pertencentes à classe dos que comumente se denominam homens de estado: expressão que designa os que, não sendo exímios senão numa ou talvez mesmo em nenhuma profissão especial, abraçam com o espírito, mais ou menos extensamente as relações que entre si mantêm os diversos estados e profissões em que se acha dividida a espécie humana: abrangimento este a que não chegam pelo comum a maior parte dos homens mais distintos de cada profissão, por isso mesmo que vivem inteiramente absorvidos nos pormenores de suas especialidades.

Citaremos como exemplos desta sorte de histórias os nunca assaz louvados Discursos de Bossuet sobre a história universal e as Ideias de Herder sobre a história da humanidade.

Artigos redigidos neste intuito são os que nós havemos compreendido na décima terceira classe da presente classificação.

A redacção dos artigos de cada uma destas classes deve ser confiada aos homens mais distintos de cada uma das especialidades que nelas se compreendem. Mas todos os colaboradores de cada uma das ditas classes constituirão uma secção, para o fim de conferirem entre si sobre a definitiva redacção de cada artigo, e procurarem, que sem se forçarem as opiniões particulares de cada qual, se estabeleça a maior conformidade possível de todos os artigos relativos a um mesmo ramo dos humanos conhecimentos entre si, e com os que com eles têm uma necessária ligação *.

Cumprê porém advertir, que as correcções de cada artigo deverão sempre ser feitas pelo seu primitivo autor, em consequência da sua própria reflexão ou das que lhe tiverem sido apresentadas pelos seus colegas. Se a maioria destes entender que, não obstante as emendas por ele feitas, o artigo se não acha em harmonia com os demais relativos ao mesmo assunto, poderá ser rejeitado, mas nunca alterado.

Entre as correcções a que todos os colaboradores se devem com docilidade sujeitar figuram principalmente:

1º As que dizem respeito à concisão do estilo, à supressão das matérias, que posto sejam interessantes para os da profissão, seriam sobejas, ou menos inteligíveis para o público.

* Já se entende que os colaboradores dispersos pelas diferentes terras, terão de louvar-se nos que merecerem a sua confiança de entre os residentes em Lisboa.

2º As que versam sobre a pureza da linguagem: pois muito importa que até nisto mereça a obra o título de nacional.

3º A uniformidade da ortografia; porque é em verdade lastimoso, que sejamos a única nação da Europa que, em meio do décimo nono século, não tem uma ortografia geralmente reconhecida e adoptada.

Seria para desejar que a nossa Enciclopédia não fosse para o prelo senão depois de concluída, mas opõem-se a isto a prática mais usual das obras publicadas por via da subscrição.

É pois mister que os colaboradores de cada secção, começando por formar o índice de todos os artigos das respectivas especialidades, não percam nunca de vista, ao redigir um artigo, que nele deve entrar tudo o que lhe é próprio, e só o que lhe é próprio; salvo, no caso em que, havendo esquecido praticar esta regra em algum ou alguns artigos precedentes que se achem ser diminutos, convenha suprir em artigos ulteriores a minguia dos primeiros. Repartindo-se assim a matéria por todos os artigos da ciência, poder-se-á facilmente conseguir que cada um deles saia ao mesmo tempo conciso e completo.

Aprovados sucessivamente por ordem alfabética os artigos de cada uma das secções, os respectivos secretários i-los-ão remetendo para a comissão central encarregada de fazer entrar cada artigo no lugar que lhe competir, atendendo unicamente à ordem alfabética.

Acontecendo muitas vezes que uma simples estampa dá uma ideia mais pronta e exacta do objecto, que se descreve, do que uma longa explicação: deve a Enciclopédia ser acompanhada das estampas necessárias, mas sem luxo nem superfluidade.

Os colaboradores podem-se reduzir a três classes pelo que toca às suas remunerações; primeira os que forem colaboradores e accionistas pelas acções que equivalerem ao cômputo da retribuição correspondente aos artigos que houverem subministrado. Segunda os que, sem serem accionistas, não exigem as suas retribuições, senão à medida que for entrando o produto das subscrições e venda. Terceira os que, não podendo esperar, exigem o seu pagamento à proporção que se forem imprimindo os seus artigos. As retribuições serão calculadas à razão de tantos reis por linha ou folha e segundo a espécie do tipo.

Passando agora da abstracção seja-nos lícito dirigir aos sábios e artistas da nossa terra em todos os Estados Portugueses, e aos nossos antigos concidadãos habitantes do império do Brasil a súplica de concorrerem para a execução de uma obra que hoje temos a satisfação de ver que todos concordam em reconhecer de grande utilidade para ambas as nações. Convidamo-los pois a remeterem suas propostas ao autor deste artigo, *rua da Trindade, nº 17*, francos de porte. Num seguinte artigo exporemos os meios de execução, tanto pecuniários, como artísticos.

III

Se o convite que dirigimos aos sábios for aceito, deveremos, quanto a mim ordenar para logo o primeiro volume, ou a primeira letra da Enciclopédia: concluído este primeiro ensaio, pode-se entrar imediatamente a agenciar os fundos, abrindo-se e promovendo-se as subscrições, ao mesmo passo que se forem publicando os successivos cadernos desse volume ou letra.

Já no artigo antecedente observámos que os emprestadores dos fundos se podem reduzir às seguintes classes:

1º Os colaboradores que exigirem por sua retribuição a correspondente parte do dividendo dos lucros que houver.

2º O impressor que quiser entrar como accionista, pela totalidade ou parte da despesa da imprensa.

3º O mercador de papel que do mesmo modo quiser figurar como accionista.

4º Os capitalistas que se prestarem a suprir as despesas, que sobrepujarem os valores mencionados nos três parágrafos precedentes.

Para a administração dos fundos convirá, que haja um regulamento que, além da segurança resultante da boa escolha das pessoas, tenha por base a mais inteira e franca notoriedade entre os seus interessados.

Figurará em primeiro lugar o tesoireiro, em cuja mão devem estar tanto os suprimentos dos capitalistas, como o produto das subscrições e venda, apenas se realizarem.

Um guarda-livros da escolha do tesoireiro deverá residir junto ao caixa, que for designado pelo director da empresa.

Além do dito caixa, nomeará o director um administrador, encarregado de lhe apresentar as ordens motivadas que por ele têm de ser assinadas, depois de devido exame, para se fazerem na caixa os correspondentes pagamentos.

Ao director cumprirá também assinar a favor do caixa os cheques sobre o tesoireiro, segundo preciso for para se ocorrer às despesas.

Tanto aquelas ordens, como estes cheques deverão ser referendados pelo guarda-livros, a quem incumbirá a obrigação de glosar, com a exposição dos motivos, o que para isso lhe for apresentado, e entender ser contrário aos legítimos interesses de terceiro.

As dissensões que nestes ou em semelhantes casos se levantarem deverão ser decididas pelo arbítrio de três louvados, previamente escolhidos, de comum acordo, pelo tesoireiro e director.

O caixa prestará perante o tesoireiro uma fiança pelo máximo das quantias que se entender deverem ser confiadas por cada vez à sua guarda.

Tanto ele, como o guarda-livros, haverão um ordenado que, de mútuo consenso e comum acordo, será estipulado entre eles, o tesoireiro e o director.

O tesoireiro perceberá as comissões de estilo.

Também se deverá estipular a retribuição que deve competir a cada um dos colaboradores, dos revedores de cada uma das secções mencionadas no artigo segundo, e ao director, pelas páginas ou fracções de página, em que cada um deles tiver parte.

Assentada esta base se fará entre eles e os capitalistas o rateio dos lucros, que houver, *pró rata* dos valores, pelos quais cada um, em razão de seus capitais ou da sua indústria, avaliados da sobredita maneira, se achar creditado nos livros da empresa.

A determinação de todos estes pontos de recíproco interesse deverá fazer-se de mão comum entre todas as sobreditas pessoas, que têm direito para partilharem entre si os lucros que se houverem de realizar.

Afiançados assim por uma parte os interesses dos colaboradores, impressores, fornecedores de papel, e mais pessoas empregadas nesta publicação; e por outra o bom desempenho dos deveres para com os subscritores; ousamos esperar se realize enfim entre nós este poderoso meio de difundir, por todas as classes, o amor das ciências; o bom gosto da literatura e belas-artes, e enfim todos os elementos de uma verdadeira civilização.

9. Dos princípios gerais da civilização (*)

Como os nossos homens de Estado costumam citar-nos o exemplo das nações mais civilizadas, como a mais decisiva prova de suas leis e doutrinas, cumpre que digamos, não a eles, porque nós não escrevemos para quem poderia ensinar-nos, mas a essa mocidade estudiosa, que não se pejará de escutar-nos, o que é civilização, quantas sejam as suas espécies, e quais os efeitos de cada uma delas.

O máximo da civilização, temos nós dito no nosso curso de economia política, é o máximo da dependência. Quanto maior é o número e a diversidade das precisões de uma nação; quanto maior é o número, a diversidade, e a distância dos povos de que ela depende, tanto maior é a sua civilização. O homem da natureza, para satisfação de cujas necessidades, a par de uma consorte, bastam os objectos que estão ao seu alcance, de nada mais precisa, de ninguém mais depende, é um bárbaro.

Se na sua vida vagabunda se encontra com outros homens, os únicos sentimentos que esta vista desperta, no seu ânimo, são o medo, o receio, a inveja, o ciúme, o ódio, o rancor, e o insaciável desejo de vingança; depois que por efeito desta reciprocidade de sentimentos, desafogaram suas paixões brutais numa luta feroz e sanguinária.

Mas logo que a consciência da sua fraqueza aconselhou àqueles, que a natureza dotara de mais inteligência que de forças, de suprirem pela sua reunião a vantagem, que outros mais robustos lhes levavam pela força bruta: logo que a variedade de talentos e de gostos deu origem a uma maior ou menor variedade de produtos de uma indústria nascente; e com ela fez nascer em cada um o desejo de participar, por via de permutação, dos produtos do trabalho de todos os outros; foi forçoso depor a grosseria e rudeza de costumes e maneiras: foi preciso captar, por meio de atenções mais ou menos delicadas, a compaixão de um, e benevolência de outros, a amizade destes, e a ternura e o amor daqueles: e nesta troca de mútuos afectos, de selvagens e bárbaros, os homens se tornaram tanto mais civis e mais polidos quanto, pela diversidade do trato cada um foi obrigado a modificar seus hábitos, até pelo receio de desgostar os estranhos, com as maneiras livres que eles empregariam para com as pessoas, que lhes são familiares.

Tal é a marcha, tal o desenvolvimento dos costumes, das maneiras, das artes, das ciências e da civilização.

Mas, por isso mesmo que com ela crescem as necessidades dos povos; estes serão felizes se essas necessidades, sempre crescentes, desenvolverem neles tantas forças físicas, como as faculdades intelectuais e, sobretudo, os sentimentos de moralidade que a natureza depositou no coração do homem.

A civilização, dissemos nós, será boa e verdadeira, à proporção que com o número, sempre crescente, de necessidades nobres e virtuosas, se forem aumentando os meios de satisfazê-las.

Mas se, em vez de serem nobres e virtuosas essas necessidades que vão sempre em aumento, forem torpes e viciosas: se, ainda quando elas não degenerem nos primeiros tempos, não são acompanhadas com uma igual progressão dos meios de satisfazê-las; será, sem dúvida progressiva civilização, porque os usos e costumes se tornarão brandos, e delicados; mas os homens serão de geração em geração cada vez mais efeminados: levianos nos gostos fúteis, nas ciências, dissimulados no trato, ardilosos nos negócios. Diminuirá de ano em ano o número de crimes contra as pessoas, não já por virtude: mas uns por mansidão, e outros por cobardia. Porém de dia em dia crescerá o número dos delitos contra a propriedade; pela força, pela astúcia, pela

(*) *Questões de filosofia e literatura*, in *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. III, Lisboa, Typ. Lusitana, 1845, pp. 83-87.

prostituição, e por toda a sorte de meios, ainda os mais torpes e vergonhosos – porque enfim as necessidades são muitas, os meios honestos de as satisfazer são poucos; e é forçoso sair da sociedade ou satisfazer, a todo o custo, às dispendiosas exigências da sociedade.

Tem havido nações que, durante certa época, parecem marchar no progresso da verdadeira civilização; porque delas se podia afirmar, que todos, ou a máxima parte dos seus membros sim viam aumentar de dia em dia as suas necessidades; mas eram necessidades cuja satisfação aumentando os seus cómodos e o seu bem-estar, também se podia dizer geralmente; que, se crescia o número das suas necessidades, cresciam com elas os meios de as satisfazer. Citam-se como exemplos destas felizes nações a Inglaterra e a Holanda, como exemplo do contrário a Espanha e Portugal.

Mas não nos esqueçamos de que são duas as condições precisas para que a civilização mereça este nome, a saber: 1^a Que com o progresso das necessidades aumentem os meios de satisfazer-las; 2^a Um proporcional desenvolvimento das faculdades físicas e morais.

Ora as pessoas que fazem à Holanda e à Inglaterra a honra de lhes atribuírem a glória de terem marchado, durante certa época, na carreira da verdadeira civilização, enquanto nos acusam a nós e aos nossos vizinhos de haveremos corrido na de falsa civilização, cometem quatro graves erros: um, quando gratuitamente supõem o número dos miseráveis naquelas duas nações muito menor do que ele na verdade tem sido em todas as épocas; outro quando transcurdam, que se os meios de satisfazer as necessidades sempre crescentes, aumentavam, não era numa justa proporção, entre as diversas classes da sociedade: e em nenhuma delas aqueles meios cresciam na mesma proporção em que se aumentava o número e a variedade das suas precisões. Em terceiro lugar olvidam que aquele mesmo desigual incremento de riqueza, sendo efeito de uma situação anómala dos povos, não podia continuar: e que, não continuando, a sua civilização tendo já, por isso mesmo, dentro em si um germe de sua imediata corrupção, só em aparência se equivoca com a verdadeira civilização; e, enfim esqueceram-se de que a primeira, essencialíssima condição: o progressivo desenvolvimento das faculdades físicas e sobretudo das morais, esteve em todas as épocas muito longe de se realizar: ou antes, não houve época nenhuma em que não seguisse mais ou menos, uma escala descendente, ora n'um, ora n'outro ramo.

Como em todas as obras da criação, há sempre uma mistura de bem e de mal; o filósofo, digno deste nome, não espera encontrar uma civilização sem defeito, para lhe dar o epíteto de boa e verdadeira: mas também exige, para a qualificar como tal, que nem a constituição social seja caquética, como nas duas nações ibéricas, nem pletórica, como naquelas que se lhes contrapõe como exemplares de civilização dignos de se imitar, sem restrição.

Muito temos, sem dúvida, que imitar d'aquelas e d'outras grandes nações; que não se medem as nações pela extensão de terreno, assim como se não avalia o merecimento dos homens pelos palmos que contam de estatura. Mas ao mesmo tempo que estudamos as partes dignas da nossa atenção, é forçoso que distingamos aquelas, onde residem os germens da sua inegável, e a todas as luzes, manifesta degeneração. Não falaremos dos defeitos morais, que têm a sua origem na educação propriamente dita, tanto civil, como religiosa: não porque eles não exerçam uma imensa influência na sorte das nações; mas porque esta análise nos afastaria demasiado do nosso principal objecto: e porque remediadas as causas materiais da desgraça, que pesa sobre a indústria dos povos, estes entram facilmente no caminho da virtude.

*Costuma-se dizer aos povos, observa um moderno escritor **, *Sede bons, e vós sereis felizes*. Os povos, acrescenta ele, poderiam responder: *Fazei-nos felizes e nós seremos melhores*.

No seguinte artigo prosseguiremos pois, no exame das causas materiais que paralisam a indústria, e contribuem para a desmoralização dos povos.

* De Laborde.

10. *Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia* (*)

Respeitando os motivos que têm obrigado a imprensa periódica a ocupar-se quase exclusivamente, d'algum tempo a esta parte, de assuntos de geral interesse que mal deixavam lugar a considerações puramente científicas e abstractas, temo-nos absterido de entreter os nossos leitores com as reflexões que havíamos começado a publicar, sobre o actual estado da civilização e os resultados que a reforma e melhoramento da espécie humana daí se pode prometer.

Esta longa interrupção torna indispensável começarmos hoje por lançar um rápido golpe de vista sobre as vantagens e os inconvenientes que nos nossos precedentes artigos havemos expellido da civilização moderna, pois que só depois de feita esta espécie de balanço, é que podemos avaliar até onde nos é lícito levar nossas esperanças; e quais devem ser os nossos bem fundados receios de as vermos desmentidas ou contrariadas.

Eis aqui em summa as principais conclusões a que havemos chegado nos precedentes artigos.

1º. Que o máximo da civilização é o máximo das necessidades; ao mesmo tempo que o máximo das necessidades é o máximo da dependência.

2º. Que se os meios de satisfazer as necessidades vão crescendo na mesma proporção, merece a civilização os elogios da sabedoria; porque, como aqueles meios só se podem realizar pelo progressivo desenvolvimento das nossas faculdades, nisso consiste o aperfeiçoamento da espécie; não pode deixar de ser feliz o povo, cuja civilização nós supomos operar-se por este modo.

3º. Que pelo contrário, não pode deixar de ser mui desgraçado aquele em cujo seio crescerem as necessidades, já em número, já na intensidade; entretanto que os meios de satisfazê-los ou vão em diminuição ou ficam estacionários.

4º. Que no primeiro caso a dependência sempre crescente, bem longe de ser um mal para a sociedade, onde ela se verifica, é um dos mais sólidos fundamentos de prosperidade, tanto dos cidadãos entre si, como com as nações estrangeiras.

Com efeito é evidente que se, multiplicando-se os motivos de dependência dos outros homens, para obtermos a satisfação das nossas precisões, eles se prestam a satisfazê-las, é porque recebem de nós em retorno os meios de satisfazer a algumas de suas precisões.

Sendo pois recíproca, e não só recíproca, mas equivalente a sua mútua dependência, vem ela a ser uma forte garantia de que cada um deles respeitará os legítimos interesses de cada um dos outros: que longe de contrariar a sua prosperidade, reconhecerá que à medida que esta for crescendo, aumentarão os meios deles fazerem maior consumo dos produtos agrícolas ou fabris que ele lhes pode oferecer.

5º. Que na suposição contrária de um povo não ter meios de satisfazer as suas necessidades, o que isso significa é que ele, considerado em massa, não tem indústria que ponha os outros povos na sua dependência, oferecendo-lhes em troca esses géneros de que eles carecem; e que, portanto, não só é infeliz pelas privações a que o reduz a falta de comércio estrangeiro: porém muito mais ainda porque criados os homens, de geração em geração, na preguiça e no aviltamento de uma aniquilação moral, cada dia se tornam mais viciosos e desgraçados.

6º. Que se lançamos os olhos sobre o estado actual da Europa continental, deixando por ora de parte o resto do universo, horroriza-se o ânimo observando a

(*) *Questões de filosofia e literatura*, in *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. III, Lisboa, Typ. Lusitana, 1845, pp. 116-119.

espantosa desproporção entre o produto e o consumo; e sobretudo quando depois de um mais profundo exame se vem a descobrir as causas deste pavoroso estado de cousas.

7º. Que numas nações os produtos a vil preço não só não habilitam o produtor para satisfazer as suas precisões; mas não lhe rendendo assaz para fazer face ao costeio, cada dia o reduz a uma mais deplorável miséria.

8º. Que n'outras partes, a par daquela depreciação – de uma grande massa de produtos industriais ou agrícolas ou, o que vale o mesmo de uma grande miséria, se observam outros ramos de indústria e particularmente dos que são alimentados pelo luxo, elevados a um preço que contrasta com a pobreza; que se acabava de observar com horror e mágoa.

9º. Que descendo-se à pesquisa das verdadeiras causas deste estado, tanto mais assustador, quanto ele é comum a todas as nações do universo, achamos serem a 1ª uma cega e desatinada concorrência já dos homens das mesmas profissões em cada nação, já das nações umas com as outras: 2ª de que assentando as instituições políticas, dos povos mesmos que blasonam de mais livres e constitucionais, sobre as mais monstruosas contradições da legislação dos privilégios, é conforme a ela, e não na razão do trabalho e da indústria que se acham distribuídas as riquezas, produto da indústria e do trabalho.

10º. Que os meios descobertos pela sagacidade humana para debelar os males provenientes destas duas causas tendo-se dirigido todos à diminuição das despesas, tanto da mão-de-obra, como das comunicações e transportes; tem daí resultado que nas nações onde não existem esses poderosíssimos meios de produção, acabou de definharse a indústria, esmagada pela concorrência estrangeira, e que nos países onde a indústria florescente alimentava milhões de homens, muitos milhares deles, privados do seu emprego por aqueles novos inventos, se acham reduzidos à mais espantosa desgraça: E como, vivendo no meio da nação a que pertencem, hão de pesar sobre ela de um modo tanto mais desastroso quanto maior for o seu número e a sua incapacidade de granjear pelo trabalho a sua subsistência; cada dia vemos engrossar-se naqueles estados, outrora tão geralmente industriais, a horrorosa borrasca de um pauperismo cada dia mais vicioso, insolente e insofrido.

Aqui poremos termo à sinopse das nossas considerações preliminares. Nos seguintes artigos mostraremos o horóscopo que delas pode deduzir a razão do estadista, relativamente à futura ressurreição ou à fatal e irremediável decadência que cada um augura às nossas já caducas nações, quando apenas se devem reputar chegadas à idade de adolescência; porque dezoito séculos na vida das nações, mal correspondem a dezoito anos na vida de qualquer indivíduo da espécie humana.

11. Do poder moderador (*)

I

Entre as muitas belezas de redacção que asseguram à nossa Carta Constitucional e ao seu protótipo, a Constituição do Brasil, o primeiro lugar entre as composições do mesmo género, merece especial menção a elegante definição do Poder moderador, habilmente incorporada no artigo 71, dizendo-se: *que tem por objecto a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes políticos.*

O sábio jurisconsulto redactor da Constituição do Brasil *, acrescentando aos Poderes políticos geralmente reconhecidos, este novo Poder, teve em vista fazer entrar no domínio da legislação a teoria do célebre publicista Benjamin Constant, a quem a jurisprudência constitucional deve, além de outros serviços, o de haver discriminado, entre os diversos direitos majestáticos, os que, não fazendo parte da especialidade do Poder executivo, nem da do legislativo, que competem à coroa da Grã-Bretanha, têm por objecto a manutenção da harmonia dos diversos Poderes políticos do Estado.

Mas depois de assim havermos tributado à memória daqueles nossos dois ilustres amigos, os louvores que lhes são devidos, seja-nos permitido observar que nem um nem outro entreviram toda a extensão daquela tão importante descoberta.

Por uma daquelas coincidências que são frequentes entre pessoas que, partindo de idênticos princípios, se ocupam da resolução de um mesmo problema, aconteceu que, enquanto na Europa Benjamin Constant distinguia entre as atribuições da coroa britânica um certo número de prerrogativas a que deu, como acima dissemos, o nome do Poder moderador; nós ocupando-nos no Brasil, onde então residíamos, de classificar os diversos Poderes políticos, notávamos que em todos os governos se encontram, e há de forçosamente haver, um certo número de atribuições distintas das que são peculiares a cada um dos quatro poderes políticos (eleitoral, legislativo, judicial e executivo), e que têm por único objectivo assegurar a observância das leis: em consequência do que escrevíamos, e depois em vários de nossos escritos publicámos: que, além daqueles quatro poderes, se devia reconhecer mais outro, deles totalmente distinto, a que demos o nome de Poder conservador: e acrescentámos; que este poder era comum, não só a todos os agentes dos sobreditos quatro poderes políticos, mas a todos os cidadãos, ou para melhor dizer, a todo e qualquer homem, nacional ou estrangeiro; porque, formando o género humano uma só família, o bem e o mal de uns não pode deixar de interessar a todos os outros membros desta grande confraternidade. No nosso Manual do Cidadão, e no Projecto do código político oferecido à nação portuguesa, expendemos as diferentes atribuições deste poder, que competem aos diversos corpos ou pessoas acima mencionadas.

Vem por consequência o *Poder moderador*, indicado por Benjamin Constant, e admitido distintamente na nossa Carta, a ser aquela porção do *Poder conservador* que no nosso sistema compete à coroa. Há porém entre a nossa opinião e a do redactor da

(*) *Questões de filosofia, política e literatura*, in *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. I, Parte II, Lisboa, Typ. Lusitana, 1844, pp. 1-11.

* Aproveitamos esta ocasião para perpetuar, quanto de nós depende, o facto pouco conhecido de que ao modesto e douto jurisconsulto Francisco Carneiro de Campos, se deve o belo trabalho daquela Constituição: cujo projecto, tendo sido apresentado em Conselho de Estado por seu irmão o Exm^o. marquês de Caravellas, membro daquele conselho deu lugar à opinião, que geralmente voga, de ser este o seu autor: mas o mesmo nobre marquês declarou no senado, por ocasião dos debates sobre a lei da reforma, não ser fundada aquela opinião.

Carta, ou antes do seu protótipo a Constituição do Brasil * uma grande divergência, quanto à positiva determinação das atribuições, que constituem ou devem constituir a porção do Poder conservador que compete à coroa; porquanto somos de opinião que das oito especificadas no artigo 74, algumas há que não pertencem a este Poder, mas sim ao Poder eleitoral, e há outras que nem ao monarca, nem a pessoa alguma podem competir num governo representativo, por serem diametralmente opostas aos princípios incontestáveis da jurisprudência constitucional. Delas trataremos nos seguintes artigos. Mas não podemos terminar este, sem fazer observar que, por um defeito de redacção do artigo 71 dos dois códigos, os publicistas de ambos os países têm pretendido estabelecer entre o Poder moderador e o Poder executivo uma diferença incompatível com a essência dos governos representativos, a saber: Que os actos do Poder moderador, sendo, nos termos do artigo 71, *privativos* do rei, não implicam a responsabilidade dos ministros, nem a dos conselheiros de estado.

Três razões peremptórias demonstram ser errônea esta jurisprudência que, desgraçadamente, vemos passar por axioma.

1º. Em nenhum país bem governado pode admitir-se o princípio de que nele seja lícito praticar-se um só facto, por cujas consequências ninguém fique responsável. Isto equivaleria a dizer que as turmas se reuniram em sociedade, não para melhor assegurarem a observância de seus direitos; mas para que a sua honra, vidas, e fazenda fossem o ludíbrio de quem quer que semelhantes actos pudesse praticar, cobrindo-se com irresponsabilidade do monarca.

2º. Tanto os régios diplomas, em que se realiza o Poder moderador, como aqueles em que se realiza o Poder executivo, que compete ao Rei, são referendados pelos ministros d'estado. Que significa esta referenda? Um simples reconhecimento de Notário? Não: significa, como nos diplomas do Poder executivo, que sem ela o régio diploma ficaria sem execução. É uma ordem por escrito dada pelo Rei aos ministros, e portanto está compreendida no artigo 105 que os torna responsáveis pelas consequências, se incorrerem nalgum dos casos marcados no artigo 103: sem que a Carta distinguisse, nem podia distinguir, entre ordens emanadas do Poder moderador e ordens emanadas do Poder executivo.

3º. Do mesmo modo, no artigo 111, os conselheiros d'estado são expressamente declarados responsáveis pelos conselhos que derem opostos às leis e ao interesse do estado, manifestamente dolosos. Também aqui se não distinguem, nem a moral permitiria, que se distinguissem, os que disserem respeito a um ou a outro dos dois Poderes. E se aqueles que aconselharem ficam responsáveis só pelo simples conselho; com muita maior razão deve ter sido a mente do legislador, no artigo 105, que o sejam

* Causa tédio ouvir, e ler-se, que a nossa Carta é obra do gabinete Britânico: e isto não só o dizem e escrevem estrangeiros, mas até muitos dos nossos próprios nacionais! Como é possível ignorarem que ela foi literalmente copiada da Constituição do Brasil, salvo nos artigos que o Senhor D. Pedro IV entendeu dever modificar ou acrescentar, para ampliar prerrogativas da coroa; ou para substituir por outras as que se suprimiam à nobreza. Por outra parte ninguém ignora que a aceitação da constituição do Brasil, bem como o declarar-se Rei constitucional, sucessor de Seu Augusto Pai no trono português, não foi deferência daquele Príncipe para com sugestões estrangeiras; mas efeito do seu pronto golpe de vista político. Compreendeu que era necessária condição para se manter no trono brasileiro, aceitar a constituição que pelo conselho de estado lhe era apresentada: bem como para se assegurar neste reino um poderoso partido, que sustentasse os seus direitos à coroa portuguesa, proclamar o restabelecimento do regime constitucional. A urgência das circunstâncias; o apoio da nação brasileira, gloriosa de dar a lei àquela mesma metrópole, d'onde outrora as recebia; e talvez a convicção de que nenhuma outra corresponderia melhor às suas vistas: tais foram os genuínos motivos que determinaram a proposta ou, se se quiser, outorga, que aquele Príncipe fez à nação portuguesa da Carta Constitucional que ora nos governa.

os ministros, por levarem à execução as resoluções tomadas em virtude desses conselhos, ou independentemente deles.

É pois imaginária toda a distinção que se pretenda estabelecer entre os actos emanados dos dois Poderes; senão em quanto uns têm por objecto cumprir e fazer cumprir as decisões do Poder legislativo, as sentenças do Poder judicial, e as escolhas do Poder eleitoral, e o outro, promover a cooperação dos agentes daqueles três Poderes, para se manter a observância das leis.

II

Nós dissemos no artigo precedente, que o ilustre redactor da Constituição do Brasil enumerara, entre as atribuições do Poder moderador, algumas que de nenhum modo podem entrar debaixo desta rubrica. Cumpre-nos demonstrar a verdade desta nossa asserção.

Começaremos por aquela que dizemos pertencer simultaneamente ao Poder legislativo e ao executivo. É esta a que se acha consignada no § 3º do artigo 74, e se faz consistir no direito, que compete ao Monarca de sancionar os Decretos e Resoluções das Cortes.

A palavra *Sanção* compreende dois distintos actos ao mesmo tempo; que vêm a ser: o de aprovar aquelas Resoluções, e o de ordenar a sua execução. O primeiro daqueles actos é puramente legislativo e em nada difere do que pratica qualquer dos outros dois ramos do Poder legislativo, quando adopta alguma Resolução que a ele vem da outra câmara ou do governo.

O acto pelo qual o Monarca, sancionando as Resoluções das Cortes, as manda cumprir, nada é mais do que um acto do Poder executivo: e portanto, nem debaixo deste ponto de vista nem do precedente, envolve o menor carácter de Poder moderador; pois que, como fica dito no artigo precedente, este nome só compete àqueles actos, que não têm por objecto nenhum dos outros quatro Poderes políticos, mas sim e tão somente manter a harmonia entre eles.

Seguem-se as atribuições consignadas nos §§ 1º e 5º, que, pertencendo privativamente ao Poder eleitoral, não se podem considerar como atribuições do Poder moderador.

Não ignoramos, que, na opinião geral, a faculdade, conferida ao Monarca no § 1º, de nomear Pares *sem número fixo*, tem por fim reprimir as maiorias facciosas que se formarem na respectiva câmara. Mas essa opinião e aquela prática, não somente são absurdas, mas imorais.

Com efeito, pode haver doutrina mais contraditória, do que criar um congresso para subtrair ao arbitrário do governo a confecção das leis: e logo depois dar ao governo a faculdade de obrigar o congresso a não fazer senão as leis que a ele lhe aprouverem; reforçando, cada vez que bem lhe parecer, a minoria da câmara, para fazê-la passar a ser maioria, pela nomeação de novos Pares? Pode haver maior imoralidade do que permitir a um governo, que for inimigo das liberdades públicas, o podê-las assim aniquilar, convertendo em maioria uma minoria corrompida, na câmara dos Pares: ao mesmo tempo que se lhe concede o Poder de dissolver a câmara dos deputados, se também esta lhe não estiver vendida? Onde está aí a liberdade de votar? Onde a independência dos Poderes? E haverá ainda quem se atreva a apelar constitucionais a governos fundados sobre um semelhante sistema de contradições e de imoralidade? Sim; enquanto os povos forem assaz insensatos para lhes darem crédito: e os homens doutos e honestos assaz covardes, para os suportarem.

Não é menos incompatível com os princípios do governo representativo, e da moral, a prerrogativa de perdoar ou moderar as penas ordenadas pelo Poder judicial, mencionada no § 7º, pois isso vale o mesmo que anular as sentenças do Poder judicial, como acabamos de ver que a ilimitada intrusão de pares e a dissolução da câmara dos deputados anulam o Poder legislativo. E que nome merece um governo em que aos agentes de um Poder é lícito reduzir a nada as resoluções dos agentes dos outros Poderes?

No nosso Manual do Cidadão (artigos 781 e seguintes) havemos demonstrado a inconstitucionalidade do direito de agraciar: para lá remetemos os nossos leitores, em razão dos curtos limites do presente artigo.

Se o direito de convocar, prorrogar ou adiar as cortes, consignado nos parágrafos 2º e 4º, significasse o direito de requisitar as cortes para se reunirem, prorrogarem as suas sessões ou adiá-las, essas atribuições seriam conformes aos princípios da jurisprudência constitucional e figurariam mui bem na rubrica do Poder moderador. Mas no sentido imperativo, em que os juriconsultos costumam interpretá-lo, é uma flagrante violação do princípio da independência dos Poderes, sem a qual é escarnecer dos povos o dizer-lhes que eles têm a felicidade de viver debaixo do regime de um governo constitucional.

A oitava prerrogativa, considerada pelo sábio redactor da Carta, como uma essencial atribuição do Poder moderador, é o direito de conceder amnistias. Aquele ilustre juriconsulto não distingue, nem então era ainda conhecida a diversa natureza das amnistias civis e políticas. Deve-se pois subentender que fala de ambas e portanto diremos: que como as segundas só têm lugar, quando uma nação se tem dividido em dois bandos; a amnistia é recíproca: e a convenção pela qual eles concordam em que não haja procedimento judicial nem administrativo contra ninguém, depois da reunião, antes cada um seja conservado ou repostado na mais vantajosa situação a que tivesse sido elevado, (pois é neste ajuste que consiste a amnistia e o que a distingue do perdão) uma semelhante convenção só pode ser celebrada entre os representantes dos dois partidos. Não e desta sorte de amnistias que pode rezar o parágrafo 8º do artigo 74, mas sim e tão somente das amnistias civis. Mas destas já nos mostrámos num precedente artigo que a sua concessão não pode deixar de ser um acto do congresso nacional, com o concurso do governo: não em virtude do Poder legislativo, mas do Poder conservador. Remetemos pois o leitor para aquele artigo e para o nosso Manual do Cidadão (artigos 785 e seguintes) onde esta matéria se acha desenvolvida; e para o Projecto de código político, onde o modo prático se acha formulado.

Isto posto, não restam de todas as atribuições consideradas pelo douto redactor da Carta, como prerrogativas do Poder moderador, senão o direito de demitir os ministros de estado (§ 5º) e o de suspender os magistrados (§ 6º) mandando-os pôr em processo; porque, quanto ao de dissolver a câmara dos deputados, mencionado no § 4º, cumpre advertir que seria tão inconstitucional cassar o governo aos deputados o seu mandato, como aos magistrados: todas as razões que militam a respeito destes, valem a respeito daqueles. O que ao governo pode unicamente competir, é suspender a uns, bem como aos outros que julgar culpados, o exercício do seu mandato, e fazê-los pôr em processo, mas sem interrupção nem da administração da justiça, nem da representação nacional, que em tais casos de conflito entre o governo, como acusador, e da câmara ou da sua maioria, como acusadas, é de máximo interesse das liberdades públicas se ache em sessão permanente. Por isso no nosso Projecto de código político, prevendo este caso, exigimos que bem longe de se dissolver a câmara, se reunisse, chamando-se em lugar dos deputados postos em juízo, os seus substitutos. Veja-se o que no citado Projecto havemos formulado a este respeito.

Em conclusão: o que neste capítulo do Poder moderador se acha consignado e se reduz às duas únicas atribuições que acabamos de mencionar, é por extremo incompleto. A parte, que deve caber ao governo no Poder conservador, é muito mais considerável e precisa de ser mais miudamente definida e organizada. No citado Projecto do código, e no Sistema de leis orgânicas que pende da decisão da câmara, havemos procurado encher esta lacuna.

12. Do suicídio (*)

Que o célebre Erasmo escrevesse um elogio da loucura, é coisa que se compreende, por ser assunto que abre largo campo a uma crítica interessante e delicada. Mas que haja neste nosso século quem perca o seu tempo em fazer a apologia do suicídio, só se pode explicar pela tendência que os aplausos obtidos nas Câmaras Legislativas e nos auditórios judiciais têm inspirado à mocidade para o deplorável talento da improvisação.

Não é pois o elogio nem a censura do suicídio que fará objecto deste artigo. Nós consideraremos, como toda a gente, o suicídio pelo lado que interessa a humanidade, a fim de investigarmos as causas e os remédios desta fatal moléstia, a um tempo, física e moral da espécie humana.

Começaremos por fazer observar que esta funesta propensão de pôr termo à própria existência, começa umas vezes pela alteração das faculdades físicas; outras vezes das faculdades intelectuais; e outras enfim das faculdades morais.

Duas são as sortes de alterações nas faculdades físicas, que nos consta haverem terminado por este fatal desfecho, uma é a embriaguez habitual; outra o excesso de dores, que por contínuas e insofríveis parece terem esgotado toda a paciência do infeliz enfermo.

A distinção que fizemos entre as alterações das faculdades morais e das intelectuais não se deve entender absolutamente; mas só quanto ao momento da sua primeira origem; pois que as que, em seu princípio eram puramente intelectuais, só depois de assumirem o carácter moral, e moral depravado, é que começam a convergir para o suicídio.

Tendo procurado classificar as diversas perversões intelectuais que, segundo nosso conhecimento, têm a final conduzido a um semelhante fim os desgraçados cuja história nos tem sido possível seguir; parece-nos poderem-se reduzir todas ao *cepticismo* ou para melhor dizer ao *pirronismo*, que costuma ser o precursor da decadência das nações chegadas ao apogeu do que se tem convencido denominar civilização, mas que melhor se deveria denominar corrupção, conforme a célebre sentença *corrumpere et corrumpi saeculum vocatur*.

A desídia de estudar, ao mesmo tempo que se sente a necessidade de passar na sociedade por instruído, conduz a maior parte dos que nela avultam a inventarem pretextos para cohonestar a superficialidade de conhecimentos de que a própria consciência os acusa e que pressentem não poder ficar por muito tempo encoberta. De todos os meios até agora tentados para conseguir este fim, nenhum é tão eficaz nem tão lisonjeiro para a vaidade destes *corifeus* da literatura do *bom tom*, como o de agenciar nas diferentes questões um igual número de boas ou más razões pró e contra, afim de poder concluir, que nada se sabe de certo, e que pretender profundar tais matérias só é próprio de espíritos acanhados ou pedantes. Tal é a origem do *cepticismo*, que de tudo duvida e, dado este primeiro passo, muito perto se está do *pirronismo*, que tudo nega.

Uma vez preparado o espírito por este hábito de incerteza em alguns casos, e de absoluta negação de crença em quasi todos; logo que o nosso céptico se vê acometido de algum daqueles golpes da fortuna a que só pode resistir um ânimo constante, ilustrado pelas luzes da experiência, que lhe deixa entrever no futuro os meios mais ou menos seguros de triunfar da desgraça, não acha em si recursos para resistir aos contratempus; sucumbe à adversidade e não vê nenhum outro meio de a ela se subtrair senão entrando no abismo do nada, de onde a sua estúpida ignorância lhe faz supor que foi tirado.

(*) *Revista Universal Lisbonense*, T. II, 1843, nº 38 (pp. 473-474).

É óbvio que para prevenir esta primeira causa de suicídios, cumpre que as pessoas encarregadas da educação da mocidade, se esforcem por afastar dela tudo quanto pode favorecer a preguiça de pensar, lançando mão de tudo quanto parecer próprio para fazer nascer no ânimo dos alunos um ardente desejo de saber e o hábito de reflectir e meditar no providencial encadeamento das causas e efeitos que constituem a ordem admirável do universo. Conduzida assim a mocidade a reconhecer em todos os acontecimentos da vida humana a mão de uma Providência que tudo encaminha para a felicidade dos homens, que da sua parte se esforcem por cultivar as faculdades de que ela os há dotado; nenhuns golpes da adversidade serão capazes de lhe abater os brios e jamais a esperança a abandonará, mesmo no meio dos maiores perigos e a despeito de todos e quaisquer contratemplos.

Os suicídios que têm sua origem na depravação dos sentimentos morais do infeliz que, para se subtrair à desgraça, atenta contra a sua própria existência, ou no excesso de dores físicas para que todo o sofrimento do desgraçado paciente se acha exaurido, nem sempre supõe um espírito ignorante e apoucado.

Também se não pode concluir que o suicídio em semelhantes casos pressupõe uma vida dissoluta ou viciosa. O que de certo se pode afirmar é que as mais das vezes esse excesso das paixões, essa insuportável veemência das dores não teriam tido um tão deplorável desfecho, se aqueles que jazem vítimas da desesperação, se tivessem preparado para lhes resistir, mediante actos de filial resignação nos decretos de uma Providência, que vigia sobre a sorte dos fracos mortais, quer seja para afastar deles os males que estorvariam o cumprimento dos fins para que foram criados, e que a ninguém é dado *perscrutar*; quer seja para lhes inspirar valor e coragem no momento do maior perigo.

Vê-se pois que neste como no precedente caso é somente por meio de um bem entendido plano de educação que os pais e os legisladores se poderão gabar de prevenir a frequência dos casos de suicídio que a experiência mostra serem tanto mais raros em qualquer país, quanto o sistema de educação que nele predomina é mais conforme aos princípios de uma sã moral.

Tais são as causas, tais são os remédios que um longo estudo deste importante assunto nos têm feito descobrir. É neste sentido que havemos procurado traçar o plano da educação nacional, que outrora oferecemos aos nossos compatriotas. Porventura existem outros meios mais prontos e mais eficazes. Possa a grandeza do mal, que todos os dias cobra novas forças, excitar os elevados talentos que os conhecerem, a comunicá-los ao público, com a mesma candura e boa fé com que nos havemos aventurado a publicar os que havemos podido alcançar.

13. Do infanticídio (*)

Tudo quanto a boa razão e os sentimentos de humanidade podem ditar para infundir nos ânimos um profundo horror contra o crime do infanticídio, está dito; e tem-se escrito tantas vezes e por homens de tão abalizado engenho, que nada falta para acrescentar sobre este assunto.

Já assim não é, se o consideramos debaixo do ponto de vista que respeita aos juriconsultos e aos legisladores.

Encontram-se sem dúvida nos escritos dos primeiros muitas e mui acertadas observações sobre os motivos e a qualificação destes actos, que as mais das vezes são resultado de um combate entre vários sentimentos inerentes ao coração humano. Mas contentes com esta apreciação teórica, apenas e muito superficialmente descem a considerar, por que meios se poderia diminuir, já que é impossível atalhar inteiramente que se perpetrem horrorosos crimes.

O mais que os legisladores, pouco ilustrados pelos escritos dos juriconsultos, têm adiantado na reforma desta parte da legislação, reduz-se a minorar as penas que em seus códigos draconícos haviam fulminado os antigos.

Remontemos às origens deste crime: elas nos indicarão os meios mais adequados para a sua repressão.

Três são, que nós saibamos, os motivos porque as mães sacrificam as inocentes criaturas, que acabam de dar à luz, a saber: o pejo, o ódio, e a devassidão.

Um remédio aplicável a todas estas três causas, e sem o qual, nenhum outro pode ter resultado algum útil, é a educação da mocidade, e particularmente, das pessoas do outro sexo; pois é evidente que uma donzela bem educada estará menos exposta a cair em faltas, de que tenha de envergonhar-se, do que aquelas que, destituídas de princípios morais, vivem habitualmente no meio das seduções e dos perigos.

Mas, além deste meio preventivo universal, há para diminuir os casos de infanticídio por motivo de pejo, outras providências que dependem da legislação do país.

Um das vezes a paixão, outras vezes o simples desejo de saírem do estado de solteiras ou viúvas, são dois motivos que induzem as mulheres a cometerem faltas de que depois, mas já tarde, se arrependem.

A espécie de certeza que as enganosas promessas dos amantes ou sedutores lhes inspiram de que os indissolúveis vínculos do matrimónio seguirão de perto a sua condescendência é, pela maior parte, o motivo que as determina a subscreverem à sua desonra. Logo é evidente, que se aqueles vínculos não fossem indissolúveis, perderia toda a sua força a promessa de casamento.

Assim, uma legislação que desse ao desquite todas as formalidades compatíveis com a moral pública e com os direitos dos filhos e dos terceiros interessados, seria o meio mais eficaz, que se poderia empregar para impedir os efeitos da sedução e da fragilidade*.

Outra providência, que reputamos não menos eficaz, seria a de se declarar; que o simples facto da união entre duas pessoas solteiras ou viúvas, conferiria à mulher todos

(*) *Revista Universal Lisbonense*, T. II, 1843, nº 40 (pp. 497-498).

* Sobre este mesmo pensamento parece ser fundada a lei que declara serem unicamente valiosas em direito as promessas de casamento feitas a donzelas menores de dezoito anos. Mas esta lei é imoral. A ninguém, nem mesmo ao legislador, é permitido desligar aquele que, por uma promessa livre e voluntária, se obrigou a prestar uma acção lícita; sobre tudo quando de a não cumprir deve resultar para a pessoa, a quem essa promessa foi feita, um dano irreparável, como acontece nos casos de que tratamos.

os direitos de casada: salvo ao marido o direito de desquite, com as condições e encargos marcados na lei que regular tais separações.

O ódio, que dissemos ser uma das causas de infanticídio, tem umas vezes por objecto o pai da inocente vítima, outras vezes a própria criança.

O ódio ao pai costuma derivar de ciúmes ou de indignação, por a mãe se ver dele abandonada. Em ambas estas hipóteses entendemos que atalharia muitos males a lei que declarasse à donzela ou viúva seduzida ou simplesmente frágil os direitos de casada.

O ódio contra a própria criança é tão monstruoso, que felizmente, poucas vezes se verifica: e esse, umas vezes é efeito da desesperação pela falta de meios de prover à sua criação, outras vezes provém do estorvo que as mães prevêm que eles oporão à vida dissoluta que intentam continuar. No primeiro destes dois casos aproveitaria ainda a lei que acabamos de mencionar, mas sobre tudo as providências de que logo trataremos destinadas a assegurar a sorte de todos os recém-nascidos, desencarregando desse ónus aqueles de quem receberam o ser.

Para o caso em que o ódio à inocente criança provém da mãe ter já chegado a tão deplorável corrupção de costumes, não resta ao legislador outro recurso, senão o recomendar esses entes desnaturados à vigilância das autoridades, a quem incumbe velar pela manutenção da moral pública, afim de submetê-los ao tratamento da correcção nos estabelecimentos a esse fim destinados.

Qualquer porém que seja dos três mencionados motivos o que determine as mães, os pais ou outras terceiras pessoas ao horrível procedimento de dar a morte àquelas inocentes e naturalmente interessantes criaturas; todos e cada um desses motivos perderão a sua força ou cessarão mesmo de existir, se todo o recém-nascido fosse, só por esse facto, considerado mais como filho da nação, do que daqueles de quem recebeu a existência.

Os estabelecimentos, que nós denominaríamos casas de maternidade, longe de serem, como hoje são, ocasião de opróbrio para aqueles que ali tivessem sido criados, deveriam ser títulos legais para a sua promoção na carreira da sucessiva educação, à custa do Estado, como o costumam ser as escolas e os colégios militares; onde as mais elevadas patentes do exército e da marinha solicitam a admissão para seus filhos: e com razão; pois que o ter sido criado e educado em tais estabelecimentos é um abono de préstimo e bom comportamento dos alunos, aspirantes aos diversos empregos do público serviço ou da indústria privada.

Não ignoramos que muito se tem escrito contra os estabelecimentos dos expostos; e convimos em que muitas das razões alegadas pelos homens conspícuos, que têm sustentado aquelas opiniões, são irrefragáveis.

Mas entendemos, que eles se equivocaram, confundindo as instituições com os abusos nelas introduzidos, as mais das vezes desde o princípio da sua criação. Por isso parece-nos que desde o momento, em que se evitarem aqueles abusos, semelhantes estabelecimentos prestarão grandes serviços ao Estado.

Os limites deste artigo, não nos permitem entrar nos pormenores que seria preciso expender, para darmos ao leitor uma ideia clara de como eles se poderiam evitar. Remetê-lo-emos para o nosso projecto de código político bem como para um projecto de associação das classes industriosas, onde havemos tratado deste assunto debaixo dos seus diversos pontos de vista.

Aqui limitar-nos-emos a fazer observar que, quando fosse certo, o que não é, que o número dos filhos ilegítimos cresce sempre, e muito, desde o momento em que erigem semelhantes estabelecimentos; os seus adversários não podem negar, que o número dos infanticídios é muito menor, onde tais casas existem, do que onde elas faltam.

Não hesitamos pois em propor a multiplicação de semelhantes estabelecimentos, como um dos meios mais eficazes para se diminuïrem muito os infanticídios, ainda quando se corresse o perigo de dar lugar a que haja um certo número de filhos ilegítimos de mais.

14. *Observações sobre os direitos da propriedade literária e artística* (*)

De todos os assuntos de Jurisprudência moderna, poucos têm sido tão mal compreendidos pelos escritores e legisladores como o que versa sobre os direitos da propriedade literária e artística.

Nós julgamos achar a razão desta singularidade no hábito em que se estava de ir buscar no Direito Romano os princípios do Direito Universal; em vez de se examinar, como mais modernamente se tem praticado, se as doutrinas do Direito Romano são ou não conformes aos princípios do Direito Universal.

Com efeito os gregos, e os Romanos seus discípulos, não conheceram outro direito senão o da força e o da propriedade territorial; e desses mesmos nunca chegaram a ter senão ideias muito imperfeitas e em grande parte falsas. Do direito que compete à propriedade do trabalho mal podiam ter ideias claras, porque o trabalho era entre eles sinónimo de escravidão.

Felizmente o Cristianismo e o espírito da liberdade dos povos invasores do Império Romano, trazendo após a si a abolição da escravatura, enobreceram o trabalho; e os trabalhadores livres reconheceram que também eles tinham direitos de propriedade.

Entretanto, como a avaliação destes direitos tinha de ser feita pelos princípios da Jurisprudência Romana, enquanto os Jurisconsultos não advertiram que outras deviam ser a balança e a medida dos direitos do homem e do cidadão, era forçoso que se confundissem ideias tão distintas, e, em certo modo, mesmo opostas, como as de *propriedade territorial* e *propriedade do trabalho*. Já noutra parte* mostrámos a diferença que existe entre estas duas espécies de propriedade, ou, para melhor dizer, que na chamada propriedade territorial não há realmente propriedade, senão na proporção em que há trabalho ou valores provenientes do trabalho.

Isto posto, notaremos que o direito de propriedade consiste em que a todo o homem compete o direito de dispor livremente do fruto do seu próprio trabalho, ou do de outrem que lho houver livremente cedido.

É consequência desta livre disposição que o proprietário, cedendo a outrem o produto do seu trabalho, o faça debaixo das condições que bem lhe aprouver; salvo ao Cessionário o direito de as não aceitar, se elas forem excessivamente onerosas, e a obrigação de rejeitá-las, se forem desonestas.

Esta doutrina se aplica a toda e qualquer sorte de trabalho; porque todas as razões que se derem a favor de uma serão aplicáveis a todas as outras sortes.

Advertimos isto, para de antemão repelirmos a impertinente distinção que certos legistas e, depois deles, alguns legisladores pretendem introduzir entre os direitos de propriedade que competem aos trabalhos manuais e os que competem aos trabalhos da inteligência, da imaginação, ou da tradição histórica.

A distinção que, debaixo deste ponto de vista, cumpre bem fixar, é a que existe entre os trabalhos que só podem ser reproduzidos e igualados por quem tiver igual força de talento ou valentia de génio que o seu primeiro autor, e aqueles que o podem ser pelo emprego de simples trabalhos mecânicos.

Neste segundo caso estão todas as produções literárias e musicais, bem como grande parte das descobertas da Química e das invenções na Mecânica.

Compreende-se pois facilmente, que nestes casos é o dever do legislador proibir severamente que os autores de semelhantes produções sejam frustrados pelos contrafactores do fruto dos seus trabalhos.

(*) *Revista Universal Lisbonense*, T. II, 1842, nº 1 (pp. 4-6).

* *Manual do Cidadão*, V Conferência, §§ 170 e segs.; e no *Précis d'un Cours d'Économie Politique*.

No outro caso porém toda a lei que proibisse a reprodução das obras do génio ou dos talentos superiores, seria supérflua e absurda. Supérflua a respeito dos talentos ordinários, que apenas podem aspirar a produzirem fracas cópias que, longe de prejudicarem ao valor dos originais, só podem servir de realçar o seu merecimento. Absurda em quanto defendesse a Rubens de fazer um quadro da Santa Família, porque Rafael tivera primeiro essa concepção; a Bartolozzi gravar a Santa Ceia, como Morgan, ou a Thorwaldsen as três Graças da Canova. As produções literárias e artísticas produzem muitas vezes o efeito de darem origem a outras que, sem serem exactamente as mesmas, têm com elas tanta analogia, que se têm querido fazer passar como contrafacções das primeiras. Tais são as gravuras dos quadros, as máquinas modificadas na sua composição, e os produtos químicos variados nos elementos de que são compostos, ou no modo porque são manipulados.

Pelo que pertence às gravuras dos quadros, é evidente que os motivos pelos quais o amante das belas-artes se determina a comprar um quadro de Sequeira, são inteiramente diversos daqueles que o levam a comprar a estampa que dele fizesse o gravador Bartolozzi.

Por outro lado, como seria extravagante a lei que proibisse o exercício da sua arte a todo o abridor, por mais insigne que ele fosse, que não ajuntasse a este talento o da concepção de assuntos nunca produzidos pela pintura ou pela gravura; segue-se que é forçoso deixar livre a cada um reproduzir por via da estampa o que outros, por esse modo ou pela pintura ou pela escultura, houverem publicado. Se igualarem ou excederem os primeiros, estes só se podem queixar da natureza, que lhes não deu igual talento. A sociedade deve agradecer-lhes suas produções pelo que valerem, e, além disso, por aquelas de igual ou superior merecimento que, à sua imitação, se fizerem, e que, sem elas, talvez nem elas nem seus autores se teriam feito conhecer.

Em quanto às máquinas e produtos químicos, já se acha suficientemente acautelada a contrafacção na maior parte das legislações. Em todas elas está mandado que os árbitros distingam as modificações importantes daquelas que, sendo secundárias, não podem correr parêlas com a invenção primitiva; nem, por conseguinte, pode ser lícito que lhes façam uma prejudicial concorrência. Mas esta remissão a expertos é tudo quanto a lei pode providenciar; não sendo possível determinar o que necessariamente varia, por diferentes razões, em cada um dos casos particulares.

Duas outras questões ocorrem neste assunto: uma que admira ter jamais podido ser questão entre juriconsultos, e vem a ser: por quanto tempo deva durar o direito de propriedade dos autores das produções cuja contrafacção a lei pode proibir na forma das precedentes observações. A outra é: até que ponto os cessionários daquelles direitos são equiparáveis aos cedentes.

A livre disposição do produto do próprio trabalho é, na opinião de todos os juriconsultos, de acordo, neste ponto, com o senso comum, a condição essencial do direito de propriedade: condição, que eles na sua linguagem, tão enérgica quanto equívoca, exprimiram chamando-lhe o *direito de usar e de abusar*.

É pois forçoso, ou recusar aos produtores de obras literárias ou artísticas todo o direito de propriedade, ou conceder-lhes o de usar e abusar desse produto do seu trabalho; isto é: de publicar esses produtos ou de não os publicar; e, publicando-os ou, o que vale o mesmo, alienando-os, impor aos cessionários as condições que bem lhes aprouver; salvo a estes o direito de não aceitarem as condições impostas, se lhes não agradarem.

O autor é interessado em vender as suas obras e, portanto, é obrigado a aceitar o preço, que no mercado lhe fixarem os compradores. Se as suas pretensões forem exorbitantes, acontecer-lhes-á o mesmo que ao vendedor de qualquer outra mercadoria,

a quem, nem por isso, a lei civil obriga a vender por preço fixo; lá está a lei do mercado; a lei do recíproco interesse do comprador e do vendedor; a única capaz de equilibrar as justas pretensões das partes; pois só elas podem decidir, cada uma no que lhe diz respeito, com pleno conhecimento de causa.

Esta lei do mercado será tanto mais eficaz no caso de que tratamos, que o autor não pode produzir em público o seu trabalho, sem nisso empregar capital seu ou alheio: capital que, acrescentando ao que deve ter despendido para se habilitar a fazer e concluir o seu trabalho, o põe na necessidade de sujeitar-se a condições arazoadas para se cobrir dos seus desembolsos, ou se desonerar das dívidas que, para conseguir aqueles fins, houver contraído.

Se, faltando-lhe fundos próprios, tiver de juntar-se com um Editor, como acontecerá as mais das vezes, este contribuirá eficazmente a fazê-lo moderar as condições da venda do seu trabalho, como interessado que é em se embolsar quanto antes das despesas da edição.

A propósito de Editor, passemos à segunda das mencionadas questões, a saber: até que ponto os direitos deste ou de qualquer outro cessionário se podem equiparar aos do autor.

Em princípios de Direito Universal, a cada um é livre atribuir à sua propriedade o valor que bem lhe aprouver, salvo aos compradores o convirem nisso mesmo, ou reduzi-lo ao que por um comum acordo, expresso ou tácito, lhes parecer que corresponde à utilidade, ao custo e ao apreço do objecto: por serem estes os três elementos de que se compõe o valor do mercado.

As leis positivas têm porém providenciado, para os casos em que não tiver havido convenção entre partes, fixando um juro determinado como lucro a que fica tendo direito em juízo toda a pessoa que, a bem de outrem, houver prestado algum capital.

Isto posto, cumpre distinguir no valor daquelas obras literárias ou artísticas, que são sujeitas a contrafacção, dos elementos: o capital do Autor, e o capital do Editor.

O capital do Autor é comparável ao de um terreno cultivado e plantado pela mão do criador de uma fazenda, cujo valor, independentemente do trabalho anual e sucessivo dos seguintes possuidores, dura tanto tempo quanto as árvores e mais benfeitorias primitivas, sem precisão de serem substituídas: e os juros correspondentes a esse capital são, bem como o mesmo capital, incontestável propriedade do fundador e daqueles a quem sucessivamente passarem seus direitos; quer dizer: uma duração indefinida.

Não é assim do capital do Editor, porque além de ser limitado em quantia, é, por sua natureza, circulante, isto é, de consumo e de embolso mais ou menos pronto.

Uma vez que o embolso dele e dos juros da mora se houver verificado, não tem o Editor direito a mais nenhum valor.

Se o Autor lhe vender o seu trabalho, compõe-se o capital, dele Editor empenhado nesta empresa, do preço dessa compra e das despesas da publicação; e portanto, logo que a soma total destes dois artigos e seu respectivos juros lhe seja embolsada, o fundo, por ele granjeado, reverte para o direito senhorio e seus herdeiros ou, se nem ele nem eles existirem, para o património público.

O erro dos Jurisconsultos consiste em equiparar a compra do manuscrito ou do invento, seja químico seja mecânico, à compra de um prédio. Não é assim: a transacção com o Editor é idêntica com a da locação, em que o rendeiro pagasse adiantada a totalidade da renda. E a prova é que na venda do prédio compra-se a faculdade de granjeá-lo, e paga-se a totalidade dos valores nele incorporados pelo vendedor ou pelos ante-possuidores; entretanto que o Editor, bem como o rendeiro, compra só a faculdade

de granjear o fundo criado pelo Autor: não paga o capital, porque, como dissemos, este é inapreciável, por ser de indefinida duração.

Para o direito do Editor poder adquirir o carácter de uma locação por tempo indefinido, seria mister que, à imitação do rendeiro perpétuo, se obrigasse a pagar ao Autor ou a seus herdeiros por tempo indefinido, tantos por cento de cada exemplar vendido.

Além disso, assim como o rendeiro pode admitir outros que com ele granjeiem o fundo, contanto que paguem parte da renda e da despesa; do mesmo modo a cada um deve ser lícito publicar uma mesma obra, contanto que, fazendo, como faz, as despesas da sua edição, pague ao Autor, bem como o mencionado primeiro Editor, outros tantos por cento de cada exemplar vendido.

Devendo haver em todo o país bem ordenado uma Direcção da Instrução Pública, ali se poderia criar uma Secção de estadística*, onde todos os impressores fossem obrigados a fazer registrar as obras e o número dos jogos que delas se publicassem nas suas oficinas. Ali poderiam os Autores, e mais interessados, certificar-se da respectiva quota no dividendo dos lucros.

Se algum dos Editores desse por uma vez e antecipadamente ao Autor, como actualmente se pratica, alguma avultada quantia, não deveria esta ser considerada como preço da compra, segundo o que hoje erradamente se faz; mas como um adiantamento à conta da quota do mesmo Autor nos futuros dividendos.

Reflectindo que já vai demasiado longo este artigo, aqui pomos termo; porém não podemos abster-nos de notar que seria digno de um governo liberal o declarar que a lei da propriedade literária e artística, entendida como vimos de expendê-la, compreende, tanto as produções nacionais, como as estrangeiras; pois é vergonha que se respeite a propriedade puramente material, onde quer que ela se encontre, sem distinção de país; e que se permita roubar impunemente a que deriva das faculdades intellectuais dos homens, logo que é importada de países estrangeiros: costume pelo menos tão bárbaro, como o denominado direito de naufrágio.

* Seja-nos permitido aproveitar esta ocasião para manifestarmos a desagradável impressão, que em terra estranha fez em nossos ouvidos a adopção quasi geral de certas palavras, sem reflexão importadas de outras línguas, em despeito da delicadeza da nossa; tais são *Estatística* em vez de *Estadística*; *judiciário* em vez de *judicial*.

15. Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os catálogos das bibliotecas (*)

Não é nossa tenção traçar neste artigo a história dos diferentes métodos, que se têm seguido na confecção dos catálogos destinados para uso das pessoas que frequentam as Bibliotecas públicas, ou mesmo das que possuem tão consideráveis que precisam desse auxílio, para delas se servirem, ou para facilitarem a outros o uso delas. Nem isso caberia nos limites de um artigo; nem julgamos que valesse a pena de se copiar, o que os curiosos podem ver nas obras que tratam *ex professo* esse assunto; e determinadamente na excelente Biblioteconomia de M. Constantin.

O nosso propósito é fazer sentir que, sendo mais de um os fins para que se confeccionam tais catálogos, é mister que também os haja diversamente redigidos; por não ser possível que um só satisfaça convenientemente a todos aqueles fins.

Por se não ter feito esta tão simples observação, é que, no nosso entender, as pessoas que têm escrito sobre este objecto, não têm podido vir a um acordo.

A primeira observação, que se oferece ao espírito, é que, havendo diversas sortes de Bibliotecas, também nessa conformidade parece deverem diversificar os respectivos catálogos.

Com efeito, as Bibliotecas ou são gerais ou especiais. As gerais são de duas sortes: umas porque só compreendem obras que tratam de diferentes ciências, e a que se tem dado o nome de poligrafias; outras, porque sobre todas as ciências têm um número mais ou menos considerável de obras de diversos autores.

Nós, há muito tempo, que havemos feito notar os inconvenientes desta última sorte de Bibliotecas; e temos provado que as ciências e o Público ganharão muito, em que de Bibliotecas gerais só houvesse as poligráficas; e que as outras se repartissem por outras tantas Bibliotecas especiais, quantas são as faculdades, em que se acham divididas as ciências .

E parece-nos este ponto de tanta importância, que julgamos conveniente repetir aqui as razões, em que fundamos esta nossa opinião; tanto mais, que isso fará melhor compreender, o que temos de notar a respeito da confecção dos catálogos.

Entendemos pois haver gravíssimos inconvenientes nestas colossais acumulações, que as nações citam com orgulho. Apontaremos os principais daqueles inconvenientes.

1º Dificuldade do serviço, pelo grande número de pessoas que concorrem para as diferentes ciências; e pelo muito tempo que os serventes têm de gastar em correr a vasta extensão do edificio, que as deve conter todas.

2º Impossibilidade de deixar vago assaz de espaço dentro do mesmo edificio, para os livros que hão-de vir, no decurso do tempo, para cada uma das Faculdades.

3º Forçosa desigualdade na compra de novos livros; por isso que o Bibliotecário-mor, não podendo deixar de ter uma especialidade, é para comprar livros a ela relativos que há-de propender.

4º Grave incómodo para o Público; pois que estando os estabelecimentos das diversas Faculdades espalhados pela cidade, as pessoas a elas pertencentes são obrigadas a vir buscar à Biblioteca geral os livros de que precisarem.

5º Sendo sempre de recear um incêndio; é evidente que, vindo ele a verificar-se, a perda seria tanto maior e mais irreparável, para todas as ciências, quanto maior for o número das obras ali contidas.

(*) *O Pantólogo*, 1844, nº 3 (p. 20), nº 4 (p. 29).

Vejam agora como todos estes inconvenientes diminuem consideravelmente, se os livros ali acumulados, se distribuírem pelos Estabelecimentos pertencentes às diversas Faculdades, tais como as Escolas de Teologia e Direito Canónico; Direito Civil e político; Medicina, e Cirurgia; Ciências Naturais; Ciências Físicas e Matemáticas; Arte Militar; Navegação; Literatura, etc.

1º Sendo o local circunscrito, e, tanto os serventes, como os Bibliotecários, versados na especialidade; as pessoas que ali concorrerem serão melhor e mais prontamente servidas.

2º Cumprindo que o edificio de cada uma destas Bibliotecas especiais seja construído em sítio isolado, em razão do perigo de incêndio, deverá deixar-se em torno dele assaz espaço, para se ir aumentando, à medida que for crescendo o número dos livros: o que é fácil de obter para cada uma das Bibliotecas, e impossível para uma Biblioteca geral.

3º Pelo facto de distribuir a Biblioteca geral pelas Faculdades, há-de se assinar na lei das despesas uma dotação anual para cada uma das Bibliotecas especiais, proporcional às respectivas precisões: e eis aí remediado o terceiro inconveniente.

4º Estando cada Biblioteca anexa aos outros Estabelecimentos da respectiva Faculdade, não têm as pessoas a ela pertencentes de perder tempo, para irem demandar os livros que precisam consultar.

5º Presidindo a cada uma destas Bibliotecas homens distintos na respectiva Faculdade, podem ser de grande auxílio às pessoas, que precisem de saber quais são as obras, que há na casa, mais próprias para se consultarem sobre determinadas questões: e tendo os outros empregados conhecimentos da bibliografia especial da Faculdade, farão melhor serviço, do que nas Bibliotecas gerais, os que ali servem sem um particular objecto, em que especialmente se hajam de habilitar, para poderem prestar mais pronto serviço ao Público.

Já se vê que os catálogos, para estas Bibliotecas especiais, serão muito mais fáceis e mais bem redigidos, de que os de uma Biblioteca que compreenda obras de todos os ramos das ciências, letras e artes*.

Não nos permitindo porém os limites deste artigo entrar hoje na aplicação dos expostos princípios à redacção dos catálogos, que faz o principal objecto das presentes reflexões, somos obrigados a reservá-las para outro número do Pantólogo.

*

Parece-nos haver demonstrado no precedente artigo, que muito conviria distribuir pelos Estabelecimentos destinados às Ciências, às Belas-Letras ou às Belas-Artes os livros que, a cada um destes diversos ramos de conhecimentos humanos pertencem, e se acham reunidos nas diversas Bibliotecas gerais assim na corte, como em outras cidades do reino.

* Alguns anos depois de termos publicado esta nossa opinião, sobre os inconvenientes das grandes Bibliotecas, tivemos a satisfação de ouvir fazer na Câmara dos Deputados de França, por um dos mais distintos sábios do nosso século, M. Arago, a proposta de se abolirem naquele país, e de se distribuírem pelos diversos Estabelecimentos científicos, a Biblioteca Real de Paris e, semelhantemente, as que estivessem no mesmo caso.

É quase escusado acrescentar, que aquela proposta ficou sem efeito; bem como acontecerá a esta nossa; porque, por uma parte a vaidade dos néscios, que fazem consistir uma parte da glória nacional, não só em possuir aquelas riquezas literárias, mas em que elas pela sua aglomeração num ponto dêem mais na vista; e, por outra parte, a influência das pessoas de quem a direcção daquelas grandes Bibliotecas se acha cometida; e que, de ordinário, têm grande representação, obstarão em toda a parte, a que se realize a proposta reforma.

Mas com quanto se não adopte esta proposta, nem disso havemos jamais concebido a menor esperança; convém que naquelas colossais livrarias se coordenem tantos catálogos diversos, quantos forem os ramos em que aos fundadores da Biblioteca parecer conveniente dividir a árvore dos conhecimentos humanos.

E, sempre que for possível, estabelecer as salas de leitura, bem como os respectivos catálogos de cada uma daquelas grandes divisões, separadamente das outras.

Quando porém a separação das salas não seja praticável ou for inconveniente; nem por isso se deve prescindir da formação dos catálogos separados.

Não ignoramos que, sendo diversíssimos os pontos de vista, segundo os quais as ciências podem ser classificadas e os catálogos redigidos, há-de muitas vezes acontecer não atinar com a rubrica, onde o livro se acha lançado, a pessoa que dele precisa.

Mas este inconveniente remedeia-se lendo, além daqueles catálogos metódicos, catálogos gerais, em que os nomes dos autores se achem dispostos por ordem alfabética, sem distinção alguma de ciência, e com remissão para os catálogos sistemáticos, onde as suas obras se acham.

Pelo que respeita às obras anónimas; essas devem também ter seu catálogo geral, onde estejam debaixo das palavras principais dos respectivos títulos, dispostas por ordem alfabética.

Estes catálogos gerais, quer seja dos nomes dos autores, quer seja das obras anónimas, devem ser antes redigidos como repertórios, do que como catálogos; quero dizer: não se deve transcrever de cada título, senão o precisamente necessário para se fazer ideia, se a obra ali indicada é ou não aquela que se procura.

Além do catálogo sistemático e dos repertórios alfabéticos, de que acabamos de falar, deve haver um livro destinado para nele se lançarem as observações bibliográficas, que ocorrem sobre cada livro: fazendo-se no catálogo sistemático unicamente aquelas, que forem indispensáveis, para o fim de se acharem os livros que se procuram.

Redigidos assim os catálogos sistemáticos, e designados os livros para as respectivas observações bibliográficas, ainda resta a vencer uma grande dificuldade, que é de saber como se hão-de catalogar os livros, que forem vindo pelo decurso do tempo; porque não sendo possível a ordem alfabética, nenhum outro meio parece possível que a substitua.

Felizmente o grande Locke proveu, há mais de cem anos, a esta precisão; mas, por uma fatalidade inerente à espécie humana, o seu invento tem ficado quase inútil, e mesmo desconhecido. O nosso particular Amigo, o Sr. Filipe Ferreira de Araújo e Castro, tão distinto pelas suas luzes, como respeitável pelas suas virtudes, entre as quais sobressai a de uma rara modéstia, tem publicado no nº 2 do Pantólogo o método de Locke, com as modificações que nós julgámos dever fazer-lhe: e é este método o que nós aconselhamos para catalogar os livros, que forem entrando na sucessão dos tempos; pois que por aquele modo se vão lançando, por uma ordem equivalente à alfabética, e segundo a qual os livros se acharão, quase com a mesma prontidão, como se o fossem na ordem absolutamente alfabética.

Como este catálogo suplementar é continuação do sistemático, posto que nele se não distribua por matérias; devem os títulos ser tão completos, como acima dissemos deverem sê-lo os do catálogo sistemático; isto é, conterem todas as confrontações indispensáveis para se achar o livro, e a edição que se procura; remetendo-se para o livro das observações os esclarecimentos bibliográficos, que ali aumentariam desnecessariamente o volume, e portanto dificultariam a busca.

Julgamos que por este método se conseguiria catalogar, dentro em mui pouco tempo, qualquer Biblioteca, mesmo das mais consideráveis; encarregando cada um dos

ramos a pessoas da respectiva especialidade, tanto o catálogo dos autores e anónimos da correspondente ciência, como para o livro das observações e registro respectivos; apensando-lhes um livro de suplemento, destinado a receber, pelo sobredito método de Locke, os livros que fossem vindo; e, cheio esse primeiro tomo do suplemento, se lhe acrescentaria o outro, e outros, até que parecesse mais conveniente refundi-los no catálogo sistemático, fazendo-se dele uma nova edição.

16. Da frenologia (*)

I

Assuntos sérios devem ser tratados com seriedade; nem é com gracejos que se derribam reputações tais, como a de Gall, Spurzheim, e Broussais *.

O ilustre antagonista do fundador da Frenologia compreendeu estas verdades, quando se aventurou a comprometer a sua, aliás bem merecida celebridade, nas Memórias com que se propôs, não já destruir, mas minorar o merecimento de Gall e seus discípulos.

O Dr. Flourens emprega, para este fim, duas sortes de argumentos; uns tomados à Fisiologia, outros à Psicologia.

Os primeiros, em vez de desmentir, confirmam as asserções dos Frenologistas; os outros só servem a provar que o Autor é ainda menos versado naquela ciência do que os seus adversários.

Confessa o Dr. Flourens que o encéfalo é o órgão geral da sensação, do sentimento e da vontade.

Reconhece que o cérebro é o órgão especial da inteligência; bem como o cerebelo o é da vontade, isto é, das paixões e dos movimentos.

Afirmam os Frenologistas que no encéfalo de muitos indivíduos, assim da espécie humana, como dos outros animais, se pode marcar um certo número de regiões

(*) In *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 3 (p. 27), nº 4 (pp. 40-41), nº 7 (p. 74). Estes três artigos sobre frenologia partem de uma reacção de S. P. Ferreira a um outro artigo, anónimo, publicado no número anterior da *Revista Universal Lisbonense* (T. II, nº 2, p. 14) e intitulado “*Necrologia de uma ciência*”. O artigo do autor anónimo era o seguinte:

“A *frenologia* nascida, haverá meio século, num teatro anatómico de *Viena*, foi filha do doutor *Gall*, e afilhada do doutor *Spurzheim*. Seu pai, e seu padrinho, e depois deles alguns amigos, se esmeraram, quanto foi possível, em a bem criar: e não a chegaram a pequeno adiantamento, quanto a saber: mas quanto à moralidade, as suas bossas predominantes, para nos servirmos da tecnologia da casa, eram a da *materialistividade*, *fatalistividade*, *impunitividade*. Se nascera algum tempo antes, houvera podido aspirar a casar-se com o *Filosofismo*, habitar com ele nos seus ricos paços da *Enciclopédia*, e dar à luz umas três ou quatro ciências, anãs, mas bonitas, e que fariam no mundo sua bulha.

Depois de viajar, não sem incómodos e desgostos, por todos os principais reinos da *Europa*; e sempre olhada por muita gente como dama de pouco fundamento, muita vaidade e tenções ocultas, ruins e perigosas, veio ultimamente a morrer na flor da sua idade, em *Paris*, às mãos do secretário perpétuo da Academia das Ciências Mr. *Flourens*. Não a embalsamaram, porque era tão seca e peca de sua pessoa, que se não julgou isso necessário. Foi sepultada no *Panteão das ciências abstrusas*, entre o sepulcro do *Mesmerismo*, e o da *Buenadicha*. Tencionam esculpir-lhe este epitáfio:

Fez aos espíritos guerra:
O mais que foi, não se escreve.
Seja-lhe a terra tão leve,
Como ela o foi sobre a terra.”

* Outro tanto se pode dizer de Condillac, Locke, Bacon, Leibniz e Aristóteles, cujas doutrinas são tratadas de Filosofismo; de D’Alembert, Diderot, Helvécio, Holbach, Voltaire, Rousseau e mais ilustres autores cujas obras se acham refundidas na *Enciclopédia* e cujos erros, por mais numerosos que eles sejam, nos impõem a obrigação de refutá-los com razões, mas não autorizam ninguém a expô-los ao escárnio do vulgo, incapaz de se enganar, avaliando-os pela leitura das suas obras. Não é menos mal cabido o ridículo inerente à palavra *Mesmerismo*, quando se trata de factos que os adversários do Magnetismo animal, se obstinam a negar, como outrora a circulação do sangue, o movimento da terra, a existência de aerólitos, etc.; não por serem fingidos ou ilusórios, pois são atestados por homens superiores a toda a excepção tais como Jussieu, Mauduit, Deleuse, Lespine, Hnot, Orfila Cloquet, Frapart, Arago, etc.; mas, dizem os incrédulos, porque são impossíveis: como se a experiência não fosse quem unicamente pode decidir sobre o que é possível ou impossível!

correspondentes a certas classes de noções intelectuais, no cérebro, e de sentimentos no cerebello.

Nem Gall nem Anatómico algum da sua escola disse jamais que esta observação se pode verificar em todos os indivíduos; nem que os limites daquelas regiões se achem distintamente traçados: e muito menos que seja fácil assinalá-los, mesmo vagamente, a pessoas pouco experimentadas.

O Dr. Flourens supõe que os Frenologistas afirmam absolutamente o contrário; e partindo desta falsa suposição, bate-os vitoriosamente, mostrando a incerteza daqueles limites, e a dificuldade de distinguir as diferenças aquelas regiões, ainda mesmo admitindo que elas sejam tão realmente distintas como os Frenologistas pretendem.

Já se vê, pois, que o Dr. Flourens não triunfa senão de adversários que só existiam na sua imaginação, e não de Gall ou de seus discípulos, que nunca tal afirmaram.

O Dr. Flourens é ainda mais injusto, quando nalgumas passagens quer dar a entender que os seus adversários dão à cranioscopia uma importância, que não somente eles jamais lhe deram, mas antes advertem frequentemente nos seus escritos aos incautos, que se lhe não deve dar.

As únicas acusações fundadas e dalguma importância, que se podem fazer aos Frenologistas, são: 1º O barbarismo da linguagem por eles criada para exprimirem uma indigesta e incompleta classificação de estados e de actos psicológicos; 2º A presuntuosa asserção de que a ciência da Psicologia só começa a datar do dia em que o Dr. Gall fez os seus primeiros descobrimentos anatómicos.

Pelo que respeita à parte anatómica das descobertas de Gall, já antes de M. Flourens o Dr. Leleu as havia reduzido ao seu justo valor, tributando àqueles grande Mestre os elogios que M. Flourens mesmo se não atreve a negar-lhe.

Quanto porém às presuntuosas pretensões em Psicologia, as observações do Dr. Leleu, posto que imperfeitas, são muito superiores às que se encontram nas Memórias do Dr. Flourens. Este último mostra, como o primeiro, não conhecer da ciência psicológica mais do que um confuso reflexo das doutrinas de Locke e de Condillac transmitidas por Tracy e Laromiguière; e se alguma coisa acrescenta de seu próprio cabedal, reduz-se a mero jogo de palavras.

Num seguinte artigo exporemos a nossa particular opinião sobre a Frenologia.

II

Os órgãos da sensibilidade prolongam-se desde as superfícies interior e exterior do corpo para se irem reunir em uma só massa, a que se tem dado o nome de encéfalo.

Que o sistema nervoso constitui o complexo dos órgãos exclusivos das nossas sensações, é doutrina que remonta à mais alta antiguidade: e não tardou muito que se não reconhecesse, que ele era o instrumento de todas as operações do nosso espírito, no seu estado actual de união com o corpo a que se acha ligado.

Mais modernamente concordou-se quase geralmente, que neste complexo de órgãos cumpria distinguir tantos órgãos especiais, quantas são as espécies de sensações, pensamentos e vontades realmente distintas entre si.

Anatómicos houve que verificaram, por meio de numerosas delicadas e incontestáveis observações, que o cérebro, isto é: a parte anterior do encéfalo, encerra em si os órgãos especiais da inteligência, entretanto que a parte posterior, o cerebello, se compõe dos órgãos da vontade, isto é: dos movimentos musculares espontâneos, dos desejos, das paixões e dos instintos.

Daqui passou-se a concluir, que seria possível marcar no encéfalo certas regiões, cada uma das quais correspondesse a uma determinada ordem de pensamentos, de moções musculares ou de affectos.

Esta ideia, que antes não era mais do que uma plausível conjectura, passou a ser uma verdade de observação, depois das dissecações anatómicas daquela víscera pelo célebre Dr. Gall.

Como este grande anatómico fora conduzido a empreender aqueles trabalhos pela correspondência que notara entre certos talentos e certas conformações do crânio, e ele formasse primeiramente uma espécie de classificação sistemática, a que deu o nome de *Cranioscopia*, ainda hoje muita gente confunde esta parte da ciência com a ciência mesma, a que Spurzheim deu ulteriormente o nome de *Frenologia*.

E na verdade o Dr. Gall, desde o primeiro momento considerou as protuberâncias do crânio como produtos da acção de correspondentes desenvolvimentos parciais do cérebro; e entendeu que nesta víscera é que devia ir estudar a correspondência do físico, do moral e do intelectual do homem.

Desta resolução nasceu a gigantesca empresa da anatomia do encéfalo que deve tornar imortal o nome do seu autor; porque não só fez conhecer, muito melhor do que o era antes, aquela importante víscera; mas determinou com uma precisão, certamente inferior às exigências da ciência psicológica; mas com um grau de aproximação que só é concedido aos grandes génios, um grande número de regiões correspondentes a um igual número de afecções ou de actos do nosso espírito, que prometem levar-nos ao conhecimento das capacidades intelectuais e artísticas bem como das inclinações e dos hábitos morais dos indivíduos, cujas propensões ou capacidades importa descobrir ou verificar.

A grande obra de Gall e as que depois dele têm publicado alguns dos seus discípulos, tais como Spurzheim e Dumoutier atestam as fundadas esperanças que a humanidade pode prometer-se do progresso desta importante ciência, à medida que se multiplicarem, pelo aturado estudo do encéfalo, as observações comparadas da sua contextura e dos talentos e affectos dos indivíduos sobre quem se verificar a autopsia: estudo este que, sendo inseparável do dos crânios respectivos, tornará cada dia mais úteis à sociedade, nas suas aplicações práticas, as coincidências que se forem observando.

Desvanecidos com a glória de terem descoberto os órgãos das operações do espírito, figurou-se-lhes que tinham descoberto as faculdades mesmas do espírito e chegou a cegueira da sua presunção ao ponto de afirmarem, que a ciência da psicologia nascera com os descobrimentos anatómicos de Gall!

Nem se creia que foram os fanáticos aduladores do grande homem que proferiram semelhante absurdo. Não: foi ele mesmo; foi Spurzheim, foi Broussais: e depois deles todos os adeptos da Escola.

Esta extravagante asserção não pode admitir senão as três seguintes interpretações, a qual delas mais insensata:

1^a Que antes das descobertas anatómicas de Gall não se conheciam nenhuns factos relativos à inteligência ou a moral do homem.

2^a Que os factos sim eram conhecidos, mas que se achavam em confusão e desordem; de modo que à Frenologia é que se deve o estarem eles hoje definidos e classificados.

3^a Que os factos sim eram conhecidos e estavam classificados antes da Frenologia, mas que ela é que veio explicá-los.

Quanto à primeira destas asserções é de notar que os Frenologistas não acrescentaram ainda nem um só facto aos que antes eram conhecidos relativamente à inteligência, às propensões e às paixões dos homens ou aos instintos dos animais.

É verdade que estes Anatômicos, obrigados a denotar os órgãos que iam descobrindo, por denominações que exprimissem as especiais funções de cada um deles, criaram uma nomenclatura que, designando as diversas regiões do encéfalo, indicam ao mesmo tempo as diversas sortes de faculdades espirituais de que elas são instrumentos.

Mas como eram mais hábeis em manejar o escalpelo do que em analisar as operações do espírito humano, e nenhum, dentre os que até agora têm escrito sobre a ciência, parece ter feito o menor estudo sobre a relação que a linguagem deve ter com as ideias que ela é destinada a exprimir; atropelaram todas as regras da Nomenclatura das ciências e levaram a leviandade ao ponto de nos darem umas duas dúzias de palavras bárbaras e repugnantes com o génio de todas as línguas ainda as menos cultas, como se fosse uma sublime criação do génio: e é justamente esta monstruosa algaravia que se atrevem a proclamar como a única que merece o título de ciência psicológica.

Num artigo seguinte mostraremos a puerilidade de uma semelhante pretensão.

III

A duas classes se podem reduzir as palavras de uma língua; referindo-se umas ao mundo material, as outras ao espiritual.

As últimas são em muito maior número do que as primeiras, por terem de representar os fenómenos do mundo imaterial ou psicológico: as necessidades, os instintos, a inteligência, e a moral.

Mas dentre estas expressões umas são mais genéricas do que outras; e após estas vêm várias ordens de expressões cada vez mais específicas formando uma longa série destinada a denotar a imensa variedade de gradações que se observam nas operações do nosso espírito.

Daqui vem que por um modo imperceptível para a generalidade dos observadores, cada uma das línguas do universo constitui um maravilhoso sistema de expressões, cujos valores se acham naturalmente dispostos por classes, ordens, famílias, géneros e espécies tão distintas, quanto são distintas as ideias que elas são destinadas a exprimir.

Todos os bons escritos que desde Platão e Aristóteles até nossos dias se publicaram sobre a Arte de pensar, e de falar, a língua, a lógica, a dialéctica, a retórica, a estética, a moral, a jurisprudência, a política, contêm uma riqueza imensa de profundas teorias, que mostram como os factos se acham entre si encadeados pelas íntimas relações de causas e efeitos; nem mais nem menos do que os factos da Física ou da Química.

Sempre que o filósofo segue passo a passo a marcha do espírito humano nas suas operações, desde os factos da experiência até aos mais abstractos princípios da ciência: e bem assim, quando depois partindo destes mesmos princípios, desce gradualmente a deduzir deles um número, mais ou menos considerável, de conclusões especiais, que faz ele, senão desenvolver uma imensa e admirável teoria de factos da inteligência?

Dirão acaso os Frenologistas que os filósofos antigos e modernos nada fizeram a este respeito; que o mando esteve para isso à espera dos descobrimentos anatômicos de *Gall*; ou que estes descobrimentos acrescentaram um só anel à cadeia dos factos em que assenta a ciência do discurso e da linguagem?

Quando o moralista analisando, uma após outra, as paixões do coração humano nos demonstra, como desde o primeiro dia de sua existência, o homem sente

desenvolverem-se no seu ânimo as propensões próprias da sua natureza, puras e inocentes no momento em que nasceu, mas bem depressa virtuosas ou perversas, segundo a boa ou má educação; não pratica o moralista com os factos etológicos um trabalho análogo ao que há pouco vimos fazer ao analista da razão humana?

Platão, Aristóteles, Teofrasto, Cícero, Séneca, Bacon, La Rochefoucauld e tantos outros que têm tratado desta ciência, não têm prestado à Psicologia o mesmo serviço que os físicos, acumulando observações e classificando os fenómenos da natureza, têm feito aos diversos ramos das ciências naturais?

Quando, por exemplo, Tácito, Montesquieu, Gibbon, Robertson, remontam dos factos da história até às suas causas mais remotas, ou quando, descendo de facto em facto, chegam até às últimas consequências no mundo moral e político; dirão por ventura os frenologistas que aqueles escritores não fizeram mais do que amontoar, sem ordem, factos sobre factos? Que apresentaram os efeitos sem lhes assinalarem as causas? Ou que asseverando as causas nos deixaram na ignorância dos seus efeitos?

Quando Eurípedes, Sófocles, Corneille, Racine, Shakespeare, Aristófanes, Plauto, Terêncio, Molière, criando um mundo moral hipotético descrevem todas as suas fases, todos os seus movimentos, não viram os frenologistas rebentar dali um sem número de belas teorias que são para as ciências morais positivas o mesmo que as sublimes concepções de Newton, de D'Alembert, de Laplace, são para as ciências físicas? Não se poderiam com razão dar a esta espécie de obras o nome de Matemáticas das ciências Morais?

Que é o que a Frenologia acrescentou a tudo isto? Quanto a factos psicológicos, nada. Quanto às relações entre estes factos e a organização do encéfalo, muito.

Limitem-se pois a dizer que antes dos seus descobrimentos não se sabia nada bem determinado sobre as relações, que existem entre as operações do nosso espírito, e as partes do cérebro, cujo concurso é necessário para que elas se possam realizar. Digam embora que a seus descobrimentos se deve tudo quanto a esse respeito se conhece. Mas abstenham-se de repetir às pessoas menos instruídas, que por se ignorarem antes de *Gall* quais regiões do cérebro correspondem a certos fenómenos psicológicos, nem estes factos, nem as correlações que eles têm uns com os outros, eram conhecidas.

Antes do Dr. *Gall* já *Lavater*, reunindo um grande número de observações por ele acrescentadas às que desde Aristóteles até João Baptista Porta, vários filósofos haviam feito sobre fisionomia, deu como quer que fosse existência a este importante ramo da ciência do homem. Mas jamais aquele profundo filósofo se gabou de haver acrescentado um só facto à ciência da razão ou da moral. Contentou-se com a glória de haver assinalado as relações que existem entre aquelas duas faculdades do espírito humano, e as formas exteriores, os gestos e as maneiras dos homens de todos os tempos, de todas as classes, e de todas as nações.

Este exemplo de modéstia que tão bem assenta no homem douto, deveriam ter seguido *Gall* e seus discípulos. Mas nem por isso, que se deslustraram por saírem da sua esfera, se lhes deve negar o tributo de respeito e gratidão pelos belos descobrimentos com que enriqueceram a ciência da sua especial profissão.

17. As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Melo. Angra do Heroísmo (*)

Numa época de transição, como aquela em que, há um quarto de século, se acha o povo português, é mister que atravesse todas as fases do que bem se pode chamar a educação das nações, para enfim chegar à idade da madureza, a que vemos não terem ainda chegado aqueles mesmos, que muito antes de nós entraram na carreira da civilização.

Nós temos porém sobre elas a vantagem de podermos aproveitar-nos, não somente de seus erros, para os evitarmos, mas das suas preciosas aquisições, para com elas nos enriquecermos.

Mas por isso mesmo, que as mais das vezes não é fácil separar o ouro das impurezas, com que se acha intimamente inquinado, é preciso que o cadinho da boa crítica extirpe do confuso caos da boa e da má literatura estrangeira as produções que, sendo próprias para lisonjear os paladares, ainda fastidiosos da nossa classe média, a habilite, para assim dizer, insensivelmente a deter o pensamento, sem enfado, sobre assuntos sérios e austeros.

Portanto, assim como mostram desconhecer o coração humano aqueles dos nossos Escritores, que se persuadem contribuir para o progresso de educação nacional, com escritos originais ou traduzidos, que enlevam pela sublimidade da sua doutrina todos os corações generosos, para quem só essa qualidade basta a cativá-los; andam muito mais acertados aqueles, que antevendo o desgosto com que a generalidade dos leitores poriam de parte as mais belas composições, uma vez que elas não começassem por deleitá-los, escolhem na literatura estrangeira, ou tiram de seu próprio cabedal, produções ao mesmo tempo amenas e instrutivas; a fim de conduzirem os ânimos tanto mais seguramente, quanto a leitura lhes for mais agradável.

Grande é pois o reconhecimento, que devemos testemunhar ao habilíssimo Tradutor das aventuras do último Abencerragem, que fugiu de prostituir a sua culta pena, empregando-a na vulgarização dessa aluvião de novelas, tanto mais perigosas para a moral, quanto mais encantadoras pela amenidade de estilo, em que são escritas.

Mas se a moral deve agradecer ao ilustre Tradutor, não lhe deve menos a literatura nacional, por haver-se enriquecido com uma das mais mimosas produções do célebre autor do *Génio do Cristianismo*.

Dizemos que esta publicação veio enriquecer a nossa literatura; não só porque pôs ao alcance das pessoas, que ignoram a língua francesa, aquele belo trabalho de Chateaubriand, mas porque no esmero com que se acha vertida aquela novela, eminentemente francesa, como tudo quanto sai da pena de seu autor, tomar-se-ia por uma composição originariamente portuguesa: resultado por extremo feliz, e que será fácil compreender, quanta habilidade exige da parte do Tradutor, se compararmos com esta a maior parte das traduções, que cada dia vemos aparecer, sobretudo do francês, cujo génio, muito há que começou a alterar o carácter da nossa língua.

Felizmente havemos observado com suma satisfação, depois que voltámos à nossa pátria, que entre a estudiosa mocidade, cujas produções têm chegado ao nosso conhecimento, sobressai um nobre sentimento de bem entendido patriotismo, que promete vermos ressuscitar do letargo em que jaziam a literatura e a língua, que nossos avós apenas começaram a criar, quando o dobrado jugo de superstição e do domínio estrangeiro vieram atalhar seus esperançosos voos.

(*) *O Pantólogo*, 1844, nº 23, p. 184.

Grande parte destes louvores cabem ao ilustre Tradutor, cujo trabalho aqui anunciamos, e cujo nome já é conhecido, por tantos outros, às pessoas que amam e cultivam as letras entre nós.

Possam os deveres da sua útil profissão deixar-lhe alguns momentos, para continuar numa carreira, que, muito há, desejamos lhe fosse lícito abraçar de preferência.

18. Da Teogonia (Mitologia) (*)

(tradução)

Não pretendemos falar neste artigo senão das teogonias conhecidas dos Gregos e dos Latinos; teogonias que se podem dividir em cinco classes: 1^a - o *monoteísmo*, um só Deus, uma e única causa do mundo; 2^a - o *diteísmo*, duas causas primeiras; 3^a - o *triteísmo*, três deuses, três causas primeiras; 4^a - o *politeísmo*, diversos deuses encarregados, independentemente uns dos outros, de dirigir uma parte dos fenómenos que compõem o universo; 5^a - o *fatalismo*.

O *Destino* foi inicialmente considerado como uma simples separação entre o *mortal* e o *imortal*; e sob este ponto de vista foi nomeado pelos Gregos *moira*, *moros*, *horos*, de onde os Latinos fizeram *fors*, *sors*, a *sorte* (a).

“Mas, disseram os filósofos, todos os corpos sujeitos à nossa observação nascem e crescem para passar em seguida por uma sucessão retrógrada de deterioração até à morte, sem que o espírito vivificante que anima o universo (e que esses filósofos chamavam a *alma do mundo*) possa preservá-los da destruição. No entanto, acrescentavam eles, tal é o poder desta *alma do mundo*, que as menores massas que são destruídas pela força mortífera do tempo reaparecem pouco depois, mais ou menos modificadas sob outras formas; de sorte que o *mundo*, considerado no seu conjunto, apresenta na verdade a cada momento uma nova face, mas sem que se possa jamais aplicar-lhe a *lei da morte* ou do deperhecimento” (b).

Estas reflexões, exercendo a sua influência natural sobre a linguagem, fizeram com que *moira*, limitada de início a significar unicamente a *separação* do *mortal* e do *imortal*, passasse a significar o próprio facto da *destruição*. De igual modo se tornou este o significado de *moros*, donde os Latinos derivaram a sua *mors* para traduzir a mesma ideia (c).

Mas precisava-se ainda de uma expressão para assinalar os males que acompanham ou que trazem a destruição e a morte. A isso consagraram os Gregos a palavra *ata* ou *hata*, que os Latinos adoptaram mudando à sua maneira o *digama* para *f* e escrevendo *fata*, donde em seguida fizeram o singular *fatum*, a *fatalidade* (d).

“Esta fatalidade, prosseguiram os filósofos, é uma consequência necessária da natureza do ser que sempre foi, que não pode deixar de existir, e que por consequência não poderia ser confundido com o que nem sempre foi e pode deixar de existir. Assim, esta lei é imutável; a própria Divindade não poderia mudá-la”. A fatalidade, o destino, *fatum*, *fata*, *necessitas*, entre os Latinos; *ananke*, *eimarmene*, entre os Gregos foi portanto considerada uma força superior à própria Divindade (e).

“O universo que observamos, diziam ainda os filósofos, e em qualquer época que se tenha observado, encontra-se composto de elementos admiravelmente combinados com ordem e simetria. É pois uma máquina na qual, como em qualquer

(*) O texto “De la Théogonie (Mythologie)” foi publicado no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin e reeditado conforme a original versão francesa por Maria Luiza Cardoso Rangel, em *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958, pp. 275-288. Tal reedição não inclui as citações de autores gregos e latinos para que o artigo de Silvestre Pinheiro Ferreira remete. Essas citações encontram-se, porém, compreendidas na presente tradução, a partir da Nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia*, onde foi originalmente publicado o texto da *Théogonie*, com ligeiras alterações, sob o título “Exposition du Panthéisme ou de la Théogonie des anciens”. Na presente tradução do texto *De la Théogonie (Mythologie)*, a partir da transcrição (do texto e da referência às citações) feita por Maria Luiza Rangel e em paralelo com a Nota XIV do *Ensaio sobre a Psicologia*, foi também possível resgatar alguns lapsos evidentes na transcrição.

outra, cumpre distinguir as peças de que é composta, e o artista cuja inteligência concebeu o plano segundo o qual foram essas peças formadas, ordenadas e unidas” (f).

O conjunto dos elementos considerado anteriormente à primeira forma que os tornou próprios para virem a ser as partes constituintes do mundo tal como o conhecemos, foi nomeado pelos Gregos *hyle*, e pelos Latinos *materia*, a matéria. Depois de receber esta primeira forma, os elementos foram designados pelos Gregos *stoicheia*, e pelos Latinos *elementa* (g).

O conjunto das combinações resultante da natureza desses elementos primitivos, cuja reunião constitui o sistema admiravelmente regular do universo, foi designado pelos Gregos sob o nome de *kosmos*, e pelos Latinos sob o de *mundus*, o mundo (h).

O artista, o autor, o criador do mundo, foi nomeado pelos Gregos *Demiourgos*, *Daus*, *Daimon*, *Daemon*, *Dsaus*, *Dseus*, *Zeus*, *Theos*, e pelos Latinos *Opifex*, *Artifex*, *Creator*, *Deus*, o Criador, *Deus* (i).

Seguindo sempre a mesma analogia, os antigos distinguiam, na formação do mundo, dois diferentes tempos, a saber: 1º - aquele que decorre desde o primeiro momento da sua formação; 2º - aquele que precedeu esse momento. Foi o primeiro designado pelos Gregos *chronos*, e pelos Latinos *tempus*, o tempo. O segundo, *aion* (*aeion*), *aifon* entre os Gregos; entre os Latinos, *aevum*, *aeternitas* (*aeviternitas*), a eternidade (j). O primeiro pode ser medido pela série das diferentes mudanças que o mundo experimentou e é susceptível de experimentar ainda. O segundo é incomensurável. Ora, como vem dar ao mesmo dizer de um objecto que é incomensurável, ou que se lhe não pode assinalar nem o começo nem o fim, os Gregos disseram que o tempo anterior à formação do mundo era *apeiros*, e os Latinos *infinitus*, isto é infinito (l).

Não sendo em rigor possível pensar em corpos sem que ao mesmo tempo se pense no espaço em que eles estão colocados, os antigos designaram através de denominações distintas quer o espaço onde, segundo eles, existiam os princípios de que foi o mundo depois composto, quer aquele que o mundo ocupa desde a sua formação. O primeiro foi nomeado *chaos*, tanto pelos Latinos como pelos Gregos; o segundo foi nomeado *aither* pelos Gregos, e *aether*, *aer*, pelos Latinos (m).

Mas em breve o espaço foi confundido com os elementos que o ocupavam, e *chaos* tornou-se sinónimo de *hyle*, ou seja, como acima notámos, desta matéria informe destinada a formar o mundo (n).

Sendo *chaos* e *chronos* duas entidades sem as quais se não podia conceber a formação do mundo, uma vez que se denominou *chaos* a *matéria* donde deviam sair as peças que compõem os corpos do universo, era natural que a outra entidade, *chronos*, fosse o *artista*, o criador do mundo, sem o qual também se não podia conceber a sua formação (o).

Porém, como a palavra *chronos* continuava a ser empregada para significar a ideia abstracta de *tempo*, foi-se constringido a modificá-la logo que se a destinava a designar também o autor do universo. Mudou-se pois o *ch* para *k*, e foi nomeado *Kronos* (p).

Todavia, como, não obstante esta alteração ortográfica, *kronos* não era menos o derivado de *chronos*, tornou-se-lhe comum a genealogia que a imaginação poética dos Gregos tinha, de metáfora em metáfora, assinalado ao tempo, *chronos*. Para o distinguir do tempo anterior à formação do mundo, fora designado *comensurável*. Ora, a grande, a principal medida do tempo, consiste nos movimentos dos corpos celestes. O *tempo* não começou, portanto, senão com esses movimentos que deviam servir-lhe de medida; ou, para tomar emprestada a linguagem poética da antiguidade, o *tempo* tira a sua origem, o seu nascimento, do *céu*. O *céu* (*ouranos* em grego) era portanto o pai de *Kronos*.

Também os Latinos formaram de *Satus* (*nato, nascido*) e *Uranos* o nome de *Saturnus*, sob o qual designavam esta mesma divindade (*q*).

Se bem que os filósofos, para explicar a formação do mundo, comparassem Deus a um artista, teria sido demasiado absurdo levar esta comparação ao ponto de supor que devesse ele empregar instrumentos para esta formação. Era mais natural que, tendo denominado a Divindade a alma do mundo, daí tenham concluído eles que assim como a nossa alma não precisa senão de *querer* para que as diferentes partes do nosso corpo se ponham em movimento ou se detenham de acordo com as suas *ideias* e as suas *concepções*, ou seja segundo a sua inteligência, do mesmo modo a Divindade não empregou a não ser a sua *inteligência* para formar o mundo.

Os Gregos, que na sua língua chamavam a inteligência, assim como as suas concepções, *nous, idea, logos*, denominaram assim o instrumento que Deus empregara para tirar o mundo do caos. Os Latinos, adoptando as suas doutrinas, reproduziram estas denominações nas de *mens, intellectus, idea, sermo, verbum*, a inteligência, a palavra, o verbo de Deus (*r*).

Em todas as línguas, as concepções do espírito designam-se *produções criadas pela inteligência que as concebeu*. Mais não era preciso para que os Gregos, e à sua imitação os Latinos, personificando a concepção segundo a qual a Divindade formou o mundo, dissessem que esta concepção (*nous, logos, idea, sermo, verbum*) era o filho do Deus criador (*Kronos, Saturnus*). Cumpriu, pois, nomeá-lo, e chamou-se-lhe *Zeus, Deus, Theos, Dis, Dispiter, Diespiter, Dios aither, Jeus, Jovis Pater, Jupiter* (*s*).

Observámos acima que os antigos concebiam que a Divindade, se bem que existente desde *sempre*, durante um *tempo infinito* ou *incomensurável*, não se determinou a formar o mundo senão na época a partir da qual começa a contar a existência do mesmo mundo e o *tempo comensurável*.

Em vez de exprimir assim de uma maneira despojada de qualquer figura uma ideia inteiramente abstracta, os filósofos da antiguidade imaginaram a Divindade formando a partir da eternidade um número infinito de concepções e de planos, segundo os quais pudera criar o mundo, e detendo-se no último. Outros, identificando *Deus* com o *tempo*, imaginaram a série dos séculos perdendo-se um após outro no seio da eternidade, sem que pudesse ser algum fixado ou assinalado de nenhuma maneira, até que pela formação do mundo começasse um século, cuja existência é fixada e marcada pelos fenómenos do mesmo mundo.

Uns como outros disseram, por conseguinte, que Saturno (*Kronos*) tinha devorado todos os seus outros filhos, e que nenhum que não o último, Júpiter, escapou a essa sorte. Para significar não haver mais novas criações, disseram eles que Saturno tinha castrado o próprio pai (*t*).

Embora apenas nestes últimos tempos tenha a filosofia, auxiliada pelas matemáticas, calculado as leis da atracção, os fenómenos que daí derivam não podiam escapar à sagacidade dos antigos. Também não careceram de a designar de maneira tão mais expressiva, quanto estavam habituados a revestir a linguagem da filosofia das brilhantes cores da poesia. Designaram-na então pelos nomes de *amizade, amor (philia, eros)* (*u*).

Mas não era o bastante tê-la denominado, havia ainda, para satisfazer o gosto do século, que personificá-la e traçar-lhe a genealogia.

“O universo, disseram os filósofos, está em perpétuo movimento, e, bem mais ainda, num movimento que mais regular não pode ser”.

Não denominamos nós *alma* esse princípio que produz e dirige em nós os movimentos do corpo? Poderemos nós conceber movimentos, e sobretudo movimentos que apresentem o selo da sabedoria, se por um momento supomos a nossa alma daí

ausente? Não é também por isso que chamamos *animais* os quadrúpedes, as aves, os peixes, etc.? “É preciso pois, concluíam eles, que o mundo seja dotado de uma *alma* que seja ao mesmo tempo o princípio dos seus movimentos e da sua conservação”. Acabámos, porém, de ver que o princípio de conservação, esta força motriz do universo, fora designada *amizade, amor*. Estas duas expressões tornaram-se portanto sinónimas de *alma do mundo*. Daí em diante, *eros, pneuma*, entre os Gregos, e *amor, spiritus (amor, espírito)* entre os Latinos, não significaram senão uma mesma coisa, a força motriz, o princípio vivificante, conservador do universo (v).

“Mas esse princípio dos movimentos do mundo posteriores à sua formação, não deverá ser o mesmo que lhe imprimiu o primeiro movimento, quando os elementos ao sair do caos se juntaram para formar este admirável sistema, cuja identidade das leis parece demonstrar a identidade do princípio que o anima e conserva? *A alma do mundo só pode ser pois, concluíam os filósofos, o próprio espírito da Divindade que o formou*” (x).

Ao fixar o olhar sobre a terra, ou melhor, sobre o mundo sublunar, os filósofos aplicaram-lhe todas as conclusões anteriormente deduzidas em relação ao universo.

Assim *a alma do mundo, o espírito da Divindade*, ao animar e ao fecundar a terra, elevou-a ao número dos deuses. Esta nova divindade foi então designada *Estia* pelos Gregos, e *Vesta* pelos Latinos (z).

Contudo, cumpria não confundir esta deusa com o conjunto dos seres percíveis que compõem a terra; pois que a ideia de mortalidade e de mudança é incompatível com a de Divindade; haveria que dizer que *Vesta*, ainda que *fecunda e produtiva*, como fonte comum a todos os seres sublunares, permanecia no entanto *invariável*. Os filósofos, tomando emprestada a linguagem da poesia, exprimem então este pensamento afirmando que *Vesta permanecia sempre virgem*; e os sacerdotes do paganismo, para tornar esta ideia sensível, fundaram o culto do fogo perpétuo, cuja guarda era confiada às virgens, em nome da deusa chamadas *Vestais (aa)*.

Mas quando a terra não era considerada senão sob o ponto de vista de fonte produtiva dos seres, e sem que se tratasse de indicar a sua invariabilidade, era ela personificada pelos Gregos sob os nomes de *Reia* ou *Deméter*, e pelos Latinos sob os de *Reia* ou de *Ceres (bb)*.

Em conclusão, disseram os poetas que unindo-se *Saturno* a *Reia* ou *Vesta*, gerou esta *Júpiter*. Pois que, nada custando as metáforas aos poetas, personificaram eles no *mundo material a ideia desse mesmo mundo*, conforme a qual concebiam tê-lo formado a *Divindade; ideia* à qual haviam eles mesmos dado o nome de *Júpiter*, como acima vimos (cc).

Eis como de figura em figura e de metáfora em metáfora, passaram os antigos do monoteísmo ao triteísmo (dd).

Não se detiveram aí, porém. Consistindo o triteísmo na personificação de um mesmo Deus sob três dos seus atributos, foi personificado sob diversos outros, e, por este meio, deu-se origem ao politeísmo.

Todavia, cumpre dizê-lo, todos os bons espíritos de Roma e da Grécia conheceram e combateram o absurdo dessas alegorias, tornadas crença do vulgo; e o monoteísmo foi em todos os séculos e em todas as nações a crença dos homens esclarecidos, mesmo daqueles que outro guia não tinham que a luz da razão: testemunham-no os escritos de Platão, de Aristóteles, de Cícero, de Séneca, etc.

Os filósofos que faziam intervir nos fenómenos da natureza somente as forças de *atração* e de *repulsão*, de que os corpos e cada uma das suas partes se encontram dotados, foram denominados *materialistas* (φυσικοί).

Aqueles que, não podendo tudo explicar por meio destas duas forças, admitiram ainda a de uma *razão ordenadora*, foram designados *metafísicos* (λογικοί) (*ee*).

A maior parte dos *materialistas* distinguíam nas suas considerações sobre o universo duas diferentes épocas: pois que imaginavam antes de tudo que os elementos dos corpos que hoje compõem o sistema do mundo, se agitavam desde a eternidade, quer afastando-se, quer aproximando-se uns dos outros, mas numa tal confusão que se não poderia aí descobrir nada daquilo que serve para determinar e distinguir os diferentes corpos uns dos outros.

Outros, não quiseram admitir esta primeira época de desordem, esse caos, donde os primeiros faziam sair a ordem e o universo. Não concebiam, em qualquer época em que detivessem as suas considerações, seja no passado, seja no futuro, senão um sistema de corpos dotados de qualidades determinadas, e movendo-se sempre segundo leis igualmente determinadas e invariáveis.

Quanto aos *metafísicos*, uns distinguiram os seres do universo em duas grandes divisões, a saber, a *material*, unicamente dotada das forças de *atracção* e de *repulsão*; e a *espiritual*, exclusivamente dotada de *razão*.

Os outros não admitiam de modo nenhum esta distinção, e punham como princípio que cada uma das partes do universo era dotada da tripla faculdade de *atracção*, de *repulsão*, e de *razão*.

Todos os *metafísicos* concordavam no entanto em dar o nome de *deus supremo* ao conjunto de todos os corpos do universo. Por isso se lhes chama *panteístas*; mas para os distinguir dos *materialistas* ou *ateus*, deu-se-lhes o nome de *deístas* (θεολογοί).

Sem determinar o que tenha podido ser este conjunto das coisas antes de se encontrarem distribuídas em massas distintas, e formando pela sua reunião o sistema do mundo, esses filósofos detiveram-se a considerá-lo no momento em que fosse suposto haver essa ordem de coisas começado, personificando-o sob o nome de *Uranus*.

Vimos como, em consequência do sentido figurado das expressões *pai* e *filho*, esses filósofos disseram que o tempo, *Chronos*, *Kronos* ou *Saturno*, era o filho de *Uranus*, ou do *Céu*, e como, ao personificar o *plano intelectual* da criação, o disseram filho de Saturno e o denominaram *Júpiter*.

Um artigo sobre o qual concordam todos os antigos filósofos, tanto *metafísicos* como *materialistas*, é que tudo quanto é suposto existir num momento, deve ter anteriormente existido, seja sob a mesma forma, seja sob uma forma diferente. Assim, os nomes de *nada* e *não-ser*, não eram por eles empregados senão para designar as diferentes formas das substâncias, e não as próprias substâncias (*ff*).

O estado ou a série de estados diversos em que o mundo se encontrou ou se encontrará ainda, foi chamado por esses filósofos *apeiros*, *infinitus*, *infinito*; mas, entre todos os antigos, esta expressão não significa senão *indefinido*, *indeterminado*, *incomensurável*, tal como observámos acima (*gg*).

Salvo algumas diferenças de expressão, toda a antiguidade admitia a terra, a água, o ar e o fogo, como os elementos constitutivos de todos os corpos do universo.

Físicos tinham dito que os vapores resultantes da acção recíproca das águas e da terra, elevando-se e rarefazendo-se, convertiam-se em ar para formar a atmosfera, que rodeia imediatamente a terra, e esta outra parte do mesmo elemento, de uma natureza muito mais subtil e etérea que, remontando para além da atmosfera sem que se lhe possa fixar os limites, preenche a vasta extensão dos céus, onde as grandes massas do universo exercem os seus diversos movimentos.

Esses físicos acrescentavam que este éter, ao rarefazer-se ainda, se convertia em fogo, que, penetrando, em todos os sentidos, o conjunto dos diferentes corpos da natureza, aí propagava o movimento e a vida.

Enfim, para explicar a fecundidade sempre renascente da terra, pensavam eles que as partes contíguas da atmosfera e da região etérea, combinando-se de novo, davam origem a essa irrigação perpétua de humidade e de calor, sem a qual as forças reprodutivas do solo rapidamente se esgotariam.

Os *metafísicos*, querendo exprimir esses diferentes fenómenos da natureza na sua linguagem metafórica, deram ao conjunto das águas que envolvem a terra os nomes de *Oceano*, *Poseidon*, *Neptuno*, *Néftis*, *Osíris*. A terra foi designada *Tétis*, *Reia*, *Deméter*, *Ceres*, *Vesta*, *Ísis*. O ar atmosférico recebeu o nome de *Juno*, ou *Hera*, e a substância etérea, os de *Júpiter*, *Zeus*, *Hórus*. O fogo, de acordo com o lugar em que era considerado, foi chamado *Hélios* ou *Sol*, *Hefesto* ou *Vulcano*, *Tifão*, *Espírito* e *Alma do universo*.

De acordo com esta nomenclatura, eis como a teogonia se tornou também expressão da cosmogonia. Tudo o que existe, foi dito, nasceu do Oceano e de Tétis (da água e da terra). Júpiter (o éter), ao desposar Juno (unindo-se às exalações), sua irmã, como ele nascida da união do Oceano e de Tétis, dá origem a tudo quanto sobre a terra existe. É ainda deles que nasceu Vulcano, isto é, o fogo, continuamente renovado no centro da terra pelo jogo dos fenómenos atmosféricos. Mas, ao considerar o fogo em toda a sua generalidade como espírito vivificante espalhado por todo o universo, detiveram-se na genealogia que por origem imediata lhe assinalava o ar ou *Júpiter*, e o pai comum, o *Oceano* ou *Saturno*.

Dizemos o *Oceano* ou *Saturno*, pois que os nossos leitores não terão deixado de se dar conta da identidade destas duas divindades, cujos diferentes nomes não tendiam a designar senão os diferentes pontos de vista sob os quais se queria enunciar o *princípio* de tudo o que existe.

Quando, tomando a palavra *origem* no sentido de *começo*, se quis unicamente exprimir a época na qual o mundo havia começado, disse-se que esta origem era o tempo, *Chronos*, *Kronos* ou *Saturno*.

Mas, quando se quis significar a *origem material* dos elementos do ar, seja atmosférico, seja etéreo, assim como a do fogo, disse-se, adoptando a opinião dos Egípcios e dos Caldeus, que era a água, e a *origem* do mundo foi em conformidade designada o *Oceano*.

Enquanto que Júpiter ocupa o alto dos céus, o Oceano encontra-se relegado e aprisionado nos antros da terra, e, precipitando-se pela grande abertura do Averno nas profundezas do Tártaro, tornou-se o deus do Averno e das trevas. É uma nova situação, um outro ponto de vista sob o qual se pode considerar e designar Saturno. Recebeu ele então, sob este novo ponto de vista, o nome de *Plutão*. Podemos conjecturar que a circunstância de se precipitar no Tártaro foi assinalada pelo nome que os Gregos lhe deram de *Poseidon* (*hh*).

Eis como a filosofia poética dos antigos veio a afirmar que Júpiter, apoderando-se do império dos céus, aprisionara e lançara Saturno, seu pai, no Tártaro.

Mas, quando, mudando de ponto de vista, consideraram a palavra *origem* só como sinónimo de *começo*, e *Saturno* como símbolo do *tempo*, não podiam ser os quatro elementos encarados senão como produções do tempo, e Neptuno tornou-se, assim como Júpiter e Plutão (significando então o fogo central), um dos filhos de Saturno.

Além dos dois tipos de mitologia, metafísica e física, de que falámos, há também a mitologia astronómica; porque os antigos tentaram também exprimir na sua linguagem figurada os fenómenos astronómicos deles conhecidos; e, conforme as relações de semelhança que cada um dos corpos celestes lhes apresentava nos seus movimentos com as qualidades de tal ou tal divindade, davam-lhe o nome.

Depois de assim haver personificado nos seus deuses os fenómenos da natureza, os poetas assimilaram a essas divindades os reis e os heróis cujas acções brilhantes ofereciam à sua imaginação relações com os atributos com que revestira a mitologia as suas divindades. Por aí entrou a história no domínio da fábula.

Razão houve pois em distinguir quatro tipos de mitologia, a saber: a histórica, a astronómica, a física e a metafísica; errou-se, porém, ao ver algum desses sistemas como o único que os filósofos, os poetas, os escultores e os pintores da antiguidade quisessem exprimir na sua simbólica.

Verdade é que ora se considerava essas divindades exclusivamente sob o ponto de vista particular a um desses quatro sistemas, e então atribuía-se-lhes propriedades que não podiam pertencer-lhes nos outros três sistemas; ora se consideravam como reunindo à vez todas as diferentes qualidades relativas a cada um dos quatro sistemas; e então aquilo que é dito do rei e do herói pode aplicar-se a tal astro, a tal elemento, a tal ser da natureza que, num ou noutro desses sistemas mitológicos ocupa um lugar correspondente ao seu.*

* * *

* No fim do artigo, encontra-se a remissão para “*Dieux, Mythologie et Paganisme*” (no XXII volume da *Encyclopédie Moderne* de Courtin).

Citações do texto

(a)

As próprias divisões do céu separam a parte impassível da que muda sem cessar. A linha de divisão entre o mortal e o imortal é o círculo que descreve a lua.

Ocelo de Lucânia,
De Nat. Univ., c. 2, § 2

A lua, ao mesmo tempo que serve de limite entre o ar e a região etérea, separa os seres divinos daqueles que são perecíveis.

Macróbio,
Somn. Scip., I, 21

(b)

Todo o ser que começou por geração, e que deve findar por dissolução, tem necessariamente duas progressões: a primeira do menos ao mais, e do pior ao melhor; a segunda, do mais ao menos e do melhor ao pior... Ora, o Universo ou o Todo não nos apresenta nada de semelhante; porquanto não sabemos que haja começado por geração, ou que tenha mudado para se tornar melhor ou maior, ou que se tenha jamais tornado menor ou menos bom. Continua a ser sempre da mesma maneira, sempre igual, sempre semelhante a ele próprio.

Ocelo de Lucânia,
De Nat. Mund., I, 4, 6

As partes que compõem o universo, florescem, nascem ou perecem. Os nascimentos compensam as perdas; as dissoluções trazem novas criações. Desta luta entre os elementos onde cada um é alternadamente vencedor e vencido, resulta a conservação do universo, que por isso é e será por toda a eternidade preservado de destruição... Assim nos ensina a natureza que o princípio conservador das grandes massas do universo é a harmonia, e que esta harmonia não é senão o mesmo universo que encerra tudo o que há de belo, e que é a fonte donde tudo o que existe tira a sua origem... É dele que os animais recebem o sopro da vida, e esse princípio do movimento e do pensamento que chamamos alma.

Aristóteles,
De Mundo, 5

A natureza, contemplada no seu conjunto, apresenta uma série contínua e gradualmente decrescente desde as primeiras e mais nobres partes do universo até aos seres mortais, sempre sujeitos a mudar de estado.

Ocelo de Lucânia,
De Nat. Mund., I, 13

Insensatos! Pois é preciso estar de todo privado de razão ao crer existir coisa alguma que não haja outrora sido: ou que possa qualquer coisa perecer e inteiramente aniquilar-se.

Empédocles,
apud Plutar., ***Epist. adv. Coluth.***

Nada perece de tudo o que existe. Mas da luta dos seres uns com os outros, resulta sofrer cada qual a forma que lhe é própria.

*Eurípedes,
Chrysippus*

Digo também que nada no mundo cessa inteiramente de existir. Pode a morte destruir, mas não aniquilar. Não há senão misturas diversas e transformações sucessivas dos mesmos elementos. É isso o que os homens chamam a natureza.

*Empédocles,
apud Plutar., De Placit. Philos.*

Acreditai-me: nada perece nesta grande massa do mundo. Este não faz senão variar apresentando de cada vez novas formas. Quando alguma coisa começa a ser o que anteriormente não era, diz-se que nasce: tal como se diz que morre quando deixa de ser o que era precedentemente.

*Ovídio,
Metamorph., XV*

Quanto ao conjunto do universo, nada há fora dele que o tenha podido deteriorar ou mudar. Mas os seus elementos são susceptíveis de mudança, ainda que o não sejam de deterioração.

*Salústio,
De Diis et Mundo, 11*

Assim o mundo permanece sempre o mesmo, não sendo susceptível de corrupção nem de aniquilamento.

Timeu de Lócris

Tudo o que foi feito é não só o que se pode imaginar de mais belo e de mais perfeito, como é ainda indestrutível.

Timeu de Lócris

(c)

A noite gerou a morte e a negra fatalidade.

*Hesíodo,
Theogon.*

Os homens e os outros animais são menos favorecidos relativamente ao termo comum da natureza. Não há para eles retorno à primeira idade. Não têm de todo esta alternativa de transmutações que observámos ao falar do fogo, do ar, da água e da terra... Quando percorrerem as quatro partes do círculo e as variações do círculo, perecem e inteiramente desaparecem.

*Ocelo de Lucânia,
De Nat. Mund., I, 15*

(d)

Resultado de *fatais consequências* que Júpiter reparte pelos humanos como punições.

Sólon,
apud Stoboeum, Serm.

(e)

O destino é a ligação física de todas as partes do universo, que, desde a eternidade, se sucedem umas às outras, enquanto que o conjunto permanece sempre e invariavelmente o mesmo.

Crisipo,
apud Gellium, VI, 2

Crisipo pretende que seja a força espiritual quem rege com ordem o universo. Nas suas definições, diz que o destino é a razão do mundo ou a lei dos seres que compõem o mundo e que são regidos pela providência: a razão conforme a qual tudo foi feito, se faz e fará.

Plutarco,
De Placit. Philosoph.

Tudo acontece por necessidade: expressão sinónima de destino, lei, providência, causa do mundo.

Parménides e Demócrito,
apud Stoboeum, Eclog. Phys.

O destino é a razão eterna, a eterna lei da natureza do universo.

Platão,
apud Stoboeum, Eclog. Phys.

É impossível mesmo à divindade subtrair-se aos decretos do destino.

Um antigo oráculo,
apud Herodot., I, 91

Daí esta necessidade fatal que admitis e que chamais destino: de modo que tudo o que acontece na vida, dizeis ser porque a eterna verdade o decidiu e que tal é o encadeamento das causas.

Cícero,
De Natur. Deor., XXIII

Por vezes dão eles a Deus o nome de necessidade, querendo dizer nada poder ser de outro modo que não da maneira por ele uma vez decidida.

Cícero,
Academic. quaest., I, 7

Chama-se à natureza destino (*fatum, fortunam*); pois mais não são que nomes destinados a designar os diferentes atributos de um só e mesmo deus.

Séneca,
De Beneficiis, IV, 8

Os próprios deuses estão necessariamente sujeitos, tal como nós, aos decretos desta causa, qualquer que possa ser, que traçou o curso da nossa vida desde o começo até ao fim da nossa existência. Um mesmo turbilhão arrasta irrevogavelmente as coisas divinas e as humanas. Aquele que formou e que governa o universo, é também aquele que lhe prescreveu os destinos; mas depois de os ter escrito, a isso se conformou. Parece não fazer senão obedecer-lhes, mas foi ele quem um dia os ordenou.

*Sêneca,
De Provid., 5*

(f)

É impossível que a matéria por si só seja o princípio de todos os seres. Cumpre acrescentar a isso uma causa eficiente. Tal como a prata só por si não basta para fazer uma taça, se não houver uma causa eficiente, ou seja um ourives.

*Plutarco,
De Placit. Philosoph.*

(g)

Antes da terra e do ar, deve ter havido aquilo de que eles foram feitos. Esses princípios são a *matéria*, informe de início, e a *forma* considerada tanto no momento em que a matéria se encontra efectivamente dotada dela, como quando dela se encontra privada.

*Plutarco,
De Placit. Philosoph., 1*

Chama-se elemento ao que tendo primeiramente existido sob uma certa forma que lhe era particular, faz seguidamente parte de um composto que se apresenta sob uma outra forma.

*Aristóteles,
Metaph., IV, 3*

Entre aqueles que admitiram corpos simples como elementos, limitaram-se uns a admitir um, outros dois, outros três, e outros enfim quatro. Quanto aos que não admitiam senão um, faziam derivar daí todos os outros por meio da rarefacção ou da condensação. Os que admitiam dois, tal como Parménides, o fogo e a terra, sustentavam que os outros dois, o ar e a água, eram somente combinações dos dois primeiros. Os que admitiam três, como Platão, raciocinaram do mesmo modo... Mas uma vez supostos quatro elementos, é preciso assinalar a cada um o lugar que lhe é próprio. Assim o fogo e o ar tendem a afastar-se de dentro para fora. A terra e a água tendem para o centro. Desta maneira, o fogo e a terra permanecem os mais distintos, enquanto que a água e o ar, situados no meio, apresentam sempre maior ou menor mistura. Além disso, os quatro elementos estão em oposição uns aos outros, a água sendo o contrário do fogo, e a terra do ar.

*Aristóteles,
De Gener. et Corrupt., II, 3*

Platão não admite senão que os três primeiros corpos (pois recusa-lhes o nome de elementos), o fogo, o ar, e a água passem de um estado a outro; mas que a terra não pode transformar-se em nenhum dos outros três.

Plutarco,
De Placit. Philosoph.

Tales ensinava que a água era a origem de todas as coisas; e que Deus é esta inteligência suprema que da água formou todos os seres da natureza.

Cícero,
De Nat. Deor.

O brilhante Júpiter e a amável Juno,
A fecunda Néstis*, o severo Plutão,
Concertadamente exercendo a suprema potência,
A este vasto Universo deram a existência.

Empédocles,
apud Plutar., De Placit. Philosoph.

Os deuses tiveram o Oceano por pai, e Tétis por mãe.

Homero,
Iliad.

O Oceano significa o conjunto das águas do universo, e Tétis a terra, mãe comum de todos os seres.

Eustácio,
Iliad.

O Oceano, porque abarca toda a vasta extensão da terra, foi dito ter desposado Tétis, filha de Titã.

Ovídio,
Fast., V, v. 81

Dizes tu que Neptuno é o espírito inteligente que anima o Oceano.

Cícero,
De Natur. Deor., III

Neptuno é, segundo ele, o espírito que anima a terra e as águas.

Máximo de Tiro,
Dissert., XXIV

* Apenso ao original texto grego, no *Ensaio sobre a Psicologia*, colocou Silvestre Pinheiro Ferreira a seguinte nota: “A palavra *Néstis* pôs à prova a sagacidade dos sábios que trabalharam em Plutarco e Estobeu, onde esta passagem de Empédocles é também citada. Sem pretender resolver a questão, observarei aqui que Plutarco, no seu tratado sobre *Ísis*, ensina-nos que os egípcios adoravam sob o nome de *Nephtys*, uma divindade que corresponde à que vemos designada nesta passagem de Empédocles pelo nome de *Néstis*, e que é o *Neptuno* dos latinos. É-se pois levado a crer que *Néstis* deriva de *Néftis*, sobretudo quando se reflecte que esta mesma palavra (*Néstis*), que em geral significa *em jejum*, deriva de *nephtheis*, participio passivo de *nephein* (jejuar)” (*EP*, XIV, h, 6, p. 284).

Não tirará o nome de *Poseidon* a sua origem de quando Neptuno foi detido e entravado no seu caminho pela natureza do mar?*

Platão,
Cratilo

Os deuses imortais ordenam-te que te dirijas aos Campos Elísios, situados na extremidade da terra... onde não há neve, nem quase Inverno, nem nevoeiro, mas o agradável sopro do zéfiro que o Oceano aí constantemente leva.

Homero,
Odys., IV

Entre as aberturas da terra, há uma, a maior de todas, que a atravessa de uma ponta a outra. É aquela de que fala Homero, quando diz: *Bem longe, lá onde sob a terra está o mais profundo abismo*: e que ele próprio algures e muitos outros poetas chamam o Tártaro. É para lá que tornam, e é de lá que de novo saem todos os rios;... há contudo quatro principais, cujo maior, e que corre mais exteriormente que qualquer outro, é aquele que chamamos Oceano.

Platão,
Phaedone

Tal como à beira do Ténaro a água do Estige.

Plutarco,
De Prim. Frigid.

As gargantas do Ténaro, entrada majestosa de Plutão.

Virgílio,
Georg., IV, v. 467

Não devo omitir que o templo de Saturno era encimado por tritões.

Macróbio,
Saturn., I

Eles crêem que Saturno pertence ao número dos deuses terrestres e subterrâneos.

Plutarco,
Quaestion. roman.

Os mais sábios entre os sacerdotes pensam que o nome de Osíris designa muito simplesmente a massa das águas e a fluidez, que consideram como a causa primeira de toda geração, e a substância fundamental de todos os gérmes da natureza... Pensam mesmo que Homero acreditou, como Tales, que o aprendera dos Egípcios, que a água é o princípio e a origem de toda a geração; pois, dizem eles, o Oceano não é senão Osíris e Tétis, Ísis; e chamando ao Nilo, o derramamento de Osíris, dizem que a terra é aquela

** Apenso ao original texto grego, no *Ensaio sobre a Psicologia*, colocou Silvestre Pinheiro Ferreira a seguinte nota: “Não podemos impedir-nos de uma certa surpresa, quando se encontram nos escritos de um filósofo tal como Platão, etimologias tão destituídas de razão, e que chegam até a chocar o bom senso. Não deve isso, porém, espantar as pessoas que lançaram um olhar filosófico sobre aquilo que os antigos escreveram das diversas partes da gramática em geral.

Que relação há entre ποσειδων e ποσιδεσμος? Como vimos, seria mais conforme à razão mitológica e às regras da etimologia derivar ποσειδων de προς αιδην (*vizinho do Tártaro*); porque os Dórios teriam escrito no seu dialecto ποταιδων ou ποταιδων; donde teria passado ao ático sob a forma de ποσειδων” (*EP*, XIV, h, 12, p. 286).

que é designada pelo nome de Ísis, à qual o Nilo se une e fecunda. Desta união, fazem nascer Hórus, nome que dão ao conjunto desta atmosfera que envolve, alimenta e conserva tudo o que existe sobre a terra. Acrescentam que Hórus foi educado por Latona na floresta de Buto. Dão ainda o nome de Néftis às regiões marítimas e litorais da terra: o que exprimem dizendo que Néftis coabita com Tifão [Tifeu].

*Plutarco,
De Isid. et Osirid.*

Ao entrar no Erecteu, avistam-se três altares, dos quais um é consagrado a Neptuno, outro ao Héroi de Buto, e o terceiro a Vulcano.

*Pausânias,
Atticis.*

Não empregam eles o nome de Vulcano senão para alegoricamente significar a conversão do ar em fogo.

*Plutarco,
De Isid. et Osirid.*

(h)

O mundo é o conjunto coordenado do céu, da terra, e de todas as naturezas que aí se encontram.

*Zenão,
apud Laer., VII*

Todo, o céu ou o mundo, ou outro nome que se queira dar-lhe.

*Platão,
Tim.*

(i)

Tomando Deus toda a matéria visível e que existia, não em repouso, mas num confuso e desordenado movimento, fê-la passar desse estado de desordem ao de regularidade e de ordem que vemos.

*Platão,
Tim.*

A meu ver, Hesíodo deu aos génios o nome de *daimones* por serem eles sábios artífices (*daemones*).

*Platão,
Crat.*

(j)

O tempo começou portanto com o céu; porque o que chamamos tempo, ou seja, os dias, as noites, os meses e os anos, não podiam ter lugar antes que houvesse o céu.

*Platão,
Tim.*

Porque antes do mundo não havia astros, nem por consequência anos, nem os períodos das estações que servem para medir o tempo que teve um começo e que é a imagem visível daquilo que não teve começo, e que chamamos eternidade.

Timeu de Lócris

As partes do tempo comensurável no seu curso, são a imagem visível da eternidade.

*Platão,
Tim.*

Pois que se o mundo não era ainda, não deixavam os séculos de ser. Não entendo por tal estes séculos que, pela articulação dos dias e das noites, se compõem das revoluções anuais. Reconheço que, sem o movimento do mundo, a sua distinção não poderia fazer-se. Mas o que quero dizer, é que houve, desde um tempo infinito, um tipo de eternidade que não era medida por espaço de tempo algum e cuja duração não é possível compreender, pois que nem mesmo se pode conceber que tenha havido qualquer tempo quando não existia ainda o tempo.

*Cícero,
De Natur. Deor., XXIII*

(l)

O objecto infinito é aquele do qual existe sempre algo para além de todos os limites imagináveis.

*Aristóteles,
Phys., III, 3*

Tudo o que nos parecer (susceptível de) tornar-se mais e menos, receber o violento e o suave, e ainda o excesso e as outras qualidades semelhantes, é preciso reuni-lo em algum modo, ordenando-o na espécie do infinito... Parece assim que faremos bem em incluir na classe do finito aquilo que não admite essas qualidades, e recebe as qualidades contrárias, primeiramente o igual e a igualdade, em seguida o dobro, e tudo o que é como um número relativamente a outro número, e uma medida a outra.

*Platão,
Philebo*

(m)

A região etérea é aquela onde as divindades, as grandes massas que compõem o universo, descrevem as órbitas dos seus movimentos.

*Aristóteles,
De Mundo, 2*

A tradição dos antigos é que antes de tudo existiu o Caos. Ora por Caos entendiam eles o espaço.

*Sexto Empírico,
Adv. Mathem.*

(n)

Antes que fossem o mar, a terra e o céu que os envolve formados, não existia senão o que se chama o Caos, isto é, a massa bruta e informe dos elementos que, dotados de propriedades opostas entre si, deveriam contudo concorrer para formar os corpos da natureza, cujas partes se encontravam até então confundidas e dispersas.

Ovídio,
Metamorph., I, 5

(o)

Podemos conceber que durante o decurso dos séculos que precederam a criação, o mundo estava absorvido no seio da divindade que não teve começo nem poderia ter fim.

Zenão,
apud Laer., VII

A razão mostra-nos que antes da existência do mundo, o plano e a matéria, bem como a Divindade que coordenou o todo, devem ter existido.

Timeu de Lócris

O mundo foi feito por Deus, mas a substância ou a matéria de que foi feito, não: existia desde sempre até que Deus quis com ela formar o mundo.

Timeu de Lócris,
apud Plutarco, De Placit. Philosoph.

Parece-me que o universo não pode ser destruído, nem pode ter sido feito, o que significa que sempre existiu, e que existirá sempre. Pois se começou numa certa época, é porque não existia ainda. Mas se foi feito, aquilo de que foi feito, deve ter existido anteriormente. Do mesmo modo que se deve sofrer uma destruição, aquilo em que se tornará ao destruir-se, deve existir depois dele.

Contudo, quando se diz que o todo começou, supõe-se que tudo começou com ele. Quando se diz que o todo será destruído, supõe-se que tudo será com ele destruído. Ora, estas duas conclusões são contraditórias com as primeiras. Logo, o todo ou o universo não teve nenhum começo e nenhum fim terá.

Ocelo de Lucânia,
De nat. Mundi., I, 1

Do mesmo modo que somos governados pela nossa alma, tem o mundo também uma alma que abraça todas as suas partes e que se chama Júpiter.

Fornuto,
De Natur. Deor., 2

Há dois princípios do universo, um activo, outro passivo. O passivo é a matéria considerada como substância e independentemente de qualquer qualidade. O activo é a palavra de Deus actuando sobre a matéria.

Diógenes Laércio,
VII

Úrano (o céu) que em si mesmo encerra o decurso infinito dos tempos.

*Aristóteles,
De Coel., I*

(p)

Dizem os Exegetas não ser toda a mitologia senão alegoria, e outra coisa não ser Kronos (*Saturno*) que não *chronos* (*o tempo*) ao substituir o som aspirado (*ch*) pelo não aspirado (*k*). Com efeito, se não houvesse tempo não haveria mundo algum.

*Fornuto,
De Natur. Deor., 2*

(q)

Úrano (o céu) que em si mesmo encerra o decurso infinito dos tempos.

*Aristóteles,
De Coel., I*

Assim o sol, a lua e os cinco outros planetas ou astros que, nas suas revoluções, assinalam e fixam as divisões do tempo, foram formados pela inteligência divina de acordo com as suas concepções, a fim de que começasse a ter lugar o tempo comensurável.

*Platão,
Tim.*

Se estes, irmãos uns dos outros, pertencem ao número dos deuses, como recusar colocar aí seu pai Saturno, adorado como tal, principalmente entre as nações ocidentais?

*Cícero,
De Natur. Deor., III*

(r)

Uma vez tendo o supremo artista desde toda a eternidade diante dos olhos suas invariáveis concepções, servindo-se delas como modelo para tornar efectivo quanto até então mais não era do que ideal e simplesmente possível, esse todo não pode ser senão perfeito... E assim sendo, o mundo é a imagem visível de uma concepção anterior.

*Platão,
Tim.*

Se os deuses não fizeram o mundo empregando meios mecânicos, e se não se formou ele de todo pelas suas próprias forças, cumpre que o haja sido pela simples potência divina.

*Salústio,
De Diis et Mundo, 13*

Anaxágoras considera a inteligência divina como o instrumento da criação.

*Aristóteles,
Metaph., I, 4*

Ele (Deus) opera sem esforço e unicamente pelas concepções do seu entendimento.

Xenófanes

Mas o que é digno da divindade, é que sem esforço e unicamente pelo efeito da sua vontade, tenha realizado as concepções da sua inteligência.

*Aristóteles,
De Mundo, 6*

Porém, ao ordenar todas as coisas, ele (Deus) não saiu do estado de repouso que lhe é próprio.

*Platão,
Tim.*

Vós mesmo dizeis que nada há que Deus não possa fazer e mesmo sem qualquer esforço; porque assim como a alma humana põe em movimento os membros sem outro esforço que não o da vontade, do mesmo modo tudo no mundo pode ser feito e sofrer mudanças unicamente pela vontade dos deuses.

*Cícero,
De Natur. Deor., III*

Ele (o mundo) foi feito pelo mais poderoso autor, não segundo um modelo, mas segundo a ideia que dele concebera a própria divindade no seu entendimento.

Timeu de Lócris

Não se pode dizer que a concepção seja a causa, mas o instrumento necessário. Do mesmo modo que para o estatuário é o modelo tão necessário como o cinzel ou a lima.

*Sêneca,
Epist. 65*

A inteligência suprema que a tudo dá a ordem conveniente é a causa eficiente.

*Anaxágoras,
apud Plutar., De Placit. Philosoph.*

Todas as coisas estavam num estado de confusão. A inteligência dividiu-as e pô-las em ordem.

*Plutarco,
De Placit. Philosoph.*

A Inteligência, supremo criador, e o Amor pleno de encantos.

Orfeu

Hesíodo diz que o caos existia antes de tudo; em seguida a terra de amplo seio, e amor, o mais belo de todos os deuses: como querendo dizer que devia haver uma causa que pusesse em movimento e reunisse todas as coisas.

*Aristóteles,
Metaph., I, 4*

Duas causas há de todos os seres: a inteligência, causa de tudo quanto com desígnio é feito; e a necessidade, causa de tudo o que acontece em necessário seguimento das forças de que estão os corpos dotados.

Timeu de Lócris

Pitágoras diz que dos dois princípios um é a mónade, deus e fonte de todo o bem, simples por natureza, e que é o que se chama inteligência. O outro é a díade, indiferente a receber qualquer tipo de formas, à qual se deu o nome de génio, e que é o princípio de todo o mal.

Plutarco,
De Placit. Philosoph., I, 7

A formação do mundo é resultado da combinação das forças essenciais da matéria e da inteligência divina. Cumpre assim distinguir duas espécies de causas, das quais uma é necessária, a outra divina.

Platão,
Tim.

É coisa sabida que o *logos*, isto é, a palavra ou a razão divina, passa entre os vossos filósofos por ser o autor do universo.

Tertuliano,
Apologet.

(s)

Deus, a inteligência, o destino e Júpiter não são senão uma só e mesma coisa.

Zenão,
apud Laer., VII

Em dialecto Beócio, diz-se *deus* em vez de *zeus*.

Eustátio,
Ad Odys., A

O universo compreende a *inteligência* divina, a *matéria* primeira, e o *mundo* sensível produto da inteligência e da matéria. A inteligência divina não teve começo, é imutável, permanente, nunca muda de natureza. É a um tempo a concepção e o modelo de tudo o que foi feito e de tudo quanto está sujeito a mudanças. A matéria primeira, massa, mãe, ama, fonte de onde emana o mundo sensível, ao receber as formas correspondentes à concepção do Criador, dá nascimento a todos os seres da natureza. Mas esta matéria primeira, ainda que eterna, não é imutável: sendo por si própria sem forma e figura, é todavia susceptível de todas as formas e de todas as figuras. Chama-se-lhe não só *matéria*, mas também *lugar* e *espaço*.

Timeu de Lócris

A mais perfeita e divina natureza compõe-se destas três coisas: a inteligência, a matéria e a união de ambas, que é o que se chama mundo. Quanto à inteligência, Platão chama-a imagem, modelo e pai de toda a criação. A matéria dela é chamada mãe, ama, base, morada. Ao que é resultante da combinação da inteligência e da matéria, designa filho, ou criatura. Poder-se-ia crer com razão que os Egípcios viam o triângulo como a figura mais perfeita, e que por isso lhe compararam a natureza do universo.

*Plutarco,
De Isid. et Osir.*

Porque chamou Platão ao soberano Deus, *pai e criador de todas as coisas*? Chamou Platão, de acordo com o seu costume, por figura, *pai do mundo* àquele que é a sua causa eficiente, como no seu banquete denomina Fedro o pai das propostas amorosas, por ter sido ele quem primeiramente as avançara?... Ou antes há uma diferença real entre pai e criador, entre geração e criação? Porque tudo o que foi engendrado foi feito; porém, ao contrário, tudo o que foi feito não foi engendrado. Assim aquele que engendrou também fez. A geração de um ser animado é um acto pelo qual ele é feito. A obra de um arquitecto, de um tecelão, de um fabricante de instrumentos, de um estatuário, e em geral de qualquer artista, é distinta e separada daquele que a produziu. Mas o princípio, a faculdade, que engendra, é infundida no ser engendrado: ele participa da sua natureza, porque é uma porção da substância daquele que o engendrou. Uma vez que o mundo não é uma junção de diversas peças separadamente trabalhadas e em seguida relacionadas entre si, mas contém uma porção considerável de vida e mesmo de divindade que Deus misturou e infundiu da sua própria substância na matéria, é com razão que é chamado o pai e o criador do mundo, que é um ser animado. Sendo esta explicação perfeitamente conforme à opinião de Platão, vejamos se não se poderia com muita verosimilhança dizer que sendo o mundo composto de duas substâncias, alma e corpo, Deus não engendrou este, mas tendo-se-lhe a matéria oferecido já produzida, formou-a, preparou-a, e deu à sua extensão indefinida os limites e as figuras que melhor lhe convinham. A alma que é dotada de inteligência, de raciocínio, ordem e harmonia, é não só obra de Deus, como uma parte do seu ser. Não só foi feita por ele, como dele e da sua própria substância.

*Plutarco,
Quaest. plat.*

Não só dão eles aos fenómenos quer da formação, quer do desaparecimento dos seres, efeitos necessários das suas forças, o nome de divindades; como acreditaram realmente que esses fenómenos eram divindades.

*Plutarco,
De Isid. et Osir.*

Píndaro diz que o filho (o entendimento de Deus personificado em Minerva) está sentado à direita de seu pai, de quem recebe as ordens, a fim de as distribuir aos anjos, conforme prescrição paterna; pai junto de quem serve também de intérprete e de introdutor.

*Aristides,
Orat. in Minervam*

Se bem que Deus não seja senão um só, deram-se-lhe vários nomes, conforme os diferentes atributos manifestados nas obras do seu poder. Assim os nomes de *Zeus* e de *Dios* significam que é por ele que vivemos. Foi nomeado *Kronos* ou *Chronos* para

significar que existiu desde toda a eternidade, e que continua a existir no tempo que começou com a criação do mundo.

*Aristóteles,
De Mundo, 7*

A natureza, que dissemos denominar-se também Júpiter.

*Fornuto,
De Natura Deor., 7*

Quer o nomeies *Éter, Inteligência, Entendimento, Necessidade do destino, Lei divina*, quer lhe dê qualquer outra designação, não será sempre senão esse que nomeamos *Deus*. A diversidade dos nomes nada altera, uma vez que o objecto designado não é senão um.

*Lactâncio,
III, 5*

(t)

Saturno, que castrara o pai, foi por seu turno aprisionado pelo próprio filho, que começara por apoderar-se do seu trono.

*Macróbio,
Somn. Scipion., I, § 1*

Toda a Grécia está imbuída desta velha crença de que *Coelus* foi mutilado pelo filho Saturno, e o próprio Saturno aprisionado pelo filho Júpiter. Sob estas fábulas ímpias está escondido um sentido físico a que não falta de todo beleza.

*Cícero,
De Natur. Deor., XXIV*

Depois de Saturno ter sido lançado no tenebroso tártaro, começou o mundo a ser governado por Júpiter.

*Ovídio,
Metamorph., I, v. 113*

Longe de nós, no mar, está a ilha de Ogígia (*Homero, Od., VII*), distante da Grã-Bretanha, na direcção do Ocidente, a cinco dias de navegação. Há três outras ilhas na direcção do poente estival, tão distantes da primeira quanto umas das outras. É numa dessas ilhas que, segundo a tradição dos bárbaros do país, está detido Saturno prisioneiro por ordem de Júpiter. O despertar de Saturno é marcado por paixões tirânicas e por violentas perturbações que a sua alma experimenta; mas o seu sono é doce e tranquilo: e é neste estado que a sua natureza divina e a sua soberania actuam de acordo com todo o seu poder.

*Plutarco,
De Luna*

Afirmaram vários filósofos ser Saturno o tempo, e designando filhos do tempo as partes que o compõem, acrescentaram serem os filhos devorados pelo pai.

*Salústio,
De Diis et Mundo*

Não é verdade que tenha Saturno sido aprisionado por Júpiter; o que isso significa, é que movendo-se Saturno numa órbita muito afastada de nós, parece o seu curso aos homens lento e difícil: eis porque se diz estar ele de certa maneira como que aprisionado.

Anónimo,
(Anonymus de incredibil),
apud Galeum, Opusc. Mythol.

(u)

Deixando o senhor do universo de estar na posse do leme do mundo, inspecciona de certa maneira os seus movimentos por si submetidos a leis necessárias e determinadas pela força de atracção inerente a todas as partes de que se compõe o mundo.

Platão,
Político

As duas forças eficientes da natureza são a amizade e a discórdia.

Empédocles,
apud Sext. Emp., Adv. Math.;
Aristóteles, De Gen. et Corrupt., II, 6

As duas forças primitivas são a amizade e a discórdia, das quais a primeira aproxima, a segunda separa.

Empédocles,
apud Plutar., De Placit. Philos.

(v)

Todos os outros filósofos crêem que o mundo é animado e dirigido por uma providência. Mas Leucipo, Demócrito, Epicuro e todos aqueles que admitem os átomos e o vazio, dizem não ser ele animado nem regido por uma providência inteligente, mas por uma certa natureza privada de razão.

Plutarco,
De Placit. Philosoph., II, 3

Cada uma das partes do universo é arrastada pelo movimento geral, e é conformando-se-lhe que contribuem elas para a conservação e a harmonia do conjunto. É nisso que consiste a vida e a alma do mundo.

Ocelo de Lucânia,
I, 12

Quanto à alma do mundo, de acordo com a vontade do Criador, posta-se do centro para além da circunferência, de maneira que inteiramente o envolve. Daí resulta uma mistura da forma indivisível com a substância divisível, de modo a fazer de ambas um conjunto, ao qual Deus acrescentou duas forças motrizes, uma para a conservação, outra para as mudanças: essas forças encontram-se em proporções combinadas com a mais perfeita harmonia.

Timeu de Lócris

Foi dotando a alma de inteligência e estabelecendo uma estreita união entre o corpo e a alma, que a divindade formou este universo, a fim de que fosse a mais bela e perfeita obra do seu poder.

*Platão,
Tim.*

O sopro de Deus cuja acção penetra todo o universo.

*Plutarco,
De Placit. Philos.*

Escutemos por um momento Platão que é como um Deus para os filósofos... Uma vez que todo o movimento provém desse fogo do mundo que é movido, não por um impulso que lhe seja estranho, mas pela sua própria virtude, necessariamente esse fogo é alma, e por consequência o mundo é animado.

*Cícero,
De Natur. Deor., II, 24*

Um estóico diria que o mundo é dotado de inteligência e de uma alma, origem da sua própria existência, assim como da do mundo, cuja conservação assegura, e do qual é a força motriz e o princípio regulador.

*Cícero,
Academic., IV*

Uma vez que qualquer corpo que se não põe em movimento senão por uma causa exterior, é inanimado: e aquele que dentro de si mesmo tem a causa do seu movimento, é animado; eis com efeito o que constitui a natureza da alma. Assim sendo, segue-se não haver senão a alma que se ponha a si própria em movimento.

*Platão,
Phaedr.*

Tendo Deus desde toda a eternidade concebido no seu entendimento, como devendo existir um dia, esta outra divindade (o mundo), formou, pela reunião de vários corpos dos quais cada um é perfeito no seu género, um conjunto não menos perfeito, e depôs no seu seio uma alma que está em todas as suas partes, e que estendendo-se em seu redor, o envolve e protege.

*Platão,
Tim.*

(x)

O espírito da divindade está em todas as partes do universo, como está a nossa alma em todas as partes do nosso corpo.

*Zenão
apud Laer., VII*

Do mesmo modo que somos governados pela nossa alma, tem o mundo também uma alma que abraça todas as suas partes e que se chama Júpiter.

*Fornuto,
De Natur. Deor., 2*

O pai, depois de tudo coordenar, confiou-o à inteligência, esta segunda divindade que o povo designa como a primeira... Depois da inteligência do pai, venho eu, a alma do universo.

Zoroastro,
Oracul., II, v. 27; VI, v. 150

Esta inteligência (divina), que se chama *νοῦς*, inteiramente se assemelha a seu pai e autor, de quem tira a origem. É dela que emana o espírito destinado a animar o universo.

Macróbio,
Somn. Scipion., I

A inteligência (divina) tira a sua origem do Deus supremo: e é dela que emana a alma (do mundo).

Macróbio,
Somn. Scip., I

O Deus supremo e a *inteligência nascida dele* são distintos da *alma do mundo*, assim como são superiores à natureza.

Macróbio,
Somn. Scip., I

A alma (do mundo) procede da inteligência (divina): e esta inteligência foi criada pelo verdadeiro Deus supremo.

Macróbio,
Somn. Scip., I

Deus, a Inteligência e a alma do mundo.

Cirilo,
Contra Julian., II

Aqueles que procuraram explicar Platão aplicaram isso ao primeiro dos deuses. Quanto ao segundo e ao terceiro, comumente os denominaram alma do mundo; porque segundo eles era esta também uma terceira divindade.

Eusébio de Cesareia,
Praep. Evang., II, 20

Pitágoras dizia que a *mónade*, assim como a *díade*, eram deuses. Considerava a *mónade* como desempenhando o papel de macho ou de pai na criação do mundo. Segundo ele era Júpiter, a inteligência de Deus, o Deus supremo. Comparava a *díade* à fêmea, mãe, lei divina que rege o mundo sublunar e que é segundo ele a alma do mundo.

Xenócrates,
apud Stoboeum, I, 3

A *mónade* é o princípio de todas as coisas. Ao actuar sobre a matéria e ao unir-se-lhe, a *mónade* produziu a *díade* que, pela sua natureza, é indeterminada.

Alexandre,
apud Laer., III

A díade passiva e material é o mundo que vemos.

*Pitágoras,
apud Plutar., De Placit. Philos., I, 3*

Pitágoras por seu turno admitia que Deus é uma alma espalhada e actuante em todos os seres da natureza.

*Cícero,
De Natur. Deor., I, 2; XXIII*

Zenão define pois a natureza como um fogo motor que com arte procede à geração... pois que ela opera conformemente a uma certa progressão de que nunca se afasta. Relativamente à natureza universal que abarca, encerra e contém todas as outras, não diz Zenão somente que seja ela artista, mas positivamente assegura ser a obreira encarregada de pensar e de prover a tudo quanto de útil e de cómodo há... Tal é pois a inteligência do universo, e por consequência o nome de prudência ou melhor de providência (segundo a expressão grega) muito bem lhe convém.

*Cícero,
De Natur. Deor., II*

(z)

Diremos nós que a matéria é de certa maneira pura e divina, porquanto recebeu do pai e autor do universo o dom de se tornar a morada da divindade.

*Jâmblico,
De Myster. Aegypt., V, 23*

Vesta ora significa o fogo, ora a terra, ora a deusa.

Hesíquio

A terra é o templo de todos o deuses, como a lareira doméstica o dos nossos penates.

*Cícero,
De Legib., III [II], 18*

O fogo central, sede e fonte do calor e da vida de todo o universo... foi inicialmente designado morada da divindade: e mais tarde personificado sob o nome de Vesta, e fez-se dela a mãe dos deuses.

*Filolau,
apud Stoboeum, Ecl. Phys.*

Vesta ou a Terra é o santuário de todas as divindades.

*Platão,
De Legib., XXII*

A terra situada ao centro é a morada dos deuses.

Timeu de Lócris

Os antigos deram-lhe o nome de *Héstia*, por causa da sua permanência.

*Fornuto,
De Natur. Deor., 28*

A terra conserva-se pela sua própria força: e por isso se lhe deu o nome de Vesta.

Ovídio,
Fest., VI, v. 299

Chama-se Vesta à terra, e está-se convencido de conter ela fogo.

Servius,
Ad Aeneid., I, v. 292

A deusa do fogo, ou a terra suspensa unicamente pela sua força no centro do mundo e que em seu seio contém fogo*.

Servius,
Ad Aeneid., II, v. 296

Não creias ser Vesta outra coisa a não ser o inextinguível fogo.

Ovídio,
Fastor., VI, v. 291

Vesta não é senão a terra. O fogo inextinguível que existe no centro da segunda é o emblema da primeira.

Ovídio,
Fastor., VI, v. 161

(aa)

Chamam-se ideias universais as que cada homem reconhece como verdadeiras, pedindo-se-lhe a opinião: como por exemplo, pertencer à natureza divina ser bom, impassível e *imutável*.

Salústio,
De Diis et Mundo, 1

Na morada dos deuses, só Vesta permanece invariável.

Platão,
Phaedro

Donde se segue que com muita justeza chamaram os antigos à terra Vesta, em razão da sua permanência e solidez; porque não só está imóvel no lugar que ocupa, como é ainda imutável quanto à sua essência.

Plutarco,
De Prim. Frigid.

A tradição ensina-nos que Vesta era virgem.

Fornuto,
De Natur. Deor., 28

* ... *Quae in medio mundi librata vi sua stat*, na expressão togada convertida por Silvestre Pinheiro Ferreira.

O espírito que rege as forças terrestres foi personificado sob o nome de Vesta. No altar do templo da deusa estava a sua estátua na figura de uma virgem.

Porfírio,
apud Euseb., Praep. Evang., III

Diz-se que tendo Júpiter permitido a Vesta pedir o que quisesse, pediu ela permanecer virgem.

Aristócrates,
VI, 2

Perguntas tu porque não admite essa deusa senão virgens a seu serviço? Dar-te-ei disso a razão. Diz-se que a deusa Ops teve três filhas de Saturno: Juno, Ceres e Vesta. Diz-se ainda que apenas as duas primeiras casaram e tiveram filhos. Não é pois surpreendente que tendo Vesta permanecido virgem, não queira ser servida a não ser pelas castas mãos de virgens.

Ovídio,
Fastor., VI, v. 283

(bb)

A terra considerada sob o ponto de vista de força produtoriz foi representada na figura de uma mulher de abundantes seios.

Porfírio,
apud Euseb., Praep. Evang., III

Chamou-se-lhe Deméter, porque ela cumpre de certo modo as funções de uma mãe, quer ao produzir, quer ao sustentar tudo o que sai do seio da terra. Neste mesmo sentido, chamou-se-lhe mãe de Júpiter.

Fornuto,
De Natur. Deor., 28

Quanto a Deméter e a Héstita (Ceres e Vesta), parece que não eram uma e outra senão a terra.

Fornuto,
De Natur. Deor., 28

Reia significa a terra, considerada como nascente de todos os corpos.

Fornuto,
Natur. Deor., 2

(cc)

Ó bom Rei! Por teu filho serás tu destronado,
Diz a sorte a Saturno. Assim pois condenado
A recear quantos lhe devem o ser,
Saturno, destruidor de tudo o que faz nascer,
Devora e em seu âmago aos próprios filhos traga.
Chora-os Reia, logo que vivos mortos,
Tantas vezes fecunda sem jamais ser mãe;
Vê Júpiter o dia: enganado o pai;

Um calhau, que um tecido tinto de sangue envolve,
Por Saturno devorado, entranhou-se-lhe no ventre.
É facto averiguado na história celeste:
Venerável testemunho, a antiguidade o atesta.

Ovídio,
Metamorph., XV, v. 254

Deus fez pois o mundo, seu filho único, perfeito, dotado de alma e de razão...
Foi assim que querendo dar existência ao ser mais perfeito possível, produziu ele esse
Deus que dele tira a sua origem, e que não poderia ser destruído por nenhuma outra
causa.

Timeu de Lócris

O Universo é a própria inteligência da divindade ou o irmão dela.

Platão,
Cratyl.

Sendo pois as causas de tudo quanto no mundo acontece, tal como dizia eu, em
número de duas, os antigos, tanto poetas como teólogos, ligaram-se e dedicaram-se
particularmente à mais bela dessas duas causas, e para exprimir quanto era ela geral,
diziam que Júpiter era o começo, que Júpiter era o meio, e que de Júpiter emanavam
todas as coisas. Não se pensava ainda nas causas físicas e necessárias. Mas os filósofos
vindos a seguir e aos quais se deu o nome de materialistas, tomando o caminho oposto,
fizeram abstracção do que de mais belo há na origem das coisas, a Divindade, e não
fizeram consistir a universalidade de tudo o que existe senão nos corpos, nas suas
afecções, mudanças e acção recíproca, quer por impulsão, quer por combinação.

Plutarco,
De Defectu Oraculor.

Onde quer que vás, Júpiter é tudo o que verás.

Lucano,
IV, v. 58

O que é Deus? Tudo o que vês e tudo o que não vês...

Séneca,
De Nat. Quaest., I, praef.

Em si encerra tudo o que existe. Ele está dentro como fora de todas as suas
obras.

Séneca,
De Benefic., IV, 8

O mundo semeia, por assim dizer; planta, produz, educa, cria, alimenta e
conserva todos os seres particulares governados pela natureza.

Cícero,
De Natur. Deor., II, 24

(dd)

Desde os primeiros séculos da Igreja, pretenderam algumas seitas heterodoxas não ser o mistério da Trindade senão o triteísmo de Platão. Incrédulos destes últimos tempos repetiram a mesma coisa. Além dos Santos Padres que assumiram a missão de combater esta heresia, vários teólogos entre os modernos desenvolveram este assunto com a mais vasta erudição. Limito-me a citar aqui os mais famosos, os dois sábios jesuítas Baltus e Petávio (Petau), para os quais remeto os meus leitores.

(ee)

Sendo pois as causas de tudo quanto no mundo acontece, tal como dizia eu, em número de duas, os antigos, tanto poetas como teólogos, ligaram-se e dedicaram-se particularmente à mais bela dessas duas causas, e para exprimir quanto era ela geral, diziam que Júpiter era o começo, que Júpiter era o meio, e que de Júpiter emanavam todas as coisas. Não se pensava ainda nas causas físicas e necessárias. Mas os filósofos vindos a seguir e aos quais se deu o nome de materialistas, tomando o caminho oposto, fizeram abstracção do que de mais belo há na origem das coisas, a Divindade, e não fizeram consistir a universalidade de tudo o que existe senão nos corpos, nas suas afecções, mudanças e acção recíproca, quer por impulsão, quer por combinação*.

*Plutarco,
De Defectu Oraculor.*

(ff)

Chamamos à matéria *não-ser*, não que se queira dizer não existir ela de todo, mas porque pode não existir (*sob esta ou aquela forma determinada*).

*Dionísio Areopagita,
De Divin. Nomin.*

Não só demonstrámos já a existência do que chamamos *não-seres*, como determinámos o género sob o qual tais *não-seres* devem ser ordenados.

*Platão,
Sofista*

Em conclusão pode afirmar-se num certo sentido e falando em absoluto, que as coisas tiram a sua existência do que não existia: como se pode afirmar num outro sentido que elas provêm do que existia. Pois para que alguma coisa tenha lugar, é preciso que tenha existido previamente em potência, embora não existisse ainda na realidade.

*Aristóteles,
De Gen., I, 3.*

* Apenso ao original texto grego, no *Ensaio sobre a Psicologia*, colocou Silvestre Pinheiro Ferreira a seguinte nota: “Estas reflexões de Plutarco, cuja importância parece-nos não se ter assaz sentido, convidam-nos a completar, através da comparação das passagens que acabamos de citar dos diferentes autores, o quadro que nos propusemos esboçar aqui da mitologia dos Gregos e dos Romanos” (*EP*, XIV, *dd*, 4, p. 348). Este texto do *Ensaio sobre a Psicologia*, continua com a mesma passagem com que Silvestre Pinheiro Ferreira completa o último terço do texto da *Théogonie (Mythologie)*, a partir do passo: “Os filósofos que faziam intervir nos fenómenos da natureza somente as forças de *atracção* e de *repulsão*, de que os corpos e cada uma das suas partes se encontram dotados, foram denominados *materialistas* (φυσικοί)”...

Platão chama *nada* ao que pode existir ou não; e não dá o nome de ser senão ao que sempre existiu, conformemente ao que designa ideia e que nós chamamos imagem.

Cícero,
Tuscul., I, 24

(gg)

A matéria donde todos os compostos tiram a sua origem, é em si mesma indefinida e sem forma determinada.

Platão,
apud Laer., III

É impossível que a matéria por si só seja o princípio de todos os seres. Cumpre acrescentar a isso uma causa eficiente. Tal como a prata só por si não basta para fazer uma taça, se não houver uma causa eficiente, ou seja um ourives.*

Plutarco,
De Placit. Philosoph.

(hh)

προς αιδην (*vizinho do Tártaro*), o que os Dórios teriam escrito no seu dialecto ποταιδων ou ποταιδων, donde terá passado ao Ático sob a forma de ποσειδων, conforme o dialecto desta parte da Grécia.**

* Ver nota (b).

** Apenso ao original texto grego, no *Ensaio sobre a Psicologia*, colocou Silvestre Pinheiro Ferreira a seguinte nota: “Não podemos impedir-nos de uma certa surpresa, quando se encontram nos escritos de um filósofo tal como Platão, etimologias tão destituídas de razão, e que chegam até a chocar o bom senso. Não deve isso, porém, espantar as pessoas que lançaram um olhar filosófico sobre aquilo que os antigos escreveram das diversas partes da gramática em geral.

Que relação há entre ποσειδων e ποσιδεσμος? Como vimos, seria mais conforme à razão mitológica e às regras da etimologia derivar ποσειδων de προς αιδην (*vizinho do Tártaro*); porque os Dórios teriam escrito no seu dialecto ποταιδων ou ποταιδων; donde teria passado ao ático sob a forma de ποσειδων” (*EP*, XIV, h, 12, p. 286).

19. *Dos sete pecados mortais, e das virtudes que lhes são opostas* (*)

Posto que a Moral Cristã não tenha por fim ensinar aos homens doutrinas, que eles pelas simples luzes da razão não pudessem conhecer: posto que seria mesmo possível achar todos os princípios essenciais da Moral do Evangelho nas tradições Religiosas dos séculos anteriores ao Cristianismo, nos escritos dos filósofos Gregos e Romanos e, depois das grandes descobertas de nossos dias, nos tesouros da antiga sabedoria indiana: contudo não é menos verdade que o ponto de vista, debaixo do qual Jesus Cristo e os seus Apóstolos têm considerado estas doutrinas, as tem levado a um tal grau de evidência; tem-nas apresentado debaixo de um aspecto tão atractivo, tem-lhes granjeado uma força tão persuasiva, que essas sublimes verdades, outrora apenas conhecidas dos filósofos Gregos e Romanos, se tornaram, pela pregação do Evangelho, doutrinas vulgares e triviais entre todas as classes do povo Cristão.

A Igreja, nossa mestra, abandonando à filosofia o cuidado de classificar artisticamente todos os vícios e todas as virtudes, em diferentes ordens, segundo a diversidade dos seus mais miúdos caracteres distintivos, limita-se a distribuir todos os vícios e todas as virtudes que lhes são opostas em sete classes; a saber, por um lado: a soberba, a ira, a inveja, a avareza, a gula, a luxúria, e a preguiça; a que deu o nome de pecados mortais: e por outro lado as virtudes contrárias; a saber: a humildade, a mansidão, a resignação, o desapego dos bens do mundo, a temperança, a castidade, e a diligência.

Da soberba

Com razão colocam os Moralistas Cristãos a soberba em primeiro lugar, como aquela que foi a causa da fatal queda de nossos primeiros pais. Além disso é de todas as mencionadas classes de vícios o que mais geralmente infecta o coração do homem; e mesmo é do nosso orgulho que tiram sua origem a maior parte dos nossos erros. E seja dito, para glória da Moral Cristã, ela foi a primeira que, conhecendo toda a gravidade desta propensão do coração humano para a soberba, elevou à alta categoria, que lhe compete entre todas as virtudes – a virtude da *humildade*. Sentimento sublime e admirável, que foi inteiramente desconhecido aos pagãos, que os Profetas da antiga lei sentiram, e confusamente deixaram entrever em seus escritos; mas de que só o Filho do Altíssimo, dignando-se de revestir a humilde condição de homem, soube dar aos homens uma justa ideia.

Os filósofos antigos e modernos confundem comumente a humildade com a modéstia. A seus olhos, para um homem ser humilde, basta não ser soberbo: e não é soberbo aquele que, despido de jactância, reconhece em si as qualidades que com efeito possui; mas não se atribui as que lhe faltam; e não pretende que os outros lhas suponham; evitando mesmo, com receio de humilhá-los, ostentar aquelas, de que é dotado.

Mas, tornamos a dizer, isto sim é louvável modéstia; mas ainda está muito longe de ser a sublime virtude da humildade.

É coisa muito digna de observação e reparo; que as virtudes do paganismo, e mesmo as da filosofia, raras vezes são alguma coisa mais do que a ausência d'algum vício. Não assim as virtudes Cristãs.

O discípulo de Jesus Cristo não se contenta com o equívoco merecimento de não ostentar qualidades que não tem. Ele não entende haver cumprido com o seu dever;

(*) *Jornal da Sociedade Catholica*, nº 41, 1845, pp. CCCLX-CCCLXII.

limitando-se a esconder as que possui, e que sendo conhecidas poderiam granjear-lhe glória e aplausos. Bem longe de entregar-se a fazer a resenha dessas qualidades lisonjeiras ao seu amor próprio, o seu principal empenho consiste em sondar o mais recôndito do seu coração, para ver se descobre nele mais algum defeito, que opor aos elogios que alguém se lembre de fazer às suas virtudes; ou a quaisquer assomos de vaidade, que a consciência do que nele há realmente de louvável, viesse a despertar.

Quer o louvem, quer o censurem, mesmo com injustiça, o Cristão verdadeiramente humilde, jamais deixa de se dizer a si mesmo, com um sentimento de profunda convicção – Ah! se eles conhecessem tais e tais defeitos que eu reconheço em mim, e que nem mesmo a cegueira do meu amor próprio pode dissimular... como aqueles elogios se trocariam bem depressa em vitupérios! Quanto estas censuras, ora injustas porque se referem a erros de que a minha consciência me não acusa, se tornariam mais pungentes, recaindo sobre defeitos tão reais e tão grosseiros, que nem a meus próprios olhos se podem esconder!

Se lhe acontece estabelecer comparação entre si e algum dos seus irmãos, o cristão aplica-se a minorar o merecimento das suas boas qualidades, opondo-lhes os defeitos que, como homem, não pode deixar de ter: ao mesmo tempo que a respeito da pessoa, com quem é o paralelo, ou só se demora unicamente em admirar suas prendas ou virtudes com desejo de tomá-los por modelo: ou, se alguns defeitos lhe descobre, desconfia sempre da sua própria parcialidade, e folga de persuadir-se, que se engana; ou porque tais defeitos não existem; ou porque não são tão graves como a ele se lhe figuram.

Por esta arte a humildade cristã jamais se ensoberbece com a ciência que ninguém lhe disputa; nem se exalça pelas virtudes que todos nele veneram: ele sempre acha no grande número de coisas que ignora, e que outros sabem: nas virtudes que lhe faltam e que n'outros reconhece, suficientes motivos para presumir que é inferior a todos, e para estar convencido que de certo, não é superior a ninguém.

Da ira, e da inveja

Depois do pecado da soberba, segue-se tratarmos da ira e da inveja, que ambas têm a sua origem, quando menos, na falta de humildade; mas as mais das vezes provêm de um refinado orgulho.

O homem dotado de humildade aceita, como outros tantos favores, a que julga não ter direito algum, ainda mesmo muitas vezes actos de justiça que com ele se praticam.

Pelo contrário, o homem orgulhoso entende que tudo lhe é devido: e, reputando-se superior a todo o mundo, não há sorte alguma de obséquio que ele não exija: leva muito a mal que se não mostre boa cara às maneiras de arrogante insolência, com que ele se tem habituado a sustentar a sua pretendida superioridade.

Costumado a referir à sua importante pessoa tudo quanto se passa em torno dele, não se ofende somente do que pensa ter sido feito com o propósito deliberado de o ofenderem: na sua opinião, já é uma ofensa, que as pessoas, que o cercam, não tenham, como principal objecto de suas acções, o agradar-lhe, o comprazer com todas as suas veleidades, o admirar-lhe todos os seus mais insignificantes desejos.

Assim, tudo, quanto contraria as suas vistas, provoca a sua cólera. Todos os favores, todas as atenções que se prestam a qualquer outra pessoa, excitam o seu ciúme ou a sua inveja.

Notemos de passagem a diferença que existe entre o ciúme e a inveja: pois não é raro encontrar pessoas, que confundem estas duas baixas paixões. O invejoso dói-se de

não ter o que outrem possui. O cioso vai ao ponto de considerar o gozo, em que outrem está, como um roubo feito aos seus próprios direitos.

Na inveja pode dizer-se que há simplesmente falta de humildade; mas o ciúme pressupõe já um certo grau de soberba.

Os desgraçados que não combatem a tempo esta deplorável propensão, não só se abandonam aos seus habituais movimentos de cólera na presença das contradições que lhes provêm de alguma determinada pessoa em quem, com razão ou sem ela, presumem o propósito deliberado de contrariar seus projectos; eles revoltam-se mesmo contra toda e qualquer contrariedade que, não vindo de facto imputável a pessoa alguma, era seu dever aceitar, como determinações do Senhor que, por esse modo, havia querido infligir-lhes um merecido castigo: e dar-lhes ocasião de fazer-se dignos da sua Divina misericórdia, submetendo-se com humilde resignação aos seus imperscrutáveis decretos.

Conhecido pois, que a soberba é a fonte donde emanam estes dois deploráveis vícios; fácil é de ver que o modo de combatê-los consiste em atacar aquela origem; procurando excitar no ânimo do mísero pecador tudo quanto for capaz de trazê-lo a sentimentos de sincera humildade; fazê-lo entrar repetidas vezes dentro em si mesmo; examinar séria e desapaixonadamente a sua consciência; penetrar-se de profunda confusão, à vista de seus próprios defeitos; procurar convencê-lo de que estes defeitos, cuja existência ele não pode contestar, não são ou não podem ficar por muito tempo escondidos aos olhos de pessoas que ele pela sua altivez excita a investigarem tudo, quanto possa oferecer-lhes meios para a sua vingança. Estes caritativos esforços dos seus irmãos em Jesus Cristo, ajudados da divina graça, poderão salvar muitos infelizes que, sem isso seriam vítimas daqueles torpes vícios.

Da avareza

Posto que nós havemos considerado, nos artigos precedentes, a soberba como um vício primitivo, pois que imitando a marcha da Igreja na exposição dos sete pecados mortais, não julgámos necessário remontar à sua origem; hoje faremos observar ao leitor que, tanto este vício, como os outros seis, tem por origem, comum a todos eles, o *amor-próprio*. Nesta fonte comum havemos pois de encontrar a origem do torpe vício da avareza: expressão debaixo da qual a Santa Madre Igreja não designa só, como de ordinário por ela se entende, o demasiado amor às riquezas. Quando ela adverte ao pecador, que o vício da avareza o torna indigno de gozar da bem-aventurança, a sua mente é condenar o demasiado apego a toda e qualquer casta de bens capazes de tentar a nossa cobiça.

Costuma este torpe vício ser acompanhado de um tão excessivo grau de insensibilidade que, a não ser muito em princípio, poucas esperanças se podem conceber de se arrancar d'um tão profundo abismo os infelizes, que nele houverem caído. Mas confiados na infinita misericórdia do Senhor, devemos procurar trazer o desgraçado a sentimentos de caridade para com tantos infelizes, que perecem na miséria ao mesmo tempo que ele vive no seio da abundância.

Por isso que uma tão baixa paixão pressupõe uma alma cobarde, devemos aproveitar-nos dessa fraqueza para lhe fazer reear que a cólera Divina, irritada pela dureza com que ela considera desapiedadamente a desgraça dos seus irmãos, em Jesus Cristo, o deixe cair a ele ainda em maior miséria; pois que, por maior que seja a sua cegueira, é impossível que ele não esteja convencido da facilidade com que, o Todo-Poderoso, o pode castigar naquilo mesmo que é o objecto de suas pecaminosas afeições.

Abalado o ânimo do avarento com o receio de perder suas riquezas; será mais acessível aos conselhos da caridade cristã: e portanto é lícito a esta recorrer, não só às elevadas considerações da Religião, mas ainda mesmo a argumentos menos nobres; e por isso mais ao alcance d'uma alma curvada sob o peso do pecado.

Convirá pois fazer-lhe conceber o perigo que ela corre em sua pessoa e bens, pelo ódio que, em razão de sua avareza, excita no ânimo de todos os que lutando em vão com a adversidade, não obstante todos os esforços d'uma vida laboriosa, não podem deixar de ver com indignação, que o avarento possui em pleno sossego riquezas mui superiores às suas precisões; e, talvez, granjeadas por meios ainda mais torpes do que a própria avareza, com que ele até se não atreve a tocar-lhes, para satisfazer as suas primeiras e mais indispensáveis necessidades.

Se nem mesmo estas e semelhantes considerações, deduzidas do seu próprio interesse o moverem, perdidas serão todas as esperanças; e só a mão de Deus descarregando sobre ele, pela sua infinita misericórdia, o açoite da desgraça, das moléstias, das perseguições, é que poderá abrir o seu coração para acolher os saudáveis conselhos, que a caridade fraternal lhe queira sugerir. Aterrado com os males que sofre nesta vida, estará sem dúvida mais disposto a encarar com um saudável pavor os castigos que se lhe fizer entrever, o esperam depois da morte, se se não apressa em aceitar os avisos que o Senhor Deus, como pai misericordioso, se há dignado de enviar-lhe, pela eloquente voz da desgraça.

Da preguiça

Não é menos difícil a conversão do pecador cuja alma, destituída de toda a energia moral, tem caído nesse estado de aniquilação das mais nobres faculdades, e a que se tem dado o nome de preguiça. Porque por esta expressão não se deve entender aqui a simples repugnância ao trabalho.

Certo essa, por si só, seria um grande vício, mas, se ao menos ela se limitasse àquela repugnância, deixando intactas outras qualidades morais; sobre estas, como pontos de apoio, se poderia fazer firmeza para arrancar o nosso infeliz irmão do abismo em que se achava submergido. Em tais casos a preguiça é um simples vício secundário, que facilmente se dissipa, uma vez curado o principal.

Mas quando, pelo contrário, é nessa aniquilação moral que consiste a enfermidade, só a voz da divina graça: d'uma graça especial, para que os homens só podem concorrer com fervente oração e fraternal caridade, é que poderá prestar-lhe um auxílio eficaz.

A experiência tem mostrado, que para espíritos assim caídos na quase absoluta insensibilidade o único expediente que, com a ajuda da divina graça oferece, alguma esperança, é a pintura dos pavorosos castigos que no outro mundo aguardam os infelizes que não aproveitam, para se converterem e emendarem, os saudáveis avisos dos longos dias que a misericórdia do Senhor lhes houver concedido nesta vida.

BIBLIOGRAFIA

SILVESTRINA (Comentada) (*)

(por ordem cronológica de publicação, com reedições, traduções, antologias e lista de obras inéditas e não localizadas)

A) Obra

1808

- *Notas ao “Ensaio sobre os princípios de Mecânica”*. Obra póstuma de José Anastácio da Cunha, dado à luz por D. D. A. de S. C. (Domingos António de Souza Coutinho) possuidor do manuscrito autógrafo, Amsterdam, Of. de Belinfante e Comp.^a Reedições em *O Instituto* (Coimbra), T. V., em *Revista da Universidade de Coimbra*, 19, 1960, pp. 1-6; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Prefácio de Maria Luísa Couto Soares e Tradução de Rodrigo S. Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 261-276.
- *Princípios de Mecânica*, Amsterdam, Of. de Belinfante e Comp.^a Reedições em *O Instituto*, vol. IV, em *Revista da Universidade de Coimbra*, 19, 1960, pp. 17 e ss.; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 277-284.

1813

- “Questão gramatical sobre as sílabas”, in *Patriota-Jornal Literário*, Rio de Janeiro, T. I, nº 1.
- “Considerações sobre a gramática filosófica”, in *Patriota-Jornal Literário*, Rio de Janeiro, T. I, nº 4. Reedições em Maria Luíza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, 1958, pp. 289-294; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 291-295.
- “Memória sobre um novo princípio da Teórica do Calórico”, in *Patriota-Jornal Literário*, Rio de Janeiro, T. II, nº 1. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 285-289.
- *Prelecções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*, Rio de Janeiro, Impressão Régia. São trinta as prelecções conhecidas, em número de 1011 §§, publicadas pela Imprensa Régia entre 1813 e 1820, havendo, contudo, colecções em número variável de prelecções. Reedições em “Silvestre Pinheiro Ferreira, Escritos Filosóficos”, in *Revista da Universidade de*

(*) Esta bibliografia foi desenvolvida na continuidade da bibliografia incluída por José Esteves Pereira (feita a partir de uma anterior bibliografia elaborada por António Paim) num estudo publicado por ocasião do *I Colóquio Silvestre Pinheiro Ferreira*, na obra colectiva *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, em “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento de *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 9-30.

Coimbra, 1960, pp. 29-319 (2ª ed.); em S. Paulo, Grijalbo (Estante do Pensamento Brasileiro), 1970, com introdução de António Paim e índice das primeiras vinte e duas preleções (3ª ed.); e em Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, com introdução e indicações bibliográficas de José Esteves Pereira (4ª ed.).

1814

- *Categorias de Aristóteles, traduzidas do grego e ordenadas conforme um novo plano, para uso das Preleções Filosóficas do autor*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia. Reedição em S. Paulo, Grijalbo (Estante do Pensamento Brasileiro), 1970 (2ª ed.); e em Lisboa, Guimarães Editores, 1974, 1982 e 1994 (5ª ed.), com apresentação e notas de Pinharanda Gomes.

- *Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular, redigidas por ordem do Príncipe Regente, no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*. Edição restrita da Imprensa Régia. Ver 1884.

1818

- *Índice da parte I das Preleções Filosóficas*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1818. Ver 1813.

1821

- *Discurso mandado ler por Sua Magestade na sessão de 4 de Julho de 1821*, in Clemente José dos Santos, *Documentos para as Côrtes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 210-211.

1823

- “Relatório do ministro dos Negócios Estrangeiros apresentado em Côrtes”, in *Diário do Governo*, nº 1 (1-1-1823).

1825

- *Sinopse do Código do Processo Civil, conforme as leis e estilos actuais do fôro português*, Paris, Tip. de Firmin Didot. O frontispício tem as iniciais ‘SPF’ e a advertência preliminar é datada de Lisboa, 31 de Dezembro de 1823.

- *Observations sur quelques passages du “Manuel Diplomatique” de Mr. le Baron Charles de Martens*, Paris, Imp. de Baucé Rusand. Reedição em 1828.

1826

- *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*, Paris, Imp. de Béthune, 1826 (edição com as iniciais de S. P. F.). Reedição em Paris, Typ. de Casimir, 1828 (2ª) e reedição (fac-símile da 1ª ed.) acompanhada de tradução em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Tradução de Rodrigo S. Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, pp. 25-178.

1828

- *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*, Paris, Typ. de Casimir. Ver 1826.
- *Observations sur quelques passages du "Manuel Diplomatique" de M. le Baron Charles de Martens*, Paris, J. P. Aillaud.

1830

- *Constituição política do Império do Brasil e Carta Constitucional do Reino de Portugal*, Paris, Casimir.
- *Prospecto e índice alfabético dos termos da Constituição do Império do Brasil, e da Carta Constitucional portuguesa*, Paris, Of. Typ. de Casimir.
- *Constituição política do Império do Brasil e Carta Constitucional do Reino de Portugal, em duas colunas, para servirem de texto ao "Manual do Cidadão"*, Paris, Of. Typ. de Casimir.
- *Cours de Droit public interne et externe*, Paris, Imp. de Casimir.
- *Précis d'un Cours de Droit public*, Paris, Imp. de Casimir.

1831

- *Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal*, T. I. (*Carta Constitucional e Projecto de leis orgânicas*), T. II (*Exposição da Carta Constitucional e do Projecto de leis orgânicas*) e T. III (*Projecto de reforma das leis fundamentais e constitutivas da Monarquia*), Paris, Of. Typ. de Casimir. O último tomo tem a data de publicação de 1832. O tomo I contém um *Mapa demonstrativo das graduações e da ordem de promoção dos diferentes empregos e dignidades civis, militares e eclesiásticas* (pp. 88-89) e contém um *Mapa das estações do público serviço na capital, nas províncias, nas comarcas, nos cantões, nos distritos, nas municipalidades, e nos bairros* (p. 470). Inocêncio cita o intuito de Pinheiro Ferreira: "O autor empreendeu esta obra com o fim de mostrar como se poderiam emendar os defeitos mais notáveis da Carta constitucional, e dar-lhe as leis orgânicas de que carecia para inteira execução."
- *Observações sobre a Constituição do império do Brasil e a Carta Constitucional do reino de Portugal*, Paris, Imp. de Casimir. Ver 1835.
- *Parecer sobre os meios de se restaurar o Governo Representativo em Portugal. Por dois Conselheiros da Coroa Constitucional*, Paris. Em co-autoria com Filipe Ferreira de Araújo e Castro.
- *Qu'est-ce que la pairie?*, Paris, Delaunay.
- *Notes au "Précis de Droit des Gens" du Conseiller de Martens*, Paris, of. Typ. de Casimir.

1832

- *Projectos d'ordenações para o reino de Portugal*, T. 3: *Projecto de reforma das leis fundamentais e constitutivas da Monarquia*, Paris, Of. Typ. de Casimir. Ver 1831.

- *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal, seguido de notas às observações que se publicaram em Londres, e de uma análise das mesmas Observações, segundo os princípios de jurisprudência aplicável às questões de Regência - Intervenção das Potências estrangeiras - e Amnistia: e reflexões sobre a necessidade absoluta de leis preparatórias e orgânicas para a introdução e seguimento da Carta Constitucional*, Paris, Of. Typ. de Casimir. Reedição no mesmo ano.
- *Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal* (separata do *Siècle*). Em co-autoria com Filipe Ferreira de Araújo e Castro. Ver 1833.

1833

- *Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal* (extrait du *Siècle*), Paris, Of. Imp. de Casimir. Em co-autoria com Filipe Ferreira de Araújo e Castro.
- *Projecto de um sistema de providências para a convocação das Cortes gerais e restabelecimento da Carta constitucional. Apêndice ao Parecer de dois conselheiros da coroa Constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Paris, Casimir.
- *Observations sur la Charte Constitutionnelle de la France*, Paris, Casimir.
- *Observations sur le «Guide Diplomatique» de Mr. le Baron Charles de Martens*, Paris, Casimir.

1834

- *Indicações de utilidade pública, oferecidas às assembleias legislativas do império do Brasil e do reino de Portugal*, Paris, Casimir.
- *Manual do Cidadão em um Governo Representativo, ou Princípios de Direito constitucional, administrativo e das gentes*, T. I (*Direito constitucional*), T. II (*Direito administrativo e das gentes*) e T. III (*Projecto de Código Geral das leis fundamentais e constitutivas de uma Monarquia Representativa*), Paris, Rey et Gravier. Reedição facsimilada em Brasília, Senado Federal (Coleção Memória Brasileira, nº 10), III ts., 1998, com introdução de António Paim.
- *Principes du Droit public constitutionnel, administratif, et des gens, ou Manuel du Citoyen sous un Gouvernement Représentatif*, Paris, Casimir.
- *Projet de Code Général des lois fondamentales et constitutives d'une Monarchie représentative*, Paris, Rey et Gravier. Edição francesa do tomo III do *Manual do Cidadão*.
- *Projecto do Código geral de leis fundamentais e constitutivas de uma Monarquia representativa*, Paris, Rey et Gravier. Tomo III do *Manual do Cidadão*.

1835

- *De la Théogonie (Mythologie); extrait de L'Encyclopédie Moderne*, de Courtin, vol. XXII. Reedição em Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, ob. cit., pp. 275-288. Este artigo corresponde na íntegra à Nota XIV do *Essai sur la Psychologie* (1826),

a qual está, contudo, acrescida das numerosas citações, acompanhadas do original grego e latim, que no artigo apenas estão indicadas. Consta, pois, em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 166-180 e 267-357 (da edição fac-similar), tal como a respectiva tradução portuguesa, pp. 98-103 e 130-155.

- “Négociation”, “Non intervention”, “Théogonie”, “Traités”, “Voyelles”, artigos, entre outros de S. P. Ferreira, insertos na *Encyclopédie Moderne*, de Courtin.
- *Du principe de la non intervention en général et particulièrement dans la situation actuelle de la Péninsule Ibérique*, Extrait de l’*Encyclopédie Moderne*, de Courtin.
- *Supplément au «Guide Diplomatique» de Mr. le Baron Charles de Martens*, Paris, Casimir.
- *Observações sobre a constituição do Império do Brasil e sobre a carta constitucional do Reino de Portugal* (2ª ed. aumentada), Paris, Rey et Gravier.

1836

- *Noções elementares de Ontologia*, Paris, Of. Typ. de Casimir.
- *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*, Paris, Rey et Gravier.
- *Projecto de um Banco de socorro e seguro mútuo*, Paris, Rey et Gravier. Reedição em Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, Introdução e Direcção de edição de José Esteves Pereira, Lisboa, Banco de Portugal, 1996, pp. 19-32.
- “Ideia de uma sociedade promotora de educação industrial”, in *Niteroi, Revista Brasiliense*, vol. 9º, nº 2, pp. 131-137 (ed. fac-similada, S. Paulo, 1978). Reedição em Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 35-38.
- *Essai sur les rudiments de la Grammaire allemand*, Paris, J. Merklein.

1837

- *Breves observações sobre a Constituição política da monarquia portuguesa, decretada pelas cortes gerais extraordinárias e constituintes, reunidas em Lisboa no ano de 1821*, Paris, Rey et Gravier.

1838

- *Essais sur les Rudiments de la langue allemand*, Paris.
- *Observations sur la charte constitutionnelle de la France*, Paris, Rey et Gravier (incorporado no tomo III do *Cours de Droit Public Interne et Externe*).
- *Observations sur la Constitution de la Belgique, décrétée par le Congrès Nationale de 7 Février 1831*, Paris, Casimir (incorporado no tomo III do *Cours de Droit Public Interne et Externe*).

- *Observations sur la Constitution du Royaume de Saxe promulguée le 4 Septembre 1831*, Paris, Casimir (incorporado no tomo III do *Cours de Droit Public Interne et Externe*).
- *Notes au «Traité du Droit de la Nature et des Gens» de Vattel*, Paris, Imp. de Casimir.
- *Cours de Droit Public Interne et Externe, avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du Royaume de Saxe*, Paris, Casimir.

1839

- *Projecto de Código político para a nação portuguesa*, Paris, Of. de Fain et Thunot.
- *Principles of Political Economy by Mr. Mac-Culloch, abridged for the use of Schools, accompanied with notes and preceded by a preliminary discourse by Mr. Pinheiro Ferreira*, Paris, Fain et Thunot.
- *Preliminary discourse to a course of Political Economy*, Paris, Fain et Thunot.
- *Noções elementares de Filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas (Ontologia, Psicologia e Ideologia)*, Paris, Rey et Gravier. Reedições parciais em *Ensaio Filosófico*, Rio de Janeiro, PUC/Documentário, Brasília, Conselho Federal da Cultura, 1979 (Textos didáticos do Pensamento Brasileiro, 6); e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, pp. 181-257. Estas reedições correspondem mais ou menos a dois terços da obra, até às *Notas*. As *Noções* compõem-se de uma *Advertência* e de uma *Introdução*, a que se seguem a *Ontologia*, a *Psicologia* e a *Ideologia*, as respectivas *Notas* e um *Índice Alfabético*, seguindo-se um *Apêndice* composto por uma *Advertência*, que precede os *Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia*, seguindo-se *Observações sobre os Mapas Sistemáticos* e finalizando com um *Índice Alfabético dos Mapas Sistemáticos*.
- *Mapa sistemático das terminações dos nomes e verbos da língua francesa*, Paris, Fain et Thunot.

1840

- *Projecto de associação para o melhoramento da sorte das classes industriais*, Paris, Fain et Thunot (a *introdução* de S. P. Ferreira a esta obra foi reeditada na *Revista Universal Lisbonense*, T. I, 1842, nº 19, pp. 57-60). Reedição em *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 41-154.
- *Précis d'un Cours d'Économie Politique, suivi d'une Bibliographie choisie de l'Économie Politique pour Mr. de Hoffmanns*, Paris, Imp. de Raynal. Reedição em *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 159-269.

1841

- *Carta ao Imperador D. Pedro II*, Paris, 28.1.1841 (onde é proposta a divisão do Brasil em cinco monarquias confederadas).

• *Memória sobre a administração da justiça criminal, segundo os princípios do Direito constitucional*, Lisboa, Tip. Lusitana. Esta Memória, extraída do *Cours de Droit Public*, proporcionou, com o título *Sur l'administration de la Justice criminelle, d'après les principes du Droit Constitutionnel*, a eleição de Silvestre Pinheiro, a 27 de Janeiro de 1838, a sócio Correspondente, na secção de Legislação, da Academia das Ciências Morais e Políticas do Instituto de França. A versão portuguesa saiu inicialmente na *Revista Literária* (nº 38) do Porto, com a tradução de Filipe Ferreira de Araújo e Castro e finalmente, numa edição revista e corrigida, em opúsculo.

• *Précis d'un Cours de Philosophie élémentaire: Ontologie, Psychologie, Idéologie*, Paris, Édouard Garnot, Imp. de Raynal. Versão francesa das *Noções de Filosofia* (1839).

1842

• “Dos princípios gerais e elementares da ortografia”, in *O Panorama*, vol. I, 2ª série, pp. 419-420. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 297-298.

• “Observações filológico-gramaticais e ortográficas”, in *O Panorama*, vol. VI (1842), nº 53, vol. VII (1843), nºs 57 e 59, vol. VIII (1844), nº 128; reedição parcial em artigo sob o título “Philologia” em *Dicionário Universal de Educação e Ensino* (de E. M. Campagne), traduzido e ampliado por Camilo Castello Branco, vol. II, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, 1873, pp. 354-355; e reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 299-302.

• “Observações sobre os direitos da propriedade literária e artística”, in *Diário do Governo*, nº 225, 23-IX, pp. 1059-1060; e em *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 1, 29-IX, pp. 4-6.

• *Mapas sistemáticos das terminações dos nomes e dos verbos da língua francesa*, Paris, Fain et Thunot.

• *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultièmes des noms et des verbes de la langue allemande*, Paris, Imp. de Fain et Thunot.

• *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultièmes des noms et des verbes de la langue française à l'usage des allemands*, Paris, Imp. de Fain et Thunot.

• “Enciclopédia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 6, pp. 62-63, nº 8, pp. 88-89 e nº 10, p. 113. Ver 1843.

• “Introdução ao Projecto de associação para o melhoramento das classes industriosas”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. I, nº 19, pp. 57-60.

• “Do juri”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 13, pp. 155-156.

• “Da origem e necessidade de um bando de oposição parlamentar nos governos pseudo-constitucionais”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 14, pp. 167-168.

• “Da frenologia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 3, p. 27 (escrito na sequência de um artigo intitulado “Necrologia de uma ciência”, aparecido no nº 2, p. 14), nº 4, pp. 40-41 e nº 7, p. 74.

- “Educação de meninas”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 11, p. 137.

1843

- *Relatório e projecto de leis orgânicas para a execução da Carta constitucional, apresentado em Cortes na sessão de 4 [3?] de Abril de 1843*, Lisboa, Imprensa Nacional. São 14 os projectos, segundo os Sumários do sistema de leis orgânicas da Carta constitucional da Monarquia Portuguesa: 1º- Projecto de lei regulamentar da formação do cadastro territorial e pessoal (20 ps.); 2º- Projecto de lei orgânica do registo do estado civil dos cidadãos (11 ps.); 3º- Projecto de lei regulamentar das garantias constitucionais, e da responsabilidade dos funcionários públicos (14 ps.); 4º- Projecto de lei orgânica e regulamentar das promoções e recompensas (14 ps.); 5º- Projecto de lei orgânica e regulamentar do governo superior do Estado (16 ps.); 6º- Projecto de lei orgânica dos governos territoriais (4 ps.); 7º- Projecto de lei orgânica e regulamentar da administração da justiça (16 ps.); 8º- Projecto de lei orgânica da força armada de mar e terra (18 ps.); 9º- Projecto de lei orgânica dos negócios de fazenda pública (20 ps.); 10º- Projecto de lei orgânica dos negócios de economia pública (33 ps.); 11º- Projecto de lei orgânica de instrução e educação pública (16 ps.); 12º- Projecto de lei regulamentar do processo de discussão e votação nas câmaras legislativas (12 ps.); 13º- Projecto de lei orgânica e regulamentar das eleições (20 ps.); 14º- Projecto de lei orgânica das relações civis do clero da igreja lusitana (6 ps.).

A 3 de Abril, apresentou Silvestre Pinheiro à Câmara dos Deputados, segundo Inocêncio, “uma série de projectos que resumiam em si o resultado dos seus aturados e penosos estudos nas ciências políticas e administrativas e constituíam um sistema completo de organização em harmonia com os princípios da Carta, tal como ele o concebera. Este trabalho, apesar de recebido com as atenções e respeito devidos a tamanho nome, não chegou a discutir-se” (*Dic.*, VII, p. 260).

- “Dos actos legislativos denominados *bill d' indemnidade*”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 17, pp. 201.
- “Da teoria do imposto”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, Lisboa, Imp. da Gazeta dos Tribunaes, nº 8, pp. 85-86 e nº 9, pp. 100-101.
- “Da onipotência e da responsabilidade das assembleias legislativas”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 20, pp. 245-246 e nº 21, pp. 255-256.
- “Da interpretação, suspensão e revogação das leis”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 23, pp. 283-284.
- “Duelos”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 37, pp. 459-460.
- “Do suicídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 38, pp. 473-474.
- “Do infanticídio”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, nº 40, pp. 497-498.
- *Projecto de lei orgânica das relações civis do clero da Igreja Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- “Da oração do cristão”, in *Christianismo* (Dir. por João de Lemos), nº 2, Coimbra, Dezembro de 1843. Reproduzido em *Revista Universal Lisbonense*, nº 23, Fevereiro de 1844, T. III, p. 289-290. Reedição e tradução em italiano, *Da oração do cristão. Impressa em Roma com licença da Sagrada Congregação encarregada do exame e da*

censura dos livros e a tradução italiana em frente, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845 (edição de 275 exemplares). A *Oração do cristão* corresponde a uma passagem da *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée* (2ª parte, cap.VI, 2ª sec., art. IV, §§ 734-746) [ver 1845, 1977, 1987]. Há, portanto, versões portuguesa, francesa e italiana da *Oração*, conferidas pelo autor. Reedição da versão portuguesa em Mário Gonçalves Viana, *Os Religiosos e os Místicos na Literatura Portuguesa* (antologia), Porto, Ed. Educação Nacional, 1940, pp. 122-125. Reedição da *Oração* e ‘Polémica em torno da *Oração do cristão*’, com intervenções de António Feliciano de Castilho e S. P. Ferreira na *Revista Universal Lisbonense* (de Fevereiro de 1844 a Maio de 1845), em José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira - o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974, pp. 215-284.

- “Observações gramaticais”, in *O Panorama*, vol. II, 2ª série, pp. 27-28 e 42. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 299-302.
- *Projecto de uma Enciclopédia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4 ps. Ver 1842.
- “Moral Universal - Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou infeliz do que o é actualmente?”, in *O Panorama*, vol. I, 2ª série. Reedição em artigo sob o título “Futuro” em *Dicionário Universal de Educação e Ensino* (de E. M. Campagne), traduzido e ampliado por Camilo Castello Branco, vol. I, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, 1873, pp. 617-620; e reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 335-338.
- “Noções elementares de Psychologia e Ideologia por M. P. d’A. A. Braga”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1843, pp. 479-480. Recensão (a que Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo responde em 1843). Reedição em *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. III (IV parte), Lisboa, Tip. Lusitana, 1845.

1844

- “Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública”, in *O Panorama*, vol. III, 2ª série, Lisboa, pp. 78-79, 149-151, 246-247. Reedições em José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 310-319; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 317-326.
- “Reflexões sobre o método de escrever a história das ciências, e particularmente a da filosofia”, in *O Pantólogo*, nº 1, Junho, 10, Lisboa, pp. 3-5. Reedições em Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Livraria Cruz, 1958, pp. 257-263; em *Silvestre Pinheiro Ferreira* (Introdução e Selecção antológica de Pinharanda Gomes), Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1977, pp. 68-75; e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 311-315.
- “Da independência dos poderes políticos nos governos representativos”, in *A Revolução de Setembro*, nº 967 de 20-VI-1844. Reedição em José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 285-288; e em *Silvestre Pinheiro Ferreira* (Introdução e Selecção antológica de Pinharanda Gomes), ob. cit., pp. 83-87.

- “Dos princípios da hermenêutica aplicados à história da jurisprudência constitucional”, in *A Revolução de Setembro*, nº 971 de 26-VI-1844; e publicado em *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. II (Parte III), p. 8. Reedição em José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 288-290.
- “Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os catálogos das bibliotecas”, in *O Pantólogo*, nº 3, p. 20 e nº 4, p. 29.
- “Dos limites da autoridade dos clássicos em matéria de linguagem”, in *O Pantólogo*, nº 5, p. 71-72. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 307-309.
- “Novas observações sobre a ortografia portuguesa”, in *O Panorama*, vol. III, 2ª série, pp. 179-180. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., pp. 303-306.
- “Da oração do cristão”, in *Revista Universal Lisbonense*, nº 23, Fevereiro de 1844, T. III, p. 289-290.
- “Dos sistemas absolutos em economia política”, in *O Pantólogo*, nº 14, p. 107 e nº 18, p. 139.
- “Sobre a petição de revista”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. II., nº 21, pp. 247-249.
- “Elementos de Direito Natural ou de Filosofia de Direito, por Vicente Ferrer Neto de Paiva”, in *O Pantólogo*, nº 10, p. 80. Recensão. Reedição em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., p. 339.
- “As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Mello. Angra do Heroísmo, 1844”, in *O Pantólogo*, nº 23, p. 184. Recensão.
- *Questões de direito público e administrativo, filosofia e literatura*, T. I (Partes 1 e 2), T. II (Parte 3) e T. III (Parte 4, 1845), Lisboa, Typ. Lusitana. Colectânea de diversos escritos e artigos, publicados estes sobretudo no jornal *A Restauração*, entre 1844 e 1845. “Pela variedade de assuntos constitui a colecção uma pequena enciclopédia”, segundo Inocêncio, que enumera “todos os artigos, ou antes breves dissertações conteúdas nestes quatro pequenos volumes, último legado que Silvestre Pinheiro deixou aos seus patrícios”. O primeiro tomo das *Questões* compreende duas partes, constando a primeira (Tomo I, Parte I) de: a) *Em que casos poderá abster-se de votar o membro de uma assembleia legislativa?* (p. 1); b) *Do conselho d’Estado nos governos representativos* (p. 3); c) *Do conselho d’Estado, conforme o projecto de lei proposto à Câmara dos deputados na sessão de 25 de Fevereiro* (p. 12); d) *Da polícia preventiva nos governos constitucionais* (p. 18); e) *Do sentido do artigo 27º da Carta constitucional, segundo os princípios dos governos representativos* (p. 25); f) *Dos supremos tribunais de justiça nos governos representativos* (p. 30); g) *Da origem, natureza e efeitos das diversas espécies de amnistia* (p. 33); h) *Em que consiste a resistência legal* (1º e 2º artigos) (p. 43); i) *Que quer dizer a frase: ‘o rei reina e não governa’?* (p. 49); j) *Da instituição do juri* (p. 54); l) *Das supostas ficções dos governos constitucionais* (p. 58); m) *Do princípio das maiorias e do voto universal nos governos representativos* (p. 63); n) *Dos elementos essenciais do poder legislativo nos governos*

representativos (p. 69); o) *Da reforma eleitoral* (p. 74); p) *Das assembleias constituintes e das constituições* (1º, 2º e 3º artigos) (p. 78-92). A segunda parte do primeiro tomo (Tomo I, Parte II) consta de: a) *Do poder moderador* (1º e 2º artigos) (p. 1); b) *Das dispensas da lei* (p. 11); c) *Devem os proprietários de fundos nacionais ou estrangeiros, ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?* (p. 14); d) *Devem os estabelecimentos particulares de caridade ser isentos das contribuições impostas sobre os rendimentos?* (p. 18); e) *Da natureza do pariato nas monarquias representativas* (p. 20); f) *Do princípio fundamental, e das condições essenciais dos governos representativos* (1º, 2º e 3º artigos) (p. 24); g) *Das condições essenciais do poder judicial nos governos representativos* (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º artigos) (p. 38-74); h) *Dos delitos políticos* (p. 75); i) *Das reformas constitucionais* (1º e 2º artigos) (p. 80); j) *Da responsabilidade dos membros do governo supremo* (p. 87); l) *Dos conluios industriais* (p. 91); m) *Dos monopolistas, atravessadores e mascates* (p. 97). O segundo tomo compreende a terceira parte (Tomo II, Parte III), constando de: a) *Da independência dos poderes políticos* (p. 3); b) *Dos princípios da hermenêutica aplicados à história da jurisprudência comercial* (p. 8); c) *Das diversas sortes de moeda, ou meio circulante* (1º, 2º, 3º e 4º artigos) (p. 12); d) *Da interpretação do artigo 137º da Carta constitucional* (p. 31); e) *Da liberdade de correspondência, e da liberdade do ensino* (p. 34); f) *Dos princípios característicos das diversas formas de governo* (p. 44); g) *Do direito de petição e de protesto nos governos constitucionais* (p. 51); h) *Estado da questão: Não são os homens que faltam às leis; são as leis que faltam aos homens* (p. 54); i) *Dos direitos naturais do homem e do cidadão* (p. 58); j) *Da segurança pessoal* (2º, 3º e 4º artigos) (p. 62); l) *Da liberdade individual* (5º artigo) (p. 72); m) *Da propriedade real* (6º artigo) (p. 76); n) *Juízo crítico sobre o opúsculo: “Observações críticas ao decreto do 1º de Agosto de 1844”, por António de Azevedo Mello e Carvalho* (p. 80); o) *Do sentido do § 34 do artigo 146º da Carta constitucional* (p. 84); p) *Da difamação, considerada nas suas relações com o direito da liberdade de imprensa* (p. 96); q) *Breves observações sobre a “Constituição política da nação portuguesa, promulgada em 4 de Abril de 1838”* (p. 99); r) *Das casas de correcção em geral, e das penitenciárias em particular* (p. 128); s) *Da verdadeira missão do juri, segundo os princípios da jurisprudência comercial* (p. 140); t) *Do conselho d’Estado segundo a Carta* (1º e 2º artigos) (p. 51); u) *Das diversas sortes de monarquia* (p. 159); v) *Do contencioso administrativo* (1º e 2º artigos) (p.162). O terceiro tomo das *Questões* compreende a quarta parte (Tomo III, Parte IV) e consta de: a) *Projecto de lei de criação das casas de correcção para homens, etc.* (p. 3.); b) *Exposição dos motivos sobre o projecto de lei antecedente* (p. 18); c) *Exame dos artigos que pareceu carecerem de alguma especial explicação* (p. 33); d) *Projecto de lei de criação das casas de correcção para mulheres, etc.* (p. 48); e) *Exposição dos motivos, etc.* (p. 53); f) *Breves observações sobre o tratado concluído em 1826, entre o Imperador do Brasil e o Rei de França* (p. 57); g) *Da jurisprudência que, segundo as disposições da lei fundamental, deve regular em matéria de privilégios* (1º, 2º e 3º artigos) (p. 69); h) *Dos princípios gerais da civilização* (p. 83); i) *Da organização do trabalho* (p. 88); j) *Das vantagens e inconvenientes da concorrência no mercado* (p. 93); l) *Dos efeitos da concorrência das diversas nações no mercado geral de todos os povos da terra* (p. 29); m) *Juízo crítico sobre as “Noções elementares de Ontologia e Psicologia racional, por Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo”* (p. 106); n) *Breves observações sobre os tratados de comércio* (p. 109); o) *Da verificação dos poderes dos eleitores e deputados da nação* (p. 112); p) *Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia* (p. 116); q) *O que é um código penal?* (1º e 2º artigos) (p. 120).

1845

- “Das ciências em geral e da sua classificação em particular”, in *Aurora - Revista mensal*, Lisboa, nº 1, p. 33 e ss. Reedições em Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, ob. cit., pp. 263-275; em *Ensaios Filosóficos*, Rio de Janeiro, PUC/Documentário, Brasília, Conselho Federal da Cultura, 1979 (Textos didáticos do Pensamento Brasileiro, 6); e em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, pp. 327-334.
- “Dos bancos rurais”, in *Aurora - Revista mensal*, nº 2, p. 9.
- “Do sistema penitenciário”, in *Revista Académica*, Coimbra, nº 18, pp. 276-279, nº 19, p. 289 e nº 21, p. 342.
- “Reflexões sobre várias práticas e instituições económicas de previdência”, in *Aurora - Revista mensal*, nº 3, p. 60.
- *Breves observações sobre o tratado concluído em 1826 entre suas Magestades o Imperador do Brasil e o Rei de França*, Lisboa, Tip. Lusitana.
- *Précis d'un Cours de Droit public, administratif et des gens, suivi d'un Projet de Code politique pour la nation portugaise*, Lisbonne, Imp. Nationale.
- “Noções Elementares de Ontologia, Psychologia Racional e Theodecea ou A Metafísica de Genuense reformada por Manuel Pinheiro d'Almeida e Azevedo. Porto 1845”.
- *Da oração do cristão. Impressa em Roma com licença da Sagrada Congregação encarregada do exame e da censura dos livros e a tradução italiana em frente*, Lisboa, Imprensa Nacional (edição de 275 exemplares). Ver 1843.
- “Dos sete pecados mortais e das virtudes que lhes são opostas”, in *Jornal da Sociedade Catholica*, nº 41, pp. CCCLX-CCCLXII.
- *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, Lisboa. Manuscrito nº 1113 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, redigido em francês, com 1403 parágrafos, em 316 páginas, de 1845, inédito. Há traduções de partes da obra (ver 1843, 1845, 1977 e 1987). A fixação do texto e a tradução da *Théodicée* decorreram entre 2000 e 2004, para edição bilingue da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (no prelo).

1846

- “Da guarda nacional”, in *Revolução de Setembro*, nº 1525 de 16-VI-1846. Reedição em José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 290-295.
- “Dos meios de remediar o apuro da agricultura em geral, e particularmente dos bancos rurais”, in *Aurora*, vol. I.
- “Das reformas na administração da fazenda pública”, in *Revolução de Setembro*, nºs 1528, 1531, 1535. Reedição em José Esteves Pereira, ob. cit., pp. 295-309.

Sem data

- *Breves observações sobre a legislação que regula o direito de importação dos livros portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, s./d., 3 ps.

B) Obra póstuma

1846

- “Aos proprietários dos prédios rústicos e urbanos”, in *Revolução de Setembro*, Julho de 1846 (Carta datada de 25-6-1846, sobre o Banco da Silésia, publicada pela redacção da *Revolução de Setembro*).

1851

- “Origens e afinidades das línguas”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, p. 13-14. Reedição em *Silvestre Pinheiro Ferreira* (Introdução e Selecção antológica de Pinharanda Gomes), ob. cit., pp. 76-79.
- “Das condições de existência dos caminhos de ferro em geral e das suas consequências quanto às relações internacionais em particular”, in *Revista Popular*, vol. IV, pp. 3-6. Reedição em *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., 305-310.
- “Demonstração das vantagens das Sociedades de socorro e seguro mútuo comparadas com as instituições denominadas Monte-pios”, in *Revista Popular*, vol. IV, pp. 43-44, 56, 63-64, 112-113. Reedição em *Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, ob. cit., pp. 313-322.
- “Projecto de associação de seguro mútuo dos empregados públicos”, in *Revista Popular*, T. IV, pp. 56, 63-64, 112-113.

1868

- *Aditamento ao Projecto de um Banco de Socorro e Seguro Mútuo*, Rio de Janeiro (edição feita pela filha de Silvestre Pinheiro Ferreira).

1883

- *Discurso mandado ler por Sua Magestade na sessão de 4 de Julho de 1821*, in Clemente José dos Santos, *Documentos para as Côrtes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 210-211. Ver 1821.

1884

- “Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular, redigido por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814

e 1815”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. XLVII, p. I. Ver 1814.

1977

• *Teodiceia*, Parte I, §§ 7-13 (“Resignação e fatalismo”) e Parte II, cap. V, §§ 376-379, 383-387 (“O inefável”) e §§ 746-754 (“Da oração”), em *Silvestre Pinheiro Ferreira* (Introdução e Seleccção antológica de Pinharanda Gomes), ob. cit., pp. 92-100. Trata-se de uma tradução de Pinharanda Gomes, inserida em antologia (os títulos dos textos são de P. Gomes), de passagens da *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, ms. 1113 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, redigido em francês, com 1403 parágrafos, em 316 páginas, datado de 1845, inédito. Ver 1845.

1987

• *Teodiceia ou Tratado Elementar sobre a Religião Natural e a Religião Revelada, Advertência*, Parte I, §§ 1-44 e Parte II, cap. I, §§ 45-81, com Apresentação e Tradução de António Braz Teixeira, in *Análise*, Lisboa, (7), pp. 125-156. Trata-se de uma tradução de parte do referido ms. 1113 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Théodicée ou Traité Élémentaire de la Religion Naturelle et de la Religion Révélée*, 1845. Os primeiros 44 §§ constituem a Parte I (*Da Religião Natural*) da *Théodicée*. Ver 1845.

C) Obras inéditas e não localizadas

- *Mémoire sur l'origine et les progrès des Pantomimes chez les anciens*, 1787.
“A carreira literária do Sr. Silvestre Pinheiro começou nos seus primeiros anos: já quando estava na congregação do oratório sabemos que compusera uma memória para o concurso da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris, acerca da origem, progresso, decadência e efeitos da pantomima entre os antigos, e uma dissertação a respeito das forças vivas, examinando e refutando a teoria do padre Teodoro d’Almeida” (Teixeira de Vasconcelos, 1846; informação conferida pelo biografado).
- “Dissertação a respeito das forças vivas” (“examinando e refutando a teoria do padre Teodoro d’Almeida” e composta na Congregação do Oratório, segundo Teixeira de Vasconcelos, 1846; informação conferida por Silvestre Pinheiro).
- *Memórias e Cartas biográficas autógrafas, acerca do seu tirocínio no seminário do Oratório*, 15 de Setembro de 1790.
- *Préjuges légitimes sur la religion naturelle*, 1796 (mencionado por Larousse, segundo Louzada de Magalhães, 1881).
- “Memória que em 1806 escrevi em resposta ao programa que a Academia de Wilna propôs sobre os progressos das ciências morais, comparados aos das ciências físicas e matemáticas” (conta S. P. Ferreira, em 1808, na introdução às *Notas ao “Ensaio sobre os princípios de Mecânica”*. *Obra póstuma de José Anastácio da Cunha* [ver *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*, ob. cit., p. 263]).

- *Memória justificativa acerca da comissão dos espingardeiros em Berlim*, Londres, 15 de Julho, 1809 (“para inteligência de sua mulher e de seus amigos”). Segundo o *Novo Catálogo* de Filipe de Araújo e Castro.
- *Sur les vices de l’administration portugaise*, 1811 (segundo Louzada de Magalhães, 1881).
- *Memórias e documentos sobre a comissão diplomática a Monte-video, que rejeitou por indecorosa para o governo de Sua Majestade e para ele próprio, de que resultou ser desterrado para a ilha da Madeira*, Rio de Janeiro, Julho a Dezembro de 1813.
- *Parecer que emitiu por ordem de S. A. R. sobre a questão da sede da monarquia, e dos meios de prevenir a revolução popular, tomando a iniciativa na reforma política*, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1814. Trata-se muito provavelmente da edição restrita da Imprensa Régia de 1814-1815, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1884.
- *Sur les moyens de détruire l’esclavage au Brésil*, 1814 (segundo Louzada de Magalhães, 1881).
- *Projecto a favor dos órfãos e viúvas*. Escrito no Rio de Janeiro, antes da revolução.
- *Informação verbal perante uma Comissão das Cortes em Lisboa, a 15 de Março de 1822, sendo ministro dos negócios estrangeiros, acerca do Brasil*.
- *Esboços e extractos de diceósina, ou ciência dos direitos e deveres do homem e do cidadão*.
- *Carta a um diplomata seu amigo em Berlim, sobre a Política da Prússia e potências do Norte, relativamente à Península Ibérica*, Paris, 1825.
- *Parecer sobre o projecto de pacto federativo fundamental entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal*, Paris, 6 de Dezembro de 1825.
- *Projecto de um acto de confederação e mútua garantia de independência dos Estados aí mencionados*.
- *Memórias e cartas biográficas sobre a revolução popular, e o seu ministério no Rio de Janeiro desde 26 de Fevereiro de 1821 até ao regresso de S. M. o sr. D. João VI e da corte para Lisboa, com os votos dos homens d’Estado que acompanharam a S. M.*
- *Notas à sinopse do Código do processo civil, segundo as leis e estilos do fôro português*, Paris, 1825.
- *Prelecções de Jurisprudência comercial - Economia política, Direito público interno e externo - e questões de Filosofia aplicada às ciências morais e políticas, no colégio de Mr. Silvella* (Paris, rua de Montreuil, nº 37), 1829 e 1830.
- *Des Ministres d’État dans un gouvernement constitutionnel*, Paris, 1832.
- *Da Regência do reino*, Paris, 1834 (segundo Teixeira de Vasconcelos, 1869).
- *Sur l’administration de la Justice criminelle, d’après les principes du Droit Constitutionnel*. Ver 1841.

- *Sur le Jury dans le système constitutionnel* (ver M. L. C. R. Souza Coelho, 1958, p. 257).
- *Memória acerca da Guiana Francesa.*
- *Projecto sobre a criação de uma escola normal, onde se preparem os mancebos que se destinam para professores de ciências, artes e letras*, Paris, 1838.
- *Observações sobre um projecto de estatutos para o estabelecimento da associação de officios e artes mecânicas*, Paris, 1838.
- *Projecto de uma sociedade para a construção de canais e estradas*, Paris, 1838.
- *Projecto de associação para socorro mútuo de capitalistas, mestres e aprendizes do officio de alfaiate*, Paris, 1838.
- *Memórias acerca dos Bancos do Brasil e Portugal.*
- *Plan d'organisation du département des finances dans un gouvernement représentatif*, Paris, 1840.
- *Documentos para a história política sobre reclamações contra o governo francês.*
- *Point de vue sur lequel il importe à la Péninsule Ibérique de considérer la politique actuelle des cabinets étrangères à son égard*, Paris, 1841.
- *Artigo de política e direito constitucional sobre o ministério de Zea Bermudes em Espanha*, Paris, 1841.
- *Mémoire sur la Pologne et la Grèce.*
- “o meu artigo sobre a Homeopatia impresso no Jornal da Sociedade [das Ciências Médicas de Lisboa]” (carta recebida a 22 de Abril de 1841, cfr. Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, ob. cit., p. 243).
- *Programa das medidas que poderiam tirar o Reino do estado de abatimento em que se acha.* Março de 1842.
- *Carta ao redactor do “Diário do Rio de Janeiro”, agradecendo-lhe as obsequiosas expressões com que o desforçou das descomedidas invectivas de outro jornal, “O Brasil”, acerca do projecto da federação monárquica naquele Império*, Paris, 30 de Abril de 1842.
- *Compêndio de Economia política, ou Elementos de Crematística, para uso das escolas populares.* Escrito em Paris, Julho de 1842.
- *Projecto de Código Civil.*
- *Paralelo das instituições denominadas Montepios com as Sociedades de socorro e seguro mútuo*, Lisboa, 1845 (dois artigos). Ver 1851.
- *Parecer emitido em Lisboa a 22 de Abril de 1845, por ordem de Sua Majestade a senhora D. Maria II, sobre os meios de salvar a monarquia constitucional.*
- *Explicação das três expressões usuais: “a mente do legislador”, “espírito da lei” e “vontade nacional”.*

- *Artigos para um “Dicionário Constitucional”, a saber: “Homem de Estado”, “Conselheiro da Coroa Constitucional”, “Conselheiro de Estado”.*
- *Preconceitos constitucionais*, 1845.
- *Notes au “Précis d’un Cours de Droit constitutionnel”*, publicado em 1845 e 1846.
- *Précis d’un Cours de Théologie naturelle et révélée, avec des notes et censures des prélats et des théologiens respectables*, Lisbonne, 1846. Trata-se muito provavelmente da *Théodicée* (ver 1845).
- *Projecto de Constituições canónicas da Igreja Lusitana*, 1846.

Bibliografias e Bio-bibliografias

- A. A. Teixeira de Vasconcelos, “Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4-4-1846; “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, *A Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 3, 18-4-1846; notícia necrológica no nº 4, 4-7-1846; *Glórias Portuguesas*, T. I, Lisboa, 1869, pp. 1-60. Os dois escritos de 1846, um biográfico e outro bibliográfico, saídos em vida do biografado, foram conferidos pelo próprio Silvestre Pinheiro, segundo Inocêncio (1862) e o mesmo Teixeira de Vasconcelos, que em 1869 refere essa *biografia* “revista e corrigida por ele [Pinheiro Ferreira] próprio”. É praticamente certo consistirem os escritos de 1846 de informações veiculadas directamente por Pinheiro Ferreira, provavelmente com génese narrativa e mesmo documental (no escrito de 4 de Abril de 1846, por exemplo, Teixeira de Vasconcelos escreve: “a sua conversação com El-Rei seria muito curiosa para ser lida se este jornal não fosse unicamente literário”).
- Filipe Ferreira de Araújo e Castro, *Novo Catálogo das Obras do publicista português Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, Tip. de José Baptista Morando, 1849.
- “Silvestre Pinheiro Ferreira” (Biografia), in *Revista Popular*, vol. IV, Lisboa, 1851, p. 6 e ss.
- *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, T. VII, Lisboa, 1862, pp. 259-273.
- *Dicionário Portugal* (Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues), Lisboa, João Romano Torres, 1911, vol. V, pp. 771-775.
- Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Livraria Cruz, 1958. Contém uma breve bibliografia comentada das obras filosóficas.
- José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974; *Introdução a S. P. Ferreira, Preleções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 9-27, 353-355.
- *Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), Bibliografia e Estudos Críticos* (organização de Marta Sueli Dias Santos), Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, Salvador-Bahia, 1983. Bibliografia das obras de S. P. Ferreira organizada em torno dos seguintes itens: 1.1. Filosofia e Teologia, 1.2. Política, Direito Público e Constitucional, 1.3. Economia Política e Direito em geral, 1.4. Filologia, 1.5. Diversos, 1.6. Correspondência, 1.7. Estudos sobre S. P. F.
- *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, in “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da Revista *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998. Sob a responsabilidade de José Esteves Pereira, além de artigos de outros autores, contém bibliografia activa de S. P. Ferreira, bibliografias e bio-bibliografias e estudos sobre S. P. Ferreira. Esta publicação corresponde ao primeiro

Colóquio Silvestre Pinheiro Ferreira, promovido pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira.

Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira e referências ao seu pensamento e acção (*)

(cronológica)

- Almeida Garrett, “Sinopse do código do processo civil conforme as leis e estilos actuais do foro português, Paris, 1825”, in *O Chronista*, vol. II, Lisboa, Imp. do Portuguez, nº 23, pp. 236-237; “Essai sur la Psychologie, etc. Ensaio sobre a Psicologia, compreendendo a teoria do raciocínio e da linguagem, a ontologia, a estética, etc., por S. P. F., Paris, 1826”, in *O Chronista*, vol. I, Lisboa, Imp. do Portuguez, Março, Abril e Maio de 1827, nº 3, pp. 66-68. Recensões.
- * J. H. da Cunha Rivara, “Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836”, in *Revista Literária*, T. III (2º Ano), Porto, 1839, nº XX, pp. 127-133. Ferreira-Deusdado transcreve este escrito no “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX”.
- Filipe Ferreira de Araújo e Castro, “O Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira e o seu Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa”, in *Revista Literária*, T. III (2º Ano), Typ. Com. Portuense, Porto, 1839, nº XXI, pp. 209-234 [mais do que recensão e do um comentário, é o primeiro estudo em língua portuguesa sobre Pinheiro Ferreira]; “Exposição do engenhoso método do célebre filósofo J. Locke, aperfeiçoado segundo as observações de Silvestre Pinheiro Ferreira, para se coordenarem cadernos de apontamentos”, in *O Pantólogo*, nº 3, 1844, pp. 12-13. Ver 1844.
- Anónimo [Filipe Ferreira de Araújo e Castro?], “Noções elementares de Philosophia Geral e applicada às Sciencias moraes e politicas, por S. Pinheiro Ferreira – Ontologia, Psychologia, Ideologia, Paris, 1839”, in *Revista Literária*, T. V (3º Ano), Porto, 1840, nº XXIX, pp. 496-499. Recensão.
- J. L. A. Frasão, “Da última obra do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. I, 1842, nº 30, p. 359. Recensão do *Projecto de associação para o melhoramento da sorte das classes industriais*.
- * “Realização de uma boa nova”, in *Revista Universal Lisbonense*, 4 de Agosto de 1842, nº 44, p. 521. Notícia da chegada de Silvestre Pinheiro Ferreira a Portugal.
- Manuel Pinheiro d’Almeida e Azevedo, “Noções elementares de Psychologia e Ideologia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. III, Lisboa, Imp. da Gazeta dos Tribunaes, 1843-1844, pp. 16-17. Trata-se de uma resposta a uma recensão que S. P. Ferreira fez desta obra no nº 38 (art. 1778) da mesma revista. Ver 1843.
- A. A. Teixeira de Vasconcelos, “Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4 de Abril de 1846; “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 3, 18 de Abril de 1846; nota necrológica no nº 4, 4 de Julho de 1846; *Glórias Portuguesas*, t. I, Lisboa, 1869,

(*) As referências ao pensamento e acção de Silvestre Pinheiro Ferreira estão assinaladas com asterisco.

pp. 1-60. Os dois escritos bio-bibliográficos de 1846 foram conferidos pelo próprio Silvestre Pinheiro, segundo Inocêncio (1862) e o mesmo Teixeira de Vasconcelos, que em 1869 refere essa *biografia* “revista e corrigida por ele próprio” [Silvestre Pinheiro Ferreira].

- Martins Bastos, *Silvestro Pinario Ferrerio* [ode de 1846], em A. Meyrelles de Távora, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Revolução de Setembro*, ano XXXV, nº 9514, Lisboa, 14-3-1874.
- João Vicente Martins, *À memória de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, 1846.
- M. de A. Porto Alegre, “*Silvestre Pinheiro Ferreira*”, em “Elogio Histórico Geral dos Membros Falecidos”, in *Revista trimestral de historia e geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, T. IV (2ª série), Rio de Janeiro, 1848, pp. 169-171.
- José António Lisboa, “*Elogio Histórico do Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira*”, in *Revista trimestral de historia e geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, T. IV (2ª série), Rio de Janeiro, 1848, p. 195 e ss.
- “Silvestre Pinheiro Ferreira” (Biografia), in *Revista Popular*, vol. IV, Lisboa, 1851.
- J. A. Cabral de Mello, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851, pp. 118-119. Contém uma ode a S. P. Ferreira (composta, enviada a Silvestre Pinheiro e publicada por volta de 1840).
- “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Contemporânea*, 1857, pp. 33-38.
- Inocêncio Francisco da Silva, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, t. VII, Lisboa, 1862, pp. 259-273.
- Adrião Pereira Forjaz, “Algumas lembranças do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *O Instituto*, vol. XI, Coimbra, 1863, p. 81. Contém correspondência parisiense de 1840-1841 e uma carta, de 1843, sobre o projecto de uma enciclopédia.
- Melo Moraes, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, T. 1, nº 46, in *Brasil Histórico*, Rio de Janeiro, 1864.
- J. J. Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1868, pp. 213-223 (2ª ed. Guimarães Editores, 1974, com comentários de Pinharanda Gomes); *Direito Constitucional Português - Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e acto adicional de 1832*, I, cap. VII, 1878 (2ª ed. Coimbra Editora, 1997).
- A. Ribeiro da Costa e Almeida, *Resumo da história da filosofia [...]*, Porto, Viúva Moré Ed., 1873, p. 132.
- A. Meyrelles de Távora, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Revolução de Setembro*, ano XXXV, nº 9514, Lisboa, 14-3-1874.
- José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos, Literários e Artísticos de Portugal*, T. IV, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874, pp. 286-289. Entre outros dados curiosos, cita o anúncio do *Investigador Portuguez* (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 30, de Agosto de 1813) às *Prelecções Filosóficas*.

• Teixeira de Melo, “Traços biográficos de Silvestre Pinheiro Ferreira” (introdução a S. P. Ferreira, “Memórias e Cartas biográficas”), in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. II, Rio de Janeiro, 1876-1877, pp. 247-252.

* Cunha Seixas, *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, Braga, 1879, p. 359-361. Onde se pode ler o seguinte parecer: “Silvestre Pinheiro Ferreira foi filósofo, economista e publicista. Como filósofo foi sensualista; mas a sua especialidade é a aliança, que tentou fazer entre os dados sensualistas, acanhados para o seu génio, e os dados ontológicos a que se arrojou. Em balde se procuraria o servilismo em suas obras: Silvestre P. Ferreira foi um vulto grandioso, que, mal estudado, mal entendido, mal apreciado, ainda espera a justiça dos séculos.”

• J. J. Louzada de Magalhães, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischen philosophen vor ihm*, Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi, Bonn, 1881 (*Silvestre Pinheiro Ferreira. Sua Vida e sua Filosofia. Com uma Introdução sobre os mais importantes filósofos portugueses anteriores a ele* [dissertação de doutoramento na Faculdade de Filosofia da Universidade de Bona]). O “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX”, de Ferreira-Deusdado, contém recensão deste escrito.

* José de Arriaga, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, vol. I, Liv. II, cap. III (“Movimento Intelectual”), 1886-1889; reedição em José de Arriaga, “*A Filosofia Portuguesa*” (1720-1820), *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Prefácio e Notas de P. Gomes, Lisboa, Guimarães & C.^a Edits., 1980, pp. 82-83.

• Ferreira-Deusdado, “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX”, in Cunha Seixas, *Princípios Gerais da Filosofia*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1898 (reedição em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, pp. 470-475, 488-489); “La Philosophie Thomiste en Portugal”, in *Revue de Neo-scholastique*, Louvain, 1898, p. 30; “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Educadores Portugueses*, Angra do Heroísmo/Coimbra, 1909 (reedição em 1995, ob. cit., pp. 364-368). Contém uma carta [existente na Biblioteca Nacional de Lisboa] endereçada de Paris por Silvestre Pinheiro Ferreira para a Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades de Lisboa, ao Prepósito da Congregação do Oratório Fernando Garcia, datada de 4 de Outubro de 1826, onde recorda a “saudosa memória da Congregação, de 35 anos a esta parte” e menciona “dois opúsculos apensos [um dos quais muito provavelmente o *Essai sur la Psychologie*], cuja doutrina é fruto das lições que aí ouvi aos nossos doutos Mestres, e do que colhi da leitura do precioso tesouro de antigos e modernos Autores hoje confiados à guarda de V. R.^a” Contém ainda uma citação de 23 artigos do *Projecto geral das leis fundamentais e constituintes* [sic] *duma monarquia representativa*, sobre instrução, que “Luís Meireles do Canto e Castro, numa Memória sobre a educação da mocidade, impressa em Paris em 1834, transcreve de Silvestre Pinheiro Ferreira a quem ele chama Bentham português”. O excerto citado do *projecto*, inserto no III tomo do *Manual do Cidadão*, corresponde ao cap. III do tit. III do *Projecto de código geral das leis fundamentais e constitutivas de uma monarquia representativa*.

* Sampaio Bruno, *O Brasil Mental*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão-Editores, 1898, pp. 81-82; *A Ideia de Deus* (1902), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão-Editores, 1987, pp. 20-21; *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1905), Porto, Liv.

Chardron de Lello & Irmão–Editores, 1987, pp. 110, 357 (onde Silvestre Pinheiro Ferreira é designado “o patriarca dos modernos publicistas portugueses”).

• Pedro de Azevedo, “O primeiro casamento de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, Lisboa, 1910, pp. 155-158. Contém o documento de denúncia à Inquisição. Cita uma referência de Alexandre Herculano a “Silvestre Pinheiro Ferreira, o grande pensador português deste século, com cujo nome v.^a ex.^a [Garrett] acaba de me fazer a honra de associar o meu” e que [segundo o mesmo Herculano] morreu “numa situação vizinha da penúria”.

* Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa*, Coimbra, F. F. Amado-Ed. (4^a ed.), 1914, p. 497.

• António Baião, “O Economista Silvestre Pinheiro Ferreira denunciado à Inquisição”, in *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*, vol. II, Rio de Janeiro, 1924, pp. 144-145.

* Fidelino de Figueiredo, “Para a história da filosofia em Portugal (Subsídio bibliográfico)”, in *Revista de História* (sep.), 11, Porto, 1922; *Estudos de Literatura*, 4^a série, Lisboa, 1921/22. p. 122.

• M. B. Amzalak, *Subsídios para a história das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte: As instruções dadas ao Conde da Lapa em 1823 por Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1930.

* D. Francisco de Almeida Portugal, *Memórias do Conde do Lavradio* (parte primeira: 1796 a 1833), vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

* Henrique Perdigão, *Dicionário Universal de Literatura*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, p. 288.

* *História de Portugal* (Edição Monumental), vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, pp. 94, 107. As referências a Pinheiro Ferreira são da responsabilidade de Joaquim de Carvalho.

• Luís Cabral de Moncada, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, pp. 32-38.

• Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil, “Brasiliana”*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5^a série, nº 124.

• Mário Gonçalves Viana, *Os religiosos e os místicos na literatura portuguesa*, Porto, 1940, p. 122. Pequena antologia que contém a *Oração do cristão*.

• Albino Forjaz de Sampaio, *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942, p. 22.

• Lothar Thomas, *Contribuição para a História da Filosofia Portuguesa (Silvestre Pinheiro Ferreira)*, Lisboa, 1944.

* E. A. Strasen / Alfredo Gândara, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944, pp. 235-236 e 479.

• Jorge Vernex, “Silvestre Pinheiro Ferreira e a posição portuguesa em face da unidade europeia”, in *Gil Vicente*, Guimarães, 1945, nºs. 9-10 e in *Famalicão*, Minerva, 1945.

- “Pinheiro Ferreira (Silvestre)”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, vol. XXI, 1935-1987, pp. 756-758.
- Delfim Santos, “O Pensamento Filosófico em Portugal – Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Portugal, Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, Lisboa, 1946, pp. 265-267; “Esquecimento” (comemoração do centenário da morte de S. P. Ferreira), in *Diário Popular*, 25-8-1946; “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*, vol. I, Lisboa, 1947, pp. 17-30; reedição destes três escritos em *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 447-448, 465-466, 479-490; “Ferreira, Silvestre Pinheiro”, in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, p. 565 e “Filosofia e Filósofos”, *ibid.*, vol. III, p. 19.
- Joaquim de Carvalho, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, in *Biblos*, vol. I, Coimbra, 1946, pp. 121-154; reedição em *Obra Completa*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- Lúcio Craveiro da Silva, “Silvestre Pinheiro Ferreira. Significação e itinerário da sua obra filosófica”, in *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia*, Braga, 1955, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XI/XII, pp. 613-619.
- * António José Saraiva / Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1955 (1985 [13ª ed.], pp. 896, 908).
- João Cruz Costa, *Contribuição para a história das ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956, pp. 65, 70, 73 e 462.
- Matos Gomes, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Diário de Notícias*, 10-1-1956, p. 3-4.
- Hernani Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, vol. II, Coimbra, 1956 (6ª ed. em Coimbra Editora, 1975, p. 380); *Cultura Portuguesa*, Empresa Nacional de Publicidade, 1974, pp. 73-78.
- Maria Alice de Queiroz de Gouveia, *Silvestre Pinheiro Ferreira; aspectos da sua actuação filosófica*, 1957.
- Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958.
- Miranda e Barbosa, *Prefácio a Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958.
- * Miguel Reale, “Momentos olvidados do pensamento brasileiro” (texto originalmente publicado em *Filosofia em São Paulo*, S. Paulo, 1962), in *Estudos de Filosofia Brasileira*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Colecção *Razão Atlântica*), Fundação Lusíada/Guimarães Editores, 1994, pp. 82-83 (ver ainda p. 68).
- Francisco José Peixoto da Costa Félix, *Silvestre Pinheiro Ferreira e o desenvolvimento da filosofia no Brasil na primeira metade do século XIX*, Lisboa, 1963; *Subsídios bio-bibliográficos para uma futura tese de dissertação sobre Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1963.
- * Fr. João Ferreira, *Existência e fundamentação do problema da Filosofia Portuguesa*, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1965, pp. 46, 69, 183-184.

- João Afonso Côrte-Real, “Universalismo de Silvestre Pinheiro Ferreira” (Comunicação à primeira Assembleia Internacional de Estudos Filosóficos, sob a égide da Faculdade de Filosofia de Braga), [sep. 200 exs.], Braga, 1967; reedição em *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXV, fascs. 3-4, Braga, 1969, pp. 306-328.
- * António Quadros, *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1967, p. 312.
- Fernando Castelo-Branco, “Subsídios para o Estudo de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Colóquio*, nº 45, Lisboa, 1967.
- Carlos Ary dos Santos, “Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris”, in *Colóquio*, nº 48, Lisboa, 1968. Contém correspondência de Paris (1827), dando conta de actividade intelectual e do “sossego de um retiro”, que diz próprio para o germinar de ideias, em que se acha.
- António Paim, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1967 (5ª ed. Londrina, Edit. UEL, 1997, pp. 339-372); “Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento filosófico brasileiro no século XIX”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969; “A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 102, Ab.-Jun de 1976; *A Filosofia Brasileira*, Lisboa, ICALP, 1991; “Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na Estruturação do Debate Filosófico no Brasil do século XIX”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da Revista *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 65-72; “Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro”, *ibid.*, pp. 73-83; *Introdução a S. P. Ferreira, Manual do Cidadão em um Governo Representativo* (Ed. Fac-similada), III vols., Brasília, Senado Federal, 1998. Em colaboração com António Braz Teixeira, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, verb. in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.
- Vítor de Sá, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1969, pp. 201-237; “Do liberalismo ao corporativismo”, in *Seara Nova*, nº 1489, Nov. de 1969.
- Maria Beatriz Nizza da Silva, “A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969; *Silvestre Pinheiro Ferreira – Ideologia e Teoria*, Lisboa, Sá da Costa, 1975; “Silvestre Pinheiro Ferreira e o Movimento Constitucional no Rio de Janeiro”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 57-63.
- J. S. da Silva Dias, *O eclecticismo em Portugal no século XVIII*, Coimbra., 1972; Graça e J. S. da Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, ts. I e II, passim, Lisboa, INIC, 1980.
- José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974; “Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento económico liberal”, in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, ed. Miriam Halpern Pereira e outros, II vols., Lisboa, Sá da Costa, 1982; *Introdução a Silvestre Pinheiro Ferreira, Textos Escolhidos de Economia Política e*

Social (1813-1851), Lisboa, Banco de Portugal, 1996; *Introdução a S. P. Ferreira, Preleções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; “Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 9-30 (inclui bibliografia, biobibliografia e estudos sobre S. P. Ferreira).

- Vicente Barreto, “Uma introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 100, Out.-Dez. de 1975; “Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Silvestre Pinheiro Ferreira, Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, PUC/Documentário, Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1976, pp. 11-18; (Documenta/Brasil, 5, *Textos didáticos do Pensamento Brasileiro*); “Uma releitura de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Nomos-Revista Portuguesa de Filosofia do Direito e do Estado*, 7, Jan.-Jun. de 1989, pp. 90-97.

- Celina Junqueira, *Apresentação a S. P. Ferreira, Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, PUC-RIO/CFP/Documentário (*Textos didáticos do Pensamento Brasileiro*, 7), 1976.

- * José Marinho, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, pp. 16, 61-63 e nota; *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 20.

- J. Pinharanda Gomes, *Apresentação e Notas a Silvestre Pinheiro Ferreira, Categorias de Aristóteles*, Lisboa, Guimarães Editores, 1974, 1982, 1994 (*Apresentação* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira – Tradutor de Aristóteles”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1986, pp. 65-73); *Silvestre Pinheiro Ferreira*, Introdução e antologia de textos, Lisboa, Guimarães Editores, 1977 (*Introdução* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, ob. cit., pp. 51-63); *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987; *Prefácio a Lopes Praça, História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Guimarães Eds., 1988, pp. 32-33.

- Armando Marques da Silva, *A filosofia política de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, PUC, 1977.

- Nady Moreira Domingues da Silva, *O Sistema Filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, 1978 (reedição em Lisboa, ICALP, 1990).

- Éduard Fey, “O ensino da filosofia em Portugal”, in *Brotéria*, Ag.-Set. de 1978, pp. 195-198.

- * Alberto Ferreira, *Estudos de Cultura Portuguesa – Século XIX*, Lisboa, Moraes Editores, 1979, pp. 32, 35.

- Manuel Maria Carrilho, “Filosofia, ciência, epistemologia”, in *História e prática das ciências* (obra colectiva), Lisboa, Biblioteca de Filosofia, 1979, pp. 15-17.

- António Braz Teixeira, “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXI, fasc. 122, Ab.-Jun. de 1981; *Prefácio a Pedro Amorim Viana, Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981; *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983, pp. 63-67; *Apresentação e tradução de Teodiceia ou Tratado Elementar sobre a Religião Natural e a Religião Revelada* [tradução das seguintes partes da obra:

Advertência, Parte I, §§ 1-44 e Parte II, cap. I, §§ 45-81], in *Análise*, Lisboa, (7), 1987, pp. 125-156; verb. “Aristotelismo em Portugal” [III – Séculos XIX e XX], in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 1, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1989, cols. 449-450; *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993, pp. 15-19 e 61-63; “A ‘Teodiceia’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura - Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 45-55. Em colaboração com António Paim, verb. “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.

- Maria Luísa Couto Soares, “A linguagem como método nas ‘Prelecções Filosóficas’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa, 1984 (sep.); “Heterogeneidade dos discursos nas ‘Prelecções Filosóficas’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998, pp. 31-43; *Prefácio a S. P. Ferreira, Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- Manuel Dias Duarte, *História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Horizonte Universitário, 1987, pp. 82-84, 93.
- Leopoldo Collor Jobim, *Absolutismo e governo representativo - Silvestre Pinheiro Ferreira e o sistema constitucional no Brasil e em Portugal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação/ Coordenação de Publicações, 1991 (contém uma breve antologia de textos).
- * Eduardo Abranches de Soveral, *Ensaio sobre Ética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 85 e 179, nota.
- José Fernando Dias da Silva, *A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira. Um contributo para a doutrina liberal*, Porto, Universidade do Porto, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- “Ferreira, Silvestre Pinheiro”, in *Grande Enciclopédia Ediclube*, VIII, 1996.
- “Ferreira, Silvestre Pinheiro”, in *Dicionário de Literatura Portuguesa* (Álvaro Manuel Machado), Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 189-190.
- Jorge Jaime, *História da Filosofia no Brasil*, São Paulo/Petrópolis, Faculdades Salesianas, 1997, pp. 84-93.
- *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento de *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998. Publicação colectiva por ocasião do *I Colóquio Silvestre Pinheiro Ferreira* (contém bibliografia, biobibliografia e estudos sobre S. P. Ferreira).
- Rodrigo S. Cunha, *Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, Essai sur la Psychologie, comprenant la Théorie du Raisonnement et du Langage, l’Ontologie, l’Esthétique et la Dicéosyne* [Paris, Imp. de Béthune, 1826], em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos* (com edição original facsimilada do *Essai sur la Psychologie*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,

1999; “Apontamentos inéditos sobre a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XII (sep.), Centro de História da Cultura/UNL, 2000/2001, pp. 231-262; “A visão do universo de Antigos e Modernos segundo Silvestre Pinheiro Ferreira” (em *VI Colóquio Tobias Barreto* do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira), publicado, com ligeiras alterações, em *Teoremas de Filosofia* (Caderno Semestral de Filosofia Portuguesa, Dir. Joaquim Domingues e Pedro Sinde), Porto, Primavera de 2002.

Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira e Outras Fontes

(alfabética)

- . Alegre, M. de A. Porto, “*Silvestre Pinheiro Ferreira*”, em “Elogio Histórico Geral dos Membros Falecidos”, in *Revista trimestral de historia e geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, T. IV (2ª série), Rio de Janeiro, 1848.
- . Amzalak, M. B., *Subsídios para a história das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte: As instruções dadas ao Conde da Lapa em 1823 por Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1930.
- . Almeida, A. Ribeiro da Costa e, *Resumo da história da filosofia [...]*, Porto, Viúva Moré Ed., 1873.
- . Anónimo, “Noções elementares de Philosophia Geral e applicada às Sciencias moraes e politicas, por S. Pinheiro Ferreira – Ontologia, Psychologia, Ideologia, Paris, 1839”, in *Revista Literária*, T. V (3º Ano), Porto, 1840, nº XXIX.
- . Anónimo, “Realização de uma boa nova”, in *Revista Universal Lisbonense*, 4 de Agosto de 1842, nº 44.
- . Arriaga, José de, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, in José de Arriaga, “*A Filosofia Portuguesa*” (1720-1820), *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Lisboa, Guimarães & C.ª Edits., 1980.
- . Azevedo, Manuel Pinheiro d’Almeida e, “Noções elementares de Psychologia e Ideologia”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. III, Lisboa, Imp. da Gazeta dos Tribunaes, 1843-1844.
- . Azevedo, Pedro de, “O primeiro casamento de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, Lisboa, 1910.
- . Baião, António, “O Economista Silvestre Pinheiro Ferreira denunciado à Inquisição”, in *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*, vol. II, Rio de Janeiro, 1924.
- . Barbosa, Miranda e, *Prefácio a Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza Coelho, A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958.
- . Barreto, Vicente, “Uma introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 100, Out.-Dez. de 1975;
- . _____ “Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Silvestre Pinheiro Ferreira, Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, PUC/Documentário, Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1976; (Documenta/Brasil, 5,

- Textos didácticos do Pensamento Brasileiro*);
- . ____ “Uma releitura de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Nomos-Revista Portuguesa de Filosofia do Direito e do Estado*, 7, Jan.-Jun. de 1989.
 - . Bastos, Martins, *Silvestro Pinario Ferrerio* [ode de 1846], em A. Meyrelles de Távora, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Revolução de Setembro*, ano XXXV, nº 9514, Lisboa, 14-3-1874.
 - . Branco, Fernando Castelo, “Subsídios para o Estudo de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Colóquio*, nº 45, Lisboa, 1967.
 - . Bruno, Sampaio, *O Brasil Mental*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão–Editores, 1898;
 - . ____ *A Ideia de Deus* (1902), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão–Editores, 1987;
 - . ____ *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1905), Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão–Editores, 1987.
 - . Carrilho, Manuel Maria, “Filosofia, ciência, epistemologia”, in *História e prática das ciências* (obra colectiva), Lisboa, Biblioteca de Filosofia, 1979.
 - . Carvalho, Joaquim de, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, in *Biblos*, vol. I, Coimbra, 1946 (reedição em *Obra Completa*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981);
 - . ____ *História de Portugal* (Edição Monumental), vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
 - . ____ “Leibniz e a Cultura Portuguesa”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, T. V, Lisboa, ACL, 1948.
 - . Castro, Filipe Ferreira de Araújo e, “O Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira e o seu Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa”, in *Revista Literária*, T. III (2º Ano), Typ. Com. Portuense, Porto, 1839, nº XXI;
 - . ____ “Exposição do engenhoso método do célebre filósofo J. Locke, aperfeiçoado segundo as observações de Silvestre Pinheiro Ferreira, para se coordenarem cadernos de apontamentos”, in *O Pantólogo*, nº 3, 1844.
 - . Cidade, Hernani, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, vol. II, Coimbra, 1956 (6ª ed. em Coimbra Editora, 1975);
 - . ____ *Cultura Portuguesa*, Empresa Nacional de Publicidade, 1974.
 - . Coelho, Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza, *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Braga, Liv. Cruz, 1958.
 - . Côrte-Real, João Afonso, “Universalismo de Silvestre Pinheiro Ferreira” (Comunicação à primeira Assembleia Internacional de Estudos Filosóficos, sob a égide da Faculdade de Filosofia de Braga), [sep. 200 exs.], Braga, 1967; reedição em *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXV, fascs. 3-4, Braga, 1969.
 - . Costa, João Cruz, *Contribuição para a história das ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956.

- . Cunha, Rodrigo S. Cunha, *Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, Essai sur la Psychologie, comprenant la Théorie du Raisonnement et du Langage, l'Ontologie, l'Esthétique et la Dicéosyne* [Paris, Imp. de Béthune, 1826], em *Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos* (com edição original fac-similada do *Essai sur la Psychologie*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999;
- . _____ “Apontamentos inéditos sobre a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XII (sep.), Centro de História da Cultura/UNL, 2000/2001.;
- . _____ “A visão do universo de Antigos e Modernos segundo Silvestre Pinheiro Ferreira” (em *VI Colóquio Tobias Barreto* do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira), in *Teoremas de Filosofia* (Caderno Semestral de Filosofia Portuguesa, Dir. Joaquim Domingues e Pedro Sinde), Porto, Primavera de 2002.

- . Deusdado, Ferreira, “Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX”, in Cunha Seixas, *Princípios Gerais da Filosofia*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1898 (reedição em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995;
- . _____ “La Philosophie Thomiste en Portugal”, in *Revue de Neo-scholastique*, Louvain, 1898;
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Educadores Portugueses*, Angra do Heroísmo/Coimbra, 1909 (reedição em *Educadores Portugueses* [Fixação do texto, prefácio, notas e aditamento de Pinharanda Gomes], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995).

- . Dias, J. S. da Silva, *O eclectismo em Portugal no século XVIII*, Coimbra., 1972;
- . _____ Graça e J. S. da Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, ts. I e II, passim, Lisboa, INIC, 1980.

- . Duarte, Manuel Dias, *História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Horizonte Universitário, 1987.

- . Félix, Francisco José Peixoto da Costa, *Silvestre Pinheiro Ferreira e o desenvolvimento da filosofia no Brasil na primeira metade do século XIX*, Lisboa, 1963;
- . _____ *Subsídios bio-bibliográficos para uma futura tese de dissertação sobre Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1963.

- . Ferreira, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa – Século XIX*, Lisboa, Moraes Editores, 1979.

- . Ferreira, Fr. João, *Existência e fundamentação do problema da Filosofia Portuguesa*, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1965.

- . Fey, Édouard, “O ensino da filosofia em Portugal”, in *Brotéria*, Ag.-Set. de 1978.

- . Figueiredo, Fidelino de, “Para a história da filosofia em Portugal (Subsídio bibliográfico)”, in *Revista de História* (sep.), 11, Porto, 1922;
- . _____ *Estudos de Literatura*, 4ª série, Lisboa, 1921/22.

- . Forjaz, Adrião Pereira, “Algumas lembranças do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *O Instituto*, vol. XI, Coimbra, 1863.
- . Frasão, J. L. A., “Da última obra do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Universal Lisbonense*, T. I, 1842, nº 30.
- . Gândara, E. A. Strasen / Alfredo, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944.
- . Garrett, Almeida, “Sinopse do código do processo civil conforme as leis e estilos actuais do foro português, Paris, 1825”, in *O Chronista*, vol. II, Lisboa, Imp. do Portuguez, nº 23;
- . _____ “Essai sur la Psychologie, etc. Ensaio sobre a Psicologia, compreendendo a teoria do raciocínio e da linguagem, a ontologia, a estética, etc., por S. P. F., Paris, 1826”, in *O Chronista*, vol. I, Lisboa, Imp. do Portuguez, Março, Abril e Maio de 1827, nº 3.
- . Gleick, James, *Caos - A Construção de uma Nova Ciência*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- . Gomes, Matos, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Diário de Notícias*, 10-1-1956.
- . Gomes, J. Pinharanda, *Apresentação e Notas a Silvestre Pinheiro Ferreira, Categorias de Aristóteles*, Lisboa, Guimarães Editores, 1974, 1982, 1994 (*Apresentação* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira – Tradutor de Aristóteles”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1986;
- . _____ *Silvestre Pinheiro Ferreira*, Introdução e antologia de textos, Lisboa, Guimarães Editores, 1977 (*Introdução* reeditada em “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Formas de Pensamento Filosófico em Portugal*, ob. cit.);
- . _____ *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987;
- . _____ *Prefácio a Lopes Praça, História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Guimarães Eds., 1988.
- . Gouveia, Maria Alice de Queiroz de, *Silvestre Pinheiro Ferreira; aspectos da sua actuação filosófica*, 1957.
- . Gusdorf, Georges, *Da História das Ciências à História do Pensamento*, Lisboa, Pensamento, 1988.
- . Jaime, Jorge, *História da Filosofia no Brasil*, São Paulo/Petrópolis, Faculdades Salesianas, 1997.
- . Jobim, Leopoldo Collor Jobim, *Absolutismo e governo representativo - Silvestre Pinheiro Ferreira e o sistema constitucional no Brasil e em Portugal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação/ Coordenação de Publicações, 1991.
- . Junqueira, Celina, *Apresentação a S. P. Ferreira, Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, PUC-RIO/CFP/Documentário (*Textos didácticos do Pensamento Brasileiro*, 7), 1976.

- . Leibniz, *Essais de Théodicée*, Paris, Garnier-Flammarion, 1969.
- . Lisboa, José António, “Elogio Histórico do Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista trimestral de historia e geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, T. IV (2ª série), Rio de Janeiro, 1848.
- . Magalhães, J. J. Louzada de, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischen philosophen vor ihm*, Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi, Bonn, 1881.
- . Marinho, José, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, pp. 16, 61-63 e nota;
- . _____ *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.
- . Martins, João Vicente, *À memória de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, 1846.
- . Mello, J. A. Cabral de, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista dos Açores*, nº 1, 1-1-1851.
- . Melo, Teixeira de, “Traços biográficos de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. II, Rio de Janeiro, 1876-1877.
- . Moncada, Luís Cabral de, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938.
- . Moraes, Melo, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, T. 1, nº 46, in *Brasil Histórico*, Rio de Janeiro, 1864.
- . Norton, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil*, “*Brasiliana*”, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª série, nº 124, s/d.
- . Paim, António, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1967 (5ª ed. Londrina, Edit. UEL, 1997);
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento filosófico brasileiro no século XIX”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969;
- . _____ “A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 102, Ab.-Jun de 1976;
- . _____ *A Filosofia Brasileira*, Lisboa, ICALP, 1991;
- . _____ “Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na Estruturação do Debate Filosófico no Brasil do século XIX”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da *Revista Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998;
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira no Rio de Janeiro”, *ibid.*;
- . _____ *Introdução a S. P. Ferreira, Manual do Cidadão em um Governo Representativo* (Ed. Fac-similada), III vols., Brasília, Senado Federal, 1998;
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira”, verb. in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.

- . Perdigão, Henrique, *Dicionário Universal de Literatura*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.
- . Pereira, José Esteves, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974;
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento económico liberal”, in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, ed. Miriam Halpern Pereira e outros, II vols., Lisboa, Sá da Costa, 1982;
- . _____ *Introdução a Silvestre Pinheiro Ferreira, Textos Escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996;
- . _____ *Introdução a S. P. Ferreira, Prelecções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996;
- . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998.
- . Portugal, D. Francisco de Almeida, *Memórias do Conde do Lavradio*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- . Praça, J. J. Lopes, *História da Filosofia em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1868, pp. 213-223 (2ª ed. Guimarães Editores, 1974);
- . _____ *Direito Constitucional Português - Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e acto adicional de 1832*, I, cap. VII, 1878 (2ª ed. Coimbra Editora, 1997).
- . Quadros, António, *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1967..
- . Reale, Miguel, “Momentos olvidados do pensamento brasileiro”, in *Estudos de Filosofia Brasileira*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Colecção *Razão Atlântica*), Fundação Lusíada/Guimarães Editores, 1994.
- . Remédios, Mendes dos, *História da Literatura Portuguesa*, Coimbra, F. F. Amado-Ed. (4ª ed.), 1914.
- . Ribeiro, Álvaro, “Aristóteles e a Tradição Portuguesa” [1955], in *As Portas do Conhecimento* [Compilação e Prefácio de Pinharanda Gomes], Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1987.
- . Ribeiro, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, T. IV, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874.
- . Rivara, J. H. da Cunha, “Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836”, in *Revista Literária*, T. III (2º Ano), Porto, 1839, nº XX.
- . Sá, Vítor de, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1969;

- . ____ “Do liberalismo ao corporativismo”, in *Seara Nova*, nº 1489, Nov. de 1969.
- . Sampaio, Albino Forjaz de, *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942.
- . Santos, Carlos Ary dos, “Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris”, in *Colóquio*, nº 48, Lisboa, 1968.
- . Santos, Delfim, “O Pensamento Filosófico em Portugal – Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Portugal, Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, Lisboa, 1946;
- . ____ “Esquecimento”, in *Diário Popular*, 25-8-1946;
- . ____ “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*, vol. I, Lisboa, 1947 (reedição destes três escritos em *Obras Completas*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971;
- . ____ “Ferreira, Silvestre Pinheiro”, in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, p. 565 e “Filosofia e Filósofos”, *ibid.*, vol. III.
- . Saraiva, António José / Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1955 (1985 [13ª ed.]).
- . Seixas, José Maria da Cunha, *Galeria de Ciências Contemporâneas*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, Braga, 1879.
- . Silva, Armando Marques da, *A filosofia política de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, PUC, 1977.
- . Silva, Inocêncio Francisco da, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, t. VII, Lisboa, 1862.
- . Silva, José Fernando Dias da, *A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira. Um contributo para a doutrina liberal*, Porto, Universidade do Porto, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- . Silva, Lúcio Craveiro da, “Silvestre Pinheiro Ferreira. Significação e itinerário da sua obra filosófica”, in *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia*, Braga, 1955, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XI/XII.
- . Silva, Maria Beatriz Nizza da Silva, “A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, 76, Out.-Dez. de 1969;
- . ____ *Silvestre Pinheiro Ferreira – Ideologia e Teoria*, Lisboa, Sá da Costa, 1975;
- . ____ “Silvestre Pinheiro Ferreira e o Movimento Constitucional no Rio de Janeiro”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998.
- . Silva, Nady Moreira Domingues da, *O Sistema Filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Rio de Janeiro, 1978 (reedição em Lisboa, ICALP, 1990).
- . Soares, Maria Luísa Couto, “A linguagem como método nas ‘Prelecções Filosóficas’

- de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa, 1984 (sep.);
- . _____ “Heterogeneidade dos discursos nas ‘Prelecções Filosóficas’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura – Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998;
 - . _____ *Prefácio a S. P. Ferreira, Ensaio sobre a Psicologia, Noções elementares de Filosofia e outros Escritos Filosóficos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

 - . Soveral, Eduardo Abranches de, *Ensaaios sobre Ética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

 - . Távora, A. Meyrelles de, “Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *A Revolução de Setembro*, ano XXXV, nº 9514, Lisboa, 14-3-1874.

 - . Teixeira, António Braz, “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXI, fasc. 122, Ab.-Jun. de 1981;
 - . _____ *Prefácio a Pedro Amorim Viana, Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981;
 - . _____ *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983;
 - . _____ *Apresentação e tradução de Teodiceia ou Tratado Elementar sobre a Religião Natural e a Religião Revelada* [tradução das seguintes partes da obra: *Advertência*, Parte I, §§ 1-44 e Parte II, cap. I, §§ 45-81], in *Análise*, Lisboa, (7), 1987;
 - . _____ “Aristotelismo em Portugal” [III – Séculos XIX e XX], verb. in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 1, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1989, cols. 449-450;
 - . _____ *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993;
 - . _____ “A ‘Teodiceia’ de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em *O Pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*, “Cadernos de Cultura - Silvestre Pinheiro Ferreira” (Suplemento da rev. *Cultura*), nº 1, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1998;
 - . _____ “Silvestre Pinheiro Ferreira”, verb. in *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1990, cols. 512-518.

 - . Thomas, Lothar, *Contribuição para a História da Filosofia Portuguesa (Silvestre Pinheiro Ferreira)*, Lisboa, 1944.

 - . Vasconcelos, A. A. Teixeira de, “Apontamentos para a biografia do Snr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 1, 4 de Abril de 1846;
 - . _____ “Breve notícia acerca dos escritos publicados pelo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Ilustração – Jornal Universal*, vol. II, Lisboa, nº 3, 18 de Abril de 1846;
 - . _____ Nota necrológica no nº 4, 4 de Julho de 1846;
 - . _____ *Glórias Portuguesas*, t. I, Lisboa, 1869.

 - . Vernex, Jorge, “Silvestre Pinheiro Ferreira e a posição portuguesa em face da unidade europeia”, in *Gil Vicente*, Guimarães, 1945, nºs. 9-10 e in *Famalicão*, Minerva,

1945.

. Viana, Mário Gonçalves, *Os religiosos e os místicos na literatura portuguesa*, Porto, 1940.

OUVRAGES

DU MÊME AUTEUR.

- Essai sur la Psychologie. Paris, 1826; 1 v. 8°, 4 fr.
- Observations sur le Manuel diplomatique du baron Ch. de Martens. Paris, 1826; 1 v. 8°, 1 fr. 50 c.
- Cours de droit public interne et externe. Paris, 1830; 3 v. 8°, 10 fr.
- Précis d'un Cours de droit public. Paris, 1830; 1 v. 8°, 2 fr.
- Notes au Précis du droit des gens, du conseiller de Martens.
- Mémoire sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal. Paris, 1833; 1 v. 8°, 1 fr.
- Observations sur la Charte constitutionnelle de la France. Paris, 1834; 1 v. 12°, 2 fr.
- Principes de droit public constitutionnel, administratif et des gens. Paris, 1834; 3 v. 12°, 9 fr.
- Projet de Code général d'une monarchie représentative. Paris, 1834; 1 v. 8°, 1 fr. 50 c.
- Supplément au guide diplomatique du baron Ch. de Martens. Paris, 1835; 1 v. 8°. 3 fr.
- Observations sur le Guide diplomatique du baron Ch. de Martens. Paris, 1835; 1 v. 8°, 2 fr.

ÍNDICE GERAL

PREÂMBULO	2
<i>Siglas das obras de Silvestre Pinheiro Ferreira (em uso na tese)</i>	6

PRIMEIRA PARTE

HERMENÊUTICA SILVESTRINA NO PÉRIPLO DA HARMONIA

Acção, Pensamento, Obra e Legado Filosófico
de Silvestre Pinheiro Ferreira

Capítulo Primeiro

O DIAGNÓSTICO HERMENÊUTICO DE FILIPE FERREIRA DE ARAÚJO E CASTRO EM «O SENHOR SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E O SEU PROJECTO DE CÓDIGO POLÍTICO PARA A NAÇÃO PORTUGUESA», NO PICO DO CICLO PARISIENSE DO FILÓSOFO

§ 1. Acessos e inacessos para a interpretação do pensamento silvestrino no diagnóstico de 1839. Da <i>contenção de espírito</i> e de <i>uma atenção tão seguida</i> demandadas pelo seu pensamento	9
§ 2. A recepção europeia do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira por volta de 1839	13
§ 3. O “poder conservador” como chave de harmonia na cidade liberal	16
§ 4. “Três pontos de vista” para compreender o projecto silvestrino	19

Capítulo Segundo

O CICLO PARISIENSE DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA. AS OBRAS

§ 5. O pensamento e a acção de Silvestre Pinheiro Ferreira em Paris, no seu maior ciclo além-fronteiras (1825-1842)	22
§ 6. O Curso de Estudos silvestrino e o <i>corpus</i> filosófico	44

Capítulo Terceiro

O REGRESSO DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA A PORTUGAL. AS OBRAS

§ 7. O regresso de Silvestre Pinheiro Ferreira a Lisboa e o seu acolhimento. Significado e horizontes do último lustro do filósofo	48
--	----

Capítulo Quarto
A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA
NA CASA LUSITANA

- § 8. O primeiro ciclo da recepção do pensamento silvestrino depois da saída de cena do filósofo: o legado visível a partir de 1868 filósofo 68
- § 9. A recepção do pensamento silvestrino a partir de 1946: a filosofia e a história da filosofia 79
- § 10. Apontamento sobre a refluência do Brasil em torno de Silvestre Pinheiro Ferreira, entre 1962 e 1983 85
- § 11. O ciclo de maturidade da recepção do pensamento silvestrino 87

SEGUNDA PARTE

ONTOGNOSIOLOGIA DA HARMONIA UNIVERSAL

Capítulo Quinto
TRANSCURSO SOBRE A INTUIÇÃO PRIMEVA DA
HARMONIA UNIVERSAL

- § 12. Conjectura em torno da *pantomima entre os antigos* e das *forças vivas* 93
- § 13. Chave poética da harmonia universal 96

Capítulo Sexto
A VERDADE COSMOLÓGICA COMO *AXIS MUNDI* DA FILOSOFIA DE
SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

- § 14. Acerca da definição silvestrina de Harmonia do Universo 99
- § 15. Significado da verdade cosmológica na filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira 104

Capítulo Sétimo
O MODELO CIENTÍFICO DO CONHECIMENTO HUMANO
SEGUNDO SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

- § 16. Homem, Mundo e Deus, na linguagem humana. Comentário ao § 1 das *Preleções Filosóficas* 107
- § 17. Dos *conhecimentos humanos* ao *conhecimento científico*.
A “filosofia da ciência” 110
- § 18. Síntese e balanço crítico; significação e apologia da epistemologia de Silvestre Pinheiro Ferreira 122

Capítulo Oitavo
A CIÊNCIA NA TEORIA DA CIVILIZAÇÃO DE SILVESTRE PINHEIRO
FERREIRA

- § 19. Sinopse do “paralelo das Ciências Morais com as Ciências Físicas e Matemáticas” 126

§ 20. Civilização e linguagem	135
§ 21. Charlatanismo e barbaridade no “império das homonímias” <i>versus</i> substancialidade unívoca	140
§ 22. A ciência nos caminhos da civilização. As últimas considerações de Silvestre Pinheiro Ferreira acerca da relação entre ciência e civilização na Europa	152

Capítulo Nono

**A GRAMÁTICA FILOSÓFICA UNIVERSAL
COMO MAPA ONTOLÓGICO DO UNIVERSO**

§ 23. A questão da Gramática Filosófica Universal na formulação das <i>Prelecções</i> Filosóficas. Uma espécie de Harmonia entre os diferentes Idiomas	178
§ 24. Introdução ao Mapa Ontológico do Universo, consignado nas <i>Noções Elementares de Filosofia</i> silvestrino	188

TERCEIRA PARTE

TEORIA DA HARMONIA DO UNIVERSO

Capítulo Décimo

**A COSMOLOGIA ONTOTEOLÓGICA DE SILVESTRE PINHEIRO
FERREIRA**

§ 25. Sentido da cosmologia do filósofo português	195
§ 26. <i>As provas da verdade cosmológica da ligação de todas as partes do Universo entre si</i> , na Quinta Prelecção	199
§ 27. Excurso sobre a imagem cósmica do mar no pensamento de Leibniz e de Silvestre Pinheiro Ferreira	203

Capítulo Undécimo

**A DISTINÇÃO DA VISÃO DO UNIVERSO DE ANTIGOS E MODERNOS
NA TEORESE SILVESTRINA**

§ 28. A <i>distinção</i> entre os dois sentidos da palavra <i>universo</i> . Comentário ao segundo dos artigos “universo” das <i>Prelecções Filosóficas</i>	207
§ 29. O Universo da Antiguidade. Psicologia da <i>razão mitológica</i> e hermenêutica da <i>filosofia poética</i> antiga no <i>Ensaio sobre a Psicologia</i>	213

Capítulo Duodécimo

DA TEOLOGIA CÓSMICA À TEODICEIA

§ 30. Teologia da harmonia universal	235
§ 31. A teoria de Deus	239
§ 32. Introdução à <i>Teodiceia</i> de Silvestre Pinheiro Ferreira	243

EPÍLOGO

§ 33. A teoria silvestrina da harmonia do universo	251
--	-----

APÊNDICE DOCUMENTAL

Notícia	254
1. “Apontamentos para a biografia do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”	255
2. Mapas Sistemáticos dos termos compreendidos na Ontologia, na Psicologia e na Ideologia (versões originais em português e em francês)	262
3. “ <i>Noções elementares de Filosofia Geral e aplicada às Ciências morais e políticas, por S. Pinheiro Ferreira - Ontologia, Psicologia, Ideologia. Paris, 1839</i> ”	314
4. “ <i>Noções elementares de Psicologia e Ideologia por M. P. de A. A. Braga</i> ” ...	316
5. “ <i>Noções elementares de Psicologia e Ideologia (Carta)</i> ”	317
6. “ <i>Noções Elementares de Ontologia, Psychologia Racional e Theodecea ou A Metafisica de Genuense Reformada por Manuel Pinheiro d'Almeida e Azevedo. Porto 1845</i> ”	320
7. “Origens e afinidades das Línguas”	322
8. “Enciclopédia”	324
9. “Dos princípios gerais da civilização”	329
10. “Considerações sobre a marcha e estado actual da civilização europeia”	332
11. “Do poder moderador”	334
12. “Do suicídio”	339
13. “Do infanticídio”	341
14. “Observações sobre os direitos da propriedade literária e artística”	344
15. “Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os catálogos das bibliotecas”	348
16. “Da frenologia”	352
17. “ <i>As aventuras do último Abencerragem. Por M. de Chateaubriand, da Academia Francesa. Traduzidas em português, por José Augusto Cabral de Melo. Angra do Heroísmo</i> ”	357
18. “Da Teogonia (Mitologia)”	359
19. “Dos sete pecados mortais, e das virtudes que lhes são opostas”	389

BIBLIOGRAFIA

1. <i>Silvestrina</i> (comentada)	394
<i>A) Obra</i>	394
<i>B) Obra póstuma</i>	406
<i>C) Obras inéditas e não localizadas</i>	407
2. <i>Biografias e Bio-bibliografias</i>	411
3. <i>Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira e referências ao seu pensamento e acção (cronológica)</i>	413
4. <i>Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira (alfabética) e outras fontes</i>	422